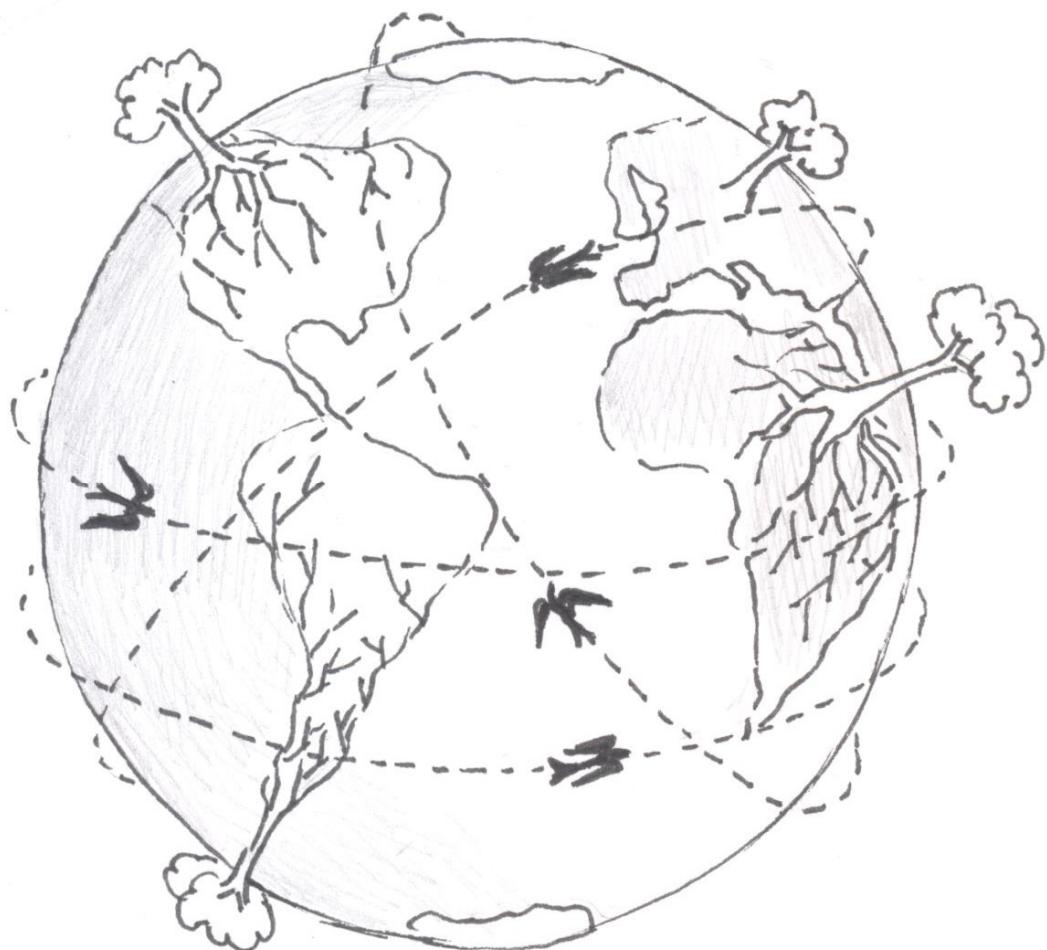


PAULA LOPES COSTA

## A MOBILIDADE SÓCIO-ESPACIAL DOS IMIGRANTES

O CASO DOS BRASILEIROS, UCRANIANOS E GUINEENSES, EM PORTUGAL

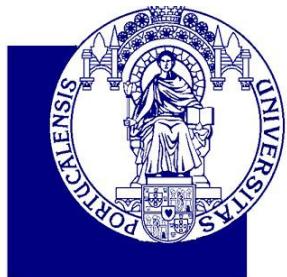


FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 2011

Paula Lopes Costa

# A MOBILIDADE SÓCIO-ESPACIAL DOS IMIGRANTES

O CASO DOS BRASILEIROS, UCRANIANOS E GUINEENSES, EM PORTUGAL



Faculdade de Letras da Universidade do Porto

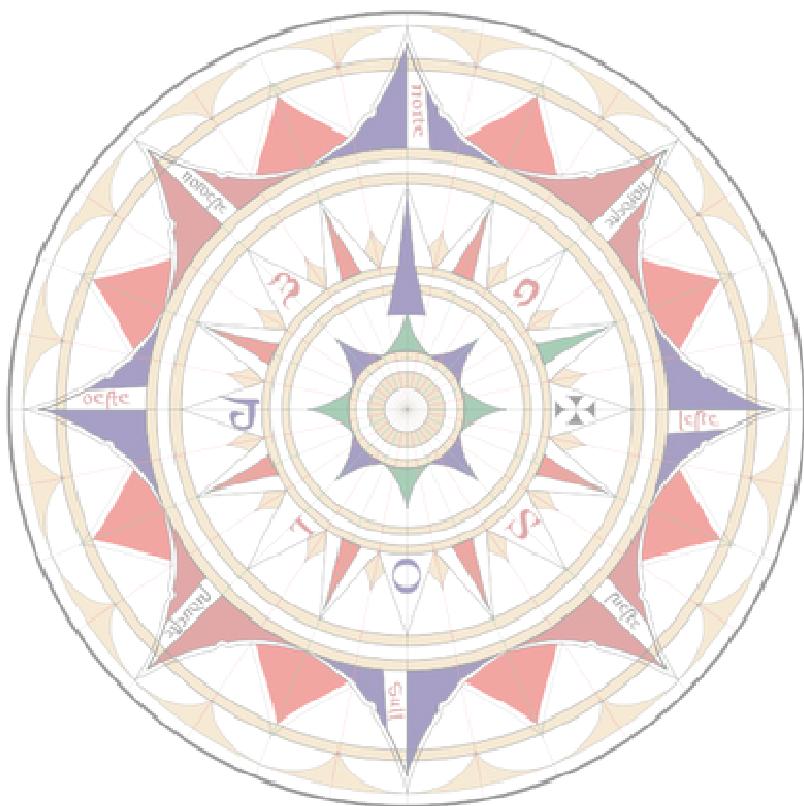
Dissertação de Doutoramento em Geografia

Orientadora: Professora Doutora Teresa Sá Marques

Coorientador: Professor Doutor Helion Póvoa Neto

Para os meus quatro pontos cardeais:  
os meus dois filhos, o meu marido, e a minha mãe.

Que sempre me orientaram.  
Para o meu pai, estrela no céu que me ilumina  
e me ensinou que devo lutar por aquilo que quero.



Para os migrantes



Nas asas do sonho partem os migrantes,  
Aos milhares e milhões põem-se em marcha;  
Das terras do desemprego e da fome  
Rumam em direção às terras do trabalho e do pão;  
Rompem leis, fronteiras e obstáculos,  
Fortes e frágeis na luta pela vida.  
Teimosos, voltam a erguer-se o sonho e o migrante;  
Nas asas do vento, vencem ambos o caminho;  
O sonho se faz raiz, se faz broto e se faz tronco,  
Se faz árvore, se faz flor e se faz fruto;  
No chão de uma nova pátria planta raízes,  
Que hão de forjar uma cidadania sem fronteiras,  
Onde acima da raça, língua ou cultura, está a vida.

Padre Alfredo Gonçalves



“Que atire a primeira pedra quem nunca teve nódoas de emigração a manchar-lhe a árvore genealógica... Tal como na fábula do lobo mau que acusava o inocente cordeirinho de lhe turvar a água do regato onde ambos bebiam, se tu não emigraste, emigrou o teu pai, e se o teu pai não precisou de mudar de sítio foi porque o teu avô, antes dele, não teve outro remédio que ir, de vida às costas, à procura do pão que a sua terra lhe negava. Muitos portugueses morreram afogados no rio Bidassoa quando, noite escura, tentavam alcançar a nado a margem de lá, onde se dizia que o paraíso de França começava. Centenas de milhares de portugueses tiveram de submeter-se, na chamada culta e civilizada Europa de além-Pirinéus, a condições de trabalho infames e a salários indignos. Os que conseguiram suportar as violências de sempre e as novas privações, os sobreviventes, desorientados no meio de sociedades que os desprezavam e humilhavam, perdidos em línguas que não podiam entender, foram a pouco e pouco construindo, com renúncias e sacrifícios quase heróicos, moeda a moeda, centavo a centavo, o futuro dos seus descendentes. Alguns desses homens, algumas dessas mulheres, não perderam nem querem perder a memória do tempo em que tiveram de padecer todos os vexames do trabalho mal pago e todas as amarguras do isolamento social. Graças lhes sejam dadas por terem sido capazes de preservar o respeito que deviam ao seu passado. Outros muitos, a maioria, cortaram as pontes que os ligavam àquelas horas sombrias, envergonham-se de terem sido ignorantes, pobres, às vezes miseráveis, comportam-se, enfim, como se uma vida decente, para eles, só tivesse começado verdadeiramente no dia felicíssimo em que puderam comprar o seu primeiro automóvel. Esses são os que estarão sempre prontos a tratar com idêntica crueldade e idêntico desprezo os emigrantes que atravessam esse outro Bidassoa, mais largo e mais fundo, que é o Mediterrâneo, onde os afogados abundam e servem de pasto aos peixes, se a maré e o vento não preferiram empurrá-los para a praia, enquanto a guarda civil não aparece para levantar os cadáveres. Os sobreviventes dos novos naufrágios, os que puseram pé em terra e não foram expulsos, terão à sua espera o eterno calvário da exploração, da intolerância, do racismo, do ódio à pele, da suspeita, do rebaixamento moral. Aquele que antes havia sido explorado e perdeu a memória de o ter sido, explorará. Aquele que foi desprezado e finge tê-lo esquecido, refinará o seu próprio desprezar. Aquele a quem ontem rebaixaram, rebaixará hoje com mais rancor. E ei-los, todos juntos, a atirar pedras a quem chega à margem de cá do Bidassoa, como se nunca tivessem eles emigrado, ou os pais, ou os avós, como se nunca tivessem sofrido de fome e de desespero, de angústia e de medo. Em verdade, em verdade vos digo, há certas maneiras de ser feliz que são, simplesmente, odiosas.

“Pandora ainda tenta fechar a caixa divina, mas era tarde demais:  
ela estava vazia, com a exceção da "esperança",  
que permaneceu presa junto à borda da caixa.”

A Caixa de Pandora

A minha “Caixa de Pandora” foi escolher a problemática da imigração. Quando a abri saíram de lá não tormentos, males e doenças, mas sim uma série de dúvidas, inquietações e curiosidades sobre a imigração. E, tal como Pandora, quando comecei a investigar, não tinha a exata consciência da quantidade de aspetos que tinha de abordar. O tema é complexo mas, ao mesmo tempo, aliciante, pois trabalhar com os imigrantes demonstrou-se muito gratificante e enriquecedor ao nível profissional e, principalmente, humano.

Para terminar, e como a “esperança é a última a morrer”, moralidade tirada da “Caixa de Pandora”, espero que esta investigação ajude a compreender melhor a imigração em geral e, principalmente, em Portugal. Esta melhor compreensão irá melhorar as condições de vida dos imigrantes e potencializar este recurso disponível para o crescimento económico, demográfico e social, em Portugal.

## **Agradecimentos**

Este estudo surge como uma abordagem, das muitas possíveis, em torno das novas tendências da imigração e, especialmente, da mobilidade geográfica, profissional e social dos imigrantes, em Portugal. A investigação efetuada contribui para entender como esta temática se encontra pouco estudada, compreendida e valorizada.

Na história da elaboração de uma tese, são muitas as pessoas que contribuem para o seu desenvolvimento, pois sem elas a sua realização não seria possível. Assim, quero agradecer à professora doutora Teresa Sá Marques, minha orientadora, a confiança, o forte empenhamento e disponibilidade, bem como o encorajamento demonstrado ao longo de toda a orientação científica do trabalho. Obrigada pelos “sinais verdes e vermelhos” que colocou no meu percurso.

Ao professor doutor Helion Póvoa, meu coorientador, quero agradecer a disponibilidade e ajuda, bem como a sua amabilidade com que me recebeu na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

À professora doutora Lucinda Fonseca e ao professor doutor Jorge Malheiros quero agradecer todas as conversas que tivemos sobre a temática, que tanto me ajudaram.

À doutora Ana Coutinho e ao doutor Fernando Honório não posso deixar de mostrar todo o meu apreço, pela colaboração no tratamento estatístico, com o qual, estou certa, pude entender muito melhor esta temática e encontrar um fio condutor para a investigação.

Ao doutor Joaquim Seixas quero agradecer a colaboração na elaboração da cartografia apresentada, com a qual pude valorizar o cariz geográfico da dissertação.

À minha família e aos meus amigos de sempre e para sempre, que direta ou indiretamente me apoiam com palavras amigas e de incentivo.

Aos imigrantes, quero agradecer a colaboração na realização dos inquéritos, bem como toda a disponibilidade e simpatia que demonstraram.

Também, quero agradecer à Faculdade de Letras do Porto, que sempre me acolheu, e onde, a par da formação académica, tem contribuído no processo da minha autodescoberta.

Obrigada, Senhor, pela ajuda que recebi durante o meu percurso.

**Obrigada!**

## ÍNDICE GERAL

<b>Índice de figuras e quadros.....</b>	12
<b>Resumo.....</b>	18
<b>Introdução.....</b>	21
<b>Capítulo I - Enquadramento Teórico e conceptual: Migrações e Mobilidade Sócio-espacial.</b>	31
<b>1 - Processo Migratório: conceitos e teorias explicativas.....</b>	32
1.1 - As teorias micro-sociológicas.....	35
1.2 - As teorias macro-sociológicas.....	40
<b>2 - Complexidade e diversidade dos atuais fluxos migratórios Internacionais.....</b>	44
2.1 - O crescente aumento dos fluxos migratórios internacionais.....	44
2.2 - Novas tendências e questões migratórias à escala mundial.....	50
2.3 - As transformações no sistema migratório europeu.....	56
<b>3 - A mobilidade sócio-espacial.....</b>	65
3.1 - Fatores condicionantes da mobilidade sócio-espacial.....	73
3.1.1 - A influência do Capital Humano, Social e Financeiro na mobilidade sócio-espacial dos imigrantes. ....	75
3.2 - A mobilidade sócio-espacial na União Europeia.....	82
<b>Capítulo II - Portugal em Mudança: A Nova Geografia da Imigração.</b>	90
<b>1 - Portugal, país de origem e de destino.....</b>	91
1.1 - A evolução da taxa de crescimento migratório.....	93
1.2 - Portugal país de origem: o aumento da emigração .....	96
1.3 - Portugal país de destino: o aumento da imigração.....	98
<b>2 - Quadro atual da imigração em Portugal .....</b>	101
2.1 - As fases da evolução da população estrangeira.....	101
2.2 - A Geografia das Origens.....	105
2.3 - A Geografia dos Destinos.....	110
2.4 - Caracterização socioeconómica das comunidades imigradas.....	120
2.4.1 - Repartição da população estrangeira por género, idade e níveis de escolaridade.....	120
2.4.2 - Situação no mercado de trabalho .....	125
<b>Capítulo III - A Mobilidade Sócio-Espacial dos Imigrantes.</b>	134
<b>1 – Enquadramento.....</b>	135
1.1 - Modelo analítico e hipóteses teóricas.....	135

1.2 - Objetivos específicos de investigação e proposta metodológica.....	139
1.2.1 - Problemática e objetivos da investigação.....	140
1.2.2 - Justificação do tema e limitações.....	141
1.2.3 - Informação e instrumentos de recolha de dados.....	142
1.2.4 - População-alvo, constituição e características da amostra.....	145
1.2.5 - Tratamento e análise dos dados.....	147
<b>2 - Características dos imigrantes brasileiros, ucranianos e guineenses, em Portugal.....</b>	<b>149</b>
2.1 - Caracterização sócio-demográfica.....	150
2.1.1 - Imigrantes cada vez mais escolarizados.....	150
2.1.2 - Processos migratórios cada vez mais contextualizados em quadros familiares .....	153
2.2 - Percurso pré-migratório.....	155
2.2.1 - Motivações para a emigração .....	155
2.2.2 - Situação profissional no país de origem .....	157
2.2.3 - Portugal país de destino os motivos da escolha .....	160
2.3 - Percurso pós-migratório.....	163
2.3.1 - Imigrantes temporários, ilegais e com fracos recursos financeiros.....	163
2.3.2 - Principais problemas e formas de ajuda.....	170
2.4 - O capital humano e o capital social no processo migratório.....	178
2.4.1 - Reconhecimento das habilitações literárias e cursos de formação .....	178
2.4.2 - Redes familiares e de amizade.....	183
2.5 - A mobilidade geográfica.....	191
2.5.1 - Cartografar a mobilidade geográfica.....	192
2.5.2 - Refletir os fatores condicionantes da mobilidade geográfica.....	198
2.6 - A inserção no mercado de trabalho e a mobilidade profissional.....	204
2.6.1 - Uma visão global da inserção no mercado de trabalho.....	205
2.6.2 - A influência do capital humano na inserção no mercado de trabalho.....	211
2.6.3 - A influência do capital social e do capital financeiro na inserção no mercado de trabalho.....	224
2.6.4 - Condições de trabalho em Portugal.....	227
2.6.4.1 - Vínculo contratual.....	227
2.6.4.2 - Rendimentos salariais e horas de trabalho.....	232
2.6.5 - Desemprego e vulnerabilidade.....	239
2.7 - Qualidade de vida e perspetivas futuras.....	244
2.7.1 - Autoavaliação dos fenómenos afetivos emergentes no dia a dia.....	244
2.7.2 - O conhecimento e a utilização dos serviços de apoio aos imigrantes.....	249
2.7.3 - O futuro perspetivado pelos imigrantes.....	253
<b>3 - Perfis dos imigrantes .....</b>	<b>258</b>
3.1 - Perfis dos imigrantes, segundo a nacionalidade.....	260
3.2 - Perfis de imigrantes segundo os fatores diferenciadores no início do processo migratório.....	267
3.3 - Perfis dos imigrantes, segundo a mobilidade geográfica.....	275
3.4 - Perfis dos imigrantes segundo a inserção no mercado de trabalho.....	277

3.5 - Perfis dos imigrantes, segundo a integração profissional.....	281
3.6 - Perfis dos imigrantes, segundo a qualidade de vida.....	285
3.7 - Perfis dos imigrantes, segundo a integração global em Portugal.....	288

#### **Capítulo IV - Conclusão e Recomendações**

<b>O futuro da imigração e a presença dos imigrantes brasileiros, ucranianos e guineenses, em Portugal.....</b>	292
---	-----

<b>Anexos.....</b>	304
--------------------	-----

<b>Referências Bibliográficas.....</b>	355
--	-----

## ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

## Figuras

### Capítulo I

Figura 1 - Esquema interpretativo do “Modelo de Lee”	37
Figura 2 - Probabilidade de migração em função do rendimento per capita	47
Figura 3 - Abertura à imigração nos países desenvolvidos e em desenvolvimento	18
Figura 4 - Migrantes Internacionais por país, em 2010	50
Figura 5 - Origem e destino dos migrantes internacionais, em 2010	51
Figura 6 - Tipos de regiões europeias em função da estrutura demográfica	58
Figura 7 - Estrutura etária da população nacional e estrangeira na UE, em 2009	59
Figura 8 - População estrangeira a residir nos países da UE, em 2008	61
Figura 9 - Estrangeiros, em situação legal, na população residente total nos países da UE, em 2008	62
Figura 10 - Divergências nos salários profissionais médios anuais nos países de origem e destino	67
Figura 11 - Ganhos mensais em função do capital humano	77
Figura 12 - População europeia que considera a mobilidade geográfica benéfica	85
Figura 13 - População que estava disposta a migrar para arranjar emprego se estivesse desempregada	86
Figura 14 - Número médio de empregos por país	87

### Capítulo II

Figura 1 - Evolução das taxas de crescimento natural, migratório e total, em Portugal	94
Figura 2 - Taxa de crescimento natural e migratório por NUTS II, em 2009	95
Figura 3 - Evolução da emigração permanente e temporária em Portugal, desde 1976 até 2003	97
Figura 4 - Fatores internos e externos que favorecem o aumento da imigração	99
Figura 5 - Evolução da população estrangeira documentada, residente em Portugal, entre 1986 e 2009	101
Figura 6 - Evolução da população estrangeira residente em Portugal, em situação legal, por continente, entre 1986 e 2009	105
Figura 7 - Principais países de origem da população estrangeira residente em Portugal, em situação legal, em 2009	106
Figura 8 - Evolução da população estrangeira residente, por distrito, em 1986 e 2009	111
Figura 9 - População estrangeira e total residente, por concelho, em 2009	112
Figura 10 - Taxa da população estrangeira face à população residente por concelho, em 2009	115
Figura 11 - População estrangeira residente segundo o género nas sete nacionalidades mais representativas, em 2009	121
Figura 12 - Estrutura etária da população estrangeira, em 2009	122
Figura 13 - Estrutura etária da população estrangeira nas sete nacionalidades mais representativas, em 2009	123
Figura 14 - População nacional e estrangeira por atividade económica, em 2009	126

Figura 15 - População nacional e estrangeira segundo o nível de qualificação, em 2009	129
Figura 16 - População nacional e estrangeira segundo o grupo profissional (CNP), em 2009	130
Figura 17 - Remunerações base médias mensais da população nacional e estrangeira segundo os grupos profissionais, em 2009	132

## Capítulo III

Figura 1 - Variáveis que influenciam a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes	136
Figura 2 - Os percursos pré e pós-migratórios na análise da mobilidade sócio-espacial	138
Figura 3 - Dimensão subjetiva na análise da mobilidade sócio-espacial dos imigrantes	138
Figura 4 - Modelo heurístico para análise da mobilidade sócio-espacial dos imigrantes	139
Figura 5 - Estrutura etária	150
Figura 6 - Nível de escolaridade	151
Figura 7 - Nível de escolaridade, segundo o género	152
Figura 8 - Estado civil, segundo o género	153
Figura 9 - Motivos para a emigração, segundo a nacionalidade	156
Figura 10 - Setor de atividade da última profissão exercida no país de origem	158
Figura 11 - Setor de atividade na última profissão exercida no país de origem, segundo a nacionalidade	158
Figura 12 - Grupo profissional (CNP) na última profissão no país de origem, segundo o género	159
Figura 13 - Grupo profissional (CNP) na última profissão no país de origem, segundo a nacionalidade	160
Figura 14 - Motivos da escolha de Portugal como país de destino, segundo o género e nacionalidade	161
Figura 15 - Classificação do processo de legalização, segundo a nacionalidade	167
Figura 16 - Documentação para permanecer em Portugal, segundo a nacionalidade	168
Figura 17 - Formas de financiamento do processo migratório, segundo a nacionalidade	170
Figura 18 - Problemas encontrados no momento da chegada	171
Figura 19 - Problemas encontrados no momento da chegada, segundo a nacionalidade	172
Figura 20 - Problemas encontrados no momento da chegada, segundo o género	173
Figura 21 - Fontes de ajuda nos primeiros meses	175
Figura 22 - Fontes de ajuda nos primeiros meses, segundo o género e a nacionalidade	176
Figura 23 - Cursos frequentados, segundo a nacionalidade	180
Figura 24 - Cursos frequentados, segundo os grupos profissionais	180
Figura 25 - Áreas de formação, segundo a nacionalidade	182
Figura 26 - Imigrantes que vivem acompanhados	184
Figura 27 - Amigos feitos em Portugal, segundo a nacionalidade	186
Figura 28 - Satisfação com os laços de vizinhança, segundo a nacionalidade	187
Figura 29 - Frequência na participação em grupos da comunidade de origem, segundo a nacionalidade	189
Figura 30 - Distribuição geográfica dos imigrantes, por NUT II	191
Figura 31 - Distribuição geográfica dos imigrantes, por distrito	192
Figura 32 - Distribuição geográfica dos inquiridos, por concelho	193
Figura 33 - Localização geográfica dos imigrantes brasileiros, primeira e última residência, por concelho	195

Figura 34 - Localização geográfica dos imigrantes ucranianos, primeira e última residência, por concelho	196
Figura 35 - Localização geográfica dos imigrantes guineenses, primeira e última residência, por concelho	197
Figura 36 - Fluxos da população inquirida, por NUT II	199
Figura 37 - Tempo necessário para encontrar o primeiro emprego, segundo a nacionalidade	206
Figura 38 - Número de empregos desde que chegaram a Portugal	206
Figura 39 - Número de empregos em Portugal, segundo o género e nacionalidade	207
Figura 40 - Tempo de permanência no primeiro e no último emprego, segundo o género	209
Figura 41 - Tempo de permanência no primeiro e no último emprego, segundo a nacionalidade	210
Figura 42 - Representatividade dos grupos profissionais, no país de origem	213
Figura 43 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro emprego, em Portugal	213
Figura 44 - Representatividade dos grupos profissionais no último emprego, em Portugal	214
Figura 45 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo o género	216
Figura 46 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo a nacionalidade	217
Figura 47 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo os níveis de escolaridade	219
Figura 48 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo as dificuldades linguísticas	220
Figura 49 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo a frequência de cursos de formação	221
Figura 50 - Transferência da experiência laboral, por setor de atividade	222
Figura 51 - Transferência da experiência laboral, por grupo profissional	223
Figura 52 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo família e amigos em Portugal	224
Figura 53 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo a residência com o cônjuge	225
Figura 54 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo os recursos económicos à entrada de Portugal	226
Figura 55 - Maiores percentagens de inquiridos com contratos informais, no primeiro emprego e no atual	230
Figura 56 - Maiores percentagens de inquiridos com contratos efetivos, no primeiro emprego e no atual	231
Figura 57 - Classes de rendimento mensal no primeiro e no último emprego, segundo o género	233
Figura 58 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo o rendimento mensal	235
Figura 59 - Número médio de horas de trabalho semanais no primeiro e no último emprego, segundo o género	236
Figura 60 - Número médio de horas de trabalho semanais no primeiro e no último emprego, segundo	237
Figura 61 - Tempo no desemprego, segundo a nacionalidade e o género	240
Figura 62 - Fontes utilizadas para conseguir um emprego	241
Figura 63 - Fenómenos afetivos (emoções e sentimentos) emergentes no dia a dia	246
Figura 64 - Avaliação dos afetos dos imigrantes face aos portugueses	247
Figura 65 - Avaliação dos afetos dos portugueses face aos imigrantes	248
Figura 66 - Níveis de conhecimento e utilização de serviços pelos imigrantes	250
Figura 67 - Utilidade dos serviços utilizados	252

Figura 68 - Perspetivas de retorno o país de origem	255
Figura 69 - O perfil dos imigrantes brasileiros	260
Figura 70 - Perfil dos imigrantes ucranianos	263
Figura 71 - Perfil dos imigrantes guineenses	265
Figura 72 - Perfil dos imigrantes segundo o processo migratório (A)	269
Figura 73 - Perfil dos imigrantes, segundo o processo migratório (B)	270
Figura 74 - Perfil dos imigrantes, segundo o processo migratório (C)	272
Figura 75 - Perfil dos imigrantes, segundo o processo migratório (D)	273
Figura 76 - Perfil dos imigrantes, segundo a mobilidade geográfica (A)	275
Figura 77 - Perfil dos imigrantes, segundo a mobilidade geográfica (B)	276
Figura 78 - Perfil dos imigrantes, segundo o emprego (A)	278
Figura 79 - Perfil dos imigrantes, segundo o emprego (B)	279
Figura 80 - Perfil dos imigrantes, segundo o emprego (C)	280
Figura 81 - Perfil dos imigrantes, segundo a sua autoavaliação relativamente ao seu grau de integração profissional	282
Figura 82 - Perfis dos imigrantes, segundo a Qualidade de Vida	286
Figura 83 - Perfil dos imigrantes, segundo uma autoavaliação realizada pelos imigrantes relativamente à sua integração global em Portugal	288

## **Capítulo IV**

Figura 1 - Política imigratória sustentável	300
---	-----

## Quadros

### Capítulo I

Quadro 1 - Números relativos às migrações internacionais	52
--	----

### Capítulo II

Quadro 1 - Evolução da população estrangeira com autorização de residência, entre 1986 e 2009	103
Quadro 2 - Países com maior número de residentes em Portugal, em 2009	107
Quadro 3 - Número de população estrangeira em Portugal, em 1986 e 2009	109
Quadro 4 - Distribuição geográfica da população estrangeira com residência legal, por distrito, em 2009	116
Quadro 5 - Níveis de escolaridade da população nacional e estrangeira, em 2009	124
Quadro 6 - Perdas e ganhos de trabalhadores por atividade económica, entre 2008 e 2009	128
Quadro 7 - Relação entre a estrutura dos grupos profissionais na população estrangeira e a população nacional, por NUT II, em 2009	131

### Capítulo III

Quadro 1 - Número de imigrantes em Portugal, em 2000 e 2009	140
Quadro 2 - Ano de entrada, segundo a nacionalidade	164
Quadro 3 - Início do processo de legalização	165
Quadro 4 - Fim do processo de legalização	166
Quadro 5 - Pedido do reconhecimento das habilitações literárias, segundo a nacionalidade	178
Quadro 6 - Relações de amizade no trabalho	185
Quadro 7 - Participação em grupos da comunidade de origem, segundo a nacionalidade	188
Quadro 8 - Distribuição geográfica dos inquiridos em Portugal, primeira residência, por NUT II, segundo a nacionalidade	194
Quadro 9 - Imigrantes que residiram em mais que um lugar, segundo a nacionalidade	200
Quadro 10 - Imigrantes que residiram em mais que um lugar, segundo os níveis de escolaridade	201
Quadro 11 - Tempo de permanência (meses) no primeiro e último emprego	209
Quadro 12 - Estrutura da população ativa, no primeiro e último emprego, segundo o género	211
Quadro 13 - Estrutura da população ativa, no primeiro e último emprego, segundo a nacionalidade	212
Quadro 14 - Vínculo contratual no primeiro e último emprego, segundo o género	227
Quadro 15 - Vínculo contratual no primeiro e último emprego, segundo a nacionalidade	228

## RESUMO

## Resumo

A presente investigação tem como objetivo conhecer a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes brasileiros, ucranianos e guineenses que se encontram a trabalhar em Portugal a fim de compreender as suas trajetórias geográficas e profissionais, pois cada imigrante apresenta um trajeto migratório diferente a nível profissional, familiar, económico e de inserção em determinadas redes sociais. Este trajeto resulta de determinadas características dos imigrantes e dos contextos sociais em que estão inseridos, sendo determinantes na mobilidade geográfica e profissional (mobilidade sócio-espacial). Para o efeito, analisa-se um conjunto de variáveis e indicadores (capital humano, capital social, capital financeiro), como sejam a idade, a nacionalidade, o género, os níveis de escolaridade, a composição da estrutura familiar, as razões que motivam a sua mobilidade, o seu percurso relativamente ao estatuto legal, às condições laborais no país de origem e em Portugal, entre outras. Pretende-se, também, identificar os principais fatores condicionantes da mobilidade sócio-espacial, nas três nacionalidades.

Os imigrantes que vieram para Portugal não viveram sempre no mesmo lugar. A mobilidade geográfica afetou cerca de 30% dos inquiridos. Os imigrantes que apresentam maior mobilidade geográfica são do género masculino, adultos (40-50), de nacionalidade brasileira e tendencialmente com níveis de escolaridade razoáveis. A maioria vive com os amigos ou sozinhos, possui fracos recursos económicos e trabalha sobretudo na construção civil, restauração e hotelaria.

A análise do percurso profissional dos ucranianos, brasileiros e guineenses permite verificar que estes imigrantes experimentam durante a sua experiência migratória uma mobilidade profissional descendente ou dificuldades na primeira inserção laboral. Em muitos casos, verifica-se um processo de não reconhecimento do estatuto académico e profissional o que contribui para uma precarização laboral. No entanto, com o decorrer do tempo, verificam-se processos de mobilidade vertical ascendente (entre a primeira e a última profissão no país de destino).

Do ponto de vista afetivo, estes imigrantes raramente estão deprimidos ou tristes, antes pelo contrário, a maioria sente-se sempre ou frequentemente feliz, amada, com afetos positivos no seu quotidiano, vislumbrando um futuro promissor. Para esse estado de espírito também contribui o facto dos portugueses serem acolhedores, tolerantes e educados, ajudando os imigrantes de várias formas, independentemente da nacionalidade. Para muitos imigrantes Portugal é um ponto final e não um ponto de passagem.

**Palavras-chave:** imigração, mobilidade sócio-espacial, capital humano, capital social, capital financeiro

## Abstract

The present investigation aims to evaluate the socio-spatial mobility of the Brazilians, Ukrainians and Guineans who are working in Portugal in order to understand their geographical and professional trajectories, because every immigrant has a different migration route either professionally, familiar and economical and also the inclusion in certain social networks. This path results from certain characteristics of immigrants and the social contexts in which they live in, being decisive in the geographic and occupational mobility (socio-spatial mobility). To this end, we analyze a set of variables and indicators (human capital, social capital, financial capital), such as age, nationality, gender, education levels, the composition of the family structure, the reasons that motivate their mobility, their route concerning the legal status, the working conditions in the origin country and Portugal, among others. The aim is also to identify the main factors for socio-spatial mobility in these three nationalities.

Immigrants who came to Portugal not always lived in the same place. Geographic mobility has affected about 30% of respondents. Immigrants who have greater geographic mobility are Brazilian male adults (40-50) with reasonable levels of schooling. Most of them live with friends or alone, have weak economic resources and work mainly in construction, restaurants and hotels.

The analysis of the career of the Ukrainians, Guineans and Brazilians shows that during their migratory experiment they experience a downward mobility or labor difficulties at the first insertion. In many cases, there is a process of non-recognition of academic and professional status contributing to a precarious labor. However, over time, there are processes of upward vertical mobility (between the first and the last profession in the country of destination).

In terms of affection, these immigrants are rarely depressed or sad, on the contrary, most feel always or often happy, loved, with positive affection in their daily lives, glimpsing a promising future. To that state of mind also helps the fact that the Portuguese are friendly, tolerant and educated, helping immigrants in several ways, regardless of nationality. For many immigrants Portugal is not a crossing point but the final stop.

**Keywords:** immigration, socio-spatial mobility, human capital, social capital, financial capital

## **INTRODUÇÃO**

### **A MOBILIDADE SÓCIO-ESPACIAL DOS IMIGRANTES**

O CASO DOS BRASILEIROS, UCRANIANOS E GUINEENSES, EM PORTUGAL

## 1 - Introdução

“A palavra imigração, é bom lembrá-lo, não é uma palavra neutra e fria, é uma realidade que encerra pessoas, muito concretas, com as suas vidas, alegrias, esperanças e desejos. É uma realidade viva, em movimento contínuo que não se deixa fixar nem parar. É um puzzle humano colorido, de inumeráveis cores, línguas, sabores, tradições, culturas e religiões”.

Padre António Vaz Pinto, 2004:10

### Imigração em Portugal

Os fluxos migratórios são, cada vez mais, intensos e complexos. Se, antigamente, se circunscreviam a áreas geográficas restritas, na maioria das vezes associados ao êxodo rural, atualmente atingem áreas cada vez mais amplas. Por isso, assiste-se a um crescente alargamento do espaço migratório que convive com uma maior diversidade de países de origem e uma multiplicação de países de destino. Esta situação favorece o aparecimento de novas correntes migratórias e contribui para a dispersão dos migrantes da mesma origem, entre os vários países de imigração. Por isso, o estudo das migrações é cada vez mais uma questão central nos países de origem e, também, nos de destino, dados os impactos demográficos, sociais, económicos, escolares, laborais, habitacionais e religiosos.

Portugal, durante séculos, foi um país de emigração, a sua diáspora é bem conhecida, pois diferentes continentes e múltiplos países têm marcas desse movimento. Nos últimos anos, Portugal começa, também, a ficar conhecido, como país de imigração.

Apesar de Portugal apresentar um aumento do número de imigrantes, de ano para ano, também se verifica que o número de emigrantes portugueses está a aumentar, cada vez mais. Assim, coexistem os dois fluxos migratórios, ou seja, portugueses que continuam a sair para trabalhar noutras países, a par de estrangeiros que entram em Portugal para trabalhar. Para Peixoto (2004) esta simultaneidade coloca Portugal numa posição de relevo à escala da União Europeia, ser

ao mesmo tempo recetor e emissor de migrantes. Utilizando a linguagem dos Regimes Migratórios, Portugal encontra-se num Regime Misto.

Nos últimos anos, o ritmo de crescimento da população estrangeira, em Portugal, foi muito acentuado. Num curto espaço de tempo, o número de imigrantes legais passou de 86982 em 1986 para 454191 em 2009, um aumento explosivo.

Uma das principais áreas de grande significado para a integração dos imigrantes e onde mais cedo se sentiu o impacto da imigração, foi no mercado de trabalho. A composição demográfica da população estrangeira em Portugal indica, claramente, uma migração económica, à procura de trabalho e de melhores salários.

Será que os imigrantes se conseguem integrar no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa? Será que esta mão de obra é um recurso aproveitado pelo mercado de trabalho?

#### **Mobilidade geográfica e profissional**

Em 2009, existiam 163302 trabalhadores estrangeiros legais, representando 5.2% do total da população ativa, segundo o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP/MTSS - Quadros de Pessoal 2009). É importante referir que o crescimento da população imigrante em Portugal ocorreu num período muito rápido, principalmente, a partir do novo milénio.

As sucessivas legalizações da população imigrante foram cruciais para produzir a incorporação de um grande número de estrangeiros no mercado de trabalho formal e, como consequência, na segurança social. Este facto permitiu aos trabalhadores imigrantes maiores oportunidades de trabalharem em diferentes profissões possibilitando uma maior mobilidade geográfica e profissional. Assim, não é de estranhar a presença de imigrantes quer em profissões liberais, técnicas, de gestão e quadros superiores administrativos, quer em profissões relacionadas com atividades menos qualificadas como no setor da construção civil, nas obras públicas, nos serviços de limpeza e de apoio a idosos, entre outras. Este dualismo migratório responde, assim, às necessidades do mercado laboral português. Ribeiro (2004:65) chama a atenção para a polarização social que caracteriza o fenómeno imigratório em Portugal, “onde os imigrantes vêm colmatar as necessidades de mão de obra num mercado de trabalho que se desenvolve à revelia do sistema educativo, ou vice-versa”.

A mobilidade geográfica e profissional dos imigrantes tem um impacto significativo sobre o processo de integração social, permitindo verificar o seu grau de integração. Sabe-se que a esta mobilidade permite ao imigrante melhorar a sua situação económica e, por conseguinte, a sua

integração social. No entanto, esta mobilidade também afeta o mercado de trabalho: por um lado, os imigrantes, ao deixarem vagos os empregos menos pretendidos, vão permitir a chegada de novos imigrantes para os preencher e, de uma maneira geral, de forma ilegal; por outro lado, vão aumentar a concorrência nos trabalhos mais pretendidos. No entanto, esta concorrência, mesmo em períodos de desemprego e de abrandamento do crescimento económico, é reduzida entre os imigrantes e os nacionais. Este facto deve-se à segmentação do mercado de trabalho e ao papel específico desempenhado pela mão de obra estrangeira, no sistema produtivo.

#### **Pertinência do tema**

Para que as comunidades de imigrantes possam ser uma fonte de crescimento, onde as suas potencialidades sejam uma oportunidade ao nível económico, demográfico e social para o país de destino, é necessário estudá-las de forma profunda. Assim, e tendo em conta a complexidade dos atuais fluxos migratórios, são necessárias novas formas de compreensão que passam por estudar de forma holística todas as variantes inerentes ao percurso pré e pós-migratório para que nada fique à margem deste complexo sistema com enormes impactos nas mais variadas vertentes.

Este é o sentido da presente investigação que procura ser uma mais valia para a compreensão desta diversidade de percursos geográficos e profissionais que os imigrantes apresentam. Assim, esta investigação é importante porque reflete sobre algumas questões fundamentais:

- A maioria da imigração é por razões económicas. Baixos salários e desemprego motivam os migrantes a deixarem os seus países;
- A integração dos imigrantes, nos países de destino, depende largamente de uma integração bem sucedida no mercado de trabalho (integração profissional);
- É necessário aprofundar o conhecimento sobre a mobilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho, com cariz geográfico;
- Embora vários autores deem ênfase à importância tanto do capital humano, do capital social e do capital financeiro na integração profissional e social dos imigrantes, existe pouca investigação empírica neste âmbito;
- É necessário refletir a percepção que os imigrantes têm relativamente à sua integração profissional e social e à sua qualidade de vida (dimensão subjetiva).

Esta investigação pretende compreender as trajetórias geográficas e profissionais dos imigrantes ucranianos, brasileiros e guineenses que se encontram a trabalhar em Portugal, pois cada imigrante apresenta um trajeto migratório diferente, ao nível profissional, familiar, económico e de inserção em determinadas redes sociais. Este trajeto resulta de determinadas características dos imigrantes e dos contextos sociais onde estão inseridos, que vão ser determinantes na mobilidade geográfica e profissional. Para o efeito, analisa-se um conjunto de variáveis e indicadores, como sejam a idade, a nacionalidade, o género, os níveis de escolaridade, a composição da estrutura familiar, as razões que motivam a sua mobilidade, o seu percurso relativamente ao estatuto legal, às condições laborais no país de origem e em Portugal, entre outras. Pretende-se, também, identificar os principais fatores condicionantes da mobilidade geográfica e profissional, nas três nacionalidades.

O conhecimento das trajetórias geográficas e profissionais dos trabalhadores procura contribuir para um conhecimento mais profundo do conceito de integração nas suas múltiplas dimensões. O conhecimento das trajetórias profissionais dos trabalhadores permite reconfigurar o conceito de integração. Para Pires (2003) a integração existe desde que haja compatibilidade entre a existência de identidades culturais, a redefinição do espaço identitário comum.

A análise do percurso migratório dos ucranianos, brasileiros e guineenses permite verificar que estes imigrantes experimentam durante a sua experiência migratória uma mobilidade profissional descendente ou, dificuldades na primeira inserção laboral. Em muitos casos, verifica-se um processo de não reconhecimento do estatuto académico e profissional que contribui para uma precarização laboral.

Num quadro marcado pela ausência de estudos abrangentes e atualizados, torna-se necessário preencher a lacuna existente. Assim, esta investigação tem como objetivo fornecer informações e elementos orientadores que possam servir de apoio ao planeamento, para que este possa ser eficaz, em termos de políticas de integração dos imigrantes e de promoção do desenvolvimento do país. Através do estudo e da reflexão do presente, pode melhorar-se o futuro.

Ainda em termos introdutórios, deve-se salientar que a evolução de um fluxo migratório depende não só das condições de repulsão dos países de origem “push factors”, mas, igualmente, das condições de atração “pull factors” exercidas pelo país de destino.

Quanto aos fatores de repulsão, a Queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989 e a fragmentação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a partir dos anos 90, constituíram um elemento fundamental para a compreensão do crescimento da **imigração oriunda da Ucrânia** no Mundo e, neste caso, em Portugal. Um dos aspetos importantes destes dois marcos foi a maior

facilidade de mobilidade de pessoas dentro do continente europeu abrindo uma enorme diversidade de rotas de acesso, em direção ao flanco Leste da União Europeia.

A fragmentação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e após um período de naturais perturbações, deu origem a 15 novos estados. Nestes países, importantes transformações políticas e económicas ocorreram, que provocaram uma grave crise económica, política e social. Estas transformações agravaram as desigualdades sociais, o desemprego e a miséria.

A nova vaga imigratória, Leste-Oeste está associada a problemas económicos dos países de origem, que passam por processos de desestruturação e, provavelmente, reestruturação ao nível económico e social com custos significativos ao nível do emprego e salários (Masneaga, 2007; Ferreira *et al*, 2005; Perista, 2004; Santos, 2006; Fonseca & Malheiros, 2003). Visto estes novos estados possuírem mão de obra abundante e qualificada a emigração foi uma solução.

O fenómeno recente da **emigração de brasileiros** representa uma descontinuidade histórica num país formado por expressivos fluxos imigratórios. A emigração de brasileiros significa algo de novo para um país conhecido, historicamente, como país de imigração. Mais do que uma mudança, exclusivamente demográfica, esta transição representa um facto social e político (Neto, 2006).

Até aos anos 80, a emigração, por razões económicas, no Brasil, era quase inexistente. País eminentemente recetor, no entanto, a ineficácia dos planos económicos de estabilização da moeda no governo Sarney e a eleição de Collor de Mello marcaram o ponto de viragem do fenómeno migratório, que acelerou a partir de finais da década de 80 e início dos anos 90. Segundo Santos (2004) face à possibilidade, cada vez mais limitada de inserção no mercado de trabalho, os brasileiros começaram a procurar novas oportunidades no exterior, sobretudo a partir dos anos 80, conhecidos no Brasil como a “Década Perdida”.

O aumento dos brasileiros em Portugal tem várias explicações, salientam-se alguns fatores, nomeadamente, a facilidade da língua comum, a sucessão de crises económicas experimentadas pelo Brasil, nos anos 80 e 90, que limitaram as oportunidades do mercado de trabalho e de mobilidade social, contribuindo para criar a pressão emigratória dos brasileiros, a violência e o tráfico de droga a grande escala, a insegurança, as taxas de inflação muito elevadas e a instabilidade dos mercados financeiros brasileiros. Estes são alguns fatores que levaram à criação de uma dinâmica crescente de emigração de brasileiros para Portugal (Malheiros, 2007; Oliveira & Egreja, 2006; Soares, 2006; Garcia, 2005; Padilla, 2005; Patarra, 2005; Vianna, 2001).

**Guiné-Bissau** é um país com uma longa história de instabilidade e inúmeras tentativas de golpes de Estado desde 1974, altura em que se tornou independente de Portugal. Após a crise

económica, que ocorreu na Guiné-Bissau, em meados dos anos 80 e 90, devido ao fracasso do “Programa de Ajustamento Estrutural”, deu-se um grande fluxo emigratório guineense dirigido, essencialmente, para Portugal e surgindo pequenas vagas para Espanha, França e o resto da Europa. Este fluxo não resulta apenas da crise económica, mas também dos constantes conflitos internos e da violação dos Direitos Humanos (Có, 2007; Có, 2004; Machado, 2002).

As constantes convulsões políticas agravam a situação económica da Guiné-Bissau, sobretudo devido à quase total destruição das infraestruturas produtivas. Mais recentemente, transformou-se num ponto-chave para as rotas de cocaína vindas da América do Sul o que provoca uma desestabilização do país. Todos estes factos obrigam, cada vez mais, a população a procurar outros países para poder viver. Para Có (2004) “A migração guineense para Portugal tem-se constituído através de um crescimento faseado, tendo como pano de fundo as consequências, numa primeira fase, do modelo de centralização do Estado que, nomeadamente, não permitiu a emergência de um setor privado dinâmico; numa segunda fase, das políticas de liberalização económica nos anos oitenta e, por último, da progressiva degradação das condições económicas e sociais, da instabilidade política/institucional e do consequente conflito político militar em 1998-99. Estas razões motivaram sucessivas vagas migratórias guineenses ao longo dos últimos anos”.

Se é verdade que os fatores de repulsão dos países de origem foram determinantes para a criação destas correntes migratórias também é induzida por fatores de atração do país de destino, neste caso, Portugal. Desde a entrada na União Europeia que Portugal se encontra numa fase em que pretende reduzir a enorme carência de infraestruturas, havendo, assim, um crescimento das obras públicas e da construção civil. Assiste-se, também, a um crescimento das atividades de serviços, à expansão da economia informal (que criou oportunidades de emprego para profissões não qualificadas, havendo uma resistência dos portugueses em aceitar estes empregos) e à expansão do consumo (difusão das cadeias de supermercados e centros comerciais) que contribuiu para reforçar o processo de recrutamento de trabalhadores estrangeiros. Estes vêm preencher as lacunas de mão de obra, em certas atividades, em Portugal, que se agravaram devido ao aumento dos níveis de escolaridade, ao envelhecimento da população e, mais recentemente, à crescente emigração. Estes fatores, aliados à falta de experiência das autoridades nacionais na regulação da imigração, às oportunidades sempre dadas através de campanhas de regularização extraordinária aos imigrantes ilegais, entre outros, incluíram Portugal na lista dos imigrantes potenciais e das redes de tráfico de mão de obra.

As redes de tráfico de mão de obra facilitam a entrada de qualquer imigrante num país, mediante o pagamento de uma quantia, muitas vezes ligadas a redes de crime organizado que

atuam à escala mundial. Estas redes de tráfico de mão de obra contribuem para difundir a informação fundamental para fomentar a decisão de migrar. Além disso, uma vez instalada uma comunidade de imigrantes, eles próprios funcionam como transmissores dessa informação. Ou seja, os primeiros imigrantes vindos de uma mesma região formam uma rede de contactos e de comunicação (Jackson, 1991).

No que diz respeito à mobilidade geográfica e profissional dos imigrantes com autorização de residência e/ou de permanência em Portugal, e apesar de haver pouca informação estatística disponível, a análise das notícias dadas pela imprensa, dos dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Instituto Nacional de Estatística, das entrevistas feitas a agentes privilegiados, nomeadamente aos dirigentes de Associações de Apoio aos Imigrantes, diretor dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e da leitura de vários artigos, permitiu recolher alguns conhecimentos de partida, nomeadamente:

- No percurso migratório, os imigrantes tendem a localizar-se nas grandes cidades uma vez que são importantes fontes de emprego e de oportunidades de vida;
- As redes sociais são cruciais na procura de emprego e na integração profissional;
- A maioria dos imigrantes apresenta uma mobilidade profissional descendente quando entram em Portugal. No entanto, à medida que o tempo passa registam-se melhorias significativas;
- Os imigrantes que têm uma perspetiva de permanência definitiva em Portugal apresentam uma maior predisposição para encontrar trabalhos mais adequados às suas qualificações académicas e profissionais e estão mais interessados em prosseguir os seus estudos;
- A mobilidade geográfica dos imigrantes é motivada pela procura de um emprego melhor mais adequado às suas qualificações académicas e profissionais;
- A mão de obra imigrante está subaproveitada pelo tecido produtivo, pois o seu capital humano não está adequado às profissões em que está inserida em Portugal;
- Quanto maior é a integração profissional do imigrante maior será a sua integração social e melhor será a sua qualidade de vida.

## Organização do trabalho

Este trabalho organiza-se em 4 capítulos. Os capítulos intitulam-se:

- Enquadramento teórico e conceptual: migração e mobilidade sócio-espacial;
- Portugal em mudança: a nova Geografia da imigração;
- A mobilidade sócio-espacial dos imigrantes;
- Conclusão e recomendações: o futuro da imigração e a presença dos brasileiros, ucranianos e guineenses, em Portugal.

**O primeiro capítulo** é dedicado à discussão de forma sistematizada ao processo migratório (conceitos e teorias) e à complexidade e diversidade dos fluxos migratórios internacionais na atualidade. É dado ênfase às teorias da migração e à importância que a mobilidade geográfica e profissional tem na integração dos imigrantes. Também são apresentados os fatores que condicionam a mobilidade geográfica e profissional dos imigrantes. Convém referir que este trabalho tem como objeto de estudo apenas os imigrantes económicos, pois as migrações internacionais são, essencialmente, fluxos internacionais de trabalho. É neste âmbito que é realizado este capítulo conceptual

**No segundo capítulo**, apresentam-se os grandes fluxos migratórios para Portugal desde 1986 (entrada na União Europeia) até 2009 (dados mais recentes). Esboça-se, assim, o quadro da atual migração para Portugal, fornecendo uma perspetiva genérica e global sobre as comunidades de imigrantes. Para a sua concretização, procedeu-se a um levantamento bibliográfico com o objetivo de identificar os estudos e autores mais relevantes nesta matéria. Efetuou-se, igualmente, uma análise estatística exaustiva dos dados oficiais disponibilizados pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (GEP – Quadros de Pessoal 2009). Estas foram as fontes de informação privilegiadas e que se revelaram profícias, uma vez que permitiram enquadrar o objeto de investigação. É de salientar que o elevado número de imigrantes ilegais existente, em Portugal, constitui uma limitação a esta e a outras investigações, uma vez que os dados oficiais sobre imigração, raramente, espelham a realidade global.

**O terceiro capítulo** constitui o foco da pesquisa (composto por três subcapítulos). Corresponde ao estudo da mobilidade geográfica e profissional dos imigrantes brasileiros, ucranianos e guineenses em Portugal. O subcapítulo um inicia-se por apresentar o modelo analítico (para compreender a mobilidade geográfica e profissional dos imigrantes) e as hipóteses teóricas que lhe

está subjacente. Posteriormente, apresenta os objetivos específicos da investigação e a proposta metodológica. O subcapítulo dois estrutura-se em sete partes, a saber: caracterização sócio-demográfica da população em análise; análise do percurso pré e pós-migratório; reflexão sobre a importância do capital humano, do capital social e do capital financeiro nos processos migratórios; observação da mobilidade geográfica e profissional; percepção da qualidade de vida dos imigrantes em Portugal. Para terminar o subcapítulo três apresenta os perfis dos imigrantes em função da nacionalidade, dos processos migratórios, da mobilidade geográfica, da inserção no mercado de trabalho, da integração profissional, da percepção da qualidade de vida e da integração global.

**O último capítulo** sintetiza as principais conclusões e confronta-as com as hipóteses colocadas procurando-se refletir sobre o futuro da imigração em Portugal.

## CAPÍTULO I

### ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL: MIGRAÇÕES E MOBILIDADE SÓCIO-ESPACIAL

## I - Enquadramento Teórico e conceptual: Migrações e Mobilidade Sócio-Espacial

Para enquadrar conceptualmente os objetivos desta investigação começa-se por apresentar alguns conceitos inerentes aos processos migratórios e algumas teorias explicativas das migrações (micro-sociológicas e macro-sociológicas). A seguir, traça-se o panorama atual dos fluxos migratórios a uma escala mundial, e nomeadamente europeia. Posteriormente, explica-se a importância da mobilidade sócio-espacial dos imigrantes para a sua integração profissional e social, assim como se apresentam alguns fatores condicionantes (género, nacionalidade, níveis de escolaridade, redes familiares, recursos financeiros, entre outros). Por último, faz-se uma caracterização da mobilidade sócio-espacial dos trabalhadores da União Europeia (UE).

### 1 - Processo Migratório: conceitos e teorias explicativas

“Like many birds, but unlike most other animals, humans are a migratory species. Indeed, migration is as old as humanity itself.”

Massey, Douglas *et al*, 1998:1

O caráter complexo, multifacetado e dinâmico das migrações reflete-se no grande número de investigadores, das mais variadas áreas do saber, que se dedica a esta temática. Tendo em conta esta complexidade, o termo “migração” é, sem dúvida, ambíguo e, frequentemente, torna-se difícil defini-lo. Não existe uma definição universal, aceite por todos, mas há vários contributos para a sua clarificação.

De acordo com Geiger (2000), o termo “migração” foi criado após o estabelecimento dos Estados-Nações, com fronteiras definidas, para descrever o cruzamento destas por estrangeiros. Posteriormente, passou a ser aplicado para a travessia de qualquer linha territorial político-administrativa. No dicionário de Língua Portuguesa, a definição é “deslocações de um lugar para outro, país ou região”.

Para Jackson (1991), a migração é um movimento de uma população, temporário ou permanente, de um local físico para outro. A migração permanente implica uma nítida mudança de residência, mas, na migração temporária, o local de residência é mantido. Esta definição é mais completa, pois abrange a dimensão espacial e a temporal. No entanto, não quantifica a dimensão temporal, apenas contempla a mudança de residência, distinguindo a migração temporária da permanente, e também não contempla a escala espacial (regional, nacional, internacional).

Também o Instituto Nacional de Estatística (INE) define migração como sendo “a deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente, subdividindo-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país)”. No mesmo sentido, mencionando a dimensão espacial e temporal, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) refere-se à migração como um “movimento de uma pessoa ou grupo de pessoas de uma unidade geográfica para outra através de uma fronteira administrativa ou política, com a intenção de permanecer por tempo indeterminado ou temporariamente, em um local diferente do seu local de origem”. Esta definição alarga a abrangência do conceito, pois o movimento pode ser individual ou em grupo.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2009) refere-se aos movimentos que implicam mudança de residência habitual, quer seja uma movimentação internacional quer seja dentro dos limites do território do país de origem (região, distrito ou concelho). Esta definição contempla a mudança de residência como condição necessária para ser uma migração e apresenta várias dimensões espaciais (internacional, região, distrito, concelho), mas também não quantifica a dimensão temporal.

As definições anteriores apenas contemplam as vertentes espaciais e temporais (sem indicação de limites). Para Malheiros (1996), as migrações temporárias envolvem deslocações, para uma nova região ou país, por um período de 4 meses a 1 ano, sugerindo algumas motivações (para estudar ou trabalhar). Como refere Castles (2005), na maioria das ocasiões que se cruzam fronteiras não há migração, pois não há a intenção de permanecer nesse lugar, assim, migrar implica estabelecer uma nova residência, por um período mínimo de 6 meses a 1 ano. No entanto, estabelecer limites temporais é mais complicado do que estabelecer limites espaciais. Existe um consenso alargado relativamente aos limites espaciais internos (região, distrito, concelho) ou internacionais (entre países), mas os limites temporais são difíceis de estabelecer, existindo uma grande variedade.

Fonseca (2005:49) refere-se ao conceito de migração de uma forma muito clara, “a migração constituindo um subconjunto das formas de mobilidade geográfica, são movimentos que

implicam mudança de residência". Assim, a mudança de residência é a referência fundamental para analisar os movimentos migratórios. A autora enfatiza os problemas de quantificação dos fluxos, implicando sempre uma indicação precisa da dimensão temporal e espacial.

Com o objetivo de instituir regras comuns para a recolha e para o tratamento de estatísticas comunitárias sobre migração e proteção internacional, a União Europeia (UE) define alguns conceitos (Regulamento (CE) n.º 862/2007 o Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de julho de 2007), nomeadamente:

Artigo 2
Definições
1. Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:
a) «Residência habitual», o local onde o indivíduo passa habitualmente o seu período de descanso quotidiano, independentemente de ausências temporárias por motivos de lazer, férias, visitas a amigos e familiares, atividade profissional, tratamento médico ou peregrinação religiosa ou, na falta desses dados, o local da sua residência legal ou registada;
b) «Imigração», a ação pela qual um indivíduo que residia habitualmente num Estado-Membro ou num país terceiro estabelece a sua residência habitual no território de outro Estado-Membro por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de doze meses;
c) «Emigração», a ação pela qual um indivíduo que residia habitualmente no território de um Estado-Membro deixa de aí residir por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de doze meses.

Fonte: Regulamento (CE) n.º 862/2007

Na definição dada pela UE, a emigração ou a imigração existe se um indivíduo reside noutra país, mas num período mínimo de 12 meses, estabelecendo assim uma dimensão temporal.

Contudo, e tendo em conta as ambiguidades inerentes à definição de migração, vários países preferem identificar diferentes categorias de migrações, na tentativa de esclarecer os processos. Assim, referem os transmigrantes, os imigrantes permanentes, os imigrantes temporários de curta duração, os imigrantes temporários de longa duração, os refugiados, os deslocados, os migrantes circulares, os migrantes retornados, as migrações astronauta, as migrações póstumas, entre muitas outras. Esta lista evidencia a dificuldade em limitar a dimensão temporal de residência. Por exemplo, é cada vez maior o número de migrantes "transmigrantes", com vidas desenvolvidas em mais do que um país (comunidades transnacionais), tendo sucessivas residências e estando por períodos de tempo variados em cada uma delas.

Além das dificuldades apontadas na definição de migração/migrante, existem obstáculos na utilização de fontes estatísticas de vários organismos. Cada organismo define os seus critérios de categorização, em função dos seus objetivos. Assim, imperam critérios por níveis de qualificação profissional (migrantes altamente qualificados, migrantes qualificados, migrantes semiqualificados, migrantes não qualificados), por dimensão política (migrantes legais, migrantes ilegais, migrantes clandestinos), por dimensão espacial (migrantes internos, migrantes externos, migrantes internacionais), por dimensão temporal (migrantes temporários, migrantes permanentes), entre muitos outros. Esta multiplicação de classificações torna as abordagens comparativas muito complexas.

Concluindo, o conceito de “migração” pode ser definido como os movimentos de população (individuais ou coletivos) que implicam uma residência na área de destino, com caráter temporário ou permanente (migração última), com o objetivo de trabalhar, de estudar, entre outros.

A crescente importância das migrações tem sido objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam a sua diversidade e complexidade. Uma parte significativa das investigações faz uma reflexão das transformações económicas, sociais, políticas, demográficas e culturais que estes movimentos geram. É um tema estudado por geógrafos, economistas, sociólogos, demógrafos, entre outros. Os estudos procuram formular modelos explicativos para este fenómeno, analisando os impactos sociais e económicos nos territórios de origem e de destino e no próprio migrante.

Nos últimos tempos, os tipos, os fluxos e o volume de migrantes mudaram e diversificaram-se drasticamente, tornando-se cada vez mais difícil encontrar um modelo explicativo universal. Assim, ao longo do tempo, têm-se vindo a multiplicar as teorias explicativas (micro-sociológicas e macro-sociológicas) na tentativa de se adaptarem melhor às diferentes realidades e às mudanças sócio-económicas em curso.

De forma a compreender melhor este importante fenómeno social, é necessário explicitar algumas teorias micro-sociológicas e macro-sociológicas.

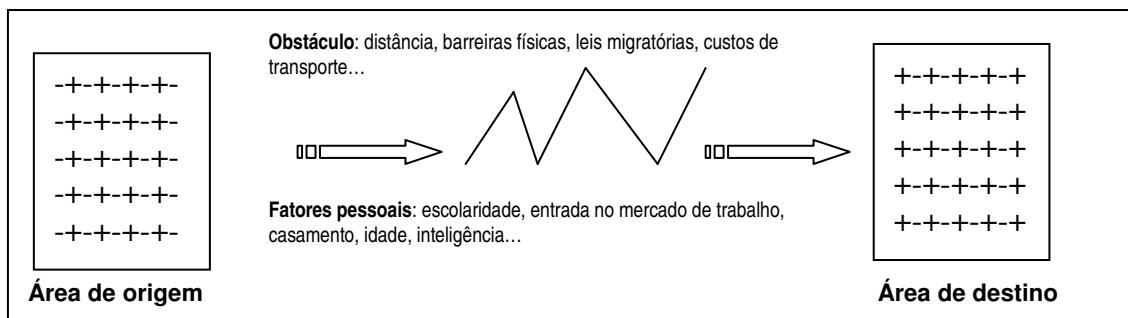
### **1.1 - As teorias micro-sociológicas**

Segundo Peixoto (2004), as teorias micro-sociológicas das migrações privilegiam o papel do agente individual. Independentemente das condicionantes externas, é a racionalidade individual que promove a decisão de mobilidade. Neste sentido, Haas (2008:4) refere que “the general notion that migration movements tend towards a certain spatial-economic equilibrium”.

No âmbito destas teorias, as migrações são vistas como uma racionalidade individual, existindo um cálculo dos custos e benefícios. Assim, o migrante desloca-se para onde pode ser mais produtivo, com o objetivo de ter melhores rendimentos. Evidentemente que esta equação depende das competências de cada migrante e da estrutura específica dos mercados de trabalho.

Com base nas informações relativas às características das áreas de origem e das potenciais áreas de destino (em particular, as situações de emprego e os níveis salariais), o migrante decide, ou não, por emigrar. Assim, surge o modelo de "Push-Pull", (empurra-puxa ou atração-repulsão), onde o motivo principal de migrar assenta no desejo do agente individual melhorar os seus recursos económicos. As diferenças salariais são um motor impulsionador das migrações, pois trabalhadores de baixos salários deslocam-se para as áreas de salários mais elevados. O geógrafo Ernest George Ravenstein (1885) foi o autor pioneiro desta teoria "The Laws of Migration", *Journal of the Statistical Society*, procurando explicar e prever os padrões de migração, dentro e entre as nações. Para Ravenstein (1885:198) «... the great body of our migrants only proceed a short distance, and that there takes place consequently a universal shifting or displacement of the population, which produces "currents of migration" setting in the direction of the great centres of commerce and industry which absorb the migrants». Nesta perspetiva, a migração é governada por um processo de "Push-Pull", isto é, as condições desfavoráveis num local (leis opressivas, impostos pesados, baixos salários, desemprego) empurram a população para locais mais favoráveis (melhores salários, mais emprego, leis mais democráticas). Este modelo serviu de ponto de partida para praticamente todos os modelos explicativos das migrações. Apesar da sua importância, esta teoria foi criticada por se concentrar no indivíduo e ignorar as características sociais e políticas que interferem nas migrações. Por isso, mostra-se incapaz de explicar certas situações, como o facto de não ser apenas a população mais pobre a migrar e os migrantes escolherem um país face a outro, quando os dois têm características semelhantes. Este é considerado um modelo simplista, não tendo em conta que a migração é um fenómeno social (Arnaud, 2006).

Mais tarde, o demógrafo Everett Lee (1966) utiliza a teoria de Ravenstein como ponto de partida e cria um modelo com quatro fatores explicativos do processo migratório: os fatores associados às áreas de origem; os fatores associados às áreas de chegada; os obstáculos que intervêm; e os fatores pessoais a ter em conta (figura 1).

**Figura 1 - Esquema interpretativo do “Modelo de Lee”**

Fonte: Adaptado (Lee, 1966), construído pelo autor

As migrações resultam da ponderação de aspetos negativos e positivos, quer das áreas de origem quer das áreas de destino. Para além destes fatores são tidos em conta todos os obstáculos existentes entre a origem e o destino e todos os fatores de ordem pessoal que facilitam, ou não, o processo migratório. Lee (1966:51) refere que “For many migrants the area of origin is that in which the formative years have been spent and for which the general good health of youth and the absence of annoying responsibilities create in retrospect an overevaluation of the positive elements in the environment and an underevaluation of the negative elements. On the other hand, the difficulties associated with assimilation in a new environment may create in the newly arrived a contrary but equally erroneous evaluation of the positive and negative factors at destination”.

Para Rocha-Trindade (1995), a compilação de causas de repulsão e de atração constitui uma primeira aproximação à questão “quem é que migra?”, mas não esclarece os fatores estruturais subjacentes aos padrões migratórios observados a longo prazo.

No modelo do “Capital Humano”, a análise migratória é realizada em função dos custos e benefícios. O movimento migratório envolve um investimento do migrante no seu próprio potencial produtivo, cujos resultados só podem ser atingidos a longo prazo. O migrante apostava na capacidade que possui em gerar maiores rendimentos no futuro (utilizando melhor as suas qualificações escolares e profissionais), mesmo que, para tal, seja necessário incorrer em custos importantes a curto prazo.

Sjaastad (1962) acrescenta que a migração não pode ser visualizada isoladamente, pois os investimentos complementares do indivíduo são tão importantes ou mais como todo o processo de migração. A idade é um dos fatores a ter em conta ao estudar as migrações, pois “since the age-income relation within an occupation is at least partially due to the accumulated experience (on-the-job training), older persons entering a given occupation even after minimal training are likely to

receive lower earnings than persons of similar age but well experienced in that occupation" (Sjaastad, 1962:88).

Um dos principais expoentes da teoria "capital humano" foi Gary Becker (1962), enriquecendo-a com a informação de que o investimento feito pelos indivíduos na educação formal e na aquisição de outros conhecimentos são determinantes na ponderação dos benefícios e dos custos. Mas acrescentou que, além deste cálculo racional, são tidos em conta outros aspectos determinantes, tais como, o casamento, a separação, a dimensão da família, a saúde física e emocional. Para Becker (1962:9), há muitas maneiras de investir no capital humano "... include schooling, on-the-job training, medical care, vitamin consumption, and acquiring information about the economic system. They differ in the relative effects on earnings and consumption, in the amount of resources typically invested, in the size of returns, and in the extent to which the connection between investment and return is perceived. But all improve the physical and mental abilities of people and thereby raise real income prospects".

Para Chiswick (1978:918), "After they arrive, immigrants gradually acquire knowledge of the language, customs, and nature of labor markets and these factors tend to raise their earnings". Segundo este autor, o capital humano que os imigrantes possuem tem influência nos rendimentos que auferem, pois constatou que os migrantes quando chegam às áreas de destino não possuem muitas qualificações (dificuldades linguísticas, desconhecimento dos costumes) o que implica rendimentos mais baixos. No entanto, com o decorrer do tempo, os imigrantes sentem necessidade de investirem na sua formação para melhorarem os seus rendimentos.

Schaeffer (1985) realça o facto da aquisição de "capital humano" (escolarização, formação e experiência profissional) favorecer as possibilidades de mudança posterior de emprego. Para o autor, "The acquisition of human capital in the form of schooling, training, and job experience opens up new job opportunities, which may induce a move to a new job." (Schaeffer, 1985:133).

Segundo Haas (2008:6), "Human capital theory assumes that personal assets such as skills, education, and physical abilities are fundamental "capitals" that boost economic production. Human capital theory also enables to theoretically explain the selectivity of migration beyond explanations focusing only on costs". Considera-se nesta teoria que os migrantes são diferentes em termos de competências pessoais, conhecimentos, habilidades físicas, idade, género. Assim, haverá diferenças nos benefícios decorrentes da migração.

No modelo "Ciclo de Vida", as principais variáveis estudadas são a influência do ciclo de vida individual e familiar (entrada na vida adulta, casamento, nascimento dos filhos, divórcios, reforma) na mobilidade. A tradição do estudo das migrações, segundo a perspetiva do "ciclo de vida", é muito antiga. Os primeiros estudos têm origem norte-americana com o estudo de Peter

Rossi (1955), "Why families move?", sendo esta publicação considerada o marco inicial das pesquisas relativas ao comportamento face à mudança e ao processo decisório. Para esta investigação, a elevada mobilidade residencial entre os adultos e as famílias jovens deve-se à influência dos casamentos, nascimento dos filhos e mudanças no emprego. Esta mobilidade diminui à medida que a idade progride, devido à anulação da influência das variáveis referidas (casamento, nascimento, filhos, mudança de emprego).

Para Sandefur & Scott (1981), há uma série de características no ciclo de vida familiar que variam com a idade e que atuam como determinantes da migração. Assim, o estado civil e o tamanho das famílias são determinantes na mobilidade dos indivíduos, pois as pesquisas mostram que os indivíduos casados e as famílias numerosas apresentam menores probabilidades de migrar.

Mincer (1978) também estudou a influência dos laços familiares na decisão de migrar, sendo o seu foco exclusivo de análise a família. Este estudo evidencia a importância dos ganhos familiares e não de um único indivíduo, enquanto motivador de movimentos migratórios de famílias inteiras. De uma forma geral, o casal tende a mover-se para um lugar onde o ganho da família seja maximizado. Este autor acrescenta que "when families are classified by education of husband, they are more likely to move. Educated husbands' contributions to family income are larger, and their gains from migration are more likely to out weigh their wives' losses. The deterrent effect of the wife's work status increases with distance, while the husband's education is positively related to the distance of migration" (Mincer, 1978:771).

O modelo da "Trajetória de Mobilidade Social" (Savage, 1988) utiliza uma perspetiva assente na trajetória social (mobilidade social e profissional) dos migrantes. Neste âmbito, os migrantes que têm maior mobilidade geográfica são os que têm maior probabilidade de ascensão profissional e social. As mulheres manifestam menor mobilidade geográfica, sendo assim menos propensas para a promoção social. Para Savage, existem três estratégias de mobilidade social: a empresarial, a organizacional e a ocupacional. Cada tipo de estratégia pode ter uma diferente relação com a mobilidade espacial. A estratégia empresarial é mais localizada no espaço, dada a importância dos recursos económicos, dos contactos locais e da rede de clientes. A estratégia organizacional é mais complexa, pois depende da estrutura espacial da organização. No caso de separação funcional no espaço, existe uma grande ligação entre a mobilidade social e a espacial, pois a mobilidade profissional ascendente exige, frequentemente, uma mobilidade espacial. A estratégia ocupacional pode envolver, também, um movimento no espaço. O grau de mobilidade espacial pode ser forte, quando o indivíduo obtém as suas qualificações e procura satisfazer as suas aspirações mas, posteriormente, tende a diminuir. No entanto, o autor refere que, na prática, os percursos de mobilidade social são muito complexos, havendo uma multiplicidade de situações.

## 1.2 - As teorias macro-sociológicas

Na perspetiva de Peixoto (2004), as teorias Macro-Sociológicas distinguem-se por privilegiarem a ação de fatores de tipo coletivo, ou estruturante, que condicionam, sob formas diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais. Rocha-Trindade (1995) acrescenta que estas teorias têm uma perspetiva histórico-estrutural em que a explicação para as migrações está nas pressões e contrapressões, quer internas quer externas, que se exercem sobre as economias nacionais, as quais conduzem a modificações na organização da produção. A unidade de análise dos movimentos da população assenta nas correntes migratórias e não nos fatores que influenciam as decisões individuais. Assim, surgem várias teorias, nomeadamente, a teoria “Mercado de Trabalho Segmentado”, o “Sistema-Mundo”, os “Sistemas Migratórios”, as “Institucionais” e as “Redes Migratórias”.

Segundo Peixoto (2004), no modelo “Mercado de Trabalho Segmentado”, grande parte das atrações específicas exercidas sobre a migração internacional, em particular a dirigida de países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, está relacionada com os mercados “secundários”. O facto de existirem atividades que funcionam com base num mercado de trabalho secundário afasta a maioria dos cidadãos nacionais e atrai migrantes provenientes de áreas pobres.

Michael Piore, em 1979, foi um dos pioneiros das teorias do mercado de trabalho dualista ou segmentado, tendo verificado que nos países industrializados os trabalhos precários, de baixa qualidade, são rejeitados pelos nacionais e ocupados pelos imigrantes, uma vez que as remunerações são superiores face às que tinham no seu país de origem. Assim, os empregos ocupados pelos imigrantes são desqualificados, mal remunerados, com estatuto social inferior e menos propícios à mobilidade profissional ascendente.

Esta teoria é criticada por ignorar os fatores que causam a migração e não explicar as diferenças que existem nas taxas de imigração entre os diferentes países com estruturas económicas semelhantes.

Portes (1999) tipifica quatro modalidades principais de incorporação de imigrantes nos mercados de trabalho, sendo o mercado de trabalho secundário, uma dessas modalidades, mas não a única: mercado de trabalho primário, mercado de trabalho secundário, enclaves étnicos e minorias intermediárias. Para este autor, “Contrariamente às percepções mais difundidas, os imigrantes mudam-se para as nações mais ricas não tanto porque queiram, mas mais por serem necessários” (Portes, 1999:134).

Immanuel Wallerstein (1974) desenvolve a abordagem conceptual em torno do “Sistema-Mundo”. Refere que já no século XVI se começou a formar um sistema mundial dominado pela

Europa e composto por três esferas concéntricas: periferia, centro e semiperiferia. Assim, a população dos países pobres migrava para os países industrializados que necessitavam de mão de obra de baixa qualidade, especialmente oriunda de antigas colónias. A crítica a esta teoria reside no facto dos fluxos migratórios mais frequentes serem entre países que não têm ligação histórica. A esta crítica Arango (2003:17) acrescenta que "...los migrantes son poco más que peones pasivos en el juego de los grandes potencias y de los procesos mundiales regidos por la lógica de la acumulación de capital."

A teoria dos "Sistemas Migratórios" foi criada pelo geógrafo Akin Mabogunje (1970) que definiu um sistema de migração como um conjunto de lugares ligados por fluxos e contrafluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação, que tende a facilitar um maior intercâmbio, incluindo a migração, entre os lugares (Haas, 2008). Nesta abordagem, os fluxos migratórios são resultantes de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes conferem as características de um sistema. Tal resulta da interação existente entre vários elementos. Na prática, o modelo permite identificar um conjunto de regiões ou países que alimentam fluxos migratórios importantes entre si (frequentemente em ambos os sentidos e envolvendo "tipos" migratórios diversos). A dinâmica de cada "sistema migratório" é particular: resulta de um contexto histórico (económico, social, político e tecnológico) e da interligação entre fluxos migratórios e outro tipo de intercâmbios (políticos, comerciais). A existência de relações particulares (incluindo migratórias) entre regiões ou grupos de países gera, por sua vez, condições de alguma continuidade, uma vez que as decisões migratórias individuais são tomadas sob a influência desse contexto, que elas próprias contribuem para consolidar (Peixoto, 2004).

As teorias institucionais salientam o papel do estado, das empresas privadas e públicas, das agências de emprego, das associações de apoio a migrantes, das entidades financeiras, dos departamentos governamentais, no desencadear ou no acompanhamento dos fluxos migratórios. Por exemplo, o Estado desempenha um papel importante nos trajetos migratórios uma vez que através das políticas de imigração fomenta ou restringe a entrada de estrangeiros.

O tipo de migrantes abrangido pelas diferentes instituições é diferente. No caso dos modelos admitirem o papel direto das organizações empregadoras no desencadear dos fluxos, os migrantes são, sobretudo, de estatuto socioeconómico médio ou elevado. Os modelos com ação de instituições de acompanhamento ou suporte abarcam sobretudo os migrantes de condição social inferior. As políticas restritivas dos países desenvolvidos e as fragilidades dos percursos migratórios levam ao aparecimento de organizações (frequentemente clandestinas) que promovem os meios de acesso (incluindo o ilegal) ao país. Segundo Castles (2005), a importância atribuída ao Estado na promoção dos fluxos migratórios, pode levar a pensar que para pôr fim a esses fluxos bastaria o

Estado mudar de estratégia. No entanto, o autor refere que uma vez iniciado um fluxo migratório ele próprio desenvolve as suas dinâmicas, sendo difícil de cessá-lo.

O modelo que realça o papel das “Redes Migratórias” evidencia que os migrantes não atuam isoladamente, nem na reflexão inicial, nem durante a realização dos percursos de mobilidade, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou de agentes promotores da emigração, que fornecem informação vária, as escolhas disponíveis e os apoios à deslocação e à fixação definitiva (Peixoto, 2004).

Segundo Massey (2004) e Bourdieu & Wacquant (1992), os movimentos migratórios dependem do “capital social” - soma dos recursos que um indivíduo ou grupo tem em virtude de possuir uma rede durável de relacionamentos institucionais, que promovem o conhecimento mútuo e o reconhecimento. A principal característica do capital social é a sua convertibilidade, podendo traduzir-se em outras formas de capital, nomeadamente, em capital financeiro, permitindo aos migrantes uma melhoria da sua posição na área de destino. Esta rede permite que os migrantes consigam empregos, melhores salários, informações de novas áreas de destino, entre outros benefícios.

A utilização das redes sociais não é uma novidade na pesquisa sobre a migração. Vários investigadores analisaram as redes de migração e o papel que parentes e amigos desempenhavam no fornecimento de informações e auxílio no processo migratório. Massey (1990) afirma que as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não-migrantes numa complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos num quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados. Para Tilly (1990) as redes sociais são conjuntos de pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco e experiência de trabalho, que incorporaram o país de destino nas alternativas de mobilidade por eles consideradas.

No modelo dos “Laços Éticos e Sociais”, salientam-se os laços de natureza social e étnica que unem algumas atividades nas áreas de chegada. A base destes grupos pode ser mais territorial, os “enclaves”, ou ocupacional. A importância económica de uma comunidade é constituir um mercado de bens e serviços de raiz cultural, uma reserva de trabalho e uma fonte de capital para a realização de investimento (Machado & Abrantes, 2004). Esta breve análise sobre algumas teorias das migrações chama a atenção para a complexidade deste fenómeno, as diferentes teorias apresentadas e os autores mencionados são alguns dos exemplos, não esgotando toda a produção teórica sobre esta temática. Qualquer uma das teorias não permite uma explicação completa e satisfatória das migrações, dada a complexidade dos processos. Assim, há a necessidade de utilizar

as diferentes fontes teóricas para desenvolver uma explicação mais abrangente. Arango (2003) mostra que a migração é muito diversa e multifacetada, ocorrendo em variados contextos, de modo que uma única teoria seria insuficiente para a explicar.

O modelo “Push-Pull” permitiu, de uma forma simplista, encontrar algumas causas que levam à migração, no entanto sabe-se que os fatores económicos não são os únicos que levam a essa situação, havendo outros, sociais, políticos, culturais e psicológicos (redes sociais, fluxos de informação, políticas migratórias, entre outros). Como refere Haas (2008:9), este modelo ignora a estratificação e a heterogeneidade das sociedades e, além disso, “Another fundamental weakness of this model is that push and pull factors are generally mirrored in each other. For example, the argument that migrants are lured to big cities or to foreign countries because of the high wage ‘pull’, is implicitly or explicitly made in relation to an apparent low wage ‘push’ at the sending end”.

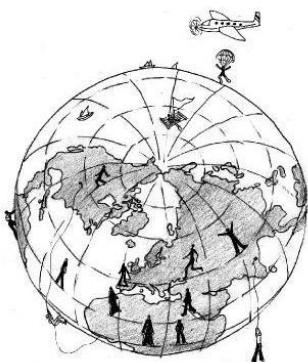
Concluindo, todos os fatores desempenham um papel importante na decisão de migrar, daí a necessidade de todas as teorias explicativas se interligarem e se complementarem. A existência de vários modelos explicativos da mobilidade da população demonstra a grande complexidade do fenómeno migratório, havendo dificuldades em encontrar uma única abordagem teórica suficiente, para explicar de forma holística este processo. Como refere Peixoto (2004), é crucial fazer uma leitura cruzada, pois as migrações (como os outros fenómenos sociais) evidenciam uma complexidade impossível de ser abrangida por uma abordagem disciplinar isolada. A existência de vários modelos teóricos sobre migração sem ligação conduz, segundo Massey (1990), a um conhecimento teórico incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para a pesquisa e para as políticas públicas. O autor salienta a importância de se elaborar uma teoria que incorpore, simultaneamente, os vários níveis de análise dentro de uma perspetiva processual. Abad (2003) reforça esta ideia, realçando a necessidade de uma abordagem teórica plural e complementar, integrando diferentes contribuições teóricas. Assim, uma explicação cabal das migrações atuais terá de englobar genericamente as teorias existentes e outras formas de articulação, num processo integrado e dinâmico.

## 2 - Complexidade e diversidade dos atuais fluxos migratórios Internacionais

### 2.1 - O crescente aumento dos fluxos migratórios internacionais

“... Being able to decide where to live is a key element of human freedom”.

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2009:1



Para Jackson (1991:1), “as sociedades humanas não são estáticas, tendo, de uma forma geral, estado sujeitas a desastres, guerras e convulsões que provocaram migrações, fugas e a busca de refúgios seguros”. Assim, as migrações são um fenómeno antigo, sendo impossível encontrar um período da História em que não se tenha registado: desde a pré-história em que os povos nómadas tinham de se deslocar de uma área para outra, à procura de alimentos e de melhor clima, até às deslocações do povo haitiano, devido aos sismos, passando por centenas de migrantes que tentam entrar, por exemplo, todos os dias, em Inglaterra, nos Estados Unidos da América, em Lampedusa à procura de melhor emprego. Como refere Vieira (2007), os deslocamentos da população constituem elementos importantes na compreensão da História da Humanidade.

Castles (2005) considera que são as transformações económicas, demográficas, políticas e sociais que ocorrem no seio de uma sociedade que fazem com que a população migre. Assim, pode-se dizer que são vários os fatores que justificam o crescente aumento das migrações à escala mundial. No entanto, as disparidades económicas e demográficas existentes entre os países, a globalização económica e a mobilidade da mão de obra, o reforço das redes e das estruturas de apoio à migração, o desenvolvimento dos transportes e das tecnologias de comunicação e difusão são os principais fatores que explicam este aumento.

As discrepâncias entre os países mais pobres e os mais ricos são também cada vez maiores. Como refere Entzinger (2001), os países mais pobres apresentam um sistema socioeconómico debilitado, tornando a emigração uma necessidade ou uma alternativa para a sobrevivência. A falta de recursos e de perspetivas de futuro, nos países pobres, leva a população a procurar melhores condições de vida nos países mais ricos. Verifica-se que mais de 75% dos migrantes internacionais movimentam-se para países com um maior índice de desenvolvimento humano, face ao seu país de origem.

Simultaneamente, as baixas taxas de crescimento natural nos países desenvolvidos (menor que 0.3%), e as altas taxas de crescimento natural nos países em vias de desenvolvimento (seis vezes maiores) geram também fluxos migratórios. Nos países em vias de desenvolvimento, o elevado número de população e as dificuldades económicas reforçam a mobilidade da população para os países desenvolvidos. Estes, por sua vez, necessitam de mão de obra, em certas atividades, resultado do envelhecimento<sup>1</sup> da população, da baixa taxa de natalidade e do aumento da escolaridade da população (com o aumento da escolarização a população tende a recusar empregos menos qualificados e socialmente desvalorizados).

Também a mundialização e a integração económica implicam uma circulação mais livre, quer de bens e capitais quer de serviços e de mão de obra. A contratação de trabalhadores à escala mundial permite uma redução de custos e uma maior competitividade no mercado. Como acrescenta Neves & Rocha-Trindade (2008:168), “o que contribui para reforçar a relevância dos fenómenos migratórios atuais não é apenas a globalização, mas um processo mais complexo que envolve simultaneamente globalização e localização, chamada “glocalização”. Nesta perspetiva, as migrações ganham uma nova dinâmica que resulta do cruzamento e interação entre a globalização e a sociedade de conhecimento, que gera a intensificação dos fluxos migratórios e mudanças qualitativas nesses fluxos, ou seja, novas formas, novas dinâmicas, novos riscos, novos protagonistas e motivações”. No entanto, é de realçar que apesar de todos os estímulos à mobilidade da população, crescem simultaneamente restrições, através de políticas de controlo da imigração. Como refere Póvoa Neto (2010:5), “Dentre as restrições em sentido amplo, pode-se falar em barreiras político-institucionais, expressas em políticas migratórias restritivas ao ingresso de imigrantes, segundo as suas qualificações, e com limitações temporais à permanência. Em barreiras

---

<sup>1</sup> Na ausência de migrações internacionais a população dos países desenvolvidos com idades entre os 20 e os 60 anos diminuirá em 23% passando de 741 milhões para 571 milhões, em 2050. Estima-se que a população entre os 20 e os 64 anos na África passe de 408 milhões (2005) para 1,12 mil milhões (2050); na Ásia de 2,21 mil milhões (2005) para 3,08 mil milhões (2050); na América e Caribe de 303 milhões (2005) para 441 milhões (2050). Assim, durante as próximas 4 décadas os países em vias de desenvolvimento poderão fornecer o número de pessoas em idade de trabalho necessárias nos países desenvolvidos, cuja população está a envelhecer (IOM, 2010).

culturais e ideológicas também se pode falar, com o migrante representado como inferior, indesejável ou ameaçador à segurança e ao bem-estar das sociedades de imigração”.

Para Hammar & Tamas (1997), as redes e contactos pessoais entre migrantes e seus familiares, amigos ou traficantes podem levar a um crescimento contínuo da migração. As redes sociais não só apoiam os migrantes em todo o seu percurso migratório como também promovem a continuidade dos fluxos. Estas redes assentes em laços familiares ou de conterraneidade, nos países de origem, ajudam monetariamente o migrante a suportar as despesas da viagem e no país de destino auxiliam a arranjar habitação, emprego, a resolver os assuntos burocráticos, funcionando como âncoras de apoio, na partida e na chegada. Neste sentido, Castles (2005) acrescenta que “além destas redes sociais, emerge uma “indústria das migrações” que tem interesse na manutenção dos fluxos migratórios e que, frequentemente, faz gorar os esforços para controlar ou deter os movimentos da população”.

O desenvolvimento dos transportes e das novas tecnologias de informação e comunicação permitem a crescente mobilidade de capitais, bens, serviços, informações e pessoas para qualquer parte do mundo. Assim, são cada vez mais, as pessoas que se movem em busca de novas oportunidades e de uma vida melhor, estejam elas onde estiverem, sendo cada vez mais difícil gerir os fluxos migratórios.

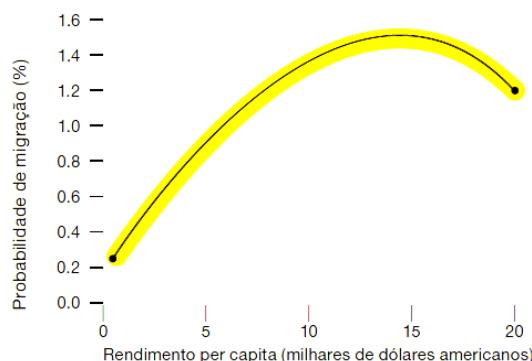
Atualmente, motivados por uma ou várias razões, os movimentos migratórios atingem valores elevados. Entre 1965 e 2000, o número de pessoas que vivia fora do país onde tinha nascido aumentou de 75 para 150 milhões. Em 2010 esse valor ultrapassa os 214 milhões de migrantes (IOM, 2010). Embora com diferente magnitude e intensidade, as migrações tocam todos os continentes, tornando-se um fenómeno mundial. Por isso, Gaspar (2002:77) refere que a “errância ou nomadismo são uma face da sociedade globalizada” e Castles & Miller (1998:17) consideram que a transição do milénio assenta na “Era das Migrações”.

Apesar do aumento das migrações internacionais, o número de pessoas residentes num país estrangeiro representa apenas 3.1% da população mundial. Segundo Entzinger (2001) e Malmberg (1997), e se a migração fosse livre, a esmagadora maioria continuava a ficar em casa, porque uma grande parte da população não tem meios económicos para partir, muitos estão enraizadas nos locais onde vivem, outros olhariam a vida dos países desenvolvidos como sendo, igualmente, inferior àquela que têm. A pobreza constitui uma restrição à migração, uma vez que as despesas inerentes à mobilidade crescem à medida que as distâncias a percorrer são maiores, por isso, só poderá ser realizada por aqueles que têm recursos económicos para a poder financiar. No entanto, muitos migrantes, por terem dificuldades na obtenção desses recursos, recorrem a agências, legalizadas ou não, que financiam a sua deslocação, principalmente, para curtas

distâncias. Além das dificuldades económicas, a população das regiões mais pobres tem elevadas taxas de analfabetismo, o que dificulta o acesso à informação relativa às oportunidades existentes noutras países.

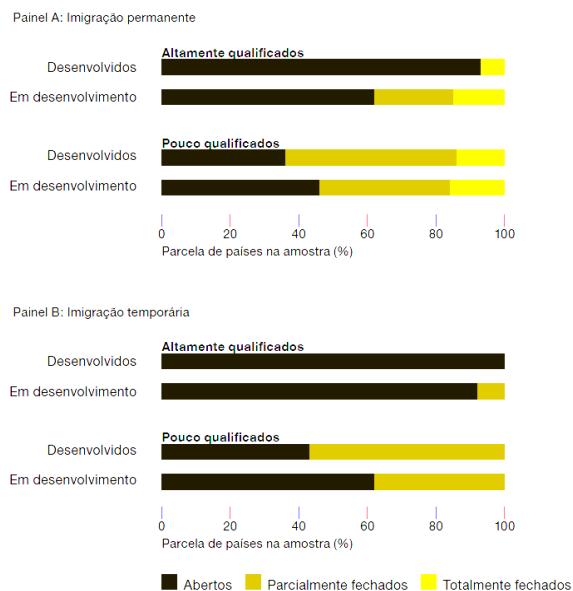
Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2009, a probabilidade de migrar aumenta com o rendimento do agregado familiar, no entanto a partir de certo nível de rendimento começa a haver um decréscimo (figura 2). Lacroix (2008) refere que os mais pobres são os menos propensos a migrar devido aos custos e riscos envolvidos na deslocação. Assim, a maioria das pessoas pobres parece migrar internamente, no entanto, acrescenta que existem trabalhos que contradizem estes resultados (Sabates-Wheeler *et al*, 2009) mostrando que mesmo os mais pobres parecem migrar com sucesso.

**Figura 2 - Probabilidade de migração em função do rendimento per capita**



Fonte: RDH, 2009:25

O aumento de políticas restritivas à imigração e a criação de mais fronteiras (mais procedimentos administrativos) implicam mais gastos envolvidos na deslocação da população, dificultando a mobilidade, principalmente, das populações mais pobres.

**Figura 3 - Abertura à imigração dos países desenvolvidos e em desenvolvimento**

Fonte: RDH, 2009:36

Segundo o RDH (2009), as políticas de imigração têm vindo a favorecer os imigrantes com mais qualificações, os mais jovens e em idade de procriar. Pela figura 3, constata-se que 94% dos países desenvolvidos estão abertos à imigração permanente de mão de obra altamente qualificada e 100% abertos se for uma imigração temporária<sup>2</sup>. No caso de ser mão de obra pouco qualificada, apenas 38% estão abertos a esta imigração com caráter permanente e 42% se for temporária. Os países em desenvolvimento são menos restritivos, face aos países desenvolvidos, para receberem imigrantes pouco qualificados e mais restritivos para acolherem imigrantes altamente qualificados, com caráter permanente ou temporário. Também se verifica que existe maior percentagem de países que prefere trabalhadores com caráter temporário do que permanente. Assim, nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento a mão de obra qualificada tem menos restrições à sua entrada, quer seja temporária ou permanente, face à mão de obra pouco qualificada.

Além destes fatores limitativos, o RDH (2009) menciona que em alguns países desenvolvidos, como a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia, a preferência por trabalhadores

<sup>2</sup> Segundo o relatório da SOPEMI (OCDE, 2010) desde meados dos anos 2000 que a imigração temporária aumentou, começando a baixar em 2008. Em 2008, mais de 2.3 milhões de trabalhadores temporários imigrantes chegaram aos países OCDE resultado do aumento do trabalho sazonal, programas de trabalho de férias e transferência intraempresas, enquanto que a imigração laboral, por um período fixo, decresceu.

altamente qualificados é implementada através de um sistema de pontos. As fórmulas<sup>3</sup> para atribuição dos pontos têm em conta a educação, a ocupação, a proficiência linguística, a presença de parentes no país e a idade do imigrante. O relatório da SOPEMI (OCDE, 2010) refere que a Dinamarca, o Reino Unido e os Países Baixos continuam também a utilizar sistemas baseados em pontos, favorecendo os imigrantes qualificados, enquanto que a Suécia abriu a imigração a todos os níveis de qualificação.

A Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (CMMI, 2005) considera que a distinção entre trabalhadores qualificados e não qualificados é, em certos casos, pouco útil, na medida em que não consegue fazer justiça à complexidade das migrações internacionais. Por exemplo, muitos países estão, atualmente, interessados em recrutar migrantes especialistas em tecnologias da informação e engenharia, mas estão, igualmente, interessados em atrair indivíduos capazes de prestar cuidados de elevada qualidade aos idosos e às crianças. Ainda que estes trabalhadores possam ter diferentes níveis de habilitações académicas e profissionais, todos são considerados como trabalhadores essenciais e profissionais com competências específicas.

Tendo em conta os fatores anteriormente mencionados sobre as limitações à mobilidade da população, verifica-se que as migrações internas têm um peso maior sendo quatro vezes superiores às internacionais, atingindo o valor de 740 milhões de migrantes internos, em 2010. Estas migrações dentro das fronteiras nacionais são bastante significativas em magnitude e apresentam um enorme potencial no sentido de otimizar o desenvolvimento humano, diminuindo as disparidades da população ao nível da qualidade de vida.

A complexidade e as consequências das migrações atuais, tanto para as áreas de origem como de destino, não dependem apenas da quantidade da população envolvida mas, principalmente, dos tipos de movimentos, com destaque para os que envolvem trabalhadores, reagrupamento familiar, refugiados, deslocados, mulheres, crianças, ou para os que estão associados à prostituição, à criminalidade e à ilegalidade. Todos estes movimentos compõem uma rede migratória complexa e heterogénea, de amplitude, de composição e de direção variadas. Assim, as migrações tornaram-se um assunto prioritário na agenda política mundial, devido à tomada de consciência relativamente aos desafios e às oportunidades que estes fluxos geram. Parafraseando Castles (2005:7) “as migrações constituem um importante fator de mudança social no mundo contemporâneo”.

---

<sup>3</sup> Os pontos são atribuídos para cada característica, os migrantes que tenham um número mínimo de pontos estão convidados a emigrar com os seus familiares diretos, até um máximo pré-especificado por ano. Os migrantes não têm que ter um emprego antes da chegada (às vezes, ganham pontos extras se têm uma oferta de emprego) ao país de destino quando chegam procuram trabalho como qualquer outra pessoa (Lemaitre, 2010).

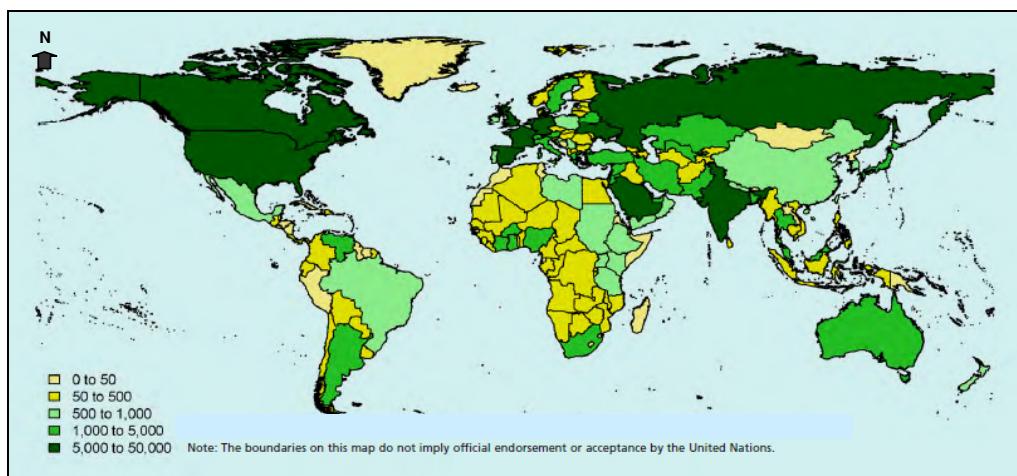
## 2.2 - Novas tendências e questões migratórias à escala mundial

Em 2010 o número de migrantes atinge os 214 milhões de internacionais e 740 milhões de internos<sup>4</sup>. A importância que as migrações assumem, atualmente, não decorre do seu valor quantitativo, mas sim, da sua distribuição geográfica heterogénea, evidenciando uma forte concentração em certos continentes, países ou cidades. Esta confluência gera grandes transformações demográficas, económicas e sociais, sendo de realçar que 70% dos migrantes internacionais vivem nos países mais desenvolvidos e quase 50% concentram-se apenas em 10 países.

Atualmente, a Europa, a Ásia e a América do Norte são os três continentes com maior número de migrantes internacionais com 69.8 milhões (32.6%), 61.3 milhões (28.7%) e 50 milhões (23.4%), respetivamente. A África contribui com 19.3 milhões (9%) e a América do Sul com 7.5 milhões (3.5%). A Oceânia é o continente com menor número de migrantes internacionais, apenas 6 milhões (2.8%) (ONU, 2010).

Estes números revelam desigualdades na distribuição geográfica dos migrantes internacionais, entre os continentes do Norte e os do Sul. Os do Norte (Europa, Ásia, América do Norte) são os mais atrativos para os migrantes internacionais e os do Sul (Oceânia, América do Sul, África) são os que atraem menos migrantes. Os fluxos emigratórios têm predominantemente uma direção Sul-Norte, privilegiando os países mais desenvolvidos.

**Figura 4 - Migrantes Internacionais por país, em 2010**



Fonte: ONU, International Migration 2009:2

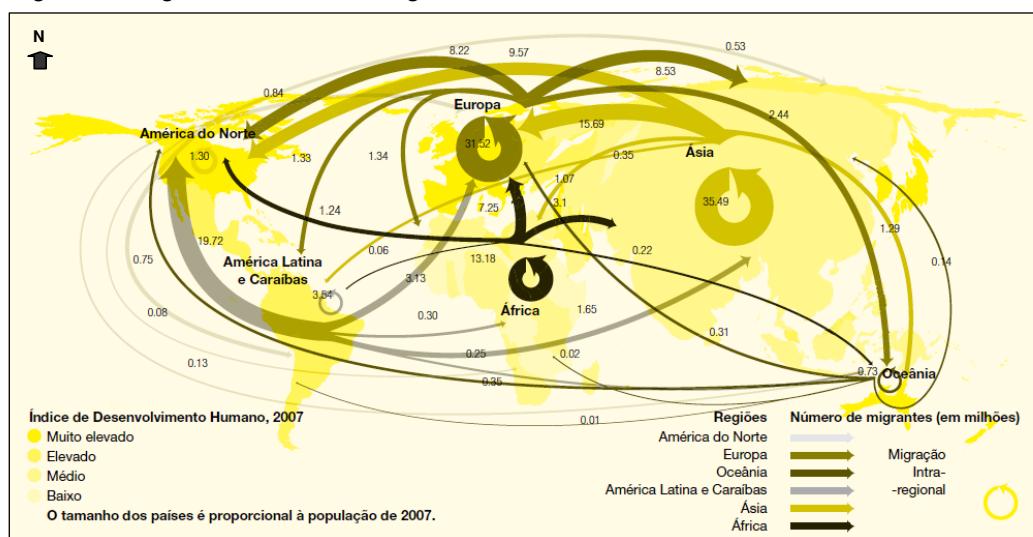
<sup>4</sup> Com os migrantes internos podia-se formar o terceiro país mais populoso do mundo e com os internacionais, o quarto depois da China, Índia, Estados Unidos da América.

A observação da figura 4 permite fazer uma análise mais pormenorizada dos migrantes internacionais, por país. Os países do Norte, mais desenvolvidos, apresentam um maior número de migrantes internacionais. Os 10 mais atrativos estão concentrados, principalmente, no continente europeu (Federação Russa, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha e Ucrânia), na América do Norte (Estados Unidos da América e Canadá) e na Ásia (Arábia Saudita e Índia).

Os Estados Unidos da América é o país que acolhe mais migrantes internacionais, com 42.8 milhões, seguindo-se a Federação Russa com 12.3 milhões e a Alemanha com 10.8 milhões.

No passado, o mapa dos principais fluxos migratórios internacionais era composto por poucas setas, direcionadas para os países do Novo Mundo. Na atualidade, o mapa tornou-se mais complexo, pois inúmeras setas ligam todos os continentes, todos os lugares.

**Figura 5 - Origem e destino dos migrantes internacionais, em 2010**



Fonte: BDH 20095-24

Nas migrações internacionais prevalecem as migrações intracontinentais (figura 5), por exemplo, na Ásia, os 35.49 milhões de migrantes internacionais são oriundos do próprio continente, o que significa mais de metade do total dos migrantes internacionais lá existentes.

A população de África move-se dentro do continente, para países como a África do Sul, os países do Magrebe e a África Ocidental. O continente asiático é o maior fornecedor de migrantes trabalhadores temporários e tem os maiores fluxos intrarregionais, principalmente para a China e

<sup>5</sup> No mapa as magnitudes dos fluxos foram ilustradas pela espessura das setas, o tamanho de cada região foi representado de forma proporcional à sua população e a cor de cada país representa a sua categoria em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (RDH, 2009).

Índia. O continente europeu apresenta uma dinâmica migratória diferente em virtude da UE criar uma política comum de imigração, cuja a população tem liberdade de circulação. O continente americano é caracterizado por um forte fluxo migratório com direção Sul-Norte, da América Latina e do Caribe para os Estados Unidos da América e Canadá. A Oceânia tem dois principais destinos internacionais, a Austrália e a Nova Zelândia.

A origem dos principais fluxos está nas áreas pobres e muito povoadas do mundo (Norte de África, América Latina e Centro e Sudeste da Ásia), onde predominam os países em desenvolvimento. Os destinos dos principais fluxos são os países mais desenvolvidos, com um Índice de Desenvolvimento Humano superior às áreas de origem, Europa e América do Norte (RDH, 2009).

**Quadro 1 - Números relativos às migrações mundiais**

Mulheres	104860000
Illegais	20000000 a 30000000
Deslocados	27100000
Refugiados	16345740

Fonte: IOM, 2010 com tratamento próprio

As mulheres representam 49% dos migrantes internacionais, o que reflete a crescente feminização dos fluxos migratórios (feminização quantitativa, para salientar o aumento expressivo da participação feminina nas atuais migrações internacionais, quadro 1). As mulheres têm, cada vez mais, um papel ativo nos fluxos migratórios, pois deixam o perfil de acompanhantes do cônjuge ou de figuras que se juntam para o reagrupamento familiar, para terem um perfil de trabalhadoras que enviam, muitas vezes, remessas significativas de dinheiro para as respetivas famílias que permanecem no país de origem. Como refere Mora (2007), «... se constata una tendencia a que las mujeres migren cada vez más de manera autónoma en calidad de trabajadoras independientes y como principales proveedoras de sus familias. En general, esta “autonomización” de la migración femenina guarda una estrecha relación con la progresiva consolidación de una demanda globalizada de mano de obra migrante en el setor de los servicios domésticos y de cuidado - denominada en ocasiones “comercio de empleadas domésticas” - en los mercados de trabajo de los países receptores».

A maioria das mulheres, mesmo recebendo salários mais baixos, envia, proporcionalmente, mais dinheiro do que os homens para o seu país de origem, chegando a enviar mais de 70% da sua remuneração, em remessas (RDH, 2009). Para Marinucci (2007), a reunião familiar continua a ser

uma das principais causas das migrações femininas, sobretudo nos países do Norte. No entanto, cresce o número de mulheres que se desloca por razões de trabalho, assumindo um emprego remunerado no país de destino, garantindo o seu próprio sustento e o dos seus familiares. Neste contexto, fala-se em “feminization of work” ou proletarização das mulheres para designar o aumento, a nível internacional, da inserção feminina no mercado de trabalho.

Apesar da quase igualdade numérica por género, verifica-se que existem grandes desigualdades, havendo um forte favorecimento do género masculino. Muitos autores chamam “feminização da pobreza”, ou seja, vulnerabilidade económica decorrente da dificuldade da mulher entrar no mercado de trabalho ou, da sua concentração em empregos tipicamente “femininos” (mal remunerados e extremamente precários). Mas, apesar das desigualdades entre géneros, a feminização dos fluxos migratórios continuará nos próximos anos, sobretudo devido ao aumento da procura, nos países desenvolvidos, de mão de obra para os setores, tradicionalmente associados às mulheres: trabalho doméstico, enfermagem, serviços de cuidados pessoais, limpezas, entretenimento e comércio sexual. Como refere a CMMI (2005:14), “as atitudes negativas, nos países de origem, para com as mulheres divorciadas, viúvas, sem filhos e solteiras, juntamente com o facto de muitas mulheres terem hoje maior acesso à educação e uma maior consciência dos seus direitos humanos, irão criar mais incentivos para as mulheres, de todos os níveis de educação, irem procurar emprego e novas experiências no estrangeiro”.

Os fluxos de remessas mundiais, em 2008, ultrapassam os 444000 milhões de dólares, dos quais 338000 milhões destinam-se aos países em vias de desenvolvimento. Segundo a ONU (2010), as remessas representam mais de 20% do total do PIB em países como: Honduras, Jordânia, Líbano, Tajiquistão e Moldávia. Estas remessas tornam-se a fonte mais importante de financiamento do crescimento em muitos países em vias de desenvolvimento, pois proporcionam uma melhoria na qualidade de vida ao nível da alimentação, saúde, educação e habitação, promovendo, em alguns casos, o investimento em pequenos negócios.

Para Tolentino *et al* (2008:19), “as remessas são, assim, de longe, a maior fonte de financiamento externo do mundo em desenvolvimento, ultrapassando largamente os montantes anuais, quer da Ajuda Pública ao Desenvolvimento quer do Investimento Direto Estrangeiro. O seu impacto sobre a atenuação da pobreza e promoção do crescimento é amplamente reconhecido. Estudos atuais demonstram que um aumento de 10% no total das remessas per capita tem como consequência uma redução média de 3,5% na proporção de população pobre”.

O recente crescimento nas remessas registadas deve ser atribuído não só a um aumento real das remessas, mas também ao resultado de um melhor acompanhamento e registo por parte dos bancos e governos. As remessas dos emigrantes constituem o impacto mais direto e visível dos

movimentos migratórios e, por isso, recebem cada vez mais atenção dos investigadores na última década (Lacroix, 2008).

No final de 2009, o número de pessoas deslocadas<sup>6</sup> internamente pelos conflitos, violência ou violações dos direitos humanos em todo o mundo é cerca de 27,1 milhões. Este valor representa um aumento de mais de 1 milhão de pessoas em relação aos 26 milhões de deslocados estimados para 2008 e também para 2007. Mais de metade das pessoas internamente deslocadas no mundo são do Sudão, Colômbia, Iraque, Congo e Somália. O continente com mais deslocados internos é o Africano, com 11,6 milhões de pessoas. Esta população depara-se com graves problemas, nomeadamente, ao nível da alimentação, da água potável, da habitação, da saúde e da educação.

Em 2010, estima-se que existam 16,3 milhões de refugiados<sup>7</sup>, dos quais 10,8 milhões na África e 2,5 milhões na Ásia. Os critérios restritivos na concessão de vistos, sanções contra as transportadoras, tratados de readmissão lançam os refugiados, dispostos a tudo para fugirem, nas mãos dos passadores (ACNUR, 2000).

Na maioria dos campos de refugiados aplica-se o princípio “care, cure and control”, uma vez que são dispositivos policiais, alimentares e sanitários que seguem simplesmente normas de sobrevivência. A maioria dos campos de refugiados situa-se nas margens, afastados dos locais de vida comuns. Estes campos concentram-se e expressam-se de várias formas: centros de trânsito e campos de detenção dos que pedem asilo (Woomera, na Austrália); campos de agrupamento de deslocados (no Sudão e Angola); centros de urgência (Sangatte, em França); áreas de espera de pessoas em trânsito nos aeroportos (Zapi 2 e 3 do Charles de Gaulle, em Paris); áreas portuárias e barcos (Tampa, Austrália) e em minúsculas ilhas (Nauru<sup>8</sup>, no Pacífico). Para Agier (2006), estas

---

<sup>6</sup> Definição de deslocado - Os deslocados são pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou a deixar suas casas ou locais de residência habitual para evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, as violações dos direitos humanos ou de catástrofes naturais ou feitas pelo Homem. Os deslocados internos não cruzam uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida (*Internal Displacement Monitoring Centre*, 2010).

<sup>7</sup> Definição de refugiado – Os refugiados são os que em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar (Convenção de Genebra de 1951).

<sup>8</sup> No final de agosto de 2002, o cargueiro soviético "Tampa" recolheu pouco mais de quatrocentos refugiados afgãos no oceano Índico, perto da ilha australiana de *Christmas*. Com a intenção de impedir a entrada em águas territoriais, o governo australiano colocou um navio sob vigilância de comandos de elite e mobilizou as Forças Especiais Aéreas para impedir que ele acostasse em território nacional. A atitude do governo contrariou um princípio inscrito na Convenção de Genebra de 1951 (um imigrante ilegal não pode ser enviado de volta para o seu país de origem antes que o seu pedido de asilo tenha sido examinado), o que obrigou o governo australiano a rever a sua posição e fez com que os refugiados suspendessem a greve de fome. Os refugiados foram transferidos para territórios próximos, na Nova Zelândia e na minúscula ilha de Nauru, no Pacífico. No curso das disputas do governo

formas compõem, juntamente com os campos de refugiados, um conjunto de espaços, atualmente em crescimento, para manter refugiados “clandestinos” e “indesejáveis” à espera, em sobrevivência e sem direitos.

Atualmente, as fronteiras estão cada vez mais abertas à mobilidade de bens, capitais e informação, no entanto, verifica-se que há crescentes restrições à mobilidade de pessoas, principalmente com o intuito de trabalhar. A CMMI (2005) é de opinião de que a população que pretende migrar e inserir-se no mercado de trabalho deveria poder fazê-lo de forma segura e autorizada, evitando a ilegalidade, uma vez que os estados e as sociedades que os acolhem precisam da sua mão de obra e das suas competências.

Como as barreiras físicas, jurídicas, administrativas e sociais são frequentes para deter, principalmente, as pessoas com fraco capital humano e financeiro, então a única solução para esta população é migrar ilegalmente, pois de outra forma não conseguem. Assim, todos os países são afetados pelas migrações ilegais, atingindo o valor estimativo entre 20 a 30 milhões, em 2010, o que representa entre 10% a 15% dos migrantes internacionais. Convém salientar que o recurso de muitas pessoas à migração ilegal resulta do facto de não preencherem todos os requisitos impostos pelos países de destino, assim como da incapacidade para resolverem todos os entraves burocráticos, fruto, muitas vezes, de uma política restritiva à imigração e dificuldades de acesso à informação.

O elevado número de ilegais num país transmite fragilidades e ineficácia ao nível do controlo das entradas, favorecendo atividades ilícitas. Esta fragilidade é favorável à atuação de redes de tráfico e contrabando humano, que constitui a resposta aos obstáculos erguidos à migração legal. Muitos dos imigrantes ilegais estão associados à exploração sexual, ao crime organizado, aos abusos violentos, à exploração económica, estando sujeitos a trabalhos escravos, casamentos forçados, remoção de órgãos, mendigação, adoção ilícita e a recrutamento militar, por exemplo.

Segundo a ONU (2010), nos finais de 1990 o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes, em estreita relação com o crime organizado transnacional, conduziu à adoção de dois protocolos, no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado. Os protocolos foram aprovados em 2000 e designados por “Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças” e o “Protocolo Contra o Tráfico Ilícito de Migrantes

---

australiano com a justiça e a ONU, um alto funcionário do Ministério da Justiça declarou publicamente que “os refugiados clandestinos do Tampa são livres para ir onde quiserem mas fora da Austrália”.

por Terra, Mar e Ar". Estes protocolos pretendem ser instrumentos eficazes para proteger a população mais desfavorecida.

Apesar de todos os obstáculos à mobilidade da população, às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, à precariedade dos empregos e às dificuldades de mobilidade profissional ascendente, a maioria dos migrantes internos e internacionais está feliz no local de destino (RDH, 2009). A justificação resulta do facto de terem emprego, salários mais elevados, melhor acesso à educação e à saúde, de uma melhoria nas perspetivas de vida e dos seus filhos.

### **2.3 - As transformações no sistema migratório europeu**

A Europa passou de continente de origem para continente de destino. Como refere Entzinger (2001), até às primeiras décadas do século XX, dezenas de milhões de europeus deixaram o "Velho continente europeu", para se fixarem nas colónias e naquele que era chamado de "Novo Mundo". Esta tendência só veio a inverter-se a partir da Segunda Guerra Mundial.

Os anos 60 marcaram a viragem na direção dos fluxos migratórios europeus. A Europa Ocidental tornou-se um importante pólo de imigração em virtude do grande crescimento económico, atraindo população vinda dos países do Sul. Como refere Garcia (2000), a partir de finais dos anos 50 e, principalmente, desde a construção do Muro de Berlim, em 1961, foi a Europa do Sul que supriu as principais carências de mão de obra dos países europeus industrializados.

No início da década de 70, de acordo com Baganha & Góis (1999), com o choque petrolífero de 1973, há um recuo significativo das migrações pelo impacto negativo no crescimento económico. Por isso, a crise petrolífera, a recessão económica que se seguiu, bem como as políticas restritivas de imigração que foram implementadas marcaram uma nova fase nos processos migratórios europeus. Nesta nova fase os países da Europa do Sul começam a ter um papel importante nos fluxos migratórios europeus. Assim, os países da Europa do Sul de tradição emigratória tornaram-se também países de imigração.

Nos finais dos anos 70, Grécia, Espanha, Portugal e, principalmente, Itália passaram da condição de fornecedores de mão de obra à "Europa Desenvolvida", a países de imigração. Na década de 90, as migrações Leste-Oeste passam também a ter muito relevo<sup>9</sup>.

Itália, Espanha, e Grécia, que eram tradicionalmente países de emigração, tornaram-se importantes países de imigração, especialmente de população oriunda dos países do Norte de

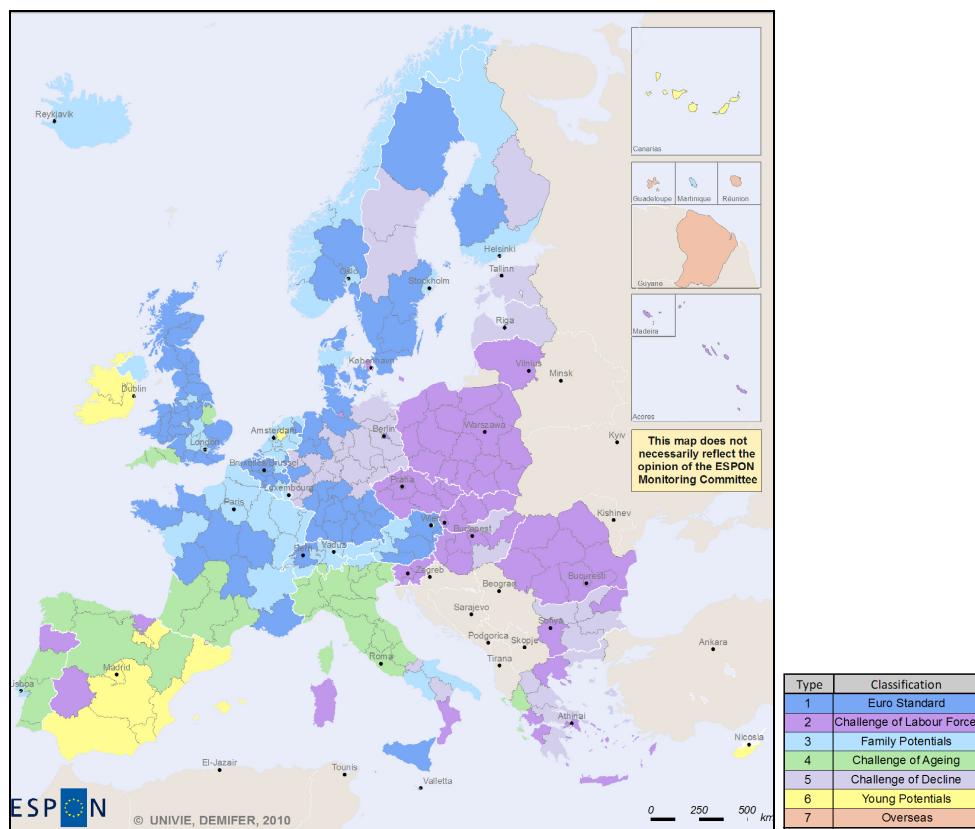
<sup>9</sup> Neto, 2006; Apap, 2002; Hespanha *et al*, 2002; Pires, 2002; Garcia, 2000; Rugy, 2000; Perista & Pimenta, 1993.

África e da Europa de Leste. No caso de Portugal, os imigrantes são oriundos, principalmente, das ex-colónias de África, do Brasil e, mais recentemente, dos países da Europa de Leste. Para Lucinda Fonseca (2001) e Wenden (1999), Portugal distingue-se da Itália, da Grécia e da Espanha porque a crescente imigração coexiste com a contínua emigração de trabalhadores portugueses para outros países europeus e também porque uma grande parte dos imigrantes é oriunda das antigas colónias.

Apesar de surgirem novos países de imigração na Europa, os países de imigração antiga não deixaram de ser territórios de acolhimento, devido à existência de fortes vínculos históricos e culturais, ao reagrupamento familiar, à proximidade geográfica e à possibilidades relativamente acessível de inserção no mercado de trabalho.

As mudanças nos padrões da migração internacional europeia também refletem a estruturação económica, demográfica, social e política do espaço europeu. Uma economia de mercado associada à livre circulação de pessoas nos países da UE, a queda do Muro de Berlim, a abertura a Leste e o desenvolvimento dos transportes permitiram uma maior mobilidade da população. Além disso, o declínio do crescimento da população, a diminuição da taxa da natalidade, as grandes disparidades económicas entre países e a difusão dos mecanismos de competição e concorrência à escala planetária aumentaram a pressão migratória no continente europeu.

Segundo o projeto DEMIFER (ESPON, 2010) o continente europeu, em 2005, apresentava 7 tipos de regiões em função da estrutura demográfica (figura 6).

**Figura 6 - Tipos de regiões europeias em função da estrutura demográfica**

Fonte: DEMIFER, 2010:10

Existe uma grande diversidade demográfica nas diferentes regiões europeias (figura 6):

Tipo 1 - “Euro Standard”, a estrutura etária é ligeiramente mais velha que a média. Em geral, apresentam um saldo natural da população estagnado e uma taxa de migração líquida positiva. Estas regiões localizam-se principalmente na Europa do Norte e Ocidental.

Tipo 2 - “Challenge of Labour Force”, apresentam uma elevada percentagem de população jovem em idade de trabalhar e uma ligeira diminuição da população resultado de uma evolução natural negativa da população. Estas regiões localizam-se sobretudo na Europa Oriental e em algumas áreas periféricas da Europa Meridional.

Tipo 3 - “Family Potentials”, apresentam uma estrutura etária mais jovem que a média, bem como uma taxa de migração líquida positiva. As regiões da Europa do Norte e Ocidental pertencem a este tipo.

Tipo 4 - “Challenge of Ageing”, são caracterizadas por uma população idosa onde assiste-se a uma diminuição da população natural. No entanto, o tamanho da população global continua a aumentar devido a um forte excedente de migração. Este é um tipo bastante representativo na Europa do Sul.

Tipo 5 - “Challenge of Decline”, apresentam um saldo natural e migratório negativo. Assim, assiste-se ao despovoamento acompanhado pelo envelhecimento demográfico. Este tipo localiza-se na Europa Oriental incluindo a Alemanha Oriental.

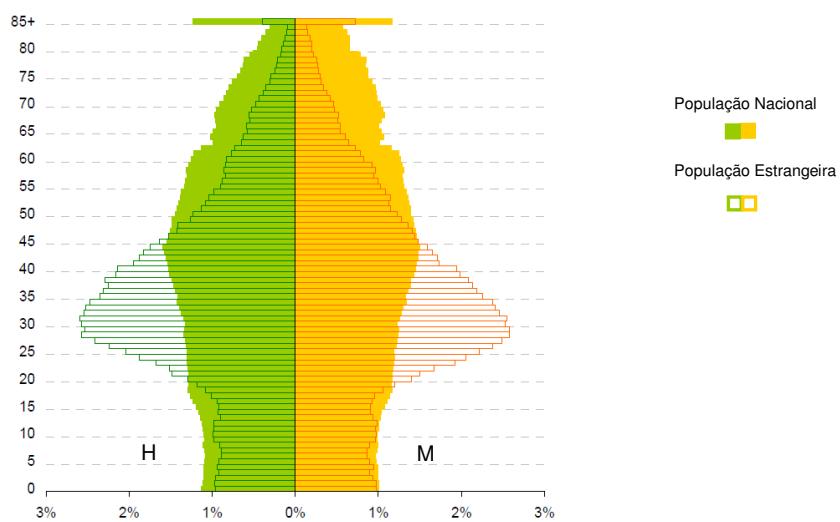
Tipo 6 - “Young Potentials”, estas regiões apresentam uma estrutura etária jovem, um crescimento natural positivo, bem como um forte excedente migratório. Estas regiões são encontradas principalmente em Espanha.

Tipo 7 - “Overseas”, estas regiões apresentam uma estrutura etária jovem. O crescimento natural é forte e contrabalança com o saldo migratório negativo. Estas regiões localizam-se nos departamentos ultramarinos franceses e nos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla.

Segundo DEMIFER (ESPON, 2010), as políticas devem orientar-se segundo o tipo de região. As regiões de tipo 1 e 3 têm necessidade de manter as tendências favoráveis do crescimento demográfico. Assim, estas regiões devem promover uma maior inclusão social dos imigrantes principalmente das mulheres e dos jovens. Nas regiões de tipo 2 e 5 é necessário aprender a lidar com o declínio da população e é urgente tornar estas áreas atrativas para viver e trabalhar. A preocupação deve centrar-se em impulsionar o crescimento natural da população e atrair os imigrantes através do aumento das oportunidades no mercado de trabalho. As regiões de tipo 4 e 6 têm como desafio a necessidade de aumentar o crescimento da população. Neste sentido devem não só aumentar os postos de trabalho, mas melhorá-los e promover políticas a favor dos imigrantes e das suas famílias.

Cada vez mais, as migrações desempenham um papel importante na dinâmica populacional das sociedades europeias. Falar sobre as migrações na Europa ou na UE é falar do seu futuro, uma vez que a população deste continente está a envelhecer devido à diminuição da natalidade e ao aumento da esperança média de vida. Como refere no projeto DEMIFER (ESPON, 2010:III), “Most of the European regions will gain population due to extra-European migration. In some regions, especially in Italy, but also in Algarve and Inner London, without extra-European migration the population in 2050 would be almost one third smaller”.

**Figura 7 - Estrutura etária da população nacional e estrangeira na UE, em 2009**



Fonte: Eurostat, 2010:2

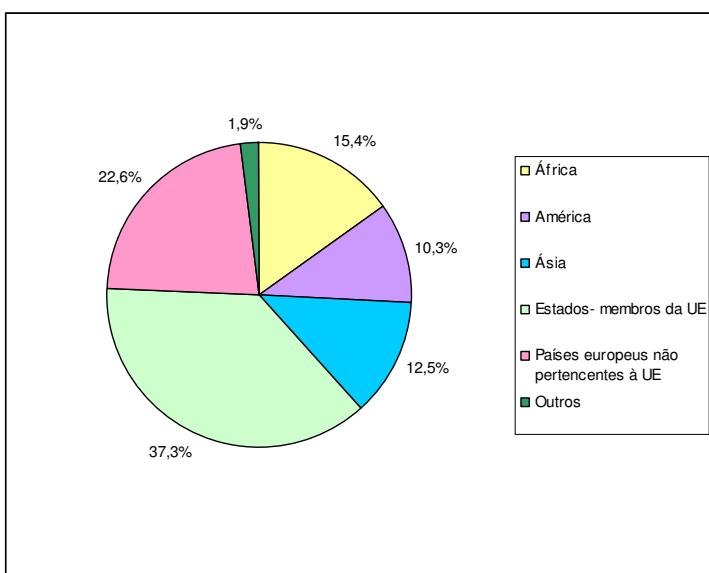
Assim, a pirâmide etária da população nacional (pertencente à UE) residente nos países da UE (figura 7) transmite um duplo envelhecimento, pela base (baixa taxa de natalidade) e pelo topo

(elevada esperança média de vida). Já a pirâmide etária da população estrangeira residente na UE evidencia uma estrutura mais jovem, com elevada percentagem de população adulta, ou seja, em idade de trabalhar e de ter filhos.

O envelhecimento da população europeia põe em causa o crescimento económico deste Continente, assim, as migrações têm que ser vistas não como um problema, mas sim como uma contribuição para a resolução de um problema. O aumento do número de estrangeiros na Europa tem várias consequências positivas, nomeadamente, o aumento da população residente, a diminuição da escassez de mão de obra e o aumento do número de contribuintes para a Segurança Social.

Na publicação International Migration, Outlook (OCDE, 2010) refere que, se as taxas de imigração se mantiverem nos seus níveis atuais, a população em idade ativa nos países da OCDE irá aumentar em 1.9%, entre 2010 e 2020, em comparação com o aumento de 8.6% registado entre 2000 e 2010. Entre 2003 e 2007, 59% do aumento da população deveu-se à imigração, representando os imigrantes um terço da população em idade ativa (embora a chegada de crianças e imigrantes mais velhos reduza esta contribuição), conforme se verifica com a França, os Estados Unidos da América, a Nova Zelândia, a Áustria e a República Checa.

A população da UE tem aumentado significativamente nos últimos anos. Esta tendência deve-se, principalmente, a uma taxa relativamente alta de imigração, que em 2008 foi quase três vezes maior do que a taxa de crescimento natural da população da UE. No entanto, é de realçar que entre 2001 e 2007 cerca de 4.8 milhões de europeus ganharam o estatuto de população da UE, em virtude da entrada de novos membros. Embora seja difícil conhecer com exatidão o número da população estrangeira residente nos 27 países da UE, dado o elevado número de imigrantes ilegais, os números oficiais de estrangeiros em situação legal indicam um aumento significativo. Segundo estimativas efetuadas pelo Eurostat, em 1 de janeiro de 2009, o número de estrangeiros residentes no território da UE ascendia aos 31.9 milhões de habitantes, ou seja, 6.4% da população total. Deste número, 20 milhões são oriundos de países não pertencentes à UE e 11.9 milhões de estados-membros.

**Figura 8 - População estrangeira a residir nos países da UE, em 2009**

Fonte: Eurostat, 2010 com tratamento próprio

Em 2009, uma percentagem muito significativa dos imigrantes a residir na UE é natural de um estado-membro (37.3%), seguida pelos que são oriundos de países europeus não pertencentes à UE (22.6%). O continente com maior percentagem de imigrantes na UE é o africano, com 15.4%, seguido do asiático, com 12.5%, e do americano, com 10.3% (figura 8).

As migrações na Europa são sobretudo intrarregionais representando 59.9% das migrações totais (19.1 milhões de imigrantes). Os países europeus têm um comportamento migratório heterogéneo em consequência de fatores políticos, históricos, geográficos e linguísticos, que influenciam a escolha do migrante. Laços coloniais marcam a composição da população estrangeira em países como Portugal, Espanha, França e Reino Unido, como, por exemplo, os brasileiros em Portugal e os marroquinos em Espanha; já as guerras e conflitos civis nos países da Ex-Jugoslávia marcam a composição estrangeira na Áustria com a presença de sérvios e montenegrinos e na Eslovénia os bósnios. Na Grécia, devido à sua localização geográfica, têm particular expressão os imigrantes oriundos da Europa de Leste, ucranianos e georgianos.

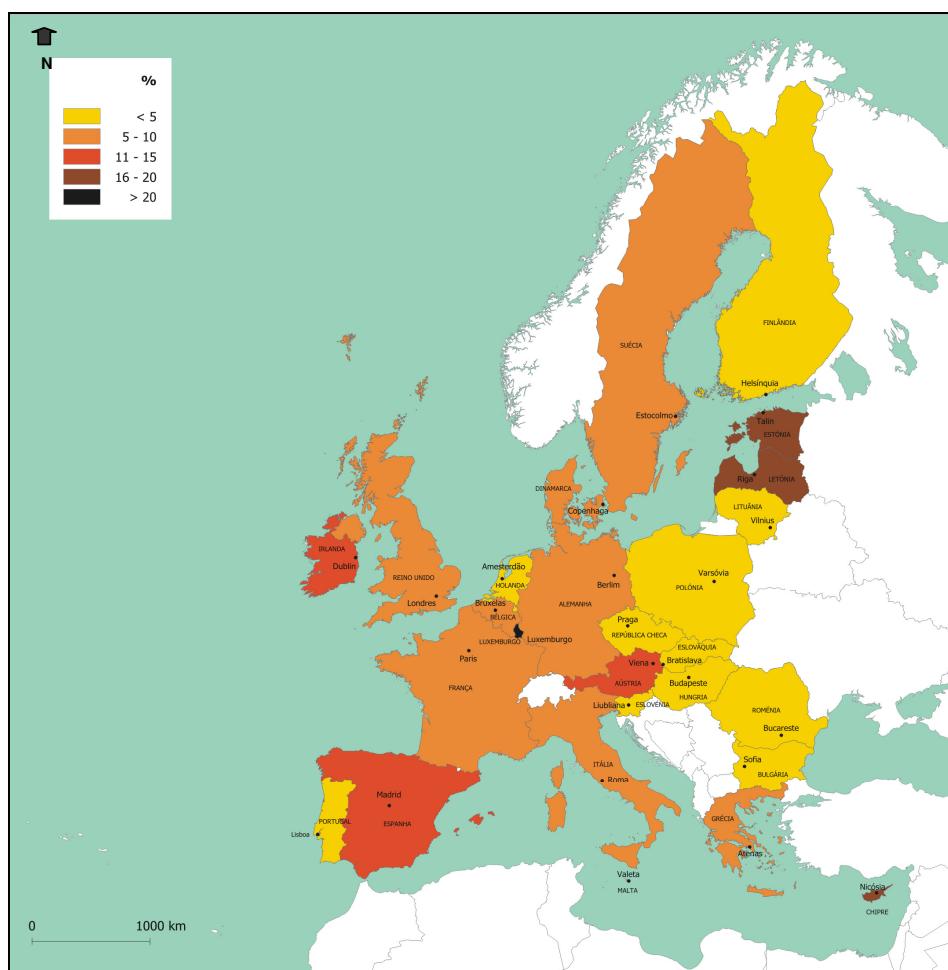
Os cinco países europeus com maior número de imigrantes, em 2009, são a Alemanha, com 7.2 milhões (turcos, italianos, polacos), a Espanha, com 5.7 milhões (romenos, marroquinos, equatorianos), o Reino Unido, com 4 milhões (polacos, irlandeses, indianos), a Itália, com 3.9 milhões (romenos, albaneses, marroquinos) e a França, com 3.7 milhões (portugueses, argelinos, marroquinos).

Os países da Europa Ocidental, sobretudo a Alemanha, o Reino Unido e a França continuam a ser os grandes polarizadores das migrações internacionais, pois são países de

imigração tradicional. Os países da Europa do Sul (Espanha e Itália, principalmente), a partir dos finais dos anos setenta, passaram de fornecedores de mão de obra (principalmente para a Europa Ocidental) a países de imigração. De acordo com o relatório anual da SOPEMI (OCDE, 2010), em 2008, Portugal, Espanha, Reino Unido e Itália tornaram-se países de forte imigração laboral, enquanto a França e a Suécia continuam a mostrar um perfil de imigração familiar.

Este incremento dos fluxos migratórios dirigidos para a Europa do Sul, segundo Lucinda Fonseca (2001), resulta da diferença de salários (entre os países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos da Europa), de oportunidades de emprego, das proximidades geográficas, linguísticas e culturais e do clima ameno. Rocha-Trindade (2001) considera que a pouca frequência de manifestações xenófobas e a existência de um mercado de trabalho bastante acessível a funções e serviços pouco qualificados também contribuem para esta atratividade.

**Figura 9 - Estrangeiros, em situação legal, na população residente total nos países da UE, em 2009**



Fonte: Eurostat, 2010 com tratamento próprio

Nos países pertencentes à UE existem grandes diferenças no peso relativo da população estrangeira residente em cada estado-membro<sup>10</sup> (figura 9). O Luxemburgo é o país da UE com maior percentagem de habitantes estrangeiros (43.5%), seguido do grupo da Letónia, Chipre e Estónia cuja percentagem de estrangeiros é de 17.9%, 16.1% e 16%, respetivamente. A Irlanda, a Espanha e a Áustria encontram-se no terceiro grupo com percentagens de estrangeiros que variam entre 10% e 13%. Portugal apresenta uma percentagem de estrangeiros de 4.2%. No fim da lista aparece a Polónia, a Eslováquia, a Roménia e a Bulgária, com uma proporção de estrangeiros, em situação legal, muito reduzida (de 0.1% a 1%). Convém salientar que estes números ficam aquém da realidade, pois existe um elevado número de imigrantes ilegais, em todos os países da UE.

Atualmente existe uma recessão da economia a nível mundial, com um aumento das taxas de desemprego e um clima político restritivo à imigração. Sabendo que as migrações são motivadas, na sua maioria, por causas económicas, que impacto esta crise vai ter nos fluxos migratórios?

Segundo os dados do relatório anual da SOPEMI (OCDE, 2011), a imigração legal permanente (cerca de 4.3 milhões) baixou 7% em 2009. Esta redução deveu-se sobretudo a decréscimos apenas nalguns países e refletiu os excepcionais fluxos elevados de 2007. Contudo, o decréscimo de fluxos continuou em 2010, com a imigração a baixar na maioria dos países da OCDE, como resultado da crise económica. Esta crise global tem efeitos nos rendimentos e nas oportunidades de emprego, quer nos países desenvolvidos quer nos países em desenvolvimento. No entanto, neste relatório é referido que durante esta recessão económica assistiu-se a um aumento de empregos de imigrantes em alguns setores (educação, saúde, cuidados prolongados, serviços domésticos), ao passo que houve uma retração noutros (construção, finanças, comércio por grosso e a retalho).

Segundo o relatório Demography Report 2010, o efeito global da recessão sobre a migração não é simples, pois nem todos os países são afetados da mesma forma, por exemplo: em termos absolutos, a Espanha parece ter sido mais afetada pela recessão, resultando uma queda na imigração desde 2007 e um aumento da emigração, no entanto apresentou um saldo migratório positivo; a recessão também afetou a Itália, mas o efeito tem sido principalmente uma redução no número de imigrantes, em particular romenos; na Irlanda, o país da UE que registou um

---

<sup>10</sup> Comparando as estatísticas da Eurostat dos dados relativos à população estrangeira, em 2008 e 2009, nos países da UE e de salientar: que a Bulgária, a Alemanha, a França, Portugal e a Roménia apresentaram a mesma percentagem de estrangeiros; Estónia, Irlanda, Lituânia, Holanda, Áustria, Polónia e Letónia apresentaram uma diminuição da percentagem de estrangeiros (máximo de 1%); os restantes países apresentaram um aumento da percentagem de estrangeiros sendo o Luxemburgo o país que apresentou o maior aumento 0.9%.

rápido aumento da imigração no início do século XXI sofreu uma queda acentuada da imigração em 2007 que combinado com um aumento significativo da emigração, resultou um saldo migratório negativo em 2009.

A taxa de desemprego tem vindo a aumentar afetando, principalmente, os migrantes, uma vez que estes possuem trabalhos precários e temporários nos setores da manufatura, construção, financeiro, imobiliário, hotelaria e restauração. Por isso, por exemplo, países como Espanha, Japão e República Checa já tomaram algumas medidas para incentivar os imigrantes a regressarem ao seu país de origem, oferecendo bilhetes para o transporte, benefícios de Segurança Social, entre outras medidas. Outros países estão a ter uma política de imigração mais restritiva, reduzindo o número de vistos aos trabalhadores estrangeiros, principalmente pouco qualificados e com caráter permanente. Por exemplo, a Espanha e a Irlanda adotaram medidas para que os imigrantes desempregados não pudessem renovar as autorizações temporárias e a Itália, a Coreia, a Espanha e a Austrália reduziram as quotas de admissão de imigrantes.

Como Castles (2005) refere, na época da “Guerra Fria” assistia-se à “Proibição de Partir”, atualmente cresce a “Proibição de Chegar”, com rigorosas medidas de vigilância, sustentadas nas novas tecnologias. Estas medidas aumentaram os custos humanos da migração, provocando milhares de mortes nos oceanos, nas montanhas e nos desertos, quando os migrantes tentavam atravessá-los. Simultaneamente, os que chegam ao seu destino são suficientes para encorajar os próximos a tentar.

Lacroix (2008:11) realça que “It is important to identify the economic, environmental, political, social and cultural forces which shape migratory trends. This requires an understanding of past and current changes that have led to processes of human mobility. This can provide the basis for building a range of scenarios of possible trends in development and mobility over the next 20-50 years”.

Apesar de todas as dificuldades à mobilidade da população, mas tendo presente o crescente aumento da população mundial, as alterações climáticas<sup>11</sup>, os conflitos armados, o declínio da taxa de natalidade (nos países mais ricos), a escassez de mão de obra (nos países mais ricos) e a falta de emprego (nos países mais pobres), a tendência é para um aumento das migrações internacionais, pois a migração não é uma opção, mas sim uma necessidade.

---

<sup>11</sup> Estima-se que o número de pessoas que serão forçadas a deslocarem-se em resultado das alterações climáticas seja entre 200 milhões a 1 milhar de milhão. Na sua maioria, estes números correspondem às pessoas expostas ao perigo de eventos climáticos de relevo e não tomam em consideração as medidas de adaptação que os indivíduos, comunidades e governos possam tomar (RDH, 2009).

A literatura revela que, apesar da crise económica, os imigrantes tendem a ficar no país de destino, tentando ultrapassar a crise, pois esta também afeta os seus países de origem e de forma ainda mais acentuada. Além disso, os movimentos migratórios, depois de iniciados, desenvolvem as suas próprias dinâmicas e não são facilmente cessados ou contrariados. Por isso, as migrações continuarão a existir, pois há forças atrativas e repulsivas que motivarão a população a mover-se, por curtos ou longos períodos de tempo, para grandes ou pequenas distâncias, de forma legal ou ilegal.

### 3 - A mobilidade sócio-espacial

“As migrações têm sido uma característica constante

e influente da história da humanidade.

Têm apoiado o processo de crescimento económico mundial,

contribuído para a evolução dos estados e das sociedades

e enriquecido muitas culturas e civilizações.

Os migrantes têm estado frequentemente entre os membros

mais dinâmicos e empreendedores das sociedades;

pessoas que estão prontas a aventurar-se além

dos limites da sua própria comunidade e país,

de modo a criarem novas oportunidades

para si próprios e para os seus filhos”.

CMMI, 2005:5

A mobilidade é um elemento fundamental do quotidiano correspondendo a um conceito extremamente amplo, utilizado para designar ocorrências muito variadas, desde geográficas, profissionais e sociais.

A mobilidade geográfica ou espacial inclui todos os tipos de migrações (mudança de residência), qualquer que seja a amplitude do movimento (internacional, inter e intrarregional e local) e os percursos entre residência e trabalho. Já a mobilidade profissional, também chamada funcional ou ocupacional, refere-se às mudanças de situação perante o trabalho e as transferências de população ativa entre setores, profissões e empresas.

De uma forma geral, verifica-se que a mobilidade geográfica está associada à profissional e, se forem bem sucedidas, levam a uma mobilidade social ascendente, ou seja, uma melhor integração profissional e social leva a uma melhor qualidade de vida. Assim, a mobilidade ultrapassa, largamente, o movimento apenas espacial, para englobar um processo social e económico.

Como a mobilidade geográfica está frequentemente associada à mobilidade profissional e social, Fonseca (2005) refere que se desenvolveu o conceito “mobilidade sócio-espacial” que, além de pressupor deslocações no território, engloba as mudanças de situação perante o trabalho e as transferências de população ativa entre setores, profissões, empresas e grupos sociais.

O conceito de mobilidade sócio-espacial utilizado, na investigação, apresenta a dimensão geográfica, profissional e social. A mobilidade profissional dos imigrantes pode ser numa direção vertical ascendente, onde o trabalhador deixa as profissões menos qualificadas para aceder a profissões mais qualificadas, melhores salários e vínculos contratuais. Mas, também se verifica o contrário, ou seja, o migrante acede a profissões menos qualificadas face a profissão que tinha, anteriormente, com piores salários e piores vínculos contratuais, verificando-se então uma mobilidade vertical descendente. Ainda existe outra situação, uma mobilidade horizontal, quando o trabalhador muda de emprego, de profissão, mas não se verifica uma mobilidade vertical ascendente ou descendente, continuando a pertencer à mesma categoria profissional, com o mesmo salário e vínculo contratual.

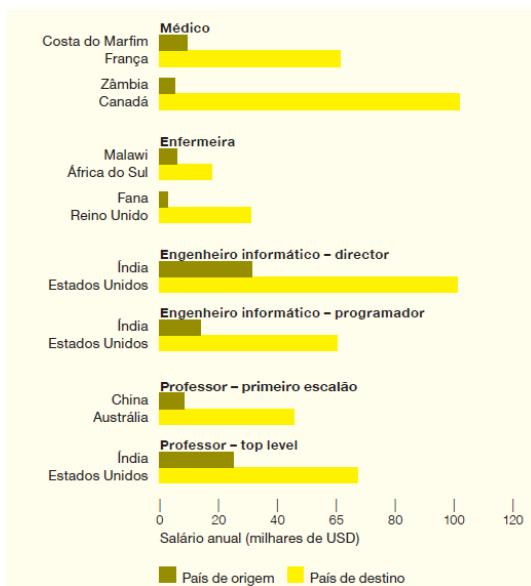
Para Andreasen (1966), a mobilidade geográfica resulta de fatores externos e internos. Os fatores externos estão relacionados, principalmente, com as oportunidades de emprego e os fatores internos com a insatisfação com o emprego, a atração positiva de outro lugar ou mercado de trabalho, a proximidade de familiares ou amigos, as ambições escolares e os recursos financeiros. Estes fatores são os pré-requisitos essenciais para haver mobilidade geográfica. Para o autor “The amount of willingness necessary for a given move is directly proportional to the extent of risk involved” (Andreasen, 1966:342).

Atualmente, a mobilidade sócio-espacial é uma questão de trabalho e, cada vez mais, abrange distâncias maiores. O conceito de mobilidade sócio-espacial surge com a globalização das empresas e com a internacionalização do mercado de trabalho, existindo uma forte mobilidade geográfica dos postos de trabalho. Neste contexto de globalização da economia existem áreas geográficas com bases económicas de grande dimensão, muito atrativas em termos de emprego. Simultaneamente há áreas repulsivas resultado de uma estrutura produtiva débil que é incapaz de satisfazer e fixar os seus recursos humanos. Esta discrepança pode gerar movimentação da população para as áreas atrativas onde facilmente pode encontrar trabalho. A mobilidade sócio-

espacial deve-se, principalmente, ao desejo e à procura de melhores condições de trabalho, mas também devido ao facto de muitas atividades serem muito instáveis e com elevada mobilidade, tais como, a agricultura, a restauração e a construção civil.

A mobilidade sócio-espacial dos trabalhadores reflete-se normalmente em benefícios nos rendimentos, quer para os trabalhadores qualificados quer para os não qualificados.

**Figura 10 - Divergências nos salários profissionais médios anuais nos países de origem e destino**



Fonte: RDH, 2009:50

Existem diferenças significativas nos salários anuais auferidos nas diferentes profissões nos vários países (figura 10). Por exemplo, o salário médio anual de um engenheiro informático (diretor) na Índia (país de origem) é de 30 mil dólares americanos, enquanto que nos EUA (país de destino) esse trabalhador pode ganhar 90 mil dólares anuais (o triplo). Uma enfermeira no Malawi (país de origem) tem um salário anual de 5 mil dólares americanos enquanto na África do Sul (país de destino) ganha 18 mil dólares anuais (quase o quádruplo). Assim, as divergências ao nível dos salários são uma forte motivação para a mobilidade geográfica dos trabalhadores.

Muitas vezes, a mobilidade dos trabalhadores é vista como uma força impulsionadora para a diminuição das diferenças salariais entre os países de origem e de destino, porque, com o aumento da mobilidade, o mercado de trabalho torna-se mais integrado e as grandes diferenças salariais tornam-se mais difíceis de se manter. Existem consideráveis evidências históricas que

indicam que a otimização da mobilidade está associada à redução das disparidades salariais entre os países. Por seu lado, as desigualdades dentro dos países poderão seguir um padrão convexo com o decorrer do tempo: o progresso em algumas áreas cria riqueza e, por isso, aumenta a desigualdade, o que encoraja a migração que, por sua vez, com o decorrer do tempo, tende a reduzir as desigualdades (RDH, 2009).

O desenvolvimento sócio-económico gera procura de mão de obra, incrementando a mobilidade sócio-espacial. Assim, áreas que oferecem piores condições de trabalho vão ter mais dificuldades em fixar a população migrante e, por isso, são forçadas a recrutar, constantemente, novos migrantes, recorrendo, muitas vezes, a mão de obra ilegal.

A mobilidade sócio-espacial apresenta vantagens económicas, pois permite a exploração de recursos complementares, a diminuição das taxas de desemprego, a transferência de conhecimentos e a melhoria das circunstâncias económicas para a população que não encontra trabalho no seu lugar de origem. Para Santos (2002), a mobilidade assume, na atualidade, extrema importância para a competitividade empresarial: para os empregadores pode significar a possibilidade de responder atempadamente a solicitações (previstas ou imprevistas) de clientes ou a conjunturas económicas cada vez mais exigentes e flutuantes; para os trabalhadores pode significar o acesso ao mercado de trabalho e/ou à manutenção de emprego. Anderson (2007) acrescenta que a mobilidade sócio-espacial pode possibilitar também o crescimento económico, em virtude de possibilitar uma maior disponibilidade de mão de obra, mais diversificada e com mais competências.

A mobilidade sócio-espacial da força de trabalho é um mecanismo fundamental de ajustamento da economia, funcionando como alternativa à flexibilidade dos salários reais ou à mobilidade do capital (Pereira, 2007). Assim, perante crises localizadas de emprego, a mobilidade sócio-espacial permite que a mão de obra se desloque para regiões ou localidades em crescimento, ajustando a oferta à procura de emprego. Os ganhos de eficiência podem permitir um menor nível médio de desemprego, a longo prazo. Esta mobilidade permite ao trabalhador melhorar a rentabilidade atendendo às suas características (educação, experiência, competências, entre outras) o que, potencialmente, pode proporcionar benefícios salariais.

Os trabalhadores que trocam de emprego mais vezes tendem a estar mais bem preparados para lidar com a mudança. Uma mudança de emprego ajuda a desenvolver novas competências e novos conhecimentos, favorecendo a satisfação laboral e aumentando a empregabilidade. A mobilidade sócio-espacial dos trabalhadores é considerada fundamental num contexto de globalização. Esta permite desenvolver a capacidade de diálogo e abertura com outras culturas e visões do mundo e competências valorizadas numa economia e sociedade multicultural. Esta

mobilidade facilita a aquisição de competências e qualificações interculturais, contribuindo para a promoção da comunicação e cooperação para além das fronteiras culturais (Eures, 2007).

Numa perspetiva generalizada, a mobilidade sócio-espacial dos migrantes inclui uma adaptação cultural. A adoção de normas sociais e atitudes que podem divergir largamente do país de origem bem como a acumulação de “investimento humano”, tal como a educação, a capacidade linguística (Borjas, 2006).

A adoção de ideias e práticas dos países de destino, por parte dos imigrantes, vai ter impactos nos países de origem. O RDH de 2009 refere alguns exemplos, como o de uma aldeia na República Dominicana, Miraflores, onde dois terços das famílias enviaram parentes para Boston, na década de 1990, tendo-se registado impactos no relacionamento entre os géneros. Os papéis das mulheres mudaram, não só em Boston, onde foram em busca de trabalho, mas também na República Dominicana, onde passaram a usufruir de uma distribuição mais equitativa das tarefas domésticas e de uma maior participação, de um modo geral, na sociedade.

Castles (2005) chama a atenção para o facto da mobilidade da população trazer melhores condições económicas e sociais, mas poder também ajudar a promover a estagnação e as desigualdades. Assim, apesar dos vários aspetos positivos, ela levanta também preocupações. Por um lado, há uma quebra de mão de obra principalmente mais qualificada, nas áreas de origem, e por outro lado, pode implicar um excesso de mão de obra principalmente não qualificada nas áreas de destino. Oberhauser (1991) refere que a mobilidade sócio-espacial dos trabalhadores acentua as desigualdades entre as áreas de partida e de chegada. As áreas de partida ficam sem a sua população jovem e o dinheiro ganho pelos imigrantes, na maioria das vezes, não é utilizado ou investido nessas áreas.

A crescente mobilidade geográfica tem repercuções na integração da população migrante. Um migrante que mude, frequentemente, de área tem maiores dificuldades em conhecer a cultura da área de chegada e, por isso, estabelecer relações sólidas. As áreas de chegada, onde a mobilidade geográfica dos migrantes é elevada, tende a ter sempre um grande número de recém-chegados, muitos ilegais e com menor grau de integração. Este facto dá uma imagem de pouca segurança, de elevado desemprego e, muitas vezes, de problemas étnicos.

Pumares (2005) estabelece uma tipologia de áreas, segundo o seu papel em relação à receção e redistribuição de população imigrante:

- Áreas de entrada – áreas que constituem o primeiro destino dos imigrantes e a partir das quais eles se redistribuem. Estas áreas têm mais recém-chegados e, geralmente, localizam-se nas grandes cidades onde o tecido económico é mais diversificado e de maior dimensão.

- Áreas de destino secundárias – áreas beneficiadas pelos fluxos internos dos imigrantes. Os imigrantes fixam-se nestas áreas, porque oferecem melhores condições de trabalho. De uma forma geral conseguem fixar a população imigrante.
- Áreas de “exploração” – áreas com pouca população (menos de 2000) e com grande mobilidade interna. Estas áreas não constituem o primeiro destino da população imigrante e de uma forma geral os imigrantes fixam-se nelas depois de estarem em outras áreas. No entanto, as dificuldades encontradas nestas áreas são grandes o que implica constantes saídas da população imigrante.

A mobilidade sócio-espacial pode conduzir, também, a uma integração laboral precária, principalmente para a população que se desloca, com a consequente criação de um mercado de trabalho segmentado. Assim, depara-se com um mercado de trabalho dividido em dois segmentos distintos: o segmento primário, mais favorável e sobretudo para os trabalhadores nacionais; o segmento secundário posto à disposição da mão de obra imigrante, porque é mais desfavorável e, portanto, menos apetecido (Ferreira, 2000; Piore, 1979 in Rocha-Trindade, 1995). Com esta composição profissional, a imigração criou uma estrutura dualista do mercado de trabalho: mão de obra nacional, que tende a ocupar os melhores empregos, e mão de obra estrangeira, com atividades não necessariamente concorrentes com a mão de obra nacional. Atualmente assiste-se à tendência para a redução dos postos de trabalho, com rendimentos intermédios, em favor da expansão dos melhor e/ou pior remunerados. Esta tendência tem reflexos na segmentação do mercado de trabalho. As novas formas de trabalho estão frequentemente associadas a trabalho em *part-time* ou a outras formas de trabalho precário.

As formas de trabalho temporário, precário e ilegal têm fortes impactos na estrutura social, podendo conduzir à situação de polarização social<sup>12</sup>. O trabalho precário é um aspeto recente da evolução do mercado de trabalho urbano-metropolitano nos países desenvolvidos. Este tipo de trabalho, pouco qualificado, repetitivo, mal remunerado e com poucas hipóteses de progressão profissional, é mais frequente nos jovens, mulheres e minorias étnicas (Cranford *et al*, 2003; Vale, 2002). Os imigrantes estão inseridos no mercado de trabalho nas profissões menos valorizadas socialmente, com menos segurança e com maior desgaste físico, agudizando-se no género feminino. Assim, as oportunidades no mercado de trabalho para os imigrantes estão muito concentradas em atividades de restauração, de hotelaria, de construção, de prestação de cuidados,

---

<sup>12</sup> Polarização social - Este conceito restringe-se às transformações ocorridas na estrutura profissional e na distribuição salarial, resultantes da reestruturação económica e do aprofundamento da segmentação do mercado de trabalho (Vale, 2002).

de trabalho doméstico, muitas vezes informal. Muitas mulheres concentram-se em “enclaves profissionais”, como trabalhos domésticos e prestação de cuidados.

A flexibilização das relações contratuais facilitou o emprego precário e contribuiu para o aumento do desemprego e do trabalho clandestino<sup>13</sup>. Os setores que “contratam” a mão de obra ilegal são principalmente os que apresentam uma certa flexibilidade produtiva (descontinuidade física ou produtiva), por exemplo, a agricultura, o turismo, a construção e a confecção. Pela sua própria natureza, as atividades informais apresentam oportunidades de ilegalidade, pois não existe nenhum enquadramento legal que regule o seu comportamento, visto as partes envolvidas poderem alterar os compromissos assumidos verbalmente, ficando, de uma maneira geral, o empregador a ganhar. Devido a este caráter ilegal do trabalho, muitos trabalhadores imigrantes ficam sem o seu salário, frequentemente “roubado” por empresários. Para Portes (1999), este trabalho ilegal pode ser tão regulado como o do setor formal, apenas os tribunais e a polícia são substituídos pelo controlo normativo através das redes étnicas.

Da mobilidade resultam consequências económicas bem como alterações na identidade cultural (língua, costumes, tradições) e na qualidade de vida e bem-estar.

Para Coutinho (2010:1), “Uma das características fundamentais da nossa espécie é a necessidade de querer viver bem, e constantemente, vislumbrar novas condições para uma melhoria do quotidiano, de tentar superar as condições mais adversas, substituindo-as por outras um tanto melhores. Portanto, a possível conexão causal entre migração e busca de melhores condições de qualidade de vida tem-se registado como uma das maiores forças vetoriais na decisão de migrar”. Assim, a mobilidade sócio-espacial resulta da procura constante de uma maior qualidade de vida e, neste sentido, Bayram *et al* (2007) refere que não existe nenhuma definição universal de “qualidade de vida”, no entanto, acrescenta que este conceito abrange “the person's physical health, psychological state, level of independence, social relationships, environmental factors, and his or her spiritual, religious, and personal beliefs” (Bayram *et al* (2007:1319). Para Carla Leal, o conceito de qualidade de vida “está diretamente relacionado com a percepção que cada um tem de si e dos outros, do mundo que o rodeia e pode ser avaliado mediante critérios apropriados, tais como a educação, a formação de base, a atividade profissional, as competências adquiridas, a resiliência pessoal, o otimismo, as necessidades pessoais e a saúde” (Leal, 2008:2)<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> O trabalho clandestino está generalizado por todos os países e, por todos grupos socioeconómicos (Baganha, 1997).

<sup>14</sup> Neste sentido a qualidade de vida foi percebida como sendo composta de fatores objetivos e subjetivos. Essa característica foi encontrada também em estudos sobre subjetividade do bem-estar, que tem demonstrado que não são apenas as condições sócio-demográficas, como estado civil, idade, sexo, escolaridade, etnia, que definem a sensação de bem-estar sentida pelas pessoas, mas uma combinação de processos subjetivos próprios de cada indivíduo, isto é, as estruturas internas da pessoa, que ajudam a construir

A mobilidade sócio-espacial dos imigrantes gera diversas dificuldades: linguísticas, a progressiva política restritiva à imigração, a falta de espaços sociais de acolhimento dos imigrantes, a insegurança, e na maioria dos casos, o migrante sofre discriminação, hostilidades e até exploração. O imigrante, pelo menos na primeira fase da sua nova vida, é pouco protegido ou apoiado o que limita a sua qualidade de vida.

Vários autores têm salientado uma correlação entre a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes e os problemas ao nível das emoções<sup>15</sup>. Os trabalhadores imigrantes longe das suas famílias, que sofrem aculturação e que estão desempregados, apresentam problemas emocionais como o *stress*, que pode levar a sintomas depressivos (Haasen *et al*, 2008; Merbach *et al*, 2008; Li *et al*, 2007; Fung *et al*, 2006; Krupinski; Docent, 1967). Muitos dos imigrantes apresentam o “Síndrome de Ulisses”<sup>16</sup> que é desencadeado sobretudo pela sensação de perda por que uma pessoa passa ao abandonar o país de origem, apresentando emoções de saudade, de fracasso, de medo, de preocupação constante, de ansiedade e de tristeza, entre outros.

Apesar das consequências negativas que a mobilidade sócio-espacial possa trazer, as consequências positivas são mais valorizadas, tanto para os migrantes como para as suas famílias, devendo, por isso, ser uma componente importante de qualquer estratégia que se destine a melhorar a qualidade de vida. Segundo o RDH (2009:18), “a mobilidade é vital para o desenvolvimento humano sendo uma expressão natural do desejo das pessoas de poderem escolher como e onde viver as suas vidas”.

---

a forma como são percebidos e internalizados os eventos externos, o que reflectirá na autoavaliação do seu estado de bem-estar e da sua qualidade de vida (Leal, 2008:2). Segundo Nuvolati (1993) existem vários indicadores de qualidade de vida nomeadamente: os materiais (saúde, assistência social, ambiente, segurança pública, rendimento mensal, escolaridade, atividade profissional, condições de habitação, entre outros) e os não materiais (atividades de lazer e desportivas, relações de amizade, relações familiares, envolvimento com a comunidade, participação, informação, nível cultural, entre outros).

<sup>15</sup> Segundo Damásio (1995) pode-se distinguir três tipos de emoções: as emoções primárias, as emoções secundárias e as emoções de fundo. As emoções primárias são aquelas que surgem durante a infância, tendo utilidade para uma reação rápida quando emergem determinados estímulos do meio (medo, alegria, tristeza, raiva, surpresa e a aversão). As emoções secundárias são experienciadas mais tarde, dependem de uma aprendizagem e, portanto, de interações sociais (vergonha, ciúme, culpa, orgulho). As emoções de fundo podem ser causadas por um esforço físico intenso, por exemplo, pelo remoer de uma decisão complicada a tomar ou pela ansiedade (bem-estar, mal-estar, calma, tensão). Para Torres & Guerra (2003) existem 11 emoções primárias: interesse, alegria, surpresa, cólera, nojo, desprezo, medo, angústia, vergonha, culpa e tristeza.

<sup>16</sup> Síndrome de Ulisses - refere-se ao protagonista da “Odisseia de Homero” que narra a viagem de regresso de Ulisses, onde o herói sofre muitas dificuldades e perigos e descreve a emoção de tristeza por estar longe de casa e dos seus familiares e amigos.

### 3.1 - Fatores condicionantes da mobilidade sócio-espacial

Na mobilidade sócio-espacial dos imigrantes, existem fatores que facilitam e outros que condicionam a sua implementação. O desenvolvimento das telecomunicações, das vias de comunicação e dos transportes tem beneficiado esta mobilidade. Os migrantes deslocam-se de maneira rápida e fácil graças à existência de transportes económicos e vias rápidas. O telefone, a Internet, a televisão por satélite e os telemóveis permitem manter em constante contato os migrantes com as suas áreas de origem. Além disso, o dinheiro ganho pelos trabalhadores chega às suas famílias por via eletrónica quase instantaneamente.

As empresas podem utilizar força de trabalho muito variada, com ou sem experiência, com grande rotatividade, privilegiar trabalhadores formados na própria empresa, nacionais, imigrantes, com experiência e maior estabilidade, com maior disposição de mobilidade geográfica, entre outros. Além destes fatores, existem outros, tais como a abundância de mão de obra, as crises económicas, as mudanças tecnológicas com redimensionamento da produção, a reorganização de postos de trabalho e as políticas de emprego que influenciam a mobilidade sócio-espacial do trabalhador.

As excessivas burocracias têm como consequência a lentidão na aplicação de medidas de incremento da mobilidade. Assim, a existência de barreiras administrativas e jurídicas, a falta de cooperação entre os sistemas de educação e o reconhecimento das habilitações académicas e profissionais, a dificuldade de constituição de uma política de imigração comum são outros exemplos que condicionam a mobilidade sócio-espacial. Muitas vezes, verifica-se que existe uma inadequação entre os sistemas de educação e formação profissional dos imigrantes e as necessidades do mercado de trabalho. Todos estes fatores vão influenciar as trajetórias profissionais dos trabalhadores, uma vez que implicam escolhas em função das oportunidades de emprego, permanências em determinados mercados de trabalho e mudanças para outra atividade, migrações, entre outras.

Por outro lado, muitas investigações constataram que a mobilidade sócio-espacial depende não só de fatores extrínsecos, mas também de vários fatores intrínsecos como a cor da pele, a idade, a etnia, a raça, a religião, as habilitações literárias, a nacionalidade, as crenças, o género e a orientação sexual, entre outros (Csedo, 2008; Hudson, 2007; Nee & Sanders, 2001; Minns, 2000; Bóston, 1990; Chiswick, 1979; Kruse, 1977, entre outros). Para chamar a atenção deste facto, a UE dedicou o ano 2007 ao “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos”. No relatório “Employment in Europe” de 2006 são referidas as dificuldades de certos grupos no mercado de

trabalho, sendo a idade um dos aspectos mais determinantes. Mais de metade dos trabalhadores europeus com mobilidade tem idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, representando 25% da população ativa total. Perto de metade dos trabalhadores com mobilidade apresenta elevadas habilitações e, além disso, mais de metade é solteira. Assim, verifica-se que a população jovem e com maiores habilitações académicas e literárias tem maior tendência para a mobilidade sócio-espacial com o objetivo de encontrar um trabalho que se ajuste ao seu perfil académico e profissional.

Ao nível do género, o estudo demonstra que não existem grandes influências na mobilidade dos trabalhadores, pois os valores apresentados, por género, estão muito próximos, no entanto, o género masculino apresenta valores um pouco mais altos.

Hudson (2007) refere que, ao contrário das previsões da teoria do mercado de trabalho segmentado, a maioria dos trabalhadores que começa as suas carreiras no mercado secundário tende a abandoná-lo com o tempo. São as minorias e as mulheres que têm maior permanência nos “bad jobs”, ou seja, a sua mobilidade vertical ascendente, quando acontece, é mais demorada. Outros autores alertaram para a importância do conhecimento da língua na transferência de qualificações adquiridas antes do percurso migratório. O domínio da língua da área de destino permite uma maior mobilidade sócio-espacial e consequente uma maior integração social (Csedo, 2008; Chiswick, 1979). Segundo o Qualitative Eurobarometer (2011) a língua é o principal fator de integração dos imigrantes, pois o seu domínio proporciona-lhes igualdade, liberdade de exploração e acesso aos mesmos direitos que a população do país de destino.

A mobilidade sócio-espacial, geralmente, está associada à procura de melhores empregos e/ou salários sendo cada vez mais importante a escolha da área de destino. Nesta escolha privilegiam-se fatores como a proximidade cultural e linguística, pois, quanto mais próximos estiverem das áreas de partida maior é a probabilidade de haver mobilidade sócio-espacial. Csedo (2008) estudou os imigrantes em Londres oriundos da Roménia e Hungria e verificou que as dificuldades linguísticas funcionaram como uma barreira no acesso ao mercado de trabalho, principalmente, qualificado. O conhecimento da língua do país de destino aumenta a capacidade de comunicação e os conhecimentos, o que permite ao imigrante negociar o valor do seu trabalho e fazer a sua autorrepresentação com base nas habilitações literárias e experiência profissional. No entanto, o conhecimento da língua não é uma condição suficiente para os imigrantes terem uma trajetória profissional de sucesso. A qualidade do ensino, os empregos anteriores e a própria ambição do trabalhador, ou seja, a sua experiência profissional influenciam também essa trajetória.

Outro fator que favorece a mobilidade geográfica é a informação que os migrantes possuem da área de destino, as ofertas de trabalho, os salários, os custos de habitação, o preço da viagem,

entre outras. Estas informações são extremamente importantes para decidir a mudança de residência ou seja a escolha da área de destino.

Os imigrantes são um conjunto de pessoas com diferentes características ao nível da nacionalidade, do género, do estado civil, das habilitações literárias, das redes sociais, entre outras. Tendo em conta esta heterogeneidade, os imigrantes, mesmo sendo um grupo pequeno, apresentam características demográficas, económicas e sociais muito diferentes da população do país de destino. Assim, para estudar a mobilidade é necessário analisar todas as variantes de forma holística. Por isso, para Nee & Sanders (2001), o capital humano, social e financeiro são variantes a estudar uma vez que influenciam a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes.

O capital é entendido como um recurso que os migrantes utilizam para promoverem determinados objetivos. O capital social, humano e financeiro permitem analisar as trajetórias profissionais e sociais dos imigrantes contribuindo para um aprofundamento de todo este processo. Com este conhecimento é possível fazer um diagnóstico das necessidades, dos pontos fortes e fracos de cada comunidade para, posteriormente, elaborar políticas migratórias mais ajustadas à realidade.

### **3.1.1 - A influência do Capital Humano, Social e Financeiro na mobilidade sócio-espacial**

#### **Capital Humano: as competências dos imigrantes**

O capital humano pode ser definido como a capacidade, os conhecimentos e as competências consagradas nas pessoas e adquiridas através da educação, da formação, da experiência e dos atributos (como a saúde mental e física que permitem trabalhar de forma mais produtiva). Nesta perspetiva o capital humano vai influenciar o desempenho no trabalho e consequentemente a produtividade. A experiência que os trabalhadores possuem é uma vertente importante do capital humano.

Atualmente, a evolução das sociedades depende cada vez mais do conhecimento e das aprendizagens, fazendo com que o capital humano ganhe uma importância fulcral nos processos produtivos e implicando maiores exigências formativas.

A população imigrante é valorizada se possuir elevadas qualificações e se mostrar flexível. Por outro lado, são valorizadas as atitudes, a capacidade para assumirem posições subalternas, a disponibilidade para realizar tarefas que a população autóctone não gosta de desenvolver, nomeadamente os trabalhos pesados, perigosos e precários.

Tendo em conta que, na atualidade, existem muitos empregos que implicam muita mobilidade geográfica e profissional e que muitos imigrantes possuem um elevado capital humano e apresentam uma grande predisposição para a mobilidade geográfica e profissional (face aos nacionais), verifica-se que estas atividades beneficiam economicamente se empregarem imigrantes. Estes benefícios resultam da qualificação dos recursos humanos, que são mais qualificados e produtivos e, por isso, reforçam a competitividade económica.

Para Chiswick *et al* (2002)<sup>17</sup>, os imigrantes quando chegam ao país de destino investem no seu capital humano. Esse investimento passa por um processo de aprendizagem tendo em vista o mercado de trabalho do país de destino, a aprendizagem da língua, a aquisição de novas competências, a obtenção de licenças e certidões que permitem uma valorização profissional e consequentemente uma melhoria dos salários. Assim, estes autores verificaram que se assiste a um "decline in occupational status from the last job in the origin to the first job in the destination, followed by the subsequent rise with duration in the destination can be described as a "U-shaped" pattern" (Chiswick *et al*, 2002:335). Os imigrantes, de uma forma geral, vêm de países onde possuíam baixos salários para países onde os salários são maiores. Apesar de auferirem maiores rendimentos, assiste-se a uma desvalorização do estatuto profissional, relativamente ao último emprego no país de origem para o primeiro no país de destino. No entanto, com o passar do tempo, verificam-se ligeiras melhorias, ou seja, uma mobilidade profissional ascendente "Curva-U".

Neste âmbito, a Direção-geral de Estudos, Estatística e Planeamento, num estudo que realizou (coordenado por Roberto Carneiro, 2006), confirmou a "Curva-U", ao constatar que os imigrantes no mercado de trabalho português apresentam uma desqualificação profissional na transição do último emprego no país de origem para o primeiro emprego em Portugal, a que se segue uma ascensão progressiva nos empregos seguintes, verificando-se também uma desadequação entre as habilitações e os empregos que possuem.

A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho passa por uma fase em que estes aceitam trabalhar em qualquer profissão, independentemente do seu capital humano, assumindo uma estratégia de curto prazo. Numa segunda fase, os imigrantes tendem a procurar um trabalho mais adequado ao seu capital humano e procuram desenvolvê-lo também tirando cursos de formação profissional, cursos de língua do país de destino ou mesmo aumentando as suas habilitações literárias, numa lógica de longo prazo.

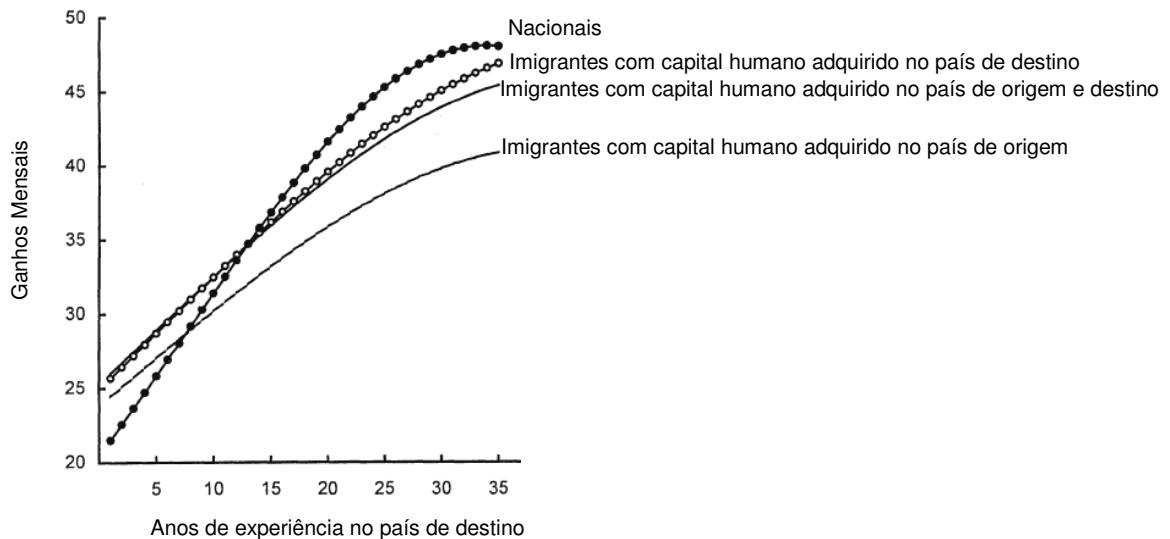
---

<sup>17</sup> Chiswick *et al* (2002) desenvolveram um modelo sobre a mobilidade ocupacional dos trabalhadores imigrantes, no âmbito de uma investigação empírica longitudinal na Austrália, demonstrando que existe um padrão evolutivo da ocupação profissional.

Sanromá *et al* (2008) alerta para o facto de muitos imigrantes, apesar de terem um capital humano muito elevado sofrerem uma desvalorização desse capital, no país de destino, devido às dificuldades linguísticas. Essas dificuldades afetam as suas competências e consequentemente a sua produtividade. Além destas dificuldades, aponta outras como a deficiência do sistema educacional do país de origem que resulta numa baixa qualidade do capital humano adquirido, ou as especificidades das experiências adquiridas no país de origem, normalmente, diferentes do país de destino. Nos estudos que realizou, verificou que o capital humano adquirido no país de destino promove melhores salários aos imigrantes face ao capital humano adquirido no país de origem. No entanto, acrescenta que, com o passar do tempo, os imigrantes ganham conhecimentos, competências e experiência adaptados ao país de destino, permitindo-lhes uma mobilidade sócio-espacial ascendente.

Também Friedberg (2000) confirma que o capital humano dos imigrantes adquirido no país de origem é menos valorizado que o capital humano adquirido no país de destino. A aquisição de capital humano no país de destino traz claros benefícios na inserção no mercado de trabalho dos imigrantes, nomeadamente nos ganhos mensais. Assim, a fonte do capital humano explica muitas das diferenças salariais entre imigrantes e nacionais (figura 11).

**Figura 11 - Ganhos mensais em função da fonte do capital humano**



Fonte: Friedberg, 2000:240

Para Chiswick & Miller (2003), as competências linguísticas são uma forma de capital humano e, tal como acontece com as outras formas, estas competências são criadas ao longo do tempo e assimiladas pela pessoa, tornando-a mais produtiva. Na investigação que fizeram, com os imigrantes residentes no Canadá, verificaram que a maior proficiência na língua permite arranjar um emprego com melhor salário.

Como já foi referido, apesar de muitos imigrantes apresentarem elevado capital humano no início do processo migratório, a sua inserção no mercado de trabalho sofre uma desqualificação profissional. Neste sentido, Góis & Marques (2007:22) salientam que a mão de obra imigrante sofre um processo de «desqualificação profissional (deskilling) sendo subaproveitada, havendo um desperdício de capital humano ou um “brain waste”, ou seja, ao mesmo tempo que existe um recrutamento de indivíduos altamente qualificados para o exercício de profissões para os quais estão habilitados, existe um (novo) tipo de recrutamento: de indivíduos altamente qualificados para o exercício de profissões em que essas qualificações não são aproveitadas».

Num estudo recente, Chiswick & Miller (2011) referem que existem dois modelos complementares de regulação dos imigrantes económicos, o modelo de assimilação positiva e o modelo de assimilação negativa. No modelo de assimilação positiva, os imigrantes migram de um país de baixos salários para um país com elevados salários. Estes imigrantes possuem um capital humano que não é perfeitamente transferível. Assim, os imigrantes têm salários mais baixos que os nativos. No entanto, com o decorrer do tempo, os imigrantes adquirem novo capital humano (melhor proficiência linguística) aumentando os seus salários (migração de um sentido). No modelo de assimilação negativa, os imigrantes vêm de um país com iguais níveis salariais e existe uma elevada transferibilidade das competências. Por isso, esta migração só ocorre quando o trabalhador recebe uma oferta de trabalho melhor. Com o decorrer do tempo, as diferenças salariais tendem a dissipar-se, o que leva muitos imigrantes a voltarem para o país de origem (migração de dois sentidos). No entanto, alguns imigrantes permanecem, porque o seu salário é ainda um pouco maior do que na origem ou, sendo inferior, não é suficientemente baixo para encorajar a migração de retorno. Um fator de inibição da migração de retorno é a aquisição de laços sociais e capital social no destino (casamento, filhos e amigos no país de destino tendem a desencorajar a migração de retorno).

No Portal Europeu da Mobilidade Profissional (Eures, 2011) pode ler-se que “A mudança e o desenvolvimento rápidos tornam necessária a aquisição e o desenvolvimento contínuo de conhecimentos e aptidões ao longo de toda a vida. A aprendizagem ao longo de toda a vida é uma das bases para a empregabilidade permanente”. Para mostrar o capital humano dos trabalhadores da UE foi criado o “Europass Mobility” que é um documento onde fica registado de forma detalhada

as competências adquiridas (linguagem, social, informática, organização e outras habilidades) dos trabalhadores. Este documento tem como objetivo facilitar a mobilidade dos trabalhadores europeus.

### **Capital Social: as estruturas das relações dos imigrantes**

Segundo Portes (2000:138) “tanto Coleman como Bourdieu sublinham a intangibilidade do capital social, em comparação com outras formas. Enquanto o capital económico se encontra nas contas bancárias e o capital humano dentro das cabeças das pessoas, o capital social reside na estrutura das suas relações. Para possuir capital social, um indivíduo precisa de se relacionar com outros, e são estes, não o próprio, a verdadeira fonte dos seus benefícios”.

De uma forma geral, o capital social refere-se às redes de relacionamento baseadas na confiança, na cooperação e na inovação que são desenvolvidas pelos imigrantes e que lhes facilita o acesso à informação, ao conhecimento e ao apoio a vários níveis (alimentação, habitação, financeiro, emocional, entre outros). Estas redes são constituídas por familiares, amigos e vizinhos, ou seja, é um mapa composto por todas as pessoas com quem se interage. Vários autores (Haug, 2008; Mitra, 2008; Aguilera & Massey 2003; Portes, 2000) consideram que o capital social influencia a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes. Assim, a abordagem da teoria do capital social reconhece a importância das redes e das interações sociais nas trajetórias profissionais dos imigrantes, mais concretamente, na mobilidade sócio-espacial.

Aguilera & Massey (2003)<sup>18</sup> verificou que os vínculos a familiares e amigos influenciam diretamente os salários dos imigrantes, pois estes laços fornecem orientações e informações sobre o mercado de trabalho, permitindo ao imigrante não só arranjar emprego como mudar para um emprego melhor. Este estudo demonstrou que o capital social tem um efeito positivo sobre os níveis salariais dos imigrantes, constatando-se que aqueles que apresentam um capital social maior são geralmente aqueles que ganham salários mais elevados, pois as redes sociais fornecem informações sobre o mercado de trabalho e permitem uma maior e mais eficaz ligação aos empregadores. O resultado é possuírem melhores empregos e, consequentemente, melhores salários. Além disso, verifica-se que o capital social tem efeitos diretos e indiretos sobre os salários, quer dos imigrantes legais quer dos ilegais. Para os imigrantes ilegais, o capital social aumenta a

---

<sup>18</sup> Neste estudo desenvolveram-se hipóteses sobre a influência do capital social nos salários e nas circunstâncias em que assume maior ou menor importância na determinação destes. Este estudo foi feito a imigrantes mexicanos residentes nos Estados Unidos da América no âmbito do projeto “Migração Mexicana”.

probabilidade de obterem um emprego que, por sua vez, aumenta a probabilidade de passarem a ter um trabalho formal com melhores condições laborais e salariais.

Segundo Chou & Chow (2009), na mobilidade sócio-espacial dos imigrantes, na fase inicial da imigração, a família tem um efeito mais positivo que as redes de amigos. Especificamente, os imigrantes que têm uma família mais alargada têm maior probabilidade de ter um emprego.

Os efeitos diretos do capital social são, geralmente, mais fortes e mais consistentes nos imigrantes ilegais. Devido ao seu estatuto jurídico, estão limitados na sua capacidade em obter um trabalho com melhores condições, uma vez que têm dificuldades em procurar trabalho de uma forma livre. Para os trabalhadores ilegais, localizar essas entidades patronais torna-se difícil, sendo a informação dada pelo capital social fundamental.

O facto do capital social desempenhar um papel importante na determinação dos salários, principalmente, dos imigrantes ilegais sugere que todos os trabalhadores imigrantes enfrentam barreiras no acesso ao emprego, tais como restrições legais, de discriminação e de constrangimentos estruturais. Para contornar esses obstáculos, os imigrantes recorrem às suas redes sociais, pois a participação nesses sistemas traduz-se numa melhoria das condições profissionais, refletindo-se em melhores rendimentos. Independentemente do capital humano dos imigrantes, normalmente os trabalhadores que estão mal integrados nas redes sociais ganham salários mais baixos. Assim, o capital social desempenha um papel essencial na mobilidade sócio-espacial.

Haug (2008) refere que os primeiros migrantes (pioneiros) têm que lidar com os maiores riscos da migração, já que os migrantes posteriores enfrentam menores riscos e obstáculos. Os primeiros migrantes fornecem informações sobre as oportunidades no mercado de trabalho, dão apoio nas viagens, nos transportes, na alimentação e no alojamento. Assim, o capital social nas áreas de chegada desempenha um papel de suporte determinante na decisão de migrar dos potenciais migrantes. Também aponta para o facto da escolha da área de destino ser muitas vezes determinada pela localização do capital social, uma vez que esta reduz os custos e os riscos da migração. Assim, as redes sociais consolidam e expandem os movimentos migratórios e quanto maior e eficaz for a rede, maior é a probabilidade de gerar mais movimentos migratórios e melhor integração no país de destino.

Para Portes (2000), o capital social tem três funções: fonte de controlo social (respeito pelas regras); fonte de apoio familiar; fonte de benefícios através de redes extrafamiliares. A família constitui também um foco central do capital social, sendo um recurso estratégico utilizado pelos imigrantes em todo o seu trajeto migratório, pois é um reservatório de vários apoios (Nee & Sanders, 2001). A terceira função é a forma mais comum, pois desempenha uma fonte de

benefícios mediados por redes exteriores à família mais próxima. Esta função é frequentemente utilizada para explicar o acesso ao emprego, a mobilidade através de oportunidades profissionais de ascensão social e o sucesso empresarial. Portes refere que Granovetter (1974) chamou à atenção desta função designando-a de “a força dos laços fracos”, para se referir ao poder exercido por influências indiretas, exteriores ao círculo imediato da família e amigos próximos, enquanto sistema informal de referência para a obtenção de emprego.

Apesar de todos os benefícios que as redes sociais trazem aos imigrantes, principalmente, no início do percurso migratório, convém salientar que elas também podem funcionar como limitadoras da mobilidade sócio-espacial uma vez que podem limitar o fluxo de informação e o apoio à busca de novas oportunidades. Esta limitação dificulta a ação do imigrante que fica, muitas vezes, submetido às redes, limitando a busca de novas oportunidades, a mudança de residência ou de emprego, a criação de novos amigos, entre outras.

Os laços sociais podem produzir um maior controlo sobre comportamentos desviantes e fornecer acesso privilegiado a recursos, mas também podem restringir as liberdades individuais e vedar a terceiros o acesso aos mesmos recursos através de preferências particularistas (Portes, 2000). Este autor refere que estudos recentes encontraram pelo menos quatro consequências negativas do capital social: 1 - a exclusão dos não membros; 2 - o fechamento de um grupo ou de uma comunidade que pode impedir o êxito de iniciativas empresariais dos seus membros; 3 - a restrição à liberdade individual onde a autonomia dos indivíduos é reduzida; 4 - a criação de normas de nivelação descendente que funcionam de modo a manter os membros de um grupo dependentes e forçam os mais ambiciosos a fugir da alçada do grupo.

Assim, verifica-se que o capital social pode promover a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes, mas também pode ter um efeito oposto, gerando, por exemplo, o comércio étnico, redes de prostituição e de violência e até de tráfico de seres humanos. Por isso, Carleial (2004) chama a atenção para o facto das redes sociais entre imigrantes serem, então, alternativas de superação de dificuldades, com contradições e com conflitos, mas que denotam uma prática coletiva questionadora da política de desassistência aos migrantes.

### **Capital Financeiro: os recursos económicos dos imigrantes**

O capital financeiro é outro fator que influencia a mobilidade sócio-espacial e refere-se aos recursos financeiros, líquidos e ilíquidos, de que o migrante pode dispor ao longo do seu processo de migração. Tradicionalmente, a investigação tem-se centrado no acesso ao capital financeiro

através das redes sociais. Consequentemente, o papel dos recursos financeiros individuais na integração permanece pouco explorado. No entanto, constata-se que quanto maior for o capital financeiro, maior será a facilidade de satisfazer as necessidades na chegada ao país de destino e maior facilidade, por exemplo, no acesso a redes sociais eficazes. Para Nee & Sanders (2001) ter capital financeiro permite aos migrantes, muitas vezes, criarem o seu próprio emprego, "Financial capital is required for immigrants who enter into entrepreneurial careers. Immigrants who bring with them substantial amounts of this form of capital enjoy a head start in establishing family businesses" (Nee & Sanders, 2001:407).

Oliveira (2008) refere que a iniciativa empresarial, não é só uma alternativa para a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, muitas vezes alvo de exclusão social e de discriminação, mas também uma forma de permitir a mobilidade sócio-espacial. Empregos em empresas de coétnicos podem ser a melhor forma de aceder a posições de supervisão e de liderança e de adquirir o capital financeiro necessário para o desenvolvimento de negócios próprios.

O capital financeiro dos imigrantes (capitais próprios ou oriundos da comunidade) permite a criação do próprio emprego, que vai ter também implicações no crescimento económico do país de origem e de destino, devido às ligações comerciais e à melhoria dos processos de integração social dos imigrantes (Peixoto, 2008).

### **3.2 - A mobilidade sócio-espacial na União Europeia**

A UE é um dos espaços geográficos mais procurados por migrantes, principalmente, por motivos de ordem económica. Atualmente, os cidadãos nacionais dos estados-membros e de países terceiros constituem parte importante das sociedades e economias deste espaço.

A nível comunitário, qualquer cidadão de um estado-membro da UE tem o direito de trabalhar e de viver noutra estado-membro sem ser discriminado, pela sua nacionalidade. Este direito tem na sua base uma das liberdades fundamentais garantidas pela legislação comunitária, a livre circulação de pessoas. Para os trabalhadores, esta liberdade existe desde a fundação da Comunidade Europeia em 1957, artigo 39º do Tratado da Comunidade Europeia.

## Artigo 39º

1. A livre circulação dos trabalhadores fica assegurada na Comunidade.
2. A livre circulação dos trabalhadores implica a abolição de toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade, entre os trabalhadores dos Estados-Membros, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e demais condições de trabalho.
3. A livre circulação dos trabalhadores comprehende, sem prejuízo das limitações justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública, o direito de:
  - a) Responder a ofertas de emprego efetivamente feitas;
  - b) Deslocar-se livremente, para o efeito, no território dos Estados-Membros;
  - c) Residir num dos Estados-Membros a fim de nele exercer uma atividade laboral, em conformidade com as disposições legislativas, regulamentares e administrativas que regem o emprego dos trabalhadores nacionais;
  - d) Permanecer no território de um Estado-Membro depois de nele ter exercido uma atividade laboral, nas condições que serão objeto de regulamentos de execução a estabelecer pela Comissão.
4. O disposto no presente artigo não é aplicável aos empregos na administração pública.

Fonte: Tratado da Comunidade Europeia

Apesar da UE referir que a livre circulação de pessoas é um dos seus principais objetivos, mais de 600000 pessoas, que vivem num país da UE e trabalham noutro, têm de enfrentar práticas nacionais e sistemas jurídicos diferentes, deparando-se com obstáculos administrativos, jurídicos ou fiscais, constituindo entraves à mobilidade<sup>19</sup>.

Em virtude da maioria dos países do continente europeu enfrentar grandes disparidades regionais, no que diz respeito à disponibilidade de mão de obra, principalmente qualificada, a mobilidade dos trabalhadores é importante para os empregadores. Assim, a Comissão Europeia identificou três grandes desafios fundamentais a enfrentar: a falta de mobilidade profissional, os baixos níveis de mobilidade geográfica e o difícil acesso à informação sobre a mobilidade. Para colmatar ou diminuir os obstáculos à mobilidade sócio-espacial dos trabalhadores, a UE incrementou algumas medidas, por exemplo: a criação, em 2002, de um Plano de Ação para as Competências e a Mobilidade, que chegou a termo em finais de 2005; em junho de 2004, foi lançado em 13 estados-membros um cartão europeu de seguro de doença e tornou-se comum a todo o espaço europeu, no início de 2006; a coordenação dos sistemas de segurança social foi acelerada; em outubro de 2005, foi adotada uma proposta de diretiva relativa à transferibilidade dos direitos à pensão no âmbito da migração para fins profissionais.

<sup>19</sup> Para a UE a mobilidade ocupacional, ou também, chamada profissional, diz respeito à frequência com que um trabalhador muda de emprego, enquanto que a mobilidade geográfica refere-se ao movimento de trabalhadores de uma região para outra no mesmo país ou entre países.

No que se refere aos trabalhadores nacionais dos novos estados-membros, embora se pressupusesse a extensão imediata dos vários benefícios comunitários a estes, tal não aconteceu relativamente a um aspeto fundamental do mercado interno, ou seja, a liberdade de circulação e acesso aos mercados de trabalho dos quinze estados-membros mais antigos. Esta atitude ficou a dever-se às grandes diferenças estruturais verificadas nos novos estados-membros o que poderia contribuir para uma migração massiva e causar disfunções graves, tanto nas áreas de partida como nas de chegada. Desta forma, o acesso aos mercados de trabalho dos “quinze” pelos trabalhadores da República Checa, da Estónia, da Letónia, da Lituânia, da Hungria, da Polónia, da Eslováquia, da Eslovénia, da Roménia e da Bulgária, com exceção dos de Chipre e de Malta, esteve sujeito a medidas transitórias que se traduziram na obrigatoriedade de obtenção de uma autorização de trabalho emitida pelos serviços responsáveis do país onde pretendiam trabalhar. Estas medidas transitórias variavam de estado-membro para estado-membro e só puderam ser mantidas até 30 de abril de 2009. Após esse período, apenas em certos casos, devidamente justificados como geradores de graves distúrbios do mercado, foram mantidas as medidas transitórias. A partir de abril de 2011 é obrigatória a cessação destas medidas, passando os trabalhadores dos novos estados-membros a auferir dos mesmos direitos relativos à livre circulação e acesso aos mercados de trabalho de qualquer país da UE.

Para conhecer melhor a mobilidade dos seus cidadãos, a UE realizou um inquérito<sup>20</sup> a 24000 cidadãos da UE, em setembro de 2005, com os seguintes objetivos: avaliar a disposição dos europeus para aproveitar as oportunidades que a mobilidade geográfica pode proporcionar aos trabalhadores; percecionar o desejo dos europeus relativamente a uma possível deslocação para outra região ou país para aí trabalharem; levantar os eventuais motivos para uma mobilidade sócio-espacial; saber a opinião dos europeus sobre a mobilidade sócio-espacial. A análise dos resultados do inquérito demonstra que apenas um terço dos inquiridos tomou medidas para sair da sua região de origem, pelo menos uma vez.

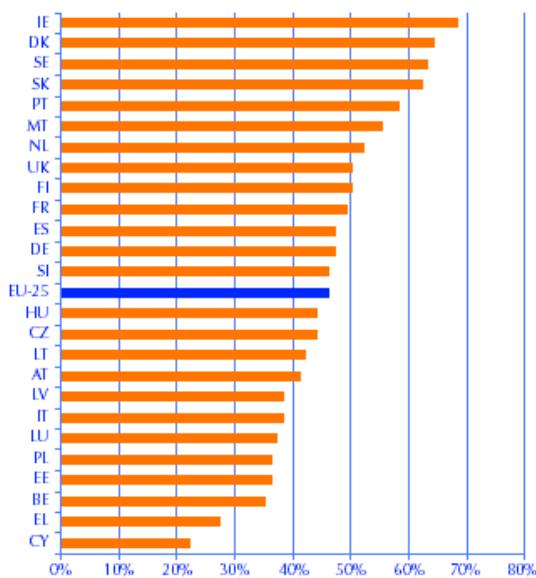
Os inquiridos consideraram que a mobilidade geográfica pode melhorar as suas perspetivas profissionais. No entanto, mais de dois terços dos que se deslocaram continuavam a viver na primeira região onde se fixaram pela primeira vez. A maioria dos inquiridos (70%) não tinha intenções de se mover no futuro próximo, sendo as mulheres, os mais velhos e com menos habilitações literárias os que apresentavam menor mobilidade geográfica.

---

<sup>20</sup> Este inquérito foi realizado pelo Eurobarómetro que inquiriu mais de 24 000 cidadãos da UE, em setembro de 2005. A brochura “Europeans and mobility: first results of an EU-wide survey” apresenta os resultados dos inquéritos feita pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Trabalho e Condições de Vida.

Quando questionados sobre a mobilidade geográfica, 46% dos inquiridos referiu que teve benefícios, principalmente ao nível da integração europeia. No entanto, mais de 25% dos inquiridos referiu que a mobilidade geográfica teve impactos negativos, principalmente ao nível da vida familiar e de amigos, uma vez que estes laços se iam degradando com o afastamento geográfico.

**Figura 12 - População europeia que considera a mobilidade geográfica benéfica**



Fonte: Eurobarometer survey on geographic and labour market mobility, European commission, 2007

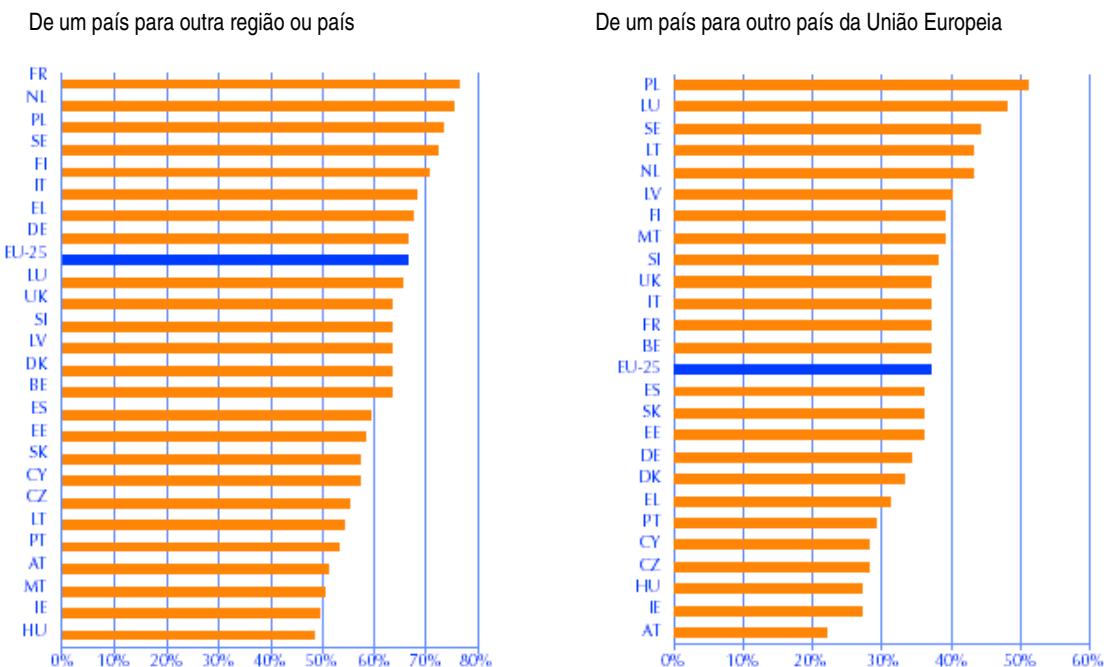
Os irlandeses<sup>21</sup>, os dinamarqueses, os suecos, os eslovacos e os portugueses eram os que apresentavam maior percentagem de população que pensava que a mobilidade geográfica trazia benefícios (figura 12). Os cipriotas e gregos apresentavam valores mais baixos, menos de 30%. De uma maneira geral, a maioria dos migrantes europeus referiu que a mobilidade geográfica trazia benefícios ao nível profissional, económico e habitacional, sendo os contactos sociais e familiares os aspetos que se degradavam com as migrações devido ao afastamento geográfico. Para os inquiridos, a “União Europeia” significava sobretudo liberdade de viajar e de trabalhar no espaço europeu (53%).

Questionados sobre as dificuldades inerentes à mobilidade geográfica, os inquiridos apontaram a língua (aproximadamente 50%), a diferença cultural (20%), o acesso à proteção social

<sup>21</sup> As autoridades irlandesas responsáveis pela formação e emprego lançaram uma campanha *Know Before You Go* com o objetivo de promover a mobilidade sócio-espacial. A campanha propunha prestar aos trabalhadores aconselhamento e informação sobre as oportunidades de emprego nomeadamente, condições de vida e de trabalho, segurança social, fiscalidade, alojamento, seguro de saúde, entre outras (EURES, 2007).

e aos serviços sociais (menos de 15%), o reconhecimento das suas habilitações literárias e a obtenção de emprego (menos de 10%), como sendo as mais limitativas. Os cidadãos europeus empregados, ao deslocarem-se para outra região ou país, sentem que o risco de ficarem desempregados aumenta. No entanto, 25% dos migrantes veem as suas condições de trabalho e salários melhorar (59% dos desempregados que apresentaram mobilidade geográfica conseguiram arranjar emprego, valor que atinge 35% para os que não apresentaram mobilidade). Por isso, os europeus são de opinião que a mobilidade geográfica é uma das soluções para o desemprego ou para as dificuldades de arranjar emprego. Além disso, existe uma maior disponibilidade para a mobilidade geográfica, pois dois terços dos inquiridos estavam dispostos a abandonar a sua região de origem em busca de novos e melhores empregos.

**Figura 13 - População que estava disposta a migrar para arranjar emprego se estivesse desempregada**



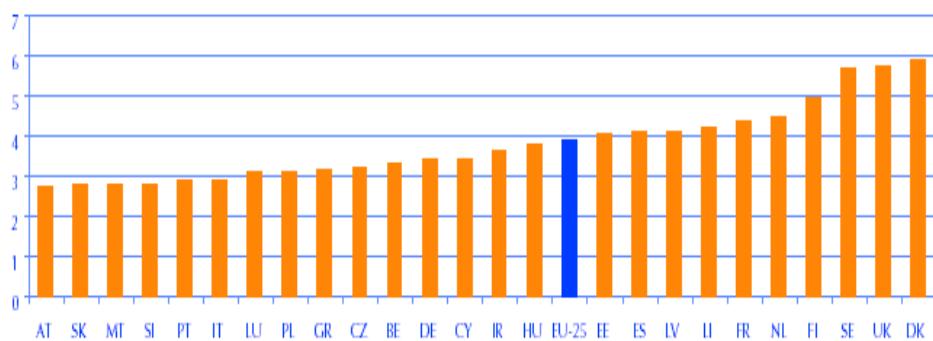
Fonte: Eurobarometer survey on geographic and labour market mobility, European commission, 2007

A percentagem de população disposta a migrar diminui quando o movimento está circunscrito apenas aos países da UE, sendo muito maior quando abarca países terceiros, 37% e 67%, respetivamente (figura 13). A título exemplificativo, 87% da população francesa inquirida estava disposta a migrar para outra região ou país e apenas 37% para outro país da UE. No entanto, a população portuguesa apresentava 39% de disposição para migrar para outra região ou

país e um valor muito mais alto (54%) para a UE. Os inquiridos portugueses demonstraram, assim, uma maior credibilidade no mercado de trabalho intracomunitário e, por isso, apresentavam valores de mobilidade geográfica mais baixos para países não pertencentes à UE.

De acordo com o inquérito, os trabalhadores europeus tinham em média 4 postos de trabalho, sendo a Dinamarca, o Reino Unido e a Suécia os que apresentam maior mobilidade profissional, aproximadamente, 6 postos de trabalho<sup>22</sup>.

**Figura 14 - Número médio de empregos por país**



Fonte: *Eurobarometer survey on geographic and labour market mobility, European commission, 2007*

Os trabalhadores de países como Alemanha, Áustria, Eslováquia, Malta, Eslovénia, Portugal e Itália apresentam menor mobilidade profissional, pois em média têm menos de 3 empregos (figura 14).

Em média, 10% dos trabalhadores da UE permanece menos de 1 ano no seu atual emprego, 36% de 1 a 5 anos, 17% de 6 a 10 anos, e 36% mais de 10 anos. Os trabalhadores que apresentam maior mobilidade profissional são os mais jovens, com contrato a prazo, com famílias monoparentais e inseridos em trabalhos pouco qualificados, todos estes fatores são propícios ao aumento da mobilidade sócio-espacial.

A mobilidade profissional pode ser resultado da livre escolha ou pode ser imposta, por exemplo, devido à perda de emprego. Na Dinamarca, no Reino Unido e na Suécia, que apresentam maior mobilidade profissional, os inquiridos referem que nesta condição a mobilidade traz benefícios. Já 60% dos belgas, dos estónios e dos gregos referem que traz grandes desvantagens. Este facto evidencia que para alguns países a mobilidade profissional é uma oportunidade,

<sup>22</sup> De acordo com o Eurostat o número de trabalhadores que mudaram de empregador, em 2005, raramente excede os 5% nos estados-membros da UE. A duração média no mesmo emprego é de 10.6 anos na Europa, 6.7 nos Estados Unidos da América e 12.2 no Japão.

enquanto que para outros é uma ameaça. A estabilidade, para muitos inquiridos, só é conseguida com uma menor mobilidade sócio-espacial. No entanto, o estudo, refere que tanto a estabilidade como a mobilidade sócio-espacial são importantes para os imigrantes. A estabilidade ajuda os trabalhadores a construírem e a rentabilizarem as suas experiências e competências, já a mobilidade contribui para melhorar a sua adaptabilidade.

Com este inquérito, a Comissão Europeia conclui que a mobilidade sócio-espacial contribui para melhorar as condições de emprego e para aumentar a aquisição de competências, promovendo a adaptabilidade e consequentemente a estabilidade. No entanto, os cidadãos europeus apresentam uma “weak mobility culture” (Eurobarometer, 2006:6).

Devido à importância da mobilidade, a UE dedicou o ano de 2006 à mobilidade dos trabalhadores. Esta escolha resultou da constatação de que a mobilidade dos trabalhadores é indissociável do processo de aprofundamento do mercado interno, do reforço da coesão económica e social e da construção de uma cidadania europeia ativa.

Para implementar o “Ano Europeu da Mobilidade dos Trabalhadores”, foram realizadas várias atividades destinadas a informar os trabalhadores sobre a possibilidade de trabalho para além das fronteiras nacionais, nomeadamente: feiras de emprego vocacionadas para a procura de emprego noutros países que não os de origem; um “road-show” dedicado à mobilidade, cujos participantes viajaram por oito países europeus durante 45 dias; a televisão e a rádio difundiram, semanalmente, peças jornalísticas sobre pessoas que já viveram a experiência da mobilidade sócio-espacial e a criação de um site “EURES<sup>23</sup> - Portal Europeu da Mobilidade Profissional”. O portal EURES é um site que permite encontrar informações relativas a oportunidades de emprego.

Apesar das várias medidas facilitadoras da mobilidade sócio-espacial esta continua a ser muito reduzida para os cidadãos da UE, mesmo com uma elevada taxa de desemprego, em algumas regiões e setores, e uma carência de recursos humanos adequados, noutras. Assim, assiste-se a um paradoxo na UE que consiste no facto da taxa de desemprego ser elevada, enquanto existem 2 a 3 milhões de ofertas de emprego (Pás, 2007). A escassez de mão de obra, principalmente qualificada, é de certa forma consequência das baixas taxas de natalidade e do envelhecimento da população europeia.

---

<sup>23</sup> EURES – *European Employment Services* - A EURES disponibiliza uma rede de conselheiros que prestam a informação requerida por candidatos a emprego e empregadores através de contactos pessoais. Existem mais de 700 conselheiros EURES em toda a Europa. Os conselheiros EURES são especialistas formados que prestam os três serviços básicos EURES de informação, orientação e colocação, tanto aos candidatos a emprego como aos empregadores interessados no mercado de trabalho europeu. Desenvolvem conhecimentos especializados em assuntos práticos, jurídicos e administrativos relacionados com a mobilidade a nível nacional e transfronteiriço. Trabalham no Serviço Público de Emprego de cada Estado-Membro ou noutras organizações parceiras da rede EURES (EURES, 2008).

Assim, Zimmermann (2009) refere que para haver maior mobilidade dos trabalhadores na Europa é necessária uma maior transparência do mercado de trabalho europeu, um maior domínio das línguas e uma padronização do sistema de segurança social. A chave da mobilidade está em promover a integração dos trabalhadores internacionais na UE que pode ser reforçada através da migração circular<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Migração circular - os migrantes mantêm os seus relacionamentos pessoais, sociais, económicos, comerciais, políticos e culturais com ambos os extremos do fluxo migratório, potencializando a troca de conhecimentos e experiência. Esta situação está ligada à noção de comunidades transnacionais (Figueiredo, 2005).

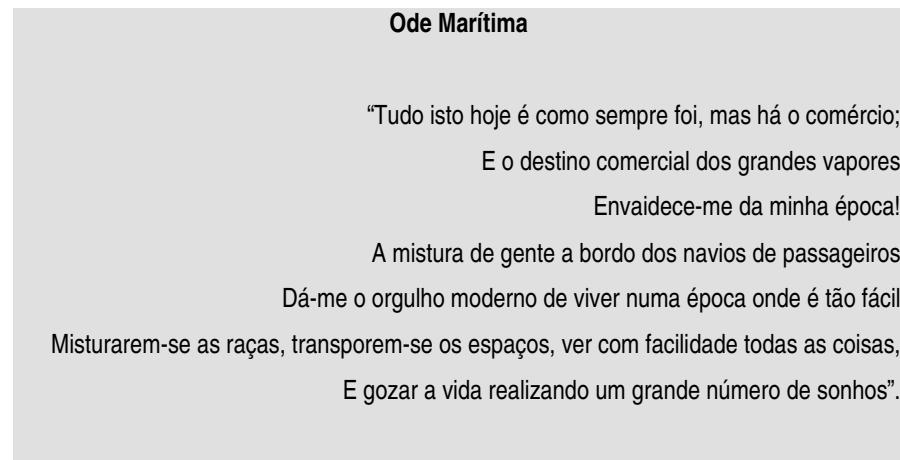
## CAPÍTULO II

### **PORtUGAL EM MUDANÇA: A NOVA GEOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO**

## II - Portugal em Mudança: A Nova Geografia da Imigração

Este capítulo tem como objetivo esboçar as mudanças da imigração em Portugal. Começa por fazer uma breve discussão no que se refere a Portugal ser um país de origem e de destino e, posteriormente, faz uma caracterização da população estrangeira, atendendo à sua evolução, origem, distribuição geográfica e características socioeconómicas.

### 1 - Portugal, país de origem e de destino



Fernando Pessoa, 1915

Portugal, durante séculos, foi um país de emigração. Segundo o Observatório da Emigração o total de portugueses e luso-descendentes no mundo, até à terceira geração, é superior a 31 milhões. A sua diáspora é bem conhecida<sup>1</sup>, pois diferentes continentes e diferentes países têm marcas desse movimento. Há poucos anos Portugal era conhecido, por alguns, como país de emigração e, por outros, como país com imigração. Para Castles (2005) "... é bastante claro que

<sup>1</sup> "Emigração: A diáspora dos portugueses", estudo realizado pelo empresário Adriano Albino, de 78 anos, que fez um levantamento dos portugueses que emigraram entre 1951 e 1965, através de entrevistas e recolha de dados. O estudo teve em consideração o nome do emigrante, o estado civil, a data de chegada, a cidade de origem, o número de filhos, netos e bisnetos, de cada uma das regiões do mundo. Partindo dos 4,53 milhões de emigrantes originais registados nas estatísticas oficiais, o autor conseguiu calcular um coeficiente multiplicador dessas famílias que chegaram aos vários pontos do mundo, o que lhe permitiu fazer uma projeção dos valores.

Portugal se tornou hoje num país de imigração significativa...”. Para Reis *et al* (2010) “Portugal passou a ser igualmente um ponto de chegada na rede das migrações, a uma escala em que se combinam a dimensão europeia, as proximidades geográficas, culturais e linguísticas e também a própria escala global”. Mais recentemente, o Instituto Nacional de Estatística, com base nos censos 2011, refere que “Portugal ao longo da primeira década do século XXI, continuou a ser um país de imigração”, pois o crescimento de população de cerca de 199700 resulta do saldo natural de cerca de 17600 e do saldo migratório positivo de 182100.

Ao longo de toda a história, Portugal foi visto como um país de emigração, tendo em conta o seu passado colonizador e a presença de portugueses em várias partes do mundo. Atualmente, persistem fluxos de emigração, principalmente em direção aos países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte (nomeadamente, Reino Unido, Espanha, Suíça, Luxemburgo, Bélgica, Holanda, Estados Unidos da América e Canadá). Na União Europeia (UE), os emigrantes portugueses estabelecem uma lógica de dupla residência, caracterizando verdadeiramente uma mobilidade transnacional (Ramos, 2004; Baganha, 2002). Assim, atualmente, coexistem dois fluxos nos movimentos migratórios, ou seja, portugueses que continuam a sair para trabalhar noutras países, a par de estrangeiros que entram em Portugal. Por isso, é comum afirmar-se que Portugal, para além de ser um país de emigração, é também um país de imigração<sup>2</sup>. Esta simultaneidade coloca Portugal numa posição de relevo à escala da UE: é ao mesmo tempo recetor e emissor de migrantes (utilizando a linguagem dos Regimes Migratórios, Portugal encontra-se num Regime Misto, Peixoto, 2004).

Portugal como Espanha, Itália e Grécia transitaram de países de emigração para países também de imigração, onde os fluxos imigratórios começaram a ganhar alguma expressividade. Efetivamente, a presença de estrangeiros, em Portugal, principalmente nas Áreas Metropolitanas e no Algarve, manifesta-se, cada vez mais.

A expressão “Portugal, país de imigração”, para alguns autores, não é aplicável, pois não é seguro que os fluxos de entrada de imigrantes suplantem os de saída dos portugueses para o estrangeiro. As diferentes formas de contabilizar entradas e saídas da população migrante impedem um verdadeiro cálculo do saldo migratório e a percentagem de estrangeiros legais entre a população portuguesa é bastante inferior à registada nos grandes países de imigração, como é o caso do Luxemburgo, Alemanha, Espanha, Irlanda ou França. Neto (2006) considera que a

<sup>2</sup> Neste âmbito, pode-se referir alguns exemplos de leitura: Reis *et al*, 2010; Apap, 2002; Fernandes & Cravidão, 2002; Mapril *et al*, 2002; Pires, 2002; Fonseca, 2001; Mateos, 2001; Ferreira, 2000; Rugy, 2000; Baganha *et al*, 1998; Heisler, 1998; Leitão, 1998; Baganha, 1997; Fonseca & Cavaco, 1997; Trindade, 1995; Montanari & Cortese, 1993; Esteves, 1991.

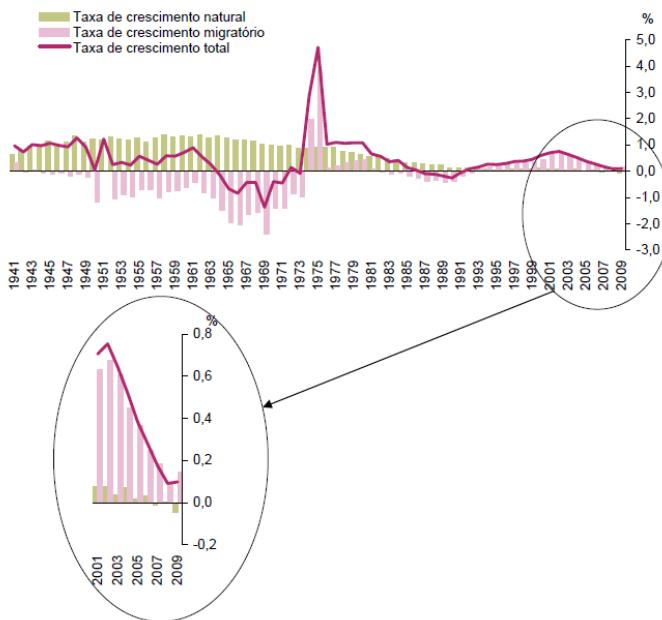
classificação binária de “país de emigração” ou “país de imigração” deixa de ser significativa no contexto da globalização, pois assiste-se à transformação de áreas tradicionalmente de emigração para territórios de imigração e vice-versa. Simultaneamente existem territórios que servem de plataforma giratória, são locais utilizados temporariamente para depois os imigrantes atingirem os países mais desenvolvidos. Para Baganha *et al* (1998), Portugal, mais do que um país de imigração, é uma “plataforma de rotação de gentes de trabalho”, pois há imigrantes que passam por Portugal antes de se deslocarem para outros locais, e vice-versa. Este processo envolve uma teia vasta e complexa de relações internacionais. Assim, Portugal deverá ser percecionado como uma “placa giratória” que distribui (importa e exporta) mão de obra consoante a estrutura em que opera, e a Área Metropolitana de Lisboa encontra-se no centro dessa placa (Baganha, 2007). Neste contexto, dependendo do foco de análise geográfica, Portugal tanto pode ser considerado como um país central como periférico no mundo. Para vários autores a partir da década de 80, Portugal passa a ocupar, no que diz respeito às migrações, uma posição central em relação aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e da Europa de Leste, e uma posição periférica em relação à UE (Ramos, 2004; Pires, 2003; Baganha, 2002).

Seja como for, é inegável que Portugal foi sempre um cais de partida para todo o mundo e que hoje é também um porto de abrigo (Leitão, 2001).

### 1.1 - A evolução da taxa de crescimento migratório

Para Carrilho & Patrício (2009:86) “As migrações são no presente o principal fator a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é exceção. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente”.

Em 2009 a população em Portugal foi estimada, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 10637713 indivíduos. Relativamente a 2008, houve um acréscimo de população, de 10463 indivíduos, apresentando uma taxa de crescimento efetivo de 0,1%. Este crescimento populacional resultou de um saldo migratório de 19500 indivíduos, traduzindo uma taxa de crescimento migratório de 0,14%.

**Figura 1 - Evolução das taxas de crescimento natural, migratório e total, em Portugal**

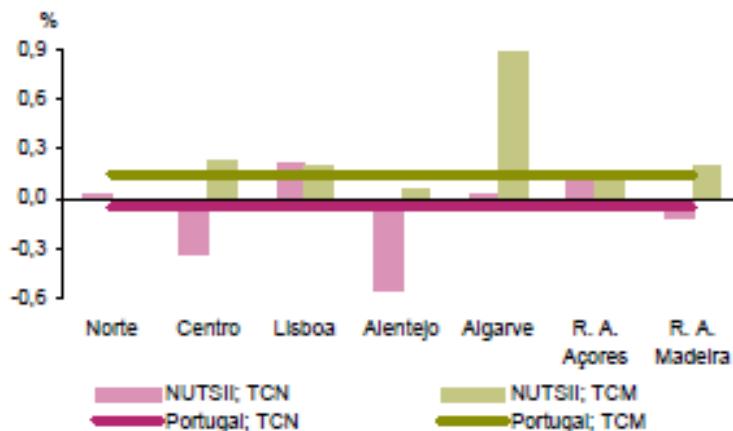
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2009:21

A taxa de crescimento migratório apresenta grandes oscilações (figura 1). Até 1974 apresentava valores sempre negativos e após 1974 assiste-se a um aumento muito acelerado desta taxa (-1,2% para 3,9%). O saldo positivo, entre 1974 e 1980, foi devido à mudança do regime político em Portugal (25 de Abril - 1974), ao fim da guerra no Ultramar e à independência das ex-colónias, simultaneamente, a crise provocada pelo choque petrolífero, no início da década de 70, fez com que países tradicionais de acolhimento (Alemanha, França, entre outros) adotassem uma política restritiva à imigração. Estes fatores fizeram reduzir a emigração e provocaram o retorno de muitos emigrantes portugueses dos países europeus e das ex-colónias. Entre 1981 e 1992 a taxa volta a decrescer, devido aos novos fluxos emigratórios, principalmente, para países europeus. A partir de 1993 os valores da taxa voltam a atingir índices positivos obtendo, em 2009, o valor de 0,14%.

Estes valores positivos da taxa de crescimento migratório resultam da conjugação de alguns fatores, tais como: a entrada de Portugal na UE e o aumento da procura de mão de obra derivada da dinâmica do setor da construção e obras públicas; o crescimento económico e a redução da natalidade e o envelhecimento da população portuguesa; os índices crescentes de escolaridade da população portuguesa e a desvalorização e repulsão de certas atividades; a regularização de milhares de imigrantes clandestinos com implicações no aumento da imigração legal. Apesar do

fraco crescimento da população portuguesa, ele resulta, exclusivamente, do saldo migratório positivo (0,14%), dado que o saldo natural apresenta-se negativo (-0,05%).

**Figura 2 - Taxa de crescimento natural (TCN) e migratório (TCM) por NUTS II, em 2009**



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2009:30

No que se refere à taxa de crescimento migratório, todas as regiões apresentam valores positivos à exceção da região Norte com a taxa de -0,02% (figura 2). Relativamente à taxa de crescimento efetivo, o Algarve é a região com maiores valores (0,91%) em contraste com o Alentejo e o Centro que perderam efetivos populacionais -0,48% e -0,09%, respetivamente. Assim, verifica-se que a maioria das regiões em Portugal regista uma taxa de crescimento efetivo positiva. As regiões do Norte e dos Açores são as que apresentam as taxas de crescimento natural superiores às taxas de crescimento migratório. A região do Norte é a única, desde 2007 que apresenta taxas de crescimento migratório negativas com valores de -0,04%, -0,08% e -0,02%, respetivamente.

Estes números realçam a importância, cada vez maior, da população estrangeira ao nível do crescimento demográfico da população portuguesa. Assim, o crescimento demográfico é, cada vez menos, influenciado pelo crescimento natural assumindo a imigração um papel fulcral no equilíbrio demográfico português.

## 1.2 - Portugal país de origem: o aumento da emigração

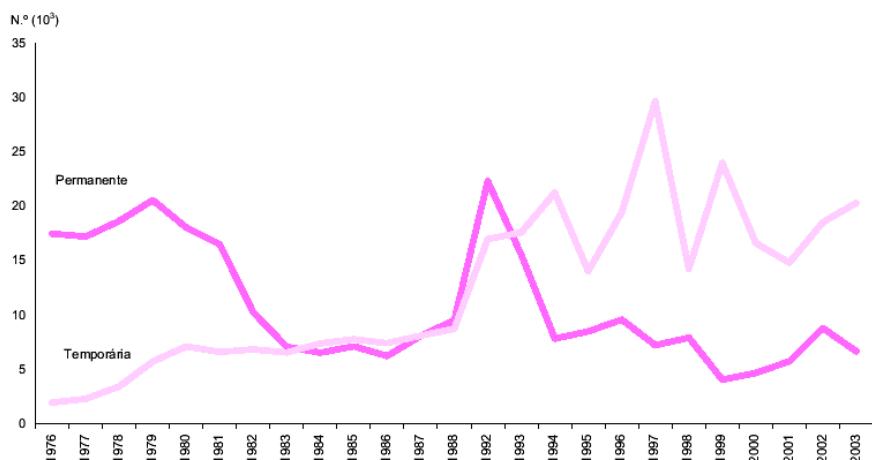
Apesar da imigração em Portugal evidenciar um crescente aumento, a emigração é também um fenómeno constante e crescente. Fatores como, as diferenças de salários entre Portugal e os restantes países da Europa mais desenvolvida, o aumento do desemprego em Portugal (ultrapassando os 12%, em 2011), a existência de comunidades de emigrantes em vários países que continuam a promover o recrutamento de mão de obra (nomeadamente, em França, Luxemburgo, Estados Unidos da América e Canadá) e a maior mobilidade das pessoas (resultado do desenvolvimento dos transportes), são incentivos para que os trabalhadores portugueses emigrem. Assim, tendo em conta o atual aumento da emigração em Portugal, tornou-se crucial quantificar este fluxo para melhor estudar a dinâmica da população portuguesa. No entanto, como refere Carrilho & Patrício (2009), quantificar os fluxos emigratórios dificultou-se desde 1988, quando foi extinto o passaporte de emigrante com a adesão à UE e ao espaço Schengen. Já Malheiros (2010), responsável pelos dados portugueses no relatório anual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), refere que os números da emigração portuguesa não refletem a realidade, sendo apenas indicativos. A ausência de dados reais sobre as saídas explica-se, segundo o investigador, pelo facto da maioria dos indivíduos emigrar temporariamente e devido à livre circulação de pessoas na UE. Neste sentido, não existem dados corretos que quantifiquem os portugueses que emigram, pois Portugal, como quase todos os membros da UE, não responde a inquéritos de saída. Como refere no projeto DEMIFER (ESPON, 2010) os números da imigração e emigração relatados pelos estados membros da UE em geral, não são consistentes entre si. As principais razões apontadas são as diferenças de definição de conceitos e os erros de cobertura e de medição.

Segundo o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS) em 1986 emigraram de Portugal 13690 indivíduos, sendo que em 2003 esse valor atingiu 27008, o que se traduz um fortíssimo aumento. Para Malheiros (2010), anualmente saem de Portugal entre 50 a 60 mil portugueses.

Entre 1976 e 2003 (dados mais recentes do INE, pois a partir de 2003 deixou-se de contabilizar estes dados), verifica-se que a emigração temporária<sup>3</sup> tem vindo a ganhar relevo face à emigração permanente<sup>4</sup>, principalmente a partir de 1993 (figura 3).

<sup>3</sup> Emigração temporária - Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano.

<sup>4</sup> Emigração permanente - Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período superior a um ano (INE, 2010).

**Figura 3 - Evolução da emigração permanente e temporária em Portugal, entre 1976 e 2003**

Fonte: INE, 2003:12

As migrações temporárias ganham relevo, pois estão mais ajustadas às necessidades de flexibilidade do mercado de trabalho e às circunstâncias ou dificuldades individuais, enquanto que as migrações permanentes sustentam-se sobretudo nos movimentos de reunificação familiar e os fluxos de refugiados (Fonseca, 2002).

Em 2003, a Europa concentrava 93,5 % da emigração portuguesa, valor que em 2002 era de 81,3%. O continente americano, em 2002, recebeu 10,4% dos emigrantes portugueses e em 2003 a percentagem é de 4,5% (essencialmente, direcionada para os Estados Unidos da América e Canadá). Dentro do Continente Europeu, a França (7399), a Suíça (4785) e o Reino Unido (3893) recebem mais de 59% do total dos emigrantes portugueses. A Alemanha, a Espanha e o Luxemburgo são os restantes países mais significativos.

Segundo o Observatório da Emigração<sup>5</sup>, de 2006 para 2007, o número de novos emigrantes portugueses duplicou. Em 2007, emigraram 26.800 portugueses para Espanha, Suíça, Luxemburgo, Holanda e Bélgica, países mais escolhidos. A França, o Reino Unido, Andorra e Angola são outros

<sup>5</sup> O Observatório da Emigração centra a sua atividade na recolha, análise e disponibilização de indicadores estatísticos e de outra informação documental, de diferentes origens, sobre a emigração e as comunidades portuguesas. Este observatório também realiza e promove estudos e sessões de debate público, e facilita e incentiva a realização de teses de mestrado e de doutoramento naqueles domínios.

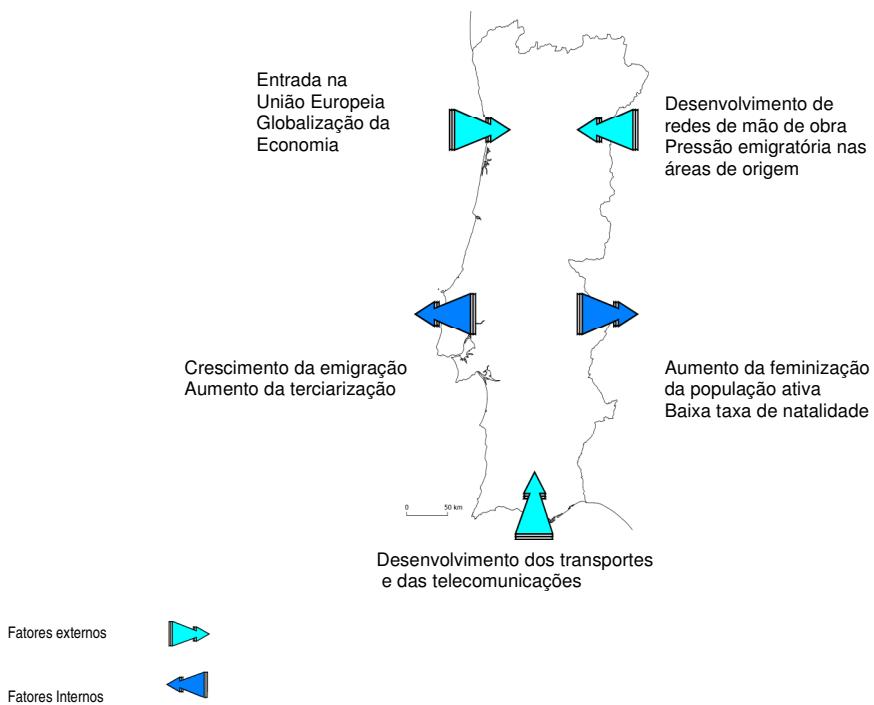
dos destinos escolhidos pela emigração portuguesa, só em Angola, por exemplo, já viviam 60 mil portugueses, em julho de 2007.

Mais recentemente e segundo dados do Eurostat, em 2009, na França residem 492000 imigrantes portugueses (nacionalidade mais representativa), na Suíça residem 183000 (terceira nacionalidade mais representativa) e no Luxemburgo 76600 (nacionalidade mais representativa). Estes dados exprimem claramente um país de forte emigração.

A crise económica que a sociedade portuguesa está a atravessar é o principal motivo para a decisão de emigrar. Segundo o Eurostat, a emigração em Portugal aumentou 111% de 2006 para 2007. Os portugueses escolhem como países de destino aqueles que apresentam melhores condições de vida, com um crescimento económico superior e onde há escassez de mão de obra. Segundo o Observatório da Emigração, a "nova vaga" de emigrantes portugueses é composta sobretudo por portugueses com formação, muitas vezes com cursos superiores, profissionais ou técnicos, que não têm saída profissional em Portugal e que precisam de procurar emprego fora. Para Beja (2010), conselheiro e presidente da Comissão Especializada de Fluxos Migratórios do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), a intensificação da emigração portuguesa pode vir a atingir os valores registados na década de 60 e 70 (Observatório da Emigração, 2010). Assim, nos últimos anos, verifica-se um recrudescimento da emigração portuguesa que apresenta, cada vez mais, valores consideráveis, sendo de salientar o seu caráter temporário, com destino a Europa. São indivíduos na idade ativa e jovens e, cada vez mais, com razoáveis ou boas qualificações profissionais e académicas. Uma "Nova Geografia da Emigração Portuguesa" está a desenvolver-se.

### 1.3 - Portugal país de destino: o aumento da imigração

A livre circulação de pessoas, bens e serviços, nomeadamente, nos países da UE, a rapidez com que a informação se propaga e a globalização da economia promovem a mobilidade internacional designadamente a emigração de portugueses, mas também a instalação de cidadãos estrangeiros em Portugal (figura 4).

**Figura 4 - Fatores internos e externos que favorecem o aumento da imigração**

Fonte: Construído pelo autor

Com a entrada na UE, Portugal pretendeu reduzir a enorme carência de infraestruturas, tendo desencadeado um crescimento das obras públicas e da construção civil. Assistiu-se, também, a um desenvolvimento das atividades de serviços, à expansão da economia informal (que criou oportunidades de emprego para profissões não qualificadas) e à expansão do consumo (difusão das cadeias de supermercados e centros comerciais) que aumentaram o processo de recrutamento de trabalhadores estrangeiros. Estes trabalhadores vêm preencher lacunas no mercado de trabalho, em certas atividades, que se agravaram devido ao envelhecimento da população e à contínua e crescente emigração. Para Reis *et al* (2010) a imigração resultou “do facto de certas atividades utilizarem um grande volume de mão de obra e da fraca dinâmica demográfica”. Como referiu Falcão (2002) a imigração em Portugal aumentou devido ao crescimento económico dos anos 90 e inícios deste século e à baixa capacidade de resposta do mercado de trabalho nacional face ao crescimento de algumas atividades. A forte incorporação de imigrantes no mercado de trabalho português resultou em primeiro lugar da abundante procura de trabalhadores para empregos precários, mal pagos e muitas vezes de natureza informal como na construção civil, na hotelaria, na restauração e nos serviços domésticos (Peixoto, 2008).

Estes fatores aliados à falta de experiência das autoridades nacionais na regulação da imigração e às oportunidades dadas frequentemente pelas campanhas de regularização extraordinária aos imigrantes ilegais, incluíram Portugal na lista dos imigrantes potenciais e dos “engajadores internacionais” também designados pelos brasileiros por “gatos”. Como chamou a atenção Machado (1997) “A ausência durante toda a década de oitenta, de mecanismos de controle funcionou favoravelmente à entrada de imigrantes, tanto mais quanto os países europeus tradicionalmente recetores haviam já imposto fortes restrições à entrada de estrangeiros extracomunitários”.

As redes de tráfico de mão de obra facilitam a entrada de migrantes mediante o pagamento de uma quantia, estando muitas vezes estas redes ligadas ao crime organizado à escala mundial. Estas redes de tráfico contribuem para a difusão de informação fundamental e para fomentar a capacidade de decisão de migrar. Além disso, uma vez instalada uma comunidade de imigrantes, ela tende a funcionar como transmissora de informação. Como refere Jackson (1991), os primeiros imigrantes vindos de uma mesma região formam uma rede de contactos e de comunicação.

O aumento da imigração em Portugal foi o resultado do esvaziamento progressivo das reservas internas de mão de obra num contexto de crescimento económico e, ao mesmo tempo, dos fatores internos dos países de origem, como a falta de trabalho e baixos salários (Baganha, 2002; Ramos, 2004). Mas foi também fruto da persistência da emigração portuguesa, especialmente em direção a países da UE, à procura de empregos melhor remunerados, o que implica deixar, em Portugal, vagas para potenciais imigrantes. Todos estes fatores implicaram mudanças quantitativas e qualitativas dos fluxos migratórios “de” e “para” Portugal.

#### Síntese

- Atualmente, coexistem dois fluxos nos movimentos migratórios em Portugal, portugueses que continuam a sair para trabalhar noutros países, a par de estrangeiros que entram em Portugal.
- O crescimento demográfico da população portuguesa é, cada vez menos, influenciado pelo crescimento natural assumindo a imigração um papel fulcral.
- Assiste-se a um recrudescimento da emigração portuguesa que apresenta, cada vez mais, valores consideráveis, sendo de salientar o seu caráter temporário, com destino a Europa, indivíduos na idade ativa e jovens, com cada vez melhores qualificações profissionais e académicas.
- O aumento da imigração em Portugal é o resultado do esvaziamento progressivo das reservas internas de mão de obra e dos fatores inerentes aos países de origem, como a falta de trabalho e os baixos salários. Mas é também fruto da persistência da emigração portuguesa à procura de empregos melhor remunerados, o que implica deixar, em Portugal, vagas para potenciais imigrantes.

## 2 - Quadro atual da imigração em Portugal

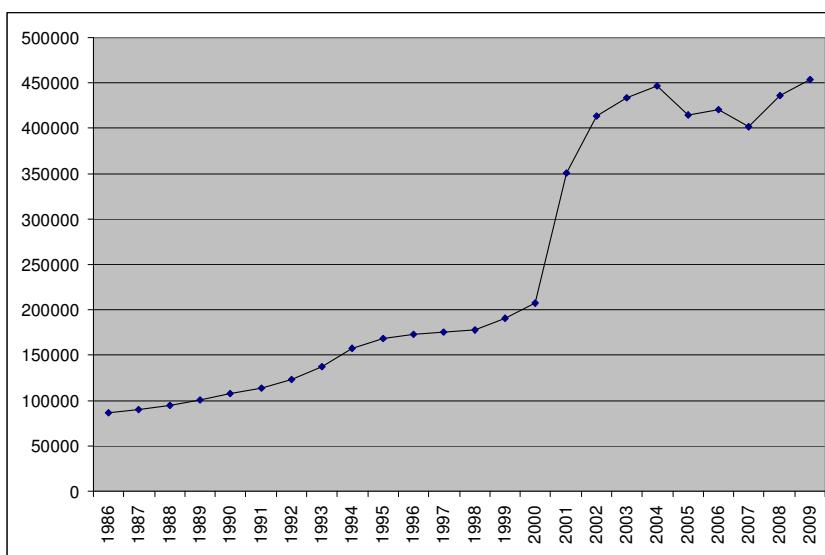
“Não foi só o número de estrangeiros que cresceu substancialmente, as nacionalidades de origem e os perfis sócio-demográficos dos imigrantes apresentam também alterações muito significativas, que claramente indicam uma complexificação progressiva na composição da população estrangeira em Portugal”.

Baganha, 2007:2

### 2.1 - As fases da evolução da população estrangeira

A avaliação rigorosa das mudanças quantitativas e qualitativas da imigração em Portugal é extremamente complexa, pois as estatísticas disponíveis, nas diferentes fontes de informação, nem sempre são comparáveis. Muitas vezes a terminologia utilizada por cada fonte de informação é diferente, apresentando um caráter fragmentado e pouco disponível para a investigação. Acresce a estes problemas a ilegalidade de muitos imigrantes, o que ofusca a realidade.

**Figura 5 - Evolução da população estrangeira documentada, residente em Portugal, entre 1986 e 2009**



Fonte: SEF, com tratamento próprio

A evolução da população estrangeira com residência legal em Portugal, desde 1986 até 2009, tem vindo a aumentar, ao longo dos anos de forma consistente até 2004 (figura 5). Em 1986, tinham estatuto de residente em Portugal, 86982 estrangeiros, correspondentes a um acréscimo de 9.3% em relação ao número verificado em 1985. Vinte e três anos volvidos, em 2009, a população estrangeira documentada, em território nacional, quintuplicou, passando para 454191, tendo ocorrido um crescimento explosivo. Relacionando os dados disponíveis da população estrangeira e da população portuguesa residente, verifica-se que, em 1986, os estrangeiros representavam cerca de 0.9% da população residente, em Portugal, passando vinte e três anos depois, para uma percentagem de 4.27%.

Evidenciam-se 4 fases distintas na evolução da população estrangeira em Portugal (figura 5):

- 1<sup>a</sup> fase (de 1986 até 2000) - assiste-se a um crescimento moderado da população estrangeira, que passa de 86982 imigrantes para 207607;
- 2<sup>a</sup> fase (de 2001 até 2004) – crescimento explosivo da população estrangeira, que passa dos 207607 imigrantes para 447155 (mais do dobro);
- 3<sup>a</sup> fase (de 2005 até 2007) – há uma diminuição ligeira da população estrangeira, passando de 447155 para 401612;
- 4<sup>a</sup> fase (de 2008 a 2009) – novo aumento da imigração atingindo um valor de 454191 estrangeiros legais.

A análise da evolução da população estrangeira em Portugal está relacionada com alterações legislativas ocorridas nos períodos anteriormente referidos. Assim, as maiores taxas de crescimento da população estrangeira resultam de regularizações extraordinárias de imigrantes que se encontravam em situação ilegal.

**Quadro 1 - Evolução da população estrangeira com autorização de residência, entre 1986 e 2009**

Ano	Número de residentes	Taxa de crescimento anual %	Número de autorizações de permanência (AP) prorrogações de AP	Número de prorrogações de vistos de longa duração
1986	86982	9.3		
1987	89778	3.2		
1988	94694	5.5		
1989	101011	6.7		
1990	107767	6.7		
1991	113978	5.7		
1992	123612	8.5		
1993	136932	10.8		
1994	157073	14.7		
1995	168316	7.2		
1996	172912	2.7		
1997	175263	1.4		
1998	178137	1.6		
1999	191143	7.3		
2000	207607	8.6		
2001	350898	69	126901	
2002	413487	18	174558	
2003	433650	4.9	183655	
2004	447155	3.1	183833	
2005	414659	-7.3	93391	46637
2006	420189	1.3	32661	55391
2007	401612	3.7	5741	28383
2008	436020	1.04		4257
2009	454191	4.16		2449

Fonte: SEF, com tratamento próprio

A taxa de crescimento da população estrangeira nos anos de 1993 e 1994 justifica-se, essencialmente, devido à regularização extraordinária de imigrantes, determinada pelo Decreto-Lei 212/92 de 12 de outubro. A regularização teve como objetivo legalizar, aproximadamente, 39000 imigrantes ilegais, cujos resultados foram incorporados na informação estatística dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 1993 e 1994. Este facto deveu-se um crescimento importante do número de africanos, uma vez que estes correspondem ao grupo que apresentou maior número de solicitações de regularização (Baganha *et al.*, 1998).

Em 2001, foram concedidas 126901 autorizações de permanência e em 2002 esse valor atingiu 174558, o que significa um aumento nunca antes registado de imigrantes em Portugal. O grande aumento das autorizações de permanência, em 2001, justifica-se pela aplicação do Decreto-Lei 4/2001 de 10 de janeiro. Este Decreto-Lei alterou o de 244/98 de 8 de agosto, principalmente o artigo 55º, permitindo assim legalizar todos os imigrantes que eram titulares de propostas de contrato com informação da Inspeção-Geral do Trabalho. Este acelerado crescimento de estrangeiros, em 2001, deve-se, por um lado, à regularização dos clandestinos e, por outro, a um incremento significativo do número de novas chegadas. No entanto, a legalização dos titulares com proposta de contrato de trabalho só foi possível até à aprovação do relatório anual das

necessidades de mão de obra, em Portugal, previsto no artigo 36º do Decreto-Lei 4/2001. Este relatório surgiu em 30 de novembro de 2001, determinando que só se dariam autorizações de permanência a trabalhadores cuja atividade profissional constasse na lista das necessidades de mão de obra. Assim, constata-se que, a partir desta data, tornou-se mais difícil obter autorização de permanência, daí a diminuição da taxa de crescimento. Os valores apresentados para os anos 2002, 2003 e 2004 revelam aumentos significativos de autorizações de permanência.

Segundo Fonseca (2008), “a partir de 2004, com a diminuição das grandes obras públicas, com a recessão económica e a maior eficácia dos mecanismos de controlo da imigração e do emprego irregular, deu-se uma inversão da tendência de crescimento da imigração observada nos anos anteriores. Assim, assiste-se a uma diminuição do *stock* de estrangeiros em situação regular resultante, principalmente, da diminuição da comunidade ucraniana, que se refletiram nos valores de 2005”.

Nos anos de 2005 e 2006 assiste-se a um decréscimo acentuado de autorizações de permanência. Segundo o SEF, este decréscimo resulta do facto de muitos imigrantes terem beneficiado de regimes específicos previstos na lei, designadamente: solicitação de um título de residência com dispensa de visto, por motivo de casamento com cidadão nacional ou da UE; ser progenitor de cidadão nacional; aquisição de nacionalidade portuguesa; conversão de autorizações de permanência em autorizações de residência no ano de 2006.

Os valores apresentados para 2007, 2008 e 2009 resultam da entrada da nova lei da imigração, Lei 23/2007 de 4 de julho.

**Artigo 88º - Autorização de residência para exercício de atividade profissional subordinada**

Excepcionalmente, mediante proposta do diretor-geral do SEF ou por iniciativa do Ministro da Administração Interna, pode ser dispensado o requisito previsto no artigo 77 (Condições gerais de concessão de autorização de residência temporária) desde que o cidadão estrangeiro, além das demais condições gerais previstas nessa disposição, preencha as seguintes condições:

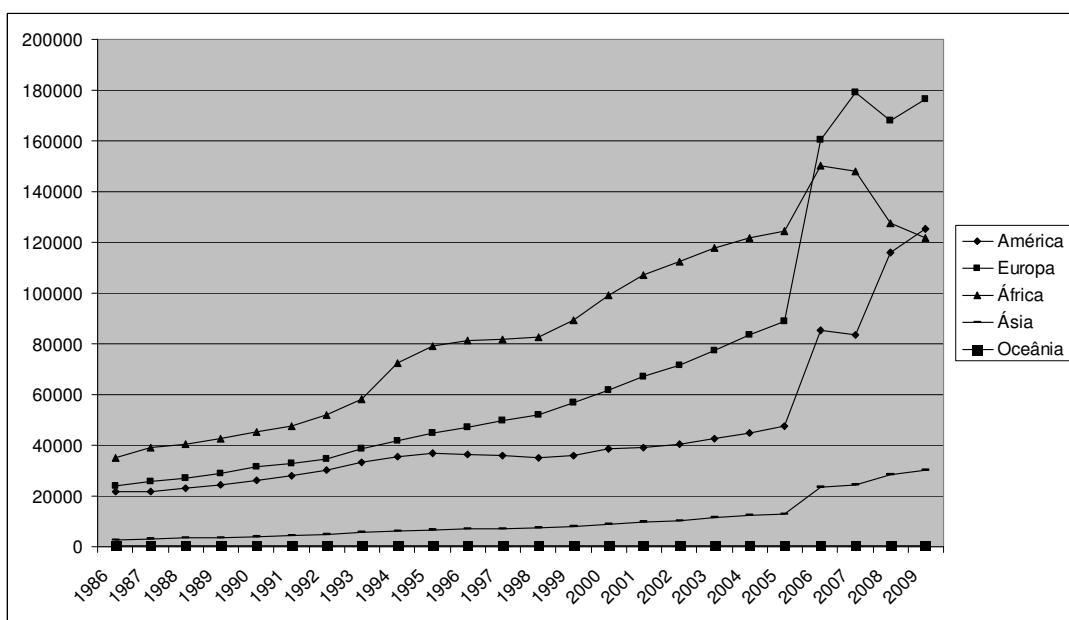
- a) Possua um contrato de trabalho ou tenha uma relação laboral comprovada por sindicato, por associação com assento no Conselho Consultivo ou pela Inspeção-Geral do Trabalho;
- b) Tenha entrado legalmente em território nacional e aqui permaneça legalmente;
- c) Esteja inscrito e tenha a sua situação regularizada perante a segurança social.

Esta lei possibilitou que os imigrantes com vistos e prorrogações de longa duração e autorizações de permanência beneficiassem, no termo da validade dos respetivos títulos, de autorizações de residência temporárias ou permanentes. Este procedimento veio agilizar a concessão de título de residência que explica o aumento de imigrantes e a diminuição do número de autorizações de permanência.

## 2.2 - A Geografia das origens

Portugal é um país de destino para várias comunidades de emigrantes. A análise da composição das comunidades estrangeiras, em Portugal, permite concluir a existência de mais de 180 nacionalidades, vindas de todos os continentes, por onde se distribuem de forma desigual os 454191 imigrantes, com residência legal, em 2009 (SEF, 2010).

**Figura 6 - Evolução da população estrangeira residente em Portugal, em situação legal, por continente, entre 1986 e 2009**

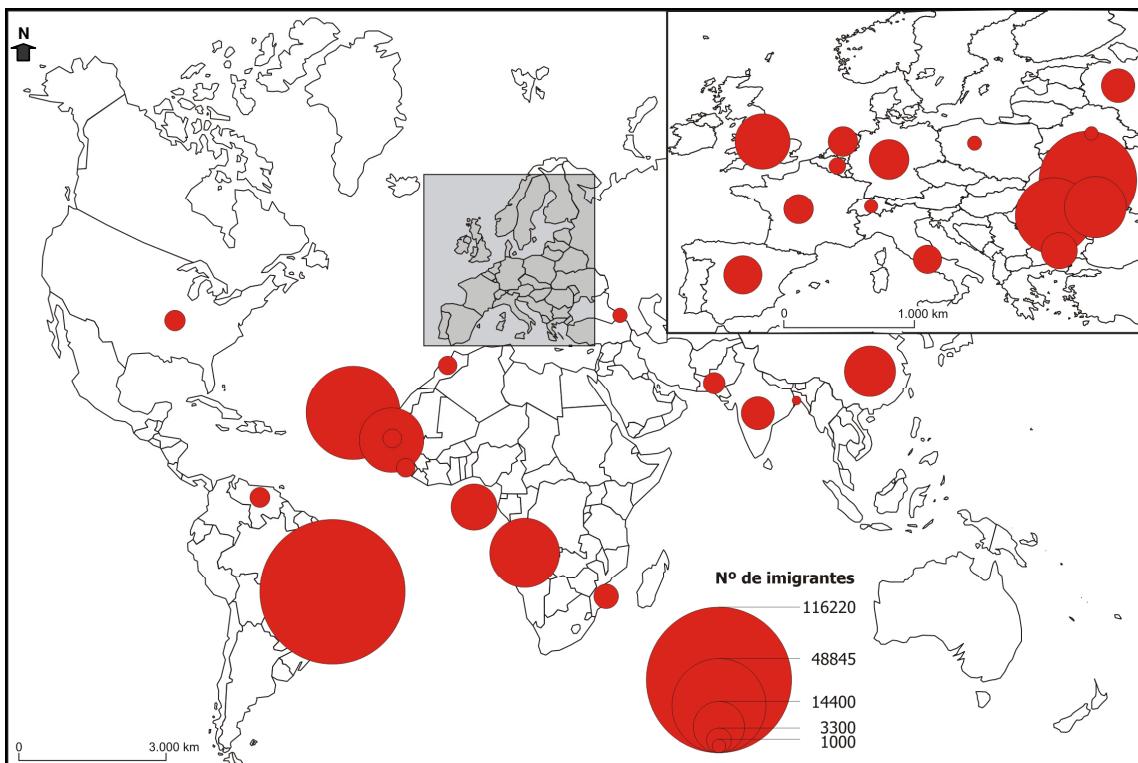


Fonte: SEF, com tratamento próprio

Na evolução dos residentes estrangeiros por continente (figura 6), constata-se que as áreas mais representativas são: o espaço europeu, o americano e o africano. Em 2009, pela primeira vez, desde 1986, o continente americano apresenta um maior quantitativo de imigrantes que o africano,

fenómeno que pode ter como uma possível justificação o aumento muito significativo da comunidade brasileira. Atendendo ao número de estrangeiros residentes em Portugal, em 2009 verifica-se que a Europa contribui com 176561 residentes (38.9% do total), seguida da América com 125160 residentes (27.6% do total), África com 121852 residentes (26.8% do total), Ásia com 30277 (6.7% do total) e Oceânia com 260 (0.1% do total).

**Figura 7 - Principais países de origem da população estrangeira residente em Portugal, em situação legal, em 2009**



Fonte: SEF, com tratamento próprio

As nacionalidades dos imigrantes, com 1000 ou mais residentes em Portugal (31 nacionalidades), mostram uma diversidade de origens geográficas e étnicas: na maioria, países pertencentes à UE (Alemanha, Bulgária, Espanha, Roménia, França, Holanda, Itália, Reino Unido, Bélgica, Polónia), países da Europa de Leste (Rússia, Moldávia, Ucrânia, Bielorrússia), países de Língua Oficial Portuguesa (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau), ou com elevado número de emigrantes portugueses (Estados Unidos da América, Venezuela), e ainda países da África do Norte (Marrocos) e Ocidental (Guiné, Senegal) e do Sul/Sudeste Asiático (Índia, China, Paquistão, Bangladesh), entre outros (figura 7).

**Quadro 2 - Países com maior número de residentes em Portugal, em 2009**

Países	Número de residentes	Percentagem
Brasil	116220	25.6
Ucrânia	52293	11.5
Cabo-Verde	48845	10.8
Roménia	32457	7.1
Angola	26557	5.8
Guiné-Bissau	22945	5.1
Moldávia	20773	4.6
Total	320090	70.5

Fonte: SEF, com tratamento próprio

As sete nacionalidades mais representativas, em Portugal, no ano de 2009 são Brasil, Ucrânia, Cabo-Verde, Roménia, Angola, Guiné-Bissau e Moldávia. Estas nacionalidades representam 70.5% do total de estrangeiros residentes em Portugal, em 2009 (quadro 2). Destas sete nacionalidades mais representativas, quatro são ex-colónias portuguesas e três pertencem à Europa. Este facto realça a importância que a densidade de contactos e a proximidade linguística e geográfica, cultural e institucional desempenham no processo de escolha do país de destino.

A comunidade brasileira, em 2009, atinge o valor de 116220 residentes. Desde o ano 2007, segundo os registos do SEF, a nacionalidade brasileira passa a ser a mais representativa, em detrimento da cabo-verdiana. O aumento dos brasileiros em Portugal resulta quer dos baixos salários e do desemprego no Brasil nos anos 80, quer da proximidade linguística e cultural, assim como da fácil inserção na sociedade portuguesa. A segunda comunidade mais representativa é a ucraniana com 52293 residentes em Portugal. Desde meados da década de 1990, que os imigrantes da Europa de Leste, que inclui uma variedade de populações de nacionalidades distintas (russos, ucranianos, moldavos, romenos, entre outros), têm escolhido Portugal para residirem. São os ucranianos que assumem ao longo do tempo o maior quantitativo, seguidos pelos romenos com 32457 e moldavos com 20773 imigrantes legais. A presença destes imigrantes em Portugal era inexpressiva em 1986 e a partir dos finais dos anos 90 passou a ser bastante significativa. A queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e a fragmentação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a partir dos anos 90, constituíram elementos fundamentais para a compreensão do crescimento da imigração oriunda da Europa de Leste, no Mundo e, neste caso, em Portugal. A maior facilidade de mobilidade de pessoas, dentro do continente europeu, abriu uma enorme diversidade de rotas de acesso em direção ao flanco Leste da UE. Também, a entrada em vigor da

Convenção de Schengen fez cessar a exigência de consulta prévia obrigatória para a concessão de vistos aos nacionais da Rússia, Ucrânia, Roménia, e de outros países do Leste Europeu, o que conjugado com a liberdade de circulação no Espaço de Schengen, potenciou a vinda destes migrantes para Portugal (Fonseca *et al* 2002; Malheiros & Baganha, 2001). Conjugando estes factos com as dificuldades económicas e o desemprego, os países da Europa Ocidental e do Sul tornaram-se o “el dorado” para estes migrantes, nessa altura.

No que se refere à nacionalidade cabo-verdiana, em 2009, atinge os 48845 residentes, constituindo a segunda maior comunidade lusófona residente em Portugal. Como refere Góis (2008), os cabo-verdianos têm uma tradição e uma história migratória que os une a Portugal. O fluxo migratório oriundo de Cabo-Verde para Portugal terá começado ainda no século XVI ou XVII, pouco tempo após o início do povoamento das ilhas do arquipélago de Sahel e ao longo de séculos, esta migração persistiu. No século XX, consolidada a liberdade individual e o direito de movimento, Portugal foi escolhido por um número crescente de cabo-verdianos para aqui viverem, estudarem ou trabalharem. Estima-se que a alargada e bem implementada rede de familiares e de conhecidos desta proveniência poderá dar cobertura a numerosas situações de imigração ilegal, aumentando assim ainda mais o seu número (Trindade, 2001).

Os imigrantes angolanos atingem 26557 residentes legais, cujo motivo principal da vinda para Portugal é a procura de emprego e a fuga à guerra civil. Como realça Possidónio (2006), as condições sociopolíticas instáveis, conjugadas com os motivos de natureza económica e com os processos de reunificação familiar, contribuem para a manutenção dos fluxos migratório, desta comunidade em Portugal, até à atualidade. Aos indivíduos que vieram para Portugal nos anos 70, continuam a juntar-se outros angolanos, engrossando esta comunidade.

Já a comunidade guineense, com 22945 residentes legais, que veio para Portugal por motivos económicos, adquiriu expressão no início dos anos 80 e tem vindo a reforçar-se lenta mas continuamente, com maior intensidade a partir de 1998, devido à convulsão política. Trindade (2001) salienta que desde a independência, tem existido também um limitado contingente de jovens que prosseguem os seus estudos em Portugal. A recente convulsão política na Guiné (1998) agravou a situação económica, sobretudo devido à quase total destruição das infraestruturas produtivas. Este facto tem feito acentuar a procura de Portugal como destino de recurso.

Em Portugal, e comparando 1986 com 2009, há tendência para o aumento progressivo da fixação de cidadãos de novas nacionalidades, nomeadamente dos seguintes países: Ucrânia, Moldávia, Bielorrússia, Libéria, Albânia, Eslovénia, Casaquistão, Estónia, Salvador, Suazilândia, Cisjordânia, Afeganistão, Bermudas, Turcomenistão, Burundi, China, Barbados, Belize, Usbequistão, entre outras. Além da diversificação das origens dos imigrantes, assiste-se a uma

intensificação do fluxo imigratório de certas comunidades que tinham uma representação fraca, em Portugal (quadro 3).

**Quadro 3 - Número de população estrangeira em Portugal, em 1986 e 2009**

Países	Número de imigrantes 1986	Número de imigrantes 2009
Argélia	16	231
África do Sul	476	589
Marrocos	28	1933
Senegal	14	1778
China	867	14395
Bangladesh	2	1346
Índia	385	5782
Bulgária	9	7202
Perú	32	282
Equador	6	471
Cuba	46	850

Fonte: SEF, com tratamento próprio

Fazendo uma comparação, em termos evolutivos do crescimento de estrangeiros, de algumas nacionalidades, entre 1986 e 2009 (quadro 3), verifica-se que Bangladesh, Bulgária, Senegal e China são alguns dos países, onde o número de estrangeiros, em Portugal, teve um crescimento muito elevado.

A intensificação dos imigrantes e a diversificação das origens apontam para uma nova posição de Portugal, no contexto das migrações internacionais e para um papel mais significativo da procura do mercado de trabalho português, no processo de recrutamento de trabalhadores estrangeiros, em detrimento dos mecanismos de “networking” tradicionais. Para Malheiros (2003) esta diversidade de origens geográficas dos imigrantes<sup>6</sup> significa a integração de Portugal no quadro das redes migratórias globais onde assumem primazia as populações relativamente às quais não se verificam nem proximidades de tipo geográfico, nem laços históricos ou culturais. As lógicas de imigração apoiadas nas relações de confiança e solidariedade de amigos e conterrâneos têm

<sup>6</sup> “Velhas e Novas Geografias da Imigração” - Portugal transita de um ciclo migratório onde predominava os imigrantes oriundos da UE e dos PALOP para um ciclo onde predomina a maior diversidade das origens ganhando ênfase os imigrantes oriundos da Europa de Leste (Malheiros, 2003).

vindo a ser, em parte, substituídas por sistemas profissionais e comerciais de tráfico havendo muitas vezes o envolvimento dos empregadores portugueses no recrutamento de trabalhadores.

Desta forma, a população em Portugal é, cada vez mais, heterogénea culturalmente em virtude da diversidade das origens dos imigrantes, “Novos Imigrantes” constroem uma “Nova Geografia das Origens”, com um crescente aumento dos imigrantes da Europa de Leste e uma intensificação dos imigrantes brasileiros e uma maior diversidade das origens.

### 2.3 - A Geografia dos destinos

O aumento do número de imigrantes em Portugal não tem apenas significado quantitativo mas também qualitativo, quer na distribuição no território nacional quer no mercado de trabalho. O número de residentes estrangeiros em Portugal não atinge o valor quantitativo existente nos outros países europeus. No entanto, o número de imigrantes é já significativo, tendo em conta a intensificação do fluxo imigratório a partir da década de 90, a forte concentração geográfica nos distritos de Lisboa, Faro, Setúbal e Porto e as suas consequências sociais e económicas. Segundo White (2002) “Cities are the produt of migration”.

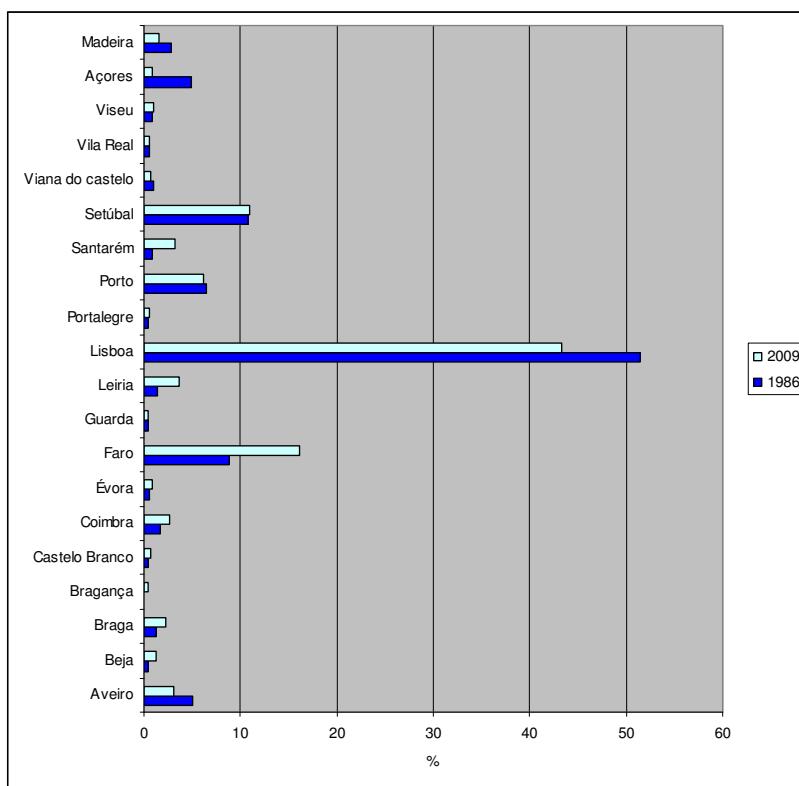
A distribuição geográfica dos imigrantes em Portugal está relacionada com o nível de desenvolvimento urbano e económico das regiões portuguesas. Como afirma Santos (2002), “os territórios impõem mobilidades, fundamentalmente, motivadas pelas suas diferentes características. São as relações entre as localizações, as informações sobre as mesmas, a materialização de hierarquias e as redes espaciais que definem os fluxos (materiais ou imateriais) e que dão à relação espaço/população um crescente significado. As relações interurbanas, as mobilidades intraurbanas, os êxodos rurais, os êxodos urbanos, as emigrações e as imigrações povoam o espaço e relocalizam as populações influenciando a estrutura da população e contribuindo para a definição dos níveis de desenvolvimento dos territórios”.

As oportunidades de trabalho e de negócios existentes nas áreas urbanas têm exercido, desde longa data, um enorme atrativo sobre as populações migrantes, determinando, em grande medida, a sua localização geográfica. Como refere Teresa Sá Marques (2004:116) “Nas cidades, sobretudo nas grandes, a tendência tem sido para a crescente heterogeneidade demográfica e social, induzida pelo êxodo rural e pelas migrações de grande escala. As aglomerações urbanas são focos privilegiados para estes movimentos, pela oferta de oportunidades de vida que proporcionam”. Para Fonseca (2001), Lisboa além de ser a capital do país, é o centro económico

dominante, onde os serviços públicos e atividades de construção registam o maior aumento durante os anos 80 e 90, refletindo um forte dinamismo gerado pelos agentes públicos e privados. Convém referir que, em 2002, cerca de 17% dos trabalhadores da indústria e 40% dos trabalhadores do setor terciário se localizavam na região de Lisboa.

É nas grandes cidades que as pessoas, de diferentes idades, culturas e origens geográficas, sociais, culturais e económicas, se concentram formando um complexo de interações (White, 2002; Baganha, 1997). Na opinião de Malheiros (2000), “o reforço da imigração para a Europa, nas duas últimas décadas, tem privilegiado, em larga medida, as grandes cidades, locais que possuem mercados de trabalho mais amplos e diversificados e oferecem maiores oportunidades para o setor informal”. Como acrescenta Varejão *et al* (2008), “o papel das cidades, territórios onde se concentram a maior parte dos empregos, da atividade produtiva e das instituições de ensino e de investigação, é considerado decisivo na promoção do dinamismo económico e da competitividade dos países”.

**Figura 8 - Evolução da população estrangeira residente, por distrito, em 1986 e 2009**

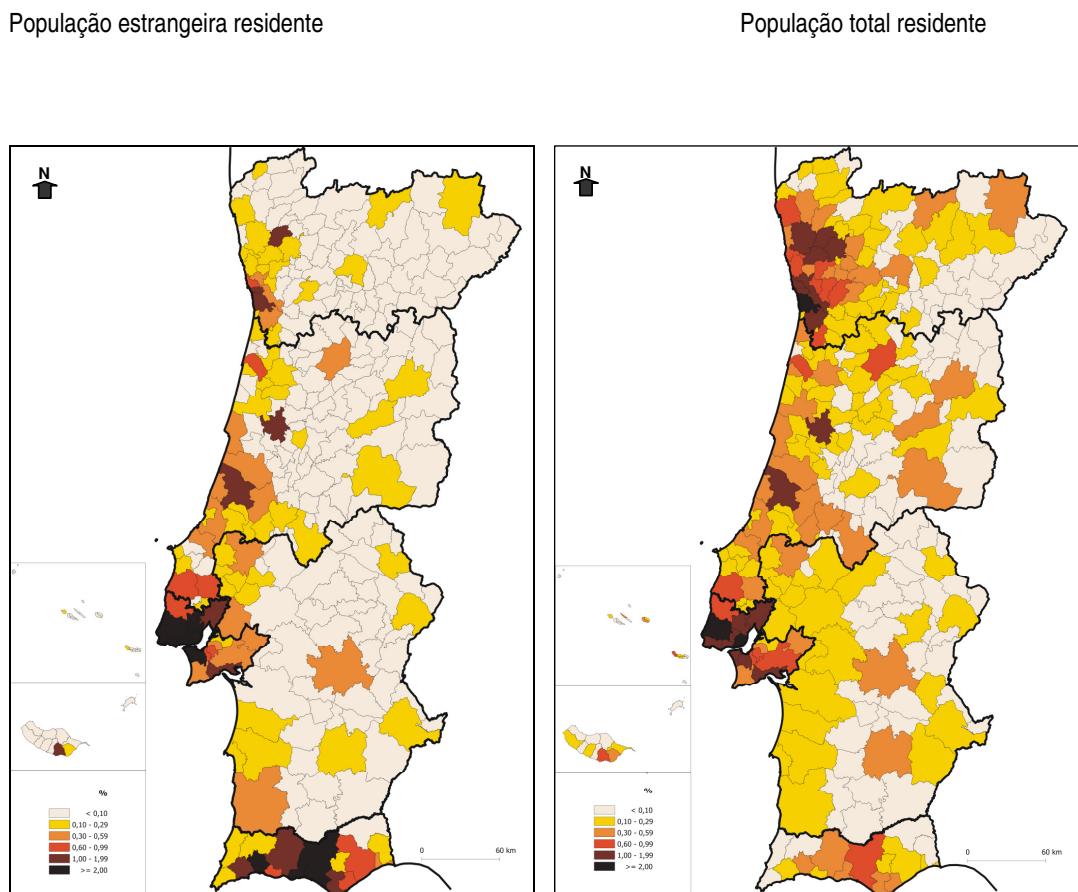


Fonte: SEF, com tratamento próprio

Em Portugal, a tendência continua a ser para a concentração geográfica da população estrangeira no distrito de Lisboa, que apresenta, em 2009, 43,3% dos imigrantes, seguido do distrito

de Faro (16,1%), Setúbal (10,9%) e Porto (6,2%), figura 8. Os distritos com menos imigrantes residentes continuam a ser os do Interior. No entanto, a distribuição geográfica dos estrangeiros, por distrito, em 1986 e 2009, mostra que houveram algumas alterações significativas. Genericamente, em termos percentuais, entre 1986 e 2009, registou-se um decréscimo do peso do distrito de Lisboa no total nacional, que passou de 51.5% para 43.3%, e um aumento do peso de Faro, que passou de 8.9% para 16.1%. A distribuição geográfica dos imigrantes por concelho evidencia esta forte concentração na Área Metropolitana de Lisboa e na região do Algarve (figura 9)<sup>7</sup>.

**Figura 9 - População estrangeira e total residente por concelho, em 2009**



Fonte: SEF, com tratamento próprio

<sup>7</sup> É de destacar os concelhos de: Lisboa (9.81%), Sintra (8.78%), Cascais (4.83%), Loures (4.5%), Amadora (4.4%), Odivelas (3.3%), Almada (2.7%), Oeiras (2.4%), Seixal (2.4%), Loulé (3%), Albufeira (2.5%), Portimão (2.4%), pois apresentam as maiores percentagens de residentes estrangeiros.

Comparando a distribuição geográfica da população residente total com a da população residente estrangeira verifica-se que o padrão geográfico dos residentes imigrantes é mais concentrado, privilegiando a Área Metropolitana de Lisboa e a região do Algarve. Os imigrantes reforçam, com a sua concentração geográfica, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e o litoral. No entanto, desde 2000, um novo padrão de distribuição espacial, tem vindo a favorecer ligeiramente outros distritos e concelhos que detinham um reduzido número de estrangeiros (Beja, Viseu, Braga, entre outros).

Como evidencia Reis *et al* (2010), a Grande Lisboa e Faro são as duas regiões que expressam maiores dinâmicas espaciais de imigração significativas, apresentando o Índice Territorial de Imigração<sup>8</sup>, em 2007, acima do padrão nacional. Para a Grande Lisboa o valor foi de 2.1% e para Faro de 4.2%, todas as outras regiões apresentaram valores inferiores à unidade.

O elevado crescimento da população estrangeira no distrito de Faro justifica-se devido ao crescente peso da atividade turística, que gera oferta de emprego. Trata-se de uma região em expansão, onde atividades como a construção civil, comércio, alojamento, restauração e tarefas domésticas têm uma constante necessidade de mão de obra. No entanto, apresenta uma base económica pouco diversificada e sujeita a forte sazonalidade criando instabilidade no emprego. A amenidade das condições climatéricas também atrai muita população, principalmente oriunda da Europa Ocidental, nomeadamente do Reino Unido. Muitos estrangeiros vêm para o Algarve, depois da reforma, compram casa e estabelecem-se. São, essencialmente, ingleses e alemães e, agora também, aparecem cidadãos do Norte da Europa, nomeadamente, suecos e dinamarqueses (Costa, 2004). O distrito de Setúbal é o terceiro mais atrativo. A sua atratividade resulta nomeadamente, da existência dos portos de Setúbal e de Sines que são importantes alavancas de desenvolvimento local e regional, potenciadores da instalação de empresas e da fixação de mão de obra. A massa crítica existente nesta área tem contribuído para o desenvolvimento de “clusters” empresariais (a fileira do papel e, mais recentemente, a indústria automóvel). O desenvolvimento do turismo é também responsável pela criação de um número significativo de postos de trabalho, quer para portugueses quer para estrangeiros.

No ano 2009, o distrito do Porto foi o quarto mais procurado por estrangeiros para residirem. É na Área Metropolitana, e mais concretamente no concelho do Porto, onde existe maior

---

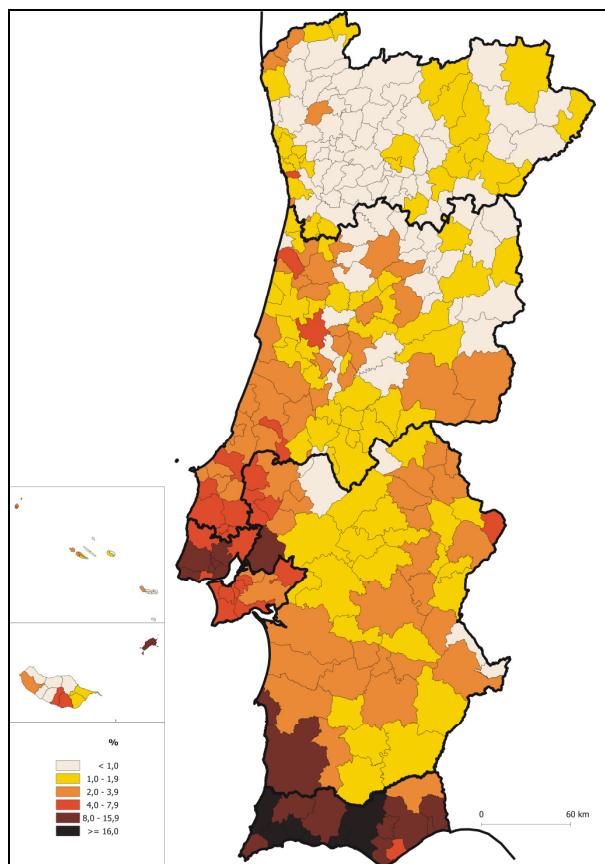
<sup>8</sup> Índice Territorial de Imigração – procura aferir a relação entre o peso de um dado espaço infranacional no volume nacional de imigrantes e o peso demográfico desse espaço na população nacional. Ou seja, valores abaixo da unidade significa que o peso dos imigrantes num dado espaço é inferior ao peso que esse espaço assume em termos demográficos face ao total nacional estando assim perante um território onde a relevância da imigração se situa abaixo do valor de referência do país (Reis *et al*, 2010).

percentagem de imigrantes. A cidade do Porto desde sempre foi muito atrativa para muitos estrangeiros.

Apesar de 76.5% do total dos estrangeiros estarem concentrados geograficamente neste quatro distritos, quase todos os outros distritos tiveram aumentos significativos de imigrantes. Esta difusão geográfica dos imigrantes resultou, da melhoria nas acessibilidades e do aumento da taxa de motorização que tem conduzido a algum alargamento das bacias de emprego. Estas transformações refletem também um aumento da capacidade de atração das cidades médias do Interior.

Entre 1986 e 2009, todos os distritos de Portugal tiveram um aumento do número absoluto de imigrantes com exceção da Região Autónoma dos Açores que perdeu 545 estrangeiros. A taxa de variação da população estrangeira mostra que os distritos de Santarém, Beja, Leiria e Bragança foram os que registaram as maiores taxas. Os grandes distritos, como Lisboa e Porto, apresentaram taxas também significativas. Esta distribuição geográfica evidencia que, atualmente, os imigrantes em Portugal apresentam uma distribuição um pouco mais difusa que tem vindo a favorecer também os distritos do Interior, sendo uma originalidade nos atuais fluxos migratórios, ou seja, poderá estar a criar-se uma “Nova Geografia dos Destinos”. Certos concelhos começaram a ser atrativos para quem procura trabalho, quer para a população autóctone, quer para a população imigrante, daí o seu elevado crescimento de imigrantes.

A título de exemplo Cristóvão *et al* (2002) refere que a expansão da Agricultura Biológica em Portugal, especialmente devido aos subsídios, encorajou a emergência de novos operadores, sobretudo produtores, em particular, no Alentejo, Beira Interior e Trás-os-Montes. Esta expansão fez com que a procura de mão de obra aumentasse, principalmente, nas atividades de poda e colheita.

**Figura 10 - Taxa da população estrangeira face à população residente por concelho, em 2009**

Fonte: SEF e INE, com tratamento próprio

Os concelhos da região do Algarve são os que apresentam as maiores percentagens de estrangeiros face à população residente, nomeadamente: Albufeira (28.3%), Lagoa (24.3%), Aljezur (22.7%), Portimão (21.1%) e Loulé (20.9%). A região Norte destaca-se como sendo a que apresenta as menores percentagens de estrangeiros face à população residente, sendo o concelho do Porto o que possui a maior 4.2% nesse contexto espacial (figura 10). É de salientar um elevado número de concelhos do interior português que apresentam entre 2 a 3.9% de população estrangeira, sendo de destacar o concelho de Campo Maior com 4.5%.

A nacionalidade dos imigrantes constitui também um fator relevante na distribuição geográfica, fazendo emergir padrões distintos no território nacional (quadro 4).

Quadro 4 - Distribuição geográfica da população estrangeira com residência legal, por distrito, em 2009

Distritos	Europa	Ucrânia	Roménia	Moldávia	África	Cabo-Verde	Angola	Guiné-Bissau	América	Brasil	EUA	Venezuela	Ásia	China	Paquistão	Índia	Oceânia
Aveiro	3,7	6,0	1,7	2,3	1,4	0,7	1,6	2,0	3,7	3,1	7,9	30,1	3,9	4,1	0,9	1,2	6,5
Beja	2,1	1,3	2,4	1,7	0,3	0,5	0,2	0,1	0,9	0,9	0,4	0,1	1,4	1,1	0,1	0,0	3,5
Braga	2,6	3,7	2,9	0,8	1,0	0,8	1,1	0,8	2,5	2,5	2,0	3,0	2,6	3,4	1,1	0,5	3,1
Bragança	0,5	0,4	0,3	0,5	0,2	0,1	0,2	0,1	0,4	0,4	0,1	0,1	0,8	1,1	0,1	0,2	0,4
Castelo Branco	0,8	1,2	0,8	0,3	0,4	0,6	0,3	0,2	0,6	0,6	0,7	0,3	1,0	0,8	0,7	2,0	0,4
Coimbra	3,0	3,0	2,0	1,2	1,9	1,6	2,2	1,5	2,6	2,5	2,7	2,2	2,7	2,9	0,6	1,1	1,5
Évora	1,2	1,3	1,5	1,4	0,3	0,3	0,2	0,1	1,0	1,0	0,2	0,3	0,9	1,5	0,1	0,2	0,8
Faro	27,6	19,9	24,4	30,3	6,4	6,7	3,9	6,9	10,9	10,8	11,0	5,1	9,9	9,0	6,5	11,4	28,8
Guarda	0,6	0,8	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,1	0,3	0,3	1,0	0,5	0,8	0,8	0,1	1,7	0,0
Leiria	5,4	10,1	2,2	4,9	1,2	1,2	1,3	0,5	4,0	4,0	3,0	1,4	3,5	3,4	2,0	1,5	3,1
Lisboa	27,9	25,8	38,4	30,7	63,9	62,4	65,0	73,1	44,5	45,8	37,0	8,6	45,7	37,2	67,7	66,0	30,0
Portalegre	1,0	0,6	1,6	1,6	0,1	0,1	0,2	0,0	0,5	0,5	0,6	0,1	0,5	0,8	0,0	0,2	0,8
Porto	5,8	7,7	1,6	3,0	3,7	3,0	4,8	2,2	8,1	7,9	10,9	9,6	10,4	13,6	7,3	5,4	4,6
Santarém	4,5	7,2	5,2	4,8	0,9	0,6	1,1	0,6	3,3	3,4	2,0	0,7	4,3	5,9	4,4	1,8	3,8
Setúbal	7,5	6,1	12,0	13,9	16,0	18,5	16,4	10,6	11,5	12,1	2,9	2,2	6,7	7,9	5,9	5,2	3,5
Viana Castelo	0,8	0,7	0,3	0,3	0,3	0,5	0,2	0,1	0,8	0,8	1,3	0,7	0,9	1,1	0,3	0,3	0,4
Vila Real	0,6	0,7	0,5	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,5	0,5	1,3	0,5	0,6	1,0	0,2	0,1	0,0
Viseu	1,3	1,7	0,5	0,7	0,5	0,6	0,5	0,1	1,1	1,1	2,3	0,6	1,2	2,0	0,1	0,6	0,8
Açores	0,7	0,5	0,2	0,2	0,6	1,1	0,2	0,3	1,1	0,7	10,7	0,3	0,8	1,0	0,7	0,2	1,5
Madeira	2,4	1,3	1,2	0,9	0,4	0,2	0,2	0,6	1,7	1,1	2,0	33,7	1,4	1,4	1,2	0,4	6,5
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte, SEF, com tratamento próprio

A distribuição geográfica da população estrangeira (para a construção do quadro 4 apenas foram escolhidas as nacionalidades mais representativas de cada continente) com residência legal por distrito demonstra que todos os continentes e todas as nacionalidades analisadas apresentam uma forte percentagem de residentes no distrito de Lisboa, à exceção da nacionalidade venezuelana (que apresenta a sua maior concentração na Região Autónoma da Madeira e no distrito de Aveiro)<sup>9</sup>.

Uma análise cuidada do quadro 4, permite estabelecer uma tipologia de padrões de distribuição geográfica das comunidades imigradas, em Portugal.

As comunidades oriundas do continente africano e americano apresentam um padrão geográfico muito semelhante, favorecendo a Área Metropolitano de Lisboa. É nos distritos de Lisboa e Setúbal que se encontram as duas maiores concentrações geográficas destes imigrantes. A comunidade guineense apresenta a percentagem mais elevada (73.1%) de imigrantes residentes no distrito de Lisboa<sup>10</sup>. Os americanos distribuem-se (apesar da concentração de imigrantes nos distritos de Lisboa e Setúbal) segundo um padrão mais difuso pelo território português. Por exemplo, os brasileiros apresentam no distrito de Lisboa uma razoável concentração (45.8% dos imigrantes) e os angolanos ainda maior (65%). No distrito do Porto esses valores descem, respetivamente para 7.9% e 4.8%. A concentração na Área Metropolitana de Lisboa destas comunidades, resulta do facto de Lisboa ser a principal porta de entrada de imigrantes em Portugal. Além de que o estabelecimento destas comunidades resulta de redes de imigrantes já instalados que reforçam a concentração geográfica. São imigrantes que ocupam, principalmente, atividades na construção civil e serviços domésticos e de limpeza os quais estão muito concentrados nas grandes áreas urbanas.

As comunidades oriundas da Europa e da Oceânia apresentam um padrão geográfico muito semelhante, favorecendo os distritos de Lisboa e Faro. Relativamente aos europeus, a maior concentração é no distrito de Lisboa, com 27.9%, seguido pelo de Faro, com 27.6%. Estes imigrantes apresentam uma menor concentração geográfica, distribuindo-se mais pelo território nacional (os distritos de Setúbal e Porto também apresentam concentrações destes imigrantes

<sup>9</sup> A concentração de venezuelanos na Madeira e Aveiro resulta do efeito de contracorrente, sendo composta por familiares dos antigos emigrantes que retornaram ou seus acompanhantes, diretos ou indiretos. Foi a partir da década de 1920, devido às atrativas oportunidades de emprego na Venezuela, que muitos trabalhadores portugueses partiram de Funchal e de Aveiro para irem trabalhar, por exemplo, nas refinarias de petróleo instaladas na ilha de Curaçao.

<sup>10</sup> Segundo Trindade (2001) as famílias guineenses mais abastadas localizavam-se em Campo de Ourique, Avenidas Novas e Benfica, enquanto as famílias mais desfavorecidas localizavam-se na Zona J da freguesia de Marvila, Santo António dos Cavaleiros e Paço de Arcos, na margem Sul em Almada/Laranjeiro e Corroios/Seixal.

significativas). Quando analisadas as três nacionalidades europeias com maior número de imigrantes em Portugal (Ucrânia, Roménia e Moldávia), nota-se que são os moldavos que apresentam a maior concentração geográfica (no distrito de Faro com 30.3%) e os romenos (no distrito de Lisboa, com 38.4%). Estes imigrantes apresentam um padrão de distribuição geográfica menos concentrado, visto que apresentam também valores significativos nos distritos do Porto, Setúbal e ainda nos distritos de Beja, Évora, Leiria e Santarém.

Os imigrantes oriundos da Oceânia apresentam uma concentração geográfica que favorece os distritos de Lisboa com 30% e o de Faro com 28.8%, apresentando os restantes distritos valores pouco significativos.

No que se refere aos imigrantes oriundos da Ásia, verifica-se que apresentam as duas maiores concentrações geográficas nos distritos de Lisboa (com 45.7%) e Porto (com 10.4%). A comunidade paquistanesa apresenta a maior concentração no distrito de Lisboa (com 67.7%), já a comunidade chinesa apresenta uma maior dispersão geográfica.

Pela análise dos dados anteriores, constatam-se diferentes padrões geográficos: distritos que são grandes pólos atrativos de imigrantes e distritos em que a sua presença é pouco significativa. Também se verifica que existem comunidades de imigrantes que apresentam uma elevada concentração geográfica e outras que apresentam um padrão menos concentrado. Pela análise dos dados, a concentração geográfica dos imigrantes forma um mosaico territorial onde se constatam três realidades bem distintas:

- Distritos de Lisboa e Porto – a comunidade asiática tem a sua maior concentração;
- Distritos de Lisboa e Setúbal – a comunidade africana e americana têm a sua maior concentração;
- Distritos de Lisboa e Faro – a comunidade europeia e da oceânia têm a sua maior concentração.

A análise evidencia que os imigrantes em Portugal do ponto de vista territorial apresentam um mosaico de aglomeração geográfica que favorece o distrito de Lisboa. Este distrito é, sob o ponto de vista étnico, o mais heterogéneo de todo o país, onde todas as comunidades estrangeiras apresentam as maiores percentagens de residentes legais e como refere Baganha (2007), Lisboa tornou-se num pólo de atração migratória, numa “soft-global city”.

O segundo pólo mais atrativo é o distrito de Faro, seguido pelo Porto. Esta distribuição geográfica vem reforçar os quantitativos populacionais nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e de todo o Algarve.

A Geografia dos Destinos evidencia a continuidade da concentração da população imigrante em Lisboa e no Algarve e intensifica-se a importância relativa em algumas áreas rurais.

É difícil encontrar uma explicação para as diferenças da distribuição geográfica dos imigrantes. No entanto, fatores como a cultura, o processo migratório, a habitação, o emprego, as políticas migratórias por parte do país de destino, entre outros, podem ajudar a explicá-las. Por exemplo, o contínuo reforço da imigração, para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e Faro, pode explicar-se pelo aumento das redes de contactos e solidariedade. O modo eficaz como circula a informação entre os membros de uma comunidade de imigrantes conduz a que os novos imigrantes tendam a seguir os mesmos caminhos dos seus precursores. Esta situação provoca uma especialização de destinos que permite aos novos imigrantes poderem contar com o acolhimento e ajuda dos seus conterrâneos. Os imigrantes tendem a ficar em certos lugares, onde as comunidades tentam reproduzir as práticas sociais e culturais dos seus países de origem. Além disso, são áreas onde surgem as maiores e mais diversificadas oportunidades de trabalho, tornando-se espaços atrativos para a imigração. Segundo Malheiros (2003) a maior dispersão geográfica dos imigrantes está relacionada com as dinâmicas de desenvolvimento recente de algumas regiões (prolongamentos da AML para Norte, em direção ao Oeste e a Santarém; Área Metropolitana do Porto, cidades médias como Leiria ou Évora), cuja oferta regional de trabalho já não consegue responder às necessidades dos ramos de atividade em relativa expansão e bastante intensivos em mão de obra (comércio, restauração, limpeza) ou que são marcados por forte sazonalidade e mobilidade geográfica (hotelaria, construção civil). Também atividades importantes em regiões como o Alentejo ou o Norte Litoral, com forte incorporação de mão de obra e fraca valorização social (agricultura de mercado, indústria transformadora “tradicional”), necessitam de recorrer aos estrangeiros para garantirem a sua sobrevivência.

A concentração *versus* dispersão das comunidades imigradas apresenta algumas consequências positivas e negativas. A concentração geográfica, principalmente, das comunidades africanas e asiáticas, permite não só a provisão de serviços específicos mas também a manutenção ou, mesmo, o enriquecimento das práticas culturais que fazem a identidade de cada comunidade, mas pode também gerar o isolamento, a marginalização e o risco da criação de “guetos”. A maior dispersão geográfica das comunidades, principalmente brasileira e da Europa de Leste, favorece a diminuição de diálogo com a comunidade receptora, podendo ser dolorosa e traumática para o imigrante e pode gerar uma aculturação (Gaspar, 2002). No entanto, é de realçar que alguma dispersão dos imigrantes em território nacional apresenta vantagens, tais como, o aumento do dinamismo de certas regiões que estavam a perder população e para as quais, os imigrantes podem

trazer vitalidade, quer em termos quer demográficos, económicos e sociais, podendo ser a imigração um fator reequilibrador do território.

## 2.4 - Caracterização socioeconómica das comunidades imigradas

### 2.4.1 - Repartição da população estrangeira por género, idade e níveis de escolaridade

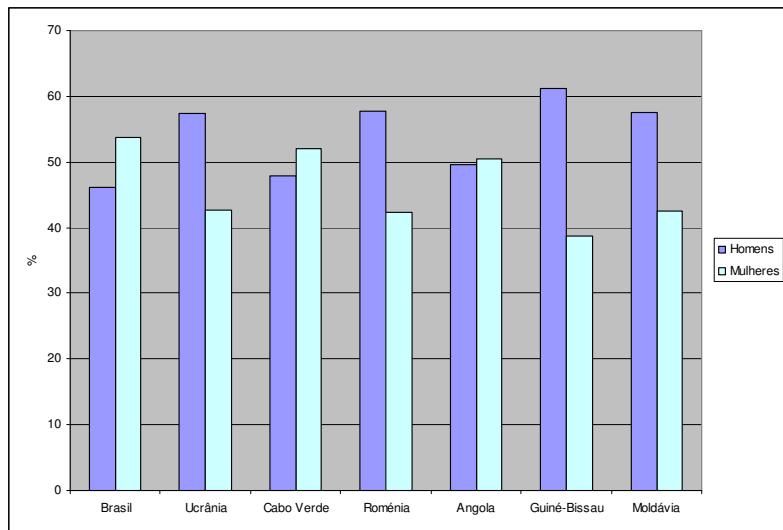
A nova dinâmica da Geografia da Imigração em Portugal é dada pelo crescente quantitativo de imigrantes e pelo novo mosaico territorial, mas também pelas suas características demográficas. Assim, o estudo da população estrangeira, em Portugal, não pode ficar só pelo conhecimento dos quantitativos populacionais e da sua distribuição no território nacional mas também importa conhecer as suas características por género, idade, níveis de instrução e profissionais. Este conhecimento ganha mais realce quando a maioria dos imigrantes vem para Portugal para trabalhar, o que se designa por imigrantes económicos.

A população estrangeira em Portugal é maioritariamente composta pelo género masculino, 234412 homens e 219779 mulheres, havendo um certo equilíbrio. Segundo os dados do SEF, em 1996, o género feminino representava 41.6%, em 2002, 44.2% e em 2008 47.6% dos residentes estrangeiros, em Portugal. De ano para ano, a percentagem de mulheres nos fluxos migratórios tem vindo a aumentar, e em 2009, as mulheres já atingem o valor de 48.4%, verificando-se, por isso, uma tendência para o aumento da feminização da população migrante.

A América e a Oceânia são os dois continentes que apresentam maior taxa de feminização dos fluxos migratórios, com 53.6% e 53%, respetivamente, seguidos pelo continente africano, com 47.8%, e europeu, com 45%. O continente asiático é o que tem a menor taxa de feminização, com 37.9%.

Se numa fase inicial, o principal objetivo das mulheres migrantes era a reunificação familiar, em que a mulher procura juntar-se ao marido, atualmente, as mulheres migrantes têm como principal objetivo contribuir para o rendimento familiar colaborando na melhoria da qualidade de vida da família (Brito, 2001).

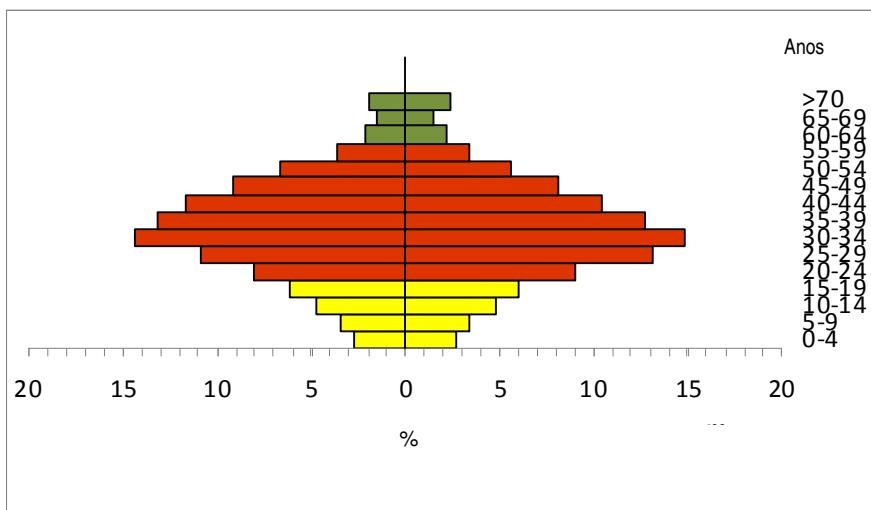
**Figura 11 - População estrangeira residente segundo o género nas sete nacionalidades mais representativas, em 2009**



Fonte: SEF, com tratamento próprio

A repartição da população por género nas sete nacionalidades mais representativas em Portugal, em 2009 (figura 11), aponta para a existência de dois grupos de países: um grupo onde predomina a população masculina, composto pela Guiné-Bissau (61.2%), Roménia (57.7%), Moldávia (57.5%) e Ucrânia (57.3%); outro grupo onde predomina a população feminina que fazem parte o Brasil (53.8%), Cabo Verde (52.1%) e Angola (50.4%). Estes dados vêm reforçar a tendência crescente da feminização dos fluxos migratórios, sendo mais notória em países onde a imigração para Portugal é mais antiga, encontrando-se numa fase mais avançada do processo migratório onde o reagrupamento familiar tem mais significado.

A distribuição da população estrangeira, por grupos etários, em 2009, mostra que o grupo etário que concentra mais residentes continua a ser a “idade ativa” (dos 15 aos 64 anos) com cerca de 85.5% dos imigrantes, destacando-se, entre estes, as classes etárias dos 30-34 anos e dos 35-39 anos, com 14.6% e 13%, respetivamente. O grupo etário dos jovens (0-19 anos) representa 16.8% dos residentes e acima dos 69 anos, são registados 9817 estrangeiros, cerca de 2.2% (figura 12).

**Figura 12 - Estrutura etária da população estrangeira, em 2009**

Fonte: SEF, com tratamento próprio

Comparando cada classe etária em função do género, verifica-se quase uma distribuição homogénea, ou seja, as mulheres apresentam valores percentuais muito próximos dos homens. No entanto, as mulheres têm maiores percentagens nas classes dos 20 aos 34 anos e os homens nas classes dos 35 aos 59 anos. A pirâmide apresenta uma base e um topo bastante estreitos, o que permite constatar que há pouca representatividade dos mais jovens e dos mais velhos, e um elevado número de adultos em idade de trabalhar, principalmente, adultos jovens (20 aos 49 anos), com 67.7%. Assim, a configuração da pirâmide evidencia o caráter eminentemente económico da população imigrante em Portugal.

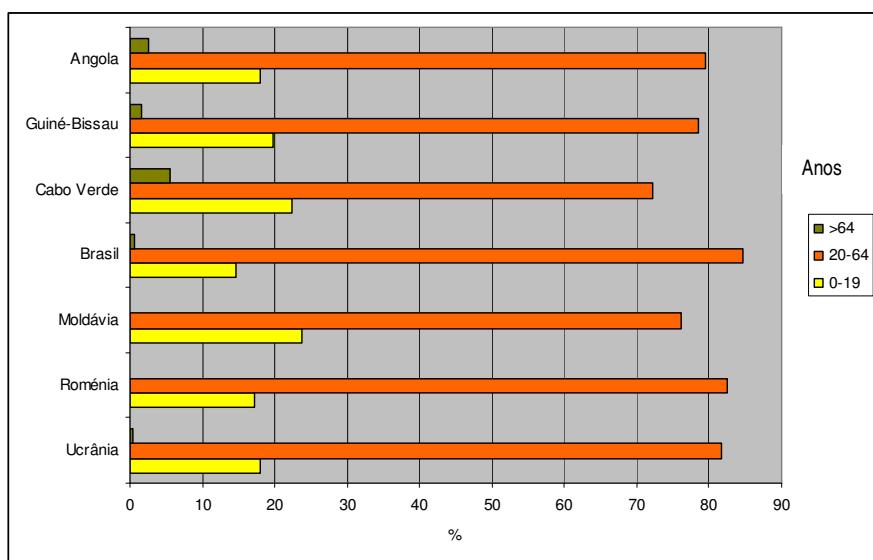
Os elementos respeitantes à estrutura etária revelam a existência de diferentes tipos de imigração, consoante o país de origem. Fazendo uma análise da estrutura etária da população estrangeira por continente no que se refere à classe dos mais jovens, ou seja, com menos de 20 anos, que representam 16.8% dos residentes em Portugal, verifica-se que é o continente africano que possui maior percentagem de jovens (com 20.1%), seguido pelo asiático, com 19.7%. A Oceânia têm a menor percentagem de jovens, com 11.6%.

As idades entre os 20 e os 64 anos são as que apresentam maior quantitativo de imigrantes, sendo a América e a Ásia que possuem as maiores percentagens de imigrantes com estas idades, com 84.5% e 78.3%, respetivamente.

A Oceânia apresenta a maior percentagem de idosos, 16.3%, logo seguida da Europa, com 5.8%. A América é o continente que tem menor percentagem de idosos, com 1.1%.

As diferenças na estrutura etária dos imigrantes, segundo os países de origem, estão associadas a diferentes perfis socioeconómicos dos imigrantes, bem como a diferentes motivações, na vinda para Portugal (figura 13).

**Figura 13 - Estrutura etária da população estrangeira nas sete nacionalidades mais representativas, em 2009**



Fonte: SEF, com tratamento próprio

Os elementos respeitantes à estrutura etária também revelam a existência de diferentes tipos de migração consoante o país de origem. Nas sete nacionalidades mais representativas, em Portugal, em 2009, constata-se que todas as nacionalidades apresentam as maiores percentagens de população nos grupos etários em idade ativa (20-64 anos), facto este que salienta o caráter económico destes fluxos migratórios. Também pode dizer-se que as maiores percentagens de população com mais de 64 anos se concentram nos países africanos, como Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola, com um passado muito antigo de imigração em Portugal, onde a reunificação familiar é uma realidade. Já os imigrantes da Ucrânia, Roménia, Moldávia apresentam menos indivíduos com mais de 64 anos, pois este fluxo da Europa de Leste é mais recente e, essencialmente, de caráter económico. Apesar do Brasil ter um passado histórico de imigração para Portugal mais antigo, verifica-se que a nova vaga de imigrantes é, essencialmente, de caráter económico e, por isso, mais jovem. Assim é o país que apresenta maior percentagem (84.7%) de imigrantes com idades entre os 20 e os 64 anos.

Antes de analisar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho português, deve efetuar-se uma breve análise dos seus níveis de escolaridade, embora a relação entre os níveis de escolaridade e os tipos de profissões que exercem em Portugal, não seja direta. Efetivamente, muitos imigrantes, com elevados graus de instrução, desempenham funções desqualificadas (serventes, empregadas de limpeza) em virtude de não conseguirem aceder a trabalhos ajustados às suas qualificações escolares e profissionais.

**Quadro 5 - Níveis de escolaridade da população nacional e estrangeira, em 2009**

Níveis de Escolaridade	Total Nacionais (%)	Imigrantes		
		Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	1,0	3,7	3,9	3,5
Ensino Básico	61,7	56,2	56,5	55,8
Ensino Secundário	21,6	19,9	19,0	21,3
Ensino pós Secundário não Superior Nível IV	0,4	0,4	0,3	0,4
Bacharelato	2,1	1,5	1,2	1,8
Licenciatura	12,1	5,7	5,2	6,3
Mestrado	0,8	0,4	0,5	0,4
Doutoramento	0,2	0,2	0,3	0,1
Ignorada	0,1	11,9	13,1	10,3

Fonte: GEP/MTSS, com tratamento próprio

A maioria dos imigrantes trabalhadores em Portugal possui o ensino básico (56.2%) seguido do ensino secundário (19.9%). Apenas 8.2% dos imigrantes possuem habilitações literárias superiores ao ensino secundário (quadro 5). As habilitações literárias, por género, não apresentam grandes diferenças.

Comparando as habilitações dos nacionais e imigrantes, verifica-se uma certa semelhança de perfis. Com efeito, 61.7% dos trabalhadores nacionais possuem o ensino básico, valor que atinge os 56.2% nos imigrantes. No ensino secundário, essa semelhança continua, com 21.6% para os nacionais e 19.9% para os imigrantes. No que se refere à formação superior, verifica-se diferenças

significativas favorecendo os nacionais com 15.3% e 7.8% para os imigrantes, sobretudo no caso da licenciatura.

Esta análise é condicionada em virtude de 11.9% (nos nacionais esse valor apenas atinge 0.1%) dos trabalhadores estrangeiros não se conhecer os níveis de escolaridade.

#### 2.4.2 - Situação no mercado de trabalho português

A análise da situação dos imigrantes no mercado de trabalho português pretende conhecer a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho formal. Para fazer esta análise foram utilizados os dados de 2009 emitidos pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP - Quadros de Pessoal)<sup>11</sup> do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) que se reportam a um total de 3125711 trabalhadores dos quais 163302 (menos 8.4% do que em 2008) são de nacionalidade estrangeira e representam 5,2 % do total de trabalhadores. Com a análise destes dados consegue-se apreciar as características da mão de obra estrangeira e compará-la com a mão de obra portuguesa, saber se esta mão de obra vem influenciar o mercado de trabalho português e permite avaliar se esta mão de obra está a ser integrada no mercado de trabalho português.

Segundo os dados do GEP (Quadros de Pessoal, 2009), os trabalhadores estrangeiros são, maioritariamente, do género masculino (57,7%). No entanto, convém realçar que o número de mulheres imigrantes a trabalhar em Portugal é maior, pois muitas mulheres trabalham em atividades de limpeza em casa particulares não sendo contabilizadas nos dados dos Quadros de Pessoal. Estes trabalhadores são oriundos, principalmente, da Europa, destacando-se os naturais da Ucrânia. Também se salientam os trabalhadores de origem dos países africanos de língua oficial portuguesa - PALOP ( 24.6% em 2009 e, 25,6 %, em 2008) e do Brasil (maior percentagem de trabalhadores estrangeiros, 27.9% em 2009, e 28,2 %, em 2008). Estes dados transmitem uma intensificação da integração dos brasileiros no mercado de trabalho português.

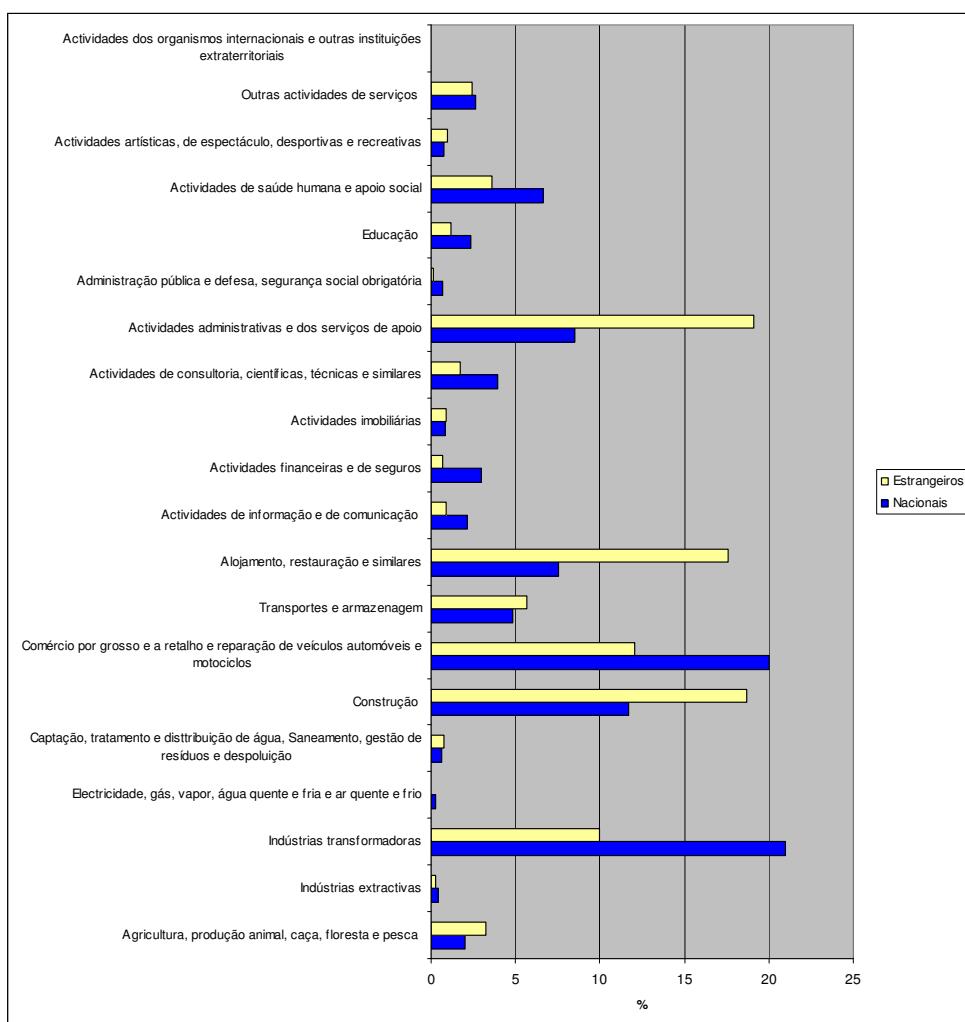
Relativamente à situação na profissão, verifica-se que a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros trabalha por conta de outrem (95.2%). Fazendo uma análise mais fina, por nacionalidade dos imigrantes, salientam-se os brasileiros e chineses como sendo os que apresentam a maior taxa de empregadores, com 20.4% e 14.5%, respetivamente. É notório que, cada vez mais, existem mais brasileiros e chineses a trabalhar em Portugal. Os brasileiros,

<sup>11</sup> A publicação Quadros de Pessoal divulga, em síntese, os dados resultantes do tratamento e apuramento estatístico da informação de preenchimento dos Quadros de Pessoal, por parte das entidades abrangidas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 332/93, de 25 de setembro e Portaria n.º 46/94 de 17 de janeiro.

principalmente, na restauração e os chineses também na restauração, mas também nos armazéns e, mais recentemente, no comércio presente em quase todas as cidades portuguesas fazendo emergir um mercado ético.

A terciarização da economia portuguesa está bem patente (figura 14), uma vez que existe, quer nos nacionais quer nos imigrantes, o predomínio de ativos no setor terciário, com 64% e 67%, respetivamente. No setor secundário, os valores percentuais apresentados são próximos, com 33.6% nos ativos nacionais e 29.5% nos imigrantes. No setor primário, existe maior percentagem de ativos imigrantes face aos nacionais, com 3.6% e 2.4%, respetivamente.

**Figura 14 - População nacional e estrangeira por atividade económica, em 2009**



Fonte: GEP/MTSS, com tratamento próprio

A distribuição dos imigrantes e nacionais por atividades económicas apresenta diferenças significativas (figura 14):

1. Os imigrantes destacam-se nas atividades administrativas e serviços de apoio (19.1%), na construção civil (18.7%), no alojamento, restauração e similares (17.6%). Estes valores confirmam que os serviços de apoio, a construção civil, o alojamento e a restauração têm uma forte propensão para empregarem mão de obra estrangeira, nomeadamente, mão de obra feminina, o que explica também a crescente feminização dos fluxos migratórios. Fazendo uma comparação em termos absolutos, número de estrangeiros em 2008 e em 2009, verifica-se que todas estas atividades perderam ativos estrangeiros, sendo a construção a que perdeu mais, 8725 trabalhadores;
2. Os ativos nacionais destacam-se claramente, face aos imigrantes, na indústria transformadora (21%) e no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motorizados (20%).
3. Atividades com fraco peso percentual onde os imigrantes são um pouco mais significativos que os nacionais: agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca, captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição, transportes e armazenagem, atividades imobiliárias, artísticas de espetáculo, desportivas e recreativas. As atividades de transportes e armazenagem ganharam mais 2389 trabalhadores face a 2008 assim como a agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca que ganhou 343

Como refere Faustino *et al* (2009) os imigrantes predominam “em segmentos intensivos em trabalho, que requerem média ou reduzida qualificação e que se integram no tecido produtivo tradicional” como é a construção civil o comércio e os serviços de apoio.

**Quadro 6 - Perdas e ganhos de trabalhadores por atividade económica, entre 2008 e 2009**

Atividades	Nacionais	%	Estrangeiros	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.040	5,0	343	7,2
Indústrias extractivas	-87	-0,7	-8	-1,7
Indústrias transformadoras	-22.151	-3,3	-1913	-11,0
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e quente	-116	-1,2	11	25,6
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1.469	8,1	4	0,3
Construção	1.526	0,4	-8725	-23,1
Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos	55.195	9,7	-1030	-5,2
Transportes e armazenagem	8.200	5,7	2389	37,1
Alojamento, restauração e similares	21.172	9,9	-1221	-4,3
Atividades de informação e de comunicação	6.388	10,4	70	5,3
Atividades financeiras e de seguros	2.738	3,0	-46	-4,3
Atividades imobiliárias	3.984	17,7	-194	-12,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	21.528	21,2	-156	-5,5
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	-5.602	-2,1	-4316	-12,7
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	-15.590	-41,0	-211	-50,7
Educação	-1.914	-2,5	28	1,6
Atividades de saúde humana e apoio social	15.067	7,8	270	5,1
Atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas	2.123	9,5	-21	-1,3
Outras atividades de serviços	10.358	14,4	158	4,4
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-12	-24,0	-7	-70,0

Fonte: GEP/MTSS, com tratamento próprio

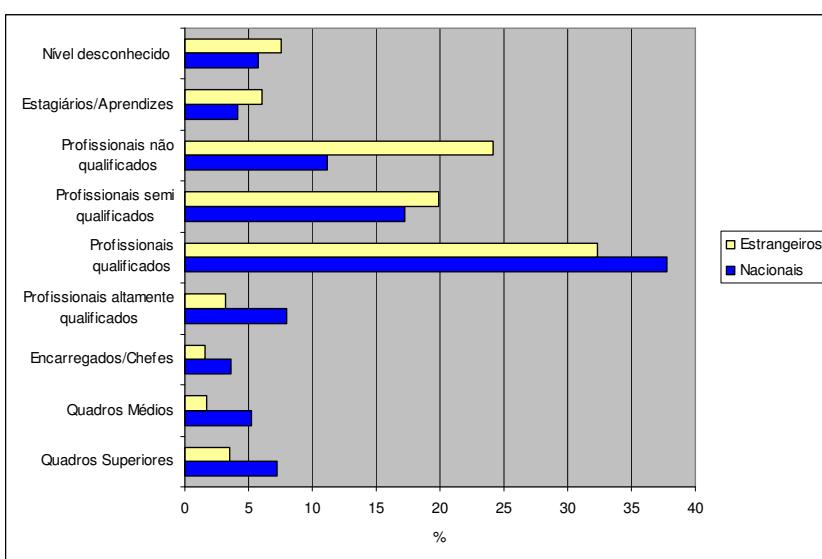
Genericamente, pode-se afirmar que os processo de reestruturação económica ou a crise económica atual está a refletir-se com maior intensidade na mão de obra imigrante. As perdas são relativamente mais intensas e afetam um maior número de atividades (quadro 6). Nos trabalhadores nacionais, são sobretudo as atividades da administração pública e defesa e segurança social obrigatória, dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais e da indústria transformadora, que perdem mais. Nos imigrantes, as perdas refletem-se na construção, nas atividades administrativas, nos serviços de apoio, nos serviços de alojamento e restauração, no comércio e também na indústria transformadora.

A mão de obra estrangeira, qualificada ou não qualificada, é uma reserva à disposição do país que passa por fases (sazonais ou pontuais) de falta de mão de obra, sem a qual muitas atividades correriam o risco de extinção, principalmente, em atividades que utilizam mão de obra pouco qualificada. A contratação de mão de obra imigrante é um elemento de flexibilidade do sistema de produção permitindo enfrentar a descontinuidade produtiva. Esta mão de obra tem uma função “amortecedora”, ou seja, recorre-se a ela conforme as necessidades, em fase de expansão do tecido produtivo absorve-se mais mão de obra, em fase de regressão repele-se mão de obra

(Ferreira, 2000). A presença do imigrante, no mercado de trabalho permite uma maior flexibilidade, uma vez que os empregos surgem ou desaparecem conforme as necessidades da produção.

Além de ser importante conhecer os níveis de escolaridade e as atividades dos imigrantes, é essencial saber também os níveis de qualificação. Este conhecimento permite compreender melhor a integração profissional dos imigrantes no mercado de trabalho português, nomeadamente se as suas competências estão, ou não, a ser incorporadas pelo mercado de trabalho.

**Figura 15 - População nacional e estrangeira segundo o nível de qualificação, em 2009**



Fonte: GEP/MTSS, com tratamento próprio

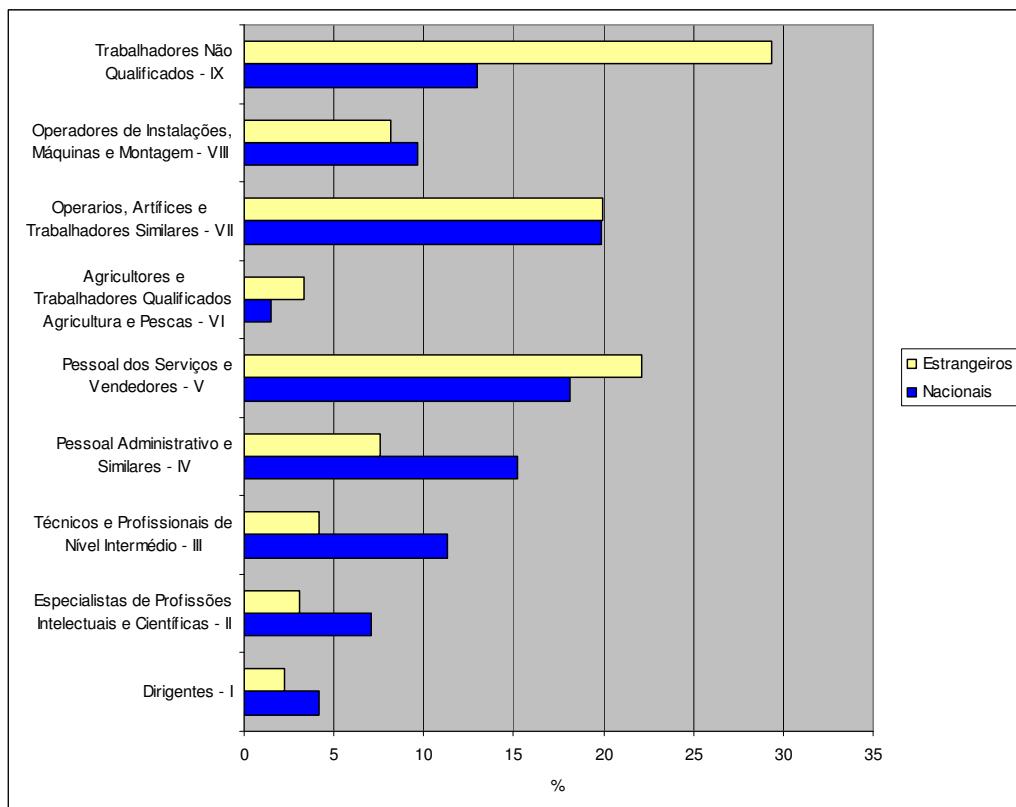
O nível da qualificação dos ativos apresenta características claramente diferentes nos indivíduos nacionais e estrangeiros (figura 15). Os ativos estrangeiros salientam-se nas categorias menos qualificadas e os nacionais destacam-se nas categorias mais qualificadas (61.9% têm a categoria igual ou superior a Profissionais Qualificados).

Existe uma discrepância entre os níveis de escolaridade e as qualificações profissionais, assistindo-se a um processo de não reconhecimento e valorização das competências académicas dos imigrantes. Assim, quando comparados os níveis de qualificação entre nacionais e imigrantes, verifica-se que à medida que aumenta a qualificação profissional diminuem os valores percentuais de trabalhadores imigrantes. Os imigrantes empregados sobretudo nas categorias dos semiqualificados, não qualificados, estagiários e aprendizes. Com estes dados verifica-se que a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho português é marcada por uma estrutura dualista,

onde os nacionais ocupam as categorias profissionais mais qualificadas e os imigrantes as menos qualificadas.

Além de analisar a distribuição dos ativos estrangeiros por atividade económica e nível de qualificação, é necessário também analisar a sua distribuição por grupos profissionais. Os perfis profissionais apresentam novamente diferenças significativas entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros (figura 16), confirmando as conclusões já desenvolvidas.

**Figura 16 - População nacional e estrangeira segundo o grupo profissional (CNP), em 2009**



Fonte: GEP/MTSS, com tratamento próprio

O peso dos trabalhadores profissionais nacionais nos grupos mais qualificados (dirigentes e especialistas das profissões intelectuais e científicas) é de 11.3%, ao passo que nos trabalhadores imigrantes esse valor percentual apenas atinge 5.3%. Nos grupos profissionais mais qualificados (I, II, III e IV) a maior percentagem de ativos pertence aos nacionais, sendo a categoria de pessoal administrativo e similares a que apresenta maior diferencial (7.7%). Esta situação inverte-se quando analisadas as categorias profissionais menos qualificadas (V, VI, VII, IX) verificando-se que as maiores percentagens pertencem aos ativos estrangeiros sendo a categoria de trabalhadores não qualificados a que apresenta o maior diferencial.

A existência de elevadas percentagens de imigrantes nas profissões menos qualificadas clarifica a função destes trabalhadores no mercado de trabalho português. É mão de obra barata e flexível que ocupa os trabalhos menos pretendidos pela população portuguesa, principalmente, na construção civil e serviços de apoio. O aumento da escolaridade da população portuguesa, levou à rejeição das profissões socialmente desvalorizadas, e ao aumento da atracão de estrangeiros. Simultaneamente, muitos emigrantes portugueses, com o mesmo tipo de formação estão a trabalhar no estrangeiro, mas com remunerações muito superiores e por isso com impactos positivos nos seus níveis de vida.

É também importante conhecer a inserção do trabalho imigrante por grupos profissionais nas diferentes regiões (quadro 7).

**Quadro 7 - Relação entre a estrutura dos grupos profissionais na população estrangeira e a população nacional<sup>12</sup>, por NUT II, em 2009**

NUT II	Norte	Algarve	Centro	Lisboa	Alentejo	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira
Grupo Profissional							
Dirigentes I	0,96	0,74	0,56	0,31	0,39	1,49	2,06
Especialistas de Profissões II	0,87	0,30	0,46	0,31	0,25	1,06	1,39
Técnicos Nível Intermédio III	0,67	0,33	0,38	0,26	0,31	1,08	1,06
Pessoal Administrativo e Similares IV	0,72	0,37	0,48	0,41	0,50	0,56	0,80
Pessoal dos Serviços e Vendedores V	1,16	1,00	0,85	1,25	0,68	1,01	1,05
Trabalhadores Qualificados Agricultura e Pescas VI	1,08	1,94	2,76	2,76	2,89	0,50	1,04
Operários e Artífices VII	0,99	1,44	1,19	1,71	1,14	1,49	0,98
Operadores de Instalações, Máquinas e Montagem VIII	0,87	0,61	1,22	1,09	0,77	0,31	0,41
Trabalhadores Não Qualificados IX	1,57	2,03	1,74	2,63	1,88	1,05	1,03

Fonte: GEP/MTSS, com tratamento próprio

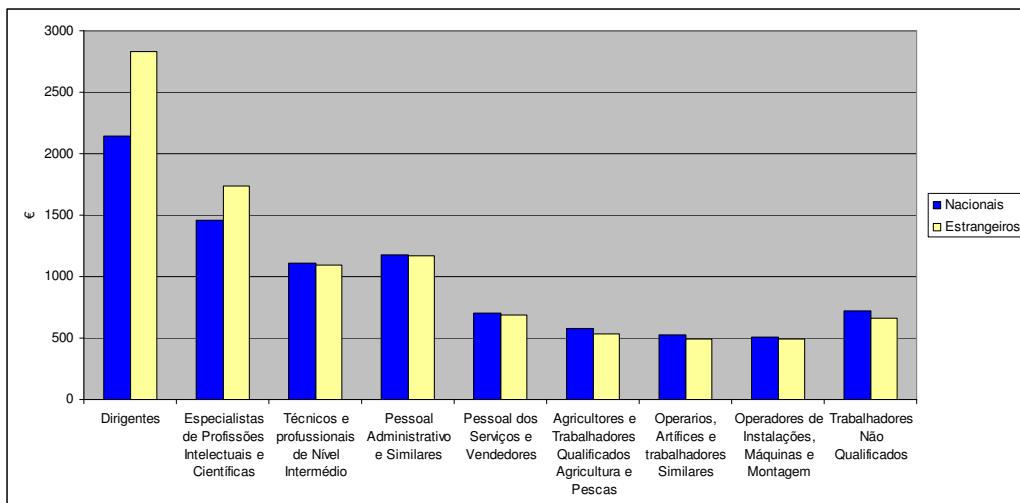
Predomínio relativo de trabalhadores nacionais
Predomínio relativo de trabalhadores estrangeiros

Em todas as regiões, com exceção das autónomas, existem maiores percentagens de trabalhadores nacionais face aos estrangeiros nos grupos profissionais mais qualificados (I, II, III, IV). De uma maneira geral, em todas as regiões os estrangeiros apresentam maiores percentagens de trabalhadores, face aos nacionais, nos grupos profissionais menos qualificados (V, VI, VII, VIII,

<sup>12</sup> Relação entre a estrutura dos grupos profissionais (CNP) na população estrangeira e a população nacional = estrutura dos grupos profissionais (CNP) na população estrangeira (%) / estrutura dos grupos profissionais (CNP) na população nacional.

IX). É de destacar-se as maiores percentagens de ativos estrangeiros no grupo profissional dos trabalhadores qualificados na agricultura e pescas.

**Figura 17 - Remunerações base médias mensais da população nacional e estrangeira segundo os grupos profissionais, em 2009**



Fonte: GEP/MTSS, com tratamento próprio

As remunerações de base médias mensais<sup>13</sup> são também um bom indicador (figura 17). Segundo os dados do GEP, os nacionais ganham em média (remunerações base) 873.66€ e os estrangeiros 743.39€. No entanto, os imigrantes destacam-se por auferirem rendimentos mais elevados face aos nacionais nos grupos profissionais mais qualificados (I e II), havendo um diferencial de 688.94€. Muitos destes imigrantes são trabalhadores com qualificações muito elevadas e são quadros dirigentes de empresas transnacionais. Nos restantes grupos profissionais, os nacionais auferem rendimentos sempre ligeiramente superiores face aos imigrantes.

Existem também diferenças nas remunerações base entre homens e mulheres, sendo as dos homens substancialmente superiores às das mulheres, quer nos nacionais quer nos estrangeiros (os homens nacionais ganham em média 947.52€ e os estrangeiros 809.94€, as mulheres nacionais ganham 779.35€ e as estrangeiras 639.60€).

<sup>13</sup> As remunerações base médias mensais são calculadas em função do regime de duração de trabalho indicado, ou seja, separadamente para trabalhadores a tempo completo e trabalhadores a tempo parcial. Os indicadores apresentados, relativos às remunerações médias mensais, têm como base de cálculo a informação declarada, relativa aos trabalhadores com regime de duração de trabalho a tempo completo, que no período de referência auferiram uma remuneração base completa (não foram considerados os trabalhadores com ausências não remuneradas).

**Síntese**

- Portugal é um país de destino para várias comunidades de emigrantes. A análise da composição das comunidades estrangeiras, permite concluir a existência de mais de 180 nacionalidades, vindas de todos os continentes.
- As sete nacionalidades mais representativas são Brasil, Ucrânia, Cabo-Verde, Roménia, Angola, Guiné-Bissau e Moldávia. Destas 7 nacionalidades, 4 são ex-colónias portuguesas e 3 pertencem à Europa. Este facto realça a importância que a densidade de contatos e a proximidade linguística e geográfica, cultural e institucional desempenham no processo de escolha do país de destino.
- A população em Portugal é, cada vez mais, heterogénea culturalmente em virtude da diversidade das origens dos imigrantes, “Novos Imigrantes” e uma “Nova Geografia das Origens”. De acordo com este panorama salienta-se o crescente aumento dos imigrantes da Europa de Leste e a intensificação dos imigrantes brasileiros.
- Os imigrantes reforçam, com a sua concentração geográfica, as áreas metropolitanas de Lisboa e Algarve. No entanto, desde 2000, um novo padrão de distribuição espacial, favorece ainda que de forma muito ténue outros distritos que, até então, detinham um reduzido número de estrangeiros.
- A maioria dos imigrantes trabalhadores possui o ensino básico, seguido do ensino secundário.
- Os imigrantes destacam-se nas atividades administrativas e serviços de apoio, na construção civil, no alojamento, restauração e similares, genericamente atividades pouco exigentes em termos de escolaridade.
- Existe uma discrepância entre os níveis de escolaridade e as qualificações profissionais, assistindo-se a uma desvalorização das competências académicas dos imigrantes. Quando comparados os níveis de qualificação entre nacionais e imigrantes, verifica-se que à medida que aumenta a qualificação profissional diminuem os valores percentuais de trabalhadores imigrantes.
- Em todas as regiões, com exceção das autónomas, existem maiores percentagens de trabalhadores nacionais face aos estrangeiros nos grupos profissionais mais qualificados.
- Os imigrantes destacam-se por auferirem rendimentos mais elevados face aos nacionais nos grupos profissionais mais qualificados (I e II). Nos outros grupos profissionais os nacionais auferem de rendimentos sempre superiores face aos imigrantes.

## CAPÍTULO III

### A MOBILIDADE SÓCIO-ESPACIAL DOS IMIGRANTES

### III - A mobilidade sócio-espacial dos imigrantes

Este capítulo trata do estudo da mobilidade sócio-espacial (geográfica e profissional) dos imigrantes brasileiros, ucranianos e guineenses, assim como da sua qualidade de vida, em Portugal. Primeiro, apresenta-se o modelo analítico, segundo, as hipóteses teóricas que lhe estão subjacentes. O subcapítulo dois dá a conhecer a caracterização sócio-demográfica dos imigrantes, a análise do seu percurso pré e pós-migratório e a reflexão sobre a importância do capital humano, social e financeiro nos processos migratórios. Para finalizar, o subcapítulo três mostra os perfis dos imigrantes em função da nacionalidade, dos processos migratórios, da mobilidade geográfica, da inserção no mercado de trabalho, da percepção da integração profissional, da qualidade de vida e da integração global.

#### 1 - Enquadramento

“...importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto, no seu sentido mais lato, um método de trabalho”.

Quivy & Campenhoudt, 1995:15

##### 1.1 - Modelo analítico e hipóteses teóricas

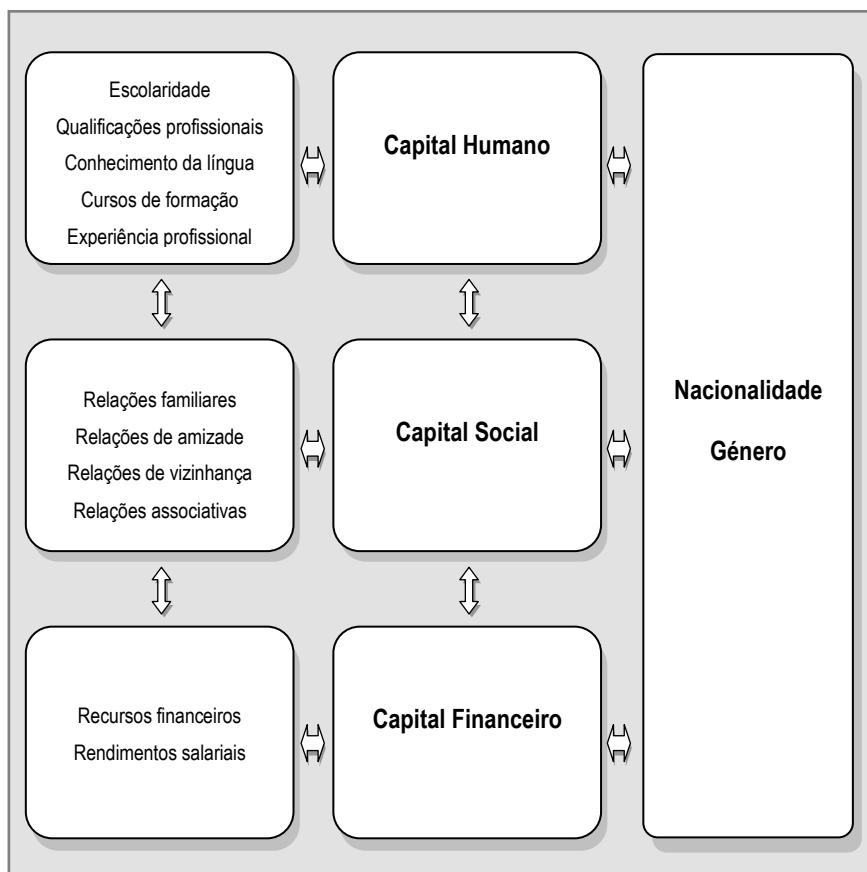
As migrações são extremamente complexas e diversificadas para que se consiga explicá-las segundo uma abordagem teórica única. Tendo em conta essa complexidade, torna-se difícil estudar a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes. A presente investigação pretende estabelecer a inter-relação entre os recursos individuais dos imigrantes, ao nível do seu capital humano, social e financeiro, e a mobilidade sócio-espacial. Parte-se do princípio de que os diferentes recursos a que o migrante tem acesso vai influenciar a sua integração profissional, social e, consequentemente, a sua qualidade de vida.

Como se referiu anteriormente, para estudar as migrações e, neste caso concreto, a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes é preciso fazer uma abordagem articulada e integrada. Nesta investigação pretende-se estudar a mobilidade sócio-espacial numa perspetiva integradora, analisando de forma holística as diferentes variáveis condicionantes. Pode-se percecionar a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes em aspetos decisivos, individuais, coletivos e territoriais, que permitem produzir conhecimento que pode ser utilizado nas políticas e num planeamento (estratégias de intervenção) mais eficaz do fenómeno imigratório.

Nestes termos, construiu-se um modelo metodológico que parte do princípio teórico de que a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes deve ser vista como uma variável dependente de variáveis de natureza micro-sociológicas e macro-sociológicas.

Tendo em conta o exposto, partiu-se de uma perspetiva que procura centrar-se nos interfaces entre as teorias micro-sociológicas (individual) e as macro-sociológicas (social). O modelo conceptual encontra-se esquematizado na figura 1.

**Figura 1 - Variáveis que influenciam a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes**



Fonte: Construído pelo autor

O processo migratório não é apenas a mudança de local de residência e/ou de trabalho, mas envolve um complexo processo de integração no país de destino. O estudo da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho é essencial para conhecer a inserção dos imigrantes no país de destino. A procura de trabalho e de melhores salários leva à mobilidade geográfica que está relacionada com a mobilidade profissional e social.

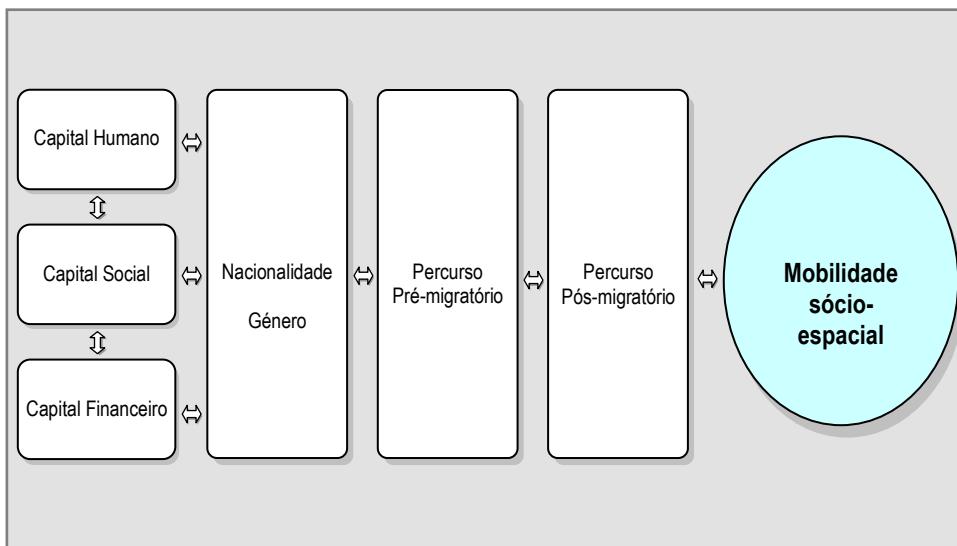
Como se depreende através da análise da figura 1, a questão central em redor da qual gravita todo o modelo conceptual, assenta na necessidade de conhecer a forma como as diferentes variáveis influenciam a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes. Assim, o capital humano, constituído pelo nível de escolaridade, qualificações profissionais, pelo conhecimento da língua do país de destino, pelos cursos de formação (com destaque para os frequentados no país de destino) e pela experiência profissional, articulado com o capital social constituído, principalmente, pelas relações familiares, de amizade, de vizinhança e associativas associados ao capital financeiro, recursos financeiros disponíveis e rendimentos salariais, são considerados fatores cruciais que podem influenciar o processo migratório. No entanto, variáveis associadas ao género e à nacionalidade podem também condicionar esse processo. É de realçar que a capacidade dos imigrantes utilizarem as diferentes formas de capital é determinante para a mobilidade sócio-espacial. Neste sentido, a forma como os imigrantes utilizam os diferentes recursos vai-lhes proporcionar graus de integração profissional e social e consequentemente níveis de qualidade de vida.

A partir daqui pode-se apresentar desde já algumas hipóteses de investigação que lhe estão subjacentes (figura 2):

- 1 - Quanto maior é o capital humano dos imigrantes maior é a mobilidade sócio-espacial.
- 2 - Quanto mais densas e eficazes são as redes sociais (capital social) maior é a mobilidade sócio-espacial.
- 3 - Quanto maior é o capital financeiro dos imigrantes, maior é a probabilidade de mobilidade sócio-espacial.
- 4 - O género influencia a mobilidade sócio-espacial.
- 5 - A nacionalidade condiciona a mobilidade sócio-espacial.
- 6 - Os percursos pré e pós-migratórios vão condicionar a mobilidade sócio-espacial.
- 7 - A integração profissional é determinante na mobilidade sócio-espacial.
- 8 - Quanto maior é a integração profissional e social melhor é a qualidade de vida dos imigrantes.

- 9 - Quanto maior for a integração profissional e a qualidade de vida maior é a integração global dos imigrantes.

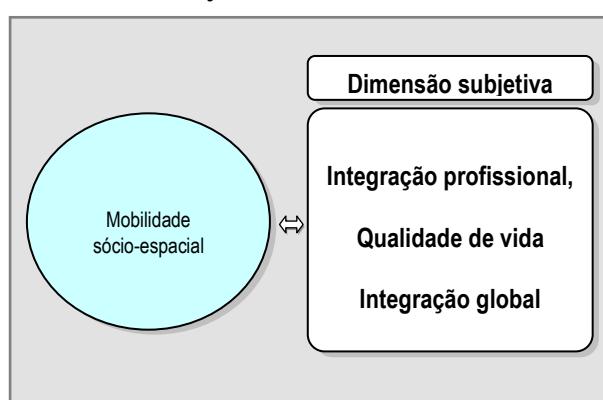
**Figura 2 - Os percursos pré e pós-migratórios na análise da mobilidade sócio-espacial**



Fonte: Construído pelo autor

Os resultados às hipóteses parciais permitem avançar para análises que integrem a própria percepção dos imigrantes. A autoavaliação dos imigrantes relativamente à sua mobilidade sócio-espacial é também crucial nos processos migratórios. Assim, incorpora-se uma dimensão subjetiva à investigação, onde a percepção dos imigrantes face à sua mobilidade sócio-espacial também é determinante. Desta forma foi solicitado aos imigrantes uma autoavaliação relativamente: ao seu grau de integração profissional, ao seu nível de qualidade de vida e ao seu nível de integração global. Esta dimensão subjetiva completa as anteriores (figura 3).

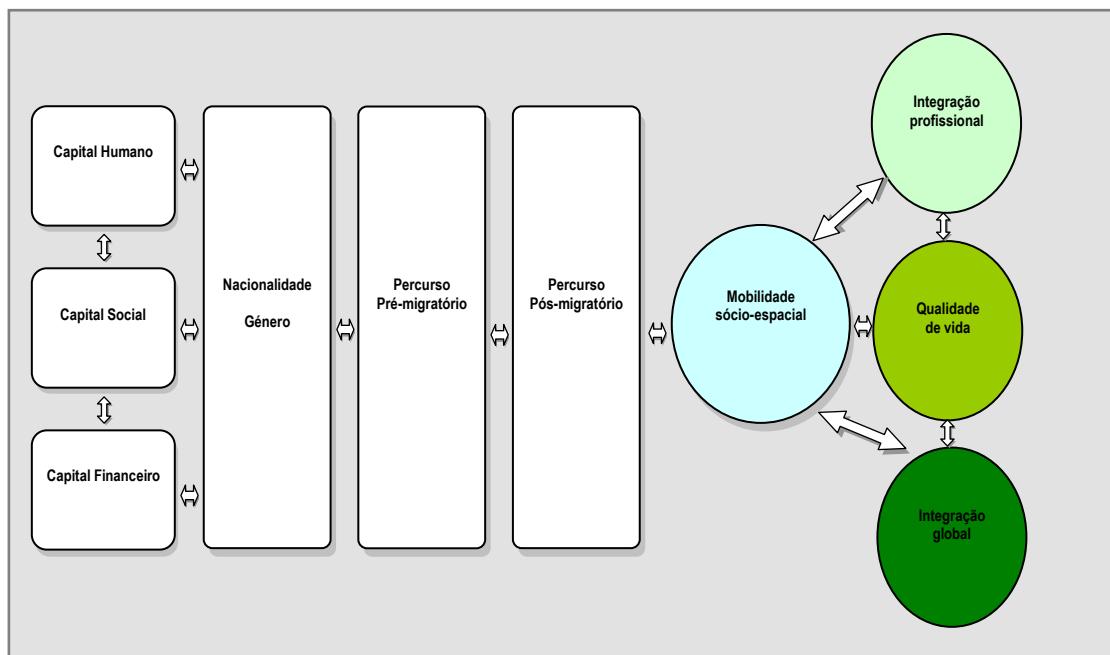
**Figura 3 - Dimensão subjetiva na análise da mobilidade sócio-espacial dos imigrantes**



Fonte: Construído pelo autor

Assim, conhecer a mobilidade sócio-espacial e a integração profissional, qualidade de vida dos imigrantes e sua integração global é crucial para elaborar políticas imigratórias sustentáveis, ajustadas à realidade e no sentido de promover a qualidade de vida dos imigrantes e a sua integração na comunidade de origem (figura 4).

**Figura 4 - Modelo heurístico para análise da mobilidade sócio-espacial dos imigrantes**



Fonte: Construído pelo autor

## 1.2 - Objetivos específicos de investigação e proposta metodológica

Este capítulo pretende apresentar as opções metodológicas, os instrumentos de recolha de dados e a forma como os dados foram analisados. Assim, define-se o que está no centro do processo de investigação, constrói-se a problemática de investigação, as questões que se levantam e os objetivos que se pretendem concretizar através deste processo.

### 1.2.1 - Problemática e objetivos da investigação

Como se referiu, a população estrangeira residente em Portugal tem vindo a aumentar de forma sustentada, atingindo, em 2009, o valor de 454191 imigrantes, o que representa 4,27% da população total. Em termos absolutos, a imigração deixou de ser um fenómeno residual constituindo uma questão demográfica, económica e social com grande impacto na sociedade portuguesa. Fazendo uma análise dos dados do SEF, relativamente à composição dos imigrantes (2009), em Portugal constata-se que as nacionalidades estrangeiras com maior destaque reportam-se aos nacionais do Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Roménia, Angola, Guiné-Bissau e Moldávia. Estas nacionalidades, na sua totalidade, representam 70.1% da população estrangeira, com permanência regular em território nacional.

**Quadro 1 - Número de imigrantes em Portugal, em 2000 e 2009**

Total	2000		2009	
	208198	Percentagem	454191	Percentagem
Brasil	22411	10.8	116220	25.6
Ucrânia	163	0.1	52293	11.5
Guiné-Bissau	16006	7.7	22945	5.1
<b>Total</b>	<b>38580</b>	<b>18.6</b>	<b>191458</b>	<b>42.2</b>

Fonte: SEF, 2009

O objetivo principal desta investigação visa conhecer a mobilidade sócio-espacial, pós-migratória, dos imigrantes ucranianos, brasileiros e guineenses (191458), que representam 42.2% dos estrangeiros legais em Portugal (quadro 1). Não interessa analisar a globalidade dos processos de integração dos indivíduos destas comunidades, mas os imigrantes que entraram em Portugal nos primeiros anos de 2000 (entre 2000 e 2007). Além disso, este projeto pretende focalizar-se nos imigrantes que se encontram numa situação legal em Portugal. Portanto, imigrantes que entraram em Portugal no início destes século e que residem legalmente.

De forma complementar, para compreender as trajetórias geográficas e profissionais destes imigrantes, atendeu-se a duas abordagens: às trajetórias intrínsecas ao indivíduo (a motivação para a migração, as razões da escolha de Portugal como país de destino, o processo de legalização, a mobilidade geográfica, as estratégias para arranjar emprego, as mudanças de emprego, entre

outras); às trajetórias dependentes das condições associadas, principalmente, ao mercado de trabalho (vínculo contratual, rendimentos mensais, número de horas semanais de trabalho, possibilidades de ascensão profissional, entre outras).

Tendo presente estas duas abordagens pretende-se responder a várias questões, nomeadamente:

- Quais são as características sócio-demográficas destes imigrantes?
- Para estes imigrantes, Portugal foi o destino pretendido ou foi o destino mais acessível?
- Estes fluxos migratórios estão associados a movimentos temporários ajustados à necessidade de flexibilidade do mercado de trabalho, na origem e/ou no destino?
- Neste período de permanência em Portugal o processo de integração envolveu mobilidade geográfica?
- O perfil socioprofissional destes imigrantes apresenta-se concordante ou discordante dos seus respetivos graus de qualificação escolar e profissional?
- As atividades que os imigrantes desenvolvem estão associadas a formas de trabalho indiferenciado e precário ou a trabalho qualificado, estável e bem remunerado?
- Existe algum tipo de relação entre as mobilidades geográficas e as mobilidades profissionais?
- A mobilidade profissional em que condição é dominantemente ascendente e descendente?
- A mobilidade profissional contribui para a qualidade de vida dos imigrantes e, consequentemente, para uma maior integração em Portugal?

### 1.2.2 - Justificação do tema e limitações

Atualmente, proliferam variados estudos sobre a imigração em Portugal no entanto, é ainda necessário aprofundar a investigação sobre os processos de integração e a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes. Embora vários autores tenham dado ênfase à importância tanto do capital humano, do capital financeiro e do capital social no desempenho social e económico dos imigrantes, poucos estudos têm examinado empiricamente os processos e procurado percecionar e tipificar

fatores, condições e resultados. Por isso, esta investigação analisa, simultaneamente, a influência do capital humano, financeiro e social na integração profissional e social dos imigrantes. O conhecimento da mobilidade sócio-espacial dos imigrantes pode permitir, a outros, sustentar políticas de promoção da integração dos imigrantes, contribuindo para o reforço da qualidade de vida destes e, também, para otimizar este recurso humano e social.

Várias foram as limitações para a realização deste projeto de investigação, no entanto, pode-se salientar três: o tempo necessário e a difícil acessibilidade à população em estudo (principalmente, em horários pós-laboral); a barreira linguística dificultou o acesso aos imigrantes ucranianos; as dificuldades de acesso às fontes de informação estatística de vários organismos (rapidez, qualidade).

### 1.2.3 - Informação e instrumentos de recolha de dados

Todos os instrumentos utilizados nesta investigação (bibliografia, entrevistas, inquéritos) permitiram recolher informações relevantes e originais, aprofundando aspetos pouco trabalhados sobre a imigração em Portugal e, mais especificamente, sobre a mobilidade sócio-espacial dos imigrantes.

A escolha dos instrumentos e técnicas a utilizar na investigação estão dependentes dos objetivos traçados. Querendo compreender a situação dos imigrantes brasileiros, ucranianos e guineenses, face à mobilidade sócio-espacial, reforçaram-se as leituras de diversos autores sobre estas comunidades de imigrantes, em Portugal (Mendes, 2010; Pussetti, 2009; Có, 2007; Machado, 2007; Malheiros, 2007; Peixoto, 2007; DGEEP, 2006; Rosa, 2005; Fonseca, 2004; Malynovska, 2004; Machado, 2002; entre outros).

Foram inventariadas as associações de imigrantes das nacionalidades a estudar. Posteriormente, foram estabelecidos contactos institucionais, como o objetivo de validar o questionário tendo em consideração a experiência dos agentes e de forma a facilitar e mediar os contactos com os imigrantes.

A recolha da informação decorreu entre finais de 2006 e 2007. As instituições fornecedoras de informação foram, nomeadamente: Associações de imigrantes; Juntas de Freguesia; Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME); Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI); Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAI); Associação de Solidariedade Internacional (ASI).

No início do projeto realizaram-se conversas informais aos agentes privilegiados - Presidentes de Associações de Imigrantes, Presidentes de Juntas de Freguesia e de Câmaras Municipais, empregadores portugueses, imigrantes, entre outros. As conservas informais a agentes privilegiados permitiram, além da recolha de informação, alargar ou retificar o campo de investigação e estabelecer relações interpessoais úteis. Este trabalho inicial forneceu informação fundamental para enquadrar os problemas relativos às trajetórias e aos processos de integração da população imigrante em Portugal.

Em seguida, efetuou-se um trabalho exploratório mais pronunciado onde foram inquiridos 60 imigrantes (2007). Este número tornou-se muito difícil de conseguir, visto existir uma barreira linguística entre o inquiridor e o inquirido (no caso dos ucranianos) e também devido aos imigrantes mostrarem uma certa desconfiança, quando alguém desconhecido a eles se dirigia. Muitos imigrantes não quiseram ser inquiridos. O questionário foi de administração indireta, pois todas as respostas foram completadas pelo inquiridor (investigador) a partir das respostas fornecidas pelos inquiridos. Este levantamento serviu como uma fonte de informação geral, não sendo tratado estatisticamente. O contato do investigador com a população imigrante foi muito útil, pois permitiu uma proximidade com a população em estudo e o levantamento das dificuldades e anseios da população imigrante.

Durante esta fase constatou-se que a ASI tinha implementado um inquérito (entre 2006 e 2007), por questionário, que seguia os objetivos desta investigação<sup>1</sup>. Depois de analisado pormenorizadamente o questionário e depois da ASI manifestar interesse em disponibilizar as respostas, decidiu-se utilizar esta informação nesta investigação. Para isso houve a necessidade de reformular toda a base, rever toda a informação.

Em termos de conteúdos, o inquérito pretende analisar e avaliar as trajetórias geográficas e profissionais dos imigrantes e a suas condições de inserção em Portugal.

O questionário estrutura-se em 7 dimensões:

- Informação sócio-demográfica: de forma a caracterizar o imigrante relativamente ao género, idade, nacionalidade, estado civil, agregado familiar, nacionalidade do companheiro, ano de

---

<sup>1</sup> O inquérito foi implementado pela ASI entre 2006 e 2007. O inquérito foi testado, previamente, numa amostra de 80 imigrantes onde foram recolhidos os seus comentários, relativamente aos vários aspetos do inquérito (duração, compreensão, pertinência das questões) que foram ponderados na elaboração da versão final. Os inquéritos foram realizados por 6 inquiridores de nacionalidade ucraniana, brasileira, guineense e portuguesa. Todos os inquiridores foram acompanhados, de forma a verificar as condições de aplicação do inquérito e a homogeneidade da abordagem.

chegada a Portugal, tipo e data do visto, primeira cidade de residência, cidade onde reside na altura da realização do inquérito e presença de familiares em Portugal;

- Início do processo migratório: estuda os motivos da migração, razões de escolha de Portugal, conhecimentos sobre Portugal, problemas no país de origem, situação perante o emprego antes de emigrar, situação financeira à chegada a Portugal, fontes e disponibilidades financeiras e processo de legalização;
- Qualificações académicas, profissionais, linguísticas e outras: corresponde a questões relativas às habilitações académicas, reconhecimento de competências, frequência de formação profissional, local de realização dos cursos, fontes de informação sobre os cursos, utilidade da formação e frequência, fontes de informação e utilidade das aulas de português. Abrange um conjunto de questões relacionadas com o conhecimento da língua portuguesa à chegada e na altura do inquérito, no que se refere à escrita, leitura e capacidade de compreensão;
- Situação perante o trabalho: refere-se à trajetória profissional recorrendo a questões como: profissão e situação de empregabilidade no país de origem, tipologia e empresa onde exerce a atividade profissional, número de empregos em Portugal, locais de emprego em Portugal, tempo demorado até encontrar o primeiro emprego, profissões em Portugal, salários mensais, horas de trabalho, situação perante o emprego, vínculo contratual, razões e características do desemprego, formas de procura de emprego e integração profissional;
- Redes sociais: observa a densidade das relações sociais estabelecidas no que se refere às pessoas com quem convive no trabalho e fora dele, novos amigos feitos em Portugal, laços de vizinhança, satisfação das relações com os novos amigos e com os laços de vizinhança, assim como a apreciação do processo de integração. Analisa também o envolvimento com a comunidade de origem, nomeadamente a participação em algum grupo da sua comunidade, a tipologia de atividades e o grau de satisfação com o seu capital social. Além disso, aborda o relacionamento com os portugueses;
- Utilização de serviços e outros apoios: remete para os auxílios institucionais, a tipologia de ajudas nos primeiros tempos de estadia em Portugal, a utilidade dos serviços de apoio, o nível de contato e conhecimento das instituições e identificação da sua utilidade;
- Avaliação da qualidade de vida: autoapreciação da qualidade de vida (em função dos afetos - emoções e sentimentos) na altura da realização do inquérito em comparação com todo o período de integração.

#### 1.2.4 - População-alvo, constituição e características da amostra

Segundo Jackson (1991) “Um dos fatores mais limitativos da análise conceptual dos fluxos e padrões das migrações é a nossa capacidade de medição destes movimentos”. Tendo em conta os objetivos da investigação a amostra escolhida seguiu os seguintes critérios de pré-seleção:

- situação de estadia regularizada. Cidadão na posse de um documento válido que lhe reconheça o direito a permanecer em Portugal, como é o caso de vistos e autorizações;
- idade superior a 16 anos na medida em que se trata da idade mínima, legalmente definida para a integração no mercado de trabalho;
- residência em Portugal, no máximo, há 7 anos. Este aspeto reside no facto do estudo procurar observar os primeiros anos de integração;
- naturalidade ucraniana, brasileira e guineense;
- imigrantes que tenham vindo para Portugal com o intuito de trabalhar (imigrantes económicos).

Na seleção da amostra, utilizou-se como técnica de amostragem a “amostra não probabilística”. Assim, pretendeu-se chegar à constituição de uma amostra, através de uma amostragem em “bola-de-neve”. Não conhecendo a população-alvo, a partir de imigrantes conhecidos, identificaram-se outros e assim sucessivamente.

A possível definição da dimensão da amostra foi efetuada, a partir dos dados quantitativos para 2004 disponíveis no SEF. Uma vez que a população-alvo de estudo tem um tempo de permanência em Portugal inferior a 7 anos procedeu-se ao cálculo aproximado do universo em causa: o número de residentes em 2004 mais o somatório das autorizações de permanência de 2001 a 2004, menos os residentes em 1999. Desta forma pretendeu-se chegar a uma aproximação do número de estrangeiros destas nacionalidades, residentes há menos de 7 anos em Portugal, ou seja, à população-alvo (122649 indivíduos).

Na definição do tamanho da amostra, considerou-se uma margem de confiança de 95% e uma amplitude de erro de 5%. Assim, face a uma população-alvo de 122649 indivíduos (brasileiros, ucranianos e guineenses), considerou-se que se iriam inquirir 412 indivíduos. Este dimensionamento obedeceu à seguinte fórmula:

$$\left[ \frac{(\delta)}{(2z(\alpha))} \right]^2 = \frac{p(1-p)}{n} * \frac{M-n}{M-1}$$

Onde:

$\delta$  - corresponde à amplitude bilateral do erro, ou seja, para 95% de confiança, a amplitude de erro é de 5% (2,5%+2,5%);

$Z(\alpha)$  - ao valor da normal reduzida para 95% de confiança;

$P$  - corresponde à informação sobre a hipótese a testar. Um valor de 0,5 corresponde a um fenómeno não informativo, ou seja, a um fenómeno onde não se sabe nada à partida, sendo o caso deste estudo;

$M$  - corresponde à dimensão da população em análise;

$n$  - corresponde à dimensão da amostra a considerar para se ter um valor representativo da população (95%).

No entanto, de forma a garantir uma maior representatividade por nacionalidade realizaram-se 591 inquéritos, com a seguinte estratificação por nacionalidade:

- Ucranianos - 66130 indivíduos - 274 inquéritos, margem de confiança 95,5%, margem de erro +/- 5%;
- Brasileiros - 45830 indivíduos - 226 inquéritos, margem de confiança 95,5%, margem de erro +/- 5%;
- Guineenses - 10689 indivíduos - 91 inquéritos, margem de confiança 95,5%, margem de erro +/- 10%.

Esta estratificação apresenta uma margem de erro para os guineenses muito superior à das outras nacionalidades o que diminui claramente a confiança das conclusões tiradas para esta nacionalidade. Mesmo assim, optou-se por manter os resultados relativos aos guineenses, por se considerar que é uma informação útil a futuras investigações.

As áreas de amostragem para implementação do questionário foram selecionadas, de forma aleatória, na Região do Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Região de Lisboa e Vale do Tejo.

### 1.2.5 - Tratamento e análise dos dados

Com o tratamento e análise da informação recolhida, pretende dar-se respostas às questões de investigação, inicialmente, levantadas, ou seja, quais as características, situações, relações, contrastes e/ou semelhanças na mobilidade sócio-espacial dos imigrantes ucranianos, brasileiros e guineenses.

Depois da recolha da informação, através do questionário, os dados foram estruturados numa base de dados, de forma a se quantificar e analisar a multiplicidade de dados disponíveis, estabelecer cruzamentos e relações, enfim dar respostas às questões de investigação.

Numa primeira fase fez-se uma análise de forma isolada de cada variável (análise univariada) sendo uma análise descritiva e exploratória dos dados. Posteriormente, avançou-se para análises bivariadas para verificar associações entre as variáveis, fazendo cruzamentos, testes de independência, medidas de associação e análise de correlações. Estas análises permitiram desenvolver o subcapítulo dois.

Numa segunda fase fez-se uma análise multivariada (análise de correspondências múltiplas seguida de uma análise classificatória mista), para procurar identificar perfis nas comunidades estudadas. Com base nas classificações realizaram-se um conjunto de tipologias fundamentadas no ranking das modalidades e questões sobrerepresentadas e estatisticamente significativas em cada classe, tipologias estas que serão desenvolvidas no subcapítulo três.

Para estas tipologias, o processo de tratamento da informação foi o seguinte:

- Uma análise fatorial de correspondências múltiplas (ACM), com base nas questões que integravam o bloco correspondente;
- Uma classificação mista dos resultados dos indivíduos (segundo um método partitivo - centros móveis e, um método aglomerativo - hierárquico ascendente). O critério de agregação escolhido foi o método de Ward;
- A seleção da partição mais representativa, tendo em conta o número de indivíduos e a coerência estatística dos grupos obtidos;
- Uma descrição de cada grupo selecionado na partição, com base no grau de sobrerepresentação de cada modalidade de resposta no grupo (diferença entre a percentagem de respostas no grupo e a percentagem de respostas no universo dos inquiridos), tendo em conta as questões ativas (as que determinaram a classificação) e todas as questões ilustrativas (as restantes questões do inquérito).

Também foram traçados perfis em função da integração profissional dos imigrantes e da integração global em Portugal. Para a construção destes perfis foi utilizada, simplesmente, a última etapa precedente, com base nas modalidades de resposta às duas questões relativas à integração, na medida em que as duas questões sintetizavam já o perfil de integração dos inquiridos.

## 2 - Características dos imigrantes brasileiros, ucranianos e guineenses, em Portugal

“O país de acolhimento não é uma página em branco,  
nem uma página escrita.

É uma página que se está a escrever.”

Amin Maalouf

No ano de 2000, os imigrantes começaram a chegar, em massa, a Portugal com o objetivo de encontrar emprego. A reestruturação da economia portuguesa levou a um crescimento económico, os fundos europeus permitiram o melhoramento das infraestruturas e o desenvolvimento das vias de comunicação, dos transportes e das telecomunicações. A falta de mão de obra em certas atividades contribui para o aumento da imigração, em Portugal. Neste contexto, Falcão (2002) refere que o crescimento da imigração tem evoluído de uma forma sistemática, devido a fatores, como o crescimento económico dos últimos anos e a baixa capacidade do mercado de trabalho nacional em dar resposta ao crescimento da atividade produtiva.

A visibilidade estatística de um conjunto de mudanças na imigração, entre as quais se destaca o rápido desenvolvimento do fluxo migratório oriundo da Europa de Leste, foi dada através do regime legal de autorizações de permanência, Decreto-Lei n.º 4/2001, pois permitiu legalizar milhares de imigrantes. Também o Decreto-Lei n.º 2/2006, de 17 de abril (nova lei da nacionalidade) e o n.º 23/2007, de 4 julho (nova lei da imigração) veio regularizar muitas situações de imigrantes residentes, em Portugal.

Efetivamente, a presença crescente de imigrantes oriundos principalmente do Brasil e da Ucrânia e, com menor impacto, da Guiné-Bissau, é uma realidade que importa analisar, uma vez que se está perante fluxos migratórios recentes que enriquecem qualquer análise, visto que, permite conhecer os seus processos migratórios, as suas características demográficas e socioprofissionais, assim como o seu padrão geográfico de implantação e inserção no mercado de trabalho português.

Este capítulo vai-se estruturar, seguindo o modelo conceptual e analítico apresentado, em 7 partes:

1. Faz-se, em termos de enquadramento, uma **caracterização sócio-demográfica** da população em análise;
2. Analisa-se o **percurso pré-migratório**;

3. Analisa-se o **percurso pós-migratório**;
4. Reflete-se sobre a importância do **capital humano**, do **capital social** e **capital financeiro** nos processos migratórios;
5. Observa-se a **mobilidade geográfica** nos processos migratórios;
6. Analisa-se os processos de **inserção no mercado de trabalho** e a **mobilidade profissional**;
7. Por fim, analisa-se a percepção da **qualidade de vida** dos imigrantes.

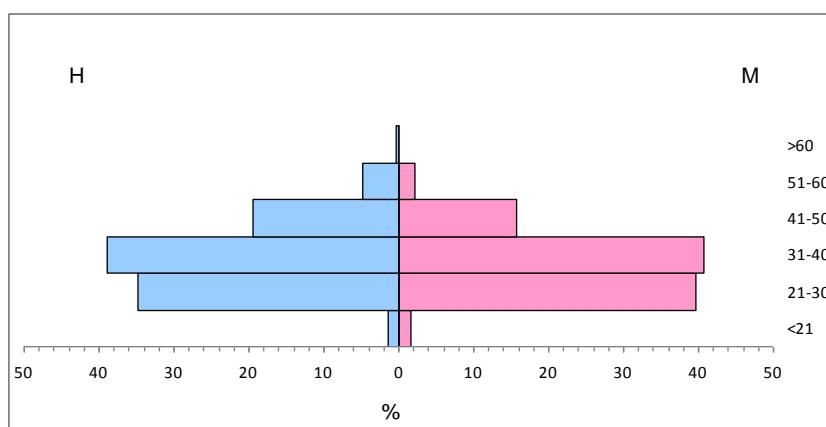
## 2.1 - Caracterização sócio-demográfica

### 2.1.1 - Imigrantes cada vez mais escolarizados

A idade dos imigrantes trabalhadores é, um fator importante no domínio das relações laborais e da segurança social. É uma variável de diferenciação em termos de remuneração, de acesso a certas áreas profissionais. A idade também influencia a forma de encontrar emprego, uma vez que os jovens utilizam sobretudo as redes familiares, enquanto os adultos utilizam predominantemente as redes de amizade.

A figura 5 mostra uma forte representação das idades adultas jovens, dos 21 aos 40 anos (representam 77.4% do total dos inquiridos) nos imigrantes recém-chegados (7 anos).

**Figura 5 - Estrutura etária**



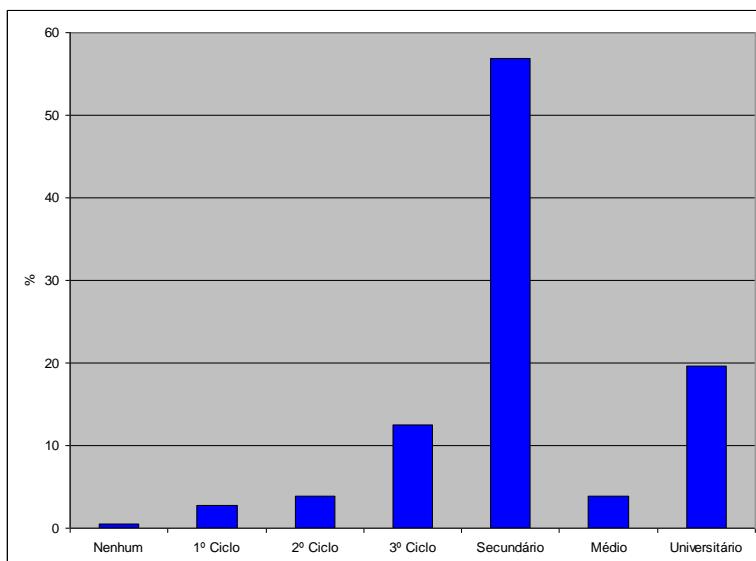
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

O género masculino apresenta uma maior representatividade, nas classes etárias dos mais velhos, mais de 41 anos, já o feminino é mais representativo nas classes etárias dos mais jovens, menos de 41 anos.

Por nacionalidade, verifica-se que os imigrantes brasileiros e ucranianos predominam nas classes de idades mais jovens. Os brasileiros apresentam a maior concentração na classe dos 21 a 30 anos, com 47.3%, e os ucranianos na classe dos 31 a 40 anos, com 48.9%. Já os guineenses destacam-se como sendo a nacionalidade que apresenta maior percentagem de imigrantes na classe etária mais jovem e na mais velha. Visto esta comunidade encontrar-se numa fase mais avançada do processo migratório onde o reagrupamento familiar é também um fator importante na solicitação de residência em Portugal, principalmente, quando comparada com os imigrantes da Ucrânia. Além disso, alguns inquiridos guineenses vieram também para estudar em Portugal, o que justifica uma maior percentagem de inquiridos nas classes mais jovens.

Existe um estereótipo que os imigrantes têm níveis de escolaridade baixos, no entanto, atualmente, são cada vez mais os imigrantes com níveis de escolaridade mais elevados.

**Figura 6 - Nível de escolaridade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

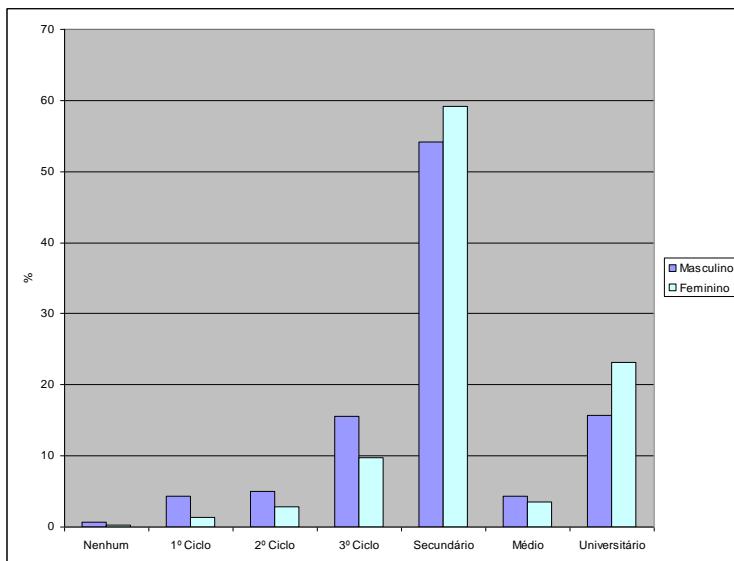
Constata-se uma percentagem muito significativa de imigrantes com o ensino secundário (56,9%), logo seguido pelo ensino universitário (19,6%), figura 6. Por nacionalidade, verifica-se que dentro da brasileira 54% dos inquiridos possuem o ensino secundário e 23,1% o ensino superior. Os ucranianos apresentam os níveis de escolaridade muito semelhantes aos brasileiros, no entanto,

verifica-se uma maior percentagem de imigrantes com o ensino secundário 64.2% e uma ligeira diminuição no ensino superior 19.3%.

A grande diferença nos níveis de escolaridade manifesta-se nos inquiridos da nacionalidade guineense que apresentam as duas maiores concentrações no ensino secundário e no 3º ciclo, com 41.8% e 22%, respetivamente.

Efetivamente, os imigrantes possuem níveis de escolaridade relativamente razoáveis ou elevados e estão em Portugal, principalmente, por motivos relacionados com o desemprego e os baixos salários no país de origem. É de realçar que os níveis de escolaridade mais elevados ocuparem, no início deste século, um lugar crescente nos fluxos migratórios. Como salientam Góis & Marques (2007) “Portugal tem acolhido nas duas últimas décadas um significativo número de imigrantes, de diferentes origens e com vários perfis de qualificação. Um dos traços mais significativos na atualidade passa pela presença, cada vez maior, de imigrantes altamente qualificados que procuram fora do seu país de origem uma oportunidade para uma vida melhor”.

**Figura 7 - Nível de escolaridade, segundo o género**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio.

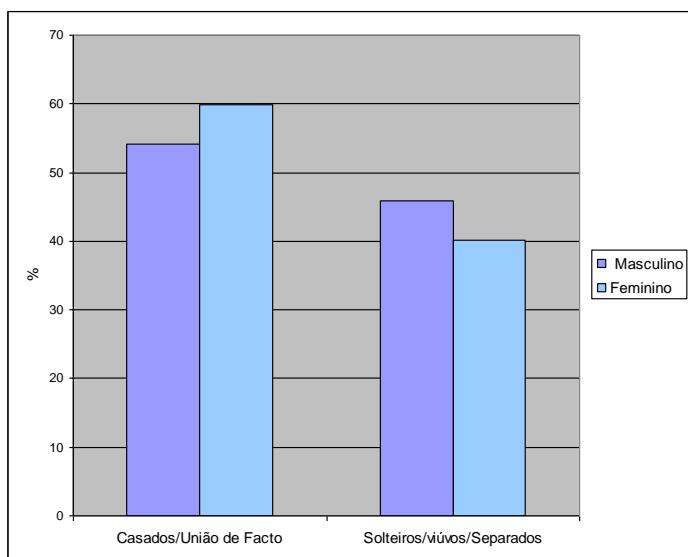
Cruzando as variáveis género com nível de escolaridade, verifica-se que o género feminino apresenta habilitações literárias superiores, uma vez que, 23.1% possui a licenciatura, enquanto esse valor, no género masculino desce para os 15.7% (figura 7). É importante verificar que 25.8% dos homens apresentam níveis de escolaridade inferiores ao secundário enquanto que nas mulheres esse valor é muito mais baixo (14.2%).

Concluindo, constata-se que a população que possui melhores qualificações académicas tem, cada vez mais, um papel preponderante nos fluxos migratórios. A maior parte dos inquiridos possui o ensino secundário ou universitário. Esta população tem melhor acesso à informação sobre as experiências de outros emigrantes, através da leitura de cartas, jornais, propaganda, além disso tem melhores condições para avaliar os riscos e a acessibilidade ao mercado de trabalho (um trabalho melhor e mais remunerado).

### 2.1.2 - Processos migratórios cada vez mais contextualizados em quadros familiares

Considerando a distribuição dos inquiridos por estado civil, verifica-se que a maioria é casada ou vive em união de facto, com 57.2%, e os restantes são solteiros, viúvos ou divorciados (figura 8).

**Figura 8 - Estado civil, segundo o género**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os migrantes casados têm vindo a assumir um papel preponderante nos atuais fluxos migratórios, ao invés do que ocorria no passado, em que eram, na maioria, indivíduos solteiros. Este facto permite concluir que as migrações são, cada vez mais, um processo familiar mais do que uma decisão unipessoal constituindo uma estratégia planeada em família, destinada a reduzir as

dificuldades sentidas no país de origem. Além disso, o predomínio do estatuto de casado deve-se também à variável idade, uma vez que a população é, maioritariamente, adulta.

Uma análise dos casamentos dos imigrantes<sup>2</sup> proporciona valiosas indicações, ao nível da potencial fixação desta população, do impacto na taxa de natalidade, da procura de escolas e de habitação. Quando se cruzou a variável estado civil com a nacionalidade dos inquiridos verificou-se diferenças significativas. Foi possível constatar que a maioria dos ucranianos (74.1%) é casada/união de facto. Já os imigrantes brasileiros e guineenses apresentam valores muito similares, havendo uma grande percentagem de inquiridos na situação de solteiros/divorciados (59.7% e 51.7%, respetivamente).

Como foi referido, anteriormente, a maioria dos imigrantes casados/união de facto tem o companheiro a residir em Portugal, sendo os guineenses (40%) os que apresentam a percentagem mais baixa quando comparados com os brasileiros (54.1%) sobretudo os ucranianos (70%).

O inquérito realizado permitiu conhecer as características familiares dos inquiridos, 57.9% dos inquiridos têm filhos e desses 54.2% têm apenas um. Predominam as famílias nucleares, típicas dos países desenvolvidos. É de realçar que são os guineenses que têm mais filhos (maior percentagem de inquiridos com mais de 4 filhos). Este dado confirma que os imigrantes oriundos do continente africano apresentam as maiores taxas de natalidade, característica deste continente.

Quando questionados os imigrantes onde vivem os filhos, 43.6% referiram que vivem todos em Portugal, os restantes referiram que vivem ou todos no seu país de origem, ou no seu país de origem e em Portugal. Outro dado importante foi o facto de 15.4% dos inquiridos que têm filhos referirem que estes nasceram já em Portugal<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> É de salientar que a maioria dos inquiridos casados/união de facto vive com o seu companheiro em Portugal (59.8%), em 12.9% destes inquiridos o companheiro é de nacionalidade portuguesa. A maioria (65%) dos inquiridos casados com portugueses pertence à nacionalidade brasileira. Segundo dados do INE o número de casamentos entre portugueses e estrangeiros continua a aumentar. Em 2007, a proporção destes no total de casamentos atingiu os 12.3%, um valor 2% superior ao ano de 2006 (10.3%). Analisando por género, destacam-se os casamentos de homens portugueses com mulheres estrangeiras (8.4%), principalmente de nacionalidade brasileira. Para Behr (2007), presidente da Casa do Brasil de Lisboa, este facto é um sinal de integração e resulta do perfil do imigrante brasileiro, que é mais jovem, vem para Portugal logo depois de acabar os estudos, enquanto os da Europa Leste têm mais idade e muitos já são casados. Já para o SEF (2010) a maioria destes casamentos, dezenas e mesmo centenas, resulta do desenvolvimento de redes internacionais que se dedicam ao auxílio à imigração ilegal com recurso ao casamento. No entanto, Behr (2007) considera que os casamentos para conseguir a legalização são uma minoria uma vez que com o casamento consegue-se imediatamente a autorização de residência, mas a lei prevê que seja negada a renovação se o estrangeiro não mantiver o casamento.

<sup>3</sup> Segundo os dados estatísticos do INE (2007) os fluxos imigratórios verificados nos últimos anos contribuíram de forma crescente para o aumento de nados-vivos. Relativamente ao total de nados-vivos de mães residentes em Portugal, verificou-se que, entre 2002 e 2007, a proporção de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira aumentou de 6.7% para 9.6%. Relativamente à

**Síntese**

- Verifica-se uma “feminização dos fluxos migratórios”, ainda que ligeira.
- Constatata-se uma sobrerepresentação das idades adultas-jovens, dos 21 aos 40 anos.
- A maioria dos imigrantes possui o ensino secundário, seguido do universitário.
- A maioria dos imigrantes é casada e tem filhos, alguns deles nascidos em Portugal.

**2.2 - Percurso pré-migratório**

Na análise do percurso pré-migratório dos imigrantes são considerados vários aspectos, começando pelos motivos que os levaram à emigração, passando pelo conhecimento da situação profissional antes da emigração, até às razões da seleção de Portugal como país de destino. Também foram analisados os obstáculos à emigração.

**2.2.1 - Motivações para a emigração**

Há muitos fatores que interferem na decisão de emigrar, uns mais objetivos, outros mais subjetivos e imprecisos e, não menos importantes, que estão relacionados com a combinação de fatores pessoais, psicológicos e culturais como, por exemplo, as expectativas não satisfeitas no país de origem, a vontade de conhecer outros locais, a instabilidade emocional, entre muitos outros. Para Có (2007) “as determinantes sócio-culturais, como hábitos culturais e modos de vida, de um determinado grupo são importantes na moldura da rationalidade individual humana para a mobilidade. Manifestam-se através de redes de relações sociais (próprias) e suas reciprocidades, em determinados meios ou ambientes sociais específicos, sustentados por estruturas sociais

---

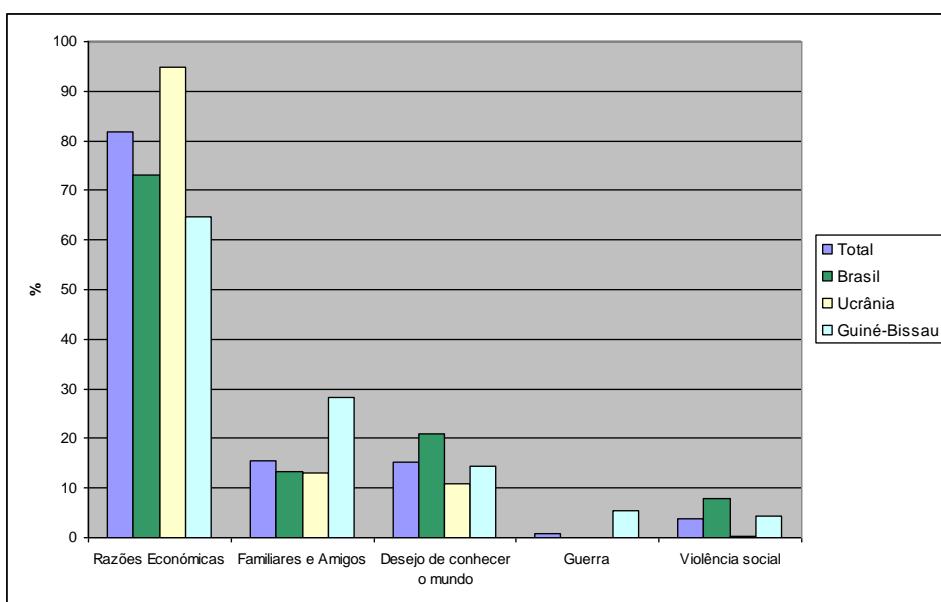
percentagem de nados-vivos em que um dos pais (pai ou mãe) era de nacionalidade estrangeira, esta aumentou de 8.8% para 11.8% no mesmo período.

(mentais, individuais e coletivas), que influenciam o migrante desde a sua decisão de migração, o seu percurso e a sua integração no novo espaço de vida”.

Sendo muitas as variáveis que vão interferir na tomada de decisão de emigrar, a maioria dos emigrantes parte com a expectativa de vir a ter estabilidade profissional, ou seja, um bom trabalho e salário que lhes permita uma melhor qualidade de vida. Assim, é necessário analisar o seu processo de tomada de decisão de emigrar a partir da origem, ou seja, conhecer os fatores que determinaram ou influenciaram essa opção.

Sabendo que há muitos fatores que podem justificar os movimentos migratórios, é impossível saber, em cada caso específico, qual foi ou quais foram os principais elementos que contribuíram para a decisão final de emigrar. Todavia, a decisão de emigrar, e a forma como esta se processa, é geralmente fruto de uma longa reflexão onde se ponderam as oportunidades e ameaças, no país de origem e no país de destino.

**Figura 9 - Motivos para a emigração, segundo a nacionalidade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de dar várias respostas

A maioria dos inquiridos (81,9%) aponta razões económicas, baixos salários e desemprego, para intensificar a decisão de emigrar (figura 9). Pois, 41,2% do total dos imigrantes estavam desempregados antes de virem para Portugal, afetando o género feminino (44,3%) e o masculino (39,6%). No que se refere ao desemprego, a nacionalidade que apresentava maior taxa

era a ucraniana (52.2%), seguida pela guineense (41.8%) e a brasileira (30.1%). Este desemprego era generalizado a todas as idades e níveis de escolaridade, afetando um pouco mais, os adultos jovens com menor escolaridade. Assim, a situação socioeconómica dos imigrantes aparece como o fator principal na tomada de decisão.

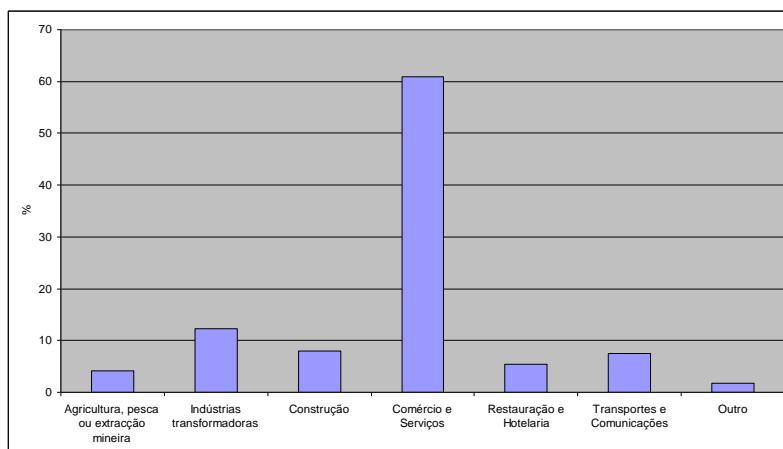
No entanto, para 15,6%, o facto de terem família e amigos a residirem em Portugal também reforçou a motivação para emigrar (dos que apontam esta razão, 67.4% são do género feminino). Convém realçar que 31.5% do total dos inquiridos têm familiares diretos (marido/esposa, pais, filhos) a residir em Portugal e 56.8% têm amigos. Isto vem confirmar a importância da família e amigos no reforço da motivação para a emigração, sendo agentes de informação relativamente ao local de destino, facilitadores na procura de emprego e apoiam em momentos mais difíceis. Assim, são agentes de promoção de redes geográficas de migração, difundindo amplos fluxos de informação e conectando a informação, nas diferentes etapas do processo migratório.

A guerra, a vontade de conhecer o mundo, a violência, o facto de ter casado (reagrupamento familiar) e problemas de saúde são outros motivos apontados para justificar este fluxo migratório. A guerra vem associada à nacionalidade guineense, resultado da grande instabilidade política e social do país; a violência associa-se sobretudo à nacionalidade brasileira devido aos problemas de insegurança.

### 2.2.2 - Situação profissional no país de origem

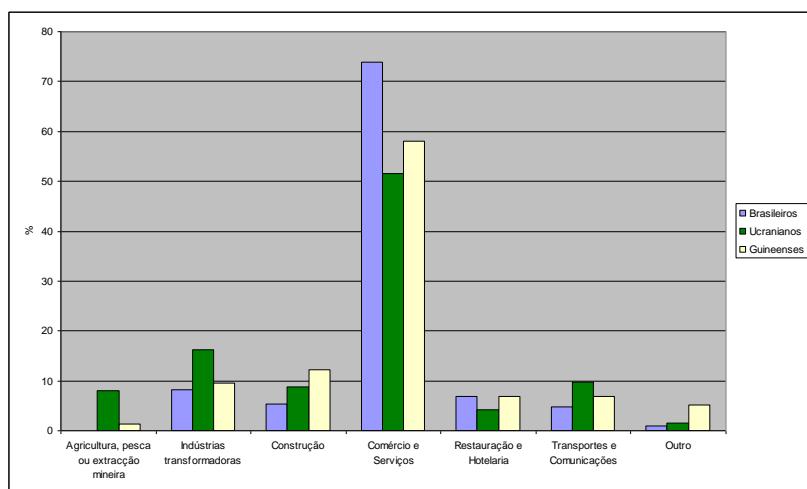
A análise das profissões dos imigrantes antes de virem para Portugal mostra que o modelo clássico de migração (no passado migravam os que possuíam níveis de escolaridade mais baixos e consequentemente com profissões menos qualificadas) já não corresponde à realidade atual. Agora existe uma grande variedade de circunstâncias, havendo emigração de população não qualificada mas também, e cada vez mais, de população qualificada “brain drain”.

No país de origem os imigrantes tinham as mais variadas profissões, desde as mais qualificadas até às menos, como diretores de uma escola, gerentes de uma companhia de seguros, bancários, engenheiros, professores, aviadores, cozinheiras, vigilantes, médicos, veterinários, enfermeiros, cabeleireiros, contabilistas, investigadores, massagistas, motoristas, carpinteiros, agricultores, pastores, porteiros, empregados da construção civil, empregadas de limpeza, entre muitas outras.

**Figura 10 - Setor de atividade da última profissão exercida no país de origem**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

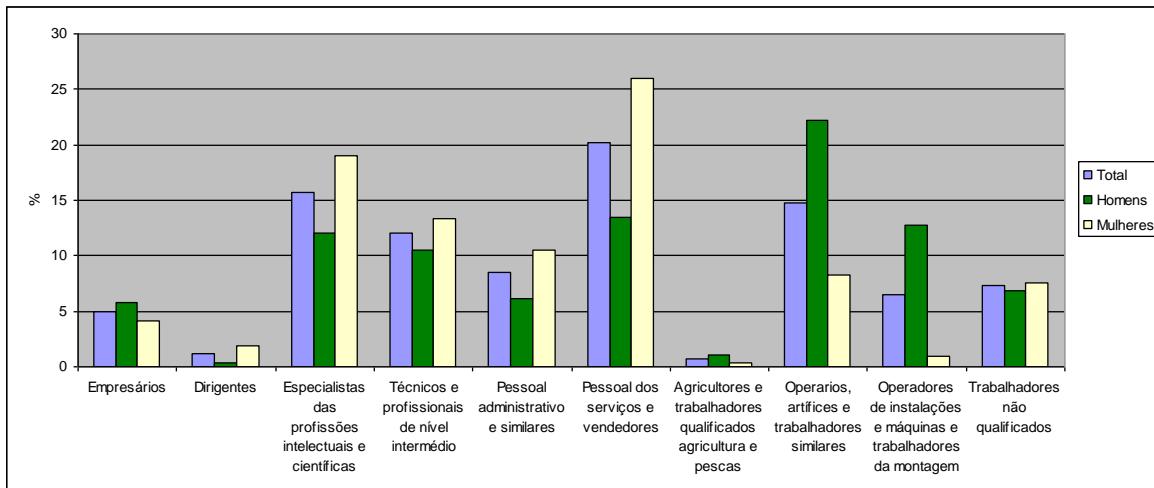
O setor de atividade mais representativo era claramente o comércio e serviços (60.9%), seguido da indústria transformadora (12.3%), figura 10. Esta concentração apresenta comportamentos diferenciais quando analisada por género: o género feminino está sobretudo ativo no comércio e serviços (73.2%) e indústria transformadora (13.1%), o género masculino está no comércio e serviços (46.9%) e na construção (16.5%). O setor menos representativo era o da agricultura, pesca ou extração mineira (4.2%).

**Figura 11 - Setor de atividade na última profissão exercida no país de origem, segundo a nacionalidade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Genericamente as 3 nacionalidades apresentam uma distribuição por setor de atividade muito semelhante (figura 11). Os brasileiros, os guineenses e os ucranianos destacavam-se no comércio e serviços, com 73.9%, 58.1% e 51.5%, respectivamente. Os ucranianos são os imigrantes que apresentam maior percentagem de ativos na agricultura, pesca ou extração mineira (8%) e os guineenses na construção (12.2%).

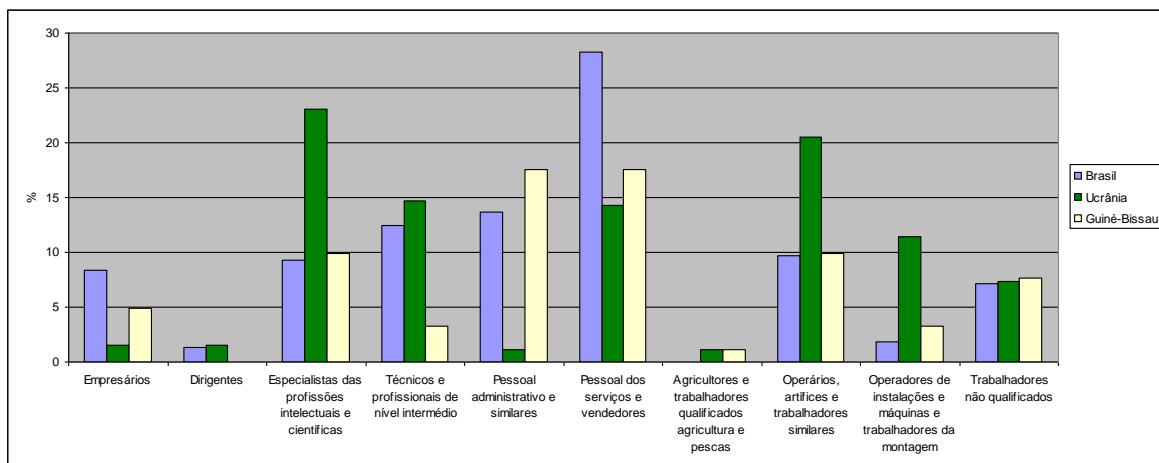
**Figura 12 - Grupo profissional (CNP) na última profissão no país de origem, segundo o género**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Em termos de grupos profissionais, constata-se que a maior parte dos migrantes pertencia ao grupo de pessoal de serviços e vendedores (20.2%), seguido pelo grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (15.8%) e o grupo dos operários, artífices e trabalhadores similares (14.7%). Os trabalhadores não qualificados representavam 7.3% e os dirigentes e empresários 1.2% e 4.9%, respectivamente. Os agricultores e trabalhadores qualificados na agricultura e pescas apresentavam apenas 0.7% (figura 12).

Fazendo uma análise por género verifica-se que as mulheres tinham a sua maior representatividade no grupo de pessoal de serviços e vendedores (26%), seguido pelo grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (19%). Os homens apresentavam maior representatividade no grupo dos operários, artífices e trabalhadores similares (22.2%), vindo de seguida o pessoal de serviços e vendedores (13.5%). As mulheres apresentavam maior percentagem e trabalhadoras nas profissões mais qualificadas, mas também apresentavam maior percentagem de trabalhadoras nas profissões menos qualificadas (trabalhadores não qualificados).

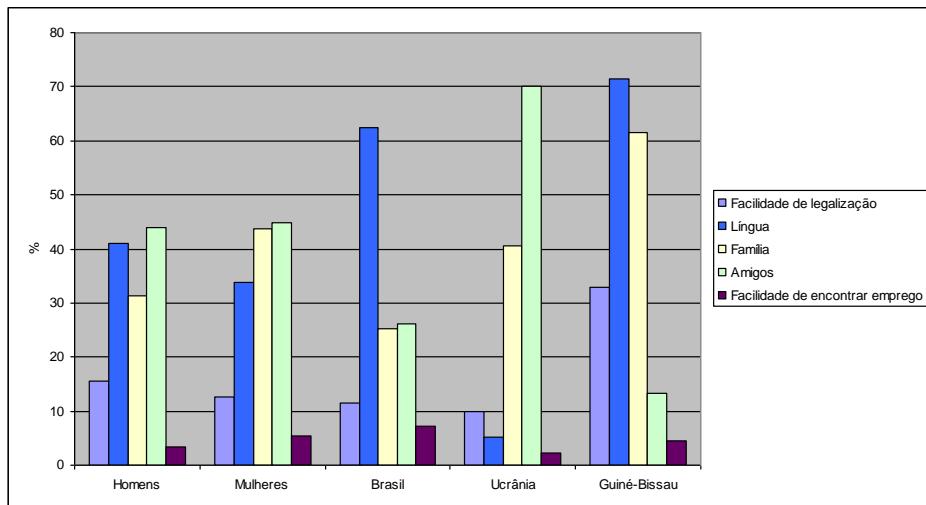
**Figura 13 - Grupo profissional (CNP) na última profissão no país de origem, segundo a nacionalidade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Fazendo uma análise da última profissão que exerceram no país de origem segundo a nacionalidade (figura 13), verifica-se que os brasileiros destacavam-se no grupo do pessoal de serviços e vendedores (28.3%), os ucranianos nos especialistas das profissões intelectuais e científicas (23.1%), os guineenses no pessoal de serviços e vendedores (17.6%) e no do pessoal administrativo e similares (17.6%). Os imigrantes ucranianos apresentavam um perfil mais qualificado.

### 2.2.3 - Portugal país de destino os motivos da escolha

Depois de ponderadas as razões que justificaram a emigração e as atividades que exerciam, é preciso perceber a opção por Portugal, como país de destino. Pela informação recolhida dos questionários 64.8% dos inquiridos já conheciam Portugal através de informações dadas pelos familiares, pelos amigos e pelos meios de comunicação social. Dadas várias hipóteses aos imigrantes para justificarem a escolha de Portugal como país de destino, verifica-se que: os imigrantes escolhem Portugal por terem amigos a residir neste país (44.5%) ou familiares (37.9%); pelas facilidades linguísticas (37.2%) e pela possibilidade de legalização (14%).

**Figura 14 - Motivos da escolha de Portugal como país de destino, segundo o género e nacionalidade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

Cruzando as motivações inerentes à escolha de Portugal com o género, verifica-se um padrão praticamente semelhante, onde a língua e os amigos assumem claramente papéis preponderantes na seleção de Portugal como país de destino. Para as mulheres, a família ganha expressividade (figura 14), é a segunda razão, pois frequentemente o homem emigra primeiro e depois dá-se o reagrupamento familiar.

Por nacionalidade, verifica-se quer para os brasileiros quer para os guineenses referem as facilidades linguísticas como motivo de escolha de Portugal, já os ucranianos dão ênfase ao facto de possuírem amigos (70.1%) e família (40.5%) já em Portugal.

Concluindo, os dados anteriores apontam uma tendência para um projeto migratório baseado nas relações de amizade e familiares, onde a língua assume uma importância preponderante para os brasileiros e guineenses. Como já se referiu, as redes sociais fundadas em laços familiares e de amizade são fundamentais no processo migratório. A família e os amigos criam uma forte relação de confiança e de interesse mútuo, fazendo circular informação e influenciando determinantemente a decisão de emigrar e para que destino. Conhecer a língua do país de destino é um fator extremamente importante, pois como refere Strecht-Ribeiro (2007) a língua é “uma chave social”, quem a domina encontra-se numa situação privilegiada. A falta do seu conhecimento interfere com a capacidade de resolução de problemas em todas as áreas.

O “convite de uma empresa para trabalhar”, a “cultura portuguesa”, o “facto de se trabalhar pouco e ganhar muito”, “ficar mais barato emigrar para Portugal”, “a experiência em Espanha não

ter corrido bem” e “Portugal ser um país tranquilo” foram outros motivos mencionados para escolher Portugal como país de destino.

As referências positivas que estes inquiridos têm de Portugal, através de amigos, dos familiares e dos meios de comunicação tiveram um grande impacto na escolha de Portugal como país de destino.

A comunidade guineense apresenta uma rede social ampla, pois 96% dos imigrantes conheciam alguém em Portugal antes de emigrarem. Na comunidade ucraniana esse conhecimento atinge a percentagem de 90.9% e na comunidade brasileira 77.4%. Como refere Có (2007) as redes, o capital social e a “embeddedness” são, sem dúvida, responsáveis pelas motivações e mobilidades humanas e pelos modos de incorporação dos migrantes, como sustenta a realidade migratória guineense em Portugal. Para Aparício & Tornos (2005), a família é um fator atrativo na mobilização dos migrantes sendo relativamente independente das mudanças conjunturais da economia. Verifica-se que a família e os amigos constituem a principal base de apoio no projeto migratório de novos migrantes. Assim, esta investigação confirma os trabalhos de investigação realizados por outros autores.

Depois de conhecer os motivos que levaram à emigração e à escolha de Portugal, é importante conhecer quais foram os maiores obstáculos para efetivar esse fluxo migratório. Assim, e de forma expressiva, 79.2% dos inquiridos não tiveram nenhum problema. Dos que apontaram problemas, surge a falta de dinheiro, assim como toda a burocracia para formalizar o processo migratório como os maiores entraves.

Depois de ponderadas as vantagens e desvantagens e de contornados os obstáculos o emigrante parte. E para 14% dos inquiridos já estava garantido um emprego em Portugal destinado, principalmente, para as mulheres. Os brasileiros apresentam uma rede social eficaz, pois possuem facilidades linguísticas e estão integrados em Portugal, podendo explicar o número de pré-empregos. Os guineenses apesar de possuírem menores níveis de escolaridade apresentam uma rede social muito vasta que lhe serve de apoio na procura de emprego, mesmo antes de chegarem a Portugal. Já os ucranianos apresentam grandes dificuldades linguísticas e uma elevada ilegalidade, o que dificulta a entrada no mercado de trabalho e a eficácia das suas redes sociais.

**Síntese**

- A grande maioria dos imigrantes veio para Portugal por razões económicas, ou seja, veio à procura de um emprego e/ou de um melhor salário.
- No país de origem estes imigrantes trabalhavam, principalmente, no comércio e serviços.
- São os amigos e familiares, a residirem em Portugal, e a língua as principais razões que justificam a seleção de Portugal como país de destino.
- Os obstáculos à emigração realçam as dificuldades para suportarem financeiramente os custos do processo emigratório, assim como toda a burocracia para formalizar este processo.

**2.3 - Percurso pós-migratório**

No percurso pós-migratório procura-se analisar todo o processo que o imigrante passa desde a chegada a Portugal até ao momento da realização do inquérito. Assim, são abordados vários aspectos, nomeadamente o processo formal de legalização e a situação financeira à chegada. Também se deu ênfase aos principais problemas que os imigrantes tiveram que enfrentar e à forma de os superar. Por último, deu-se realce ao capital humano e social reconhecido e adquirido em Portugal. Como já se referiu está-se a analisar simplesmente os processos de integração dos imigrantes que entraram em Portugal de 2000 a 2007, todos eles com uma situação legal em 2007.

**2.3.1 - Imigrantes temporários, ilegais e com fracos recursos financeiros**

Analizando o ano de entrada em Portugal (quadro 2), verifica-se que o ano de 2001 teve um especial relevo (35.2% do total).

**Quadro 2 - Ano de entrada, segundo a nacionalidade**

Nacionalidade	Ano de entrada em Portugal							Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Brasil	15,0%	34,1%	19,5%	9,3%	7,5%	12,4%	2,2%	100%
Ucrânia	11,7%	42,0%	20,4%	14,6%	5,1%	6,2%	0,0%	100%
Guiné-Bissau	28,6%	17,6%	16,5%	7,7%	9,9%	9,9%	9,9%	100%

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Estes dados, por um lado, resultam da entrada em vigor da Lei n.º 4/2001 que, ao abrigo do artigo 55º, permitiu conceder, até 2002, 174558 autorizações de permanência a imigrantes. Por outro lado, o crescente aumento do setor da construção civil, dos serviços de limpeza e das obras públicas em Portugal permitiu um aumento da oferta de trabalho nestas áreas. Assim, à legalização de muitos imigrantes juntou-se a entrada de novos imigrantes sobretudo em 2001 e 2002 (Brasil e Ucrânia).

Cada país exerce o seu direito de limitar a entrada no seu território de população estrangeira. Assim, cada país possui legislação que estabelece os critérios para os estrangeiros poderem residir no país de forma legal. O imigrante legal é aquele que entra num país com autorização para permanecer no mesmo e exercer as funções desejadas. É dever de todos os imigrantes terem o seu processo de legalização regularizado. A não regularização leva à ilegalidade o que facilita, na maioria das vezes, uma maior exploração no trabalho, o tráfico humano, o não reconhecimento das habilitações profissionais e académicas e a falta de apoio e segurança social. Por isso, os benefícios da legalização tornam o processo de regularização e os seus custos ínfimos face à melhoria na qualidade de vida que os imigrantes obterão no abandono da ilegalidade.

Pela análise do quadro 3 verifica-se que 17.3% dos inquiridos iniciaram o seu processo de legalização antes de chegarem a Portugal. Alguns destes inquiridos já vieram para Portugal com um contrato de trabalho e, por isso, conseguiram adquirir o visto no país de origem. Mas a grande maioria (28.4%) iniciou o seu processo de legalização no primeiro mês depois de ter chegado a Portugal. É de realçar que existe uma grande percentagem (16.6%) de imigrantes cujo processo se iniciou após um ano de terem chegado. Estes dados transmitem a ilegalidade de muitos imigrantes em Portugal que é justificada pela elevada burocracia.

**Quadro 3 - Início do processo de legalização**

Início do processo legalização	Percentagem
Antes de chegar a Portugal	17,3
No primeiro mês depois de ter chegado	28,9
Nos primeiros 6 meses depois de ter chegado	26,9
No primeiro ano depois de ter chegado	10,2
Mais de um ano depois de ter chegado	16,6
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os brasileiros destacam-se como sendo os que apresentam maior percentagem (29.2%) a iniciar o seu processo de legalização tarde (mais de um ano depois de estarem em Portugal). Já a maioria dos ucranianos inicia este processo entre o primeiro e o sexto mês após a sua chegada (51.8%). Os guineenses apresentam a maior percentagem (34.4%) de imigrantes a iniciarem este processo antes de chegarem a Portugal. A maioria, entrou em Portugal com um visto de turista válido por 60, 90 ou 120 dias. Pode-se tirar, então, algumas ilações sobre o processo legal:

- 46.2% dos inquiridos iniciou o processo de legalização no tempo correto, isto é, antes ou ao chegar a Portugal, ou no primeiro mês;
- dos 26,9% dos inquiridos iniciaram a sua legalização nos primeiros 6 meses. Entre este grupo, os que iniciaram este processo mais de 5 meses após a chegada, já estiveram numa situação de ilegalidade (o visto de turista já tinha caducado);
- pelo menos 26,8% dos inquiridos estiveram numa situação de ilegalidade no início do seu processo migratório, pois não trataram da legalização no tempo correto.

Concluindo, muitos imigrantes estiveram ilegais em Portugal, em virtude de não tratarem da sua regularização atempadamente. A agravar esta situação os processos de legalização são demasiado demorados (quadro 4), contribuindo para o aumento das permanências em ilegalidade, podendo provocar graves consequências ao nível da integração profissional e social dos imigrantes.

Assim, a legalização dos imigrantes no país de destino é uma das componentes fundamentais para a inserção desta população. Apesar das autoridades portuguesas levaram a cabo várias regularizações extraordinárias que mobilizam as organizações da sociedade civil e, em particular, as que trabalham junto dos imigrantes, continua a existir um grande número de imigrantes ilegais. Estas regularizações permitiram legalizar dezenas de milhares de imigrantes conferindo-lhes uma

atividade profissional no mercado de trabalho formal, passando a beneficiar de todos os direitos e deveres inerentes a todos os trabalhadores, nomeadamente, a nível da segurança social.

**Quadro 4 - Fim do processo de legalização**

Fim do processo legalização	Percentagem
Antes de chegar a Portugal	11,2
No primeiro mês depois de ter chegado	7,6
Nos primeiros 6 meses depois de ter chegado	35,8
No primeiro ano depois de ter chegado	41,1
Mais de um ano depois de ter chegado	4,3
<b>Total</b>	<b>100</b>

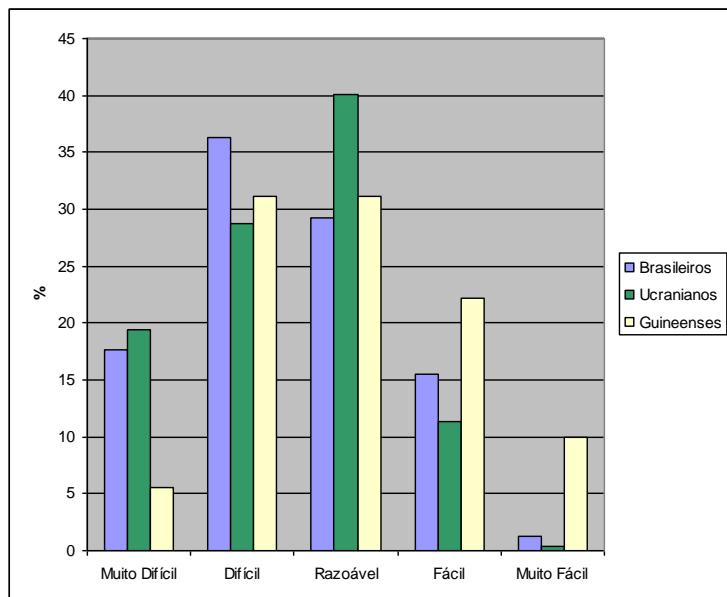
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A grande maioria (41.1%) dos imigrantes terminou o processo de legalização no primeiro ano depois de ter chegado e para alguns (4.3%) a sua finalização foi passado mais de um ano (quadro 4). No processo de legalização há atrasos bastantes significativos por parte dos serviços de legalização dos imigrantes<sup>1</sup>.

Um dado importante é o facto de 63% dos inquiridos que entraram em 2001 conseguirem finalizar o seu processo de legalização nos primeiros seis meses depois de terem chegado, resultado da agilização do processo em virtude da Lei n.º 4/2001. Outro dado importante é o facto da percentagem dos imigrantes que conseguem a legalização antes de chegarem a Portugal ser cada vez maior.

Conhecer a opinião dos imigrantes sobre o processo de legalização em Portugal é extremamente útil. Esta informação é muito importante porque ajuda a agilizar os processos, o que permitiria uma melhor gestão e regulação dos fluxos migratórios e uma maior garantia dos direitos sociais fundamentais.

<sup>1</sup> Por exemplo, dos inquiridos que iniciaram o processo de legalização antes de chegar a Portugal apenas 65% conseguiram finalizá-lo antes de chegar a Portugal, e 10.9% só o conseguiram ao fim de um ano de cá estarem.

**Figura 15 - Classificação do processo de legalização, segundo a nacionalidade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Como ponto de partida urge no processo de regularização uma maior coordenação entre o país de origem e o país de destino. Para 48.6% dos inquiridos o processo de legalização foi difícil ou muito difícil (principalmente para as mulheres - 50.3%) e só 16.8% consideram-no fácil ou muito fácil (figura 15). Genericamente, os guineenses consideram o processo de legalização mais fácil que os brasileiros e ucranianos.

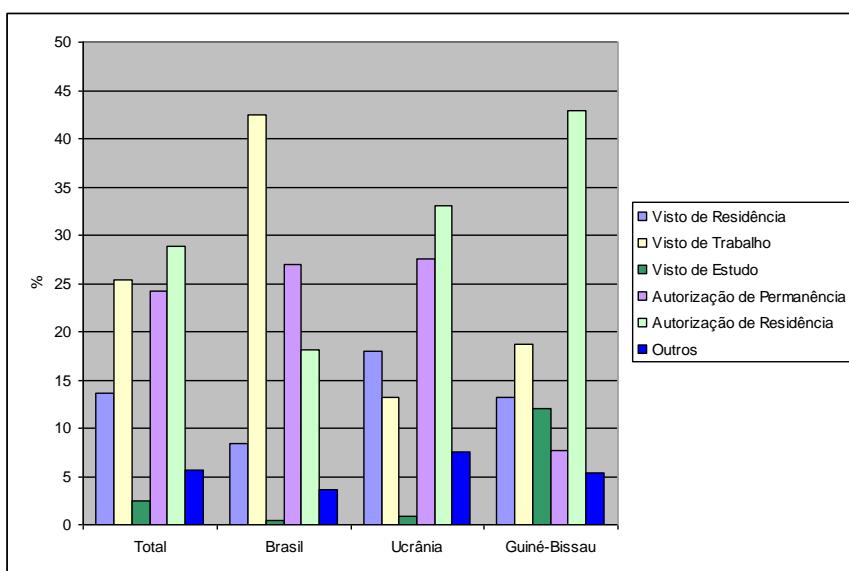
Os imigrantes que acharam difícil ou muito difícil o processo de regularização apontam como principal razão a excessiva burocracia, a dificuldade em arranjar emprego com contrato e a falta de informação. Os que acharam o processo fácil ou muito fácil apontam como principais razões o facto da empresa onde trabalham tratar de todo o processo ou serem os familiares/amigos a fazê-lo.

O desconhecimento da língua só é um problema no processo de legalização para 3% dos inquiridos, sendo eles todos de nacionalidade ucraniana. No entanto, os ucranianos recorrem muito aos vários serviços de apoio aos imigrantes, ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e aos Centros Nacionais e Locais de Apoio aos Imigrantes, que lhes prestam ajuda a vários níveis, nomeadamente ao nível da regularização da sua situação em Portugal.

Para permanecerem num país estrangeiro de forma legal, qualquer cidadão deve ser portador de um documento de viagem válido e reconhecido. Os imigrantes legais em Portugal podem ser portadores de vistos (trabalho, estudo, escala, trânsito, residência, entre outros) e de autorizações de permanência e de residência. Face ao ano de entrada da maioria destes

imigrantes, o Decreto-lei que estava em vigor era o n.º 4/2001. Este Decreto-Lei introduziu alterações nas condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, não prejudicando os regimes especiais previstos em tratados ou convenções internacionais de que Portugal seja parte ou a que adira. Apresenta uma primeira parte onde consagra, desde logo, uma certa flexibilidade no regime de entradas e permanência em território nacional e reagrupamento familiar; na segunda parte do Decreto-Lei encontravam-se medidas que sancionavam situações onde se verificasse ilegalidades.

**Figura 16 - Documentação para permanecer em Portugal, segundo a nacionalidade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Todos os inquiridos aquando da realização do inquérito tinham a sua situação legalizada, mas 28.8% dos inquiridos só possuíam autorização de residência temporária (figura 16). Esta autorização é válida pelo período de dois anos a partir da data da emissão do respetivo título e é renovável por períodos iguais. A maioria dos guineenses e ucranianos possuem este tipo de documento legal. Logo a seguir vêm os imigrantes com visto de trabalho (25.3%) sendo muito representativo nos imigrantes brasileiros (42.5%). O visto de trabalho destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de exercer, temporariamente, uma atividade profissional, subordinada ou não. O Governo, mediante parecer do Instituto do Emprego e Formação Profissional e ouvidas as associações patronais, elabora, anualmente, um relatório do qual consta a previsão anual de oportunidades de trabalho por setores de atividade. Assim, o visto

de trabalho permite ao seu titular exercer a atividade profissional mencionada na lista elaborada pelo Governo. Este visto de trabalho é válido para múltiplas entradas em território português e pode ser concedido para permanências até um ano.

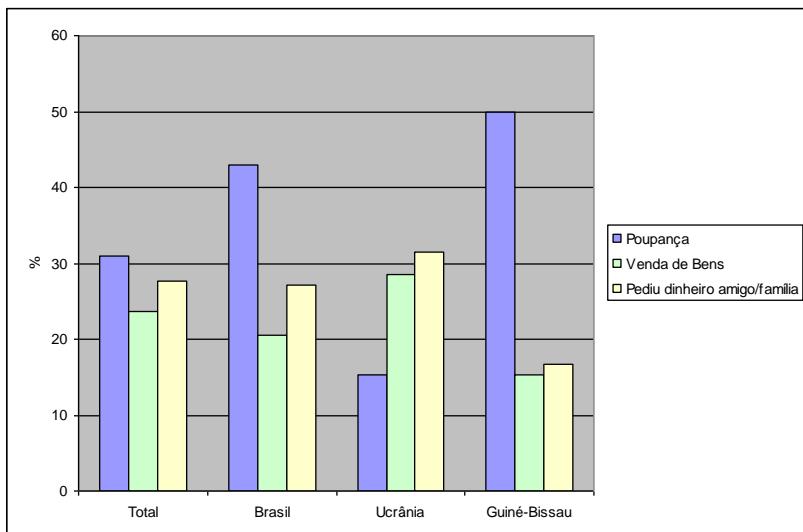
Para 24.2% dos inquiridos o documento válido é a autorização de permanência e para 13.6% o visto de residência. A maioria dos inquiridos é titular de documentos com vínculos menos consolidados em Portugal constituindo, assim, uma população mais flutuante, revelando características de uma imigração temporária, cuja motivação é económica com intenção futura de voltar ao país de origem.

Conhecer o capital financeiro dos imigrantes à entrada em Portugal é muito importante. Imigrantes com uma situação económica mais favorável estão em melhores condições para recusar certos tipos de emprego, recusar situações de ilegalidade e podem ter iniciativas para criarem empresas.

Os imigrantes quando entraram em Portugal, 90.5% traziam dinheiro consigo, no entanto, 39.7% necessitaram de ajuda financeira nos primeiros meses. A maioria dos inquiridos não trouxe dinheiro suficiente, principalmente os ucranianos e guineenses, e não tiveram ajuda aquando da sua chegada a Portugal implicando, como muitos referiram, situações complicadas ao nível da sua sobrevivência (alimentação, habitação, saúde, entre outras).

Uma elevada percentagem dos inquiridos (46.5%) trazia consigo menos de 500 euros ou entre 500 e 1000 euros (28%). Poucos traziam mais de 2500 euros (6.1%). Os imigrantes ucranianos são os que apresentavam uma situação económica mais desfavorável, pois a grande maioria trazia menos de 500 euros (77.8%). Os brasileiros são os que apresentam uma situação económica mais favorável à entrada de Portugal, a maioria (56.4%) trouxe entre 500 a 1500 euros e 12.3% trouxe mais de 2500 euros. Uma grande percentagem de guineenses (44.6%) trouxe entre 500 e 1000 euros, 16.2% entre 1000 e 1500 euros e 8.1% mais de 2500 euros.

A análise do capital financeiro dos imigrantes, por nacionalidade, permite concluir que os imigrantes brasileiros têm a situação financeira mais favorável e os ucranianos a mais desfavorável. Este facto pode estar relacionado com as menores taxa de desemprego dos brasileiros e as maiores dos ucranianos no país de origem, tendo consequências na situação financeira destes imigrantes à chegada de Portugal.

**Figura 17 - Formas de financiamento do processo migratório, segundo a nacionalidade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

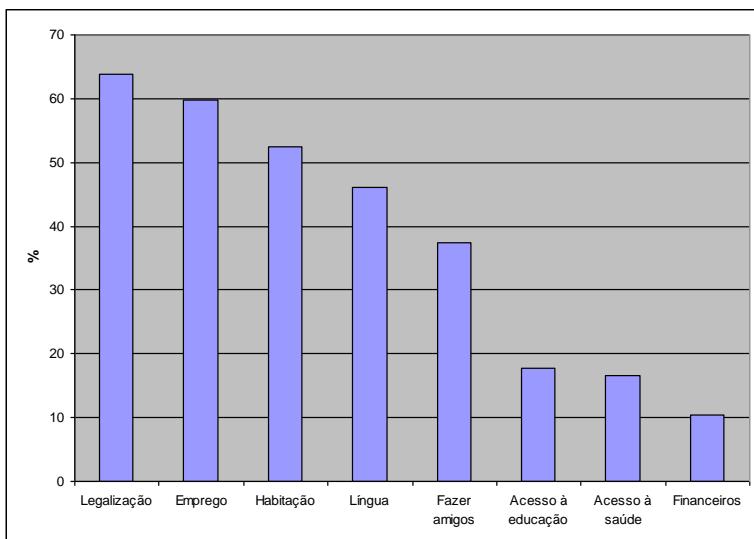
Observando as formas mais representativas de financiamento (figura 17), verifica-se que 30.9% dos imigrantes tinham poupanças, 27.7% pediram meios financeiros aos familiares e aos amigos e 23.6% venderam bens (ferramentas de trabalho, bens imobiliários). Além destas fontes existiram outras formas de financiamento menos representativas, como empréstimos bancários e penhoras de ouro.

Nos guineenses e nos brasileiros a principal forma de financiamento são as poupanças (50% e 42.9%, respectivamente). Já nos ucranianos, o suporte financeiro é realizado pelos familiares e amigos (31.5%), seguindo-se a venda de bens (28.6%).

Os imigrantes, principalmente os ucranianos, apresentam de uma maneira geral uma situação económica de partida desfavorável, com pouco capital financeiro. Esta situação precária à chegada cria uma maior suscetibilidade que favorece uma integração profissional menos satisfatória e, consequentemente, uma integração social mais difícil.

### 2.3.2 - Principais problemas e formas de ajuda

Conhecer os problemas dos imigrantes que recentemente fixaram residência em Portugal permite identificar os fatores de maior sensibilidade à integração social. Assim, procurou-se averiguar quais foram as maiores dificuldades dos imigrantes nos primeiros meses de permanência em Portugal e quais as formas encontradas para as colmatar.

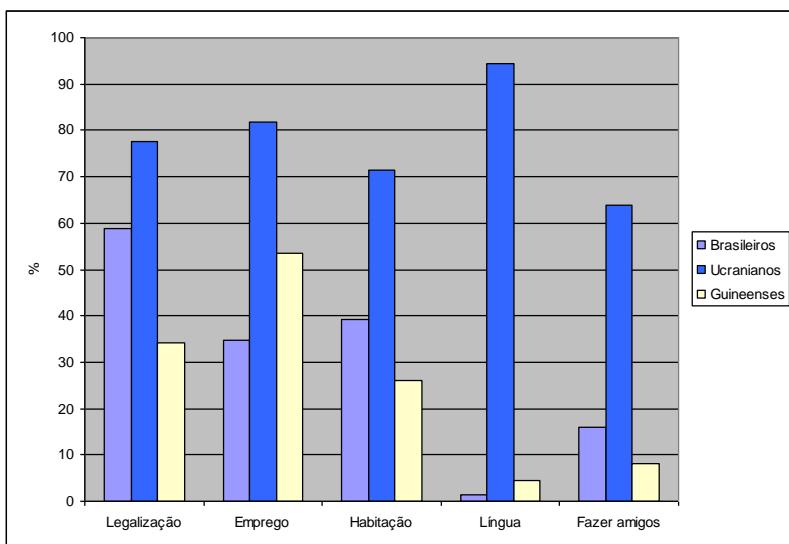
**Figura 18 - Problemas encontrados no momento da chegada**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

As maiores dificuldades estão relacionadas com o processo de legalização (63.9%), a acessibilidade ao emprego (59.7%), à habitação (52.4%) e a língua (46%). Ou seja, mais de metade dos imigrantes confrontam-se no seu processo inicial de integração social com condicionalismos determinantes para a sua sobrevivência e com problemas decorrentes de necessidades básicas (figura 18). Num segundo patamar, aparecem as dificuldades inerentes ao estabelecimento de redes de sociabilidade (37.4%). O acesso à saúde e à educação, na está garantido para quase 20% dos imigrantes. Os problemas de ordem financeira, a adaptação à cultura portuguesa ou a perda de documentação foram outros problemas apontados.

Cruzando os problemas no momento da chegada com a nacionalidade e o género dos imigrantes, verifica-se que todos os problemas, anteriormente, referidos se agudizam na nacionalidade ucraniana e no género feminino (figura 19 e 20).

**Figura 19 - Problemas encontrados no momento da chegada, segundo a nacionalidade**

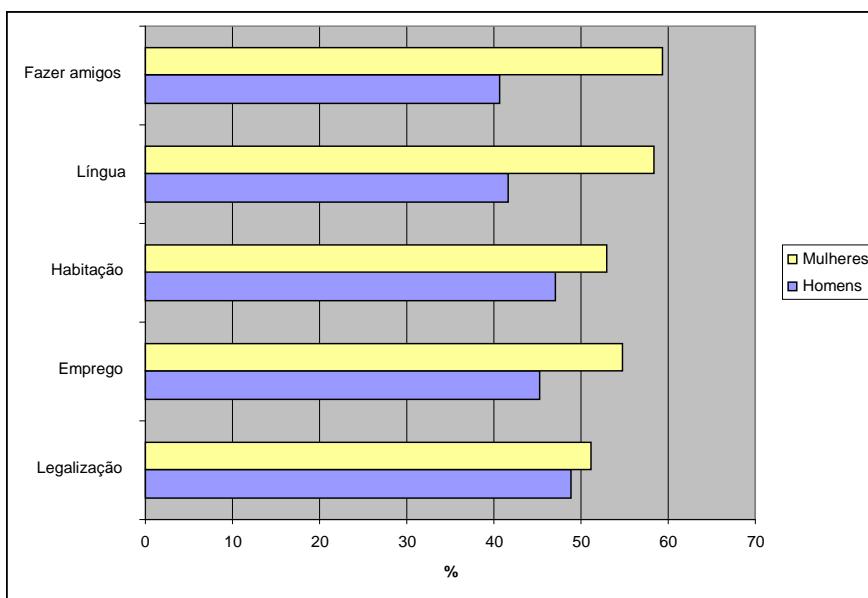
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

O desconhecimento da língua portuguesa deixa os imigrantes ucranianos numa situação muito vulnerável, pois as funções básicas diárias tornam-se muito mais complicadas. Expressam níveis de dificuldades muito altos relativamente às outras nacionalidades em todas as itens analisados.

Os brasileiros têm sobretudo dificuldades no processo de legalização em Portugal (58.7%), segundo eles extremamente burocrático, excessivo na documentação necessária e recorrente em más práticas (falta sempre algum documento para finalizar o processo). Muitos referiram que desistiram da legalização porque “era tempo perdido”. A habitação é um problema (39.2%), principalmente porque as rendas são caras, optando muitas vezes pela co-habitação.

Na comunidade guineense os problemas parecem ter menos impacto, havendo sobretudo problemas no acesso ao emprego (53.4%) e no processo de legalização. Estes imigrantes possuem redes familiares e de amizade muito fortes em Portugal, que lhes permite colmatar os problemas no processo migratório, funcionando como âncoras de apoio.

**Figura 20 - Problemas encontrados no momento da chegada, segundo o género**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

Fazendo uma análise por género (figura 20) verifica-se que os problemas intensificam-se nas mulheres a todos os níveis. A criação de laços de amizade (59.4%) e as dificuldades linguísticas (58.3%) são os maiores problemas.

Como se viu anteriormente, a legalização, o acesso ao emprego, a habitação e as dificuldades linguísticas são os grandes problemas dos imigrantes em Portugal, assim:

- a legalização dos imigrantes, em Portugal, é um problema que urge resolver. As dificuldades inerentes a este processo contribuem para o aumento da ilegalidade dos imigrantes e todas as consequências negativas que daí advêm. A entrada massiva de novos imigrantes, em Portugal, não é suficientemente acompanhada pelas devidas estruturas de apoio. Assim, muitos inquiridos referem que têm falta de informação, dificuldades de acesso à informação, muita burocratização e grandes perdas de tempo (aqui a língua também é um entrave para os ucranianos);
- também são marcantes as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, no entanto, muitos imigrantes não têm dificuldade em arranjar trabalho, mas em conseguir um contrato que lhes permitia a legalização<sup>5</sup>. Apesar da criação de

<sup>5</sup> Para colmatar a crescente ilegalidade dos imigrantes em Portugal, o Estado Português tem criado nova legislação de regularização, por exemplo: Projeto de regularização em 1992-1993 (39 mil imigrantes), sobretudo dos PALOP e Brasil; Programa de regularização em 1996 (35 mil imigrantes), sobretudo dos PALOP; Programa de regularização em 2001 (183 mil imigrantes com emprego) dos

campanhas de regularização dos imigrantes estas não têm sido suficientes para diminuir a ilegalidade. É necessário fortes parcerias, entre os países de origem e os países de destino, no sentido de uma melhor regularização dos fluxos migratórios, em função das necessidades do mercado de trabalho e reconhecimento dos níveis de escolaridade e categorias profissionais. Também é fundamental fazer um trabalho de “proximidade” com os imigrantes, ou seja, trabalhar no terreno para se conseguir um maior contato com a realidade e uma melhor difusão da informação;

- a habitação é um problema para os imigrantes, pois é cara, por vezes degradada ou muito longe do local de trabalho. Muitos recorrem à co-habitação para a divisão de despesas, ao sistema de “cama quente”, garagens, anexos ou mesmo contentores sem o mínimo de condições dignas<sup>6</sup>;
- o conhecimento da língua do país de destino é fundamental para que o percurso migratório seja bem sucedido. As melhores competências linguísticas vão permitir melhores empregos, com melhores salários e vão favorecer as relações de amizade. Os imigrantes com melhores conhecimentos da língua têm mais dificuldades na integração profissional e social. Neste sentido estes imigrantes necessitam de fazer um esforço suplementar para se integrarem e aprenderem a língua do país de destino, neste caso o português.

A maioria dos imigrantes ucranianos quando chegou a Portugal não compreendia, não lia nem escrevia português. Os guineenses apresentavam níveis de compreensão, leitura e escrita da língua portuguesa inferiores aos brasileiros. Apesar da língua oficial da Guiné-Bissau ser o Português, a população fala o crioulo, daí existirem algumas dificuldades linguísticas. A maioria dos brasileiros afirmou que compreendia, lia e escrevia muito bem português.

---

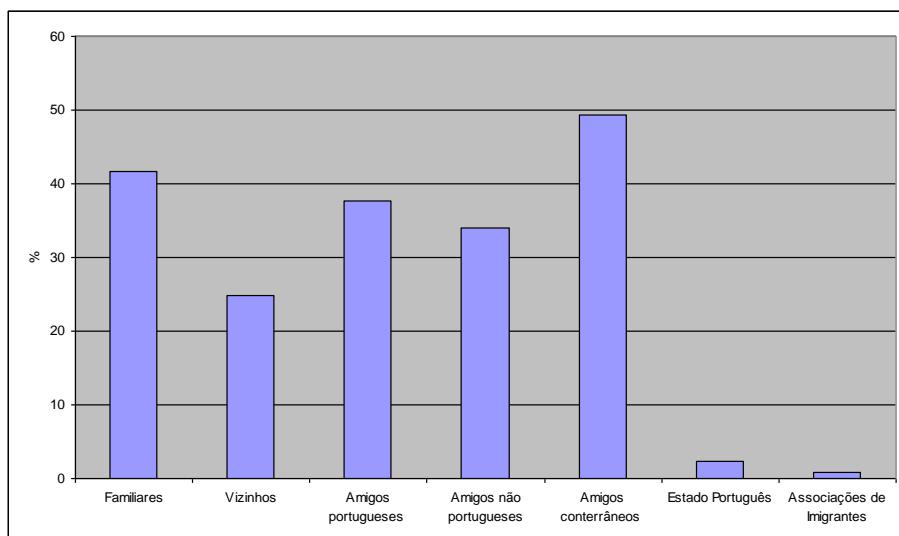
quais 60% eram da Europa de Leste; Acordo Bilateral com o Brasil em 2003; Nova Lei da Nacionalidade 2006; Nova Lei da Imigração em 2007 (promovendo vistos de residência facilitando o acesso ao mercado de trabalho (SEF, 2007).

<sup>6</sup> O relatório do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia refere no estudo "Reunificação Familiar e Imigração em Portugal", coordenado por Lucinda Fonseca, que habitações de fraca qualidade e a sobrepopulação são as principais características dos lares dos imigrantes. De acordo com Behr (2008), presidente da Casa do Brasil, os custos muito altos das casas, a dificuldade de acesso ao crédito bancário, a exigência de fiadores portugueses e do dobro do valor das cauções relativamente aos nacionais estão a empurrar os imigrantes para um mercado informal de arrendamento onde as casas são mais caras. Recorrer a este mercado é para muitos imigrantes a única hipótese de aceder a um alojamento. Ter casa significa a possibilidade de aceder a um contrato de trabalho e em última análise à legalização da permanência em Portugal. Para o representante da comunidade brasileira em Portugal, a estas dificuldades juntam-se ainda as questões da nacionalidade, da cor da pele e do género e no caso concreto das mulheres brasileiras, o facto de serem associadas à prostituição.

Com o passar do tempo, os imigrantes começaram a aprender a Língua portuguesa com os amigos, família e mesmo tirando cursos. Alguns inquiridos frequentaram aulas de Português (22.7%) que tomaram conhecimento, principalmente, através dos amigos, família e vizinhos. Estas aulas são promovidas por algumas entidades, nomeadamente associações de imigrantes, empresas onde trabalham e várias escolas dos diferentes concelhos onde residem. Mas a sobrecarga de trabalho e de preocupações a que os inquiridos estão sujeitos, desmotivam alguns imigrantes a procurar os meios que, a médio prazo, lhes possam diminuir as dificuldades linguísticas. No entanto, aquando da realização do inquérito, a maioria dos inqueridos já comprehendia, lia e escrevia razoavelmente ou mesmo bem português. É de salientar o caso dos ucranianos, cuja maioria já domina, razoavelmente a língua portuguesa, havendo uma percentagem insignificante que não domina nada (0.5%). Os imigrantes que frequentam as aulas referiram que são úteis/muito úteis, pois aprendem a ler e a escrever, o que lhes permite melhorias ao nível do emprego e no relacionamento interpessoal.

Para a grande maioria dos imigrantes que se depara com vários problemas à chegada de Portugal precisa de apoio e ajuda para a sua resolução (figura 21).

**Figura 21 - Fontes de ajuda nos primeiros meses**



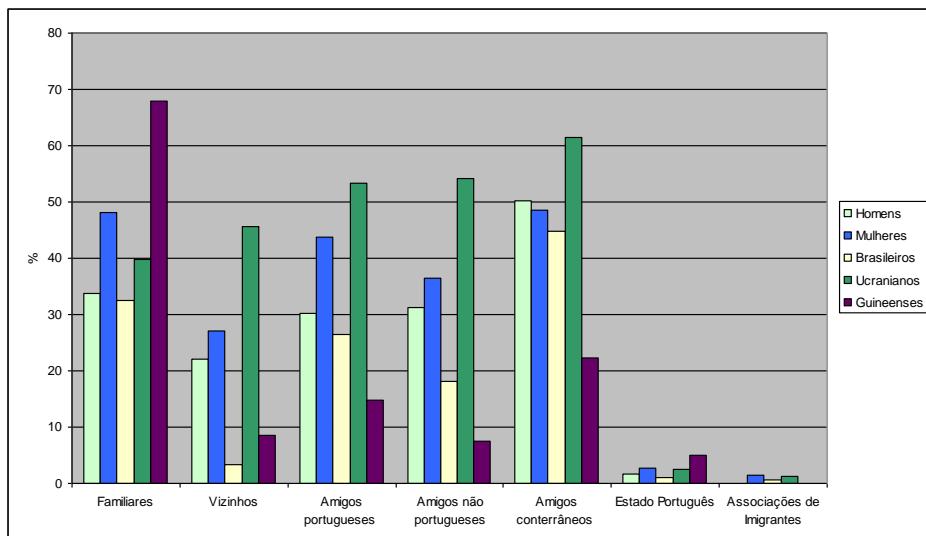
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

O apoio é prestado, na sua maioria, pelos amigos conterrâneos (49.3%) e pela família (41.6%). Mas também é dada pelos amigos portugueses (37.7%) e pelos vizinhos (24%). Com valores pouco significativos aparece a ajuda prestada pelo Estado Português (2.3%) e pelas

associações de apoio aos imigrantes (0.8%). Como refere Woolcock (2004), uma rede de segurança permite aos imigrantes estarem numa posição menos vulnerável à pobreza e à resolução de conflitos e facilita a resposta a novas oportunidades.

**Figura 22 - Fontes de ajuda nos primeiros meses, segundo o género e a nacionalidade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

Os ucranianos destacam-se como sendo aqueles que recorrem às várias fontes de apoio e ajuda, com elevada percentagem de respostas em todas elas (figura 22). Estes resultados justificam-se pelas piores condições económicas e linguísticas que estes imigrantes apresentavam quando vieram para Portugal. Os brasileiros evidenciam-se como sendo os que recorrem menos à ajuda da família, vizinhos, instituições do Estado Português e associações de apoio aos imigrantes, devido às suas melhores condições financeiras e à maior facilidade de encontrarem emprego.

Depois desta análise, pode-se concluir que as relações de amizade e de parentesco (capital social) continuam a serem os principais suportes para a integração dos imigrantes. Formam uma rede social em que todos os intervenientes tendem a propor e encontrar soluções para os problemas sentidos pelos imigrantes no país de destino. Pode-se verificar pelas respostas que as redes de amizade e familiares têm uma importância fulcral, desde a tomada de decisão para migrar até todo o apoio que dão já no país de destino, ou seja, estão sempre presentes em todo o processo migratório. Estas redes são fonte de motivação para a emigração e, muitas vezes, emprestam dinheiro para a sua concretização. Já no país de destino dão apoio ao nível da

habitação, ao acesso ao emprego, na resolução de assuntos burocráticos, na aprendizagem da nova língua, entre outros. As redes familiares e de amizade apoiam o projeto migratório na origem e no destino.

### Síntese

- Foi no ano 2001 que entrou maior percentagem dos inquiridos em Portugal.
- A maioria dos inquiridos iniciou o seu processo de legalização nos primeiros 6 meses depois de ter chegado a Portugal.
- O processo de legalização foi demorado, pois a grande maioria dos imigrantes terminou-o no primeiro ano depois de ter chegado e alguns a sua finalização ocorreu um ano após a sua entrada em Portugal.
- A maioria dos inquiridos é titular de documentos com vínculos menos consolidados em Portugal constituindo assim, uma população mais flutuante, revelando características de uma imigração temporária.
- A maior dificuldade dos inquiridos foi a legalização, posteriormente o acesso ao emprego, à habitação e a língua. Ou seja, trata-se de condicionalismos que, mais diretamente, contribuem para a sobrevivência e respondem às necessidades básicas.
- São as redes de amizade e familiares que sustentam o projeto migratório na origem e no destino. Estas redes são fontes de motivação para a emigração e, muitas vezes, emprestam dinheiro para a sua concretização. Já no país de destino dão apoio ao nível da habitação, ao acesso ao emprego, na resolução de assuntos burocráticos, na aprendizagem da nova língua, entre outros.

## 2.4 - O capital humano e o capital social no processo migratório

### 2.4.1 - Reconhecimento das habilitações literárias e cursos de formação

Cada vez mais é importante conhecer as competências, os conhecimentos e a experiência profissional que os imigrantes adquirem ao longo da sua vida, ou seja, é necessário conhecer o seu capital humano. No entanto, a rentabilização do capital humano é condicionada por vários fatores, nomeadamente: tipo de emprego, género, capacidades linguísticas, tempo de permanência no país de destino, níveis de escolaridade, políticas do mercado de trabalho, leis da imigração, percepção que os empregadores têm dos imigrantes, tipo de projeto, entre outros<sup>1</sup> (Csedo, 2008; Hudson, 2007, Sanders, 2001; Minns, 2000; Bóston, 1990, Chiswick, 1979; Kruse, 1977, entre outros).

Com o intuito de conhecer o capital humano destes imigrantes, foram analisadas algumas variáveis, nomeadamente o nível de escolaridade que possuíam à entrada em Portugal. Já em Portugal, analisou-se a formação profissional e a formação em língua portuguesa que frequentaram, o pedido de reconhecimento das suas habilitações e a experiência laboral desenvolvida.

**Quadro 5 - Pedido do reconhecimento das habilitações literárias, segundo a nacionalidade**

Naturalidade	Sim	Não	Total
Brasil	18,1%	81,9%	100%
Ucrânia	4,7%	95,3%	100%
Guiné-Bissau	27,8%	72,2%	100%
Total	13,4%	86,6%	100%

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Começando pelo reconhecimento das habilitações literárias realizadas no país de origem apenas 13.4% dos inquiridos pediram reconhecimento (quadro 5). Os guineenses são que apresentam a maior percentagem de pedidos de reconhecimento (27.8%), seguidos pelos brasileiros (18.1%). Quase a totalidade dos inquiridos ucranianos (95.3%) não pediu reconhecimento das suas habilitações. A maioria dos que não pediu refere o facto de não ter

<sup>1</sup> Quando o imigrante tem como objetivo ficar definitivamente no país de destino tem tendência a melhorar as suas competências recorrendo a cursos, pedindo reconhecimento das suas habilitações profissionais e académicas.

necessidade (65.9%), desconhecer como se faz esse processo (11.3%) ou ser muito moroso (6.5%) e ainda porque não tem toda a documentação necessária (5.3%).

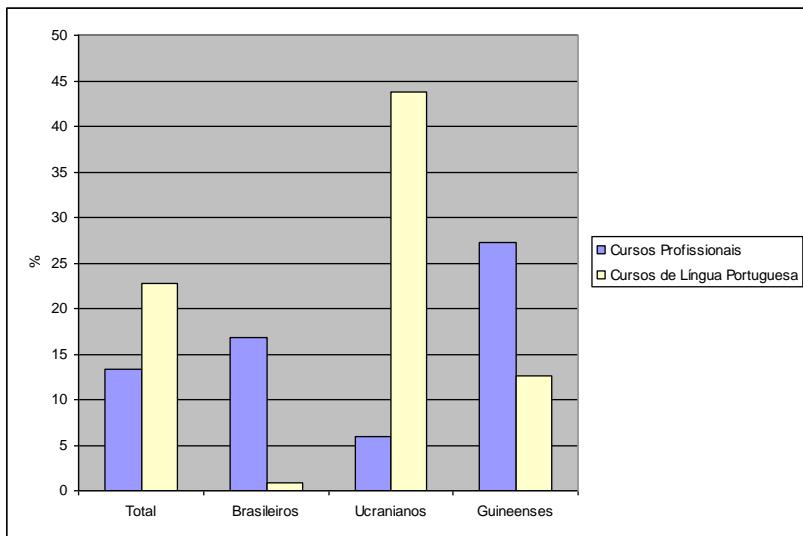
Relativamente aos que pediram o reconhecimento das suas habilitações literárias verificam-se informações importantes: são os mais qualificados que pedem com mais frequência o reconhecimento e sobretudo o género feminino (as mulheres também possuem níveis de escolaridade mais elevados). Além disso, os imigrantes que querem ficar para sempre em Portugal são os que apresentam maior percentagem de pedidos do reconhecimento<sup>8</sup>.

O não reconhecimento das habilitações profissionais e académicas é um fator limitativo para os imigrantes acederem a grupos profissionais mais qualificados e terem uma mobilidade profissional ascendente, diminuindo assim a integração profissional destes trabalhadores.

As competências adquiridas, em Portugal, são avaliadas também em função da frequência de cursos de formação profissional e de língua portuguesa. A maioria dos imigrantes (90.8%) manifesta interesse em frequentá-los. São os guineenses (96.4%) que apresentam maior predisposição para a sua frequência, seguidos pelos brasileiros (95.5%) e, posteriormente, os ucranianos (85.9%). Apesar de existir uma grande predisposição para a frequência de cursos de formação profissional e de língua portuguesa, a sua frequência não é muito significativa. Pela análise das respostas, verifica-se que 86.7% dos inquiridos não frequentou nenhum curso profissional e 77.3% não frequentou nenhum curso de língua portuguesa (figura 23).

---

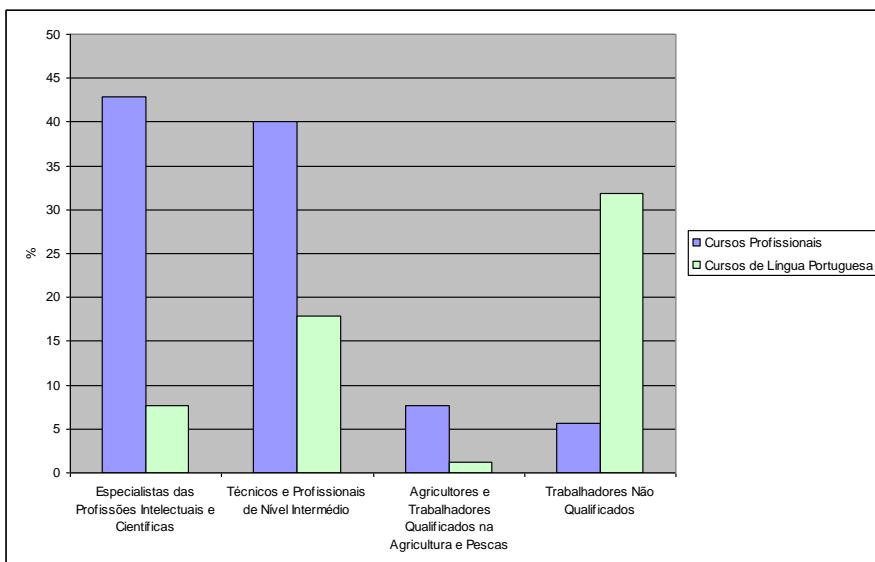
<sup>8</sup> Dos imigrantes que pediram o reconhecimento das habilitações, verifica-se que 42.5% conseguiu o seu reconhecimento e uma grande percentagem, 37%, não conseguiu e 20.5% ainda tinha esse processo em curso. Mais de metade dos guineenses que pediram reconhecimento das suas habilitações conseguiram esse reconhecimento, assim como os brasileiros. Em relação aos ucranianos apenas 25% dos imigrantes que pediram o reconhecimento o conseguiram. Estes inquiridos referiram que este processo é muito burocrático e demorado, faltando sempre alguma informação ou documentação.

**Figura 23 - Cursos frequentados, segundo a nacionalidade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Relativamente à participação em cursos profissionais, são os guineenses que apresentam maior percentagem a frequentá-los (27.3%), seguidos pelos brasileiros (16.8%) e ucranianos (5.9%). A fraca participação dos ucranianos em cursos profissionais está relacionada com as suas dificuldades linguísticas. Os ucranianos (43.8%) frequentam sobretudo cursos de língua portuguesa. A participação dos brasileiros nestes cursos é muito baixa (0.9%), uma vez que a maioria referiu que domina muito bem a língua portuguesa.

Existe uma relação forte entre a profissão exercida em Portugal e a frequência de cursos profissionais e de língua portuguesa.

**Figura 24 - Cursos frequentados, segundo os grupos profissionais**

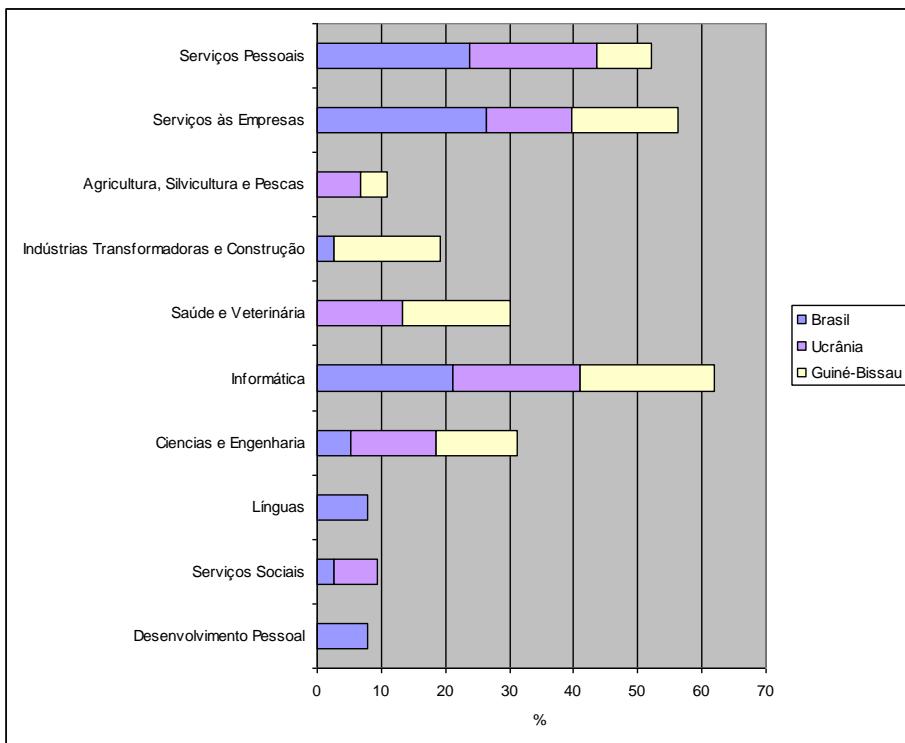
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

À medida que diminui o grau de especialização profissional verifica-se que desce a frequência nos cursos profissionais (figura 24). Por exemplo, enquanto 42.9% dos especialistas das profissões intelectuais e científicas participam nesses cursos profissionais, somente 5.7% dos trabalhadores não qualificados o fazem. Muitos autores têm constatado esta situação em diferentes estudos de caso, apontando como explicação o facto de um trabalhador mal remunerado não possuir motivação para investir no seu capital humano apesar dos benefícios que isso lhe possa trazer.

Quando questionados sobre os motivos que os leva a não frequentarem os cursos profissionais, verifica-se que: a maioria (61.5%) não dispõe de tempo em virtude de trabalhar muitas horas; 29.2% não tem informação sobre a oferta de cursos; uma minoria refere o não reconhecimento das habilitações literárias (2.7%) e as dificuldades linguísticas (2.7%). Não existem diferenças significativas quando é feita a análise por nacionalidade, no entanto, verifica-se que a falta de informação impede 40% dos ucranianos de frequentar estes cursos. Os trabalhadores mais qualificados referem a falta de tempo como entrave à frequência dos cursos e os trabalhadores menos qualificados a falta de informação.

No que se refere ao número de cursos frequentados verifica-se que a maioria (65.4%) frequentou apenas 1 curso e 27% 2 cursos. Os cursos são nas áreas da informática (20.8%), dos serviços às empresas (20.8%) e dos serviços pessoais (18.2%). Um pequeno número de imigrantes frequentaram cursos nas áreas da agricultura, silvicultura e pescas (2.6%) e dos serviços sociais (2.6%).

As mulheres frequentam, principalmente, as áreas de formação de serviços pessoais (33.3%), informática (17.9%) e serviços às empresas (17.9%) e os homens, principalmente, informática (23.7%), serviços às empresas (23.7%) e ciências e engenharia (15.8%). Estes dados apontam para a frequência de cursos em função do emprego que os imigrantes têm em Portugal, com o intuito de adquirem competências para uma posterior mobilidade sócio-espacial.

**Figura 25 - Áreas de formação, segundo a nacionalidade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nas áreas de formação frequentadas por nacionalidade (figura 25), verifica-se algumas tendências, assim:

- São os brasileiros que frequentam a maior variedade de cursos, salientando-se as áreas dos serviços às empresas, serviços pessoais, informática, línguas e desenvolvimento pessoal;
- Os ucranianos frequentam as áreas da informática, ciências e engenharia, saúde e veterinária e serviços às empresas. É de salientar que apresentam a maior percentagem a frequentarem a área da agricultura, silvicultura e pesca;
- Os guineenses frequentam sobretudo a área da informática, mas destacam-se também nas áreas da indústria transformadora e da construção civil, saúde e veterinária.

Assiste-se, em todas as nacionalidades, a uma maior frequência de cursos na área da informática. No entanto, independentemente da nacionalidade os imigrantes normalmente frequentam cursos em função do emprego que possuem em Portugal ou que possuíam no país de origem.

A maior percentagem destes cursos profissionais é tirada numa Instituição do Estado Português (47.8%), principalmente, em escolas, logo seguido em empresas de formação profissional (19.2%) e no próprio local de trabalho (10.3%). Várias são as instituições que proporcionam aos imigrantes uma oferta razoável, nomeadamente: Universidade Lusófona, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Escola de Hotelaria do Porto, Fundação Calouste Gulbenkian, Escola Profissional do Comércio do Porto, Cruz Vermelha, entre outras. Os cursos de língua portuguesa são tirados, na sua maioria (54.2%), em Instituições do Estado Português, em Associações de Apoio a Imigrantes (23.9%) e no local de trabalho (14.2%).

Normalmente os imigrantes tomam conhecimento destes cursos profissionais pela família e amigos (43.7%), pelos meios de comunicação social (20.5%), por uma Instituição do Estado Português (15.1%) ou pelas Associações de Apoio a Imigrantes (4.1%). No que se refere aos cursos de língua portuguesa, tomaram conhecimento, pela família e amigos (59.6%) e pelos vizinhos (21.4%) ou Associações de Apoio a Imigrantes (8.1%). Mais uma vez, estes dados demonstram a importância das redes sociais (família, amigos, vizinhos) na transmissão de informação aos imigrantes.

No que se refere à utilidade dos cursos profissionais frequentados, foi considerada muito útil (52.8%) e útil (31.9%). Não existem diferenças significativas, por nacionalidade, a não ser o facto dos brasileiros serem a única comunidade a classificar estes cursos como pouco úteis ou inúteis (18.5%).

Como fatores justificativos da utilidade destes cursos apontam, principalmente, a melhoria das competências profissionais, a melhor integração social e o facto de fazerem amigos. Para justificar a inutilidade destes cursos referem a perda de tempo e as fracas repercussões das competências aprendidas no desempenho profissional. Os cursos de língua portuguesa são classificados de úteis (56.2%) e muito úteis (25.8%), pois desenvolvem as competências de leitura e de escrita em português, o que permite uma maior integração profissional e social dos imigrantes.

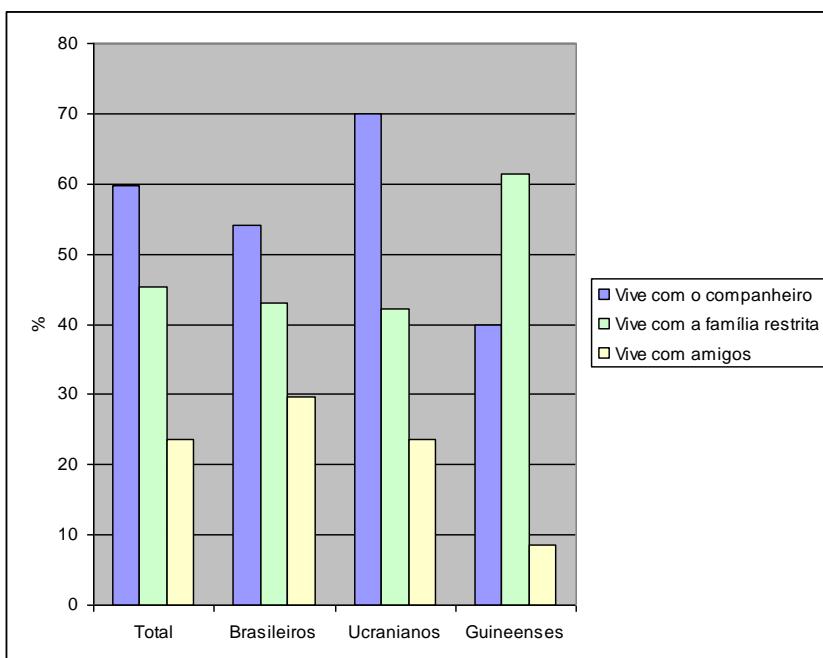
#### **2.4.2 - Redes familiares e de amizade**

As redes sociais onde estão inseridos os imigrantes são fundamentais para a sua integração profissional e social. Estas redes desempenham um papel importante, principalmente, no início do percurso migratório. Neste sentido é pertinente conhecer se os imigrantes vivem sozinhos ou não, que laços de amizade fizeram desde que chegaram a Portugal e se participam em algum grupo da comunidade de origem.

Como se viu, anteriormente, a maioria dos imigrantes é casada e tem filhos. Para alguns imigrantes, Portugal é o país de residência para toda a família, mas para outros não. A grande maioria dos imigrantes vive acompanhada (80.2%). O grupo dos brasileiros é o que apresenta maior percentagem de inquiridos a viver sozinhos (23.9%).

O facto da maioria dos imigrantes viver acompanhada não significa que viva com a sua família restrita (figura 26).

**Figura 26 - Imigrantes que vivem acompanhados**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

A maioria dos imigrantes vive com o companheiro. No entanto, para um grande número de imigrantes além de viver com o companheiro, vive com os filhos e/ou amigos. Os brasileiros e os ucranianos apresentam perfis relativamente semelhantes, pois mais de 50% vivem com o companheiro e cerca de 23.5% e 29.7% vivem com a família restrita, respetivamente. As redes de amizade em Portugal são constituídas, na maioria das vezes, pelas amizades que os imigrantes estabelecem, principalmente, no local de trabalho e nas associações de apoio aos imigrantes.

**Quadro 6 - Relações de amizade no trabalho**

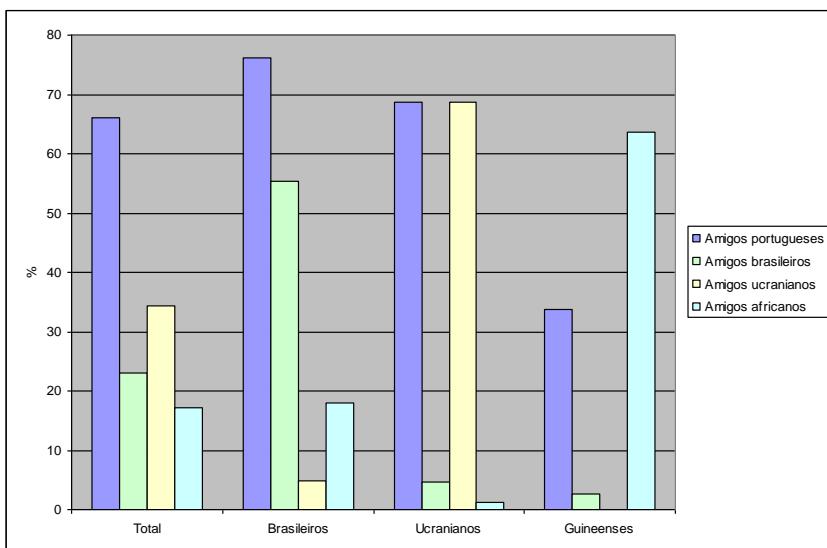
Naturalidade	Portugueses	Da sua comunidade de origem	Portugueses e da comunidade de origem	Outra origem	Total
Brasil	63,7%	25,7%	8,8%	1,8%	100%
Ucrânia	73,0%	5,2%	21,5%	0,4%	100%
Guiné-Bissau	77,9%	17,4%	1,2%	3,5%	100%
<b>Total</b>	<b>70,1%</b>	<b>14,9%</b>	<b>13,6%</b>	<b>1,4%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Observam-se diferenças estatisticamente significativas entre a nacionalidade dos inquiridos e a naturalidade das pessoas com quem convivem maioritariamente no trabalho (quadro 6). Os imigrantes socializam no trabalho sobretudo com portugueses e com trabalhadores do país de origem (entre 63,7% e 77,9%). Estes dados salientam um grande relacionamento dos imigrantes com os portugueses, o que favorece a integração profissional e, principalmente, social dos imigrantes.

É importante verificar que, quando questionados sobre o relacionamento no trabalho com outras comunidades, os ucranianos revelam que convivem, principalmente, com imigrantes da Europa de Leste, os guineenses com imigrantes oriundos de países africanos e os brasileiros com europeus. Estas redes sociais baseiam-se, sobretudo, em proximidades culturais que motivam e reforçam as relações de amizade.

Em termos de redes sociais fora do local de trabalho verifica-se que a maioria convive com a comunidade de origem, seguida pelos portugueses. No entanto, é de salientar que são os ucranianos que apresentam a menor percentagem de convívios com portugueses, facto justificado pelas dificuldades linguísticas que limitam este relacionamento, favorecendo os laços com os conterrâneos.

**Figura 27 - Amigos feitos em Portugal, segundo a nacionalidade**

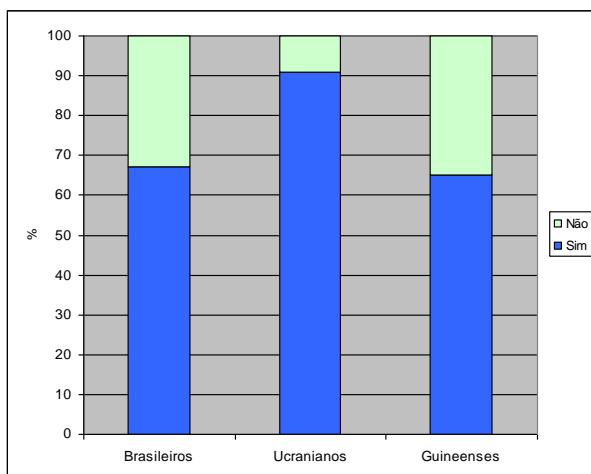
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

Os relacionamentos fora do trabalho mostram os mesmos perfis (figura 27). Os guineenses apresentam um perfil de amizades diferente, pois relacionam-se sobretudo com africanos, alguns portugueses e muito poucos brasileiros e nenhum ucraniano. Tendencialmente, este grupo de imigrantes é o que está mais enraizado e fechado na sua comunidade de origem.

É de salientar que 92.2% dos inquiridos estão satisfeitos com os novos amigos que fizeram em Portugal, sendo o maior grau de satisfação nos ucranianos, seguido pelos guineenses.

No que se refere ao estabelecimento de laços de vizinhança, a maioria tem relacionamentos (68.6%), enquanto 16.8% dos imigrantes não desenvolve nenhuns e 14.6% fazem muitos. Em termos globais, os guineenses fazem muitos laços de amizade, os ucranianos alguns e os brasileiros muito poucos.

**Figura 28 - Satisfação com os laços de vizinhança, segundo a nacionalidade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os imigrantes demonstram um elevado grau de satisfação com os laços de vizinhança estabelecidos em Portugal (77.9%), figura 28. Os ucranianos são os mais satisfeitos (90.9%), seguidos pelos brasileiros (67.1%) e, por último, os guineenses (65.2%).

Pela análise dos dados anteriores, pode-se verificar que estes imigrantes estabelecem redes de amizade em Portugal e estão satisfeitos com esses relacionamentos. Não se verifica em nenhuma das comunidades enclaves étnicos constituídos apenas por conterrâneos. Esta abertura a novas relações de amizade, nas diferentes nacionalidades, facilita a integração em Portugal e permite níveis maiores de satisfação. No entanto, verifica-se que os guineenses têm relações de amizade mais vincadas com conterrâneos ou imigrantes do continente africano, havendo assim uma menor predisposição para travar amizades com portugueses e, principalmente, com outras nacionalidades.

Alguns autores (Carleial, 2004; Portes, 2000, por exemplo), alertam para o facto da inclusão em redes laborais e de amizade com a comunidade de origem poder constituir um obstáculo à integração profissional e sociocultural dos imigrantes. Para outros autores (Haug, 2008; Mitra, 2008; Massey, 2004, por exemplo), estas redes têm um papel preponderante na prestação de ajuda a todo o processo migratório, uma vez que oferecem informação e apoio ao nível do emprego, da habitação, entre outros. Assim, a participação dos imigrantes em grupos da sua comunidade de origem é para muitos imigrantes um fator muito importante no seu percurso migratório.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permite aos imigrantes manter as relações familiares e de amizade que possuem no país de origem, mesmo estando a milhares de quilómetros de distância. Assim, os contactos dos inquiridos com o país de origem são muito importantes, por isso, 97.6% dos imigrantes mantêm esses contactos. Além dos contactos que os imigrantes fazem com o país de origem também no país de destino tendem a criar relações de amizade com conterrâneos.

**Quadro 7 - Participação em grupos da comunidade de origem, segundo a nacionalidade**

Naturalidade	Sim	Não	Total
Brasil	36,3%	63,7%	100%
Ucrânia	30,8%	69,2%	100%
Guiné-Bissau	47,2%	52,8%	100%
Total	35,4%	64,6%	100%

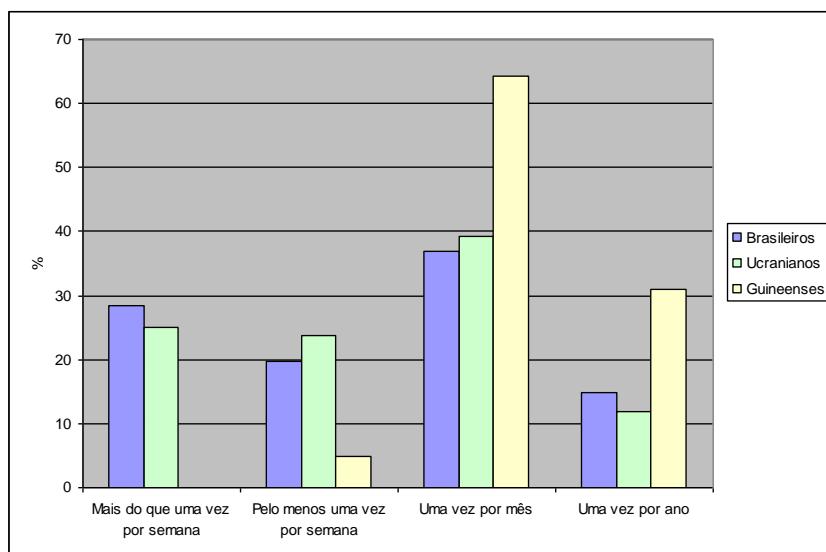
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Apesar da importância dada à participação em grupos da comunidade de origem, constata-se que a maioria (64.6%) não participa em nenhum grupo da comunidade de origem (quadro 7). São os guineenses que apresentam a maior taxa de participação, atingindo o valor de 47.2%, seguidos dos brasileiros, com 36.3% e ucranianos com 30.8%.

Esta participação, na sua maioria (83.2%), é feita em Associações de Apoio aos Imigrantes, na Igreja (9.3%) ou em casa de amigos (7.5%). Quanto aos ucranianos e guineenses, a participação é realizada em Associações de Apoio. A Igreja é o principal local de participação para os imigrantes brasileiros (22.6%).

Relativamente ao número de vezes que participam em média nas atividades da sua comunidade de origem, verifica-se que 43.5% participam uma vez por mês, logo seguida por mais do que uma vez por mês (21.3%). No entanto, existe uma percentagem muito significativa, cerca de 17% dos imigrantes, que apenas participa uma vez por ano.

**Figura 29 - Frequência na participação em grupos da comunidade de origem, segundo a nacionalidade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Como se verificou, anteriormente, são os guineenses que apresentam a maior taxa de participação em grupos da comunidade de origem, no entanto, quando analisada a frequência da sua participação, verifica-se que é muito menos assídua que a dos brasileiros e ucranianos (figura 29). Genericamente, os guineenses participam em atividades uma vez por mês (64.3%) e os ucranianos e brasileiros participam sobretudo mais do que uma vez por semana (48.8% e 48.2%, respetivamente).

A participação dos inquiridos em grupos da comunidade de origem é feita, principalmente, nas Associações de Apoio aos Imigrantes que desenvolvem uma série de atividades. As atividades desenvolvidas pelas associações são muito variadas (a comemoração de dias festivos do país de origem e de Portugal, a realização de atividades religiosas, o apoio alimentar ou de vestuário, a realização de cursos de língua portuguesa, a ajuda na procura de habitação, o apoio à legalização, entre outras). Assim, a maioria destes imigrantes manifestou um elevado grau de satisfação relativamente às associações de apoio aos imigrantes.

**Síntese**

- A maioria dos inquiridos não pediu o reconhecimento das suas habilitações literárias, são os guineenses os que mais pedidos fizeram, seguidos pelos brasileiros. Quase a totalidade dos inquiridos ucranianos não pediu reconhecimento das suas habilitações.
- Os inquiridos que querem ficar para sempre em Portugal são os que apresentam maior percentagem de pedidos do reconhecimento das suas habilitações.
- Apesar de existir uma grande predisposição para a frequência de cursos de formação profissional e de língua portuguesa, existem poucos inquiridos a frequentá-los.
- Como fatores justificativos da utilidade dos cursos apontam, principalmente, a melhoria das competências profissionais, a melhor integração social e o facto de fazerem amigos.
- Existe um grande relacionamento dos imigrantes com os portugueses (dentro e fora do trabalho) favorecendo a integração profissional e, principalmente, social dos imigrantes.
- Os ucranianos revelam que convivem, principalmente, com imigrantes da Europa de Leste, os guineenses com imigrantes oriundos de países africanos e os brasileiros com europeus, excluindo os portugueses. Estas redes sociais baseiam-se, sobretudo, em proximidades culturais que motivam e reforçam as amizades.
- Quase todos os inquiridos têm contactos com o país de origem. No que se refere à participação dos inquiridos em grupos da comunidade de origem, constata-se que a maioria não participa em nenhum grupo.

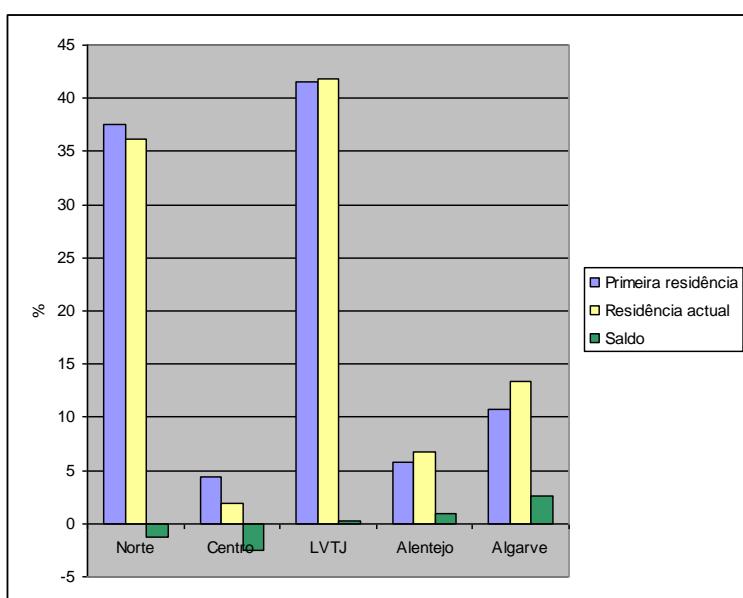
## 2.5 - A mobilidade geográfica

A mobilidade sócio-espacial dos imigrantes tem um impacto significativo no processo de integração. Assim, é essencial identificar os processos associados à mobilidade geográfica e à mobilidade profissional e analisar os fatores condicionantes, bem como os padrões resultantes.

### 2.5.1 - Cartografar a mobilidade geográfica

Depois de caracterizada a chegada e os primeiros meses dos imigrantes em Portugal, é importante analisar a distribuição dos imigrantes no território nacional. Esta análise é realizada em função da primeira residência dos inquiridos e, para os inquiridos que tiveram mais do que uma residência, a partir da última residência (onde residiam na altura em que foram inquiridos). Em primeiro lugar é de realçar que genericamente o padrão geográfico mantém-se entre a primeira e a última residência. Uma análise mais aprofundada permite identificar alguns perfis de mobilidade geográfica.

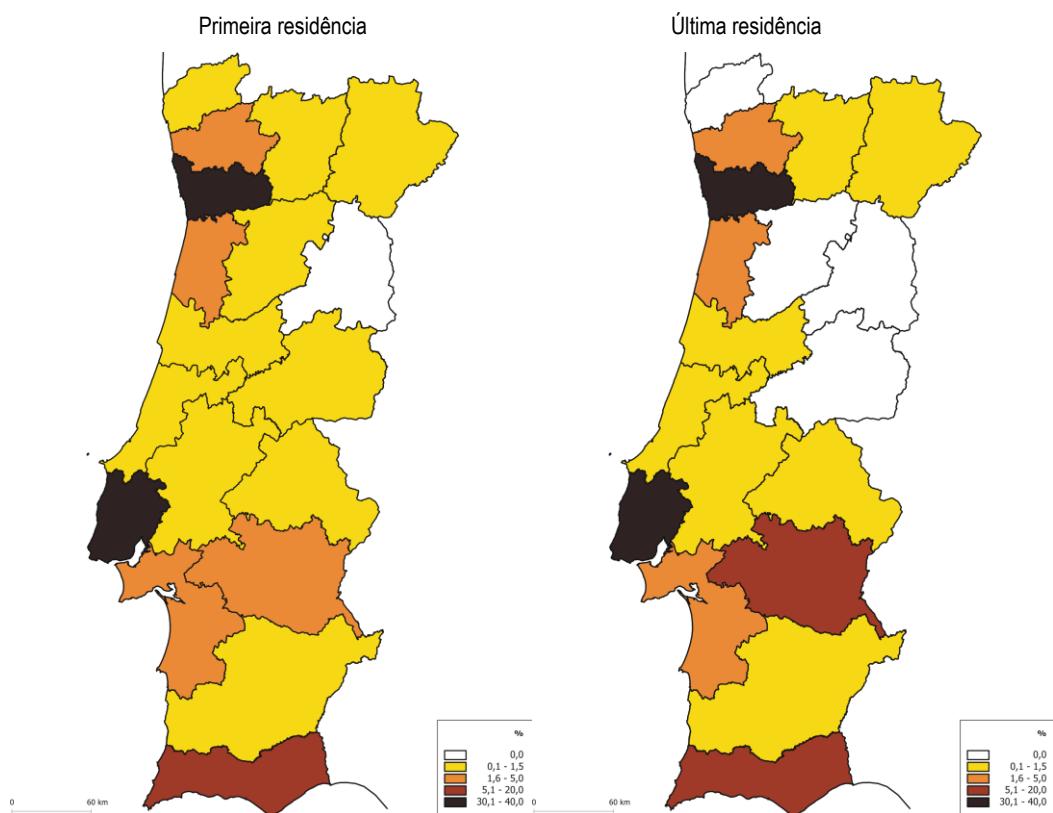
**Figura 30 - Distribuição geográfica dos imigrantes, por NUT II**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

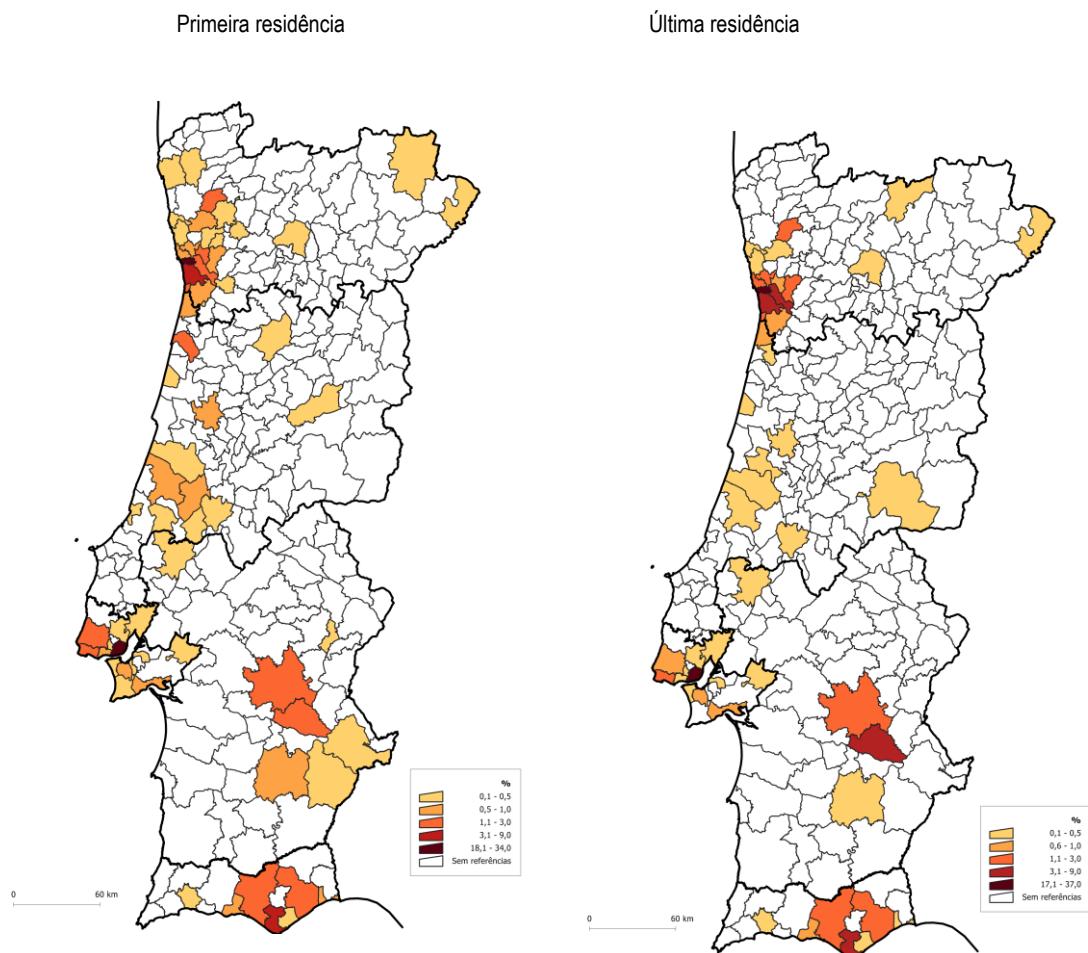
Por NUT II (figura 30) verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo é a maior concentração geográfica de imigrantes (mais de 40%) seguida da região do Norte (mais de 35%). O Algarve surge como o terceiro pólo atrativo para os imigrantes (mais de 10%) e o Alentejo em quarto (mais de 5%).

**Figura 31 - Distribuição geográfica dos imigrantes, por distrito**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A distribuição geográfica dos imigrantes por distrito (figura 31) aponta para uma hiperconcentração em Lisboa e Porto, quer na primeira residência (68,6%) quer na última (71,4%). Resultado da mobilidade geográfica dos imigrantes 14 distritos perderam população, sendo de destacar os distritos de Viana do Castelo, Viseu e Castelo Branco que perderam a totalidade.

**Figura 32 - Distribuição geográfica dos inquiridos, por concelho**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Uma análise geográfica mais desagregada permite mais precisão. Os imigrantes escolheram 64 concelhos de Portugal como porta de entrada (figura 32). Esses concelhos foram, predominantemente, do litoral, Lisboa (33.7%) Porto (18.8%) e Faro (6.3%).

Com a mobilidade geográfica dos imigrantes (resultado da mudança de residência), verifica-se um reforço da concentração geográfica. O concelho de Lisboa passou a concentrar 36.7% (ganha 3%), o Porto com 17.1% (perde 1.7%) e Faro com 8.7% (ganha 2.4%). Dos 64 concelhos que foram porta de entrada em Portugal apenas 47 servem de última residência. Da primeira residência para a última, há uma maior concentração geográfica dos imigrantes.

A análise da variação da população imigrante, por concelho, entre a primeira e última residência (figura x), permite verificar que:

- Os concelhos de Aveiro, Barreiro, Borba, Bragança, Castelo de Paiva, Covilhã, Felgueiras, Guimarães, Moura, Nazaré, Ourém, Paços de Ferreira, Ponte de Lima, Porto de Mós, Santo Tirso, São João da Madeira, Serpa, Sesimbra, Torres Vedras, Viana do Castelo e Viseu perderam praticamente todos os imigrantes, não conseguiram fixar essa população;
- Os concelhos de Albufeira, Castelo Branco, Chaves, Estarreja, Faro, Gondomar, Lisboa, Loulé, Maia, Matosinhos, Paredes, Póvoa de Varzim, Seixal, Soure e Vila Nova de Gaia tiveram um aumento de imigrantes sendo de salientar o concelho de Paredes e Matosinhos, pertencentes ao distrito do Porto.

**Quadro 8 - Distribuição geográfica dos inquiridos em Portugal, primeira residência, por NUT II, segundo a nacionalidade**

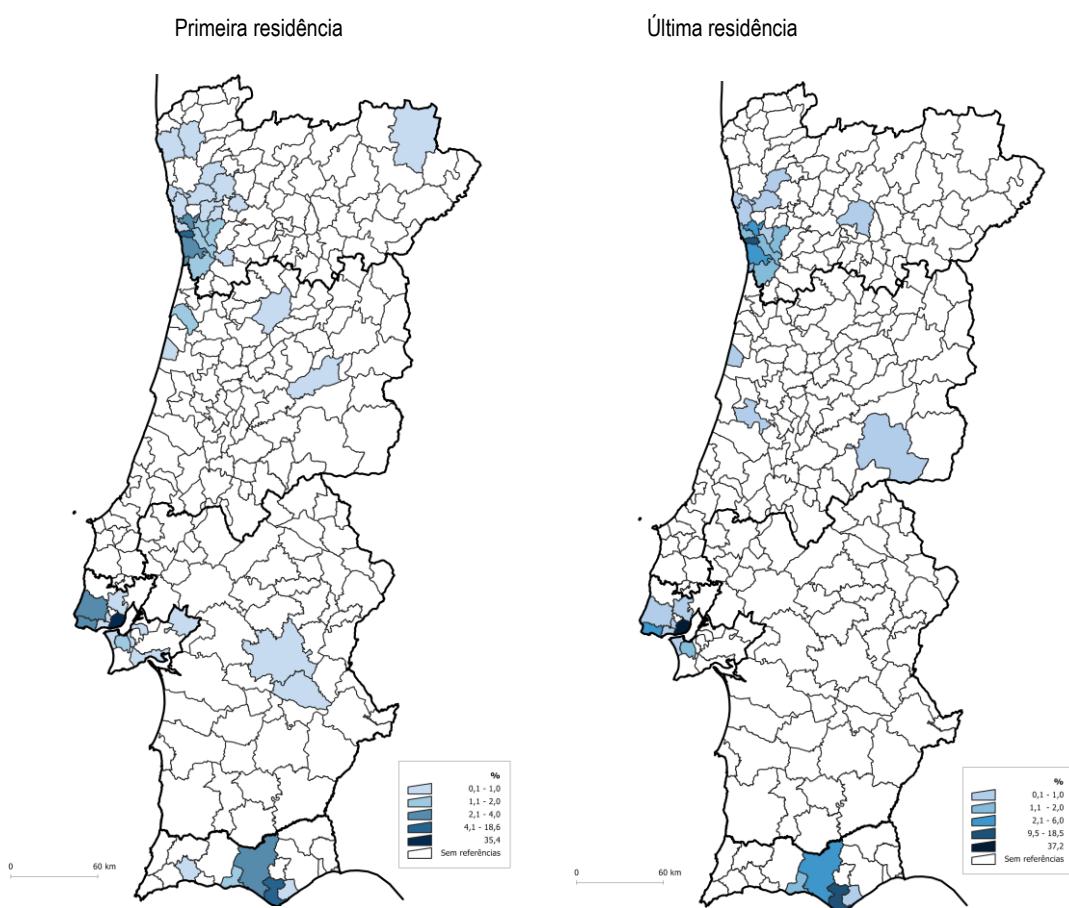
Naturalidade	Primeira residência em Portugal – NUT II					
	Percentagem					
	Norte	Centro	LVTJ	Alentejo	Algarve	Total
Brasil	38,9	3,5	47,3	0,9	9,3	100
Ucrânia	38,1	4,0	30,4	11,7	15,8	100
Guiné-Bissau	31,9	7,7	60,4	0	0	100

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Existem diferenças significativas na distribuição geográfica dos inquiridos, segundo a nacionalidade (quadro 8). Tendencialmente, são os guineenses que apresentam maior concentração geográfica, com 60.4% a residirem na região de Lisboa e Vale do Tejo. Do lado oposto surgem os ucranianos com a menor concentração geográfica, apresentando uma distribuição geográfica mais difusa.

Os brasileiros apresentam uma concentração geográfica menos difusa do que os ucranianos, concentrando-se, principalmente, na região de Lisboa e Vale do Tejo (47.3%), seguida da região do Norte (38.1%).

**Figura 33 - Localização geográfica dos imigrantes brasileiros, primeira e última residência, por concelho**

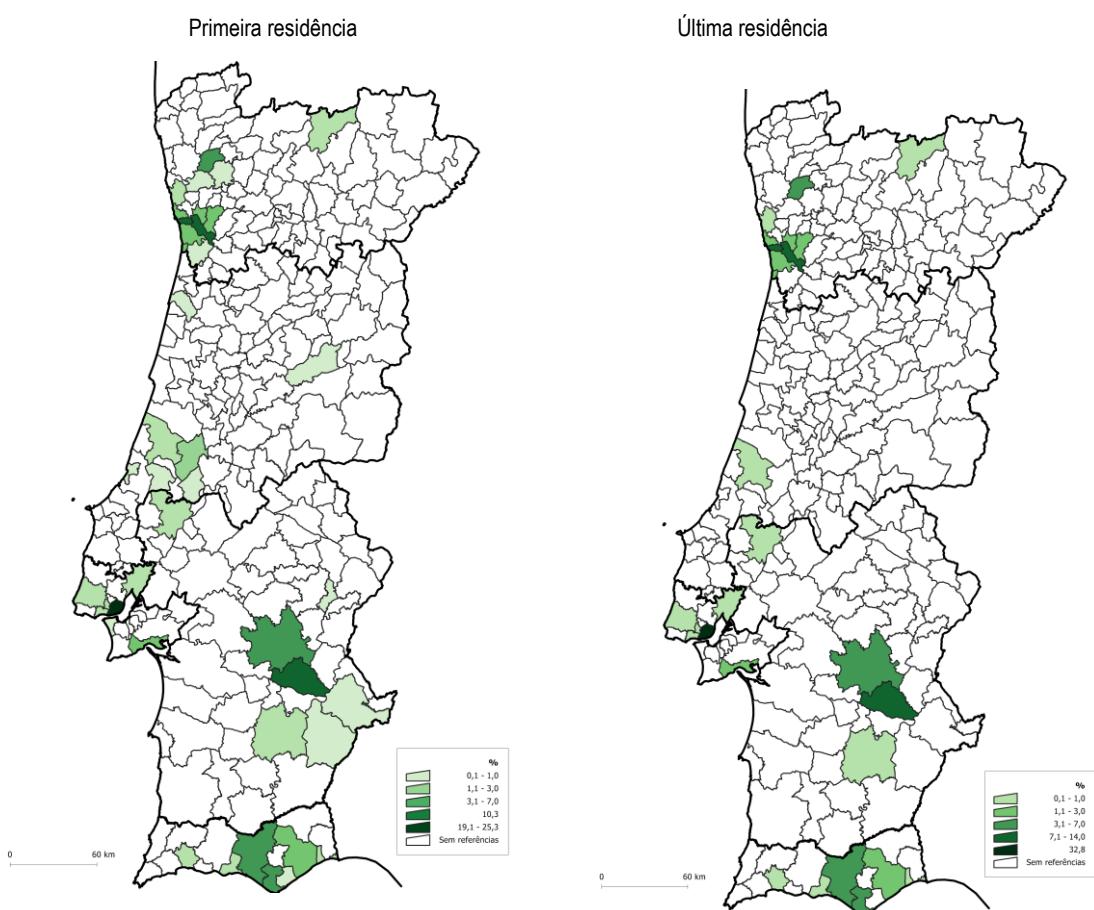


Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

No que se refere à distribuição geográfica dos brasileiros na primeira residência, constata-se que há uma grande concentração na região de Lisboa e Vale do Tejo (47.3%) e na região Norte (38.9%). Os concelhos de Lisboa (35.4%), Porto (18.6%) e Faro (4%) são os que apresentam os maiores valores. Esta comunidade está presente em 43 concelhos localizados, principalmente, no litoral português à exceção do concelho de Bragança, Viseu, Covilhã, Évora e Portel.

Comparando o mapa da primeira residência com o da última (figura 33) verifica-se que 13 concelhos deixaram de ser atrativos. Como diferenças significativas verifica-se um grande reforço dos imigrantes na região do Algarve (que representa agora mais do dobro) e na região de Lisboa (reforça a sua percentagem em 1.8%) e a região do Porto perde muito ligeiramente imigrantes (0.5%). Pode-se dizer, genericamente, que não existem alterações muito significativas.

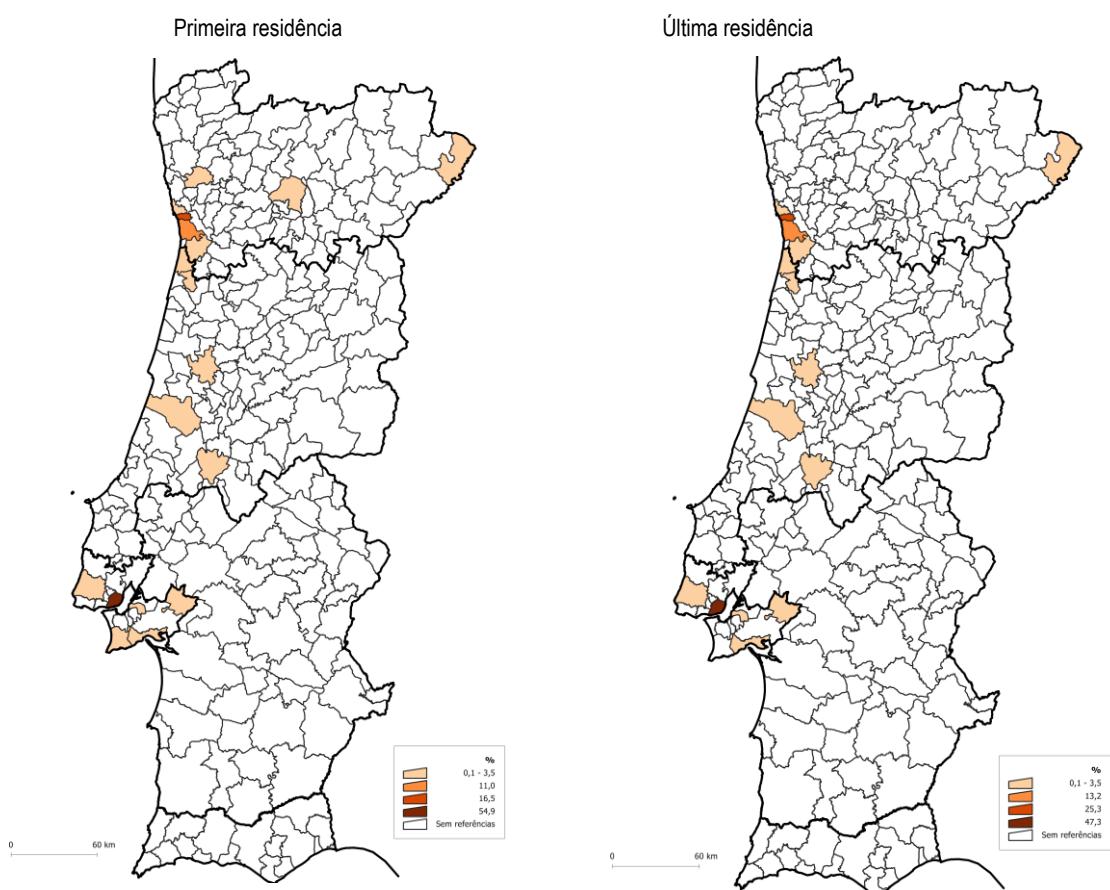
**Figura 34 - Localização geográfica dos imigrantes ucranianos, primeira e última residência, por concelho**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os imigrantes ucranianos, face às outras nacionalidades em análise, apresentam a menor concentração geográfica estando presentes em todas as regiões (figura 34). A região do Norte é a que apresenta maior número de imigrantes, seguida da região de Lisboa e Vale do Tejo, com 38.1% e 30.4% respetivamente. Os concelhos de Lisboa (25.3%), Porto (19.8%) e Faro (10.3%) são os que apresentam as maiores percentagens, estando presentes em 40 concelhos sendo alguns do Interior, Chaves, Covilhã, Borba, Évora, Portel, Moura, Serpa e Beja. Quando comparados os concelhos onde residiam os ucranianos na primeira residência e na última, constata-se que 11 concelhos deixaram de ter imigrantes ucranianos. No entanto, a sua presença continua em 72.5% dos concelhos que serviram de porta de entrada. Estas alterações resultam, principalmente, da ida de ucranianos para o concelho de Lisboa (ganhou mais 9.5% de imigrantes) e também para os concelhos de Gondomar e Portel (mais 3.6% de imigrantes, em ambos). É de destacar que os concelhos do Porto e Faro perderam ucranianos, 6.3% e 4%, respetivamente.

**Figura 35 - Localização geográfica dos imigrantes guineenses, primeira e última residência, por concelho**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A distribuição geográfica dos guineenses, por concelho, mostra uma tendência para uma grande concentração geográfica, estando presentes em apenas 14 concelhos (figura 35). Os guineenses concentram-se nos concelhos de Lisboa (54.9%), Porto (16.5%) e Vila Nova de Gaia (11%). Para Baganha *et al* (1998) a justificação desta hiperconcentração, na Área Metropolitana de Lisboa, reside no facto de Lisboa ser a principal porta de entrada para esta comunidade africana, que leva à intensificação de redes que reforçam a sua concentração.

Não existem grandes alterações nos padrões geográficos das diferentes comunidades de inquiridos, da primeira residência para a atual, é de destacar a maior concentração geográfica, em todas as nacionalidades. Esta concentração reforça os quantitativos em Lisboa, Porto e Algarve.

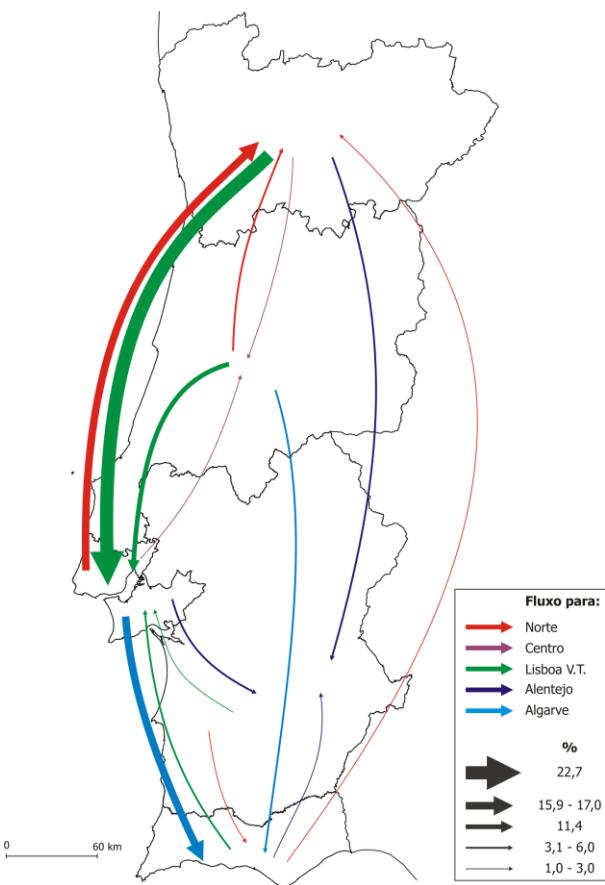
### 2.5.2 - Refletir os fatores condicionantes da mobilidade geográfica

Em Portugal, nos últimos anos, tem havido uma série de transformações na presença e distribuição geográfica da população estrangeira. Uma das mudanças é o aumento da mobilidade geográfica que tem crescido. Cada vez mais, os imigrantes que vêm para Portugal não vivem apenas num lugar ao longo do seu percurso migratório, ou seja, a escolha de um lugar como sendo o primeiro destino é influenciado por uma série de fatores que depois vão perdendo significado.

Os imigrantes foram questionados se viveram, ou não, sempre no mesmo lugar desde que chegaram a Portugal, sendo que 63.5% refiram que viveram sempre no mesmo. Esta percentagem significa que estes imigrantes apresentam uma mobilidade geográfica elevada, pois cerca de um terço dos imigrantes viveram em mais de 1 lugar. Dos inquiridos que viveram outros lugares, a maioria viveu em 2 (76.4%) e em 3 lugares (13%), apresentando uma média de 2.3 lugares (7 lugares - valor máximo). Nos fluxos migratórios recentes, a probabilidade de mudança de residência ou de emprego é muito maior, quanto mais recente é o fluxo migratório maior é a probabilidade de mobilidade geográfica pois ainda não existem raízes aos lugares (Lelièvre, 2003).

A mobilidade geográfica dos inquiridos gerou fluxos migratórios, mais e menos intensos, dentro de Portugal (figura 36). Os fluxos realizam-se, principalmente, entre a região de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e o Algarve, concentrando 87.5% desses movimentos. A região de Lisboa e Vale do Tejo recebe 42.1% dos movimentos, a do Norte 22.7% e a do Algarve 22.7%. O maior fluxo migratório é oriundo da região Norte para a região de Lisboa e Vale do Tejo (22.7%), seguido pelo fluxo da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Norte (17%) e da região de Lisboa e Vale do Tejo para a região do Algarve (15.9%). A região de Lisboa e Vale do Tejo é a única que recebe imigrantes de todas as outras regiões.

Figura 36 - Fluxos da população inquirida, por NUT II



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Analisando os fluxos geográficos dos imigrantes, verifica-se um padrão base destes movimentos que privilegiam o Litoral e as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A nível nacional estas áreas são pólos de concentração da economia onde se localizam as maiores oportunidades de emprego, onde os trabalhadores auferem em geral melhores salários, atraindo por isso a população imigrante. Também o Algarve é um pólo atrativo fruto do desenvolvimento do setor turístico bem como do setor da construção. Estas atividades promovem funções que não exigem trabalhadores qualificados, nomeadamente, na construção civil, hotelaria e restauração.

Fazendo uma análise da mobilidade geográfica em função do género, verifica-se que são os homens que têm maior mobilidade geográfica (42,5% dos homens viveram em mais de 1 lugar enquanto que nas mulheres esse valor atinge 31,3%). Estes valores podem ser em parte explicados pelo facto das mulheres terem chegado a Portugal mais tarde do que os homens. Também se verifica que 96,9% das mulheres casadas já tinham o cônjuge em Portugal, o que lhes facilita o acesso ao trabalho o que conduz a uma maior estabilidade geográfica. Além disso, as mulheres

mostram maiores dificuldades de integração, quer profissional quer social, o que determina uma menor capacidade de mobilidade. A maior mobilidade dos homens resulta de uma constante procura de emprego melhor, mais bem remunerado, e também porque muitos trabalham em atividades que mostram uma grande rotatividade laboral (construção civil, restauração, agricultura).

Estabelecendo a relação entre os inquiridos que viveram noutros lugares e a idade, verifica-se que são as classes etárias, dos 41 aos 50 (45.6%) e dos 31 aos 40 anos (37.5%), que apresentam maior mobilidade geográfica. Os mais jovens são muitas vezes estudantes e os mais velhos têm menos capacidade e resistência à mudança.

**Quadro 9 - Imigrantes que residiram em mais que um lugar, segundo a nacionalidade**

Viveram noutros lugares	Percentagem - Sim
Brasil	42.9
Ucrânia	34.0
Guiné-Bissau	28.6
Total	36.5

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A maior mobilidade dos brasileiros (42.9) explica-se, principalmente, devido ao facto de trabalharem no comércio, nos serviços e na restauração, atividades que apresentam elevada rotatividade de emprego (quadro 9). Além disso, estes imigrantes possuem níveis de escolaridade mais elevados o que os leva a procurarem empregos mais adequados ao seu capital humano. Os imigrantes ucranianos apresentam menor mobilidade face aos brasileiros, pois as suas dificuldades linguísticas são um obstáculo à mobilidade. Tendencialmente os imigrantes guineenses, apesar de trabalharem também na construção civil, no comércio e serviços, apresentam uma menor mobilidade, pois é uma população que mostra uma forte propensão para a estabilidade geográfica, baseada em redes familiares, e também porque possui níveis de escolaridade mais baixos, sendo fatores limitativos à mobilidade geográfica. Alguns imigrantes guineenses, além de trabalhadores também são estudantes, o que implica uma residência fixa para poderem estudar (94% dos guineenses que referem terem vindo para Portugal por motivos de estudos viveram sempre no mesmo lugar).

**Quadro 10 - Imigrantes que residiram em mais que um lugar, segundo os níveis de escolaridade**

Níveis de escolaridade	Percentagem - Sim
3º Ciclo	39.7
Ensino Secundário	33.9
Ensino Universitário	45.8

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os imigrantes que possuem níveis de escolaridade mais elevados (ensino universitário) são os que apresentam maior propensão para a mobilidade geográfica (quadro 10). A maior mobilidade dos trabalhadores mais escolarizados, deve-se à vontade de encontrarem um trabalho mais adequado ao seu nível de escolaridade, implicando, a maioria das vezes, uma maior rotatividade de emprego e, consequentemente, mudança de lugar.

As competências linguísticas são à partida um fator determinante na mobilidade geográfica, pois permite ao imigrante estar mais bem informado ajudando-o a fazer as melhores escolhas de trabalho, em função do seu nível de escolaridade. Esta investigação mostra que as dificuldades linguísticas são um dos fatores limitativos determinantes, pois os ucranianos devido às suas dificuldades linguísticas apresentam uma mobilidade geográfica menor que os brasileiros.

Viver com a família, principalmente com o cônjuge e filhos, constitui de certa forma um entrave à mobilidade geográfica. Dos imigrantes que vivem em Portugal com o cônjuge, 65.2% nunca mudaram de lugar, atingindo o valor de 71% nos que vivem com o cônjuge e filhos. Viver com os amigos ou sozinhos facilita a mobilidade geográfica (53% dos que vivem com amigos e 52% dos que vivem sozinhos nunca mudaram de lugar).

Viver com a família, principalmente com filhos, implica menor mobilidade geográfica. Os filhos dificultam as mudanças de residência, pois precisam de ir à escola e têm as suas redes de amizade que são obstáculos à mobilidade. Também se verifica que quando ocorre o reagrupamento familiar (do cônjuge ou filhos) o processo migratório está numa fase mais estável, principalmente quando existe um emprego mais seguro, o que implica uma menor mobilidade geográfica.

Os imigrantes que chegam a Portugal com mais recursos económicos são os que apresentam menor mobilidade geográfica enquanto os que possuem menores recursos apresentam uma maior mobilidade geográfica: Dos inquiridos que trouxeram até 500 euros, 60.6% nunca mudaram de lugar, enquanto que os que trouxeram entre 2500 a 3000 euros 84.6% nunca mudaram de lugar. Estes dados mostram que os imigrantes com fracos recursos financeiros apresentam

maior mobilidade geográfica, que pode ser explicada pelo facto de terem necessidade de arranjarem um emprego mais bem remunerado para colmatarem as dificuldades sentidas.

Os imigrantes com mais recursos económicos são aqueles que têm os empregos mais bem remunerados e mais qualificados o que implica menor mobilidade geográfica.

A mobilidade profissional pode levar à mobilidade geográfica, ou seja, a mudança de residência pode estar relacionada com a procura de emprego (em virtude de estar desempregado ou de encontrar um melhor), pois uma das formas de o arranjar é procurá-lo noutro lugar. O aumento do desemprego tem provocado uma maior disponibilidade dos trabalhadores para procurarem emprego em áreas mais longínquas e mais variadas.

Também uma grande parte da mobilidade geográfica resulta do setor de atividade e do grupo profissional a que pertencem os trabalhadores imigrantes. Cruzando estas variáveis, verifica-se, quer no primeiro quer no último emprego, que são os setores da construção, do comércio e serviços da restauração e hotelaria os que apresentam as maiores percentagens de inquiridos que viveram noutros lugares. No que se refere ao grupo profissional dos trabalhadores, a maior mobilidade geográfica pertence aos trabalhadores de pessoal de serviços e vendedores, dos operários e artífices e trabalhadores não qualificados. Muitos dos trabalhos, que os imigrantes têm, apresentam elevada rotatividade de trabalhadores, resultado de muitos terem um caráter sazonal (agricultores, empregadas de limpeza, empregadas domésticas, serventes, entre outros), de serem trabalhos pesados e mal pagos e não estarem adequados à formação de base dos inquiridos. Por exemplo, constata-se que 72.8% dos imigrantes que apresentam mobilidade geográfica auferem no primeiro emprego um rendimento mensal baixo, menos de 750 euros. Os que ganham mais, entre 1250 a 1500 euros, apresentam menores percentagens de inquiridos que viveram em vários lugares, 8.8%. Questionados os inquiridos que viveram no mesmo lugar, se tinham um trabalho apto à sua formação de base, verifica-se que 49.8% referem que sim, já nos que apresentam mobilidade geográfica esse valor é um pouco mais elevado (51.9%). Apesar de serem valores muito próximos, pode dizer-se que com a mobilidade geográfica a probabilidade de encontrar um emprego mais adequado ao capital humano dos imigrantes é maior. Todos estes factos levam a que os imigrantes ao longo do seu processo migratório tenham vários empregos.

Além dos fatores, género, nacionalidade, idade, nível de escolaridade, agregado familiar, recursos financeiros, constata-se que a mobilidade profissional é um dos principais motores da mobilidade geográfica. Pois, a incorporação, no mercado de trabalho, dos imigrantes nas profissões com piores condições motiva a procura de melhores oportunidades para encontrar as condições mínimas que sejam consistentes com as expectativas do trabalhador. As diferenças das regiões ao nível do mercado de trabalho geram mobilidade geográfica das regiões onde as condições de

trabalho são mais precárias para as regiões com melhores condições (os fluxos migratórios destes inquiridos privilegiam o Litoral e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, pois são as áreas onde se localizam a grande parte dos empregos e onde os trabalhadores auferem melhores salários).

### Síntese

- A concentração geográfica dos inquiridos, em Portugal evidencia uma imigração generalizada, em todas as regiões, embora mais intensa na região de Lisboa e Vale do Tejo, seguida da região do Norte e Algarve.
- Quando os imigrantes chegaram a Portugal, 64 concelhos foram a porta de entrada, mas apenas 47 servem de última residência. Da primeira residência para a última, houve uma maior concentração geográfica dos imigrantes que reforçaram alguns concelhos, que se tornaram mais atrativos e outros que perderam totalmente população.
- Os guineenses apresentam maior concentração geográfica na região de Lisboa e Vale do Tejo. Os ucranianos apresentam uma distribuição geográfica mais difusa, com maior percentagem na região do Norte, destacando-se pela sua presença na região do Alentejo. Os brasileiros manifestam uma concentração geográfica menos difusa do que os ucranianos, concentrando-se, principalmente, na região de Lisboa e Vale do Tejo, seguida da região do Norte.
- Os imigrantes que apresentam maior mobilidade geográfica são: do género masculino, adultos (40-50), da nacionalidade brasileira, com níveis de escolaridade mais elevados, que vivem com os amigos ou sozinhos, com fracos recursos económicos e que trabalham principalmente na construção civil, restauração e hotelaria.

## 2.6 - A inserção no mercado de trabalho e a mobilidade profissional

A visibilidade social que a questão imigratória adquiriu, em Portugal, começou a merecer uma especial atenção nos estudos das mais diversas entidades. Este facto resulta da existência de um grande número de imigrantes, no mercado de trabalho português, sobretudo de origem brasileira e africana ou vindos da Europa de Leste. Com o desenvolvimento associado à entrada de Portugal na UE, houve um aumento dos investimentos, nomeadamente na construção civil e nas obras públicas, com implicações ao nível da necessidade de mão de obra.

O crescimento dos rendimentos e do consumo, o aumento das habilitações literárias e profissionais dos portugueses, levam a uma maior incorporação de trabalhadores estrangeiros nas funções menos qualificadas e socialmente desvalorizadas.

O inquérito realizado permite traçar um diagnóstico do perfil de integração dos imigrantes no mercado de trabalho português e, assim, aprofundar o conhecimento das características desta comunidade, nas diversas formas que reveste a sua presença em Portugal. O emprego e a inserção profissional são cruciais nos processos de integração dos imigrantes. Assim, é importante conhecer as condições profissionais destes trabalhadores, nomeadamente, as profissões que tinham no seu país de origem, as profissões que tiveram ou têm em Portugal, as relações contratuais, o número de horas de trabalho, os rendimentos mensais, entre outras características.

A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho e mais especificamente a sua mobilidade sócio-espacial têm tido de um modo geral, um tratamento pouco aprofundado nos diversos estudos relativos à imigração, em Portugal. Assim, pretende-se com esta investigação contribuir para um maior conhecimento da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho.

A mobilidade sócio-espacial dos trabalhadores imigrantes justifica-se pela procura de melhores condições de trabalho, melhores salários, melhores vínculos contratuais e um trabalho adequado à formação de base. Uma vez verificada esta melhoria, assiste-se a uma mobilidade profissional ascendente dos imigrantes.

Um grande número de estudos sobre a incorporação no mercado de trabalho de imigrantes (Reis *et al*, 2010; Varejão, 2008; DGEEP, 2006; Malheiros, 2003; Vale, 2002; Patação, 2001; Portes, 1999; entre outros) demonstra que esta incorporação ocorre, normalmente, nos trabalhos menos qualificados, com as piores condições, na maioria das vezes ligados à economia informal. Dentro da teoria da segmentação do mercado de trabalho, o papel dos imigrantes no preenchimento de postos de trabalho no mercado secundário, trabalhos duros, sujos, pesados e desvalorizados socialmente.

Face a esta desqualificação interessa perceber se esta situação é temporária ou definitiva, caso seja definitiva assiste-se a processos de desvalorização do capital humano dos imigrantes.

Assim, este subcapítulo vai-se estruturar em cinco partes:

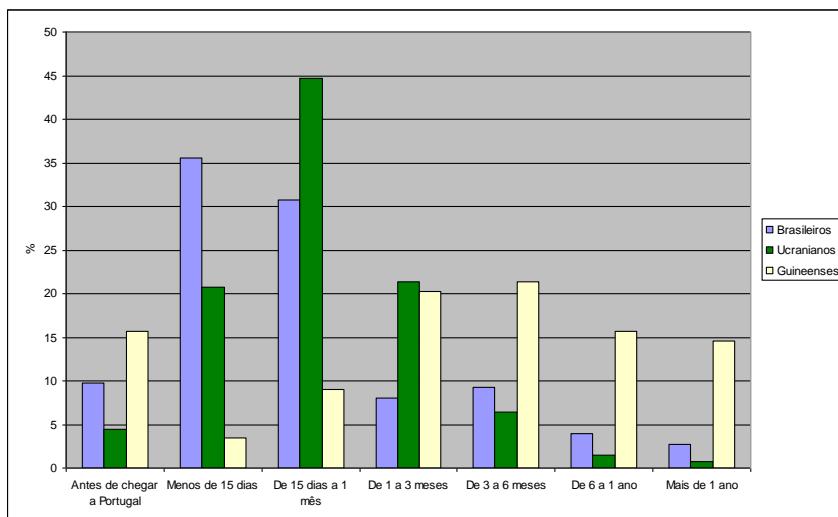
1. Uma visão global dos processos de inserção;
2. Uma análise da influência do capital humano (qualificações profissionais, níveis de escolaridade, cursos de formação e experiência profissional);
3. Uma análise da influência do capital social (relações familiares e relações de amizade) e do capital financeiro (recursos financeiros à entrada de Portugal e rendimentos salariais);
4. Uma análise às relações contratuais, rendimentos salariais e horas de trabalho para refletir os níveis diferenciados da inserção;
5. Uma análise ao desemprego para refletir os níveis de maior vulnerabilidade.

#### **2.6.1 - Uma visão global da inserção no mercado de trabalho**

A população inquirida apresenta uma taxa de atividade elevada, tal como seria previsível, dado tratar-se, maioritariamente, de “migrantes económicos”, 95.2% são ativos com profissão, (93.6% no género feminino e 97.1% no masculino). Por nacionalidade, verifica-se que a taxa de atividade é muito semelhante nos brasileiros com 95.9%, seguidos pelos guineenses com 95.6% e, por último, os ucranianos com 94.5%.

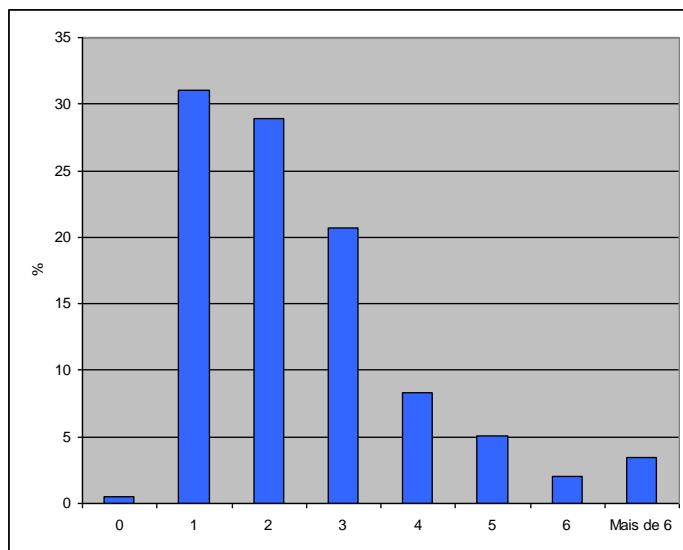
De uma forma geral, estes imigrantes quando chegaram a Portugal conseguiram arranjar, rapidamente, emprego (14% dos inquiridos tinham emprego antes de saírem do seu país de origem). Mas, para um número significativo de imigrantes (33.8%) encontrar o primeiro emprego demorou entre 15 dias a um mês, seguidos pelos que demoraram apenas 15 dias (23.8%). As mulheres demoram mais tempo a encontrar o primeiro emprego do que os homens, 10.4% das mulheres demoram mais de seis meses enquanto que os homens 5.9%.

Estabelecendo a relação entre os níveis de escolaridade e o tempo em encontrar o primeiro emprego, verifica-se que à medida que os níveis de escolaridade são mais elevados, menor é o tempo necessário para obter o primeiro emprego. Por exemplo, só 6.4% dos inquiridos com ensino superior demoram mais de 6 meses a encontrar o primeiro emprego, com o ensino secundário esse valor atinge 7.4%, com o 3º ciclo 11.2%, com o 2º ciclo 17.3% e com o 1º ciclo atinge 18.7%. Ou seja, os níveis de escolaridade mais elevados favorecem a obtenção de emprego nos imigrantes.

**Figura 37 - Tempo necessário para encontrar o primeiro emprego, segundo a nacionalidade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os brasileiros encontram emprego com mais rapidez, logo seguidos pelos ucranianos (figura 37). A maioria dos brasileiros e dos ucranianos tem acesso ao emprego no primeiro mês (66.3% e 65.4%, respetivamente). A título indicativo e em termos comparativos os guineenses têm mais dificuldades de acesso ao trabalho.

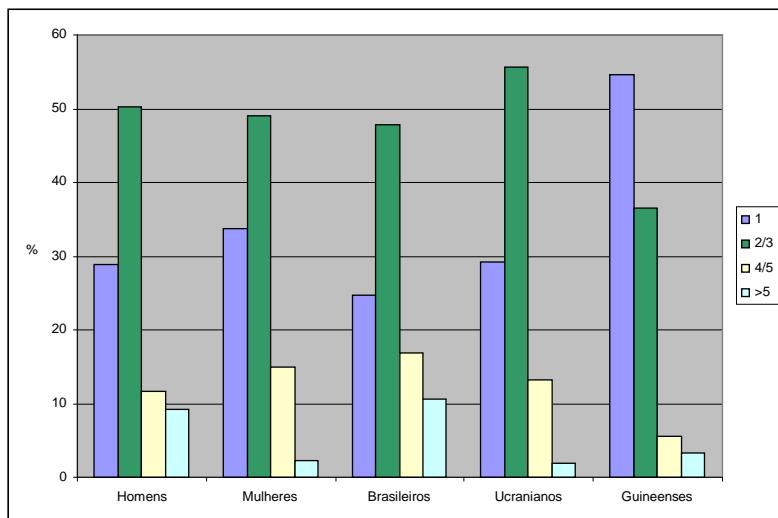
**Figura 38 - Número de empregos desde que chegaram a Portugal**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Para conhecer a mobilidade profissional dos inquiridos, é necessário saber quantos empregos já tiveram desde que chegaram a Portugal (figura 38). As percentagens mais significativas são representadas pelos imigrantes que apenas tiveram 1 ou 2 empregos. No entanto,

mais de 25% dos imigrantes tiveram entre 3 a 4 empregos (29%) e uma percentagem ainda expressiva (10.5%) teve entre 5 ou mais empregos.

**Figura 39 - Número de empregos em Portugal, segundo o género e nacionalidade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Genericamente os homens parecem ter maior rotação de emprego do que as mulheres (28.8 % dos homens tiveram apenas 1 emprego, atingindo nas mulheres o valor de 33.7%), figura 39. Também se verifica que são os homens que apresentam as maiores percentagens que tiveram mais de 5 empregos (9.1% nos homens e 2.3% nas mulheres) o que significa que os homens mudam mais de emprego. Este facto pode ser interpretado de duas formas: por um lado, as mulheres parecem ter maior estabilidade laboral que os homens; por outro, as mulheres, podem ter menores oportunidades de mobilidade, estando mais vinculadas a nichos de trabalho tradicionais, como os serviços domésticos, limpeza e restauração.

Por nacionalidade, verificam-se diferenças significativas: os brasileiros são os que mudam mais de emprego, pois apresentam a menor percentagem de trabalhadores com apenas 1 emprego e as maiores percentagens de imigrantes que tiveram mais de 3 empregos; os ucranianos mudam menos de emprego, quando comparados com os brasileiros; tendencialmente, são os guineenses que mudam menos de emprego, a maioria (54.4%) apenas teve 1 emprego e poucos foram os que tiveram mais de 3.

A mudança de emprego é mais frequente nos trabalhadores com idades compreendidas entre os 31 anos e 50 anos. Pois alguns imigrantes com menos de 31 anos são estudantes e os que têm mais de 50 anos possuem níveis de escolaridade menores, o que limita a mobilidade profissional.

Cruzando a variável número de empregos com o nível de escolaridade verifica-se que os níveis de escolaridade mais baixos apresentam menor mobilidade relativamente aos níveis mais elevados. A maior mobilidade dos imigrantes qualificados justifica-se por estes tentarem arranjar um emprego mais ajustado às suas qualificações profissionais e níveis de escolaridade.

As dificuldades linguísticas limitam muito o acesso ao emprego aos ucranianos. Estes imigrantes apresentam bastantes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, muitos trabalham em “part-time” e possuem contratos informais, com rendimentos mensais baixos e empregos não qualificados. No entanto, as dificuldades linguísticas vão sendo eliminadas com o passar do tempo, com a frequência de cursos de língua portuguesa. A maioria dos ucranianos justificaram a mudança de emprego pelo facto de terem um rendimento mensal baixo. Os guineenses apesar de terem maior facilidade linguística que os ucranianos, apresentam uma fraca mobilidade profissional que pode ser explicada por pertencerem a uma comunidade socialmente mais fechada, baseada na família, concentrada geograficamente e também pelo facto de muitos estudarem, o que lhes limita a mobilidade.

A frequência de cursos profissionais facilita o acesso a empregos mais adequados à formação de base dos imigrantes, provocando uma maior satisfação e consequentemente um maior tempo de permanência no mesmo emprego. Também se verifica que são os imigrantes que vivem sós que apresentam maior percentagem de sucessivos empregos. Pelo contrário, os que vivem com a família em Portugal mostram menos propensão para a mudança de emprego. O facto de viver com alguém, principalmente cônjuge e filhos, limita a rotação de emprego, pois muitas vezes as mudanças implicam também alteração de residência, a mudança de escola por parte dos filhos ou o emprego do cônjuge.

Os recursos financeiros que os imigrantes trouxeram, aquando da entrada em Portugal, também influenciaram a mobilidade profissional, uma vez que existe uma maior percentagem de inquiridos que tiveram apenas um emprego entre os que trouxeram melhores recursos financeiros<sup>9</sup>. Também se verifica que os imigrantes que auferiam menores rendimentos mensais apresentam maior rotatividade de emprego<sup>10</sup>. Assim, constata-se que os imigrantes com melhores recursos económicos apresentam menor mobilidade profissional (rotação de emprego), pois muitos deles são os que têm profissões mais qualificadas, mais bem remuneradas, estando adequadas à sua formação de base o que origina maior tempo de permanência no mesmo emprego.

<sup>9</sup> Dos inquiridos que trouxeram mais de 3000 euros, mais de metade apenas tiveram 1 emprego, já nos inquiridos que trouxeram até 500 euros essa percentagem é apenas de 27.5%.

<sup>10</sup> Verifica-se que 27.5% dos imigrantes que tinham um rendimento até 500 euros tiveram apenas 1 emprego, esse valor é de 38.9% nos que tinham um rendimento entre 2000 e 2500 euros e de 50% nos que auferiam mais de 3000 euros mensais.

Estes valores apontam para uma razoável rotatividade dos imigrantes no mercado de trabalho, significando que muitos trabalhadores imigrantes não se mantêm no mesmo trabalho durante muito tempo. Assim, o tempo de permanência nos empregos é uma forma de verificar a estabilidade profissional (quadro 11).

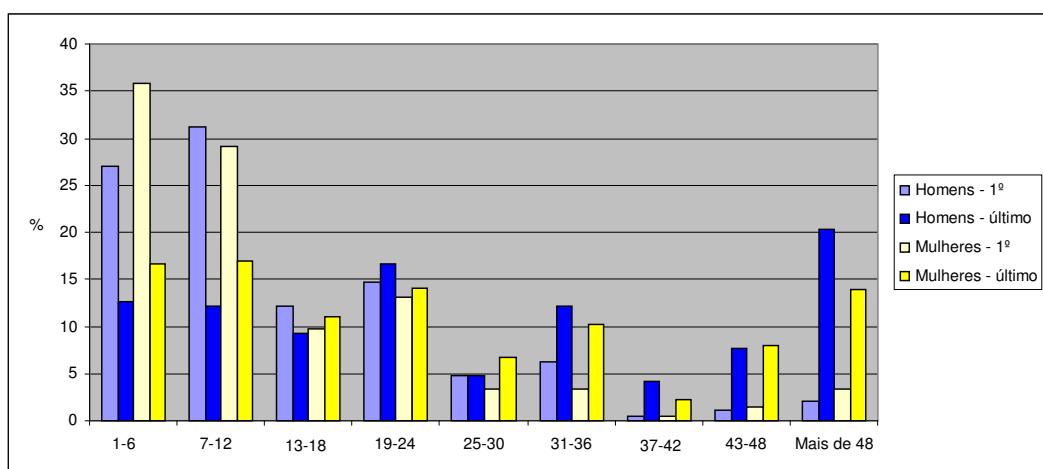
**Quadro 11 - Tempo de permanência (meses) no primeiro e último emprego**

Meses	1-6	7-12	13-18	19-24	25-30	31-36	37-42	43-48	49-54	55-60	Mais de 60
	Percentagem										
Primeiro emprego	31,6	30,1	10,9	13,9	4,1	4,8	0,5	1,3	2,8	0	0
Último emprego	14,7	14,7	10,2	15,3	5,8	11,2	3,2	7,9	3,5	8,1	5,4

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A maioria dos imigrantes permanece pouco tempo no mesmo emprego. No entanto, o tempo de permanência aumenta do primeiro emprego para o último, o que significa maior estabilidade e satisfação profissional (apenas no último emprego foram registados trabalhadores com mais de 54 meses no mesmo emprego, 13.5%). Segundo os imigrantes esta elevada rotatividade de emprego resulta principalmente da procura de um emprego com melhor remuneração. No entanto, são referidas outras justificações como, não possuírem contrato, não exercerem a profissão desejada, o patrão não pagar e a empresa fechar.

**Figura 40 - Tempo de permanência no primeiro e no último emprego, segundo o género**

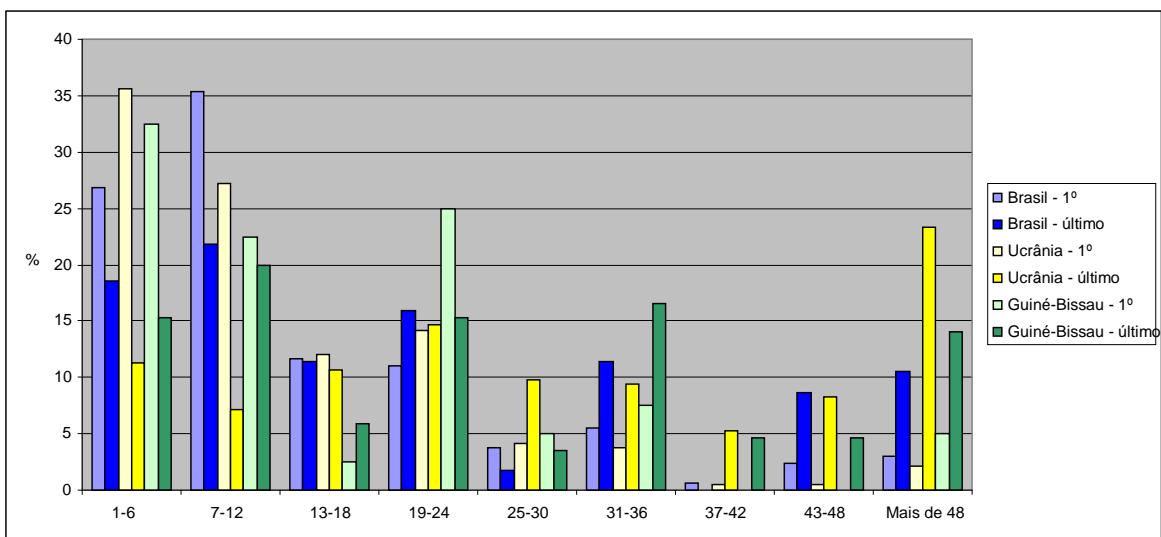


Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

As mulheres manifestam menor estabilidade no emprego, pois apresentam maior percentagem de trabalhadoras (quer no primeiro quer no último) a permanecerem menos tempo no emprego (figura 40). Como refere Rubio (2003) “Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación” as mulheres apresentam maior rotatividade laboral que pode ser explicada, por exemplo, por estas apresentarem maiores níveis de escolaridade e trabalharem em profissões não adequadas às suas formações e também porque muitas trabalharem em “part-time”, o que implica a procura de um trabalho a tempo inteiro. Daí estejam em constante procura de emprego, no intuito de uma valorização profissional e, consequentemente, salarial.

Quando se compara o tempo de permanência dos homens com o das mulheres no primeiro e no último emprego, verifica-se em ambos uma diminuição das percentagens de trabalhadores a permanecer menos de 12 meses e um aumento nas classes de maior permanência.

**Figura 41 - Tempo de permanência no primeiro e no último emprego, segundo a nacionalidade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Não existem diferenças muito significativas no tempo de permanência no primeiro emprego e no último, segundo a nacionalidade, existindo um padrão comum às três nacionalidades que é o da maior percentagem de trabalhadores a permanecerem pouco tempo nos mesmos empregos e poucos trabalhadores a permanecerem muito tempo (figura 41). No entanto, quando comparado o tempo de permanência no primeiro emprego e no último, verifica-se que há um aumento do tempo de permanência nos empregos, em todas as nacionalidades. Os brasileiros e os guineenses destacam-se pelas maiores percentagens de trabalhadores a permanecer até 12 meses no mesmo

emprego (40.4% e 35.3%, respectivamente) e os ucranianos como sendo os que apresentam a menor percentagem (18.5%).

### 2.6.2 - A influência do capital humano na inserção no mercado de trabalho

A mudança de emprego gera algumas alterações percentuais na estrutura da população ativa por setores de atividade (quadro 12).

**Quadro 12 - Estrutura da população ativa, no primeiro e último emprego, segundo o género**

Setor de Atividade	Primeiro emprego - percentagem			Último emprego - percentagem		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, Pesca ou Extração Mineira	1,7	1	2,4	3,5	4,8	2,3
Indústrias Transformadoras	8,1	7,2	9	5,5	6,6	4,6
Construção	27,7	56,7	0,9	18,1	36,6	1,6%
Comércio e Serviços	35,6	19,6	50,2	42,5	25,6	57,5
Restauração e Hotelaria	25,9	14,9	36	23,1	15	30,4
Transportes e Comunicações	0,3	0,6	0	5,2	9,5	1,3
Outro	0,7	0	1,5	2,1	1,9	2,3
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Apesar das mudanças, continuam dominar as profissões inseridas no setor do comércio e serviços, na construção e na restauração e hotelaria. Do primeiro para o último emprego, os setores da agricultura, pescas ou extração mineira, da água, gás ou eletricidade, do comércio e serviços e dos transportes e comunicações ganham ativos e os restantes setores perdem (principalmente o setor da construção, menos 9,6% de ativos).

As mulheres concentram-se (quer no primeiro quer no último emprego) no setor do comércio e serviços e restauração e hotelaria; os homens trabalham, principalmente, no setor da construção, logo seguido pelo setor do comércio e serviços e restauração e hotelaria.

Os dados permitem constatar, tal como verificou Peixoto (2008), “que os imigrantes dirigem-se para setores de trabalho manual, como a construção civil, e para vários segmentos dos serviços, incluindo serviço doméstico e limpezas, assistência a crianças e idosos, serviços de saúde e comércio, hotelaria e restauração. Alguns destes segmentos estão associados ao trabalho feminino, o que explica a crescente feminização dos fluxos migratórios”.

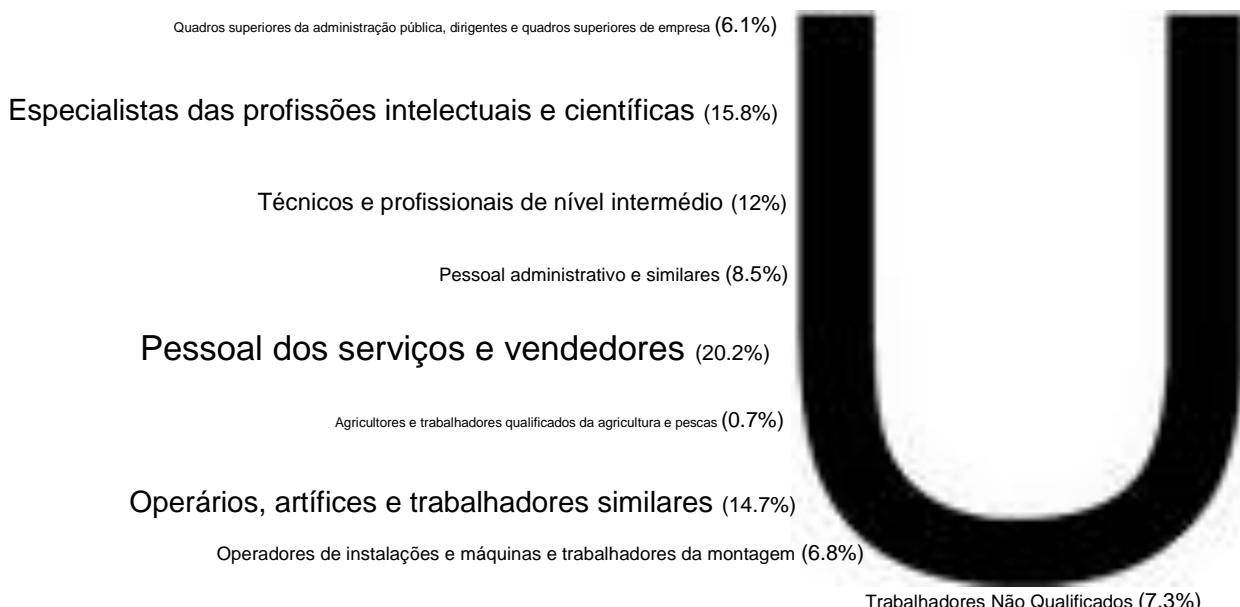
**Quadro 13 - Estrutura da população ativa, no primeiro e último emprego, segundo a nacionalidade**

Setor de Atividade	Primeiro emprego - percentagem			Último emprego - percentagem		
	Brasileiros	Ucranianos	Guineenses	Brasileiros	Ucranianos	Guineenses
Agricultura, Pesca ou Extração Mineira	0,6	3,1	0	0	6,7	2,3
Indústrias Transformadoras	2,4	14,6	2,3	2,2	7,8	6,9
Construção	14,7	33,3	53,5	11,6	20,5	27,6
Comércio e Serviços	43,5	29,7	30,2	49,6	35,4	46
Restauração e Hotelaria	38,8	17,2	14	33	17,9	13,8
Transportes e Comunicações	0	0,5	0	1,8	9,7	0
Outro	0	1,6	0	1,8	2	3,4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Por nacionalidade, verifica-se que existe um perfil relativamente comum às três comunidades, onde se destaca a inserção de trabalhadores no setores do comércio e serviço, da restauração e hotelaria e da construção (quadro 13). No entanto, os brasileiros continuam a destacar-se no setor do comércio e serviços (ganha ativos percentualmente) e no da restauração e hotelaria (perde ativos). Os ucranianos e os guineenses destacam-se no setor da construção (perde ativos em ambas as nacionalidades) e no setor do comércio e serviços (ganha ativos em ambas as nacionalidades). É de destacar a presença dos ucranianos no setor da agricultura, pesca ou extração mineira (6.7%).

Estes dados vão ao encontro de outras investigações (Reis *et al*, 2010; DGEEP, 2006; Ferreira *et al*, 2005, entre outros) que apontam para uma concentração muito significativa da população ativa imigrante nos setores da construção, da restauração e hotelaria e do comércio e serviços. Um dos indicadores disponíveis que exprime a inserção dos imigrantes na sociedade de acolhimento, é o tipo de profissão que o imigrante exerce no país de destino, comparativamente com o tipo de profissão que exercia no seu país de origem. Comparando as duas profissões, pode-se verificar se houve mobilidade profissional em 65.5% dos imigrantes, a saída do país de origem implicou uma mudança de profissão.

**Figura 42 - Representatividade dos grupos profissionais, no país de origem**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

**Figura 43 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro emprego, em Portugal**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A maioria dos imigrantes no país de origem pertencia ao grupo profissional do pessoal dos serviços e vendedores, seguido pelos grupos dos especialistas das profissões intelectuais e

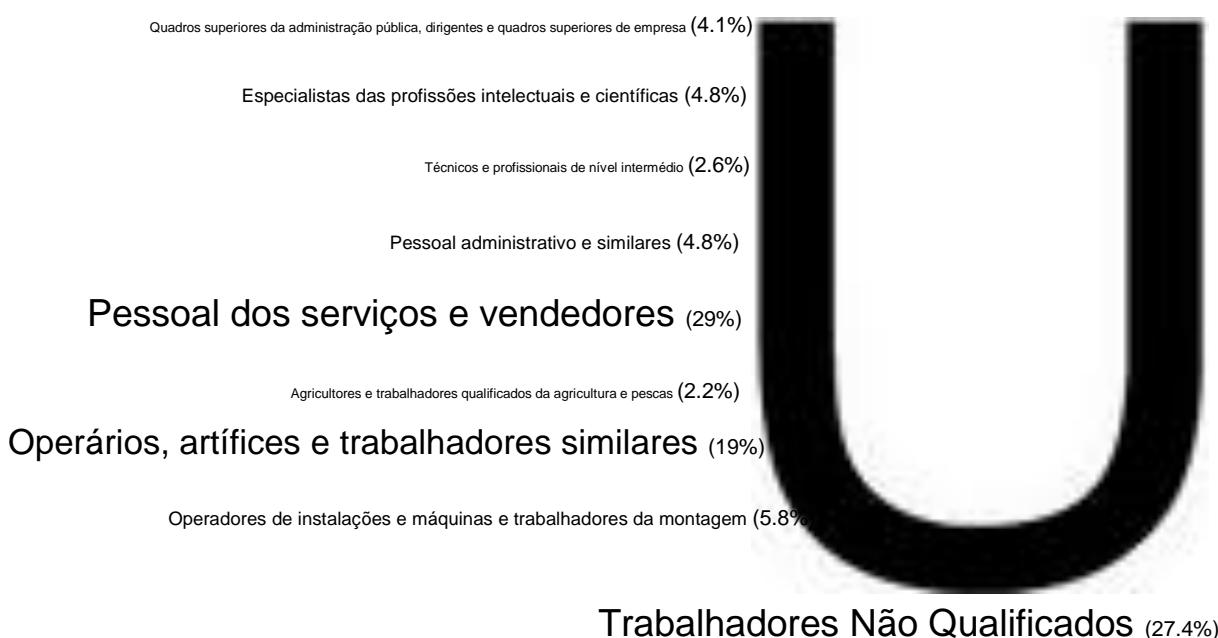
científicas e dos operários e artífices e trabalhadores similares. Os grupos profissionais menos representados referem-se ao dos empresários, dirigentes e dos agricultores e trabalhadores qualificados na agricultura e pescas (figura 42).

Em termos gerais, a mudança do país de origem para o primeiro emprego em Portugal apresentou uma mobilidade profissional descendente muito significativa (figura 43), pois:

- Apenas os grupos profissionais do pessoal de serviços e vendedores e o dos trabalhadores não qualificados ganharam ativos, os restantes perderam bastante;
- Nos especialistas das profissões intelectuais e científicas, a mudança de país levou a um abandono brutal dessas atividades (diminui de 15.8% para 2%);
- A grande maioria das mudanças profissionais não significou melhoria no estatuto socioprofissional, 7,3% dos inquiridos eram trabalhadores não qualificados no seu país de origem, enquanto que em Portugal passaram para 53%.

Uma vez que a maioria dos imigrantes, ao longo do seu percurso migratório, teve mais do que um emprego, é necessário conhecer a mobilidade profissional em Portugal. Analizando todas as profissões que os inquiridos tiveram ao longo do tempo, em Portugal, verifica-se que de uma forma geral, a mudança de emprego implicou mudança de grupo profissional, tendo havido uma diminuição sucessiva de ativos no grupo profissional dos trabalhadores não qualificados, que se deslocaram, principalmente, para o grupo do pessoal dos serviços e vendedores.

**Figura 44 - Representatividade dos grupos profissionais no último emprego, em Portugal**

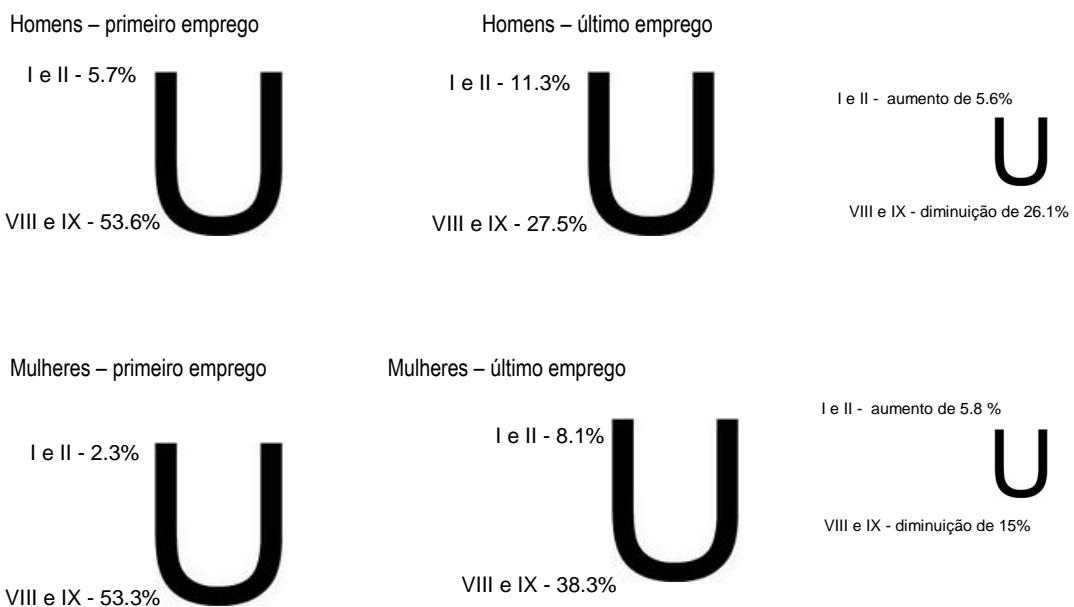


Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Fazendo uma comparação entre o primeiro emprego e o último dos inquiridos, em Portugal, verificam-se diferenças significativas (figura 44). Em termos gerais, pode-se afirmar que a mudança de emprego do primeiro para o último implicou para alguns trabalhadores uma mobilidade profissional ascendente, pois:

- Todos os grupos profissionais tiveram um aumento de ativos, à exceção do grupo dos trabalhadores não qualificados (perdeu 25.6% de trabalhadores); os operários e artífices e os operadores de instalações foram os que tiveram maior crescimento de ativos, com mais 6.2% e 5.3%, respetivamente;
- A maioria dos imigrantes no primeiro emprego em Portugal trabalha no grupo profissional dos trabalhadores não qualificados, tanto os homens (52.6%) como as mulheres (53.3%). O segundo grupo profissional mais representativo nas mulheres é o do pessoal dos serviços e vendedores (33%) e nos homens é o grupo dos operários e artífices (20.1%);
- Do primeiro emprego para o último, verifica-se que as mulheres continuam a ter a sua maior representação no grupo dos trabalhadores não qualificados (37.7%, menos 15.6% de trabalhadoras face à primeira profissão) e no pessoal dos serviços e vendedores (37.7%, mais 4.7% de trabalhadoras face à primeira profissão). Nos homens, as alterações são mais significativas, agora os dois grupos profissionais mais representativos são os operários e artífices (33.3%, mais 13.2% de trabalhadores) e o pessoal de serviços e vendedores (19%, mais 0.4% de trabalhadores). Todos os grupos profissionais ganham homens, à exceção do grupo dos trabalhadores não qualificados, que perde 36.8% de trabalhadores.

**Figura 45 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo o género**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

As mulheres, apesar de possuírem maiores percentagens de trabalhadoras com níveis de escolaridade mais elevada, mostram uma mobilidade profissional ascendente mais lenta, principalmente, nos grupos profissionais menos qualificados, pois estes grupos perderam 15% da população feminina face ao primeiro emprego, enquanto que nos homens esse valor atinge os 26.1% (figura 45). Em contrapartida, nos grupos profissionais mais qualificados (I, II), as mulheres tiveram um aumento de 5.8% de ativos, enquanto os homens esse valor é de 5.6%.

Existem diferenças significativas quando se cruza a variável da nacionalidade com o grupo profissional da primeira profissão. Os brasileiros destacam-se no grupo do pessoal dos serviços e vendedores (47.1%), seguido pelo grupo dos trabalhadores não qualificados (30%). Os ucranianos e guineenses têm uma inserção profissional muito parecida uma vez que apresentam a sua maior concentração no grupo dos trabalhadores não qualificados, com 68.9% e 72.1%, respetivamente, seguido pelo grupo dos operários e artífices com 16.6% e 11.6%, respetivamente.

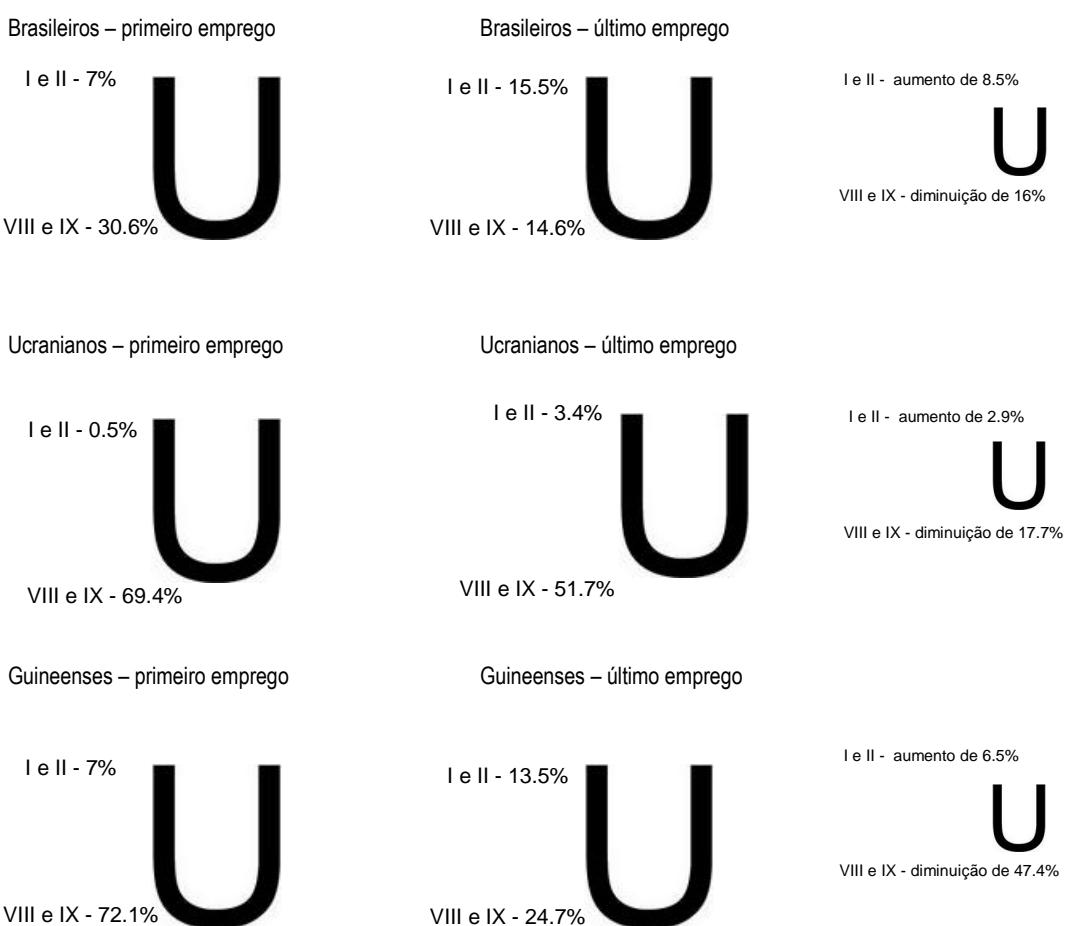
Comparando o primeiro emprego com o último, verifica-se que os brasileiros continuam a concentrar-se nos grupos do pessoal dos serviços e vendedores (49.3%) logo seguido pelo grupo dos trabalhadores não qualificados (13.3%). Todos os grupos profissionais ganham ativos à exceção do grupo dos trabalhadores não qualificados que perde 16.7% de trabalhadores brasileiros.

Os brasileiros são os que apresentam maior representatividade nos grupos profissionais mais qualificados, nomeadamente, dirigentes, especialistas de profissões, técnicos de nível intermédio, pessoal administrativo e similar e empresários.

Os ucranianos continuam a destacar-se no grupo dos trabalhadores não qualificados com 41.3% e o dos operários e artífices com 24.5%. Todos os grupos profissionais ganham ativos, à exceção do grupo dos trabalhadores não qualificados que perde 27.6% de trabalhadores.

Os trabalhadores guineenses apresentam tendencialmente as maiores alterações profissionais. Assim, agora é o grupo dos operários e artífices e o do pessoal dos serviços e vendedores os mais representativos (ambos com 22.5%, aumentando 20.9% e 15.6%, respetivamente). Todos os grupos profissionais ganham ativos, à exceção do grupo dos trabalhadores não qualificados que perde 50.8% dos trabalhadores.

**Figura 46 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo a nacionalidade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Na mudança de categoria profissional, verifica-se que todas as nacionalidades tiveram um aumento de trabalhadores nos grupos profissionais mais qualificados e uma diminuição nas categorias menos qualificadas (figura 46). Os imigrantes brasileiros apresentam maior percentagem de inquiridos (quer no primeiro quer no último emprego) nas categorias profissionais mais qualificadas e menor percentagem nas categorias menos qualificadas.

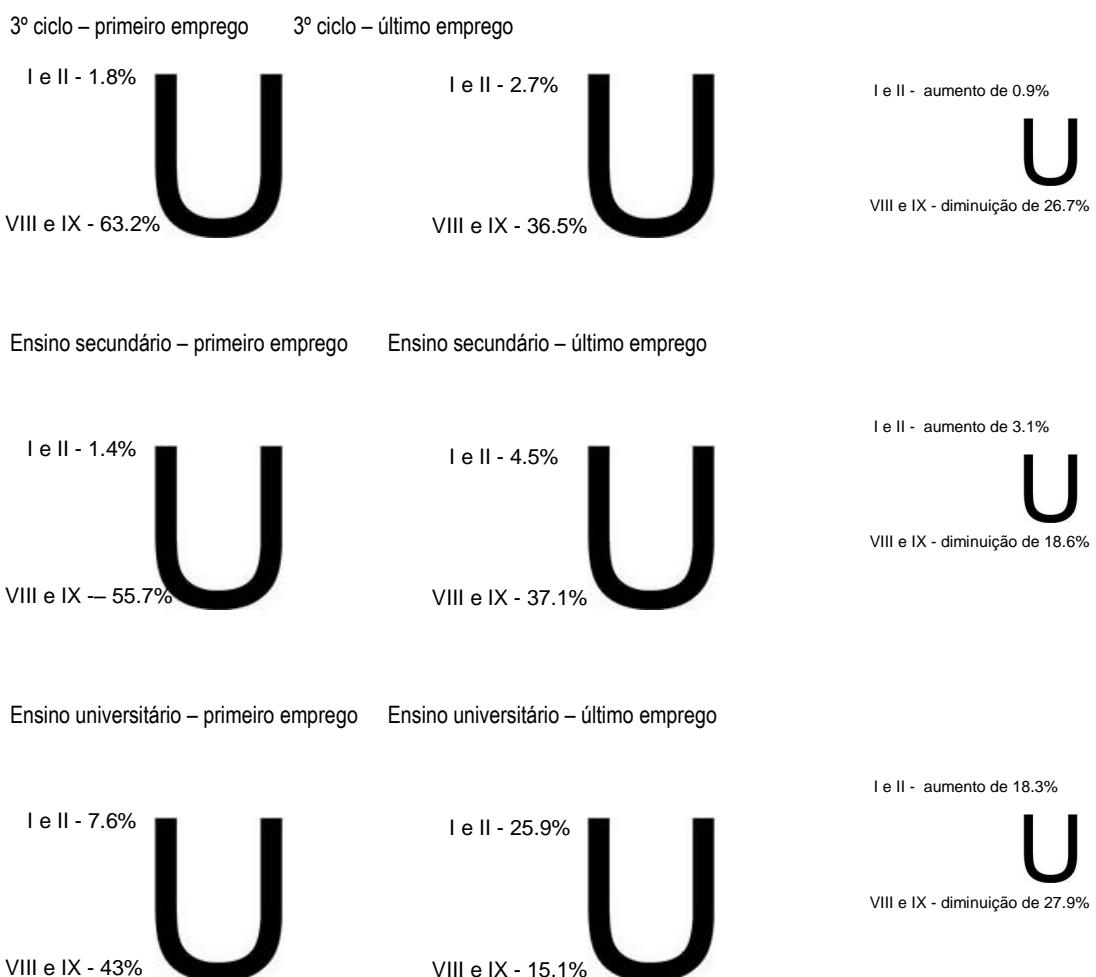
Os brasileiros tiveram um aumento de 8.5% de trabalhadores nos grupos profissionais I e II, seguidos pelos guineenses com 6.5% e os ucranianos com 2.9%. Nos grupos profissionais VIII e IX, constata-se que os guineenses perderam 47.4% dos trabalhadores, seguidos pelos ucranianos com 17.7%. Os brasileiros perderam 16%, no entanto são os que possuem menos ativos nessas categorias profissionais (14.6%). Os brasileiros são os que manifestam uma mobilidade profissional ascendente mais rápida.

Os níveis de escolaridade que os imigrantes possuem vão influenciar a sua mobilidade profissional. O nível de escolaridade é relevante para o desenvolvimento de uma mobilidade profissional ascendente. Os elevados níveis de escolaridade refletem-se na sua categoria profissional e consequentemente no seu rendimento mensal.

No primeiro emprego verificou-se que mais os 43% dos imigrantes com o ensino superior pertenciam ao grupo profissional dos trabalhadores não qualificados atingindo 54.2% nos imigrantes com o ensino secundário. A mudança de emprego de muitos inquiridos fez com que os trabalhadores acedessem a grupos profissionais mais qualificados havendo uma perda substancial de ativos não qualificados (menos 24.5% nos ativos com o ensino universitário, menos 22.7% nos ativos com o ensino secundário).

Há uma clara discrepância entre o nível de escolaridade e a profissão desempenhada. Efetivamente, há um número significativo de ativos com elevados níveis de escolaridade que desempenham trabalhos não qualificados em virtude de não conseguirem aceder aos segmentos de mercado de emprego que, melhor se ajustariam à sua formação escolar. Há dificuldades de reconhecimento das habilitações escolares e no caso dos ucranianos há barreiras linguísticas.

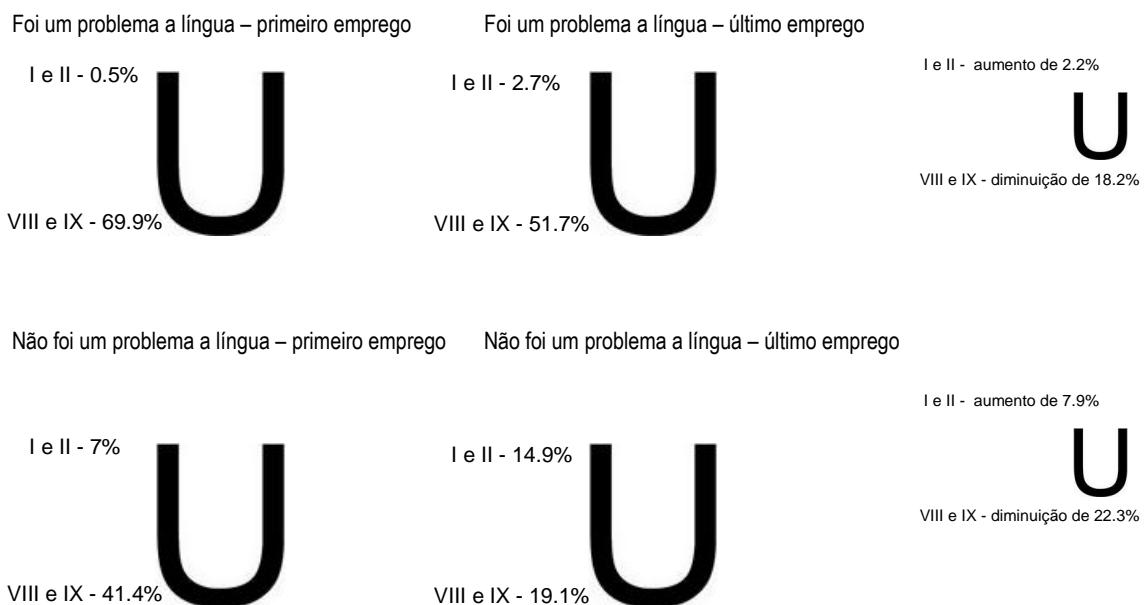
**Figura 47 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo os níveis de escolaridade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os níveis de escolaridade que os imigrantes possuem têm influência na mobilidade profissional (figura 47). Os imigrantes que possuem níveis de escolaridade mais elevados são os que apresentam a maior percentagem de ativos nas categorias profissionais mais qualificadas (25.9%). Da primeira para a última profissão, os inquiridos com o ensino universitário tiveram o maior aumento de ativos (18.3%) nos grupos profissionais I e II e a maior perda de ativos (27.9%) nos grupos profissionais VIII e IX. Claro que estes grupos profissionais exigem elevadas competências, só acessíveis aos trabalhadores com níveis de escolaridade elevados.

**Figura 48 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo as dificuldades linguísticas**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

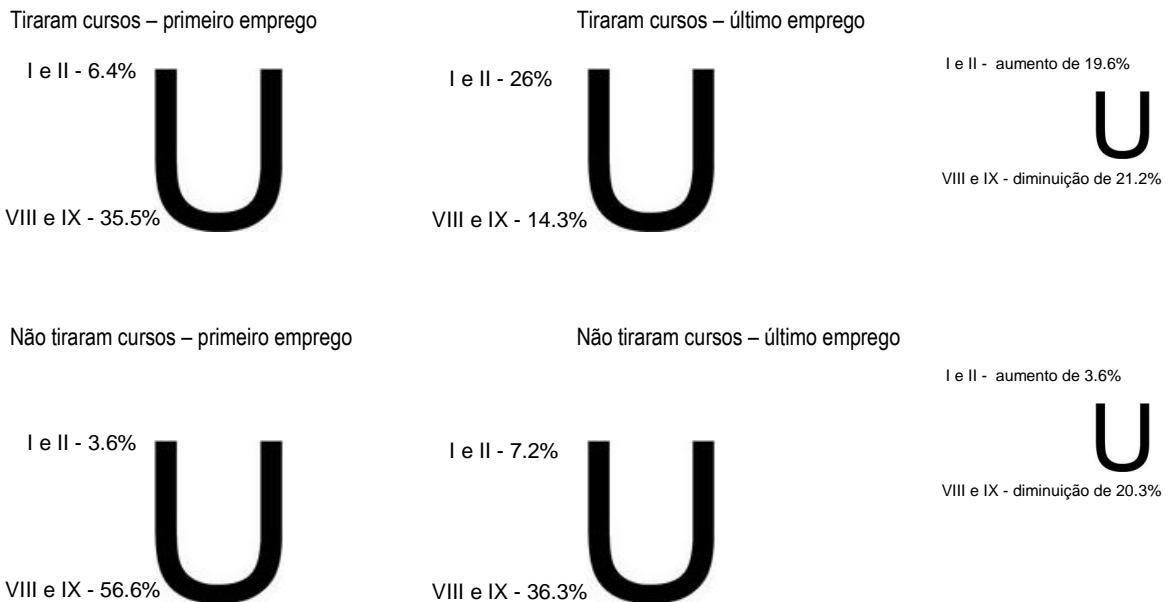
As dificuldades linguísticas são um entrave à mobilidade profissional ascendente, pois limitam a comunicação e a aquisição de informação que permitem uma maior integração profissional. Os inquiridos que manifestaram não terem dificuldades linguísticas apresentam uma mobilidade profissional ascendente mais rápida (figura 48). Os inquiridos com dificuldades linguísticas apresentam maior percentagem de trabalhadores nos grupos profissionais menos qualificados e menor nos grupos profissionais mais qualificados. A mobilidade profissional ascendente que se verifica em ambas as situações é mais lenta nos inquiridos com dificuldades linguísticas, pois apenas tiveram um aumento de 2.2% de trabalhadores nos grupos I e II e uma diminuição de 18.2% nos grupos VIII e IX (nos trabalhadores sem problemas linguísticos esses valores atingem 7.9% e 22.3%, respetivamente).

A formação adquirida em Portugal facilita a mobilidade profissional ascendente, pois verifica-se que a frequência de cursos em Portugal (Língua portuguesa e profissionais) essa mobilidade é maior nos que frequentam esses cursos (figura 49).

Os inquiridos que frequentaram cursos de formação em Portugal têm uma mobilidade profissional mais rápida, pois têm um aumento mais significativo de trabalhadores nas categorias

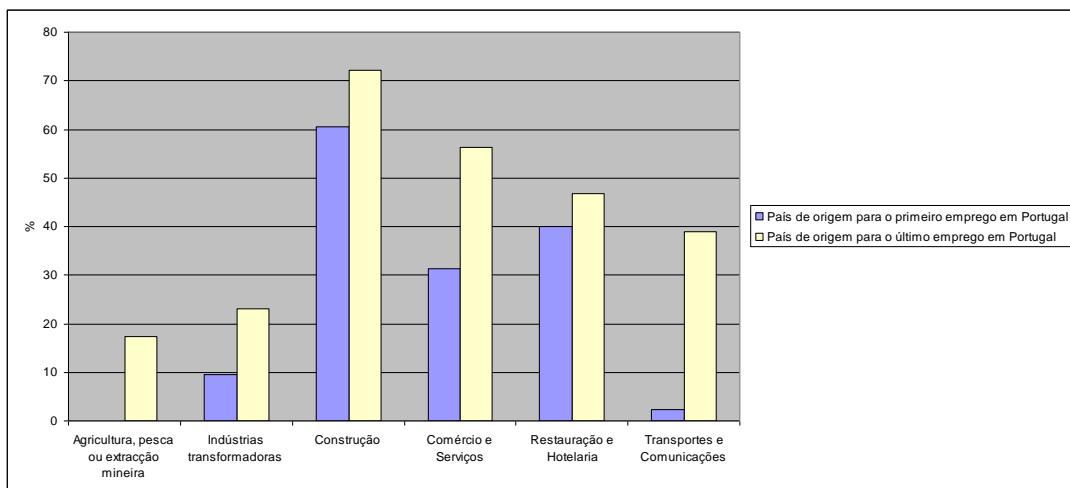
profissionais mais qualificadas (19.6%) e perdas mais significativas de trabalhadores nas categorias menos qualificadas (21.2%).

**Figura 49 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo a frequência de cursos de formação**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A experiência profissional representa uma vertente muito importante do capital humano dos imigrantes, podendo ser estudada, através da análise dos anos de trabalho numa profissão. No entanto, nesta investigação, a experiência profissional é analisada pela transferência dessa experiência, que resulta da relação entre a profissão que o imigrante exercia no país de origem com a primeira e última profissão, em Portugal. Assim, a experiência laboral é analisada em função do setor de atividade e do grupo profissional que o imigrante integrava no país de origem e o que integrava ou integra em Portugal (no primeiro e no último emprego).

**Figura 50 - Transferência da experiência laboral, por setor de atividade**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Relativamente ao primeiro emprego, 27.3% dos imigrantes mostram transferência da experiência laboral, uma vez que se concentram no mesmo setor de atividade em relação ao setor que pertenciam no país de origem. É o setor da construção que apresenta maior transferência, pois 60.5% dos imigrantes inseridos neste setor no seu país de origem continuam a trabalhar nele em Portugal (figura 50). Os setores da restauração e hotelaria e do comércio e serviços apresentam também uma elevada transferência da experiência profissional, com 40% e 31.3%, respetivamente.

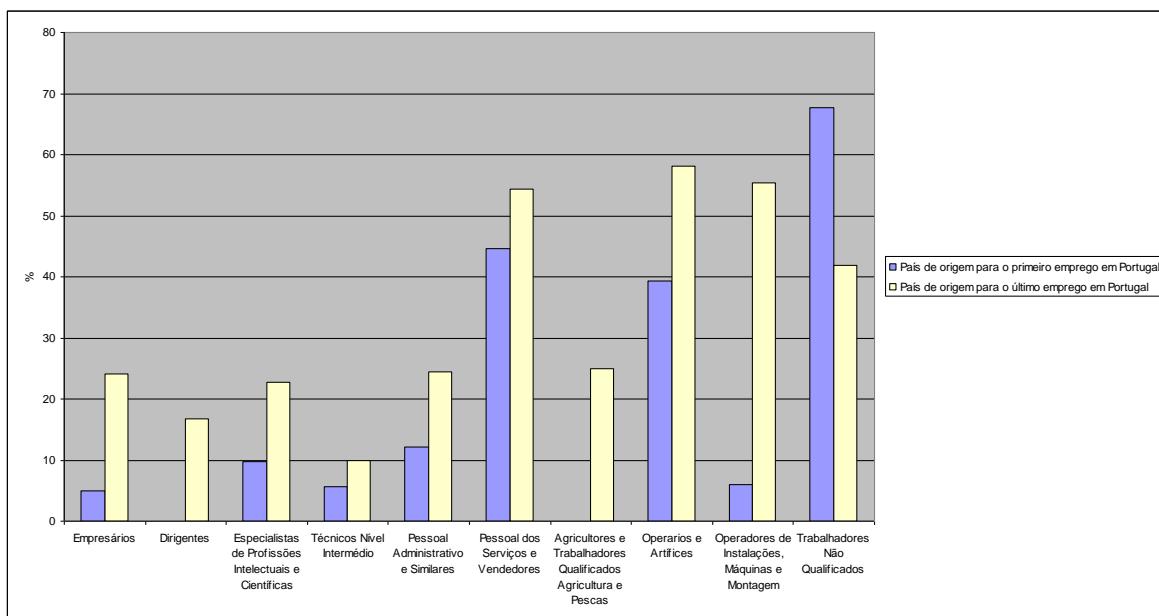
Comparando a transferência da experiência entre o setor que pertencia no país de origem e o último em Portugal constata-se que aumentou 11.6%. Assim, 49% dos trabalhadores estão empregados nos setores de atividade nos quais tinham experiência no seu país de origem. O setor de atividade que regista a maior percentagem de transferência continua a ser o da construção (72.1%), seguido do setor comércio e serviços e o da restauração e hotelaria.

Concluindo, constata-se que em todos os setores de atividade houve um aumento da transferência da experiência com a integração em Portugal, havendo assim uma maior adequação da mão de obra imigrante.

Fazendo uma análise similar à anterior, mas por grupo profissional, constata-se que a maior transferência da experiência profissional se verifica no grupo profissional dos trabalhadores não qualificados sendo de 67.7% (figura 51). Através de uma análise qualitativa das profissões verifica-se que a maioria destes trabalhadores têm as profissões de empregadas domésticas, serventes na construção civil, copeiros, empregadas de limpeza, entre outras. Também, existe uma grande taxa de transferência no grupo do pessoal de serviços e vendedores (44.6%), e no dos operários e artífices (39.3%).

Os dados apontam para uma maior transferência da experiência laboral nas profissões menos qualificadas, verifica-se que à medida que a categoria profissional é maior, menor é a taxa de transferibilidade dessa experiência. Estes dados evidenciam as maiores dificuldades de acesso às profissões mais qualificadas em Portugal.

**Figura 51 - Transferência da experiência laboral, por grupo profissional**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

No que se refere à transferência da experiência laboral por grupo profissional, no país de origem, face à última, em Portugal, verificam-se diferenças bastante significativas (figura 51): são os operários e artífices que apresentam a maior taxa de transferência (58.1%), seguidos dos operadores de instalação, máquinas e montagem (55.3%) e pessoal dos serviços e vendedores (54.3%); os grupos profissionais dos operadores de instalações e dos trabalhadores qualificados na agricultura e pesca apresentam o maior crescimento da transferência, com 49.4% e 25%, respetivamente; é de salientar que são as profissões inseridas no grupo dos trabalhadores não qualificados que apresentam uma diminuição de 25.8% na taxa de transferência, representando agora 41.9%.

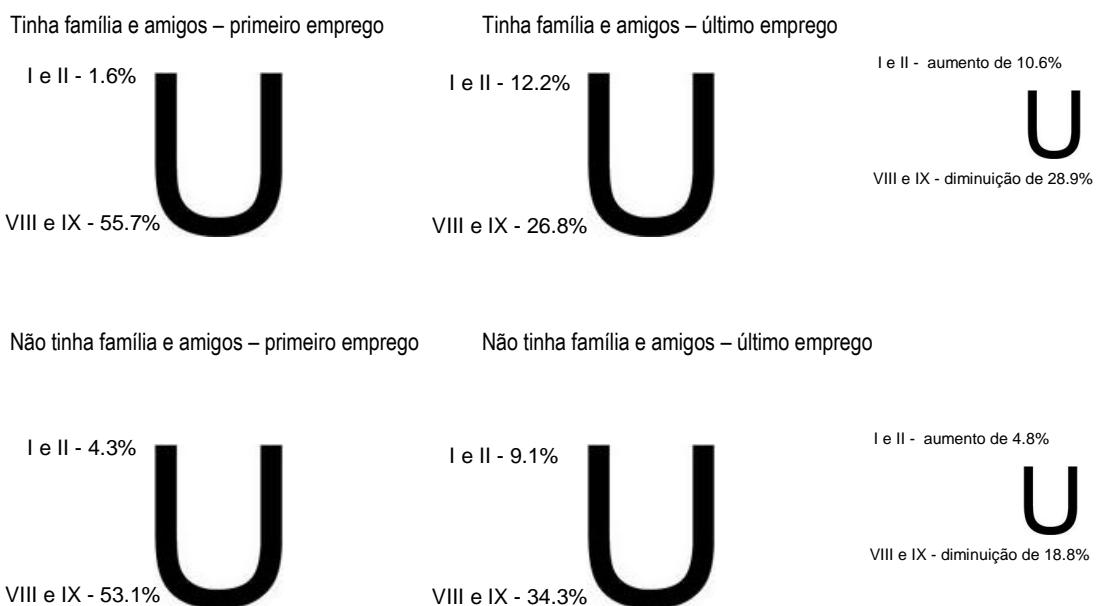
Com o passar do tempo, os imigrantes tendem a ter as mesmas profissões que no seu país de origem, havendo uma maior adaptação às suas competências profissionais. Por isso, a maioria dos inquiridos (50.7%) referiu que tem um trabalho apto à sua formação de base e 58.1% referiu

que a sua formação de base (adquirida no país de origem) está a ser útil no emprego que possuem em Portugal.

### 2.6.3 - A influência do capital social e do capital financeiro na inserção no mercado de trabalho

O capital social (relações familiares e de amizade) e o capital financeiro (recursos económicas trazidos do país de origem e rendimentos mensais) que os imigrantes possuem em Portugal influência a sua mobilidade profissional.

**Figura 52 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo família e amigos em Portugal**



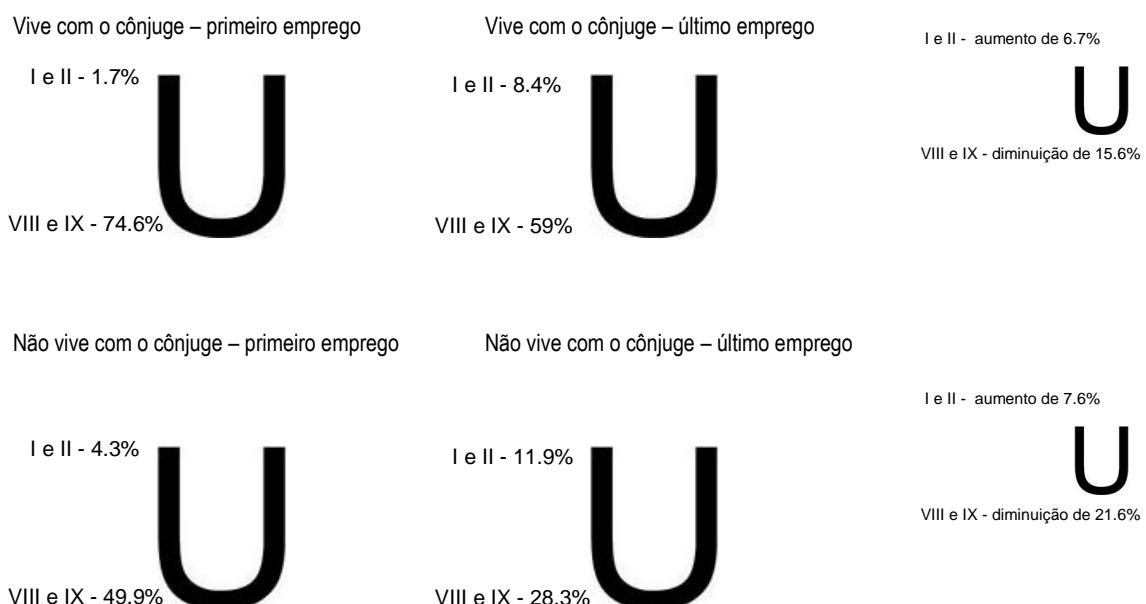
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os imigrantes que têm familiares ou amigos em Portugal apresentam sempre, da primeira para a última profissão, uma mobilidade ascendente mais rápida (figura 52). Ao analisar-se o grupo

dos trabalhadores mais qualificados verifica-se que a integração favorece os imigrantes melhor conectados em redes (amigos, familiares, vizinhos, entre outros). Nos trabalhadores menos qualificados, a ascensão profissional também regista valores mais altos nos ativos melhor inseridos em redes sociais. Nas categorias VIII e IX, os trabalhadores que têm família ou amigos perderam 28.9% dos ativos, enquanto que esse valor atinge 18.8% nos que não têm.

Concluindo, a rede familiar e de amizades aumenta a probabilidade de uma mobilidade profissional ascendente.

**Figura 53 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo a residência com o cônjuge**



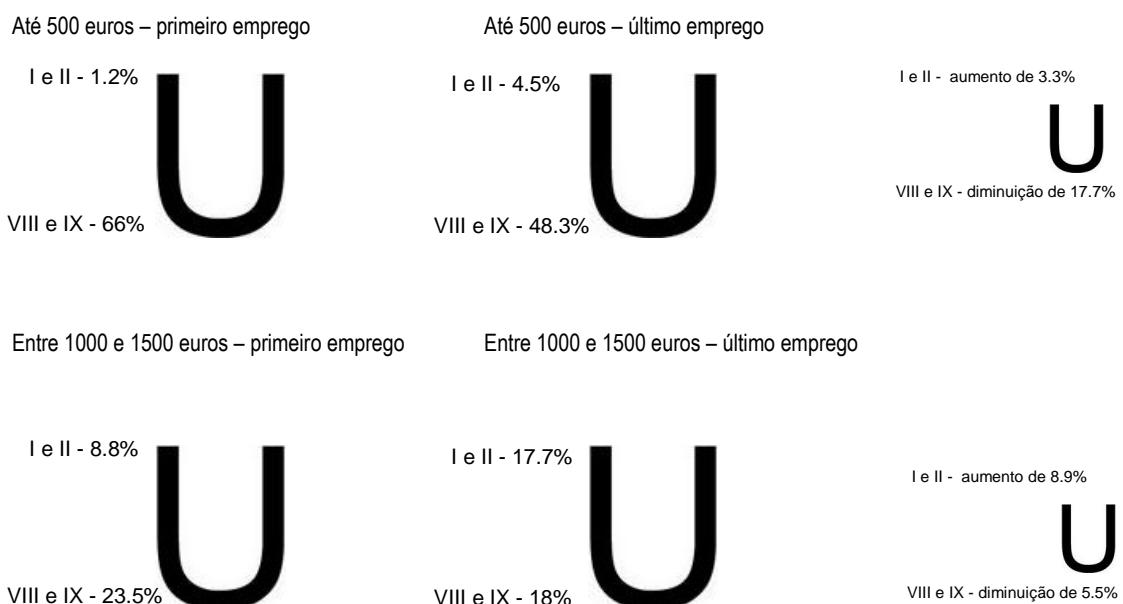
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Constata-se que os imigrantes que vivem com o cônjuge têm uma mobilidade mais lenta face aos que não vivem (figura 53). Os imigrantes que vivem com o cônjuge apresentam sempre (quer na primeira profissão quer na atual) as menores percentagens de trabalhadores nas categorias profissionais mais qualificadas (I e II) e as maiores percentagens nas categorias menos qualificadas (VIII e IX). Os imigrantes que vivem com o cônjuge têm um aumento de 6.7% de trabalhadores nas categorias I e II, enquanto que esse valor atinge 7.6% nos que não vivem. Nas

categorias VIII e IX, os trabalhadores que vivem com o cônjuge perderam 15.6% dos ativos, enquanto que esse valor atinge 21.6% nos que não vivem.

Os inquiridos que entraram em Portugal com menos recursos económicos apresentam maior percentagem de ativos nas categorias profissionais menos qualificadas (figura 54).

**Figura 54 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo os recursos económicos à entrada de Portugal**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os inquiridos que entraram com mais recursos económicos em Portugal são os que apresentam maior percentagem de trabalhadores nas categorias profissionais mais qualificadas (I e II) assim como são os que têm maior mobilidade profissional ascendente, pois apresentam maior percentagem de ativos nessas categorias, quer no primeiro quer no atual emprego, assim como conseguem os maiores aumentos, 8.9% de ativos.

## 2.6.4 - Condições de trabalho em Portugal

### 2.6.4.1 - Vínculo contratual

Constatando que os imigrantes têm as profissões menos qualificadas no mercado de trabalho português torna-se, essencial, caracterizar as condições de trabalho e verificar se há diferenças significativas. A vulnerabilidade dos imigrantes, face ao mercado de trabalho não é visível apenas pela taxa de desemprego e a profissão que ocupam, mas também através do vínculo contratual, dos rendimentos que auferem e pelo número de horas que trabalham. Assim, analisa-se os indicadores anteriores, referentes quer ao primeiro emprego, quer ao último.

**Quadro 14 - Vínculo contratual no primeiro e último emprego, segundo o género**

Género	Prazo 1º emprego	Prazo Último emprego	Efetivo 1º emprego	Efetivo Último emprego	Prestação de serviços 1º emprego	Prestação de serviços Último emprego	Sem contrato 1º emprego	Sem contrato Último emprego
	Percentagem							
<b>Masculino</b>	61,7	56,3	4,7	29,3	2,6	7,8	31,1	6,7
<b>Feminino</b>	55,9	51,6	3,3	25,3	0,9%	6,6	39,8	16,4
<b>Total</b>	58,7	53,8	4,0	27,2	1,7	7,1	35,6	11,8

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A análise comparativa do vínculo contratual no primeiro e último emprego (quadro 14), constitui um indicador de avaliação da integração dos ativos:

- No primeiro emprego é de salientar o forte caráter temporário do trabalho (58,7% dos inquiridos têm “contrato a prazo” e apenas 4% têm um vínculo contratual efetivo). A precariedade é comum aos dois géneros, mas é ainda mais intensa no género feminino dada a importância das ativas sem contrato.

O emprego atual mostra que houve no processo de integração algumas melhorias nos vínculos contratuais dos trabalhadores, no entanto, continua a existir uma forte percentagem de trabalhadores com “contratos a prazo”, atingindo os 53,8%. Há um aumento bastante significativo dos “contratos efetivos”, sobretudo nos homens. A alteração mais significativa foi a diminuição dos trabalhadores “sem contrato”

(passando para 11.8%). As mulheres continuam a ter claramente um processo com maior instabilidade uma vez que a percentagem de “contratos a prazo” e “sem contratos” é maior em relação ao género masculino (quer no primeiro quer no último emprego).

Apesar da diminuição dos trabalhadores “sem contrato”, a percentagem continua a ser elevada, sendo um indicador da ilegalidade dos imigrantes no mercado de trabalho português. Muitas empresas recusam-se a celebrar contratos de trabalho, criando obstáculos ao processo de regularização dos trabalhadores imigrantes. O exercício da prestação laboral à margem da lei precariza-os e reforça trabalhos desqualificados (onde são ignoradas as regras de segurança e higiene) sem benefícios sociais (subsídio de férias, subsídio de desemprego, créditos de habitação, reforma, entre outros). Além disso, ficam muito vulneráveis em termos de salário o que dificulta uma mobilidade profissional ascendente.

**Quadro 15 - Vínculo contratual no primeiro e último emprego, segundo a nacionalidade**

Nacionalidade	Prazo 1º emprego	Prazo Último emprego	Efetivo 1º emprego	Efetivo Último emprego	Prestação de serviços 1º emprego	Prestação de serviços Último emprego	Sem contrato 1º emprego	Sem contrato Último emprego
	Percentagem							
Brasileiros	51,2	47,5	5,9	33,6	2,9	8,8	40,0	10,1
Ucranianos	62,3	62,3	2,6	22,0	0,0	3,4	35,1	12,3
Guineenses	72,1	43,8	2,3	27,0	4,7	14,6	20,9	14,6

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

O vínculo contratual por nacionalidade apresenta um perfil muito semelhante, pois em todas as nacionalidades predominam os “contratos a prazo” (quer no primeiro quer no último emprego) (quadro 15)<sup>11</sup>. Da primeira profissão para a última assiste-se, de uma maneira geral, nas três nacionalidades a uma melhoria no tipo de contrato. Há uma diminuição dos “contratos a prazo”

<sup>11</sup> No primeiro emprego os brasileiros destacam-se por apresentarem a maior percentagem de ativos sem contrato (40%) e com contrato efetivo (5.9%); os ucranianos destacam-se como sendo os imigrantes que não apresentam trabalhadores em prestação de serviços e a segunda maior percentagem de trabalhadores sem contrato (35.1%); os guineenses também apresentam tendencialmente uma grande instabilidade profissional, pois apresentam a maior percentagem de imigrantes com contrato a prazo (72.1%) e a maior percentagem de prestação de serviços (4.7%). Todas as nacionalidades apresentam elevada precariedade contratual.

e dos “sem contrato” e um aumento dos “contratos efetivos” e da “prestaçāo de serviços”. São os brasileiros que apresentam uma situação mais gratificante em termos de estabilidade contratual.

Os trabalhadores sem contrato estão, principalmente, nos setores do comércio e serviços, construção e restauração e hotelaria (45.8%, 30.6% e 29.8%, respectivamente), setores onde a mão de obra está muito sujeita à sazonalidade o que implica assim, muitas vezes, a ilegalidade. Neste âmbito Varejāo *et al* (2002) referiu que a construção civil e as obras públicas, a restauração e hotelaria, o comércio, agricultura são os setores com maior taxa de rotação de emprego<sup>12</sup>, sendo um indicador de instabilidade.

Do primeiro para o último emprego assiste-se a uma melhoria, generalizada a todos os setores de atividade, da situação contratual dos trabalhadores, apesar de continuarem a existir bastantes “contratos a prazo” e “sem contrato”. Assim, no último emprego, continuam a ser os “contratos a prazo” que apresentam maior número de trabalhadores em todos os setores (com exceção no setor da indústria transformadora), no entanto verificam-se algumas alterações significativas: os “contratos efetivos” aumentam em todos os setores; a “prestaçāo de serviços” que só estava presente no setor do comércio e serviços teve um aumento de 7.1% neste setor e surgiu pela primeira vez nos setores da construção, restauração e hotelaria e transportes e comunicações; os trabalhadores sem contrato diminuíram genericamente em todos os setores de atividade.

No que se refere à relação entre o vínculo contratual e o grupo profissional a que o imigrante pertence, verifica-se que em todos os grupos profissionais predomina os “contratos a prazo”, à exceção dos grupos profissionais dos empresários e especialistas das profissões intelectuais e científicas. No que se refere aos trabalhadores “sem contrato”, constata-se que estão concentrados nos grupos dos trabalhadores não qualificados (41.1%), no pessoal de serviços e vendedores (37.1%) e nos operários e artífices (25%). A elevada percentagem no grupo dos trabalhadores não qualificados pode justificar-se pela forte dependência de mão de obra imigrante, devido à natureza insegura e móvel de certos trabalhos, tornando-o um grupo atrativo para quem pretende fugir às obrigações fiscais.

Assim, a mudança de emprego ao longo do processo migratório traz alterações significativas em termos contratuais, segundo os grupos profissionais. Apesar de uma diminuição percentual, continuam, em todos grupos profissionais a predominar os “contratos a prazo” com exceção dos dirigentes e empresários, onde predominam os “contratos efetivos” e a “prestaçāo de

---

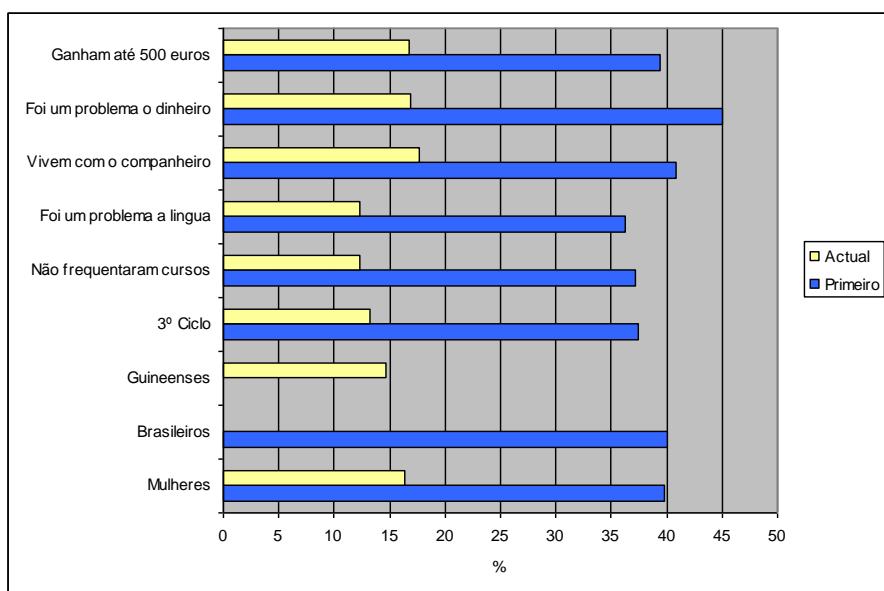
<sup>12</sup> Taxa de rotação de emprego - mede o número de postos de trabalho criados e destruídos durante um período (em proporção do emprego médio nesse período); é, portanto, uma medida de intensidade da reafectação de postos de trabalho entre estabelecimentos (Varejāo *et al*, 2002).

serviços", respetivamente. Nos trabalhadores "sem contrato" verifica-se que: nos grupos profissionais dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, técnicos de nível intermédio e trabalhadores qualificados na agricultura e pescas há um aumento ligeiro. Já nos grupos profissionais dos trabalhadores não qualificados, técnicos de nível intermédio, operários e artífices, pessoal de serviços e vendedores estes contratos têm uma diminuição.

Concluindo, ao comparar os vínculos contratuais ao longo do processo de integração, constata-se: uma transferência de situações de ilegalidade para situações contratuais legais. Desta forma, observa-se uma mobilidade positiva, uma diminuição da precariedade e um aumento da estabilidade profissional; para muitos imigrantes a posse de um contrato permite a saída da ilegalidade e iniciar um processo ascendente de mobilidade profissional e de integração social. Uma grande parte dos inquiridos apresenta mobilidade ascendente ao nível dos vínculos contratuais, pois assiste-se a um crescimento dos contratos formais e dentro destes, os contratos efetivos. Os trabalhadores com "contratos efetivos" têm uma maior estabilidade profissional, o que gera uma menor mobilidade geográfica o que favorece uma mobilidade profissional ascendente.

Com o objetivo de perceber melhor os fatores que influenciam esta mobilidade, cruzou-se o vínculo contratual do primeiro emprego e do atual com diferentes variáveis, como o género, a nacionalidade, o capital humano, social e financeiro (figura 55).

**Figura 55 - Maiores percentagens de inquiridos com contratos informais, no primeiro emprego e no atual**



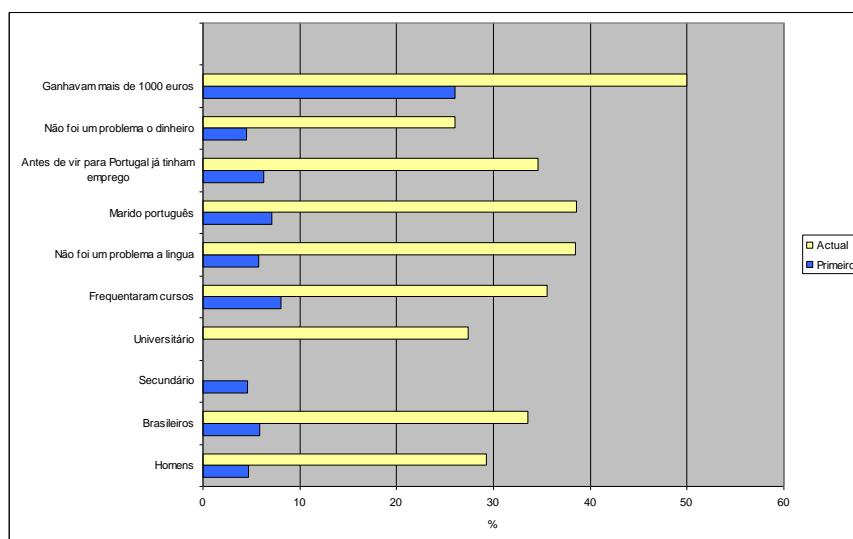
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os imigrantes que entraram em Portugal com poucos recursos financeiros são aqueles que apresentam as maiores percentagens de inquiridos sem contrato (45%), seguidos pelos que vivem com o cônjuge (40.9%). O facto de muitos imigrantes entrarem em Portugal com poucos ou nenhuns recursos económicos faz com que haja maior probabilidade de trabalhadores com empregos precários e sem contratos quererem melhorar, rapidamente a sua situação económica. Como a maioria dos inquiridos, que vive com o cônjuge, é do género feminino justifica a elevada percentagem de ativos sem contrato, pois estas trabalhadoras estão concentradas em trabalhos em *part-time*, como empregadas de limpeza e empregadas domésticas, justificando esta percentagem.

No primeiro emprego são os brasileiros que apresentam a maior percentagem de trabalhadores sem contrato que resulta do facto de estarem inseridos em atividades com elevada rotatividade (restauração, hotelaria). Esta elevada mobilidade também é justificada pela tentativa de arranjarem um emprego mais adequado à sua formação de base, como eles próprios referem. Já no emprego atual, são os guineenses que apresentam maior percentagem de trabalhadores sem contrato, o que pode ser explicado pelo facto de muitos trabalharem na construção civil e possuírem baixos níveis de escolaridade, fatores muito propícios à informalidade.

De uma maneira geral, constata-se que os imigrantes que apresentam as maiores percentagens de ativos sem contrato concentram-se no género feminino, nos que entraram em Portugal com fracos recursos económicos, que vivem com o cônjuge e auferem de rendimentos mensais baixos (até 500 euros).

**Figura 56 - Maiores percentagens de inquiridos com contratos efetivos, no primeiro emprego e no atual**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

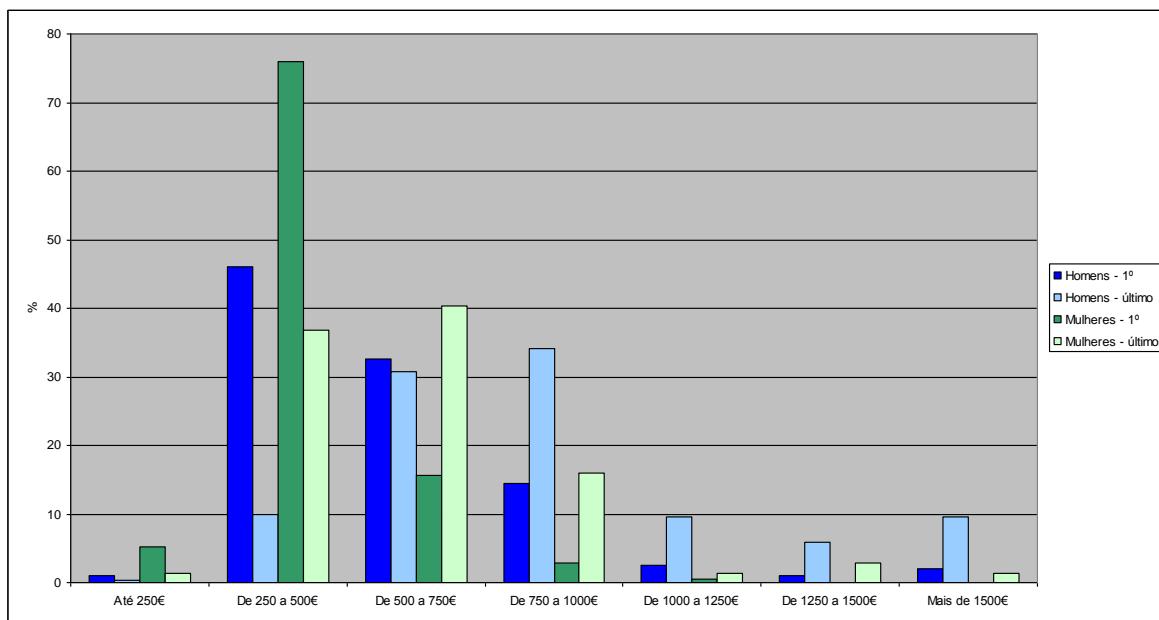
Os inquiridos que auferem rendimentos mensais mais elevados (mais de 1000 euros, relacionados com profissões mais qualificadas), seguidos pelos que têm cônjuge português, são os que apresentam uma situação de mobilidade contratual mais favorável, pois são os que apresentam as maiores percentagens de ativos com contratos efetivos, quer no primeiro emprego quer no atual (figura 56). O facto de ser homem, não apresentar problemas linguísticos e ter elevados níveis de escolaridade são fatores que permitem maior mobilidade contratual.

#### 2.6.4.2 - Rendimentos salariais e horas de trabalho

De uma forma geral, os salários dos trabalhadores imigrantes são menores face aos trabalhadores nacionais. A justificação para esta realidade pode ser atribuída, como se viu, anteriormente, ao facto de os imigrantes se concentrarem em setores de atividade de baixa qualificação (construção, agricultura, serviços domésticos e de limpeza) que não requerem elevados níveis de escolaridade e qualificação profissional.

Os rendimentos mensais absolutos dos imigrantes no primeiro emprego rondam em 61.7% dos casos os 250 e 500 euros. Também, existem contingentes consideráveis (23.7%) de imigrantes com rendimentos entre 500 e 750 euros, por mês. Apenas 3% dos trabalhadores estão situados nas classes mais altas de rendimentos, mais de 1000 euros.

Os homens têm um rendimento mensal relativamente maior do que as mulheres (96.7% das mulheres ganham até 750 euros e nos homens a percentagem é de 79.7%). Do primeiro para o último emprego, verifica-se uma melhoria nos rendimentos, quer nos homens quer nas mulheres (figura 57).

**Figura 57 - Classes de rendimento mensal no primeiro e no último emprego, segundo o género**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A maioria dos homens (34.1%) ganha no último emprego entre 750 e 1000 euros e a maioria das mulheres (40.4%) ganha entre 500 a 750 euros. Mais de 1000 euros mensais, apenas 5.5% das mulheres ganham enquanto que nos homens esse valor atinge 24.9%. Apesar das melhorias as mulheres continuam a ganhar menos do que os homens.

Os escalões de rendimentos mensais mais baixos concentram muito mais mulheres do que homens, enquanto que o oposto verifica-se nos escalões mais elevados. Pode-se apontar várias justificações para este facto, que passam pelo tipo de profissão até à discriminação. O facto é que o homem trabalha, principalmente, na construção, agricultura, transportes, onde tem mais experiência e onde as remunerações são mais elevadas, enquanto que as mulheres concentram-se, principalmente, em serviços domésticos e de limpeza, com pior remuneração. Também estas diferenças de salário podem, ser justificados, pelo facto das mulheres trabalharem menos horas do que os homens, ou seja, não têm um emprego a tempo inteiro. Por isso, Gómez (2003) refere que "as mulheres conseguem empregos que estão muito abaixo dos seus conhecimentos e experiências, mas também os seus salários são inferiores aos dos homens, é que a divisão dos setores de trabalho é sexualizado dando sempre vantagem aos homens".

Todas as nacionalidades apresentam maior número de imigrantes a auferirem de um rendimento mensal entre 250 e 500 euros (ganham em média 2 a 3 euros por hora), com destaque para os ucranianos, pois têm 72.5% dos trabalhadores. Os brasileiros apresentam maior

percentagem de trabalhadores nos escalões de rendimento mais elevados. Do primeiro para o último emprego todas as nacionalidades melhoraram os seus rendimentos (o maior quantitativo de imigrantes ganha 3-4 euros por hora).

Os rendimentos mensais estão relacionados com o setor de atividade a que pertencem os trabalhadores, no entanto, verifica-se que em todos os setores predomina o escalão de rendimentos mensais mais baixo entre 250 e 500 euros. É o setor do comércio e serviços que apresenta a maior percentagem de trabalhadores no escalão mais baixo (até 250 euros) e as maiores percentagens nos escalões mais elevados (1000 euros ou mais). Do primeiro para o último emprego verifica-se que em todos os setores de atividade há uma melhoria dos rendimentos mensais<sup>13</sup>.

Os grupos profissionais mais qualificados são os que apresentam maior percentagem de imigrantes nos escalões de rendimentos mensais mais elevados, 1000 euros ou mais (especialistas de profissões intelectuais e científicas - 57.2% e técnicos nível intermédio - 25%). Os escalões de rendimentos mensais mais baixos, menos de 500 euros, predominam nos grupos profissionais menos qualificados, (trabalhadores não qualificados - 68.8% e pessoal de serviços e vendedores - 67.9%). Todos os grupos profissionais têm uma melhoria dos seus rendimentos mensais do primeiro para o último emprego<sup>14</sup>.

Estes dados apontam para salários mais elevados nos grupos profissionais mais qualificados e salários muito mais baixos nos grupos profissionais menos qualificados. Este facto sugere que, nas posições profissionais mais elevadas, os imigrantes desempenham tarefas onde existe escassez de mão de obra, sendo bem pagos, e em contrapartida, ao nível dos postos profissionais menos qualificados, os imigrantes demonstram ser sobretudo uma mão de obra barata que ocupam trabalhos que os nacionais não querem.

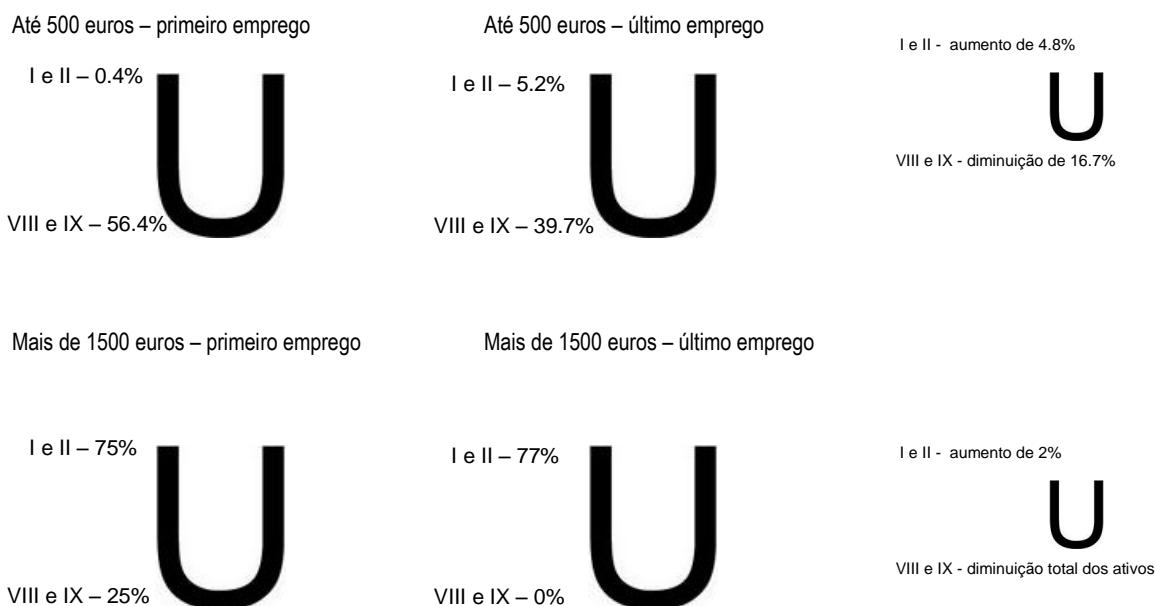
Os trabalhadores que auferem rendimentos mensais mais elevados são os que apresentam maior percentagem de ativos nas categorias profissionais mais elevadas, quer na primeira quer na atual profissão (figura 58).

---

<sup>13</sup> Nos setores agricultura, pescas ou extração mineira, indústrias transformadoras, comércio e serviços e restauração e hotelaria predomina o escalão de rendimentos mensais entre 500 e 750 euros. Já nos setores da construção e transportes e comunicações predomina o escalão entre 750 e 1000 euros, são estes setores que apresentam o maior quantitativo de trabalhadores nos escalões mais elevados mais de 1000 euros.

<sup>14</sup> No entanto, esta melhoria beneficia mais os trabalhadores mais qualificados (continua a ser o grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas a apresentar maior percentagem com 51.8% a ganharem mais de 1000 euros, a este grupo profissional junta-se o dos operadores de instalações, máquinas e montagem com 52.9%). Continuam a ser os grupos profissionais dos trabalhadores não qualificados e pessoal dos serviços e vendedores a apresentarem as maiores percentagens de trabalhadores a ganharem menos de 500 euros mensais, com 36.2% e 34.9% respetivamente.

**Figura 58 - Representatividade dos grupos profissionais no primeiro e no último emprego, segundo o rendimento mensal**



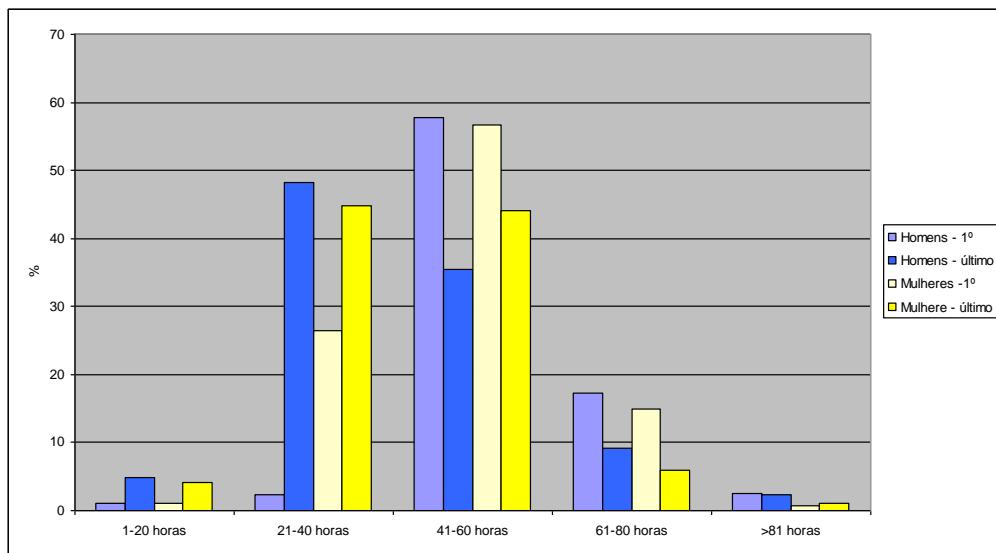
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Comparando a mobilidade dos trabalhadores que auferem rendimentos mais baixos, verifica-se que tiveram um acréscimo de trabalhadores nas categorias I e II de 4.8%, enquanto que nos que ganham mais esse valor atinge apenas 2%. Na profissão atual, verifica-se que nos grupos profissionais VIII e IX não existem trabalhadores que auferem mais de 1500 euros, enquanto que nos trabalhadores que auferem até 500 euros existem 39.7% de ativos.

Pedido aos inquiridos para compararem o salário do primeiro emprego com o último, 86.2% referem que o seu salário melhorou e apenas 5.8% refere que piorou. São os ucranianos que apresentam a maior percentagem 97.3% de inquiridos a referirem melhorias.

No que se refere ao número médio de horas semanais que os imigrantes trabalham no primeiro emprego, verifica-se que 46.1% trabalha muitas horas (de 41-60 horas por semana) aparecendo também com valor bastante significativo 35.4% os que trabalham 21-40 horas semanais. Os homens trabalham, em média, mais horas por semana do que as mulheres: 57.8% dos homens trabalham 41-60 horas e nas mulheres esse valor é de 56.7%; também 19.8% dos homens trabalham mais de 60 horas por semana, atingindo nas mulheres 15.6% (figura 59).

**Figura 59 - Número médio de horas de trabalho semanais no primeiro e no último emprego, segundo o género**



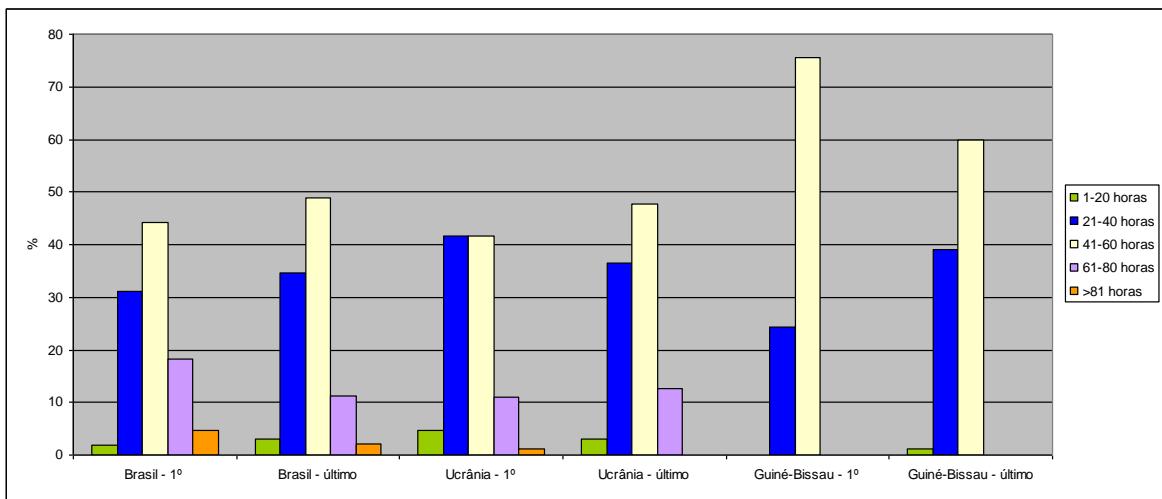
Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Comparando o número de horas de trabalho semanais de trabalho no primeiro e último emprego, verifica-se uma diminuição. Os homens continuam a trabalhar mais horas por semana do que as mulheres (49% das mulheres trabalham até 40 horas semanais e 6.9% mais de 60 horas valores que atingem 27.6% e 11.5% dos homens).

Efetivamente, verifica-se que muitas mulheres trabalham menos horas do que os homens devido a muitas trabalharem em regime de “part-time”, principalmente, as que são empregadas domésticas. Este facto é indicador de instabilidade e precariedade.

O número médio de horas semanais por nacionalidade também apresenta diferenças significativas. No primeiro emprego, são os brasileiros que apresentam maior percentagem de imigrantes a trabalharem mais horas por semana (22.9% trabalha mais de 60 horas), os ucranianos destacam-se com sendo os que apresentam maior percentagem de trabalhadores a trabalhar menos horas por semana (46.3% trabalhava menos de 41 horas semanais). Já os guineenses destacam-se com tendo a maior concentração de trabalhadores a trabalhar 41-60 horas semanais e a não apresentar ativos a trabalhar mais de 60 horas.

**Figura 60 - Número médio de horas de trabalho semanais no primeiro e no último emprego, segundo a nacionalidade**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Do primeiro para o último emprego, por nacionalidade, verifica-se que continuam a ser os brasileiros que apresentam a maior percentagem de inquiridos a trabalhar mais horas por semana (13.4% trabalha mais de 60 horas), figura 60. Os ucranianos têm um aumento da percentagem de trabalhadores a trabalhar mais de 40 horas semanais e não apresentam nenhum trabalhador a trabalhar mais de 60 horas semanais. Os guineenses continuam a destacar-se como tendo a maior concentração de trabalhadores a trabalhar 41-60 horas semanais e a não ter trabalhadores a trabalhar, mais de 60 horas.

O número de horas de trabalho semanais está relacionado com os setores de atividade e grupos profissionais. Assim, no primeiro emprego verifica-se que são os setores da agricultura, pesca e extração mineira (42.9%), restauração e hotelaria (22.6%) e construção (19.1%) que apresentam a maior percentagem de trabalhadores a trabalhar mais de 60 horas semanais. Pelo que são os grupos profissionais do pessoal de serviços e vendedores (20.7%) e os trabalhadores não qualificados (13.8%) que trabalham essas horas.

Existem poucas alterações entre o número de horas semanais entre o primeiro e o último emprego, continua a maioria (50%) dos imigrantes a trabalhar entre 41-60 horas semanais, havendo uma diminuição de trabalhadores a trabalhar mais de 60 horas. Continuam a ser os setores da agricultura, pesca e extração mineira com um aumento 12.1% (55%), Restauração e Hotelaria com uma diminuição de 11.2% (11.4%) e construção com uma diminuição de 2.3% (16.8%) a apresentar a maior percentagem de trabalhadores a trabalhar mais de 60 horas semanais. Surge agora com 13.3% também o setor dos transportes e comunicações. Assim, são os grupos profissionais dos trabalhadores qualificados na agricultura e pesca (30.8%), dirigentes (23.1%), operadores de

instalações, máquinas e montagem (20.6%) e pessoal de serviços e vendedores (20.4%) que apresentam maior percentagem de ativos a trabalhar mais de 60 horas semanais.

Concluindo, tendo em conta que do primeiro para o último emprego há uma melhoria dos vínculos contratuais, uma diminuição do número de horas de trabalho e uma melhoria dos salários médios dos trabalhadores, pode-se dizer que existe uma mobilidade profissional ascendente dos trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho português. No entanto, apesar destas melhorias, do primeiro para o último emprego, ainda continuam a existir muitos trabalhadores a exercer profissões menos qualificadas, mais do que no país de origem, e muitos sem vínculos contratuais ou com vínculos precários.

Estes dados permitem referir que Portugal se enquadra numa lógica migratória, que favorece o recrutamento de mão de obra para desempenhar trabalhos pouco valorizados, não desejados pelos autóctones, existindo assim carência de mão de obra. A elevada sobre representação do grupo dos trabalhadores não qualificados tem associado situações de precariedade e de informalidade, próprias do mercado informal de trabalho, tendo como consequência uma maior vulnerabilidade, em termos salariais, de controlo de trabalho e progressão profissional. Contudo, face ao nível de escolaridade e experiência profissional que trazem estes imigrantes, dos seus países de origem, pode-se continuar a verificar processos de mobilidade profissional ascendente como se verificou entre a primeira e a última profissão de alguns imigrantes. Apesar de muitos imigrantes apresentarem debilidade na inserção no mercado de trabalho e social, têm expectativas de mobilidade sócio-espacial. Como refere Peixoto (2008), a posição dos imigrantes, na hierarquia social não é vista de modo tão gravoso, uma vez que, durante uma primeira fase, estes imigrantes mantêm como sociedade de referência o país de origem. Parafraseando muitos imigrantes “apesar de tudo, estar em Portugal é melhor, pois tenho emprego e, principalmente, melhor salário”.

## 2.6.5 - Desemprego e vulnerabilidade

Analizar as taxas de desemprego nos imigrantes significa avaliar os níveis mais altos de vulnerabilidade, pois os imigrantes são mais vulneráveis ao desemprego do que os residentes nacionais. Segundo o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), em dois anos (de 2008 a 2010), o número de estrangeiros desempregados duplicou, atingindo perto de 39 mil pessoas, com um ritmo de crescimento superior ao resto da população<sup>15</sup>. Entre maio de 2008 e maio de 2010, o desemprego total registado nos centros de emprego, em Portugal, aumentou 56%, atingindo cerca de 560 mil pessoas. No mesmo período, o número de imigrantes sem trabalho cresceu 99%, passando de 19 mil trabalhadores para 38 mil.

No momento do inquérito, 6.6% dos inquiridos estavam desempregados, mas só uma parte (46.2%) estava a receber subsídio de desemprego. Os restantes não recebem nenhum subsídio, pois muitos estão ainda a tratar da documentação para o receber e outros, como tinham um trabalho informal, não têm direito a esse apoio.

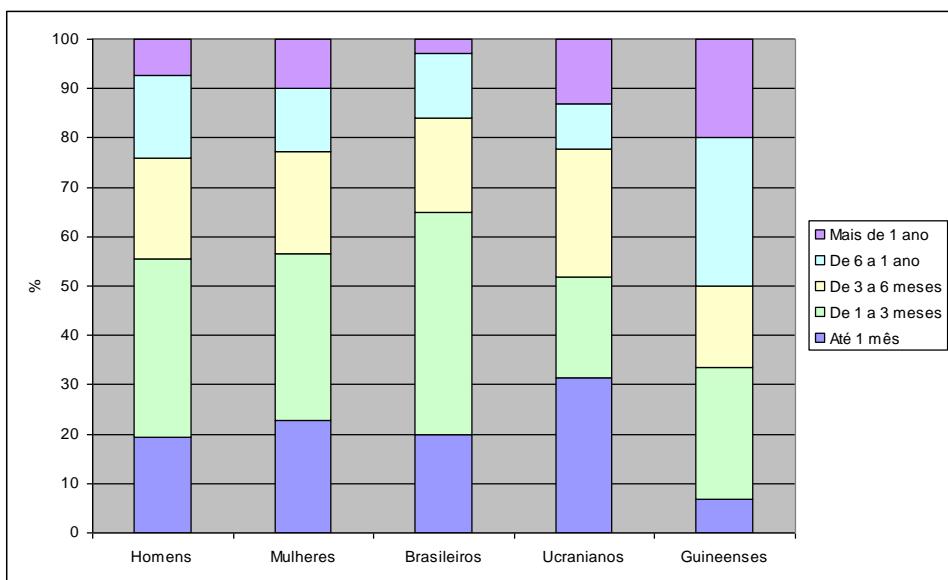
A maioria dos imigrantes (68.7%) nunca esteve desempregada, desde que chegaram a Portugal, 22.3% estiveram 1 vez e 9% mais do que 1 vez. Fazendo uma análise por género, não se verificam diferenças significativas, pois 70.1% dos homens que nunca estiveram desempregados atingindo esse valor nas mulheres os 67.4%.

Estabelecendo a relação entre o desemprego e a nacionalidade, nos ucranianos e nos guineenses há uma forte percentagem que nunca estive desempregada (70.1% e 69.9%, respetivamente, enquanto que nos brasileiros esse valor é de 56.2%). Apesar das dificuldades linguísticas dos ucranianos, eles conseguem inserir-se com alguma facilidade no mercado de trabalho português, ainda que nas profissões menos qualificadas e pior remuneradas.

É também muito importante saber quanto tempo normalmente estão desempregados, ou seja, se foi um desemprego temporário e conjuntural ou foi um desemprego prolongado. Verificou-se que a maior percentagem de imigrantes esteve apenas desempregado entre 1 a 3 meses (34.8%) ou menos de 1 mês (21.2%) ou ainda de 3 a 6 meses (20.7%). No entanto, 8.7% dos inquiridos estiveram mais de 1 ano desempregados, havendo mesmo quem estivesse 2 anos (2.7%), o que revela níveis de vulnerabilidade prolongada bastante significativa.

---

<sup>15</sup> A tendência verificou-se através das inscrições de desempregados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

**Figura 61 - Tempo no desemprego, segundo a nacionalidade e o género**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

O perfil de desemprego nas mulheres e nos homens é muito idêntico (figura 61). Por nacionalidade dos imigrantes, encontram-se diferenças significativas. A nacionalidade brasileira está menos tempo no desemprego estando a sua maioria (65%) até 3 meses desempregada (apenas 3% estão desempregados mais de 1 ano). No que se refere aos ucranianos verifica-se que 31.5% estiveram até 1 mês desempregados, no entanto, apresentam 13% dos inquiridos com um desemprego mais prolongado, mais de 1 ano. Os guineenses apresentam a pior situação, uma vez que uma grande percentagem (30%) está desempregada entre 6 meses a 1 ano, havendo 19% deles que estiveram mais de 1 ano. Estes dados comprovam que a vulnerabilidade dos imigrantes ao desemprego, sendo nos guineenses ainda maior.

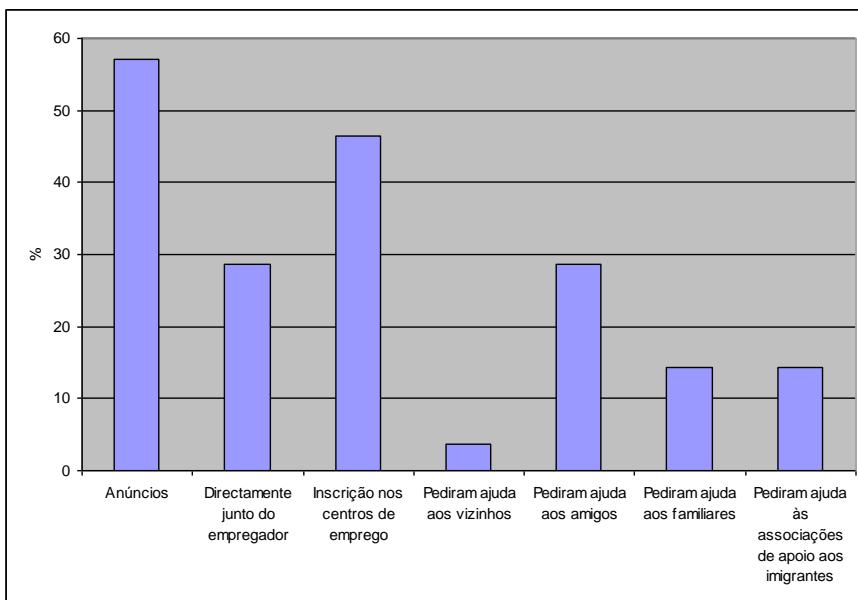
Não menos importante do que conhecer a duração do desemprego é conhecer os fatores que o determinam. Várias são as razões apontadas pelos inquiridos para justificar o desemprego sendo as mais significativas, o facto de não conseguirem arranjar emprego (48.7%) apesar de o procurarem, não gostarem do emprego que arranjam (11.8%), os salários oferecidos serem bastante baixos (8.6%) e terem estado doentes (7%). Também são apontadas outras razões (menos significativas) para justificar o desemprego como, a falta de documentação, iniciarem estudos, a discriminação devido à idade e à nacionalidade.

Comparando as razões apontadas, para justificar o desemprego por género e nacionalidade, verifica-se que os resultados obtidos são, praticamente, iguais aos anteriores. Sendo de salientar que nas mulheres existe uma maior percentagem da justificação porque não

conseguiram emprego (52%) o que acontece com os ucranianos (57.9%). Os brasileiros destacam-se na razão dos baixos salários (13.1%) e os guineenses o facto de não gostarem do emprego (19.4%).

Para resolver o problema do desemprego a maioria dos imigrantes (73.2%) tem procurado emprego. Os que não têm procurado (26.8%) apontam o facto de estarem a tirar cursos profissionais, estarem grávidas ou doentes, terem problemas judiciais ou estarem a receber o subsídio de desemprego.

**Figura 62 - Fontes utilizadas para conseguir um emprego**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

Os imigrantes que procuram emprego recorrem a várias fontes para o encontrar (figura 62). As fontes mais utilizadas são os anúncios (57.1%), logo seguidos pela inscrição nos centros de emprego (46.4%), o contacto direto com o empregador (28.6%) e a ajuda dos amigos (28.6%). Apesar de apresentarem valores menos significativos do que as fontes anteriores, as relações familiares e o apoio das associações de imigrantes são também significativas.

A procura de emprego é mais frequente nas mulheres (76.7%) e menos nos homens (63.6%). As mulheres recorrem mais ao contacto direto com o empregador, à inscrição nos centros de emprego e aos amigos, enquanto que os homens recorrem sobretudo aos anúncios e à inscrição nos centros de emprego.

**Síntese**

- A população inquirida apresenta uma taxa de atividade elevada. De uma forma geral, estes imigrantes quando chegaram a Portugal conseguiram arranjar, rapidamente, emprego.
- Os brasileiros encontram emprego com mais rapidez, seguidos pelos ucranianos. A título indicativo e em termos comparativos, os guineenses têm mais dificuldades de acesso ao trabalho.
- Os homens parecem ter maior rotação de emprego do que as mulheres. São os brasileiros que mudam mais de emprego, os ucranianos mudam menos de emprego, quando comparados com os brasileiros e os guineenses são os que mudam menos de emprego.
- A maioria dos imigrantes permanece pouco tempo no mesmo emprego. No entanto, o tempo de permanência aumenta do primeiro emprego para o último, o que significa maior estabilidade e satisfação profissional. Segundo os imigrantes, esta elevada rotatividade de emprego resulta principalmente da procura de um emprego com melhor remuneração.
- As mulheres concentram-se (quer no primeiro quer no último emprego) no setor do comércio e serviços e restauração e hotelaria; os homens trabalham, principalmente, no setor da construção, seguindo-se o setor do comércio e serviços e restauração e hotelaria.
- A maioria dos imigrantes, ao longo do seu percurso migratório, teve mais do que um emprego, verificando-se que, de uma forma geral, a mudança de emprego implicou mudança de grupo profissional, tendo havido uma diminuição sucessiva de ativos no grupo profissional dos trabalhadores não qualificados, que se deslocaram sobretudo para o grupo do pessoal dos serviços e vendedores.
- Na mudança de categoria profissional, verifica-se que todas as nacionalidades tiveram um aumento de trabalhadores nos grupos profissionais mais qualificados e uma diminuição nas categorias menos qualificadas. Os imigrantes brasileiros apresentam maior percentagem de inquiridos (quer no primeiro quer no último emprego) nas categorias profissionais mais qualificadas e menor percentagem nas categorias menos qualificadas.
- Com a mudança de emprego, constata-se que em todos os setores de atividade e grupos profissionais houve um aumento da transferência da experiência com a integração em Portugal, havendo assim uma maior adequação da mão de obra imigrante à profissão exercida.
- As mulheres, apesar de possuírem níveis de escolaridade mais elevados, mostram uma mobilidade profissional ascendente mais lenta.
- A mobilidade profissional ascendente é mais lenta nos inquiridos com dificuldades linguísticas.
- A formação adquirida em Portugal facilita a mobilidade profissional ascendente, pois verifica-se que aqueles que frequentam cursos em Portugal (Língua portuguesa e profissionais) mostram uma mobilidade maior.
- A rede familiar e de amizades aumenta a probabilidade de uma mobilidade profissional ascendente. Todavia, verifica-se que os imigrantes que vivem com o cônjuge têm uma mobilidade mais lenta face aos que não vivem.
- Os inquiridos que entraram com mais recursos económicos em Portugal são os que apresentam maior percentagem de trabalhadores nas categorias profissionais mais qualificadas, assim como são os que têm maior mobilidade profissional ascendente, pois apresentam maior percentagem de ativos nessas categorias, quer no primeiro quer no atual emprego.

- Do primeiro para o último emprego, assiste-se a uma melhoria generalizada da situação contratual dos trabalhadores em todos os setores de atividade e grupos profissionais. No entanto, no último emprego, continuam a ser os “contratos a prazo” que apresentam maior número de trabalhadores.
- Ao longo do processo de integração, constata-se uma transferência de situações de ilegalidade para situações contratuais legais. Desta forma, observa-se uma mobilidade positiva, uma diminuição da precariedade e um aumento da estabilidade profissional.
- Os homens têm um rendimento mensal relativamente maior do que as mulheres. A maioria dos homens ganha no último emprego entre 750 e 1000 euros e a maioria das mulheres ganha entre 500 e 750 euros. Os homens trabalham sobretudo na construção, agricultura, transportes, onde têm mais experiência e onde as remunerações são mais elevadas, enquanto que as mulheres concentram-se, principalmente, em serviços domésticos e de limpeza, com pior remuneração.
- As remunerações são mais baixas nas mulheres, porque também trabalham menos horas do que os homens e em virtude de muitas trabalharem em regime de “part-time”, principalmente, as que são empregadas domésticas. Este facto é indicador de instabilidade e precariedade.
- No momento do inquérito, 6.6% dos inquiridos estavam desempregados, mas só uma parte (46.2%) estava a receber subsídio de desemprego. Os restantes não recebem nenhum subsídio, pois muitos estão ainda a tratar da documentação para o receber.
- As principais razões apontadas para justificar o desemprego foram a dificuldade em encontrar emprego, apesar de o procurarem, não gostarem do emprego que arranjam e os salários oferecidos serem bastante baixos.

## 2.7 - Qualidade de vida e perspetivas futuras

### 2.7.1 - Autoavaliação dos fenómenos afetivos emergentes no dia a dia

O migrante, ao deixar o seu país à procura de uma vida melhor altera a sua qualidade de vida. Muitas vezes, é confrontado com constrangimentos, nomeadamente linguísticos, com dificuldades de acesso a uma habitação condigna e com problemas de integração social e de solidão, saudade, insegurança, podendo mesmo sofrer discriminação, hostilidades e até exploração. O imigrante, pelo menos na primeira fase da sua nova vida, é normalmente pouco protegido e apoiado socialmente. Assim, são vários os afetos<sup>16</sup> (emoções e sentimentos) que os imigrantes sentem no país de destino, uns positivos quando tudo corre bem e os seus objetivos são atingidos, e outros negativos quando tudo corre mal e ao contrário do que estava planeado.

Segundo Atxotegui (2005) muitos imigrantes apresentam o “Síndrome de Ulisses”, ou seja, sofrem de stress, vontade de chorar, emoções de perda, medo, solidão, saudade, pois a imigração por vezes exige o abandono da família e dos amigos, a mudança de hábitos, o contacto com uma nova cultura e até com um idioma diferente. Para agravar esta situação juntam-se emoções de fracasso, quando não conseguem arranjar emprego, tendo que lutar pela sobrevivência, tornando-se a sua preocupação diária, muitas vezes, arranjar um lugar onde comer e dormir.

---

<sup>16</sup> Os fenómenos afetivos são compostos pelas emoções, os sentimentos e as paixões ligados a ideias, pessoas ou objetos.

Nesta investigação, a qualidade de vida dos imigrantes é avaliada a partir de um conjunto de questões relativas aos afetos<sup>17</sup> que os inquiridos têm no dia a dia (dimensão subjetiva). Concretamente admite-se como hipótese que a autoavaliação do imigrante relativamente à qualidade do seu dia a dia e os seus afetos são em parte o reflexo ou a consequência (ou seja, uma variável dependente) do processo de integração profissional e social.

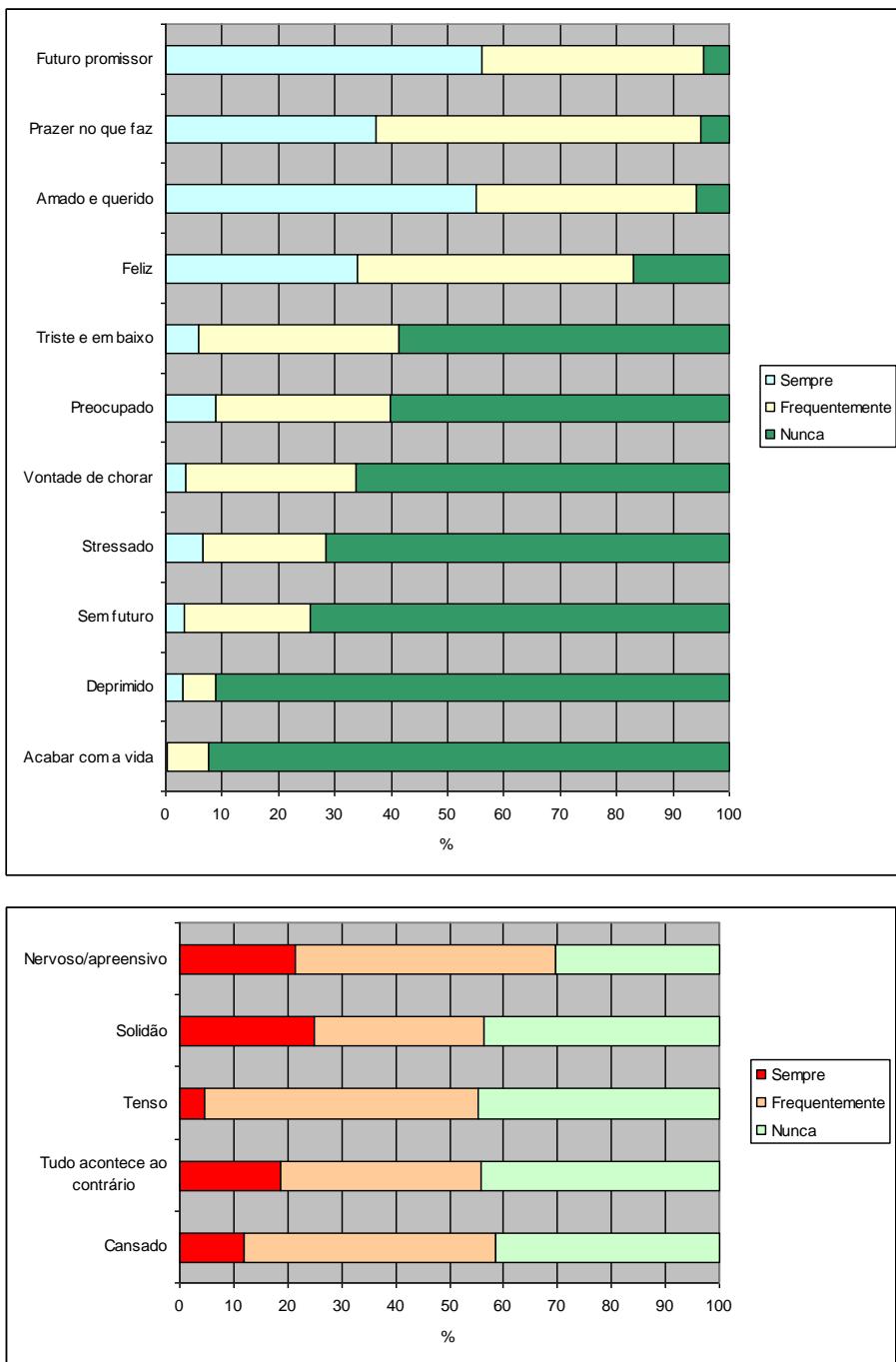
A maioria dos imigrantes sente-se bem no dia a dia, no entanto, existem alguns inquiridos com afetos negativos (figura 63). A maioria sente-se, sempre ou frequentemente, feliz, amada e querida e com um futuro promissor, raramente estão deprimidos, tristes e em baixo, sem futuro e com vontade de chorar. O nervosismo, o pessimismo, a tensão, a solidão e o cansaço são as emoções negativas que uma maior percentagem de imigrantes apresenta. Preocupante, é o facto de 7.6% dos inquiridos já ter pensado, pelos menos uma vez, em acabar com a vida. Este afeto manifesta-se mais nos homens, na nacionalidade ucraniana, nos trabalhadores no setor da Agricultura, Pesca e Extração Mineira e nos que residem na região do Alentejo.

Cruzando alguns afetos positivos e negativos com as variáveis anteriormente referidas, verifica-se, na generalidade, que o género feminino, a nacionalidade ucraniana, os imigrantes que vivem sozinhos e que apresentam dificuldades linguísticas concentram as maiores percentagens de inquiridos a manifestar afetos negativos e as menores percentagens de inquiridos a manifestar afetos positivos. Também se verifica a mesma situação nos trabalhadores não qualificados, sem contrato de trabalho, que auferem rendimentos mensais mais baixos e que trabalham, principalmente, na agricultura e na construção.

---

<sup>17</sup> Classificação dos fenómenos afetivos, emoções e sentimentos apresentados na investigação: **futuro promissor** - termo emocional relacionado com a emoção primária alegria; **prazer no que faz** - termo emocional relacionado com a emoção primária alegria que se caracteriza por um sentido de confiança e contentamento; **amado e querido** - termo emocional relacionado com a emoção primária alegria; **feliz** - emoção primária alegria; **nervoso/apreensivo** - termo emocional relacionado com a emoção primária angústia, mas claramente associado também ao medo; **solidão** - sentimento associado à emoção primária tristeza; **triste e em baixo** - termo emocional relacionado com a emoção primária tristeza; **preocupado** - termo emocional relacionado com a emoção primária angústia; **vontade de chorar** - termo emocional relacionado com a emoção primária tristeza; **stressado** - sentimento subjetivo de preocupação e apreensão, relacionado com a emoção primária angústia; **sem futuro** - sentimento de insatisfação pessoal incluído na emoção primária tristeza; **acabar com a vida** - estado de disforia ou desprazer relacionado com a emoção primária tristeza profunda; **tenso** - emoção de fundo; **tudo acontece ao contrário** - sentimento de desânimo e/ou insatisfação pessoal incluído na emoção primária tristeza; **cansado** - emoção de fundo (Torres & Guerra, 2003; Damásio, 1995; Rodrigues *et al.*, 1989).

Figura 63 - Fenómenos afetivos (emoções e sentimentos) emergentes no dia a dia



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

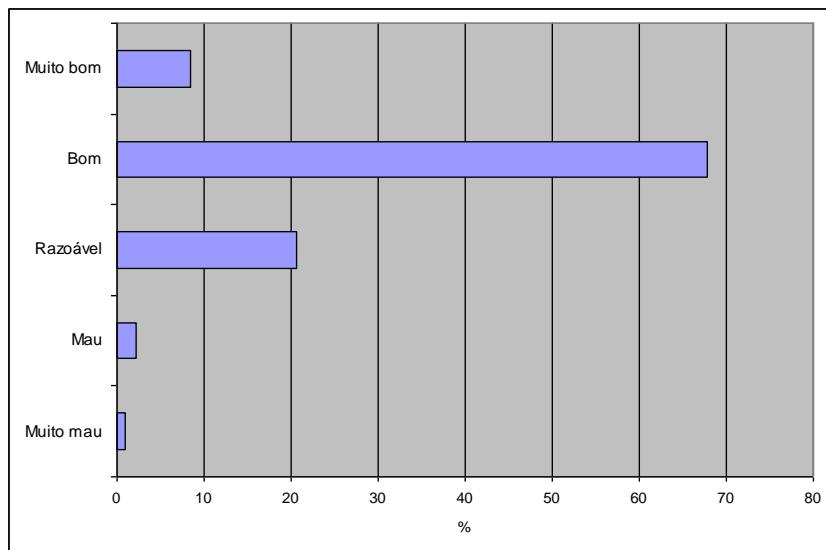
A maioria dos imigrantes sente-se bem no dia a dia, no entanto, existem alguns inquiridos com afetos negativos. A maioria sente-se, sempre ou frequentemente, feliz, amada e querida e com um futuro promissor, raramente estão deprimidos, tristes e em baixo, sem futuro e com vontade de chorar. O nervosismo, o pessimismo, a tensão, a solidão e o cansaço são as emoções negativas que uma maior percentagem de imigrantes apresenta. Preocupante, é o facto de 7.6% dos

inquiridos já ter pensado, pelos menos uma vez, em acabar com a vida. Este afeto manifesta-se mais nos homens, na nacionalidade ucraniana, nos trabalhadores no setor da Agricultura, Pesca e Extração Mineira e nos que residem na região do Alentejo.

Cruzando alguns afetos positivos e negativos com as variáveis anteriormente referidas, verifica-se, na generalidade, que o género feminino, a nacionalidade ucraniana, os imigrantes que vivem sozinhos e que apresentam dificuldades linguísticas concentram as maiores percentagens de inquiridos a manifestar afetos negativos e as menores percentagens de inquiridos a manifestar afetos positivos. Também se verifica a mesma situação nos trabalhadores não qualificados, sem contrato de trabalho, que auferem rendimentos mensais mais baixos e que trabalham, principalmente, na agricultura e na construção.

A maior ou menor integração profissional e social também pode ser percecionada a partir da avaliação dos afetos que os imigrantes sentem relativamente aos portugueses e da forma como eles avaliam os afetos que os portugueses têm por eles enquanto imigrantes (figura 64 e 65).

**Figura 64 - Avaliação dos afetos dos imigrantes face aos portugueses**

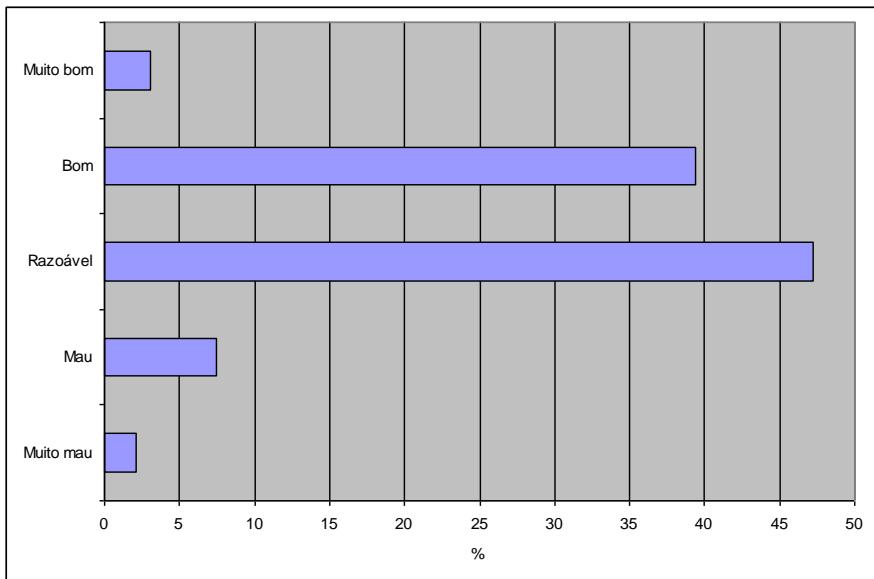


Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A maioria dos imigrantes avalia os seus afetos para com os portugueses de bom (67.9%), logo seguido de razoável (20.6%). Os imigrantes referem que gostam dos portugueses, principalmente, porque os ajudam, de várias formas, são acolhedores e tolerantes com as diferentes nacionalidades e são educados com os imigrantes. Mas há 3.1% de imigrantes que não gostam dos

portugueses porque se sentem discriminados, explorados no trabalho e porque os portugueses estão sempre de mal humor.

**Figura 65 - Avaliação dos afetos dos portugueses face aos imigrantes**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Os imigrantes acham que os portugueses gostam deles por vários motivos: porque sempre que precisam de ajuda os portugueses estão prontos a ajudar; os imigrantes são fundamentais para certos trabalhos que os portugueses não querem fazer; porque alguns portugueses são também imigrantes e sabem o que isso significa. Assim, a maioria dos inquiridos avalia o seu relacionamento e os seus afetos relativamente aos portugueses como razoável (47.2%) ou bom (39.4%).

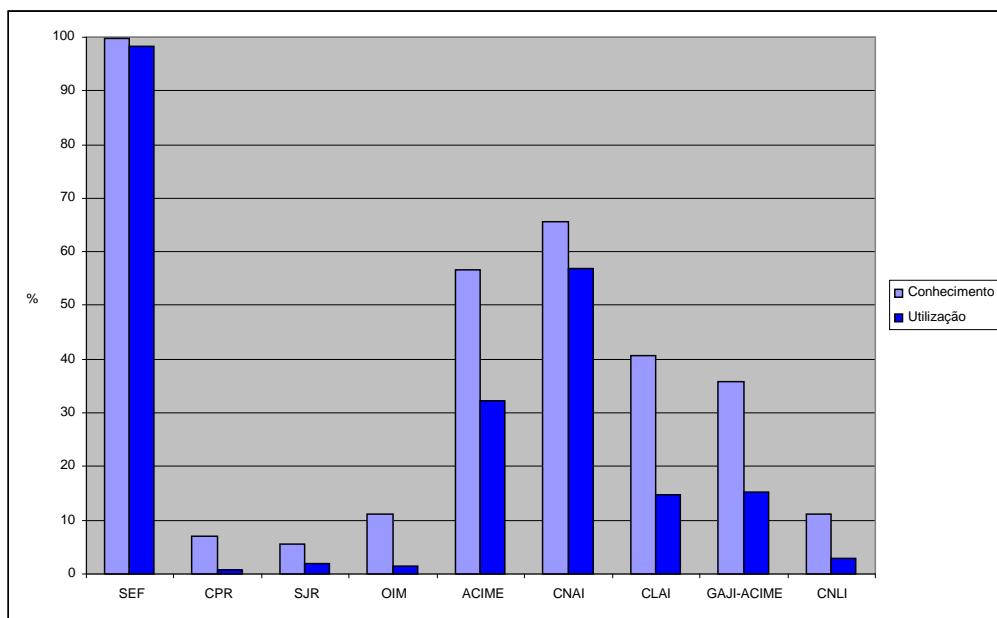
No entanto, 10.4% dos inquiridos avaliam esses afetos de mau ou muito mau apontando como razões: o facto dos portugueses acharem que os imigrantes vêm-lhes tirar as oportunidades de emprego; a imigração ser muito recente, em Portugal e, por isso, os portugueses não estarem habituados aos imigrantes, tornando-se frios e distantes; porque acham os imigrantes incultos e de raça inferior, aproveitando-se deles.

### 2.7.2 - O conhecimento e a utilização dos serviços de apoio aos imigrantes

A população imigrante é caracterizada por sofrer de profundas desigualdades no acesso ao emprego, bens e serviços no país de destino e para colmatar este problema são criadas várias instituições de apoio. Existe um conjunto de instituições que funcionam como espaços de acolhimento e de informação, e que têm como objetivo ajudar a responder aos problemas colocados pelos imigrantes. Algumas, com capacidade de interação com diferentes organismos, têm como missão, para além de fornecer informações, o apoio no acolhimento e na integração dos imigrantes.

Analizar o conhecimento e a utilização dos diferentes serviços pela população imigrante assim como avaliar a utilidade dos serviços prestados é importante, pois estes serviços foram criados para garantir a preservação dos direitos sociais fundamentais. Por isso, procurou-se apurar quais os serviços de apoio aos imigrantes que os inquiridos conheciam e mais utilizavam, tais como:

- SEF: Serviços de Estrangeiros e Fronteiras;
- CPR: Conselho Português para os Refugiados;
- SJR. Serviço Jesuíta aos Refugiados;
- OIM: Organização Internacional para as Migrações;
- ACIME: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (atual ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural);
- CNAI: Centro Nacional de Apoio aos Imigrantes;
- CLAI: Centro Local de Apoio aos Imigrantes;
- GAJI-ACIME: Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante;
- CNLI: Comissão Nacional para a Legalização dos Imigrantes.

**Figura 66 - Níveis de conhecimento e utilização de serviços pelos imigrantes**

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

A grande maioria dos inquiridos conhece e recorre, cumulativamente, a vários serviços com vista à resolução dos seus problemas (figura 66). Da lista de serviços apresentada o SEF é a entidade mais utilizada pelos imigrantes (98.3% dos inquiridos). Esta elevada utilização do SEF prende-se, principalmente, pela responsabilidade que esta instituição desenvolve: concede em território nacional vistos, prorrogações de permanência, autorizações de residência e documentos de viagem, também assegura o cumprimento das atribuições previstas na legislação sobre a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, tem a possibilidade de reconhecer o direito ao reagrupamento familiar e de controlar e fiscalizar a permanência e as atividades dos estrangeiros em todo o território nacional.

O CNAI aparece em segundo lugar, com 57%, logo seguido do ACIME, com 32.1%. O CNAI<sup>18</sup> é um centro de apoio a imigrantes, nomeadamente para: a renovação ou concessão de autorização de residência, o reagrupamento familiar, os processos de nacionalidade, a procura de emprego, os serviços de segurança social, os contratos de trabalhos, a saúde e a educação, entre outros. Estes centros (CNAI) foram criados em 2004 para dar resposta às dificuldades sentidas

<sup>18</sup> O CNAI foi distinguido, em 2005, com o primeiro lugar do prémio “Boas Práticas no Setor Público”, na categoria de atendimento a clientes, promovido pela Deloitte e pelo Diário Económico. Foi considerado exemplo de uma boa prática, no “Manual de Integração para decisores políticos e profissionais”, em novembro de 2004, pela Direção-Geral para a Justiça, Liberdade e Segurança da Comissão Europeia.

pelos imigrantes no seu processo de integração. As diferenças culturais, na organização da sociedade e no sistema legislativo, a quantidade de serviços diferentes aos quais os imigrantes têm de recorrer, levaram o ACIDI a criar um centro que reunisse, num mesmo espaço, diferentes serviços, instituições e gabinetes de apoio ao imigrante com o objetivo de tornar mais rápida e eficaz a resolução das diferentes situações.

O ACIDI, antigo ACIME, é o terceiro serviço mais utilizado pelos inquiridos. Este serviço dá apoio aos imigrantes no âmbito dos direitos e deveres em Portugal, proporcionando uma resposta integrada dos vários serviços públicos às suas necessidades, designadamente, através de parcerias com departamentos governamentais, serviços da administração pública, autarquias locais, organizações não governamentais, associações de imigrantes, ou outras entidades com interesse relevante ao nível das migrações.

Os serviços menos procurados são CPR, OIM, e a SJR. O CPR é uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) sem fins lucrativos, sendo a sua principal área de intervenção o apoio a asilados e refugiados. O SJR é uma organização internacional da igreja católica que apoia todos os refugiados e imigrantes ao nível da saúde, educação, emprego, habitação, alimentação e vestuário. A OIM é uma organização internacional intergovernamental que tem como objetivo, principal assegurar uma gestão ordenada e humana das migrações, promovendo a cooperação internacional, apoiando na procura de soluções práticas para as questões que se prendem. A menor procura destes serviços, por parte dos imigrantes, pode ser explicada, por terem uma ação mais limitada no apoio aos imigrantes, pois trabalham indiretamente com os imigrantes, dando apoio a outras instituições como, por exemplo, o ACIDI e também porque são menos conhecidas e, por isso, os imigrantes procuram-nas menos.

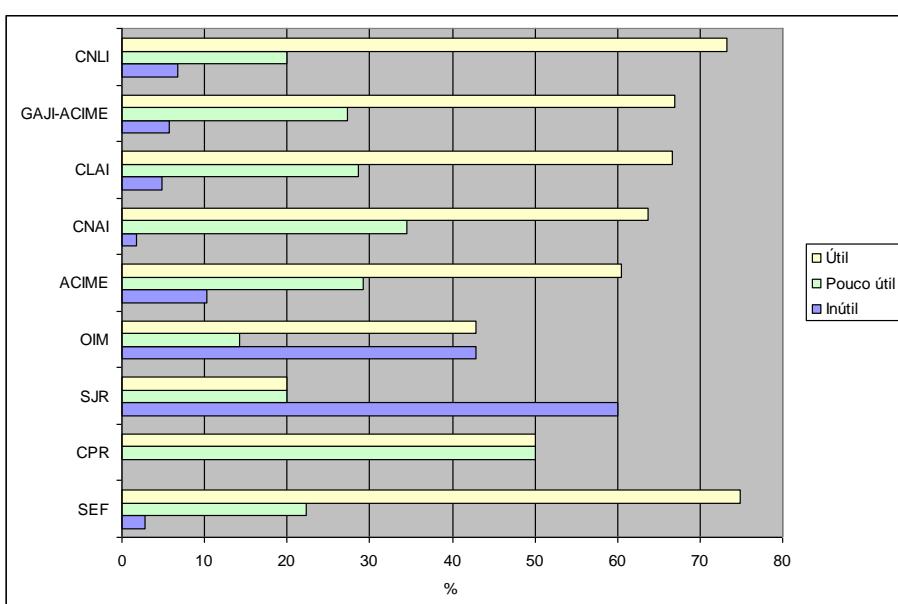
Fazendo uma análise da utilização dos diferentes serviços de apoio aos imigrantes, segundo a nacionalidade, verifica-se que a grande maioria dos que recorrem a setes serviços é ucraniana. O SEF é utilizado por quase todos os imigrantes das diferentes nacionalidades enquanto o CPR é procurado, principalmente, pelos guineenses. As maiores dificuldades de integração dos imigrantes ucranianos leva-os a utilizarem os diferentes serviços de apoio, quer ao nível da documentação quer ao nível da alimentação e habitação.

Estabelecendo a relação entre a utilização dos serviços de apoio aos imigrantes com as redes sociais (amigos e família) que possuem, em Portugal, percebe-se que são os imigrantes que têm familiares e amigos a residirem em Portugal os que apresentam as maiores percentagens de utilização dos diferentes serviços. Assim, pode-se tirar a ilação de que os amigos e familiares dão a conhecer esses serviços aos inquiridos, o que contribuiu para a sua utilização.

Por outro lado, os imigrantes que entraram, em Portugal, com mais recursos económicos são os que recorrem menos aos serviços de apoio aos imigrantes. O facto de possuírem recursos económicos permite-lhes resolver os problemas sem recorrer a ajuda desses serviços. A maioria dos que tem mais recursos económicos pertence à comunidade brasileira, relativamente bem integrada em Portugal, e daí menos problemas e necessidade de serviços de apoio.

Os diferentes serviços de apoio ao imigrante têm como objetivo acolher e integrar os imigrantes através do apoio à inserção económica e social. Assim, a utilidade destes serviços advém da sua eficácia face aos diferentes problemas que os imigrantes possuem, apresentando soluções que promovem a diminuição de barreiras e facilitem a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, à saúde, à habitação, entre outros.

**Figura 67 - Utilidade dos serviços utilizados**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Nota: o inquérito tem a possibilidade de várias respostas

Questionados sobre a utilidade da utilização dos diferentes serviços de apoio aos imigrantes (figura 67) constata-se que a maioria considera-os úteis, sendo o SEF e o CNLI os que concentram as maiores percentagens 74.9% e 73.3%, respetivamente. O CNAI e o ACIME (os mais procurados pelos imigrantes) são considerados úteis para 63.7% e 60.5% dos inquiridos que utilizam estes serviços.

São os serviços da SJR e a OIM os que apresentam as maiores percentagens, 60% e 42.9% de inquiridos, respetivamente, que referem que a sua utilização é inútil.

Os inquiridos justificam a utilidade dos serviços em virtude do apoio que estes dão ao nível da regularização da sua situação em Portugal, do apoio na resolução de problemas relacionados com a habitação, a procura de emprego, entre outros. A inutilidade resulta do facto da ação dos serviços ser demorada e, na prática, proporcionarem poucos resultados quer ao nível da integração profissional quer ao nível da integração social, em geral.

### 2.7.3 - O futuro perspetivado pelos imigrantes

As expectativas de permanência dos inquiridos em Portugal dependem de vários fatores, familiares, profissionais, sociais, entre outros. Por isso, é importante fazer uma análise detalhada das respostas dos inquiridos face à intenção de permanência definitiva, ou não, em Portugal.

Sobre as expectativas relativamente à sua permanência em Portugal, 28.6% disse que quer ficar para sempre dando ao seu movimento migratório um caráter definitivo. No entanto, 50.6% pretende ficar só durante algum tempo e 20.8% dos inquiridos ainda não sabem.

Por género, verifica-se que existe uma maior percentagem (33.5%) de mulheres que querem ficar para sempre, em Portugal, sendo esse valor mais baixo nos homens (22.9%). A maioria dos homens (56.7%) pretende estar em Portugal durante apenas algum tempo. Muitas mulheres inquiridas têm a sua família restrita ou alargada em Portugal, estabelecendo assim, raízes mais profundas e duradouras com Portugal. O facto de terem marido e filhos a viver em Portugal dá ao seu projeto migratório um caráter definitivo. Pelo contrário, há um grande número de homens que tem a esposa e os filhos no país de origem e está, em Portugal, para conseguir melhorar a sua situação económica e mais tarde voltar ao seu país.

Também se verifica que à medida que as habilitações literárias são maiores, maior é a percentagem de inquiridos com a intenção de ficar para sempre, em Portugal (31.2% dos imigrantes com ensino superior responderam que querem ficar para sempre, mas com o 3º ciclo só 16.2%).

É importante verificar que quando se cruza o tempo que pretendem ficar em Portugal com a nacionalidade há diferenças bastante significativas: os ucranianos destacam-se como sendo os que apresentam a maior percentagem (37.6%) a pretender ficar, definitivamente, em Portugal. Na situação oposta estão os brasileiros onde a maioria (62.8%) pretende ficar apenas algum tempo. Os

guineenses apresentam a maior percentagem de indecisos (40.7%) e a menor percentagem (14.3%) dos que pretendem ficar definitivamente, em Portugal. Através desta análise, observa-se que o projeto migratório dos ucranianos é muito mais duradouro e o projeto dos brasileiros é muito mais temporário. Os inquiridos guineenses destacam-se por possuírem um projeto migratório mais incerto.

Aos inquiridos que responderam tencionarem ficar em Portugal apenas algum tempo (50.6%), considerando Portugal um ponto de passagem, foi perguntado se têm intenções de permanecer, em Portugal, até 7 anos (curto prazo) ou mais de 7 anos (longo prazo). As respostas dos inquiridos permitem verificar que a maioria tem um projeto migratório a curto prazo, pois 57.3% pretende ficar até 7 anos, não havendo diferenças significativas nem por género nem por nacionalidade.

O facto de existirem muitos inquiridos indecisos, relativamente ao tempo de permanência em Portugal, pode ser explicado uma vez que estes imigrantes estão há pouco tempo em Portugal. Como refere Lucinda Fonseca (2003) “a experiência verificada noutros países, com uma tradição imigratória mais antiga que Portugal, tem demonstrado que, em cenários de grandes restrições à imigração, aumenta a propensão para uma parte das migrações temporárias se transformarem em definitivas, consequentemente, desencadear processos de reunificação familiar”.

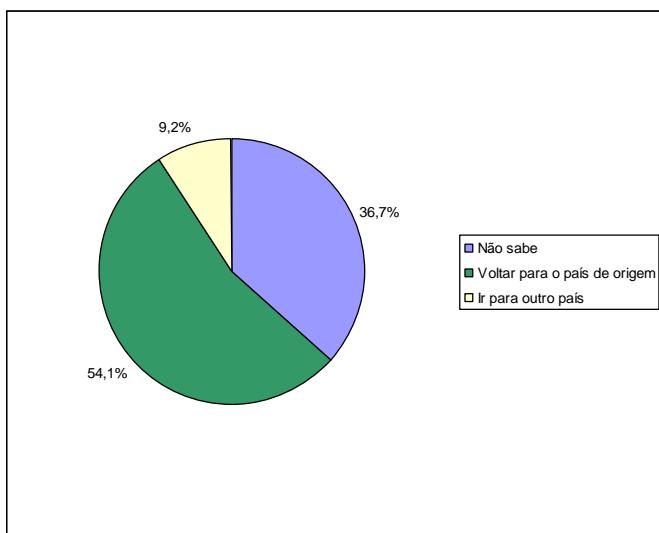
As estratégias a curto prazo num país de destino indicam que o imigrante económico, numa primeira fase estará disponível para trabalhar em qualquer profissão, muitas vezes de forma ilegal, sendo a sua grande preocupação economizar o máximo para que o retorno ao país de origem se processe o mais rapidamente possível. Pelo contrário, nos projetos migratórios com caráter definitivo, ou a longo prazo, os imigrantes têm a preocupação de ajustar o seu emprego às suas habilitações profissionais e académicas, preocupando-se com um maior investimento na sua formação profissional e académica para que a mobilidade profissional ascendente possa ser uma realidade e como consequência ter uma maior integração social proporcionando assim uma melhoria de qualidade de vida. Por isso, estes imigrantes têm a preocupação de pedirem a certificação das suas habilitações tiradas no seu país de origem como também têm a propensão de melhorá-las no país de destino com o objetivo de terem uma mobilidade profissional ascendente.

Estabelecendo a relação entre o tempo que pretendem ficar em Portugal com o pedido de reconhecimento das habilitações académicas e profissionais, verifica-se que existe uma maior percentagem de inquiridos que pediram o reconhecimento das suas habilitações naqueles que querem ficar definitivamente em Portugal (16.6%). Aqueles que têm um projeto migratório, em Portugal, mais longo, mais de 7 anos, mais de metade (53.6%) pediu o reconhecimento das habilitações. Para melhorarem a sua situação profissional, em Portugal, muitos inquiridos não só

pediram o reconhecimento das habilitações literárias como frequentam cursos de Língua portuguesa ou profissionais. Este facto é confirmado pelas respostas dos inquiridos, pois verifica-se que os inquiridos que frequentam os cursos profissionais (60%) pretendem ficar mais de 7 anos, em Portugal. Dos que frequentam cursos de Língua portuguesa (45%) pretendem ficar para sempre ou por mais de sete anos (47%), em Portugal.

O tipo de contrato também tem grande influência na decisão de ficar definitivamente ou não em Portugal, assim para os inquiridos que não possuem contrato, 75% pretende ficar, em Portugal, apenas sete anos e 25% mais de 7 anos. Pelo contrário para os que possuem contrato efetivo, o projeto migratório é mais longo, pretendendo 55.8% ficar até 7 anos e 44.2% ficar mais de 7 anos.

**Figura 68 - Perspetivas de retorno o país de origem**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Questionados os imigrantes que não tinham a intenção de ficar definitivamente em Portugal sobre o que pretendem fazer posteriormente a este movimento migratório, a maioria (54,1%) respondeu que vai voltar para o país de origem (figura 68). Apenas 9.2% dos imigrantes manifestaram o desejo de reemigrar, o que atesta o fraco potencial circulatório desta população e também, na maioria dos casos, a satisfação dos seus objetivos. São os brasileiros que apresentam o desejo maior de reemigrar (15.6%), seguidos pelos ucranianos (5.5%) e com valor muito mais baixo os guineenses (1.5%).

Tendo em conta os dados anteriores, Portugal não apresenta características de plataforma de rotação de mão de obra, mas sim como um “ponto final”, para muitos imigrantes.

O facto de escolherem Portugal como um ponto final ou de passagem prende-se com a opinião que têm deste país. Assim, a maioria dos imigrantes (85.1%) refere que gosta de estar neste país. As razões apontadas são várias, sendo a principal o facto de terem emprego e a qualidade de vida ser boa, ter família e amigos a residirem neste país, a cultura ser próxima, o clima ser bom e haver um bom relacionamento com os portugueses. Os imigrantes que referem não gostar de Portugal apontam, principalmente, a saudade da família, a cultura ser diferente, a discriminação, a vida ser muito cara e as dificuldades linguísticas.

**Síntese**

- A maioria dos imigrantes possui afetos positivos no dia a dia. A maioria sente-se, sempre ou frequentemente, feliz, amada e querida e com um futuro promissor, por isso raramente estão deprimidos, tristes e com vontade de chorar;
- Os imigrantes referem que gostam dos portugueses, principalmente, porque os ajudam, de várias formas, são acolhedores e tolerantes com as diferentes nacionalidades e são educados com os imigrantes.
- Os imigrantes acham que os portugueses gostam deles por vários motivos: porque sempre que precisam de ajuda os portugueses estão prontos a ajudar; os imigrantes são fundamentais para certos trabalhos que os portugueses não querem fazer; porque alguns portugueses são também imigrantes e sabem o que isso significa.
- A maioria dos imigrantes recorre, cumulativamente, a vários serviços com vista à resolução dos seus problemas. O SEF é o serviço mais utilizado.
- São os ucranianos que recorrem mais aos serviços de apoio aos imigrantes, o que espelha as maiores dificuldades de integração destes imigrantes, daí a necessidade de utilizarem vários serviços para os apoiar.
- Os imigrantes que têm familiares e amigos a residirem em Portugal são os que apresentam as maiores percentagens de utilização dos diferentes serviços.
- A maioria dos imigrantes considera os serviços úteis, sendo o SEF e o CNLI os que obtêm as maiores percentagens, pois estes serviços apoiam a regularização da situação em Portugal, o apoio na resolução de problemas relacionados com a habitação e a procura de emprego. Os imigrantes que referem que os serviços são inúteis apontam a sua ação demorada e, na prática, proporcionarem poucos resultados quer ao nível da integração profissional e quer ao nível da integração social.
- Mais de 25% dos imigrantes pretendem ficar definitivamente em Portugal, "Portugal um Ponto Final".
- O género feminino apresenta maior percentagem de imigrantes que pretende ficar definitivamente em Portugal, assim como a nacionalidade ucraniana. Os brasileiros destacam-se como sendo os que pretendem ficar apenas algum tempo e os guineenses os que apresentam uma grande percentagem de indecisos. O projeto migratório dos ucranianos é muito mais duradouro, e o projeto dos brasileiros é o mais temporário. Os guineenses destacam-se por possuírem um projeto migratório mais incerto.
- Os imigrantes que não pretendem ficar definitivamente, em Portugal, manifestam a intenção de voltar para o país de origem. Poucos imigrantes declaram o desejo de reemigrar, o que atesta o fraco potencial circulatório desta população e também, na maioria dos casos, a satisfação dos seus objetivos;
- A maioria dos imigrantes refere gostar de Portugal devido a ter emprego. Os que não gostam de Portugal apontam as saudades da família e as dificuldades linguísticas, como principais fatores repulsivos.

### 3 - Perfis dos imigrantes

“As migrações e as consequentes mobilidades continuam a ser um dos fatores chave do processo de mudança e evolução social, razão pela qual a sua abordagem conduz a relevantes percursos de pesquisa.

A mobilidade encerra em si uma multiplicidade de dimensões, podendo equacionar-se não só a questão da mobilidade ocupacional, mas também outras perspetivas a ela ligada, como a mobilidade geográfica e as estratégias de vida e profissionais que estão na base de tomada de decisões de curto, médio e longo prazo que caracterizam estes trabalhadores”.

Direção-geral de Estudos, Estatística e Planeamento, 2006:7

A presente investigação tem como principal objetivo caracterizar a população imigrante, estabelecendo a relação entre a situação do imigrante no seu país de origem e a sua situação, em Portugal, ou seja, entender a relação entre o ponto de partida e o atual. Para melhor compreender as comunidades estudadas procedeu-se a análises multivariadas (correspondências múltiplas) com o objetivo de encontrar perfis. Assim, este subcapítulo pretende responder a várias questões de investigação.

- **A nacionalidade é à partida discriminante na mobilidade sócio-espacial?**

Em primeiro lugar, pretende-se saber se a naturalidade define perfis diferenciados nos processos migratórios. Assim, a nacionalidade será uma variável ativa e com base nas modalidades mais sobrerepresentadas descreve-se o perfil associado a cada nacionalidade. Também reflete-se o género.

- **Existem fatores diferenciadores no início do processo migratório que definem logo à partida perfis de mobilidade sócio-espacial?**

No início do processo migratório - o capital humano (escolaridade, qualificações profissionais, cursos de formação, conhecimento da língua), o capital social (a rede de familiares, amigos,

vizinhos) e o capital financeiro (recursos financeiros e rendimentos salariais) que os imigrantes possuem no início da imigração discriminam logo à partida a mobilidade sócio-espacial.

As variáveis ativas<sup>19</sup> são as que se prendem com a decisão de vir para Portugal (porque decidiram imigrar, porque escolheram Portugal, já conheciam o país), aos preparativos associados a esta decisão (capital financeiro, redes familiares ou outras em Portugal), aos primeiros tempos no país (processo de legalização) e às perspetivas para futuro (quanto tempo pensa ficar em Portugal).

- **Os processos de integração podem estar também associados à mobilidade geográfica dos imigrantes?**

Colocando ativa a questão "viveu noutras localidades em Portugal?" e passivas as restantes variáveis, será que se consegue detetar perfis diferenciados?

- **Podem-se identificar perfis de integração no mercado de trabalho?**

Colocando ativas as variáveis relativas à "situação perante o emprego" (bloco D do questionário), nomeadamente as atividades, as profissões, as relações contratuais, os salários e as horas de trabalho, que o imigrante foi tendo desde chegou até ao momento do inquérito (as restante variáveis mantêm-se passivas), talvez se possam encontrar perfis de integração no mercado de trabalho português.

- **Numa dimensão subjetiva, os indivíduos também fazem uma avaliação individual do seu próprio processo de integração. Essa autoavaliação poderá estar relacionada com todo o processo migratório?**

Em termos metodológicos, colocou-se como variável ativa a resposta à questão "Sente-se integrado profissionalmente em Portugal?", e como variáveis passivas as restantes. Assim, as descrições que se fazem são realizadas com base nas modalidades sobrerepresentadas.

Em seguida, realiza-se uma análise de correspondências múltiplas colocando como variáveis ativas o bloco de variáveis relativas à avaliação da qualidade de vida e ao inventário dos afetos que os imigrantes sentem no dia a dia. As restantes variáveis ficam como passivas.

---

<sup>19</sup> Bloco B do questionário, em Anexo.

Por fim, colocou-se como variável ativa as respostas à questão “Sente-se integrado em Portugal?”, e como passivas as restantes, e faz-se uma descrição das modalidades sobrerepresentadas.

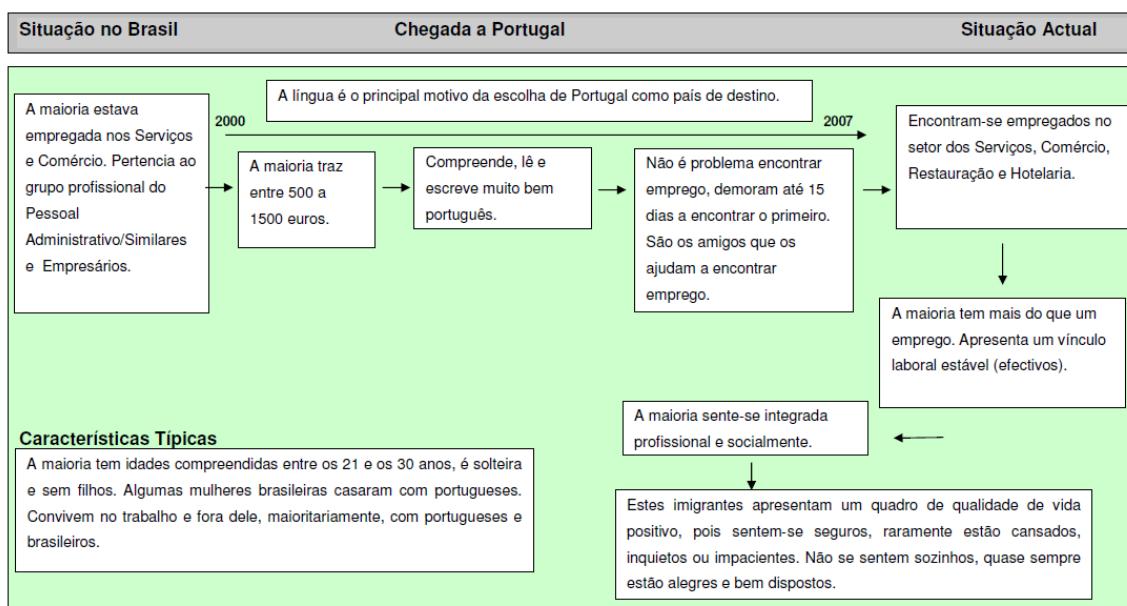
### 3.1 - Perfis dos imigrantes, segundo a nacionalidade

Neste âmbito, interessa perceber se a nacionalidade define um perfil específico, diferenciado e dominante, ou se pelo contrário, a diversidade de situações encontradas não permite tipificar percursos e características comuns por nacionalidade. Os resultados obtidos demonstram que a nacionalidade é um fator diferenciador dos percursos e da situação atual.

Vai-se procurar para cada nacionalidade uma síntese do perfil dos imigrantes em função de diversas variáveis, nomeadamente, os motivos que justificaram a emigração, a escolha de Portugal como país de destino, os processos de integração profissional e social, as características inerentes à sua qualidade de vida e às suas perspetivas futuras.

#### A - Nacionalidade brasileira

**Figura 69 - O perfil dos imigrantes brasileiros**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A maioria dos brasileiros tem entre os 21 e os 30 anos e é solteira, sem filhos, com o ensino complementar e superior (figura 69). Os brasileiros casados, a maioria, não tem o cônjuge em Portugal. Uma percentagem significativa de mulheres brasileiras imigrantes casou com portugueses.

A principal razão que leva os brasileiros a emigrar é de natureza económica. Apesar de estarem empregados no Brasil, usufruíam baixos salários. A insegurança e a violência social, no seu país de origem, foram também fatores repulsivos que favoreceram a emigração. A preferência por Portugal, como país de destino, deve-se principalmente a razões linguísticas e a uma imagem de segurança que o país tem.

Os brasileiros quando entraram em Portugal (ano de 2000) comprehendiam, liam e escreviam muito bem português, não tendo havido necessidade de frequentarem cursos de aprofundamento da língua portuguesa. Geograficamente concentraram-se sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Norte, nas grandes cidades, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Quando chegaram a Portugal, encontraram casa, escola e emprego com alguma facilidade, tendo adiado o processo de legalização (iniciado após um ano de estadia), por ser um processo excessivamente burocrático. Apresentavam razoáveis condições financeiras, pois quase todos os inquiridos traziam alguns recursos financeiros (entre 500 e 1500 euros, havendo mesmo quem trouxesse 3000 euros). Assim, poucos precisaram de ajuda financeira, nunca tendo recorrido a empréstimos bancários e só excepcionalmente pedirem ajuda financeira à empresa/patrão onde trabalhavam.

Na integração social foram fundamentais as relações de amizade, a família e os conterrâneos residentes em Portugal. Desde que chegaram a Portugal, estabeleceram laços de amizade, sobretudo com brasileiros e portugueses. Normalmente não desenvolvem relacionamentos com imigrantes de outras nacionalidades. No entanto, relativamente aos laços de amizade estabelecidos, manifestam ainda alguma insatisfação.

No Brasil, estes imigrantes trabalhavam no setor do comércio, serviços, e muitos pertenciam ao grupo profissional de pessoal administrativo/similares e empresários. Assim, exerciam as mais variadas profissões: cabeleireiras, empregados de balcão, dentistas, professores, empresários, designer gráficos, administrativos, promotores de vendas, agentes de seguros, agentes de turismo, cozinheiros, motoristas, massagistas, entre outras. Em Portugal, a sua inserção no mercado de trabalho é relativamente fácil, pois rapidamente encontram emprego, tendo demorado em média cerca de 15 dias. O facto de terem facilidades em encontrar emprego pode justificar a sua grande rotação de emprego, pois a maioria permanece no mesmo emprego em

média apenas entre 7 a 12 meses. Assim, muitos já tiveram mais de seis empregos, apontando como principal razão a necessidade de usufruírem melhores salários.

Fazendo uma análise das diferentes profissões que tiveram, desde que chegaram a Portugal, verifica-se que estão concentradas no comércio, serviços, restauração e hotelaria. Assim, as suas profissões são, nomeadamente, ajudantes de cozinha, ajudantes em lares de idosos, carpinteiros, empregadas de limpeza, empregadas de balcão, vendedoras de produtos de limpeza, gerentes de restaurantes, motoristas, entre outras. É de salientar que o grupo profissional dos empresários destaca-se nesta nacionalidade, o que significa uma clara capacidade empreendedora dos indivíduos desta nacionalidade.

Este perfil apresenta uma razoável estabilidade profissional, quando comparado com as outras nacionalidades. Os imigrantes brasileiros auferem remunerações absolutas mais altas, pois trabalham mais horas. Assim, a maioria recebe uma remuneração media entre 750 a 1000 euros por mês e trabalha de 61-80 horas semanais. Atendendo às suas condições de trabalho, existe uma percentagem de imigrantes que se sente, profissionalmente, muito integrado em Portugal.

A utilização dos serviços públicos de apoio aos imigrantes (CNAI, CLAI, OMI e ACIDI) por parte dos brasileiros é muito fraca, pois a maioria desconhece estes serviços, razão pela qual não os utiliza. O serviço mais conhecido e utilizado é o SEF.

Ao nível da qualidade de vida, estes imigrantes exprimem um quadro de vida positivo, pois dizem que se sentem seguros, raramente estão cansados, inquietos ou impacientes, quase sempre estão alegres, bem dispostos e não se sentem sós ou isolados.

Apesar da maioria referir que os portugueses não gostam dos imigrantes e que há discriminação, o seu sentimento em relação aos portugueses é avaliado como razoável. Consideram os portugueses um povo “triste e frio”. Independentemente disso, sentem-se integrados em Portugal, principalmente pelo apoio e acompanhamento dos amigos e da família. É de salientar o papel da igreja, local onde os brasileiros se reúnem para fazerem várias atividades, contribuindo para a sua sociabilidade e integração em Portugal. Para diminuir a saudade, relativamente ao país de origem, quase todos mantêm contactos pelo telefone e internet com familiares e amigos.

A maioria dos imigrantes brasileiros tem a intenção de permanecer em Portugal uma temporada (geralmente mais de 8 anos) e, posteriormente, regressar ao país de origem. No entanto, alguns manifestam o desejo de reemigrar para outro país.

## B - Nacionalidade ucraniana

Os imigrantes ucranianos são, maioritariamente, casados e com idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos, possuem o ensino secundário ou superior, e têm filhos. Quase todos os são casados e têm o cônjuge em Portugal (figura 70).

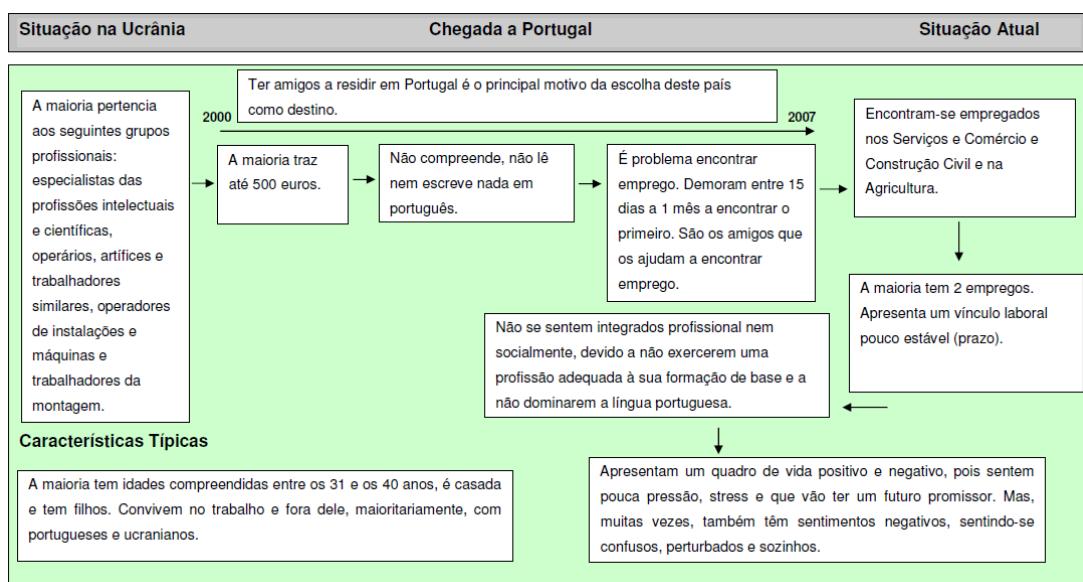
A principal razão que levou os ucranianos a emigrar é de natureza económica, pois estavam desempregados ou usufruíam baixos salários. A preferência por Portugal, como país de destino, é justificada, principalmente, pela presença de amigos a trabalharem neste país.

Os ucranianos quando entraram em Portugal não compreendiam, não liam nem escreviam nada em Português, tendo havido a necessidade de quase todos frequentarem cursos de língua portuguesa.

Geograficamente, estão concentrados sobretudo na região do Norte e na região de Lisboa e Vale do Tejo. No entanto, estão também presentes nas outras regiões, sendo de salientar nomeadamente a sua presença nos concelhos de Chaves, Covilhã, Borba, Évora, Portel, Moura, Serpa e Beja, ou seja, no interior do país. Isto significa que estão geograficamente menos concentrados que os brasileiros.

Quando chegaram a Portugal, foi difícil arranjar habitação, escola e emprego, tendo iniciado o seu processo de legalização no primeiro mês, considerando-o excessivamente burocrático. Neste processo de integração inicial foram fundamentais as ajudas dos amigos, vizinhos e da própria empresa onde trabalhavam.

**Figura 70 - Perfil dos imigrantes ucranianos**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Quando chegam a Portugal tinham fracas condições financeiras, pois quase todos trouxeram poucos recursos financeiros (menos de 500 euros), resultantes da venda de bens no país de origem. Assim, a maioria precisou da ajuda dos amigos e vizinhos. Estes imigrantes tiveram obstáculos na criação de laços de amizade, devido às dificuldades linguísticas. Apesar dos poucos laços de amizade estabelecidos (sobretudo com ucranianos e portugueses), manifestam relativa satisfação.

Na Ucrânia, estes imigrantes exerciam profissões especializadas ou profissões intelectuais e científicas, eram operários, artífices e trabalhadores similares ou operadores de instalações e máquinas e de montagem. Tinham as mais variadas profissões: médicos, engenheiros, motoristas, enfermeiros, eletricistas, agricultores, bibliotecários, contabilistas, costureiras, cabeleireiras, cozinheiras, entre outras. Em Portugal, a sua inserção no mercado de trabalho é difícil (só conseguem arranjar o primeiro emprego um mês após a sua chegada). No entanto, é de realçar que a maioria nunca esteve desempregada em Portugal, pois normalmente aceitam qualquer emprego.

Fazendo uma análise das diferentes profissões que tiveram desde que chegaram a Portugal, verifica-se que dominam os serviços, o comércio, a construção civil e a agricultura. Assim, as suas profissões são, nomeadamente, serventes, pedreiros, motoristas, empregadas de limpeza, cozinheiros, carpinteiros, camionistas, empregadas de balcão, agricultores, ajudantes de geriatria, eletricistas, entre outras.

No que se refere às condições de trabalho, apresentam pouca estabilidade profissional, quando comparados com as outras nacionalidades. Usufruem salários absolutos mais baixos, pois trabalham menos horas e têm menor rendimento por hora. Assim, a maioria recebe um salário médio entre 250 a 500 euros por mês, e trabalha de 21-40 horas semanais. Por isso, em função das suas condições de trabalho, existe uma percentagem de imigrantes que não se sente, profissionalmente, nada integrada em Portugal. Para justificar a não integração profissional, referem o facto de não terem um trabalho adequado à sua formação, devido às dificuldades linguísticas e ao não reconhecimento das suas habilitações profissionais e académicas realizadas no país de origem.

Uma parte substancial dos imigrantes ucranianos utiliza os serviços públicos de apoio aos imigrantes (CNAI, CLAI, OMI, ACIDI) e destaca o SEF como sendo o mais útil de todos.

Em termos de qualidade de vida, a maioria manifesta um balanço positivo. Referem que estão calmos, estáveis e consideram que vão ter um futuro promissor. Contudo, alguns apresentam quadros mais negativos, dizem que se sentem confusos, nervosos e sozinhos. A maioria acha que os portugueses gostam dos imigrantes, pois estão sempre disponíveis para ajudar, avaliando a relação com os portugueses de boa. Os imigrantes que não gostam de estar em Portugal apontam as saudades da família e dos amigos como fator justificativo.

Muitos ucranianos têm a intenção de permanecer em Portugal para sempre, ou seja, dão um caráter definitivo à sua deslocação, pois apresentam aqui uma melhor situação financeira e um melhor quadro de qualidade de vida mais positivo que no país de origem. No entanto, alguns manifestam o desejo de voltar ao país de origem.

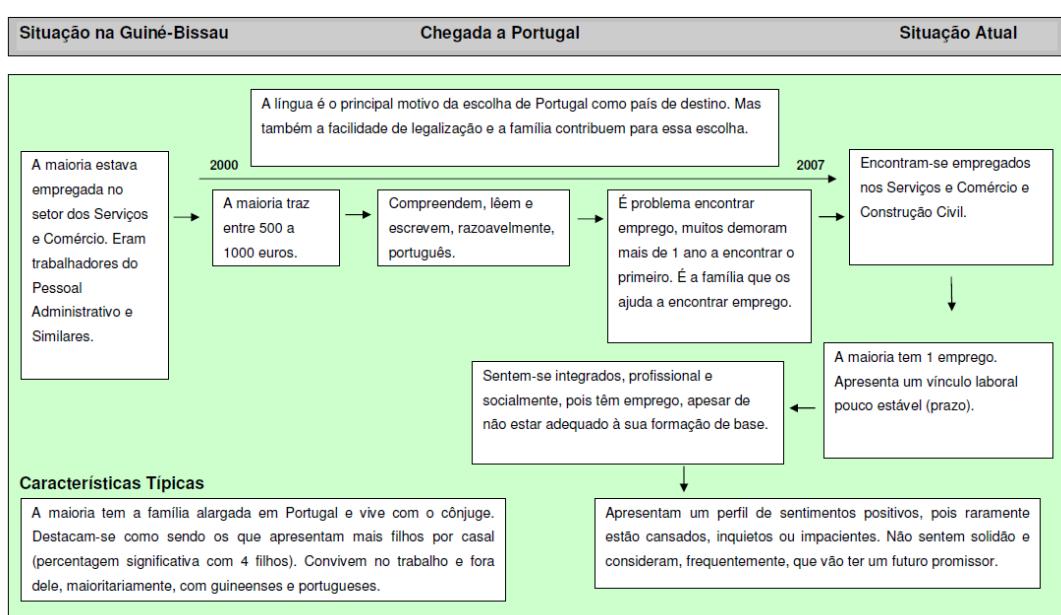
### C - Nacionalidade guineense

A maioria dos imigrantes guineenses vive em Portugal com a família restrita e alargada, possui o 2º e 3º ciclo do ensino básico e tem, em média, mais filhos por casal, destacando-se as famílias com 4 filhos (figura 71).

O principal fator que levou os guineenses a emigrar para Portugal foi a língua, no entanto a facilidade de legalização e a família residente neste país também são elementos atrativos. Quando entraram em Portugal compreendiam, liam e escreviam, razoavelmente, português.

Os guineenses apresentam a maior concentração geográfica, quando comparada com os brasileiros e ucranianos, uma vez que residem sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo. Quando chegaram a Portugal, foi fácil encontrarem habitação e escola para os filhos, tendo muitos iniciado o seu processo de legalização antes de chegarem a este país. Neste processo de integração foi fundamental a ajuda da família.

**Figura 71 - Perfil dos imigrantes guineenses**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Quando entram em Portugal, apresentam piores condições financeiras face aos brasileiros, mas melhores face aos ucranianos, pois quase todos os inquiridos trazem alguns recursos financeiros (entre 500 a 1000 euros), resultado das poupanças que fizeram no país de origem. Mas, a maioria afirmou que precisou da ajuda dos familiares. Quando chegaram a Portugal, foi fácil criar laços de amizade, principalmente com guineenses.

Na Guiné-Bissau, estes imigrantes estavam empregados nos serviços, comércio e administração, apresentando as mais variadas profissões: carpinteiros, serventes na construção civil, administrativos, astrólogos, motoristas, pedreiros, médicos, maquinistas, comerciantes, cabeleireiros, bibliotecários, entre outras.

No que se refere às condições de trabalho, há uma elevada percentagem de imigrantes com contrato a prazo e com pouca rotação de emprego, pois a maioria apenas teve 1 emprego. A maioria recebe um salário médio entre 500 a 750 euros, por mês. Este salário é o resultado de 41-50 horas de trabalho semanal, correspondendo em média, 3-4 euros por hora. Por isso, em função das suas condições de trabalho, existe uma percentagem de imigrantes que se sente, profissionalmente, medianamente integrados em Portugal, pois consideram que têm um trabalho e um salário adequado à sua formação académica e profissional.

Uma parte substancial dos imigrantes guineenses utiliza os serviços públicos de apoio aos imigrantes (CNAI, CLAI, OMI, CNR), destacando o SEF e o CNAI como serviços de muita utilidade.

Ao nível da qualidade de vida, estes imigrantes manifestam um quadro positivo, pois, segundo as suas respostas, têm prazer no que fazem, quotidianamente e manifestam-se felizes. Com muita frequência consideram que vão ter um futuro mais promissor. A maioria acha que os portugueses gostam dos imigrantes.

Muitos guineenses não sabem quanto tempo vão ficar em Portugal, no entanto, dão um caráter prolongado a esta permanência (entre 11 a 15 anos), pois apresentam uma melhor situação financeira e mais qualidade de vida que no país de origem. Contudo, alguns manifestam o desejo de voltar ao país de naturalidade.

**Concluindo**, em termos de nacionalidade, os perfis podem ser sintetizados desta forma:

- Os brasileiros apresentam um percurso pré e pós-migratório relativamente mais fácil face às outras nacionalidades. Chegam a Portugal com uma situação financeira melhor e com o domínio da língua portuguesa. Escolheram Portugal como país de destino porque dominam a língua e possuem uma rede social baseada em amigos e família que lhes serviu de suporte à integração. A inserção no

mercado de trabalho é relativamente fácil, conseguem arranjar emprego rapidamente e mostram uma grande rotação de emprego dentro do setor do Comércio, Serviços, Hotelaria e Restauração. O facto de se sentirem integrados profissionalmente resulta, de certa forma, dos rendimentos absolutos mensais serem relativamente elevados, pois trabalham mais horas e ganham mais por hora.

- Os ucranianos apresentam o percurso pré e pós-migratório mais difícil, no entanto, são os que apresentam níveis de satisfação maiores, querendo permanecer para sempre em Portugal. Quando chegam a Portugal trazem consigo poucos recursos económicos, pois a maioria estava desempregada no país de origem ou ganhava pouco. O grande problema destes imigrantes é o facto de não dominarem a língua portuguesa. A justificação pela escolha de Portugal deve-se à presença de muitos amigos a trabalharem neste país, funcionando assim como âncoras de apoio. A sua inserção no mercado de trabalho é marcada pela facilidade de arranjarem trabalho em profissões não qualificadas, trabalharem menos horas mensais e usufruírem menores rendimentos mensais. Para estes imigrantes, o facto de não dominarem a língua portuguesa condiciona a rotação de emprego e a mobilidade profissional ascendente.
- Os guineenses apresentam um percurso migratório mais difícil do que os brasileiros e melhor que os ucranianos. Quando chegam a Portugal têm uma rede social densa, constituída pela família restrita e alargada, que lhes presta ajuda a vários níveis. A escolha de Portugal como país de destino resulta de dominarem bem a língua portuguesa e pela rede de amigos e familiares. A sua inserção no mercado de trabalho não é muito fácil, pois demoram bastante tempo a encontrar um trabalho, concentrando-se em atividades pouco qualificadas dos serviços, comércio e construção. A sua mobilidade profissional é fraca, pois a maioria nunca mudou de emprego e sentem-se pouco integrados profissionalmente porque exercem atividades pouco relacionadas com a sua formação académica e profissional. Estes imigrantes são os que apresentam a maior concentração geográfica, pois residem, maioritariamente, na região de Lisboa e Vale do Tejo.

### 3.2 - Perfis de imigrantes segundo os fatores diferenciadores no início do processo migratório

O objetivo deste ponto é tipificar o início do processo migratório em função das motivações, estratégias, iniciativas e o percurso (decisão de vir para Portugal, preparativos, estadia, e perspetivas futuras). Com este conhecimento, pretende-se verificar se existe um padrão diferenciador no início do processo migratório. Neste âmbito, podem identificar-se quatro perfis:

A - Brasileiros sozinhos com razoáveis recursos financeiros evidenciam facilidades de integração e atribuem um caráter temporário à sua deslocação (34%).

B - Mulheres sobretudo ucranianas procuram o reagrupamento familiar e evidenciam dificuldades linguísticas no processo de integração e atribuem um caráter permanente à sua deslocação (31%).

C - Trabalhadores do género masculino, sobretudo brasileiros e guineenses e atribuem um caráter temporário à sua deslocação (26%).

D - Guineenses juntam-se à família para estudar e trabalhar e não sabem quanto tempo vão ficar em Portugal (9%).

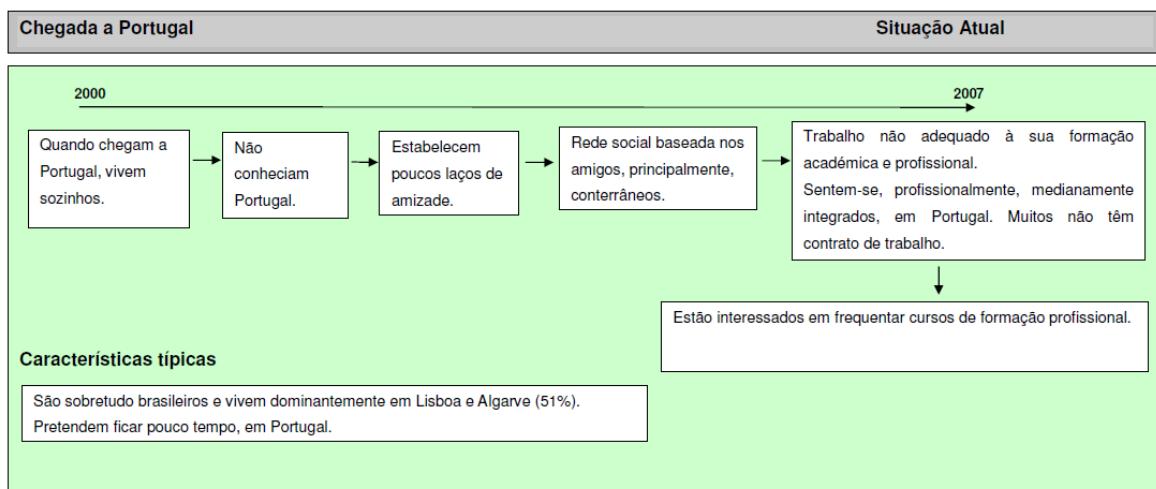
**A - Brasileiros sozinhos com razoáveis recursos financeiros evidenciam facilidades de integração e atribuem um caráter temporário à sua deslocação**

No processo migratório evidencia-se um perfil muito expressivo (34%), representado sobretudo pelos imigrantes brasileiros que vêm para Portugal sozinhos, não conhecem previamente o país e optam por uma residência na região de Lisboa e Vale do Tejo (51%) ou Algarve (19%) (figura 72). Estes imigrantes entraram em Portugal com recursos económicos e não necessitaram de grandes apoios familiares ou outros à sua integração inicial.

Quando chegam a Portugal, vivem sozinhos e não têm problemas em criar relacionamentos e laços de amizade, apesar de possuírem poucos amigos. As suas relações de amizade são sobretudo com conterrâneos, mas também com portugueses. Iniciaram a regularização depois de 1 ano de permanência em Portugal, o que significa que mantiveram um período de ilegalidade assinalável.

### Figura 72 - Perfil dos imigrantes segundo o processo migratório

Processo migratório A - Brasileiros sozinhos com razoáveis recursos financeiros evidenciam facilidades de integração e atribuem um caráter temporário à sua deslocação (cerca de 34%)



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

Estes imigrantes vieram para Portugal por razões económicas e em 15 dias (em média) encontram trabalho. A inserção no mercado de trabalho português implicou uma mobilidade profissional descendente. O primeiro emprego foi normalmente na construção civil e o último na restauração e hotelaria. É um grupo que apresenta uma forte rotação de emprego.

Como fator limitativo de inserção no mercado de trabalho português referem o fraco reconhecimento das suas habilitações académicas e profissionais e o não aproveitamento das suas competências profissionais no trabalho. Desde que chegaram a Portugal, tiveram vários empregos, o que possibilitou melhores salários e horários laborais mais adequados. No entanto, neste perfil existe uma grande percentagem (32%) de imigrantes sem contrato de trabalho.

No que se refere à utilização de serviços de apoio a imigrantes manifestam um fraco conhecimento e, consequentemente, uma reduzida utilização. A baixa utilização dos serviços de apoio é justificada pelo facto de muitos não terem pedido o reconhecimento das suas habilitações académicas e profissionais.

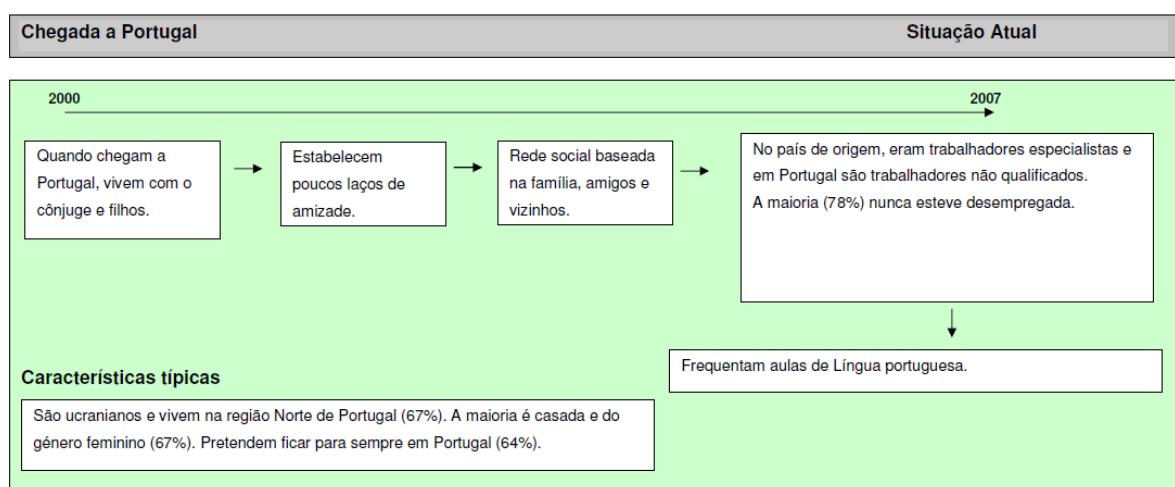
Desde que chegaram a Portugal, estes imigrantes nunca frequentaram cursos de formação profissional, alegando a falta de tempo, em virtude de trabalharem muitas horas. No entanto, manifestam o desejo de frequentá-los. Atribuem um caráter temporário à sua deslocação, pois pretendem ficar em Portugal apenas cerca de 7 anos.

**B - Mulheres sobretudo ucranianas procuram o reagrupamento familiar e evidenciam dificuldades linguísticas no processo de integração e atribuem um caráter permanente à sua deslocação**

Este perfil é representado principalmente por mulheres predominantemente ucranianas, casadas e com o ensino secundário e universitário que pretendem reagrupar-se ao seu núcleo familiar (figura 73). O motivo que as levou a emigrar foi, principalmente, de natureza económica, pois estavam desempregadas no seu país de origem. Este grupo representa 31% dos inquiridos.

**Figura 73 - Perfil dos imigrantes, segundo o processo migratório**

Processo migratório B - Mulheres sobretudo ucranianas procuram o reagrupamento familiar e evidenciam dificuldades linguísticas no processo de integração e atribuem um caráter permanente à sua deslocação (cerca de 31%)



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A escolha de Portugal como país de destino resulta do facto de terem a família e os amigos a residirem neste país. Já tinham o seu cônjuge a residir em Portugal e vieram com toda a sua família (90%). No país de origem já conheciam Portugal através das informações que recebiam dos familiares, amigos e dos meios de comunicação social.

A primeira e última residência localizam-se sobretudo na região Norte de Portugal. Quando chegam, apesar de terem a família à sua espera, tiveram dificuldades em criar novos laços de amizade, devido às dificuldades linguísticas. Os amigos que fazem são sobretudo com conterrâneos, mas também portugueses.

No processo migratório alguns imigrantes conseguem finalizar a sua regularização antes de chegarem a Portugal, com a ajuda da empresa onde o cônjuge trabalha. No entanto, no seu país de origem tiveram algumas dificuldades no processo de legalização devido à falta de documentação.

A entrada em Portugal é marcada por possuírem fracos recursos financeiros (trazem menos de 500 euros), no entanto, a família, os amigos e os vizinhos ajudam, e podem recorrer esporadicamente a empréstimos bancários.

No seu país de origem, eram trabalhadoras especialistas ou estavam desempregadas. Com a entrada no mercado de trabalho português vão ocupar trabalhos não qualificados, mas nunca estiveram desempregadas. No entanto, auferem baixos salários absolutos (entre 250 a 500 euros) em virtude de trabalharem poucas horas semanais (21-40 horas).

No que respeita à utilização de serviços de apoio a imigrantes, manifestam um razoável conhecimento e utilização, pois conhecem e utilizam o CLAI, GAJI, ACIME, CNAI e o SEF. Apesar de utilizarem estes serviços, consideram-nos pouco úteis, pois não intervêm com a rapidez com que os problemas exigiam.

Desde que chegaram a Portugal, frequentam aulas de língua portuguesa, pois quando vieram não compreendiam, não liam e nem escreviam nada em português.

Ao nível da integração em Portugal, consideram que é muito cedo para tirarem alguma conclusão, salientando as dificuldades linguísticas como o principal entrave a essa integração, uma vez que as impede de aceder a informação que lhes permitiria obter melhores empregos. Tiveram dificuldades em encontrar escola para os filhos.

Apesar de todas as dificuldades manifestadas, têm a intenção de permanecer em Portugal para sempre, ou seja, dão um caráter definitivo à sua deslocação, pois apresentam uma melhor situação financeira face ao país de origem.

#### **C - Trabalhadores do género masculino, sobretudo brasileiros e guineenses e atribuem um caráter temporário à sua deslocação (26%).**

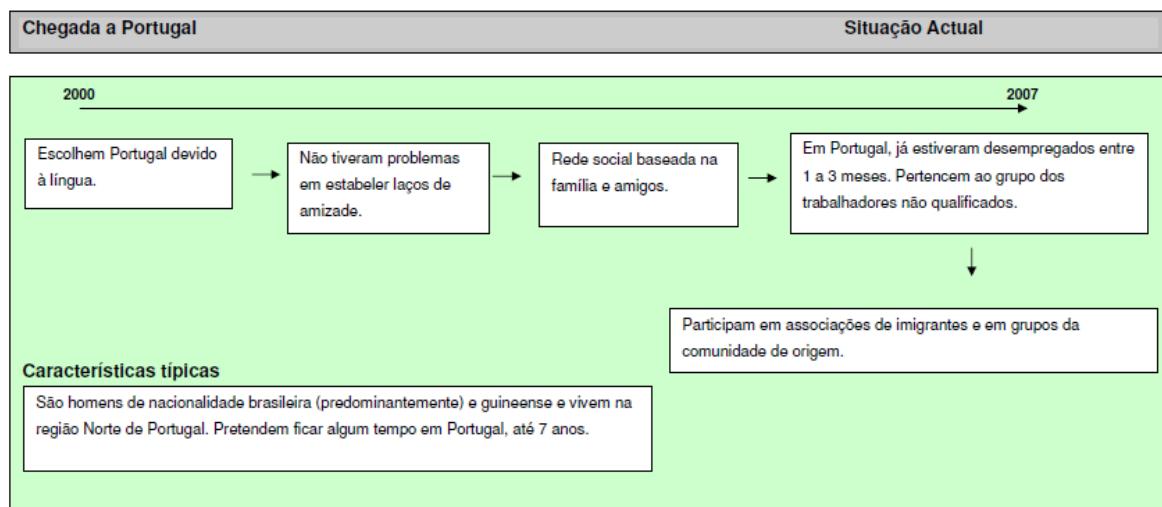
O perfil dos imigrantes que representa 26% da amostra é marcado pelo facto de serem sobretudo homens de nacionalidade brasileira e guineense (figura 74). No país de origem, estavam empregados e conheciam Portugal através das informações que recebiam dos amigos e dos meios de comunicação social.

Estes imigrantes vêm para Portugal devido à facilidade linguística (55%), com poucos recursos económicos e sozinhos. Quando chegaram não tinham família a residir neste país. Estes

imigrantes não tiveram problemas em estabelecer laços de amizade quando chegaram, sobretudo conterrâneos, no entanto, nem sempre estão satisfeitos com os laços de amizade que criaram.

#### Figura 74 - Perfil dos imigrantes, segundo o processo migratório

Processo migratório C - Trabalhadores do género masculino, sobretudo brasileiros e guineenses e atribuem um carácter temporário à sua deslocação (26%)



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A entrada destes imigrantes no mercado de trabalho português é marcada pelo desemprego (de 1 a 3 meses) e o recurso a anúncios para o conseguirem. Depois de arranjarem trabalho, auferem um rendimento salarial (quando comparados com os outros trabalhadores), entre 750 e 1000 euros, resultado do elevado número de horas de trabalho semanais (entre 41-60 horas). Estes imigrantes sentem-se integrados em Portugal, porque têm um emprego com um bom salário, apesar de referirem que realizam as piores tarefas no seu local de trabalho.

No que se refere à utilização de serviços de apoio a imigrantes, manifestam um razoável conhecimento e utilização, pois conhecem e utilizam o CLAI, ACIME, CNAI e o SEF, considerando o ACIME e o SEF serviços muito úteis. Nos tempos livres, frequentam associações de apoio a imigrantes e grupos da comunidade de origem (igreja) onde realizam várias atividades que lhes permitem maior integração profissional e social. Apesar de se sentirem integrados, dão um carácter temporário à sua deslocação, pois pretendem regressar ao país de origem.

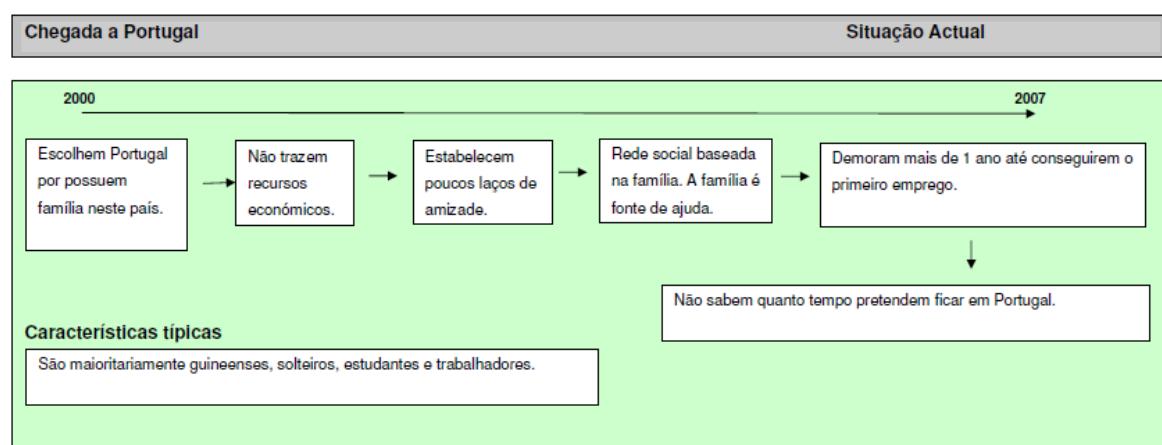
#### D - Guineenses juntam-se à família para estudar e trabalhar e não sabem quanto tempo vão ficar em Portugal

O perfil do processo migratório que abrange 9% da amostra dos inquiridos é representado, principalmente, pelos imigrantes guineenses, solteiros (49%) e estudantes/trabalhadores (figura 75). Antes de virem para Portugal, os familiares destes imigrantes transmitiram-lhes várias informações referentes ao mercado de trabalho e à formação académica que podiam fazer neste país.

Assim, o principal motivo que leva estes imigrantes a escolherem Portugal é o facto de possuírem família a residir neste país que lhes serve de apoio. Quando chegam não trazem recursos financeiros (98.3%), pois a mobilidade baseia-se num projeto suportado pela família. O apoio da família manifesta-se a vários níveis, desde a habitação, à alimentação, à procura de emprego e em ajudas no processo de legalização. Estes apoios facilitam o processo de integração, que classificam de muito fácil.

**Figura 75 - Perfil dos imigrantes, segundo o processo migratório**

Processo migratório D - Guineenses juntam-se à família para estudar e trabalhar e não sabem quanto tempo vão ficar em Portugal



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A razão principal que leva estes indivíduos a emigrar foi por razões familiares e muitas vezes também para estudarem. A entrada no mercado de trabalho português é tardia, uma vez que só conseguem arranjar o primeiro emprego 1 ano depois de chegarem a Portugal. Não sabem quanto tempo pretendem ficar em Portugal.

**Concluindo**, pela análise dos perfis dos imigrantes, segundo o processo migratório (motivações, estratégias, iniciativas no país de origem e todo o percurso social e profissional em Portugal), verifica-se que existem 4 perfis específicos que se diferenciam, principalmente, em função da nacionalidade e do género, mas também do motivo da escolha de Portugal como país de destino e dos recursos económicos que possuem à chegada de Portugal, assim:

- Perfil A - Melhores recursos financeiros associam-se a uma facilidade inicial de integração, onde se evidencia a nacionalidade brasileira. Estes imigrantes não têm problemas em criar laços de amizade, facilmente arranjam emprego e apresentam uma grande rotação de emprego. O objetivo é arranjar um emprego com um bom salário para, posteriormente, regressarem ao país de origem. Muitos não têm contrato de trabalho e a maioria esteve ilegalmente em Portugal durante o primeiro ano de permanência.
- Perfil B - Mulheres com fracos recursos financeiros procuram o reagrupamento familiar. Este perfil é marcado pela nacionalidade ucraniana, ou seja mulheres que vêm para Portugal para se juntar ao seu cônjuge. Este perfil evidencia as dificuldades que as mulheres ucranianas têm na sua integração social e profissional devido às dificuldades linguísticas. Apesar de apresentarem níveis de escolaridade elevados, são trabalhadoras não qualificadas e em "part-time", com rendimentos mensais muito baixos. Independentemente destas dificuldades dão um caráter permanente à sua deslocação.
- Perfil C - Trabalhadores do género masculino, brasileiros e guineenses juntam-se no mesmo perfil no início do processo migratório. Estes imigrantes escolheram Portugal, como país de destino, devido à facilidade linguística, tendo chegado a este país com poucos recursos económicos. No mercado de trabalho são trabalhadores não qualificados que trabalham muitas horas e desempenhando as piores funções. Pretendem amealhar o máximo de rendimentos para voltarem para o país de origem. Dão um caráter temporário à sua deslocação.
- Perfil D - Poucos recursos financeiros associam-se ao reagrupamento familiar e à frequência escolar. Representa o processo migratório dos estudantes e trabalhadores guineenses, que vêm para Portugal sem recursos económicos, pois têm o apoio da família já cá residente. A sua inserção no mercado de trabalho é difícil, pois têm muitas dificuldades em arranjar emprego. Não sabem quanto tempo vão ficar em Portugal.

### 3.3 - Perfis dos imigrantes, segundo a mobilidade geográfica

Como se verificou, anteriormente, os inquiridos apresentam uma elevada mobilidade geográfica, uma vez que 36.5% viveram em vários lugares, apesar de estarem há pouco tempo em Portugal. Assim, pretende-se avaliar se há um perfil dos imigrantes que viveram sempre num lugar e um perfil adequado aos que residiram em mais do que um lugar. Interessa então perceber dois grupos:

A - Imigrantes que no seu processo de integração não apresentam mobilidade geográfica, pois viveram sempre no mesmo lugar (63.5%).

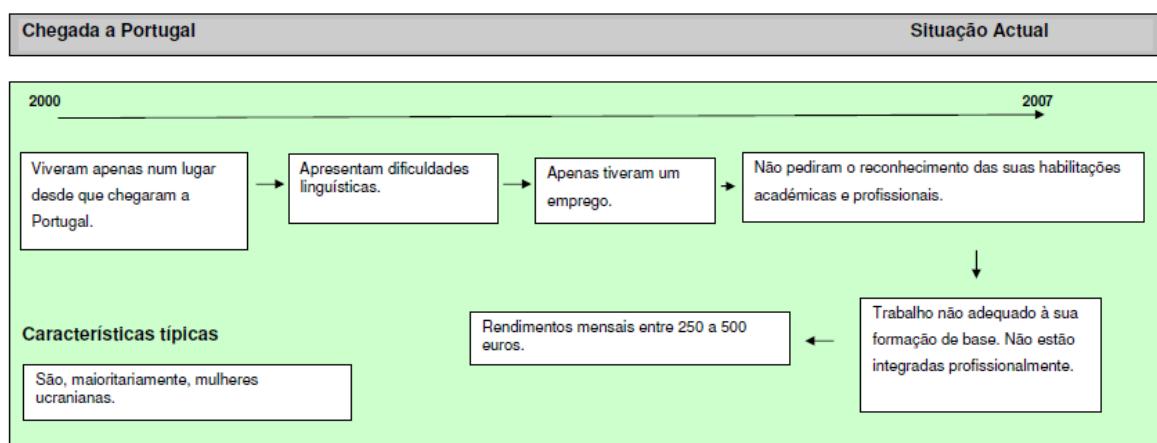
B - Imigrantes que no seu processo migratório apresentam mobilidade geográfica, pois viveram em vários lugares (36.5%).

#### A - Imigrantes que no seu processo de integração não apresentam mobilidade geográfica, pois viveram sempre no mesmo lugar

Os imigrantes que sempre residiram num lugar são preferencialmente do género feminino e de nacionalidade ucraniana (figura 76). Um dos problemas que estes imigrantes têm é a dificuldade de compreensão, na leitura e na escrita da língua portuguesa, limitando-lhes a sua inserção no mercado de trabalho e social. Assim, criam poucos laços de amizade e os que estabelecem são com conterrâneos.

**Figura 76 - Perfil dos imigrantes, segundo a mobilidade geográfica**

Mobilidade geográfica A - Imigrantes que no seu processo de integração não apresentam mobilidade geográfica, pois viveram sempre no mesmo lugar (63.5%).



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

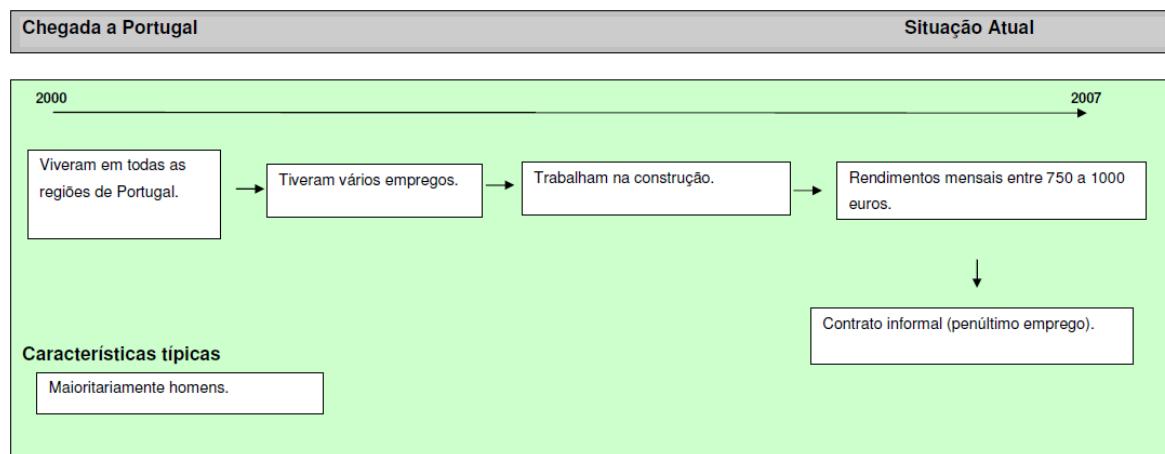
A sua inserção no mercado de trabalho é difícil, pois demoram algum tempo a arranjar emprego, trabalham poucas horas e, por isso, auferem rendimentos mensais mais baixos (entre 250 a 500 euros). É de salientar que nunca normalmente nunca estiveram desempregados, tendo tido apenas um único emprego desde que chegaram a Portugal. Estes inquiridos não se sentem, profissionalmente, integrados, em virtude de não terem um trabalho adequado às suas habilitações profissionais e académicas. Dizem que não pediram o reconhecimento das habilitações por falta de informação.

**B - Imigrantes que no seu processo migratório apresentam mobilidade geográfica, pois viveram em vários lugares**

Dos imigrantes inquiridos, 36.5% viveram em vários lugares tendo uma maioria chegado a Portugal em 2001 (figura 77).

**Figura 77 - Perfil dos imigrantes, segundo a mobilidade geográfica**

Mobilidade geográfica B - Imigrantes que no seu processo migratório apresentam mobilidade geográfica, pois viveram em vários lugares (36.5%).



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

São maioritariamente homens que já estiveram várias vezes desempregados e que mostram uma grande rotação no emprego (muitos deles tiveram mais de 6 empregos). A grande rotação de emprego é explicada pelos baixos salários, o que os leva a deixarem o trabalho e a procurarem outro melhor remunerado. No mercado de trabalho, trabalham na construção civil e auferem um rendimento mensal entre 750 a 1000 euros.

No que se refere ao vínculo contratual, apresentam como característica principal o facto de no penúltimo emprego terem um contrato informal. Esta ilegalidade passa não só pelo emprego, mas também pela sua regularização em Portugal, pois muitos só iniciaram o seu processo de legalização 1 ano depois de terem chegado a este país. Ao nível da qualidade de vida, manifestam um pouco de ansiedade e preocupação, no entanto, sentem-se emocionalmente bem.

**Concluindo**, pela análise dos perfis anteriores, verifica-se que a mobilidade geográfica está muito relacionada com o género e a situação no mercado de trabalho dos inquiridos, assim:

- Perfil A - Em Portugal viveram sempre no mesmo local, com destaque quer para o género feminino quer para a nacionalidade ucraniana. Estes imigrantes apenas tiveram um emprego em Portugal não adequado à sua formação de base. As suas dificuldades linguísticas limitam a sua mobilidade geográfica e profissional (sócio-profissional).
- Perfil B - Em Portugal viveram em vários lugares e são sobretudo homens. Esta mobilidade associa-se muitas vezes a empregos na construção civil (atividade com elevada mobilidade) e a fracos rendimentos mensais. A vontade de usufruírem um rendimento mensal superior leva-os à mobilidade.

### 3.4 - Perfis dos imigrantes segundo a inserção no mercado de trabalho

Tendo em conta que a maioria dos inquiridos veio para Portugal com o objetivo de trabalhar, é importante conhecer a sua inserção no mercado de trabalho. Este conhecimento permite verificar se existe um perfil de inserção semelhante a todos os imigrantes ou se, pelo contrário, a sua inserção pode ser tipificada em percursos e características diferentes em função de algumas variáveis. Foram identificados 3 perfis:

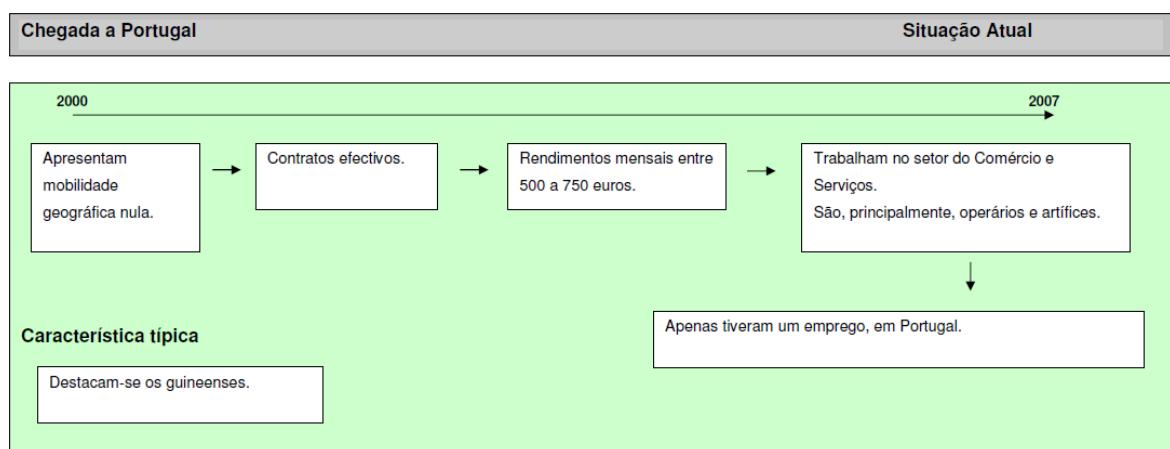
- A - A estabilidade associa-se a nenhuma mobilidade profissional e geográfica (31%);
- B - A procura de estabilidade associa-se a uma elevada mobilidade profissional e geográfica (63%);
- C - O desemprego feminino associa-se à dificuldade de inserção no mercado de trabalho (6%).

### A - A estabilidade associa-se a nenhuma mobilidade profissional e geográfica

No que se refere à inserção no mercado de trabalho português, 31% dos imigrantes apresentam uma mobilidade profissional e geográfica nula, uma vez que tiveram sempre o mesmo emprego e residiram sempre no mesmo lugar (figura 78).

**Figura 78 - Perfil dos imigrantes, segundo o emprego**

Inserção no mercado de trabalho A - A estabilidade associa-se a nenhuma mobilidade profissional e geográfica (cerca de 31%)



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

São sobretudo de nacionalidade guineense e desenvolvem atividades no Comércio e Serviços. Nunca estiveram desempregados e têm um vínculo contratual estável, uma vez que são efetivos. No que se refere ao rendimento mensal, auferem entre 500 a 750 euros.

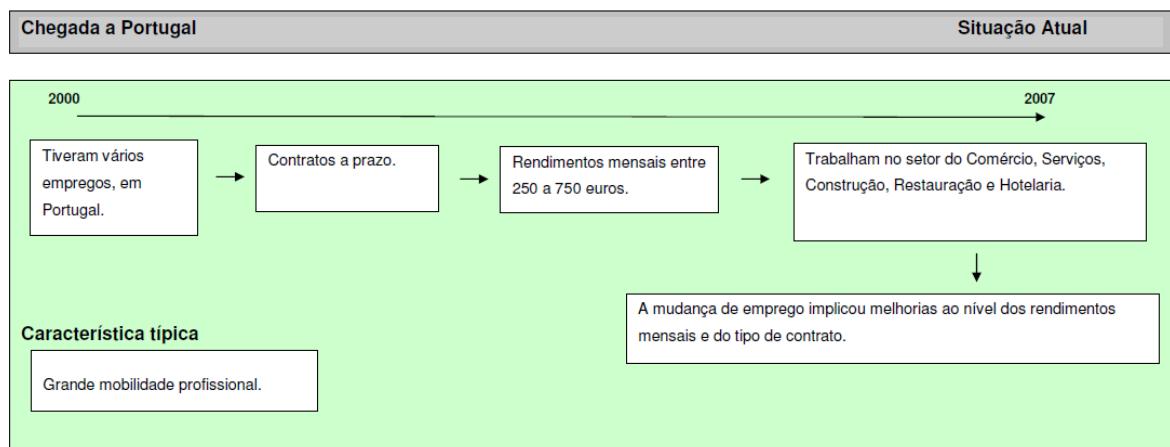
Devido à elevada rede social que possuem em Portugal, baseada na família (predominantemente) e amigos, consideram o processo de legalização muito fácil e rápido. Ao nível da qualidade de vida, exprimem um quadro de vida positivo, sem stress e pressão.

### B - A procura da estabilidade associa-se a uma elevada mobilidade profissional e geográfica

Este perfil é dominante (63%) e é caracterizado pelos trabalhadores que apresentam uma elevada mobilidade profissional, pois 43% tiveram 2 empregos e 29% tiveram 3, desde que chegaram a Portugal (figura 79). Normalmente estão em média entre 6 a 12 meses em cada emprego.

### Figura 79 - Perfil dos imigrantes, segundo o emprego

Inserção no mercado de trabalho B - A procura da estabilidade associa-se a uma elevada mobilidade profissional e geográfica (cerca de 63%)



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

No mercado de trabalho, estes trabalhadores ocupam profissões não qualificadas na construção civil, comércio, serviços, restauração e hotelaria. A sua situação laboral é marcada por alguma instabilidade, decorrente de terem necessidade de mudar de emprego e possuírem vínculos contratuais instáveis, uma vez que predominam os contratos a prazo. No entanto, quando se compara a situação do primeiro emprego com a do último, verifica-se que há uma melhoria significativa, pois passaram a apresentar melhores salários e muitos deixaram de ter relações contratuais informais.

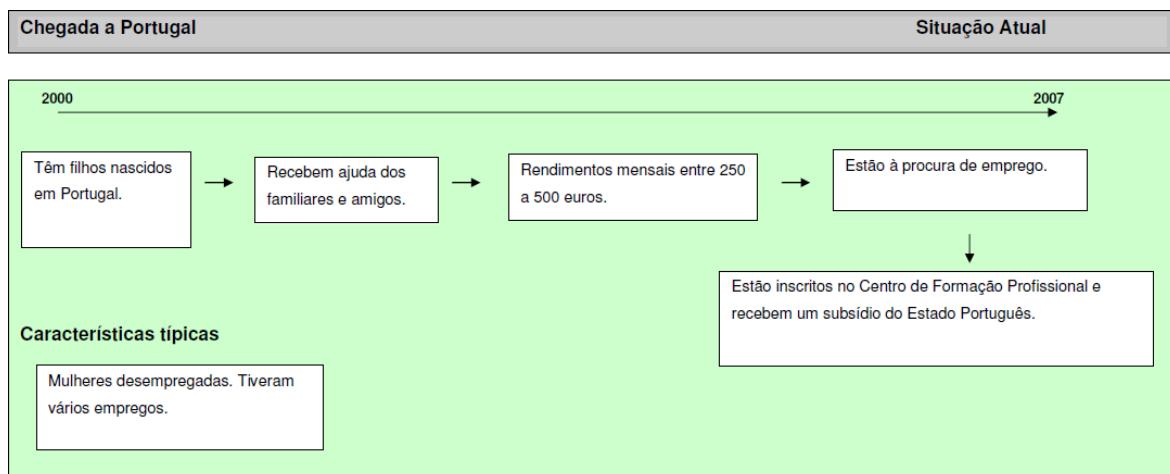
O processo de legalização constituiu um problema, tendo sido iniciado, pela maioria, 6 meses depois de chegarem a Portugal, tendo estado numa situação de ilegalidade.

### C - O desemprego feminino associa-se à dificuldade de inserção no mercado de trabalho

Este perfil representa sobretudo os imigrantes do género feminino cuja inserção no mercado de trabalho português é marcada por terem estado várias vezes desempregadas e terem tido vários empregos (figura 80).

### Figura 80 - Perfil dos imigrantes, segundo o emprego

Inserção no mercado de trabalho C - O desemprego feminino associa-se à dificuldade de inserção no mercado de trabalho (cerca de 6%)



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

O desemprego atinge os imigrantes por períodos, normalmente, de mais de 3 meses. É representado, na maioria, por mulheres (79%), casadas e com filhos nascidos em Portugal (30%). Para suportar os problemas inerentes ao desemprego, recorrem ao apoio da família, dos amigos e ao subsídio que recebem do Estado Português (49%). Procuram emprego através da consulta de anúncios e da ajuda dos amigos e familiares, e estão inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional. As suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho estão muito relacionadas com o não reconhecimento das habilitações académicas e profissionais e com as dificuldades linguísticas.

Ao nível da qualidade de vida, referem que raramente sentem-se estáveis e sem tensão, vivendo, frequentemente, em estado de instabilidade e ansiedade.

### Conclusão

Pela análise dos perfis dos imigrantes, segundo o emprego (profissão, mobilidade profissional, tipo de contrato, rendimento mensal, entre outras) verifica-se que existem 3 perfis específicos que se diferenciam em função das trajetórias profissionais destes imigrantes em Portugal, assim:

- Perfil A - A estabilidade liga-se à ausência de mobilidade profissional e geográfica: viveram sempre no mesmo lugar e tiveram sempre o mesmo emprego. No mercado de trabalho

estão inseridos no setor do Comércio e Serviços e possuem vínculos contratuais estáveis, destacando-se os contratos efetivos;

- Perfil B - A procura da estabilidade associa-se a uma mobilidade profissional e geográfica: tiveram vários empregos e viveram em vários lugares. A mudança de emprego tem vindo a proporcionar-lhes melhores salários e vínculos contratuais mais estáveis. Estes imigrantes são trabalhadores que ocupam profissões não qualificadas na construção, comércio, serviços, restauração e hotelaria;
- Perfil C - Desemprego feminino associa-se às dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Estão frequentemente desempregadas e já tiveram vários empregos. Há uma falta de reconhecimento das suas habilitações académicas e profissionais, agudizadas pelas dificuldades linguísticas.

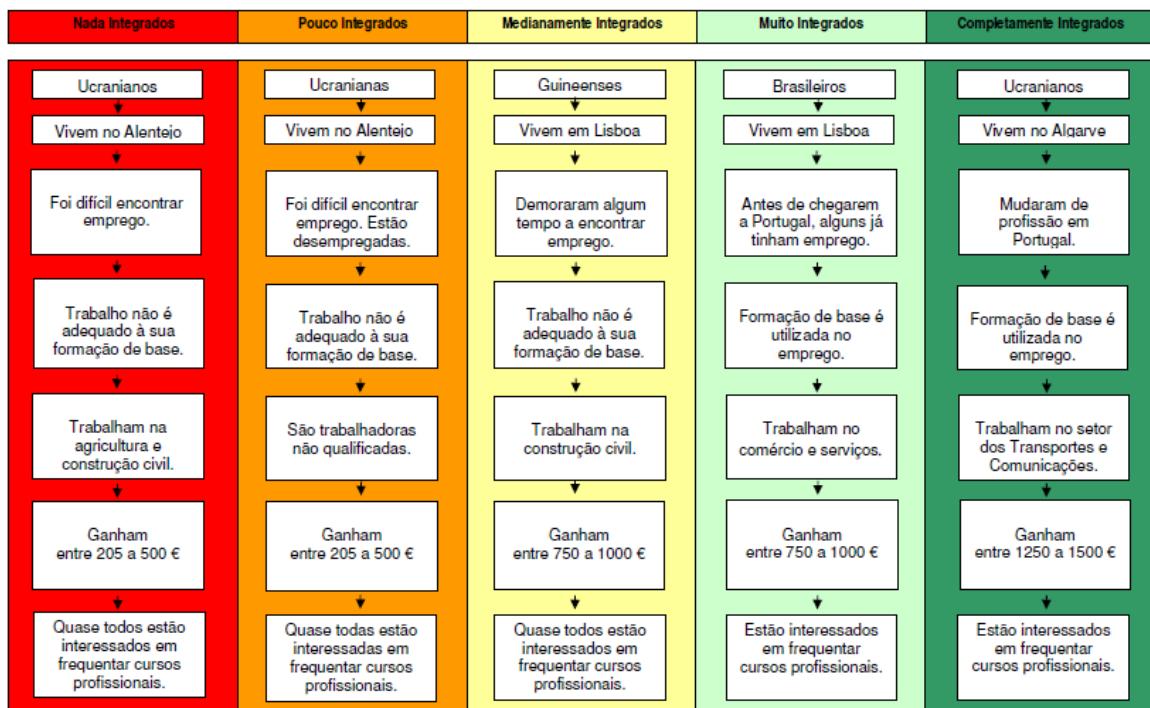
### 3.5 - Perfil dos imigrantes, segundo a integração profissional

A integração profissional dos imigrantes está muito dependente da facilidade em arranjar emprego no país de destino, do tipo de emprego que possuem, associado ao reconhecimento formal das suas qualificações académicas e profissionais, e ao aproveitamento das suas competências. O nível de integração profissional depende também do salário que estes trabalhadores auferem. De uma maneira geral, trabalhadores com salários mais elevados manifestam maior integração. A resposta à pergunta "Sente-se integrado profissionalmente em Portugal?" identifica 5 tipos de resposta:

- A - Nada integrados profissionalmente (21.6%);
- B - Pouco integrados profissionalmente (16.8%);
- C - Medianamente integrados profissionalmente (28.6%);
- D - Muito integrados profissionalmente (28.2%);
- E - Completamente integrados profissionalmente (4.8%).

A figura 81 representa o perfil dos inquiridos segundo a resposta que os imigrantes deram à questão da integração profissional e resulta de uma escala de integração profissional que varia entre os “nada integrados” até aos que se sentem “completamente integrados”. Como se referiu é o próprio imigrante que faz a autoavaliação da sua integração profissional.

**Figura 81 - Perfil dos imigrantes, segundo a sua autoavaliação relativamente ao seu grau de integração profissional**



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A - Os inquiridos que manifestaram não estar integrados profissionalmente, **nada integrados** (21.6%) em Portugal são na maioria ucranianos, casados, com filhos, mas vivem sozinhos no Alentejo. Apresentam uma mobilidade geográfica nula, uma vez que nunca viveram noutro lugar.

A entrada em Portugal destes imigrantes foi muito difícil, pois tiveram dificuldades em encontrar habitação, escola, emprego e criar laços de amizade. As dificuldades iniciais também resultam de apresentarem as piores condições financeiras (piores do que os brasileiros e os guineenses), pois quase todos trouxeram poucos recursos financeiros (menos de 500 euros), obtidos a partir da venda de bens no país de origem. Assim, a maioria apoiou-se nos amigos. A sua inserção no mercado de trabalho foi difícil, uma vez que só conseguiram emprego entre o final do primeiro e o terceiro mês, depois de terem chegado a Portugal. No entanto, a maioria nunca esteve desempregada.

No país de origem, estes imigrantes trabalhavam como especialistas das profissões intelectuais e científicas, ou eram técnicos e profissionais de nível intermédio e em Portugal são trabalhadores não qualificados na agricultura e construção civil, apresentando, por isso, um trabalho não adequado à sua formação, não utilizando as competências adquiridas no país de origem. O último emprego (referente ao que possuíam aquando da realização do inquérito) exigia muitas horas

de trabalho e muito esforço físico (trabalhavam entre 61 a 70 horas semanais), ganhando apenas entre 250 a 500 euros mensais, logo rendimentos médios bastante baixos.

Para justificar a sua não integração profissional, referem o facto de não terem um trabalho adequado à sua formação de base, em virtude da falta de reconhecimento das habilitações académicas e profissionais e também devido às dificuldades linguísticas que têm.

Ao nível da qualidade de vida, estes imigrantes dizem sentir-se, frequentemente, nervosos, apreensivos, sós e cansados, pois consideram que têm uma qualidade de vida pior ou igual à que tinham no país de origem<sup>20</sup>. Como perspetivas futuras têm a intenção de permanecer em Portugal só durante algum tempo e depois regressarem ao seu país de origem, devido às saudades que sentem da família e dos amigos.

2 - No que se refere ao perfil dos inquiridos **pouco integrados** (16.8%), constatou-se que vivem também no Alentejo, sobretudo no concelho de Évora, e que são, predominantemente, do género feminino e de nacionalidade ucraniana. Quando chegaram a Portugal, traziam poucos recursos financeiros (até 500 euros) e, por isso, necessitaram da ajuda dos amigos, família e vizinhos. Além das dificuldades financeiras, tiveram dificuldades ao nível da língua, pois quando entraram em Portugal não compreendiam, não liam nem escreviam nada em português.

O facto de estarem muito pouco integrados profissionalmente deve-se a não possuírem um trabalho adequado à sua formação. A entrada no mercado de trabalho português implicou mudanças ao nível das atividades profissionais, não havendo rentabilização da formação adquirida no país de origem nem das competências decorrentes da atividade profissional que lá exerciam. Apresentam uma mobilidade profissional descendente. Estão várias vezes desempregados e quando arranjam emprego estão inseridos no grupo dos Trabalhadores Não Qualificados, ganhando muito pouco, entre 250 a 500 euros de rendimento mensal.

Estes imigrantes vivem em habitações com fracas condições, piores que no país de origem. Não têm reconhecimento das habilitações académicas e profissionais. Para melhorar a sua situação profissional, manifestam a vontade de frequentarem cursos profissionais e referem que só não o fazem por falta de informação.

3 - Relativamente aos trabalhadores **medianamente integrados** (28.6%), verifica-se que são, maioritariamente, guineenses, vivem em Lisboa, são casados e residem com a família, cônjuge

---

<sup>20</sup> Alguns destes imigrantes já pensaram em “acabar com a vida”.

e filhos. Para estes imigrantes não é um problema criar laços de amizade, principalmente com conterrâneos, estando assim satisfeitos com essas relações.

A sua inserção no mercado de trabalho é marcada por não possuírem trabalho adequado à sua formação de base, não havendo utilidade da formação adquirida no país de origem. A mudança de país implicou mudanças no grupo e categoria profissional, passando a trabalhar em Portugal principalmente na construção civil. Manifestam alguma dificuldade em arranjar emprego, pois só o conseguiram ao fim de 1 a 3 meses. Nem todos os imigrantes manifestam o desejo de participarem em cursos de formação profissional, devido à falta de tempo e de informação.

A justificação dada por estes imigrantes para se sentirem, profissionalmente, medianamente integrados é o facto de não terem um emprego adequado à sua formação de base. No entanto, nunca pediram o reconhecimento das suas formações, devido à ausência de informação e à excessiva burocracia. Apesar de todas as dificuldades sentidas em Portugal, pressentem que vão ter um futuro promissor e, por isso, não estão apreensivos. Como perspetiva futura referem que não sabem quanto tempo vão ficar neste país de acolhimento.

4 - Numa escala superior de integração profissional, **muito integrados**, surgem, predominantemente, os trabalhadores brasileiros, que vivem no concelho de Lisboa e que, quando chegaram a Portugal, não tinham familiares residentes neste país. A sua rede social baseia-se nos amigos, não tendo problemas em criar laços de amizade. O seu processo de legalização é marcado pela ilegalidade, pois a maioria só o iniciou um ano após a sua chegada.

Alguns destes imigrantes quando chegaram a Portugal já tinham um emprego à sua espera. No mercado de trabalho estão inseridos no setor do Comércio e Serviços, trabalho que está adequado à sua formação de base, exercendo, as mesmas atividades e tarefas que exerciam no país de origem.

Compreendem, leem e escrevem muito bem português e, normalmente, frequentam cursos de formação profissional. A falta de tempo e o não reconhecimento das habilitações profissionais e académicas são, segundo eles, fatores limitativos à frequência de cursos de formação.

A justificação mais forte que sustenta sentirem muito integrados em Portugal liga-se a terem um emprego. Referem que têm uma qualidade de vida superior à do país de origem.

5 - No perfil dos imigrantes que se sentem, profissionalmente, **completamente integrados** salientam-se os ucranianos com um trabalho semelhante ao que tinham no país de origem logo, um trabalho adequado às competências escolares e profissionais.

No mercado de trabalho têm um rendimento mensal entre 1250 e 1500 euros e apresentam rotação de emprego, pois mudaram de emprego algumas vezes. Esta mudança implicou melhores salários e mais tempo de permanência no mesmo emprego. Estes imigrantes manifestam a vontade de participarem em cursos de formação profissional, referindo que ainda não o fizeram por falta de tempo.

Como perspetivas futuras, a maioria dos imigrantes não sabe quanto tempo vai ficar em Portugal, contudo, manifesta a intenção de ficar vários anos.

**Concluindo**, de uma forma geral, verifica-se que a autoavaliação da integração profissional dos imigrantes resulta de terem emprego e auferirem um rendimento mensal. A integração é tanto maior quanto melhor é a adequação do trabalho à formação escolar e profissional.

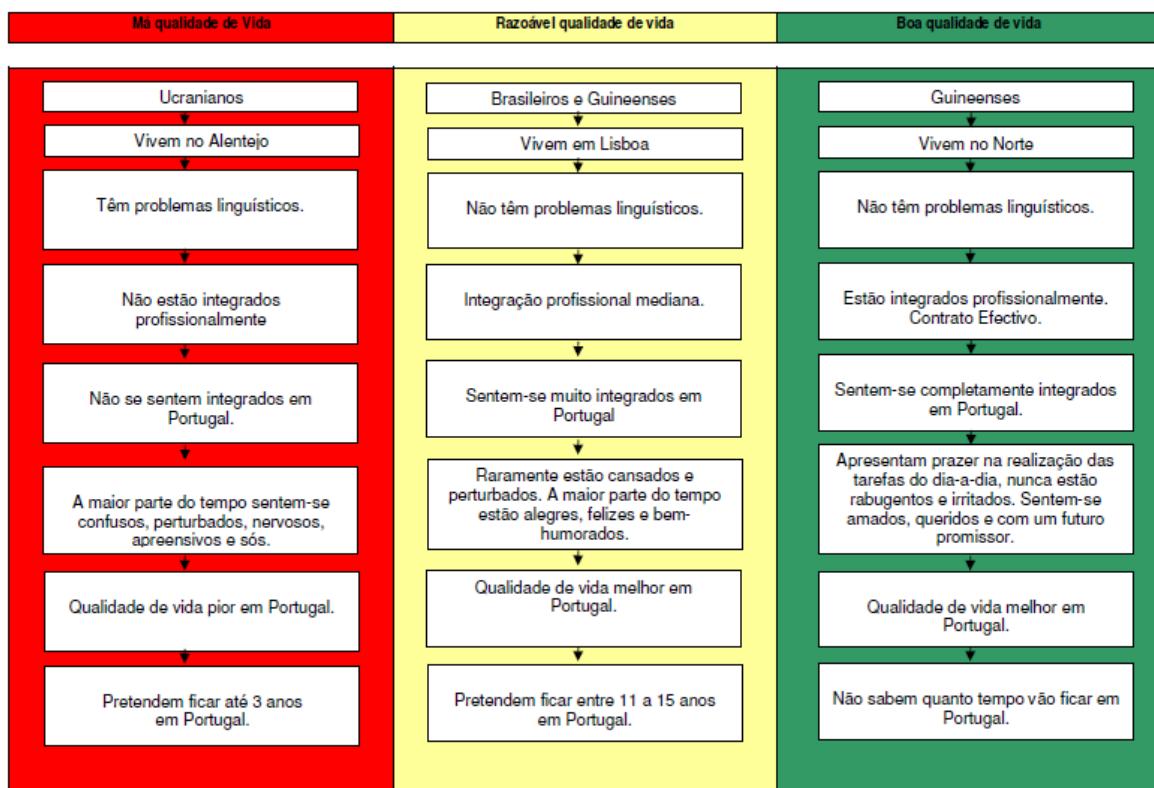
### 3.6 - Perfis dos imigrantes, segundo a qualidade de vida

A qualidade de vida dos imigrantes depende de muitos fatores. Viver com a família, as facilidades em arranjar habitação e emprego, maior ou menor facilidade em criar são fatores que contribuem para a qualidade de vida dos imigrantes. Os imigrantes autoavaliaram-se a sua qualidade de vida em 3 níveis de qualidade de vida:

- A - Má qualidade de vida (60%).
- B - Razoável qualidade de vida (29%).
- C - Boa qualidade de vida (11%).

Fazendo uma análise da figura 82 que representa a variação da qualidade de vida dos imigrantes em função dos afetos que possuem no dia a dia, em Portugal, verifica-se que variam em função de nacionalidade, da integração profissional e social.

Figura 82 - Perfis dos imigrantes, segundo a Qualidade de Vida



Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

**A - Má qualidade de vida** - Os imigrantes que sentem na maior parte do tempo afetos negativos, que têm, predominantemente a nacionalidade ucraniana, são casados e vivem no Alentejo. Estes imigrantes têm vários problemas ao nível da língua e dificuldades em criar laços de amizade e arranjar emprego. Quando entraram em Portugal não compreendiam, não escreviam nem liam nada em português (tiveram que frequentar aulas de língua portuguesa). Nos primeiros meses em Portugal, como trouxeram poucos recursos financeiros (até 500 euros), tiveram que pedir ajuda aos amigos conterrâneos e vizinhos.

Apesar de serem desempregados no país de origem, sentem que em Portugal têm pior qualidade de vida. Assim, têm saudades e referem estar perturbados, apreensivos e sentirem-se sozinhos. Mesmo tendo estas emoções negativas, pretendem ficar para sempre em Portugal, pois possuem emprego neste país e consideram os portugueses um “bom povo”.

**B - Razoável qualidade de vida** - Os imigrantes que têm frequentemente afetos positivos são, predominantemente, de nacionalidade brasileira e guineense e vivem em Lisboa. São solteiros e não tiveram problemas em arranjar habitação e emprego e em criar laços de amizade, assim, não

procuraram, nos primeiros meses, ajuda de ninguém. A escolha de Portugal como país de destino foi devido à facilidade linguística, uma vez que compreendem, escrevem e leem muito bem português. Quando chegaram a Portugal já tinham amigos a trabalharem neste país.

A inserção destes imigrantes no mercado de trabalho é fácil uma vez que rapidamente encontram emprego e mudam bastante de emprego, esta mobilidade permite-lhes geralmente melhorar o salário, apresentando no último emprego um rendimento mensal entre 750 a 1000 euros. Em Portugal investem no seu capital humano, uma vez que frequentam cursos profissionais, manifestando a vontade de frequentarem mais, apesar da escassez de tempo. Estes imigrantes sentem-se, profissionalmente, medianamente integrados, pois têm emprego que está adequado à sua formação de base.

No que se refere à qualidade de vida classificam-na como razoável, pois nunca se sentem sós, raramente estão cansados e mal-humorados, sentindo-se frequentemente felizes, alegres, bem-dispostos. Consideram que vão ter um futuro promissor pretendendo ficar em Portugal entre 11 a 15 anos.

**C - Boa qualidade de vida** - Os imigrantes que apresentam o melhor perfil de afetos, sempre positivos, são também, maioritariamente, guineenses e brasileiros, vivem no Norte de Portugal e quando entraram em Portugal traziam entre 1500 e 2000 euros. Estes imigrantes escolheram Portugal como país de destino devido à língua, pois compreendiam, escreviam e liam muito bem português. Apesar de terem criado amizades, não estão satisfeitos com os laços de amizade que fizeram e não participam em nenhum grupo da sua comunidade de origem.

Ao nível da qualidade de vida, dizem nunca estarem mal-humorados, tensos ou irritados, pois estão felizes, sentem-se amados e queridos e perspetivam um futuro promissor. Consideram que têm uma qualidade de vida melhor do que a que tinham no país de origem, sentindo-se completamente integrados em Portugal.

**Concluindo**, como é possível observar, a autoavaliação da qualidade de vida realizada pelos imigrantes assenta, essencialmente, numa integração profissional e social bem conseguida. Fatores como, possuírem recursos económicos, apresentarem facilidade linguística, viverem com a família, possuírem amigos, terem um emprego bem remunerado e adequado à sua formação de base são decisivos para a manifestação de emoções e sentimentos positivos no dia a dia do imigrante.

### 3.7 - Perfis dos imigrantes, segundo a integração global em Portugal

Cada vez mais, são os migrantes que escolhem Portugal como país de destino, vindo à procura de uma vida melhor para si e para as suas famílias. Isto implica uma série de problemas de adaptação e integração (tanto para os imigrantes como para os portugueses) que terão de ser resolvidos para que haja uma permanência inclusiva.

Assim, por fim, é necessário esclarecer os fatores que influenciam a integração dos imigrantes, ou seja, que variáveis são relevantes para que os imigrantes se sintam verdadeiramente integrados no país que os acolhe. Parte-se de uma autoavaliação da integração global em Portugal, realizada pelos imigrantes e a partir dessas respostas analisa-se as características dominantes. A figura 83 representa sistematicamente os 4 perfis dos imigrantes, são eles:

- A - Muito Pouco integrados (19.9%);
- B - Medianamente integrados (45.3%);
- C - Muito integrados (26.1%);
- D - Completamente integrados (8.7%).

**Figura 83 - Perfil dos imigrantes, segundo uma autoavaliação realizada pelos imigrantes relativamente à sua integração global em Portugal**

Muito Pouco Integrados	Medianamente Integrados	Muito Integrados	Completamente Integrados
Ucranianos	Ucranianos e Guineenses.	Brasileiros	Brasileiros
Quando entraram em Portugal traziam fracos recursos económicos.			Quando entraram em Portugal traziam razoáveis recursos económicos.
Não compreendem, lêem e escrevem Português.	Dificuldades linguísticas.	Compreendem, lêem e escrevem bem Português.	Compreendem, lêem e escrevem muito bem Português.
Dificuldades em encontrar habitação, emprego e em criar laços de amizade.	Dificuldades em criar laços de amizade.	Não têm dificuldades em criar laços de amizade.	Estabelecem muitos laços de amizade.
Não gostam de estar em Portugal. Pretendem, rapidamente, voltar para o país de origem.		Gostam de estar em Portugal.	Gostam de estar em Portugal. Têm filhos nascidos neste país.
Profissionalmente não estão integrados.	Integração profissional mediana.	Foi fácil encontrar emprego. Já estiveram desempregados. Profissionalmente estão muito integrados.	Foi fácil encontrar emprego. Profissionalmente estão muito integrados.
São trabalhadores não qualificados. Possuem contrato informal.	Participam em associações de apoio a imigrantes.	Fizeram cursos de formação profissional.	Possuem empresa própria. Fizeram cursos de formação profissional.
Sentem-se nervosos e tensos. Têm uma qualidade de vida pior face à do país de origem.	Sentem-se por vezes inquietos, cansados e confusos. Têm uma qualidade de vida igual face à do país de origem.	Têm uma qualidade de vida melhor face à do país de origem.	Estão calmos, bem-dispostos e alegres. Têm uma qualidade de vida melhor face à do país de origem.
Não se sentem integrados porque têm saudades da família, dos amigos e não dominam a língua.	A sua mediana integração resulta das diferenças culturais, da discriminação.	Sentem-se integrados porque têm família e amigos em Portugal.	Sentem-se integrados porque têm família e amigos em Portugal.

Fonte: Inquérito aos imigrantes, com tratamento próprio

A - No perfil representado pelos inquiridos que se sentem **muito pouco integrados** (19.8%) em Portugal verifica-se que são, na maioria, ucranianos, casados, possuem o ensino secundário e têm filhos a viver no país de origem. Quando chegaram a Portugal, não compreendiam, não liam nem escreviam nada em Português, tendo frequentado aulas de língua portuguesa numa associação de apoio a imigrantes. Para estes inquiridos encontrar habitação, escola e criar laços de amizade foi uma dificuldade. Para complicar a situação, quando entraram, em Portugal, traziam poucos recursos económicos (menos de 500 euros), por isso tiveram que pedir ajuda a amigos, familiares e vizinhos.

Muitos imigrantes conseguiram legalizar a sua situação antes de chegarem a Portugal, no entanto consideram o processo muito difícil e burocrático.

A inserção no mercado de trabalho para estes imigrantes foi difícil, porque tiveram dificuldades em arranjar emprego. Quando da realização do inquérito eram trabalhadores não qualificados (alguns a trabalhar na agricultura), não estando o trabalho adequado à sua formação de base. Apresentam uma situação profissional precária, pois trabalham muitas horas, ganham pouco (entre 250 a 500 euros), têm um contrato informal e um trabalho que exige muito esforço físico. Assim, profissionalmente, consideram-se nada integrados.

Ao nível da qualidade de vida, estes imigrantes apresentam um conjunto de emoções negativas, dizendo que se sentem na maior parte do tempo muito confusos, com saudades e com uma qualidade de vida pior quando comparada com a que tinham no país de origem. Quase nunca sentem prazer nas tarefas e atividades que realizam no dia a dia.

Para justificar as dificuldades de integração, referem as grandes dificuldades linguísticas que lhes limita o acesso a um emprego melhor e, consequentemente, a um salário mais elevado. Por isso, não gostam de estar em Portugal, tendo como intenção futura regressar o mais rapidamente ao país de origem.

B - No perfil dos inquiridos que se sentem **medianamente integrados** (45.2%), destacam-se os imigrantes ucranianos e os que apresentam dificuldades no processo de legalização. Estes imigrantes quando chegaram a Portugal tiveram dificuldades ao nível da habitação, emprego e na aprendizagem da língua portuguesa. Para colmatar as dificuldades linguísticas, frequentarem aulas de português numa escola perto da residência.

A mediana integração em Portugal é justificada pelo facto de se sentirem discriminados no acesso aos diferentes serviços, de existirem significativas diferenças culturais, de terem muitas saudades da família que ficou no país de origem e, principalmente, de não terem o emprego que

desejam. Também ao nível da integração profissional manifestam uma integração mediana, pois não têm um trabalho adequado à sua formação de base.

Ao nível da qualidade de vida, sentem-se cansados, inquietos e impacientes. Estes imigrantes consideram que existe alguma discriminação por parte dos portugueses. Apesar de não terem o emprego que desejavam, frequentemente, têm prazer nas tarefas que realizam. Estes imigrantes referem que é muito cedo para falar de integração, pois estão há pouco tempo em Portugal.

C - No que se refere ao perfil dos imigrantes **muito integrados** em Portugal (26.1%), destaca-se a comunidade brasileira e guineense, com idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos. Estes imigrantes quando chegaram a Portugal não tiveram problemas em arranjar habitação, emprego e de criar laços de amizade (principalmente com portugueses), sendo o cônjuge de alguns deles português.

Apesar de conhecerem e utilizarem muito pouco os serviços de apoio aos imigrantes, não tiveram problemas no processo de legalização e até pediram o reconhecimento das suas habilitações académicas e profissionais, conseguindo alguns esse reconhecimento.

No mercado de trabalho português têm um emprego não adequado à sua formação de base, trabalhando, maioritariamente, no setor do Comércio e Serviços. Estes imigrantes já tiveram vários empregos, esta mobilidade profissional permitiu-lhes melhores horários de trabalho, tarefas mais leves e salários mais elevados. Assim, sentem-se, profissionalmente, muito integrados. Para esta integração contribui a formação profissional que fizeram em Portugal.

Ao nível da qualidade de vida, referem que quase nunca se sentem sós, apreensivos, ou irritados. Geralmente estão felizes, porque têm a sua família e amigos em Portugal e possuem uma qualidade de vida melhor, pelo que gostam de cá estar.

D - Os imigrantes **completamente integrados** (8.7%) são, maioritariamente, brasileiros com idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos e têm filhos nascidos em Portugal. Quando chegaram a Portugal, compreendiam, escreviam e liam muito bem português e apresentavam uma razoável situação financeira (traziam consigo entre 1000 a 1500 euros) que lhes permitiu, nos primeiros meses, não precisarem de ajuda.

A escolha de Portugal como país de origem deve-se à facilidade linguística. Esta facilidade permitiu-lhes tirar cursos profissionais e fazer amigos portugueses o que contribui para a sua integração. Também manifestam facilidade no processo de legalização, encontrar emprego e criar laços de amizade.

No mercado de trabalho estão inseridos no setor do Comércio e Serviços, alguns deles têm uma empresa própria (empresários) ou possuem um vínculo contratual estável, uma vez que estão efetivos.

Ao nível da qualidade de vida, manifestam estarem felizes. Nunca estão confusos ou perturbados e têm prazer nas tarefas que realizam no dia a dia, perspetivando um futuro promissor. Estes imigrantes classificam os portugueses como um “povo muito bom” e que gosta dos imigrantes, tendo uma cultura muito próxima da deles. Assim, gostam de estar em Portugal por terem consigo a família e possuírem muitos amigos.

**Concluindo**, a análise dos diferentes perfis de integração em Portugal, permite verificar que a rede familiar e de amigos, a facilidade linguística, o tipo de emprego que possuem e se este está adequado à formação de base dos imigrantes são essenciais para que a integração seja uma realidade, gerando o bem-estar dos imigrantes e consequentemente uma melhor qualidade de vida. Neste sentido, em termos de políticas de suporte à imigração nota-se que Portugal negligenciou e não rentabilizou, muitas vezes, as competências dos imigrantes que iriam contribuir para a competitividade nacional. Verifica-se de ma maneira geral que os imigrantes apresentam níveis de qualidade de vida fracos resultado da não integração profissional. Na economia, os efeitos da inserção de quadros qualificados sobretudo da Europa de Leste, não foram acompanhados tendo em vista o desenvolvimento social e a economia de Portugal.

## CAPÍTULO IV

### CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O FUTURO DA IMIGRAÇÃO E A PRESENÇA DOS BRASILEIROS, UCRANIANOS E GUINEENSES,  
EM PORTUGAL

## IV - Conclusão e Recomendações

### Conclusão

Os movimentos migratórios tendem a ser cada vez mais constantes, diversificados e circulares. Cada vez mais, as migrações atingem um maior número de países e de pessoas, as causas diversificam-se, assim como, as características demográficas, económicas e sociais de quem as realiza.

Apesar das consequências negativas (desenraizamento, saudade, dificuldades linguísticas, entre outras) que os movimentos migratórios podem gerar, as consequências positivas (melhores emprego, melhores salários, entre outras) são mais valorizadas, tanto para os migrantes como para as suas famílias sendo, por isso, uma componente importante de qualquer estratégia que se destine a melhorar a qualidade de vida.

O fenómeno migratório tem sido objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de carácter teórico e empírico, que atestam a sua diversidade e complexidade (capítulo I). No entanto, como referem diversos autores, qualquer uma das teorias não permite uma explicação completa e satisfatória das migrações, dada a complexidade dos processos. Assim, torna-se necessário recorrer a diferentes abordagens teóricas para se conseguir desenvolver um quadro conceptual mais abrangente e realista, uma abordagem teórica plural e complementar, num processo integrado e dinâmico.

Em termos globais, podem salientar-se alguns aspetos importantes das migrações na atualidade:

1 - A diversidade e complexidade dos movimentos migratórios. Se no passado, o mapa dos principais fluxos migratórios internacionais era composto por poucas redes, na atualidade, esse mapa tornou-se mais complexo, pois as redes cruzam-se e ligam todos os continentes e quase todos os lugares;

2 - A agudização das disparidades entre os países mais pobres e os mais ricos faz com que os migrantes internacionais se movimentem sobretudo para os países com maiores Índice de Desenvolvimento Humano, face ao seu país de origem;

3 - As migrações ganham uma nova dinâmica que resulta do cruzamento e interação entre a globalização e a sociedade de conhecimento, que gera a intensificação dos fluxos migratórios e mudanças qualitativas nesses fluxos, ou seja, novas formas, novas dinâmicas, novos riscos, novos protagonistas e motivações;

4 - As mulheres têm, cada vez mais, um papel ativo nos fluxos migratórios, pois deixaram em parte o seu perfil de acompanhantes do cônjuge para terem um perfil de trabalhadoras que enviam remessas significativas para a família, que permaneceu no país de origem;

5 - As fronteiras estão, cada vez mais, abertas à mobilidade de bens, capitais e informação, no entanto, observam-se crescentes restrições à mobilidade de trabalhadores com baixas qualificações académicas e profissionais;

6 - Assiste-se a uma preferência por trabalhadores altamente qualificados, sendo os níveis de escolaridade, o grupo profissional, a proficiência linguística e a idade do imigrante alguns fatores a ter em conta, nalguns casos conjugados com a presença de parentes no país de destino;

7 - O aumento da imigração ilegal, resultado do facto de os imigrantes não preencherem todos os requisitos impostos pelos países de destino, assim como, o facto de não conseguirem resolver todos os entraves burocráticos à entrada, com frequência e como consequência de uma política restritiva à imigração e das dificuldades de acesso à informação.

Assim, as migrações tornaram-se um processo complexo, que atinge o mundo todo, pelo que se torna difícil encontrar respostas eficazes que permitam regular os fluxos migratórios, pôr fim às redes de tráfico de mão de obra e promover a integração dos imigrantes nos países de destino proporcionando-lhes assim uma melhor qualidade de vida.

Principalmente, no novo milénio, a posição de Portugal, no contexto das migrações internacionais, também se alterou (capítulo II). Tal como sucedeu nos restantes países da Europa do Sul, Portugal passa a receber um número significativo de pessoas, cujas características e origens se diversificam, emergindo novos imigrantes, principalmente da Europa de Leste (Ucrânia, Moldávia, Roménia, Rússia, entre outros), ou mesmo tempo que se intensificam outros fluxos como os oriundos do Brasil. Na verdade, pode identificar-se uma nova fase da imigração para Portugal, em que os imigrantes da Europa de Leste e os brasileiros tiveram um papel preponderante nos fluxos migratórios. No entanto, é de salientar a singularidade de Portugal, no quadro dos países da Europa do Sul, devido à coexistência da imigração e da emigração (cada vez maior).

A localização geográfica dos imigrantes em Portugal continua a favorecer a grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e a região do Algarve. No entanto, assiste-se a uma ténue dispersão geográfica que favorece algumas áreas do interior português. É de salientar o

facto de alguns concelhos da região do Algarve apresentarem as maiores percentagens de estrangeiros face à população residente, cerca de 25%.

A diversificação de origens dos imigrantes foi acompanhada por uma polarização no recrutamento de ativos estrangeiros. Por um lado, os que vêm ocupar trabalhos qualificados (direção de empresas, quadros administrativos, especialistas das profissões intelectuais e científicas) oriundos principalmente da União Europeia e América do Norte e, por outro lado, os que vêm ocupar trabalhos não qualificados (construção civil, obras públicas, restauração, serviços domésticos e de limpeza) oriundos de outras regiões geográficas.

A presente investigação pretendia estabelecer a inter-relação entre os recursos individuais dos imigrantes, ao nível do seu capital humano, social e financeiro, e a mobilidade sócio-espacial. Partia-se do princípio de que os diferentes recursos a que o migrante tem acesso vão influenciar a sua integração profissional, social e, consequentemente, a sua qualidade de vida (capítulo III). Assim, procurou-se identificar perfis nas comunidades estudadas que permitiram responder às questões levantadas no início da investigação.

Os imigrantes que vêm para Portugal não viveram sempre no mesmo lugar ao longo do seu percurso migratório, a escolha de um lugar de residência é influenciado por uma série de fatores, muito concretamente a oportunidade ou a possibilidade de acederem a um melhor emprego. A mobilidade geográfica afetou cerca de 30% dos inquiridos. Os imigrantes que apresentam maior mobilidade geográfica são do género masculino, adultos (40-50), de nacionalidade brasileira e tendencialmente com níveis de escolaridade razoáveis. A maioria vive com os amigos ou sozinhos, possui fracos recursos económicos e trabalha sobretudo na construção civil, restauração e hotelaria.

Este estudo demonstra que a maioria dos imigrantes são uma mão de obra com elevada rotatividade e ocupa as profissões mais desfavorecidas e menos prestigiadas socialmente, nomeadamente na construção civil, na agricultura, no comércio, na restauração e nos serviços de apoio. No entanto, também existem alguns imigrantes que trabalham em profissões mais qualificadas (médicos, professores, dirigentes de empresas, entre outras).

A maioria dos trabalhadores apresenta habilitações profissionais médias, mas trabalham em profissões não adaptadas à sua formação base. Os empregadores não aproveitam as nem valorizam as competências que estes imigrantes possuem.

A inserção profissional dos imigrantes é caracterizada por uma forte instabilidade, decorrente do número elevado de contratos a prazo e de situações de ausência de contrato, verificando-se elevados níveis de rotatividade no emprego (elevada mobilidade horizontal). Muitos dias por

semana, muitas horas por dia, baixos salários e a inexistência de apoios da segurança social, são características do trabalho destes imigrantes.

No que se refere à mobilidade profissional, a entrada dos imigrantes no mercado de trabalho caracteriza-se por significar uma mobilidade descendente; no entanto, com o decorrer do tempo verificam-se processos de mobilidade vertical ascendente (entre a primeira e a última profissão no país de destino).

Os imigrantes brasileiros apresentam um percurso pré e pós-migratório mais fácil. Chegam a Portugal com uma situação financeira melhor e com o domínio da língua portuguesa. Escolheram Portugal como país de destino porque dominam a língua e possuem uma rede social baseada em amigos e família. A inserção no mercado de trabalho é relativamente fácil, pois conseguem arranjar emprego rapidamente e mostram uma grande mobilidade profissional dentro do setor do comércio, dos serviços, da hotelaria e da restauração. O facto de se sentirem integrados profissionalmente resulta, de certa forma, dos rendimentos absolutos mensais serem relativamente elevados.

Os guineenses apresentam um percurso migratório mais difícil do que os brasileiros e melhor do que os ucranianos. Quando chegam a Portugal, têm uma rede social de apoio densa, constituída pela família restrita e alargada, que lhes presta ajuda a vários níveis. A escolha de Portugal como país de destino resulta de dominarem bem a língua portuguesa e de terem apoio familiar cá. A sua inserção no mercado de trabalho não é muito fácil, pois demoram bastante tempo a encontrar um trabalho, concentrando-se em atividades pouco qualificadas dos serviços, comércio e construção. A sua mobilidade profissional é fraca, pois a maioria nunca mudou de emprego. Sentem-se pouco integrados profissionalmente porque exercem atividades pouco relacionadas com a sua formação académica e profissional. Estes imigrantes são os que apresentam a maior concentração geográfica, pois residem, maioritariamente, na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Os ucranianos apresentam o percurso pré e pós-migratório mais difícil no entanto, são os que apresentam níveis de satisfação maiores, querendo permanecer para sempre em Portugal. Quando chegam a Portugal, trazem consigo poucos recursos económicos, pois a maioria estava desempregada no país de origem ou ganhava pouco. O grande problema destes imigrantes é o facto de não dominarem a língua portuguesa. A escolha de Portugal como país de destino resulta do facto de terem muitos amigos a trabalharem neste país, funcionando assim como âncoras de apoio. A sua inserção no mercado de trabalho é marcada pela facilidade de arranjarem trabalho em profissões não qualificadas, trabalharem menos horas mensais (face aos

brasileiros e guineenses) e terem menores rendimentos mensais. Para estes imigrantes, o facto de não dominarem a língua portuguesa condiciona a sua mobilidade profissional ascendente e a sua integração social.

Pode-se ainda concluir que a mobilidade profissional ascendente é mais lenta entre as mulheres, apesar de possuírem níveis de escolaridade mais elevados, entre os imigrantes com dificuldades linguísticas e entre aqueles que vivem com o cônjuge (relativamente aos que não vivem com a família). Os fatores que contribuem para uma maior mobilidade profissional ascendente são: a formação adquirida em Portugal (ao nível da língua portuguesa e através dos cursos profissionais) e a densidades de redes sociais, nomeadamente familiares e de amizade. As categorias profissionais mais qualificadas são também as que ascendem com maior facilidade. Para além disso, constata-se que, com o decorrer do tempo, entre o primeiro e o último emprego, há uma melhoria generalizada da situação contratual dos trabalhadores em todos os setores de atividade e grupos profissionais. Simultaneamente, as situações de ilegalidade vão-se transformando em situações contratuais legais, contribuindo para uma mobilidade positiva, para a diminuição da precariedade e o aumento da estabilidade profissional.

Do ponto de vista afetivo, os imigrantes raramente estão deprimidos ou tristes, antes pelo contrário, a maioria sente-se sempre ou frequentemente feliz, amada, com afetos positivos no seu quotidiano, vislumbrando um futuro promissor. Para esse estado de espírito também contribui o facto dos portugueses serem acolhedores, tolerantes e educados, ajudando os imigrantes de várias formas, independentemente da nacionalidade. Segundo os imigrantes, os portugueses gostam deles estão sempre prontos a ajudá-los. Isto justifica-se em parte porque os imigrantes fazem os trabalhos mais desvalorizados (os que os portugueses não querem fazer) e porque muitos dos portugueses já foram imigrantes, sabendo o que isso significa.

O novo contexto das migrações internacionais e os aspetos inovadores que as caracterizam tornam difícil prever a escala e a forma dos fluxos, pois eles vão resultar de complexos fatores políticos, económicos e culturais. No entanto, tendo em conta o aumento da população mundial principalmente nos países pobres, os progressos nas comunicações, o aumento das disparidades económicas e as alterações climáticas é seguro que os movimentos migratórios persistirão durante o século XXI. Em Portugal, e seguindo a tendência mundial, em termos de evolução futura, tudo parece apontar para uma manutenção dos ritmos de chegada existentes, sem aceleração, sendo possível uma maior diversificação das origens, em virtude da globalização dos fluxos migratórios e do estabelecimento de novas redes familiares, de amizade e de tráfico de mão de obra. Assim, a tendência para a persistência da imigração, em Portugal,

continuará, até porque, será impossível travar a vinda de imigrantes dos países lusófonos e, impossível também, evitar a reunificação familiar dos novos imigrantes oriundos da Europa de Leste e do Brasil ou de África.

O futuro do fluxo dos imigrantes oriundos do Brasil, Ucrânia e Guiné-Bissau composto, essencialmente, por trabalhadores que ocupam atividades não qualificadas depende de vários fatores, sendo de destacar a evolução das condições políticas e económicas. O recrutamento destes trabalhadores para trabalhos não qualificados, não deverá diminuir a curto prazo, em virtude de um conjunto de fatores que incluem: a continuação da construção de várias obras públicas (apesar da diminuição), a crescente emigração de portugueses, o aumento dos níveis de escolaridade, a feminização da população ativa (todos estes fatores provocam escassez de mão de obra em certas atividades), para além do desenvolvimento das redes sociais e da eficácia das redes de tráfico de mão de obra. Deste modo, o recurso a esta mão de obra imigrante tornou-se sistemático, em várias atividades, permitindo uma oferta ilimitada de trabalho.

O capital social é um condicionante muito importante das migrações, pois funciona como “âncora”, pelo apoio que dá aos imigrantes. As redes de tráfico de mão de obra continuarão a funcionar como “vias rápidas” que conduzirão os migrantes a qualquer parte do mundo e rapidamente. No entanto, devido à crise económica o que diminui o poder de atracão e pode mesmo promover o retorno.

O facto de Portugal ser um país de imigração recente, pois grande parte dos imigrantes veio nos últimos anos, faz com que Portugal apresente grande fragilidade nos desafios impostos pelo contínuo aumento da imigração. Mesmo assim, Portugal adaptou-se aos fluxos migratórios, nomeadamente através de regularizações extraordinárias dos imigrantes indocumentados, de novas políticas de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros, de relatórios anuais de necessidades de mão de obra e da criação de um sistema de serviços de apoio aos imigrantes (CNAI, CLAI, por exemplo) que está na base de uma política de integração que tem vindo a ser reconhecida e utilizada como exemplo a nível internacional, como atestam o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2009 e o ótimo posicionamento no índice internacional de integração MIPEX. Apesar disso, continuam a existir dificuldades no acolhimento dos imigrantes (ao nível da habitação, educação, alimentação, saúde ou proteção social), que se podem agravar no presente contexto de crise económica e social. Perante este quadro, convém recordar que, para muitos imigrantes, Portugal é um ponto final e não um ponto de passagem.

Como existe uma importante percentagem de imigrantes com uma má qualidade de vida e que não se sentem socialmente integrados em Portugal, é preciso refletir sobre as políticas de apoio à imigração.

### Recomendações de política

Para Castles (2005) “as migrações deveriam estar ligadas a estratégias de desenvolvimento sustentável, o que implica uma concertação entre países de origem e países de destino”.

Partindo do princípio que, a imigração é positiva para Portugal, pois é necessária para colmatar as necessidades de mão de obra em certas atividades, diminuir o envelhecimento e o decréscimo demográfico, incentivar as trocas culturais, revitalizar as áreas afetadas pelo despovoamento e equilibrar as contas da segurança social, é necessária uma verdadeira política imigratória sustentável<sup>1</sup>.

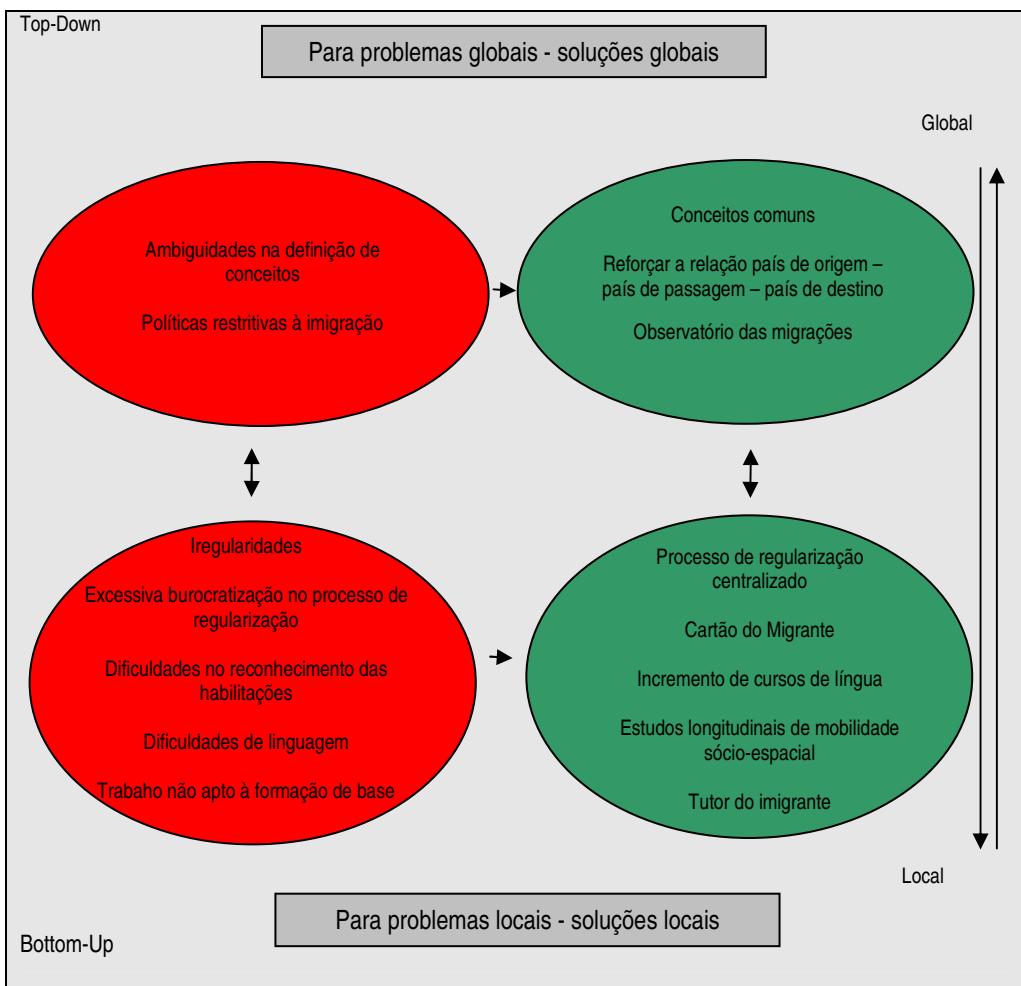
A política imigratória sustentável deve conhecer os problemas que afetam os migrantes, quer numa escala global quer numa escala local (figura 1). Com o conhecimento dos problemas deve-se traçar objetivos para os combater partindo do princípio de que para problemas globais se devem arranjar soluções globais e para problemas locais soluções locais. No entanto, os procedimentos globais terão implicações locais e vice-versa.

A política imigratória deve ser pensada a longo prazo para que os problemas de integração dos imigrantes sejam resolvidos com eficácia. É necessária uma política que identifique e preveja as necessidades de mão de obra, mas, também, que proporcione o acolhimento efetivo dos imigrantes ao nível da habitação, emprego, reagrupamento familiar, educação, saúde, segurança social e espaços sociais, entre outros. Assim, é obrigatório definir objetivos, estabelecer programas e implementar projetos, visando, acima de tudo, responder às preocupações de base: potencializar os recursos humanos (neste caso os imigrantes) disponíveis tornando-os dinamizadores de crescimento económico e promover a qualidade de vida.

---

<sup>1</sup> Nas ovais vermelhas estão representados alguns problemas existentes nos processos migratórios e nas ovais verdes algumas soluções para os diminuir.

**Figura 1 - Política Imigratória Sustentável**



Fonte: Construído pelo autor

A uma escala global a política imigratória sustentável deve começar por definir e traçar procedimentos comuns. Conceitos e procedimentos devem ser uniformes com o objetivo de serem utilizados, pelas diferentes nacionalidades e organizações, sem ambiguidades. Esta uniformização permite gerar, trocar e utilizar informação a uma escala global utilizando a mesma **“linguagem migratória”**.

Para combater os problemas que afetam as migrações esta política sustentável terá, necessariamente, de envolver os países de origem, os países de passagem, os países de destino, o poder central, as autarquias, as ong`s, associações e as escolas, bem como os próprios imigrantes e as suas famílias. As autarquias têm um papel muito importante na integração socioeconómica dos imigrantes, não só porque funcionam como elo de ligação entre

o poder central e as comunidades de imigrantes, mas sobretudo pela sua responsabilidade nos processos de integração de proximidade. Os autarcas, pelo contacto e conhecimento direto com a realidade socioeconómica das suas áreas, constituem, sem dúvida, os agentes privilegiados de intervenção, no processo de inserção dos imigrantes. Devido às autarquias disporem de um suporte legal e logístico para a sua atuação, elas podem desenvolver ações ao nível da habitação, educação, alimentação, criação de novos serviços de apoio aos imigrantes e cedência de espaços para realização de atividades que visem a integração efetiva dos imigrantes. Trata-se de promover uma **“política de integração de proximidade”**.

A melhor gestão dos fluxos migratórios implica a cooperação entre países de origem, de passagem e de destino, empregadores, imigrantes e as diferentes entidades implicadas neste processo. A conjugação destes elementos irá permitir uma melhor gestão e regulação dos fluxos migratórios (diminuindo a imigração ilegal) e garantir direitos sociais fundamentais. A cooperação é vital, devendo os diferentes observatórios das migrações serem organismos de recolha de informação, acompanhamento dos migrantes e de monitorização de todo o processo migratório. Para combater esta ilegalidade é necessário criar canais legais de imigração, bem como combater as redes de tráfico de mão de obra e o trabalho informal. Para isso, é indispensável apetrechar a estrutura policial de melhores recursos técnicos e humanos para que a fiscalização, o controlo das entradas em Portugal e o combate às redes de tráfico de mão de obra sejam eficazes. Também, é imprescindível reforçar a fiscalização às atividades da agricultura, construção e serviços domésticos, pois são atividades onde existe um maior número de trabalhadores ilegais, **“política de rentabilização”**.

Mesmo assim, a imigração ilegal, o trabalho informal e o tráfico de mão de obra continuarão a existir, mas em menor grau, pois todos os atos ilegais e todos aqueles que os praticarem continuarão a procurar estratégias para adaptar-se, em cada momento, às dificuldades que sejam postas à sua realização.

É necessário criar uma verdadeira política de imigração, cuja grande preocupação não seja apenas a gestão dos fluxos de entrada e saída, mas sim a facilitação e a agilização de todos os processos de inserção. Uma vez que a maioria dos imigrantes pretende trabalhar, deve haver uma atenção especial à inserção no mercado de trabalho. Assim, o reconhecimento das habilitações académicas e profissionais (capital humano) dos imigrantes é um dos aspetos mais importantes a ter em conta numa política sustentável, pois irá facilitar uma mobilidade sócio-espacial ascendente, crucial para a melhoria das condições de vida dos imigrantes e para uma melhor rentabilização económica dos recursos humanos.

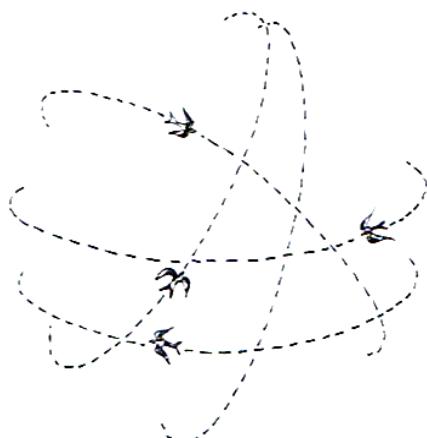
Para agilizar o processo de regularização dos migrantes, diminuir as burocracias, a ilegalidade e facilitar a mobilidade sócio-espacial podia-se criar o “**cartão do migrante internacional**”. Este cartão registaria todo o capital humano do migrante e poderia ser emitido pelos países de origem.

Sendo as dificuldades linguísticas um dos problemas dos imigrantes é necessário continuar a promover cursos profissionais e de língua Portuguesa, direcionados principalmente para algumas nacionalidades, que permitam uma maior rentabilização dos trabalhadores imigrantes possibilitando um melhor ajuste do capital humano destes às necessidades do mercado de trabalho. No entanto, tendo em conta as dificuldades linguísticas de muitos imigrantes e o elevado número de dias e horas de trabalho a que estão sujeitos torna-se difícil promover a frequência destes cursos. Deste modo, é necessário criar horários de frequência das aulas mais flexíveis e compatíveis com os horários de trabalho dos imigrantes, de preferência aos fins de semana quando a disponibilidade é maior. Convém salientar que a rapidez com que o conhecimento e a tecnologia se tornam obsoletos faz com que a formação académica e profissional (capital humano) seja um desafio constante, devendo frisar-se que os imigrantes que fazem investimentos na educação e qualificação da mão de obra são os que apresentam maior mobilidade sócio-espacial, principalmente quando essa formação é feita o país de destino. A qualificação permite o aumento da eficiência na procura de emprego (a fraca mobilidade está relacionada com a fraca qualificação profissional).

É necessário sensibilizar os empregadores para um melhor aproveitamento das competências da mão de obra imigrante. Este melhor aproveitamento da mão de obra vai permitir ao imigrante, em princípio, ter um trabalho adequado à sua formação de base permitindo uma melhor e qualidade de vida.

Um estudo mais aprofundado sobre a imigração, no que diz respeito a aspectos económicos e sociais requer análises longitudinais, comparando perfis dos imigrantes em diferentes momentos do tempo. Por isso, deve-se dar importância cada vez mais importância à mobilidade sócio-profissional dos imigrantes fazendo estudos longitudinais (desde a entrada até ao momento atual). Estes estudos irão permitir conhecer as trajetórias profissionais e sociais dos imigrantes e suas famílias. Tendo em consideração os problemas de inserção, poderia ser interessante a criação da figura do “**tutor do imigrante**”, com uma função era de elo de ligação com as diferentes instituições e a sociedade de acolhimento. Este tutor permitiria não só diminuir a sensação de abandono que muitos imigrantes sentem no início do processo migratório, mas também conseguiria captar as expectativas, necessidades e interesses dos imigrantes.

Estes são alguns caminhos a percorrer para promover uma verdadeira mobilidade sócio-espacial dos imigrantes. No entanto, em Portugal registam-se grandes mudanças sócio-económicas no início deste século. Tendencialmente, dada a situação do país, a atratividade aparentemente pode ter estabilizado e alguns imigrantes podem estar a regressar ao país de origem. Outros estão a sentir intensamente os reflexos do desemprego e a instabilidade do mercado de trabalho. A base empírica usada neste projeto assentou predominantemente na informação recolhida em 2006 e 2007. Dessa altura para cá muito mudou no Mundo, e especialmente em Portugal. Assim, fecha-se este projeto de investigação e abrem-se novas questões a futuras investigações. A título pessoal, gostaria de responder à seguinte questão “qual o efeito da crise económica na mão de obra imigrante em Portugal?”.



## ANEXOS

## Capítulo I

Anexo 1 - Estrangeiros, em situação legal, na população residente total nos países da UE, em 2009

Países	Frequência	Percentagem face ao total
UE 27	31 860300	6.4
Bélgica	971400	9.1
Bulgária	23800	0.3
República Checa	407500	3.9
Dinamarca	320000	5.8
Alemanha	7 185900	8.8
Estónia	214400	16.0
Irlanda	504100	11.3
Grécia	929500	8.3
Espanha	5 651000	12.3
França	3 737500	5.8
Itália	3 891300	6.5
Chipre	128200	16.1
Letónia	404000	17.9
Lituânia	41500	1.2
Luxemburgo	214800	43.5
Hungria	186400	1.9
Malta	18100	4.4
Holanda	637100	3.9
Áustria	864400	10.3
Polónia	35900	0.1
Portugal	443100	4.2
Roménia	31400	0.1
Eslovénia	70600	3.5
Eslováquia	52500	1.0
Finlândia	142300	2.7
Suécia	547700	5.9
Reino Unido	4 020800	6.6

## Capítulo II

Anexo 2 - Evolução da população estrangeira com autorização de residência, entre 1986 e 2009

Ano	Frequência
1986	86982
1987	89778
1988	94694
1989	101011
1990	107767
1991	113978
1992	123612
1993	136932
1994	157073
1995	168316
1996	172912
1997	175263
1998	178137
1999	191143
2000	207607
2001	350898
2002	413487
2003	433650
2004	447155
2005	414659
2006	420189
2007	401612
2008	436020
2009	454191

Anexo 3 - Evolução da população estrangeira residente em Portugal, em situação legal, por continente, entre 1986 e 2009

Anos	América	Europa	África	Ásia	Oceânia
	Frequência				
1986	21635	24130	35238	2792	288
1987	21595	25588	38960	2903	322
1988	22967	27261	40497	3427	325
1989	24666	29037	42773	3761	347
1990	26353	31412	45245	4170	357
1991	27898	33013	47728	4456	383
1992	30028	34732	52148	4805	400
1993	33112	38782	58395	5901	471
1994	35554	41819	72630	6322	477
1995	36720	44867	79231	6730	490
1996	36516	47315	81176	7140	487
1997	35847	49747	81717	7192	487
1998	35038	52103	82466	7392	494
1999	35989	56731	89516	7871	516
2000	38575	61986	99015	8715	537
2001	39214	66973	106978	9623	537
2002	40426	71383	112550	10443	545
2003	42509	77124	117954	11565	557
2004	44879	83687	121584	12331	554
2005	47624	88781	124541	12837	558
2006	85242	160658	150071	23341	588
2007	83592	179040	147959	24269	586
2008	116067	167790	127476	28588	270
2009	125160	176561	121852	30277	260

Anexo 4 - Principais países de origem da população estrangeira residente em Portugal, em situação legal, em 2009

Países	Frequência
Alemanha	8614
Bulgária	7202
Espanha	8060
Roménia	32457
Moldávia	20773
Ucrânia	52293
Angola	26557
Cabo Verde	48845
Guiné-Bissau	22945
Brasil	116220
China	14396
Índia	5782
França	4883
Holanda	4577
Itália	4499
Reino Unido	16373
Rússia	6132
São Tomé e Príncipe	11484
Bélgica	1609
Polónia	1042
Suíça	1003
Bielorrússia	1002
Guiné-Bissau	1848
Marrocos	1933
Moçambique	3328
Senegal	1778
Estados Unidos da América	2293
Venezuela	2169
Bangladesh	346
Geórgia	1172
Paquistão	2698

Anexo 5 - Evolução da população estrangeira residente, por distrito, em 1986 e 2009

Distritos	Ano	Ano
	1986 %	2009 %
Aveiro	5	3,1
Beja	0,4	1,2
Braga	1,3	2,2
Bragança	0,2	0,4
Castelo Branco	0,4	0,7
Coimbra	1,7	2,6
Évora	0,5	0,9
Faro	8,9	16,1
Guarda	0,4	0,4
Leiria	1,4	3,7
Lisboa	51,5	43,3
Portalegre	0,4	0,6
Porto	6,4	6,2
Santarém	0,8	3,2
Setúbal	10,8	10,9
Viana do castelo	1	0,7
Vila Real	0,5	0,5
Viseu	0,9	1
Açores	4,9	0,8
Madeira	2,8	1,6

Anexo 6 - População estrangeira residente, por distrito, em 2009

Distritos	Frequência
Aveiro	14206
Beja	5667
Braga	9769
Bragança	1811
Castelo Branco	3066
Coimbra	11604
Évora	3934
Faro	73277
Guarda	1881
Leiria	16989
Lisboa	196798
Portalegre	2801
Porto	28107
Santarém	14416
Setúbal	49309
Viana do castelo	3141
Vila Real	2098
Viseu	4678
Açores	3534
Madeira	7105

Anexo 7 - População estrangeira e residente, por concelho, em 2009

Concelhos	População estrangeira	Percentagem	População residente	Percentagem	População estrangeira face à residente
Arcos de Valdevez	128	0,03	24081	0,23	0,53
Caminha	336	0,07	16577	0,16	2,03
Melgaço	116	0,03	9301	0,09	1,25
Monção	378	0,08	19408	0,18	1,95
Paredes de Coura	72	0,02	9224	0,09	0,78
Ponte da Barca	56	0,01	12978	0,12	0,43
Ponte de Lima	231	0,05	44421	0,42	0,52
Valença	521	0,11	14295	0,13	3,64
Viana do Castelo	1080	0,24	91460	0,86	1,18
Vila Nova de Cerveira	223	0,05	8645	0,08	2,58
Amares	129	0,03	19963	0,19	0,65
Barcelos	926	0,20	124576	1,17	0,74
Braga	4975	1,10	177183	1,67	2,81
Cabeceiras de Basto	80	0,02	17523	0,16	0,46
Celorico de Basto	31	0,01	19652	0,18	0,16
Esposende	355	0,08	35716	0,34	0,99
Fafe	162	0,04	53603	0,50	0,30
Guimarães	1292	0,28	162592	1,53	0,79
Póvoa de Lanhoso	127	0,03	24312	0,23	0,52
Terras de Bouro	24	0,01	7365	0,07	0,33
Vieira do Minho	90	0,02	13936	0,13	0,65
Vila Nova de Famalicão	1222	0,27	135536	1,27	0,90
Vila Verde	239	0,05	49379	0,46	0,48
Vizela	117	0,03	24676	0,23	0,47
Alijó	81	0,02	13315	0,13	0,61
Boticas	24	0,01	5666	0,05	0,42
Chaves	549	0,12	43897	0,41	1,25
Mesão Frio	22	0,00	4274	0,04	0,51
Mondim de Basto	30	0,01	8171	0,08	0,37
Montalegre	70	0,02	11216	0,11	0,62
Murça	21	0,00	6014	0,06	0,35
Peso da Régua	129	0,03	16708	0,16	0,77
Ribeira de Pena	5	0,00	6953	0,07	0,07
Sabrosa	28	0,01	6495	0,06	0,43
Santa Marta de Penaguião	101	0,02	7997	0,08	1,26
Valpaços	221	0,05	18319	0,17	1,21
Vila Pouca de Aguiar	130	0,03	14735	0,14	0,88
Vila Real	687	0,15	50015	0,47	1,37
Alfandega da Fé	21	0,00	5299	0,05	0,40
Bragança	672	0,15	34259	0,32	1,96
Carrazeda de Ansiães	78	0,02	6621	0,06	1,18
Freixo Espada à Cinta	52	0,01	3789	0,04	1,37
Macedo de Cavaleiros	118	0,03	16624	0,16	0,71
Miranda do Douro	108	0,02	7159	0,07	1,51
Mirandela	369	0,08	25350	0,24	1,46
Mogadouro	98	0,02	10182	0,10	0,96
Torre de Moncorvo	91	0,02	8685	0,08	1,05
Vila Flor	128	0,03	7343	0,07	1,74
Vimioso	37	0,01	4801	0,05	0,77

Vinhais	39	0,01	9232	0,09	0,42
Amarante	452	0,10	61677	0,58	0,73
Baião	43	0,01	20436	0,19	0,21
Felgueiras	235	0,05	58995	0,55	0,40
Gondomar	1583	0,35	174878	1,64	0,91
Lousada	236	0,05	48022	0,45	0,49
Maia	2345	0,52	143371	1,35	1,64
Marco de Canaveses	516	0,11	55508	0,52	0,93
Matosinhos	3241	0,71	169303	1,59	1,91
Paços de Ferreira	244	0,05	56603	0,53	0,43
Paredes	444	0,10	87417	0,82	0,51
Penafiel	404	0,09	71648	0,67	0,56
Porto	8805	1,94	210558	1,98	4,18
Póvoa de Varzim	963	0,21	66919	0,63	1,44
Santo Tirso	472	0,10	69377	0,65	0,68
Trofa	694	0,15	41022	0,39	1,69
Valongo	1003	0,22	98522	0,93	1,02
Vila do Conde	1206	0,27	77553	0,73	1,56
Vila Nova de Gaia	5221	1,15	315382	2,96	1,66
Águeda	1222	0,27	49742	0,47	2,46
Albergaria-a-Velha	623	0,14	26414	0,25	2,36
Anadia	677	0,15	31284	0,29	2,16
Arouca	104	0,02	23559	0,22	0,44
Aveiro	3889	0,86	72919	0,69	5,33
Castelo de Paiva	45	0,01	16660	0,16	0,27
Espinho	672	0,15	28866	0,27	2,33
Estarreja	314	0,07	28110	0,26	1,12
Ílhavo	1177	0,26	41711	0,39	2,82
Mealhada	419	0,09	22313	0,21	1,88
Murtosa	85	0,02	9881	0,09	0,86
Oliveira de Azeméis	755	0,17	71075	0,67	1,06
Oliveira do Bairro	661	0,15	23741	0,22	2,78
Ovar	702	0,15	58205	0,55	1,21
Santa Maria da Feira	1470	0,32	148449	1,40	0,99
São João da Madeira	532	0,12	21797	0,20	2,44
Sever do Vouga	168	0,04	12547	0,12	1,34
Vagos	435	0,10	24247	0,23	1,79
Vale de Cambra	256	0,06	24270	0,23	1,05
Armamar	33	0,01	7002	0,07	0,47
Carregal do Sal	137	0,03	10606	0,10	1,29
Castro Daire	94	0,02	16390	0,15	0,57
Cinfães	75	0,02	19889	0,19	0,38
Lamego	117	0,03	25550	0,24	0,46
Mangualde	444	0,10	21141	0,20	2,10
Moimenta da Beira	144	0,03	10900	0,10	1,32
Mortágua	124	0,03	10079	0,09	1,23
Nelas	151	0,03	14732	0,14	1,02
Oliveira de Frades	228	0,05	10635	0,10	2,14
Penalva do Castelo	39	0,01	8378	0,08	0,47
Penedono	4	0,00	3265	0,03	0,12
Resende	36	0,01	11439	0,11	0,31
Santa Comba Dão	149	0,03	12209	0,11	1,22

São João da Pesqueira	99	0,02	7908	0,07	1,25
São Pedro do Sul	117	0,03	19169	0,18	0,61
Sátão	94	0,02	13509	0,13	0,70
Sernancelhe	40	0,01	5975	0,06	0,67
Tabuaço	39	0,01	6132	0,06	0,64
Tarouca	73	0,02	8312	0,08	0,88
Tondela	184	0,04	30546	0,29	0,60
Vila Nova de Paiva	28	0,01	6399	0,06	0,44
Viseu	2150	0,47	99470	0,94	2,16
Vouzela	79	0,02	11580	0,11	0,68
Aguiar da Beira	31	0,01	6108	0,06	0,51
Almeida	95	0,02	6844	0,06	1,39
Celorico da Beira	74	0,02	8514	0,08	0,87
Figueira de Castelo Rodrigo	57	0,01	6459	0,06	0,88
Fornos de Algodres	19	0,00	5173	0,05	0,37
Gouveia	122	0,03	15162	0,14	0,80
Guarda	785	0,17	44030	0,41	1,78
Manteigas	11	0,00	3579	0,03	0,31
Meda	18	0,00	5642	0,05	0,32
Pinhel	76	0,02	9672	0,09	0,79
Sabugal	89	0,02	13002	0,12	0,68
Seia	300	0,07	10264	0,10	2,92
Trancoso	109	0,02	10264	0,10	1,06
Vila Nova de Foz Coa		0,00	7815	0,07	0,00
Arganil	243	0,05	12525	0,12	1,94
Cantanhede	466	0,10	38953	0,37	1,20
Coimbra	6047	1,33	133426	1,25	4,53
Condeixa-a-Nova	282	0,06	18058	0,17	1,56
Figueira da Foz	1974	0,43	63023	0,59	3,13
Góis	96	0,02	4321	0,04	2,22
Lousã	492	0,11	19721	0,19	2,49
Mira	146	0,03	13302	0,13	1,10
Miranda do Corvo	124	0,03	13830	0,13	0,90
Montemor-o-Velho	253	0,06	24699	0,23	1,02
Oliveira do Hospital	407	0,09	21509	0,20	1,89
Pampilhosa da Serra	17	0,00	4161	0,04	0,41
Penacova	152	0,03	16817	0,16	0,90
Penela	141	0,03	6191	0,06	2,28
Soure	261	0,06	20406	0,19	1,28
Tábua	296	0,07	12240	0,12	2,42
Vila Nova de Poiares	207	0,05	7618	0,07	2,72
Belmonte	36	0,01	7737	0,07	0,47
Castelo Branco	1249	0,27	53626	0,50	2,33
Covilhã	659	0,15	51635	0,49	1,28
Fundão	417	0,09	30701	0,29	1,36
Idanha-a-Nova	244	0,05	9952	0,09	2,45
Oleiros	41	0,01	5626	0,05	0,73
Penamacor	50	0,01	5522	0,05	0,91
Proença-a-Nova	108	0,02	8710	0,08	1,24
Sertã	166	0,04	15512	0,15	1,07
Vila de Rei	47	0,01	3041	0,03	1,55
Vila Velha de Rodão	49	0,01	3371	0,03	1,45

Alcobaça	1871	0,41	55617	0,52	3,36
Alvaiázere	177	0,04	7617	0,07	2,32
Ansião	201	0,04	13427	0,13	1,50
Batalha	676	0,15	16056	0,15	4,21
Bombarral	438	0,10	13819	0,13	3,17
Caldas da Rainha	2476	0,55	53017	0,50	4,67
Castanheira de Pera	48	0,01	3110	0,03	1,54
Figueiró dos Vinhos	62	0,01	6752	0,06	0,92
Leiria	5134	1,13	129191	1,21	3,97
Marinha Grande	1467	0,32	38697	0,36	3,79
Nazaré	517	0,11	14383	0,14	3,59
Óbidos	371	0,08	11397	0,11	3,26
Pedrógão Grande	132	0,03	4028	0,04	3,28
Peniche	908	0,20	28656	0,27	3,17
Pombal	1650	0,36	59968	0,56	2,75
Porto de Mós	861	0,19	25216	0,24	3,41
Abrantes	572	0,13	39623	0,37	1,44
Alcanena	586	0,13	14588	0,14	4,02
Almeirim	914	0,20	22985	0,22	3,98
Alpiarça	219	0,05	8263	0,08	2,65
Benavente	2473	0,54	28890	0,27	8,56
Cartaxo	1087	0,24	25286	0,24	4,30
Chamusca	82	0,02	10896	0,10	0,75
Constância	48	0,01	3726	0,04	1,29
Coruche	311	0,07	19356	0,18	1,61
Entroncamento	448	0,10	22169	0,21	2,02
Ferreira do Zêzere	158	0,03	9046	0,09	1,75
Golegã	39	0,01	5475	0,05	0,71
Mação	91	0,02	6916	0,07	1,32
Ourém	1983	0,44	51133	0,48	3,88
Rio Maior	879	0,19	21842	0,21	4,02
Salvaterra de Magos	533	0,12	21582	0,20	2,47
Santarém	2534	0,56	63435	0,60	3,99
Sardoal	38	0,01	3759	0,04	1,01
Tomar	765	0,17	41689	0,39	1,84
Torres Novas	597	0,13	36814	0,35	1,62
Vila Nova da Barquinha	59	0,01	8228	0,08	0,72
Alenquer	3322	0,73	47396	0,45	7,01
Amadora	19994	4,40	170828	1,61	11,70
Arruda dos Vinhos	667	0,15	12586	0,12	5,30
Azambuja	1090	0,24	21890	0,21	4,98
Cadaval	394	0,09	14694	0,14	2,68
Cascais	21943	4,83	189606	1,78	11,57
Lisboa	44557	9,81	479884	4,51	9,28
Loures	20460	4,50	193630	1,82	10,57
Lourinhã	1219	0,27	25786	0,24	4,73
Mafra	4394	0,97	73061	0,69	6,01
Odivelas	15157	3,34	155827	1,46	9,73
Oeiras	10900	2,40	172609	1,62	6,31
Sintra	39897	8,78	454188	4,27	8,78
Sobral de Monte Agraço	443	0,10	10694	0,10	4,14
Torres Vedras	3857	0,85	77997	0,73	4,95

Vila Franca de Xira	8504	1,87	144123	1,35	5,90
Alter do Chão	132	0,03	3364	0,03	3,92
Arronches	43	0,01	3201	0,03	1,34
Avis	96	0,02	4871	0,05	1,97
Campo Maior	367	0,08	8294	0,08	4,42
Castelo de Vide	90	0,02	3677	0,03	2,45
Crato	93	0,02	3621	0,03	2,57
Elvas	747	0,16	21978	0,21	3,40
Fronteira	95	0,02	3088	0,03	3,08
Gavião	22	0,00	3928	0,04	0,56
Marvão	87	0,02	3413	0,03	2,55
Monforte	57	0,01	3052	0,03	1,87
Nisa	77	0,02	7419	0,07	1,04
Ponte de Sor	249	0,05	16915	0,16	1,47
Portalegre	562	0,12	23448	0,22	2,40
Sousel	84	0,02	5234	0,05	1,60
Alandroal	116	0,03	5968	0,06	1,94
Arraiolos	108	0,02	7102	0,07	1,52
Borba	138	0,03	7338	0,07	1,88
Estremoz	344	0,08	14324	0,13	2,40
Évora	1923	0,42	54469	0,51	3,53
Montemor-o-Novo	337	0,07	18326	0,17	1,84
Mora	59	0,01	5152	0,05	1,15
Mourão	16	0,00	3395	0,03	0,47
Portel	80	0,02	7084	0,07	1,13
Redondo	168	0,04	6607	0,06	2,54
Reguengos de Monsaraz	250	0,06	11594	0,11	2,16
Vendas Novas	198	0,04	12352	0,12	1,60
Viana do Alentejo	107	0,02	5696	0,05	1,88
Vila Viçosa	90	0,02	8627	0,08	1,04
Alcácer do Sal	281	0,06	12836	0,12	2,19
Alcochete	717	0,16	18113	0,17	3,96
Almada	12017	2,65	165991	1,56	7,24
Barreiro	3451	0,76	77529	0,73	4,45
Grândola	462	0,10	13845	0,13	3,34
Moita	3642	0,80	71844	0,68	5,07
Montijo	2680	0,59	41623	0,39	6,44
Palmela	2229	0,49	63861	0,60	3,49
Santiago do Cacém	1032	0,23	29311	0,28	3,52
Seixal	11034	2,43	178332	1,68	6,19
Sesimbra	2269	0,50	54525	0,51	4,16
Setúbal	8322	1,83	125293	1,18	6,64
Sines	1173	0,26	13691	0,13	8,57
Aljustrel	104	0,02	9333	0,09	1,11
Almodôvar	125	0,03	7045	0,07	1,77
Alvito	91	0,02	2706	0,03	3,36
Barrancos	4	0,00	1670	0,02	0,24
Beja	1178	0,26	34193	0,32	3,45
Castro Verde	147	0,03	7767	0,07	1,89
Cuba	143	0,03	4656	0,04	3,07
Ferreira do Alentejo	202	0,04	8031	0,08	2,52
Mértola	122	0,03	7178	0,07	1,70

Moura	455	0,10	16022	0,15	2,84
Odemira	2480	0,55	25221	0,24	9,83
Ourique	178	0,04	5331	0,05	3,34
Serpã	263	0,06	15270	0,14	1,72
Vidigueira	175	0,04	5864	0,06	2,98
Albufeira	11272	2,48	39809	0,37	28,32
Alcoutim	70	0,02	3033	0,03	2,31
Aljezur	1213	0,27	5333	0,05	22,75
Castro Marim	629	0,14	6461	0,06	9,74
Faro	7326	1,61	58675	0,55	12,49
Lagoa (Algarve)	4239	0,93	25383	0,24	16,70
Lagos	7131	1,57	29298	0,28	24,34
Loulé	13785	3,04	66085	0,62	20,86
Monchique	537	0,12	5916	0,06	9,08
Olhão	3375	0,74	44795	0,42	7,53
Portimão	10662	2,35	50454	0,47	21,13
São Brás de Alportel	1158	0,25	12902	0,12	8,98
Silves	5536	1,22	36443	0,34	15,19
Tavira	3584	0,79	25412	0,24	14,10
Vila do Bispo	749	0,16	5437	0,05	13,78
Vila Real de Santo António	2011	0,44	18587	0,17	10,82
Angra do Heroísmo	453	0,10	34993	0,33	1,29
Calheta (São Jorge)	12	0,00	3829	0,04	0,31
Corvo	24	0,01	500	0,00	4,80
Horta	609	0,13	15691	0,15	3,88
Lagoa (São Miguel)	109	0,02	15777	0,15	0,69
Lajes das Flores	65	0,01	1535	0,01	4,23
Lajes do Pico	81	0,02	4654	0,04	1,74
Madalena	165	0,04	6353	0,06	2,60
Nordeste	33	0,01	5330	0,05	0,62
Ponta Delgada	1324	0,29	63933	0,60	2,07
Povoação	30	0,01	6843	0,06	0,44
Praia da Vitória	153	0,03	20919	0,20	0,73
Ribeira Grande	121	0,03	31226	0,29	0,39
Santa Cruz da Graciosa	40	0,01	4938	0,05	0,81
Santa Cruz das Flores	76	0,02	2609	0,02	2,91
São Roque do Pico	79	0,02	3879	0,04	2,04
Velas	60	0,01	56199	0,53	0,11
Vila do Porto	55	0,01	5569	0,05	0,99
Vila Franca do Campo	45	0,01	11177	0,11	0,40
Calheta (Madeira)	284	0,06	11864	0,11	2,39
Câmara de Lobos	198	0,04	3627	0,03	5,46
Funchal	4993	1,10	97793	0,92	5,11
Machico	217	0,05	20923	0,20	1,04
Ponta do Sol	56	0,01	8397	0,08	0,67
Porto Moniz	19	0,00	2616	0,02	0,73
Porto Santo	432	0,10	4378	0,04	9,87
Ribeira Brava	116	0,03	12583	0,12	0,92
Santa Cruz	687	0,15	38269	0,36	1,80
Santana	72	0,02	8198	0,08	0,88
São Vicente	31	0,01	6099	0,06	0,51

Anexo 8 - População estrangeira residente segundo o género nas sete nacionalidades mais representativas, em 2009

Países	Homens %	Mulheres %
Brasil	46,2	53,8
Ucrânia	57,3	42,7
Cabo Verde	47,9	52,1
Roménia	57,7	42,3
Angola	49,6	50,4
Guiné-Bissau	61,2	38,8
Moldávia	57,5	42,5

Anexo 9 - Estrutura etária da população estrangeira, em 2009

Idades	Homens (frequência)	Mulheres (frequência)
0-4	2700	2700
5-9	3400	3400
10-14	4700	4800
15-19	6100	6000
20-24	8000	9000
25-29	10900	13100
30-34	14400	14800
35-39	13200	12700
40-44	11600	10400
45-49	9200	8100
50-54	6600	5600
55-59	3700	3400
60-64	2100	2200
65-69	1500	1500
>70	2000	2400

Anexo 10 - Estrutura etária da população estrangeira nas sete nacionalidades mais representativas, em 2009

Ucrânia	Frequência	Percentagem
0-19	9423	18,0
20-64	42632	81,6
>64	198	0,4
Brasil	Frequência	Percentagem
0-19	16989	14,7
20-64	98189	84,7
>64	704	0,6
Guiné-Bissau	Frequência	Percentagem
0-19	4443	19,8
20-64	17617	78,6
>64	344	1,5
Cabo Verde	Frequência	Percentagem
0-19	10794	22,3
20-64	34958	72,2
>64	2665	5,5
Roménia	Frequência	Percentagem
0-19	5617	17,3
20-64	26784	82,5
>64	56	0,2
Angola	Frequência	Percentagem
0-19	4740	18,0
20-64	20888	79,4
>64	664	2,5
Moldávia	Frequência	Percentagem
0-19	4920	23,7
20-64	15771	76,1
>64	35	0,2

Anexo 11 - População nacional e estrangeira por atividade económica, em 2009

Atividades	Nacionais (frequência)	Estrangeiros (frequência)	Nacionais %	Estrangeiros %
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	63338	5076	2,0	3,3
Indústrias extractivas	12020	458	0,4	0,3
Indústrias transformadoras	655811	15553	21,0	10,0
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e quente	9222	54	0,3	0,0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	19572	1177	0,6	0,8
Construção	365547	29044	11,7	18,7
Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos	625063	18751	20,0	12,1
Transportes e armazenagem	151408	8821	4,8	5,7
Alojamento, restauração e similares	235483	27398	7,5	
Atividades de informação e de comunicação	68044	1388	2,2	0,9
Atividades financeiras e de seguros	93105	1034	3,0	0,7
Atividades imobiliárias	26543	1425	0,8	0,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	122939	2686	3,9	1,7
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	266942	29763	8,5	19,1
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	22453	205	0,7	0,1
Educação	73271	1799	2,3	1,2
Atividades de saúde humana e apoio social	208082	5593	6,7	3,6
Atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas	24537	1560	0,8	1,0
Outras atividades de serviços	82293	3723	2,6	2,4
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	38	3	0,0	0,0

Anexo 12 - População nacional e estrangeira segundo o nível de qualificação, em 2009

Nível de qualificação	Nacionais (frequência)	Estrangeiros (frequência)	Nacionais %	Estrangeiros %
Quadros Superiores	196104	5394	7,2	3,5
Quadros Médios	140627	2667	5,2	1,7
Encarregados/Chefes	99852	2419	3,7	1,6
Profissionais altamente qualificados	218710	5035	8,0	3,2
Profissionais qualificados	1029337	50238	37,8	32,3
Profissionais semiqualificados	468039	30876	17,2	19,9
Profissionais não qualificados	304153	37622	11,2	24,2
Estagiários/Aprendizes	111612	9499	4,1	6,1
Nível desconhecido	155015	11761	5,7	7,6
Total	2723449	155511	100,0	100,0

Anexo 13 - População nacional e estrangeira segundo o grupo profissional (CNP), em 2009

Grupos profissionais	Nacionais (frequência)	Estrangeiros (frequência)	Nacionais %	Estrangeiros %
Dirigentes	114132	3449	4,2	2,2
Especialistas de Profissões	192921	4795	7,1	3,1
Técnicos Nível Intermédio	307662	6524	11,3	4,2
Pessoal Administrativo e Similares	415338	11752	15,3	7,6
Pessoal dos Serviços e Vendedores	492387	34368	18,1	22,1
Trabalhadores Qualificados Agricultura e Pescas	40884	5171	1,5	3,3
Operários e Artífices	542162	31069	19,9	20,0
Operadores de Instalações, Máquinas e Montagem	263601	12721	9,7	8,2
Trabalhadores Não Qualificados	353874	45651	13,0	29,4
Total	2722961	155500	100	100

Anexo 14 - População estrangeira e nacional segundo o grupo profissional (CNP) por NUT II, em 2009

Estrangeiros	Norte	Algarve	Centro	Lisboa	Alentejo	R. A. Açores	R. A. Madeira
	Frequência						
Dirigentes	627	714	407	1438	119	56	88
Especialistas de Profissões	907	326	542	2763	104	51	102
Técnicos Nível Intermédio	1126	689	699	3534	238	89	149
Pessoal Administrativo e Similares	1710	1175	1257	6733	632	74	171
Pessoal dos Serviços e Vendedores	3161	6103	3089	20225	1169	204	417
Trabalhadores Qualificados Agricultura e Pescas	218	1137	1017	1114	1649	20	16
Operários e Artífices	5150	3759	5148	14709	1827	242	234
Operadores de Instalações, Máquinas e Montagem	1690	812	3240	6130	786	19	44
Trabalhadores Não Qualificados	3459	6452	4598	28258	2463	160	261
Total	18048	21167	19997	84904	8987	926	1482
Nacionais	Norte	Algarve	Centro	Lisboa	Alentejo	R. A. Açores	R. A. Madeira
	Frequência						
Dirigentes	34794	4983	19743	45299	5296	2231	1786
Especialistas de Profissões	55802	5634	32437	85736	7379	2863	3070
Técnicos Nível Intermédio	90133	10863	50607	131688	13598	4899	5874
Pessoal Administrativo e Similares	127844	16633	72267	159812	21941	7928	8913
Pessoal dos Serviços e Vendedores	145763	31437	99301	157059	30132	12080	16615
Trabalhadores Qualificados Agricultura e Pescas	10828	3027	10082	3927	9997	2380	643
Operários e Artífices	279113	13540	117932	83703	28194	9642	10038
Operadores de Instalações, Máquinas e Montagem	103357	6900	72545	54763	17939	3639	4458
Trabalhadores Não Qualificados	117821	16481	72225	104678	23006	9043	10620
Total	965477	109504	547154	826676	157486	55135	62017

Anexo 15 - Remunerações base médias mensais da população nacional e estrangeira segundo os grupos profissionais, em 2009

Grupos profissionais	Nacionais €	Estrangeiros €
Dirigentes	2140,31	2829,25
Especialistas de Profissões	1461,19	1734,80
Técnicos Nível Intermédio	1106,67	1094,83
Pessoal Administrativo e Similares	1177,51	1168,20
Pessoal dos Serviços e Vendedores	699,59	688,82
Trabalhadores Qualificados Agricultura e Pescas	579,99	530,24
Operários e Artífices	525,70	495,11
Operadores de Instalações, Máquinas e Montagem	511,57	491,68
Trabalhadores Não Qualificados	722,62	663,66
Média	873,66	743,39

### Capítulo III

#### Anexo 16 - Estrutura etária

Idades	Homens %	Mulheres %
<21	1,5	1,6
21-30	34,9	39,6
31-40	39	40,8
41-50	19,5	15,8
51-60	4,8	2,2
>60	0,4	0

#### Anexo 17 - Nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Total %	Masculino %	Feminino %
Nenhum	0,5	0,7	0,3
1º Ciclo	2,7	4,4	1,3
2º Ciclo	3,9	5	2,8
3º Ciclo	12,5	15,6	9,8
Secundário	56,9	54,2	59,2
Médio	3,9	4,4	3,5
Universitário	19,6	15,7	23,1

#### Anexo 18 - Estado civil, segundo o género

Género	Casados/União de Facto %	Solteiros/viúvos/Separados %
Masculino	54,2	45,8
Feminino	59,8	40,2

#### Anexo 19 - Motivos para a emigração, segundo a nacionalidade

Motivos	Total %	Brasil %	Ucrânia %	Guiné-Bissau %
Razões Económicas	81,9	73	94,9	64,8
Familiares e Amigos	15,6	13,3	13,1	28,3
Desejo de conhecer o mundo	15,2	20,8	10,9	14,3
Guerra	0,8	0	0	5,5
Violência social	3,9	8	0,4	4,4

Anexo 20 - Setor de atividade da última profissão exercida no país de origem

Setores	Total %	Homens %	Mulheres %	Brasileiros %	Ucranianos %	Guineenses %
Agricultura, pesca ou extração mineira	4,2	6,7	2,1	0	8	1,4
Indústrias transformadoras	12,3	11,8	13,1	8,2	16,3	9,5
Construção	7,9	16,5	0,3	5,3	8,7	12,2
Comércio e Serviços	60,9	46,9	73,2	73,9	51,5	58,1
Restauração e Hotelaria	5,5	2,4	8,2	6,8	4,2	6,8
Transportes e Comunicações	7,5	14,2	1,7	4,8	9,8	6,8
Outro	1,7	1,6	1,4	1	1,5	5,2

Anexo 21 - Grupo profissional (CNP) na última profissão no país de origem

Grupos profissionais	Total %	Homens %	Mulheres %	Brasil %	Ucrânia %	Guiné-Bissau %
Empresários	4,9	5,8	4,1	8,4	1,5	4,9
Dirigentes	1,2	0,4	1,9	1,3	1,5	0
Especialistas de Profissões	15,8	12	19	9,3	23,1	9,9
Técnicos Nível Intermédio	12,0	10,5	13,3	12,4	14,7	3,3
Pessoal Administrativo e Similares	8,5	6,2	10,5	13,7	1,1	17,6
Pessoal dos Serviços e Vendedores	20,2	13,5	26	28,3	14,3	17,6
Trabalhadores Qualificados Agricultura e Pescas	0,7	1,1	0,3	0	1,1	1,1
Operários e Artífices	14,7	22,2	8,3	9,7	20,5	9,9
Operadores de Instalações, Máquinas e Montagem	6,4	12,7	1	1,8	11,4	3,3
Trabalhadores Não Qualificados	7,3	6,9	7,6	7,1	7,3	7,7

Anexo 22 - Motivos da escolha de Portugal como país de destino, segundo o género e nacionalidade

Motivos	Homens %	Mulheres %	Brasil %	Ucrânia %	Guiné-Bissau %
Facilidade de legalização	15,6	12,7	11,5	9,9	33
Língua	41,1	33,9	62,4	5,1	71,4
Família	31,3	43,7	25,2	40,5	61,5
Amigos	44	44,9	26,1	70,1	13,2
Facilidade de encontrar emprego	3,3	5,4	7,1	2,2	4,4

Anexo 23 - Classificação do processo de legalização

Classificação	Homens %	Mulheres %	Brasileiros %	Ucranianos %	Guineenses %
Muito Difícil	15,3	17,7	17,7	19,4	5,6
Difícil	31,4	32,6	36,3	28,8	31,1
Razoável	38,7	31	29,2	40,1	31,1
Fácil	12,4	16,5	15,5	11,3	22,2
Muito Fácil	2,2	2,2	1,3	0,4	10

Anexo 24 - Documentação para permanecer em Portugal, segundo a nacionalidade

Documentação	Total %	Ucrânia %	Brasil %	Guiné-Bissau %
Visto de Residência	13,6	17,9	8,4	13,2
Visto de Trabalho	25,3	13,2	42,5	18,7
Visto de Estudo	2,4	0,9	0,4	12,1
Autorização de Permanência	24,2	27,5	27	7,7
Autorização de Residência	28,8	33	18,1	42,9
Outros	5,7	7,5	3,6	5,4

Anexo 25 - Formas de financiamento do processo migratório, segundo a nacionalidade

Países	Poupança %	Venda de Bens %	Pediu dinheiro amigo/família %	Outros %
Brasil	42,9	20,5	27,2	9,4
Ucrânia	15,3	28,6	31,5	24,6
Guiné-Bissau	50	15,3	16,7	18
Total	30,9	23,6	27,7	17,8

Anexo 26 - Problemas encontrados no momento da chegada

Problemas	Percentagem
Legalização	63,9
Emprego	59,7
Habitação	52,4
Língua	46
Fazer amigos	37,4
Acesso à educação	17,8
Acesso à saúde	16,6
Financeiros	10,5

Anexo 27 - Problemas encontrados no momento da chegada

Problemas	Homens %	Mulheres %	Brasileiros %	Ucranianos %	Guineenses %
Legalização	48,9	51,1	58,7	77,7	34,1
Emprego	45,2	54,8	34,7	81,8	53,4
Habitação	47,1	52,9	39,2	71,5	26,1
Língua	41,7	58,3	1,4	94,5	4,5
Fazer amigos	40,6	59,4	16,1	63,9	8

Anexo 28 - Fontes de ajuda nos primeiros meses

Problemas	Total %	Homens %	Mulheres %	Brasileiros %	Ucranianos %	Guineenses %
Familiares	41,6	33,8	48,1	32,4	39,8	67,9
Vizinhos	24,8	22,1	27	3,3	45,6	8,6
Amigos portugueses	37,7	30,3	43,8	26,4	53,4	14,8
Amigos não portugueses	34	31,2	36,4	18,1	54,2	7,4
Amigos conterrâneos	49,3	50,2	48,6	44,8	61,4	22,2
Estado Português	2,3	1,7	2,8	1,1	2,4	4,9
Associações de Imigrantes	0,8	0	1,4	0,6	1,2	0

Anexo 29 - Cursos frequentados, segundo a nacionalidade

Cursos	Total %	Brasileiros %	Ucranianos %	Guineenses %
Cursos Profissionais	13,3	16,8	5,9	27,3
Cursos de Língua Portuguesa	22,7	0,9	43,8	12,6

Anexo 30 - Cursos frequentados, segundo os grupos profissionais

Grupos profissionais	Cursos Profissionais %	Cursos de Língua Portuguesa %
Especialistas de Profissões	42,9	7,7
Técnicos de Nível Intermédio	40	17,9
Trabalhadores Qualificados na Agricultura e Pescas	7,7	1,2
Trabalhadores Não Qualificados	5,7	31,9

Anexo 31 - Áreas de formação, segundo a nacionalidade

Áreas de Formação	Total %	Brasil %	Ucrânia %	Guiné-Bissau %
Desenvolvimento Pessoal	3,9	7,9	0,0	0,0
Serviços Sociais	2,6	2,6	6,7	0,0
Línguas	3,9	7,9	0,0	0,0
Ciências e Engenharia	9,1	5,3	13,3	12,5
Informática	20,8	21,1	20,0	20,8
Saúde e Veterinária	7,8	0,0	13,3	16,7
Indústrias Transformadoras e Construção	6,5	2,6	0,0	16,7
Agricultura, Silvicultura e Pescas	2,6	0,0	6,7	4,2
Serviços às Empresas	20,8	26,3	13,3	16,7
Serviços Pessoais	18,2	23,7	20,0	8,3

Anexo 32 - Com quem vive

Nacionalidade	Vive com o companheiro %	Vive com a família restrita %	Vive com os amigos %
Total	59.7	45.3	23.5
Brasileiros	54.1	43	29.7
Ucranianos	70	42.2	23.5
Guineenses	40	61.4	8.6

Anexo 33 - Amigos feitos em Portugal, segundo a nacionalidade

Nacionalidade	Amigos portugueses %	Amigos brasileiros %	Amigos ucranianos %	Amigos africanos %
Total	66	23,1	34,4	17,1
Brasileiros	76,1	55,4	4,9	17,9
Ucranianos	68,6	4,7	68,6	1,3
Guineenses	33,8	2,6	0	63,6

Anexo 34 - Satisfação com os laços de vizinhança, segundo a nacionalidade

Nacionalidade	Sim %	Não %
Brasileiros	67,1	32,9
Ucranianos	90,9	9,1
Guineenses	65,2	34,8

Anexo 35 - Frequência na participação em grupos da comunidade de origem, segundo a nacionalidade

Nacionalidade	Uma ou mais vezes por semana %	Uma vez por mês %	Uma vez por ano %
Brasileiros	48,2	37	14,8
Ucranianos	48,8	39,3	11,9
Guineenses	4,8	64,3	31

Anexo 36 - Primeira e última residência dos imigrantes, por região

Região	Primeira residência %	Residência atual %	Saldo Positivo %	Saldo Negativo %
Norte	37,5	36,2	-1,3	
Centro	4,4	1,9	-2,5	
LVTJ	41,5	41,8		0,3
Alentejo	5,8	6,8		1
Algarve	10,8	13,4		2,6

Anexo 37 - Tempo para encontrar o primeiro emprego

Tempo	Total	Homens	Mulheres	Brasileiros	Ucranianos	Guineenses
	Percentagem					
Antes de chegar a Portugal	8,3	9,9	6,8	9,8	4,5	15,7
Menos de 15 dias	23,8	21,7	25,6	35,6	20,7	3,4
De 15 dias a 1 mês	33,8	35,7	32,1	30,7	44,7	9
De 1 a 3 meses	16	16,5	15,6	8	21,4	20,2
De 3 a 6 meses	9,8	10,3	9,4	9,3	6,4	21,3
De 6 a 1 ano	4,7	2,6	6,5	4	1,5	15,7
Mais de 1 ano	3,6	3,3	3,9	2,7	0,8	14,6

Anexo 38 - Número de empregos desde que chegaram a Portugal

Número	Percentagem
Um	31
Dois	28,9
Três	20,7
Quatro	8,3
Cinco	5,1
Seis	2
Mais de seis	3,9

Anexo 39 - Número de empregos em Portugal, segundo o género e nacionalidade

Número	Homens	Mulheres	Brasileiros	Ucranianos	Guineenses
	Percentagem				
1	28,8	33,7	24,7	29,2	54,6
2-4	57,6	58,3	56,6	65,2	39,9
>4	13,6	8	18,7	5,6	5,5

Anexo 40 - Tempo de permanência no primeiro e no último emprego, segundo o género

Género	1-7	7-12	13-18	19-24	25-30	31-36	37-42	43-48	Mais de 48
	Percentagem								
Homens - 1º	27	31,2	12,2	14,8	4,8	6,3	0,5	1,1	2,1
Homens - último	12,6	12,2	9,3	16,7	4,8	12,2	4,1	7,7	20,4
Mulheres - 1º	35,9	29,1	9,7	13,1	3,4	3,4	0,5	1,5	3,4
Mulheres - último	16,7	17	11	14,1	6,7	10,3	2,3	8	13,9

Anexo 41 - Tempo de permanência no primeiro e no último emprego, segundo a nacionalidade

Género	1-7	7-12	13-18	19-24	25-30	31-36	37-42	43-48	Mais de 48
	Percentagem								
Brasil - 1º	26,8	35,4	11,6	11	3,7	5,5	0,6	2,4	3
Brasil - último	18,6	21,8	11,4	15,9	1,8	11,4	0	8,6	10,5
Ucrânia - 1º	35,6	27,2	12	14,2	4,2	3,7	0,5	0,5	2,1
Ucrânia - último	11,3	7,2	10,6	14,7	9,8	9,4	5,3	8,3	23,3
Guiné-Bissau - 1º	32,5	22,5	2,5	25	5	7,5	0	0	5
Guiné-Bissau - último	15,3	20	5,9	15,3	3,5	16,5	4,7	4,7	14,1

Anexo 42 - Experiência laboral, por setor de atividade

Setor de atividade	País de origem para o primeiro emprego em Portugal %	País de origem para o último emprego em Portugal %
Agricultura, pesca ou extração mineira	0	17,4
Indústrias transformadoras	9,6	23,1
Construção	60,5	72,1
Comércio e Serviços	31,3	56,2
Restauração e Hotelaria	40	46,7
Transportes e Comunicações	2,4	39

Anexo 43 - Experiência laboral, por grupo profissional

Grupos profissionais	País de origem para o primeiro emprego em Portugal %	País de origem para o último emprego em Portugal %
Empresários	5	24,1
Dirigentes	0	16,7
Especialistas de Profissões	9,7	22,8
Técnicos Nível Intermédio	5,7	10
Pessoal Administrativo e Similares	12,1	24,5
Pessoal dos Serviços e Vendedores	44,6	54,3
Trabalhadores Qualificados Agricultura e Pescas	0	25
Operários e Artífices	39,3	58,1
Operadores de Instalações, Máquinas e Montagem	5,9	55,3
Trabalhadores Não Qualificados	67,7	41,9

Anexo 44 - Maiores percentagens de inquiridos com contratos informais, no primeiro emprego e no atual

Características	Primeiro %	Atual %
Mulheres	39,8	16,4
Brasileiros	40	0
Guineenses	0	14,6
3º Ciclo	37,4	13,2
Não frequentaram cursos	37,2	12,3
Foi um problema a língua	36,3	12,3
Vivem com o companheiro	40,9	17,7
Foi um problema o dinheiro	45	16,9
Ganham até 500 euros	39,4	16,7

Anexo 45 - Maiores percentagens de inquiridos com contratos efetivos, no primeiro emprego e no atual

Características	Primeiro %	Atual %
Homens	4,7	29,3
Brasileiros	5,9	33,6
Secundário	4,6	0
Universitário	0	27,4
Frequentaram cursos	8,1	35,5
Não foi um problema a língua	5,8	38,5
Marido português	7,1	38,6
Antes de vir para Portugal já tinham emprego	6,3	34,6
Não foi um problema o dinheiro	4,5	26
Ganhavam mais de 1000 euros	26	50

Anexo 46 - Classes de rendimento mensal no primeiro e no último emprego, segundo o género

Género	Até 250€	De 250 a 500€	De 500 a 750€	De 750 a 1000€	De 1000 a 1250€	De 1250 a 1500€	Mais de 1500€
	Percentagem						
Homens - 1º	1	46,1	32,6	14,5	2,6	1	2,1
Homens - último	0,4	9,9	30,8	34,1	9,5	5,9	9,5
Mulheres - 1º	5,2	75,9	15,6	2,8	0,5	0	0
Mulheres - último	1,3	36,8	40,4	16	1,3	2,9	1,3

Anexo 47 - Número médio de horas de trabalho semanais no primeiro e no último emprego, segundo o género

Género	1-20 horas	21-40 horas	41-60 horas	61-80 horas	>81 horas
	Percentagem				
Homens - 1º	1	21,4	57,8	17,2	2,6
Homens - último	4,8	48,3	35,4	9,1	2,4
Mulheres - 1º	1,1	26,5	56,7	14,9	0,7
Mulheres - último	4,2	44,8	44,1	5,9	1

Anexo 48 - Número médio de horas de trabalho semanais no primeiro e no último emprego, segundo a nacionalidade

Nacionalidades	1-20 horas	21-40 horas	41-60 horas	61-80 horas	>81 horas
	Percentagem				
Brasil - 1º	1,8	31,2	44,1	18,2	4,7
Brasil - último	3,1	34,6	48,9	11,2	2,2
Ucrânia - 1º	4,6	41,6	41,6	11,1	1,1
Ucrânia - último	3,1	36,6	47,7	12,6	0
Guiné-Bissau - 1º	0	24,4	75,6	0	0
Guiné-Bissau - último	1,1	39,1	59,8	0	0

Anexo 49 - Tempo no desemprego, segundo a nacionalidade e o género

Tempo	Homens %	Mulheres %	Brasileiros %	Ucranianos %	Guineenses %
Até 1 mês	19,3	22,8	20	31,5	6,7
De 1 a 3 meses	36,1	33,7	45	20,4	26,7
De 3 a 6 meses	20,5	20,7	19	25,9	16,7
De 6 a 1 ano	16,9	12,8	13	9,2	30
Mais de 1 ano	7,2	10	3	13	19,9

Anexo 50 - Fontes utilizadas para encontrar emprego

Fontes	Percentagem
Anúncios	57,1
Diretamente junto do empregador	28,6
Inscrição nos centros de emprego	46,4
Pediram ajuda aos vizinhos	3,6
Pediram ajuda aos amigos	28,6
Pediram ajuda aos familiares	14,3
Pediram ajuda às associações de apoio aos imigrantes	14,3

Anexo 51 - Conhecimento e utilização de serviços

Serviços	Conhecimento %	Utilização %
SEF	99,7	98,3
CPR	7	0,7
SJR	5,6	1,9
OIM	11,2	1,4
ACIME	56,7	32,1
CNAI	65,5	57
CLAI	40,7	14,8
GAJI-ACIME	35,9	15,3
CNLI	11,2	2,9

Anexo 52 - Utilidade dos serviços utilizados

Serviços	Inútil %	Pouco útil %	Útil %
SEF	2,8	22,3	74,9
CPR	0	50	50
SJR	60	20	20
OIM	42,9	14,2	42,9
ACIME	10,3	29,2	60,5
CNAI	1,8	34,5	63,7
CLAI	4,8	28,6	66,6
GAJI-ACIME	5,7	27,3	67
CNLI	6,7	20	73,3

Anexo 53 - Fenómenos afetivos do dia a dia

Afetos	Sempre %	Frequentemente %	Nunca %
Feliz	34	49	17
Amado e querido	55,1	39,1	5,8
Futuro promissor	56,1	39,3	4,6
Prazer no que faz	37,2	57,7	5,1
Stressado	6,7	21,6	71,7
Preocupado	8,9	31	60,1
Cansado	12	46,5	41,5
Acabar com a vida	0,3	7,3	92,4
Tudo acontece ao contrário	18,7	37	44,3
Vontade de chorar	3,6	30,2	66,2
Tenso	4,7	50,5	44,8
Sem futuro	3,2	22,4	74,4
Triste e em baixo	5,8	35,5	58,7
Deprimido	3	5,8	91,2
Solidão	24,8	31,5	43,7
Nervoso/apreensivo	21,4	48,3	30,3

Anexo 54 - Afetos dos portugueses face aos imigrantes

Sentimentos	Percentagem
Muito mau	2,1
Mau	7,5
Razoável	47,2
Bom	39,4
Muito bom	3,1

Anexo 55 - Afetos dos imigrantes face aos portugueses

Sentimentos	Percentagem
Muito mau	0,9
Mau	2,2
Razoável	20,6
Bom	67,8
Muito bom	8,5

**INQUÉRITO**

**A. INFORMAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA**

Começamos por lhe fazer um conjunto de perguntas que se relacionam com alguns aspectos globais da sua situação em Portugal e da sua família. Por favor coloque uma cruz no quadrado que corresponde à resposta que mais se adequa a si.

**A.1. Sexo**

1. Masculino   
2. Feminino

**A.2. Que idade tem? \_\_\_\_\_**

**A.3. Em que país nasceu?**

1. Brasil   
2. Ucrânia   
3. Venezuela   
4. Guiné-Bissau

**A.4. Em que ano chegou a Portugal?**

- |         |                          |         |                          |
|---------|--------------------------|---------|--------------------------|
| 1. 2000 | <input type="checkbox"/> | 5. 2004 | <input type="checkbox"/> |
| 2. 2001 | <input type="checkbox"/> | 6. 2005 | <input type="checkbox"/> |
| 3. 2002 | <input type="checkbox"/> | 7. 2006 | <input type="checkbox"/> |
| 4. 2003 | <input type="checkbox"/> |         |                          |

**A.5. Que tipo de visto tem?**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Visto de escala <input type="checkbox"/>        | 6. Visto de trabalho <input type="checkbox"/>          |
| 2. Visto de trânsito <input type="checkbox"/>      | 7. Visto de estada temporária <input type="checkbox"/> |
| 3. Visto de curta duração <input type="checkbox"/> | 8. Visto especial <input type="checkbox"/>             |
| 4. Visto de residência <input type="checkbox"/>    | 9. Autorização de permanência <input type="checkbox"/> |
| 5. Visto de estudo <input type="checkbox"/>        | 10. Autorização de residência <input type="checkbox"/> |
| 11. Outro. Diga qual: _____<br>_____               |  |

**A.6. Em que data adquiriu o seu visto? (Indicar mês)**

**A.7. Quando chegou a Portugal, onde vivia (cidade, vila ou aldeia)?**

**A.8. Neste momento onde vive (cidade, vila ou aldeia)?**

**A.9. Em Portugal viveu em mais algum sítio?**

0. Não   
1. Sim  Em que sítios? \_\_\_\_\_

**A.10.** Vive sozinho?

0. Não  Com quem vive? \_\_\_\_\_  
1. Sim

**A.11.** Qual o seu estado civil?

1. Solteiro/a  4. Viúvo/a   
2. Casado/a  5. União de facto   
3. Divorciado/a ou separado/a

**A.12.** Tem filhos?

0. Não   
1. Sim  Quantos? \_\_\_\_\_  
Qual é a idade do mais velho? \_\_\_\_\_  
Onde vive? Portugal  Outro   
Qual é a idade do mais novo? \_\_\_\_\_  
Onde vive? Portugal  Outro

**A.13.i.** Onde nasceram os seus filhos?

1. Portugal   
2. Outro

**A.13.ii.** O/A seu/sua companheiro/a vive em Portugal?

0. Não  Em que país vivem? \_\_\_\_\_  
1. Sim

**A.13.iii.** O/A seu/sua companheiro/a é Português?

0. Não   
1. Sim

**Se nem o(s) seu(s) filho(s) nem o seu companheiro(a) vivem em Portugal por favor avance para a página 6**

**A.14.** O/A seu/sua companheiro/a e/ou os seus filhos chegaram a Portugal na mesma data do que o Sr/Sra?

1. Sim   
0. Não  Em que data chegaram? (Por favor, escreva à frente de cada um deles a data em que chegaram a Portugal)

A.14.i. Companheiro/a \_\_\_\_\_

A.14.ii. Filho \_\_\_\_\_

A.14.iii. Filho \_\_\_\_\_

A.14.iv. Filho \_\_\_\_\_

A.14.v. Filho \_\_\_\_\_

**A.15.** Usando a lista em baixo, diga-nos por favor qual o tipo de visto que o/a seu/sua companheiro/a e/ou os seus filhos têm?  
(Coloque uma cruz no quadrado correspondente ao tipo de visto que o seu companheiros e/ ou filhos têm.)

	Companheiro A.15.i	Filho A.15.ii	Filho A.15.iii	Filho A.15.iv	Filho A.15.v
1. Visto de escala					
2. Visto de trânsito					
3. Visto de curta duração					
4. Visto de residência					
5. Visto de estudo					
6. Visto de trabalho					
7. Visto de estada temporária					
8. Visto especial					
9. Autorização de permanência					
10. Autorização de residência					
11. Outro. Diga qual.					

**A.16.** Neste momento, para além dos que já referiu, há mais algum membro da sua família que resida em Portugal?

0. Não   
1. Sim  Quem? \_\_\_\_\_

## B. PROCESSO DE IMIGRAÇÃO

As perguntas que se seguem dizem respeito à sua decisão de vir para Portugal, aos preparativos para vir e aos primeiros dias no país.

**B.1.** Porque decidiu imigrar? (Assinale várias respostas se for necessário).

1. Por razões económicas  5. Por um desejo de aventura, de conhecer o mundo   
2. Para estar perto de familiares ou amigos  6. Para fugir da guerra   
3. Para casar  7. Para fugir da violência social  
(por exemplo, assaltos, agressões, assassinatos)   
4. Para estudar  8. Por outras razões.  
Por favor, diga quais.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**B.2.** Porque razão escolheu Portugal? (Assinale várias respostas se for necessário)

1. Porque existe um acordo bilateral entre o meu país de origem e o governo português
2. Por causa da língua
3. Porque já tinha familiares em Portugal
4. Porque já tinha amigos em Portugal
5. Por outras razões. Por favor diga quais.
- 
- 

**B.3.** Antes de vir para cá já tinha algum conhecimento de Portugal?

0. Não
1. Sim  Que tipo de informação tinha? \_\_\_\_\_
- 

De que forma conseguiu aceder a essa informação?

---

**B.4.** Teve alguns problemas no seu país para vir para Portugal, como por exemplo, conseguir os documentos necessários, ter o dinheiro necessário, etc ?

0. Não
1. Sim  Por favor, diga quais. \_\_\_\_\_
- 

**B.5.** Antes de vir para cá, já conhecia alguém em Portugal?

0. Não
1. Sim  Quem?
1. Membros da família restrita (avós, pais, irmãos, filhos)
2. Membros da família alargada (tios, primos, etc)
3. Amigos
4. Outros. Quem? \_\_\_\_\_
- 
- 

**B.6.** Antes de vir para cá, já tinha encontrado emprego em Portugal?

0. Não
1. Sim

**B.7. Quando chegou a Portugal trazia dinheiro consigo?**

0. Não  (Por favor avance para a pergunta B.9.)  
1. Sim  Qual a categoria que melhor estima a quantidade de dinheiro disponível que o Sr./ Sra. ou a sua família tinham quando chegou a Portugal?

Quanto exatamente? \_\_\_\_\_

1. menos de 500 euros   
2. entre 501 e 1,000 euros   
3. entre 1,001 e 1,500 euros   
4. entre 1,501 e 2,000 euros   
5. entre 2,001 e 2,500 euros   
6. entre 2,501 e 3,000 euros   
7. mais de 3,000 euros

**B.8. Para ter esse dinheiro disponível:**

1. Contraiu empréstimo bancário   
2. Contraiu empréstimo junto de outra instituição   
3. Pediu o dinheiro emprestado a um familiar   
4. Pediu o dinheiro emprestado a um amigo   
5. Vendeu bens (por exemplo, casa, carro, etc.)   
6. Outro. Por favor, diga qual \_\_\_\_\_

**B.9. Quando chegou a Portugal teve alguma ajuda financeira para além do dinheiro que trazia consigo?**

0. Não   
1. Sim

**B.10. Quando iniciou formalmente o seu processo de legalização?**

1. Antes de chegar a Portugal   
2. À chegada a Portugal   
3. Alguns dias depois de ter chegado   
4. No primeiro mês depois de ter chegado   
5. Nos primeiros 6 meses depois de ter chegado   
6. No primeiro ano depois de ter chegado   
7. Mais de 1 ano depois de ter chegado a Portugal

**B.11. Quando conseguiu completar o processo de legalização?**

1. Antes de chegar a Portugal   
2. À chegada a Portugal   
3. Alguns dias depois de ter chegado   
4. Algumas semanas depois de ter chegado   
5. Alguns meses depois de ter chegado   
6. Mais de um ano depois de ter chegado a Portugal

**B.12.** Na generalidade, como acha que foi o processo de legalização?

- |                          |                          |                          |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Muito difícil         | 2. Difícil               | 3. Razoável              | 4. Fácil                 | 5. Muito fácil           |
| <input type="checkbox"/> |

Porquê?

---

**B.13.** Quanto tempo espera ficar em Portugal?

- |                        |  |
|------------------------|--|
| 1. Não sei             | <input type="checkbox"/>               |
| 2. Para sempre         | <input type="checkbox"/>               |
| 3. Durante algum tempo | <input type="checkbox"/> Quantos anos? |

- |                       |                          |
|-----------------------|--------------------------|
| 1. menos de 3 anos    | <input type="checkbox"/> |
| 2. Entre 4 e 7 anos   | <input type="checkbox"/> |
| 3. Entre 8 e 11 anos  | <input type="checkbox"/> |
| 4. Entre 12 e 14 anos | <input type="checkbox"/> |
| 5. mais de 15 anos    | <input type="checkbox"/> |

E depois, pensa:

- |                                 |                          |
|---------------------------------|--------------------------|
| 1. Voltar para o país de origem | <input type="checkbox"/> |
| 2. Ir para outro país           | <input type="checkbox"/> |
| 3. Não sei                      | <input type="checkbox"/> |

**B.14.** Gosta de estar em Portugal?

- |        |                          |
|--------|--------------------------|
| 0. Não | <input type="checkbox"/> |
| 1. Sim | <input type="checkbox"/> |

Porquê?

---

## C. QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS, PROFISSIONAIS, LINGUISTICAS E OUTRAS

Nesta parte, gostaríamos de lhe fazer algumas perguntas sobre a sua formação escolar.

**C.1.** Que habilitações académicas possui? \_\_\_\_\_

**C.2.** Desde que chegou a Portugal pediu o reconhecimento das suas habilitações e competências ou a equivalência do seu grau académico?

- |        |  |
|--------|--|
| 1. Sim | <input type="checkbox"/>               |
| 0. Não | <input type="checkbox"/> Porque razão? |

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| 1. Falta de documentos do país de origem     | <input type="checkbox"/> |
| 2. Falta de dinheiro                         | <input type="checkbox"/> |
| 3. Desconhecimento do assunto                | <input type="checkbox"/> |
| 4. Duração do processo                       | <input type="checkbox"/> |
| 5. Achar que não vale a pena                 | <input type="checkbox"/> |
| 6. Outra(s). Por favor, diga-nos qual (ais). |                          |
-

**Se respondeu não por favor passe para a pergunta C.4.**

**C.3.** Conseguiu obter o reconhecimento de habilidades e competências?

- 1. Não
- 2. Sim
- 3. Ainda está em curso

Agora vamos fazer algumas perguntas sobre **formação profissional**.

**C.4.** Em Portugal frequentou algum curso de formação profissional?

- 0. Não
- 1. Sim  **Passe para a pergunta C.8.**  
Quantos? \_\_\_\_\_

**C.5.** Como se chamavam e onde frequentou esses cursos? (Por favor escreva o nome do curso e depois coloque uma cruz no sitio onde se realizou).

Nome do curso	Local onde se realizou		
<b>Curso 1</b> _____	1. No local de trabalho <input type="checkbox"/>	4. Numa escola <input type="checkbox"/>	5. Numa instituição do estado português (por exemplo, centro de emprego, centro de formação profissional)
	2. Numa associação de apoio a imigrantes <input type="checkbox"/>	6. Outro. Diga qual. _____	
	3. Numa empresa de formação <input type="checkbox"/>		
<b>Curso 2</b> _____	1. No local de trabalho <input type="checkbox"/>	4. Numa escola <input type="checkbox"/>	5. Numa instituição do estado português (por exemplo, centro de emprego, centro de formação profissional)
	2. Numa associação de apoio a imigrantes <input type="checkbox"/>	6. Outro. Diga qual. _____	
	3. Numa empresa de formação <input type="checkbox"/>		

**C.6.** Como teve conhecimento desse curso de formação? (Por favor escreva o nome do curso e depois coloque uma cruz na forma como teve conhecimento do curso).

Nome do Curso	Como tive conhecimento do curso	
<b>Curso 1</b> _____	1. Através de um familiar <input type="checkbox"/>	5. Através de uma instituição do estado português. Qual? _____
	2. Através de um vizinho <input type="checkbox"/>	6. Através de uma associação de apoio a imigrantes. Qual? _____

	3. Através de um amigo	<input type="checkbox"/>	7. Outro. Quem?
	4. Através de jornais, revistas, ...	<input type="checkbox"/>	_____
Curso 2	1. Através de um familiar	<input type="checkbox"/>	5. Através de uma instituição do estado português. Qual? _____
_____	2. Através de um vizinho	<input type="checkbox"/>	6. Através de uma associação de apoio a imigrantes. Qual? _____
	3. Através de um amigo	<input type="checkbox"/>	7. Outro. Quem?
	4. Através de jornais, revistas, ...	<input type="checkbox"/>	_____
Curso 3	1. Através de um familiar	<input type="checkbox"/>	5. Através de uma instituição do estado português. Qual? _____
_____	2. Através de um vizinho	<input type="checkbox"/>	6. Através de uma associação de apoio a imigrantes. Qual? _____
	3. Através de um amigo	<input type="checkbox"/>	7. Outro. Quem?
	4. Através de jornais, revistas, ...	<input type="checkbox"/>	_____

**C.7. Como avalia a utilidade da formação que fez para a sua integração em Portugal?**

1. Inútil	2. Pouco útil	3. Útil	4. Muito útil	5. De uma utilidade decisiva
<input type="checkbox"/>				

Por favor, diga porquê.

---

Agora vamos fazer algumas perguntas sobre a aprendizagem do português.

**C.8. Em Portugal frequentou **aulas de português**?**

0. Não	<input type="checkbox"/>	<b>Passe para a pergunta D.1.</b>
1. Sim	<input type="checkbox"/>	

**C.9. Onde frequentou essas aulas?**

1. No local de trabalho	<input type="checkbox"/>	4. Numa escola	<input type="checkbox"/>
-------------------------	--------------------------	----------------	--------------------------

2. Numa associação de apoio a imigrantes  5. Numa instituição do estado português (por exemplo, centro de emprego, centro de formação profissional)
3. Numa empresa de formação  6. Outro. Diga qual.  
\_\_\_\_\_

**C.9** Como teve conhecimento desse curso de português?

1. Através de um familiar  5. Através de uma instituição do estado português.  
Qual? \_\_\_\_\_
2. Através de um vizinho  6. Através de uma associação de apoio a imigrantes.  
Qual? \_\_\_\_\_
3. Através de um amigo  7. Outro. Quem?  
\_\_\_\_\_
4. Através de jornais, revistas, ...

**C.10.** Como avalia a utilidade das aulas de português para a sua integração em Portugal?

1. Inútil  2. Pouco útil  3. Útil  4. Muito útil  5. De uma utilidade decisiva

Por favor, diga porquê.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**D. SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO**

As perguntas que se seguem são sobre a sua profissão e o seu emprego antes de vir para Portugal, bem como sobre o seu percurso profissional desde que cá chegou.

**D.1.** Qual foi a sua última profissão antes de vir para Portugal?

**D.2.** Quando decidiu vir para Portugal, estava empregado?

0. Não   
1. Sim

**D.3.** Atualmente diga-nos por favor, se:

1. Está empregado em negócio de familiares  6. Faz pequenas coisas que vão aparecendo   
2. Está empregado em negócio de amigos  7. Ocupa-se das tarefas do lar e não procura emprego

3. Está empregado numa empresa / loja	<input type="checkbox"/>	8. Ocupa-se das tarefas do lar mas está à procura de emprego	<input type="checkbox"/>
4. Tem a sua própria empresa	<input type="checkbox"/>	9. Está desempregado	<input type="checkbox"/>
5. É profissional liberal (por exemplo, médico, advogado,...)	<input type="checkbox"/>	10. Outra situação. Por favor, diga qual.	_____
			_____
			_____

**D.4.** Quantos empregos teve desde que chegou a Portugal? \_\_\_\_\_

**D.5.** Por favor, indique as cidades, vilas ou aldeias do país onde trabalhou.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**D.6.** Quanto tempo demorou até ter conseguido encontrar o primeiro emprego após ter chegado?

- |   |                          |                            |                          |
|---|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| 1. Já tinha encontrado um emprego em Portugal antes de chegar | <input type="checkbox"/> | 5. Entre 3 meses e 6 meses | <input type="checkbox"/> |
| 2. Menos de 15 dias   | <input type="checkbox"/> | 6. Entre 6 meses e 1 ano   | <input type="checkbox"/> |
| 3. 15 dias a um mês   | <input type="checkbox"/> | 7. Mais de 1 ano           | <input type="checkbox"/> |
| 4. Entre 1 mês e 3 meses                                      | <input type="checkbox"/> |                            |                          |

Agora vamos fazer-lhe algumas questões relativas ao seu **primeiro emprego em Portugal**.

**Se apenas teve:**

- **1 emprego desde que chegou a Portugal responda, por favor, à pergunta D.14.**
- **2 ou mais empregos desde que chegou a Portugal responda, por favor, às questões que se seguem.**

**D.7.** Qual era a sua profissão ou profissões? \_\_\_\_\_

**D.8.** Em que setor de atividade?

- |  |                          |                               |                          |
|--|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| 1. Agricultura, pescas, extração mineira,... | <input type="checkbox"/> | 5. Comércio / Serviços        | <input type="checkbox"/> |
| 2. Indústrias transformadoras                | <input type="checkbox"/> | 6. Restauração / hotelaria    | <input type="checkbox"/> |
| 3. Água, gás e eletricidade                  | <input type="checkbox"/> | 7. Transportes e comunicações | <input type="checkbox"/> |
| 4. Construção                                | <input type="checkbox"/> | 8. Outro. Qual?               | _____                    |

**D.9.** Em média, quantas horas trabalhava por semana? \_\_\_\_\_

**D.10.** Qual era o seu salário por mês?

- |                           |                          |                            |                          |
|---------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| 1. menos de 250 euros     | <input type="checkbox"/> | 5. entre 1001 e 1250 euros | <input type="checkbox"/> |
| 2. entre 251 e 500 euros  | <input type="checkbox"/> | 6. entre 1251 e 1500 euros | <input type="checkbox"/> |
| 3. entre 501 e 750 euros  | <input type="checkbox"/> | 7. mais de 1500 euros      | <input type="checkbox"/> |
| 4. entre 751 e 1000 euros | <input type="checkbox"/> | Quanto exatamente? _____ € |                          |

**D.11.** Que tipo de contrato tinha?

- |   |                          |
|---|--------------------------|
| 1. A prazo (com tempo determinado)                      | <input type="checkbox"/> |
| 2. Efetivo  | <input type="checkbox"/> |
| 3. Contrato de prestação de serviços (recibo verde)     | <input type="checkbox"/> |
| 4. Trabalhador informal / não declarado ou sem contrato | <input type="checkbox"/> |

**D.12.** Quanto tempo esteve nesse emprego? \_\_\_\_\_

**D.13.** Porque razão deixou esse emprego?

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| 1. Acabou o contrato   | <input type="checkbox"/> |
| 2. A empresa falou   | <input type="checkbox"/> |
| 3. Porque arranjei um emprego melhor   | <input type="checkbox"/> |
| 4. Não tinha os documentos necessários para legalizar a minha situação no país | <input type="checkbox"/> |
| 5. Salários em atraso  | <input type="checkbox"/> |
| 6. Outra. Diga qual.   | _____                    |

Agora vamos fazer-lhe algumas perguntas relativas ao seu **trabalho atual ou ao último caso esteja desempregado**. (Se é o primeiro não responda e passe para a pergunta **E.1.**)

**D.14.** Qual é a sua profissão? \_\_\_\_\_

**D.15.** Em que setor de atividade?

- |  |                          |                               |                          |
|--|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| 1. Agricultura, pescas, extração mineira,... | <input type="checkbox"/> | 5. Comércio / Serviços        | <input type="checkbox"/> |
| 2. Indústrias transformadoras                | <input type="checkbox"/> | 6. Restauração / hotelaria    | <input type="checkbox"/> |
| 3. Água, gás e eletricidade                  | <input type="checkbox"/> | 7. Transportes e comunicações | <input type="checkbox"/> |
| 4. Construção                                | <input type="checkbox"/> | 8. Outro. Qual? _____         |                          |

**D.16.** Em média, quantas horas trabalha por semana? \_\_\_\_\_

**D.17.** Qual era / é o seu salário por mês?

- |                           |                          |                            |                          |
|---------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| 1. menos de 250 euros     | <input type="checkbox"/> | 5. entre 1001 e 1250 euros | <input type="checkbox"/> |
| 2. entre 251 e 500 euros  | <input type="checkbox"/> | 6. entre 1251 e 1500 euros | <input type="checkbox"/> |
| 3. entre 501 e 750 euros  | <input type="checkbox"/> | 7. mais de 1500 euros      | <input type="checkbox"/> |
| 4. entre 751 e 1000 euros | <input type="checkbox"/> | Quanto exatamente? _____ € |                          |

**D.18.** Que tipo de contrato tem?

- |   |                          |
|---|--------------------------|
| 1. A prazo (com tempo determinado)                      | <input type="checkbox"/> |
| 2. Efetivo  | <input type="checkbox"/> |
| 3. Contrato de prestação de serviços (recibo verde)     | <input type="checkbox"/> |
| 4. Trabalhador informal / não declarado ou sem contrato | <input type="checkbox"/> |

**D.19.** Como encontrou esse trabalho? (só uma resposta)

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| 1. Respondi a um anúncio que vi na imprensa (jornal, revistas) | <input type="checkbox"/> |
|--|--------------------------|

2. Procurei diretamente junto de empresas
3. Através de uma empresa de trabalho temporário
4. Através do Centro de emprego / Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Tive a ajuda de:
5. Familiar
6. Vizinho
7. Amigo
8. Instituição do estado português. Qual? \_\_\_\_\_
9. Associação de apoio a imigrantes. Qual? \_\_\_\_\_
10. Outro. Quem? \_\_\_\_\_
11. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**D.20.** Há quanto tempo tem esse trabalho? \_\_\_\_\_

**D.21.** Relativamente ao seu emprego atual (ou ao último emprego que teve) diga-nos se ele é melhor, semelhante ou pior do que o último emprego que teve antes de vir para Portugal, em termos de:

	1. Melhor	2. Igual	3. Pior
D. 21.i. Salário			
D.21.ii. Horário			
D.21.iii. Esforço físico			
D.21.iv. Valorização social da profissão / função			
D.21.v. Tarefas que desempenhava			

Agora vamos fazer algumas perguntas relacionadas com o **desemprego**.

**D.22.** Desde que chegou a Portugal alguma vez esteve desempregado?

- |                          |                          |   |
|--------------------------|--------------------------|---|
| 0. Não                   | <input type="checkbox"/> | <b>Passe para a pergunta E.1.</b>                       |
| 1. Sim                   | <input type="checkbox"/> | Quantas vezes? _____                                    |
| 1. menos de 1 mês        | <input type="checkbox"/> | 5. entre 1 ano e 1 ano e meio <input type="checkbox"/>  |
| 2. entre 1 e três meses  | <input type="checkbox"/> | 6. entre 1 ano e meio e 2 anos <input type="checkbox"/> |
| 3. entre 3 e 6 meses     | <input type="checkbox"/> | 7. mais de 2 anos <input type="checkbox"/>              |
| 4. entre 6 meses e 1 ano | <input type="checkbox"/> |   |

**D.24.** Porque razões esteve desempregado?

- |  |                          |   |
|--|--------------------------|---|
| 1. Não conseguia arranjar emprego                                    | <input type="checkbox"/> | 6. Tinha o subsídio de desemprego <input type="checkbox"/>  |
| 2. Preferi tratar dos filhos e da casa                               | <input type="checkbox"/> | 7. Estive doente <input type="checkbox"/>                   |
| 3. Os salários dos empregos que arranjava eram muito baixos          | <input type="checkbox"/> | 8. Tive de me ausentar de Portugal <input type="checkbox"/> |
| 4. Não gostava dos empregos que encontrava                           | <input type="checkbox"/> | 9. Desisti de procurar emprego <input type="checkbox"/>     |
| 5. Tinha o rendimento mínimo garantido/rendimento social de inserção | <input type="checkbox"/> | 10. Outra(s) qual(ais)? _____                               |

**Se atualmente está desempregado responda às perguntas que se seguem.**

**Se atualmente está empregado, por favor, passe para a pergunta E.1.**

**D.25.** Se atualmente está desempregado diga por favor há quanto tempo está nessa situação \_\_\_\_\_

- |                          |                          |                                |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| 1. Menos de 1 mês        | <input type="checkbox"/> | 5. Entre 1 ano e 1 ano e meio  | <input type="checkbox"/> |
| 2. Entre 1 e três meses  | <input type="checkbox"/> | 6. Entre 1 ano e meio e 2 anos | <input type="checkbox"/> |
| 3. Entre 3 e 6 meses     | <input type="checkbox"/> | 7. Mais de 2 anos              | <input type="checkbox"/> |
| 4. Entre 6 meses e 1 ano | <input type="checkbox"/> |                                |                          |

**D.26.** Está a receber subsídio de desemprego ou outro subsidio qualquer do estado português?

- |        |                                      |
|--------|--------------------------------------|
| 0. Não | <input type="checkbox"/>             |
| 1. Sim | <input type="checkbox"/> Qual? _____ |

**D.27.** Tem procurado emprego?

- |        |                          |                     |
|--------|--------------------------|---------------------|
| 0. Não | <input type="checkbox"/> | Porque razão? _____ |
|--------|--------------------------|---------------------|

**Passe para a pergunta E.1.**

- |        |                          |
|--------|--------------------------|
| 1. Sim | <input type="checkbox"/> |
|--------|--------------------------|

**D.28.** O que tem feito para encontrar um emprego? (Assinale várias respostas se for necessário).

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| 1. Respondo a anúncios que vejo na imprensa (jornal, revistas,...)             | <input type="checkbox"/> |
| 2. Procuro diretamente junto de empresas                                       | <input type="checkbox"/> |
| 3. Através de uma empresa de trabalho temporário                               | <input type="checkbox"/> |
| 4. Através do Centro de emprego / Instituto de Emprego e Formação Profissional | <input type="checkbox"/> |

Pedi a ajuda de:

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| 5. Familiar                                      | <input type="checkbox"/> |
| 6. Vizinho                                       | <input type="checkbox"/> |
| 7. Amigo   | <input type="checkbox"/> |
| 8. Instituição do estado português. Qual? _____  |                          |
| 9. Associação de apoio a imigrantes. Qual? _____ |                          |
| 10. Outro. Quem? _____                           |                          |
| 11. Outra. Qual? _____                           |                          |

## **E. CONHECIMENTO DA LÍNGUA**

As perguntas seguintes pedem-lhe que avalie o seu conhecimento da língua Portuguesa.

**E.1. Quando chegou a Portugal** que conhecimento tinha da língua portuguesa?

**E.1.i. Lia português:**

- |                          |                          |                          |                             |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 0. Nada                  | 1. Muito Mal             | 2. Mal                   | 3. Razoável /<br>Suficiente | 4. Bem                   | 5. Muito bem             |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

**E.1.ii.** Escrevia português:

0. Nada	1. Muito Mal	2. Mal	3. Razoável / Suficiente	4. Bem	5. Muito bem
<input type="checkbox"/>					

**E.1.iii.** Compreendia português falado:

0. Nada	1. Muito Mal	2. Mal	3. Razoável / Suficiente	4. Bem	5. Muito bem
<input type="checkbox"/>					

**E.2. Atualmente** que conhecimento tem da língua portuguesa?

**E.2.i.** Leio português:

0. Nada	1. Muito Mal	2. Mal	3. Razoável / Suficiente	4. Bem	5. Muito bem
<input type="checkbox"/>					

**E.2.ii.** Escrevo português:

0. Nada	1. Muito Mal	2. Mal	3. Razoável / Suficiente	4. Bem	5. Muito bem
<input type="checkbox"/>					

**E.2.iii.** Compreendo português falado:

0. Nada	1. Muito Mal	2. Mal	3. Razoável / Suficiente	4. Bem	5. Muito bem
<input type="checkbox"/>					

## F – REDE SOCIAL

As perguntas que se seguem são sobre os seus amigos em Portugal e a forma com os seus colegas de trabalho e vizinhos se relacionam consigo.

**F.1.** As pessoas com quem convive **no trabalho** são maioritariamente

- |                                |                          |
|--------------------------------|--------------------------|
| 1. Portugueses                 | <input type="checkbox"/> |
| 2. Da sua comunidade de origem | <input type="checkbox"/> |
| 3. Outra. Qual? _____          |                          |

**F.2.** As pessoas com quem convive **fora** do trabalho são maioritariamente.

- |                                |                          |
|--------------------------------|--------------------------|
| 1. Portugueses                 | <input type="checkbox"/> |
| 2. Da sua comunidade de origem | <input type="checkbox"/> |
| 3. Outra. Qual? _____          |                          |

**F.3.** Desde que chegou a Portugal fez novos amigos?

- |        |                          |
|--------|--------------------------|
| 0. Não | <input type="checkbox"/> |
| 1. Sim | <input type="checkbox"/> |
- De que nacionalidade são esses novos amigos?  
\_\_\_\_\_

**F.4.** Está satisfeito com o número de amigos que fez desde que chegou a Portugal?

0. Não   
1. Sim

**F.5.** Estabeleceu laços de vizinhança?

1. Nenhum   
2. Alguns   
3. Muitos

**F.6.** Está satisfeito com os laços de vizinhança que fez desde que chegou a Portugal?

0. Não   
1. Sim

**F.7.** Sente-se integrado em Portugal?

1. Muito pouco  2. Pouco  3. Razoavelmente  4. Muito  5. Muito bem

Porquê?

---

#### **G – ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE DE ORIGEM**

Alguns imigrantes sentem que poder contactar com outras pessoas do mesmo país os ajuda no processo de integração em Portugal. As questões seguintes estão relacionadas com o contacto que mantém com outras pessoas do seu país de origem.

**G.1.** Participa de algum grupo da sua comunidade de origem?

0. Não   
1. Sim  Em quais?
- 

**G.2.** Em média, quantas vezes é que participa em atividades da sua comunidade de origem?

1. Pelo menos uma vez por semana 2. Mais do que uma vez por semana 3. Uma vez por mês 4. Uma vez por ano 5. Nunca
- 
- 

**G.3.** Em que tipos de atividades costuma participar? Por favor indique as três em que mais participa.

---

**G.4.** Avalie o grau de satisfação com o seu envolvimento na sua comunidade de origem?

1. Muito insatisfeito  2. Insatisfeito  3. Indiferente  4. Satisfeito  5. Muito satisfeito

**G.5.** Atualmente mantém contacto com o país de origem?

0. Não   
1. Sim

## H – UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E OUTROS APOIOS

Os imigrantes encontram frequentemente problemas em utilizar alguns dos serviços de saúde, de educação ou de assistência social. As questões que se seguem relacionam-se com as dificuldades que possa ter sentido e com a ajuda que possa ter procurado para as resolver.

### H.1. Desde que chegou a Portugal, você ou a sua família que cá está teve problemas financeiros?

0. Não

**Passe para a pergunta H.3.**

1. Sim

Como é que os problemas financeiros afetaram a sua vida?

[por exemplo, teve que pedir dinheiro emprestado? A quem? Teve que prescindir de algumas coisas? Quais?]

---

---

### H.2. Procurou ajuda para resolver esses problemas?

0. Não

1. Sim

Pedi a ajuda de:

1. Familiar

2. Vizinho

3. Amigo

4. Instituição do estado português.

Qual? \_\_\_\_\_

5. Associação de apoio a imigrantes.

Qual? \_\_\_\_\_

6. Outro. Quem? \_\_\_\_\_

### H.3. Desde que chegou a Portugal teve que recorrer a dinheiro de alguma das seguintes fontes?

1. Mais-valias resultantes de investimentos

6. Bolsas. Especifique.

2. Empréstimo bancários

7. Venda de bens

3. Ajuda de familiares ou amigos a viver em Portugal

8. Assistência social

4. Ajuda de familiares ou amigos fora de Portugal

9. Poupanças pessoais

5. Subsídio de desemprego

10. Pensão

11. Outro. Por favor, diga qual. \_\_\_\_\_

---

### H.4. Nos primeiros meses de permanência em Portugal, quem o ajudou a orientar-se?

1. Ninguém

2. Ninguém porque não procurei ajuda

8. Instituição do estado português.

Qual? \_\_\_\_\_

3. Familiar

9. Associação de apoio a imigrantes.

Qual? \_\_\_\_\_

4. Vizinho  10. Outro(s). Por favor, diga qual(ais).  
 \_\_\_\_\_
5. Amigos portugueses  \_\_\_\_\_
6. Amigos não portugueses  \_\_\_\_\_
7. Conterrâneos

**H.5. Quais os problemas que encontrou quando chegou a Portugal?**

- |                           |                          |  |                          |
|---------------------------|--------------------------|--|--------------------------|
| 1. Aprender a língua      | <input type="checkbox"/> | 6. Ter acesso aos serviços de saúde    | <input type="checkbox"/> |
| 2. Encontrar habitação    | <input type="checkbox"/> | 7. Encontrar uma escola para os filhos | <input type="checkbox"/> |
| 3. Encontrar emprego      | <input type="checkbox"/> | 8. Encontrar uma escola para mim       | <input type="checkbox"/> |
| 4. Criar laços de amizade | <input type="checkbox"/> | 9. Financeiros                         | <input type="checkbox"/> |
| 5. Processo legalização   | <input type="checkbox"/> | 10. Outros. Quais?                     | <input type="checkbox"/> |
- \_\_\_\_\_

**H.6. Na altura recorreu à ajuda de alguém ou de alguma instituição ou associação?**

0. Não
1. Sim  Qual? \_\_\_\_\_

**H.7. De quem e que utilidade teve essa ajuda?**

Quem o ajudou?	Que utilidade teve essa ajuda?				
	1	2	3	4	5
	Inútil	Pouco Útil	Útil	Muito útil	De uma utilidade decisiva
1. Aprender a língua					
2. Encontrar habitação					
3. Encontrar emprego					
4. Criar laços de amizade					
5. Processo legalização					
6. Ter acesso aos serviços de saúde					
7. Encontrar uma escola para os filhos					
8. Encontrar uma escola para mim					
9. Financeiros					
10. Outros. Quais?					

**H.7. Conhece alguma das instituições seguintes e utilizou os seus serviços?**

	Conhece		Utilizou?		Que utilidade teve?				
	1. Sim	0. Não	1. Sim	0. Não	1	2	3	4	5
					Inútil	Pouco Útil	Útil	Muito Útil	Decisivo
H.7.i. Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)									
H.7.ii. Conselho de Português para os Refugiados (CPR)									
H.7.iii. Serviço Jesuíta aos Refugiados (SJR)									
H.7.iv. Organização Internacional para as Migrações (OIM)									
H.7.v. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)									
H.7.vi. Centros de Apoio ao Imigrantes (CNAI)									
H.7.vii. Centro Local de Apoio aos Imigrantes (CLAI)									
H.7.viii. Gabinete de Apoio Jurídico a Imigrantes (GAJI / ACIME)									
H.7.ix. Comissão Nacional para a Legalização dos Imigrantes									
H.7.x. Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF / ACIME)									
H.7.xi. SOS Imigrante (ACIME)									

**H.8. Como avalia o afeto dos portugueses relativamente aos estrangeiros?**

- |                          |                          |                          |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Muito mau             | 2. Mau                   | 3. Razoável              | 4. Bom                   | 5. Muito bom             |
| <input type="checkbox"/> |

**H.9. Comente a sua escolha?**

---

**H.10. Como avalia o seu afeto relativamente aos Portugueses?**

- |                          |                          |                          |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Muito mau             | 2. Mau                   | 3. Razoável              | 4. Bom                   | 5. Muito bom             |
| <input type="checkbox"/> |

**H.11. Comente a sua escolha?**

---

## I. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

A terminar o questionário pedímos-lhe que pensasse na totalidade da sua experiência em Portugal até agora e avaliasse globalmente a sua qualidade de vida atual comparando-a com a sua situação no seu país de origem.

**I.1.** Atualmente, acha que está melhor, igual ou pior do que estava antes de vir para Portugal relativamente à:

1. Situação financeira.

- |                          |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Pior                  | 2. Igual                 | 3. Melhor                |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Porquê?

---

2. Qualidade de vida.

- |                          |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Pior                  | 2. Igual                 | 3. Melhor                |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Porquê?

---

## INVENTÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA

ABAIXO VAI ENCONTRAR UM CONJUNTO DE QUESTÕES ACERCA DO MODO COMO SE SENTE NO DIA A DIA. RESPONDA A CADA UMA DELAS ASSINALANDO NUM DOS QUADRADOS POR BAIXO A RESPOSTA QUE MELHOR SE APLICA A SI.

1. DURANTE QUANTO TEMPO SE SENTIU SÓ NO PASSADO MÊS?

- Sempre
- Quase sempre
- A maior parte do tempo
- Durante algum tempo
- Quase nunca
- Nunca

2. COM QUE FREQUÊNCIA SE SENTIU NERVOSO OU APREENSIVO PERANTE COISAS QUE ACONTECERAM, OU PERANTE SITUAÇÕES INESPERADAS, NO ÚLTIMO MÊS?

- Sempre
- Com muita frequência
- Frequentemente
- Com pouca frequência
- Quase nunca
- Nunca

3. DURANTE O MÊS PASSADO COM QUE FREQUÊNCIA SENTIU QUE TINHA UM FUTURO PROMISSOR E CHEIO DE ESPERANÇA?

- Sempre
- Com muita frequência
- Frequentemente
- Com pouca frequência
- Quase nunca
- Nunca

4. COM QUE FREQUÊNCIA, DURANTE O ÚLTIMO MÊS, SENTIU QUE A SUA VIDA NO DIA A DIA ESTAVA CHEIA DE COISAS INTERESSANTES?

- Sempre
- Com muita frequência
- Frequentemente
- Com pouca frequência
- Quase nunca
- Nunca

5. COM QUE FREQUÊNCIA, DURANTE O ÚLTIMO MÊS, SE SENTIU RELAXADO E SEM TENSÃO?

- Sempre
- Com muita frequência
- Frequentemente
- Com pouca frequência
- Quase nunca
- Nunca

6. DURANTE O ÚLTIMO MÊS, COM QUE FREQUÊNCIA SENTIU PRAZER NAS COISAS QUE FAZIA?

- Sempre
- Com muita frequência
- Frequentemente
- Com pouca frequência
- Quase nunca
- Nunca

7. DURANTE O ÚLTIMO MÊS, QUANTAS VEZES SE SENTIU AMADO E QUERIDO?

- Sempre
- Quase sempre
- A maior parte das vezes
- Algumas vezes
- Muito poucas vezes
- Nunca

8. DURANTE O ÚLTIMO MÊS, COM QUE FREQUÊNCIA SENTIU QUE NÃO TINHA FUTURO, QUE NÃO TINHA PARA ONDE ORIENTAR A SUA VIDA?

- Sempre
- Com muita frequência
- Frequentemente
- Com pouca frequência
- Quase nunca
- Nunca

9. DURANTE QUANTO TEMPO, NO MÊS QUE PASSOU, SE SENTIU CALMO E EM PAZ?

- Sempre
- Quase sempre
- A maior parte do tempo
- Durante algum tempo
- Quase nunca
- Nunca

10. DURANTE QUANTO TEMPO, NO MÊS QUE PASSOU, SE SENTIU TRISTE E EM BAIXO?

- Sempre
- Quase sempre
- A maior parte do tempo
- Durante algum tempo
- Quase nunca
- Nunca

11. COM QUE FREQUÊNCIA, DURANTE O ÚLTIMO MÊS, SENTIU QUE TUDO ACONTECIA AO CONTRÁRIO DO QUE DESEJAVA?

- Sempre
- Com muita frequência
- Frequentemente
- Com pouca frequência
- Quase nunca
- Nunca

12. DURANTE O ÚLTIMO MÊS, QUÃO INCOMODADO É QUE VOC SE SENTIU DEVIDO AO NERVOSE?

- Extremamente, ao ponto de não poder fazer as coisas que devia
- Muito incomodado
- Um pouco incomodado pelos meus nervos
- Algo incomodado, o suficiente para que desse por isso
- Apenas de forma muito ligeira
- Nada incomodado

13. NO MÊS QUE PASSOU, DURANTE QUANTO TEMPO SENTIU QUE A SUA VIDA ERA UMA AVENTURA MARAVILHOSA?

- Sempre
- Quase sempre
- A maior parte do tempo
- Durante algum tempo
- Quase nunca
- Nunca

14. DURANTE QUANTO TEMPO, DURANTE O MÊS QUE PASSOU, SE SENTIU TRISTE E EM BAIXO, DE TAL MODO QUE NADA O CONSEGUIA ANIMAR?

- Sempre
- Com muita frequência
- Frequentemente
- Com pouca frequência
- Quase nunca
- Nunca

15. DURANTE O ÚLTIMO MÊS, ALGUMA VEZ PENSOU EM ACABAR COM A VIDA?

- Sim, muitas vezes
- Sim, algumas vezes
- Sim, umas poucas de vezes
- Sim, uma vez
- Não, nunca

16. NO ÚLTIMO MÊS, DURANTE QUANTO TEMPO SE SENTIU, CANSADO INQUIETO E IMPACIENTE?

- Sempre
- Quase sempre
- A maior parte do tempo
- Durante algum tempo
- Quase nunca
- Nunca

17. NO ÚLTIMO MÊS, DURANTE QUANTO TEMPO SE SENTIU RABUGENTO OU DE MAU HUMOR?

- Sempre
- Quase sempre
- A maior parte do tempo
- Durante algum tempo
- Quase nunca
- Nunca

18. DURANTE QUANTO TEMPO, NO ÚLTIMO MÊS, SE SENTIU ALEGRE, ANIMADO E BEM DISPOSTO?

- Sempre
- Quase sempre
- A maior parte do tempo
- Durante algum tempo
- Quase nunca
- Nunca

19. DURANTE O ÚLTIMO MÊS, COM QUE FREQUÊNCIA SE SENTIU CONFUSO OU PERTURBADO?

- Sempre
- Com muita frequência
- Frequentemente
- Com pouca frequência
- Quase nunca
- Nunca

20. DURANTE O ÚLTIMO MÊS SENTIU-SE ANSIOSO OU PREOCUPADO?

- Sim, extremamente, ao pouco de ficar doente ou quase
- Sim, muito
- Sim, um pouco
- Sim, o suficiente para me incomodar
- Sim, de forma muito ligeira
- Não. De maneira nenhuma

21. NO ÚLTIMO MÊS DURANTE QUANTO TEMPO SE SENTIU UMA PESSOA FELIZ?

- Sempre
- Quase sempre
- A maior parte do tempo
- Durante algum tempo
- Quase nunca
- Nunca

## I. QUESTÕES DE INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL

I. 1. Sente-se Integrado Profissionalmente em Portugal?

1. Nada      2. Muito pouco      3. Pouco      4. Razoavelmente      5. Muito      6. Completamente

- 
- 
- 
- 
- 
- 

I. 2. Que fatores limitam a sua integração profissional?

- 1. Não reconhecem as minhas qualificações
- 2. Não trabalho na minha profissão
- 3. Não aplico os meus conhecimentos técnicos

4. Sinto -me Economicamente discriminado

5. Outra  O Que? \_\_\_\_\_

**I.3.** Sente que os postos de trabalho aptos à sua formação já estão preenchidos pelos Portugueses?

0. Não

1. Sim

**I.4.** Sente que ganha mais dinheiro em postos de trabalho que não se adaptam a sua formação?

0. Não

1. Sim

**I.5.** Sente que a formação adquirida no seu país de origem lhe facilita o acesso a melhores postos de trabalho relativamente a outros migrantes com pior formação?

0. Não

1. Sim

**I.6.** Sente que uma formação ou educação adquirida em Portugal lhe facilita o acesso a melhores postos de trabalho?

0. Não

1. Sim

## **L. OUTRAS QUESTÕES**

**L.1.** Tem algum curso (não de formação profissional) a fazer ou feito em Portugal?

0. Não	<input type="checkbox"/>	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Curso Técnico Profissional	Bacharelato	Licenciatura	Doutorado
1. Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				

**L.2.** Residiu ao chegar a Portugal com familiares?

0. Não

1. Sim

**L.3.** Quais são os motivos que limitam a sua participação em cursos de Formação profissional?

- |  |                          |                                    |                          |
|--|--------------------------|------------------------------------|--------------------------|
| 1. Falta de Tempo                              | <input type="checkbox"/> | 4. Dificuldade de transporte       | <input type="checkbox"/> |
| 2. Falta de Informação                         | <input type="checkbox"/> | 5. Falta de conhecimento da Lingua | <input type="checkbox"/> |
| 3. Não reconhecem a minha qualificação de base | <input type="checkbox"/> | 6. Outra.                          | <input type="checkbox"/> |
- O Que? \_\_\_\_\_

**L.4.** Trabalha como empregado em negócios de conterrâneos?

0. Não

1. Sim

**L.5.** Em caso de ter encontrado o atual emprego com a ajuda de familiar, vizinho ou amigo indique se ele é?

- |                             |                          |
|-----------------------------|--------------------------|
| 1. Conterrâneo              | <input type="checkbox"/> |
| 2. Migrante de outra Origem | <input type="checkbox"/> |
| 3. Português                | <input type="checkbox"/> |

**L.6.** Ao tempo da sua chegada a Portugal detinha: (Assinale várias respostas se for necessário).

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| 1. Bens no seu país (poupanças, bens moveis ou imóveis)                                      | <input type="checkbox"/> |
| 2. Dinheiro líquido que se podia transferir ao Portugal                                      | <input type="checkbox"/> |
| 3. Tinha familiares em Portugal dos quais obter empréstimos ou fazer investimentos conjuntos | <input type="checkbox"/> |

**L.7.** Relate a sua evolução nas profissões detidas em Portugal cronologicamente desde a sua chegada.

	Profissão	Salário	Meses de desempenho
1º Profissão	_____	_____	_____
2º Profissão	_____	_____	_____
3º Profissão	_____	_____	_____
4º Profissão	_____	_____	_____
5º Profissão	_____	_____	_____

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Abad**, Rocío (2003), "Un Estado de la Cuestión de las Teorías de las Migraciones", in: Historia Contemporánea 26, Universidad del País Vasco-Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 329-351.
- **ACNUR** (2000), A Situação dos Refugiados.
- **Agier**, Michel (2006), "Refugiados diante da ordem mundial", Revista Tempo Social, Universidade de São Paulo, volume 18, n.º 2.
- **Aguilera**, Michael; **Massey**, Douglas (2003), "Social capital and the wages of mexican migrants: new hypotheses and tests", Social Forces, volume 2, n.º 82.
- **Anderson**, Bridget (2007), "Battles in Time: the Relation between Global and Labour Mobilities, Working Paper, Oxford, n.º 55.
- **Andreasen**, Alan (1966), "Geographic Mobility and Market Segmentation", Journal of Marketing Research, volume 3, n.º 4, pp. 341-348.
- **Apap**, Joanna (2002), "Extending citizenship rights to third country nationals. The correlation between migration and integration: a sample from south Europe", in: Fonseca, Maria Lucinda et al (eds) Immigration and place in Mediterranean Metropolises, Lisbon, FLAD, pp. 33-52.
- **Arango**, Joaquín (1998), "Immigrants in Europe: Between integration and exclusion", in: Metropolis International Workshop, Lisbon, FLAD, pp. 231-256.
- **Arango**, Joaquín (2003), "La Explicación Teórica de las Migraciones: Luz y Sombra", Migración Y Desarrollo, n.º 1.
- **Arnaud**, Lucille (2006), "Post-migration geographical mobility, mental health and health service utilisation among Somali refugees in: The UK: a qualitative study", London, University of London, pp 503-515.
- **Ascher**, François (1998), Metropolis, Oeiras, Celta Editora.
- **Baala**, Latifa Ait (1994), "Femmes migrantes, femmes actives", Bruxelas, Ursula Retzlaff o`Carroll, n.º 8/9, pp. 21-24.

- **Baganha**, Maria Ioannis (1993), “Interesses colectivos versus interesses individuais: a política americana de imigração, 1776-1927”, in: Emigração Imigração em Portugal, Actas do Colóquio sobre Emigração e Imigração em Portugal nos séculos XIX-XX, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 28-46.
- **Baganha**, Maria Ioannis (1997), “Labour Market and Migration: Economic Opportunities for Immigrants in Portugal”, Coimbra, Faculdade de Economia.
- **Baganha**, Maria Ioannis et al (1998), “Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal, Lisboa, Geoideia, Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- **Baganha**, Maria Ioannis; **Ferrão**, João; **Malheiros**, Jorge (1998), “Immigrants and the labour market: The portuguese case”, in: Metropolis International Workshop, Lisbon, FLAD, pp. 89-120.
- **Baganha**, Maria Ioannis; **Góis**, Pedro (1999), “Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos”, Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, nº 52/53, pp. 229-271.
- **Baganha**, Maria Ioannis; **Marques**, José Carlos; **Fonseca**, Graça (2000), “Is an Ethclass Emerging in Europe? - The portuguese case”, Lisbon, Luso-American Foundation.
- **Baganha**, Maria Ioannis et al (2004), “Nova migração, novos desafios: a imigração do Leste europeu”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- **Baganha**, Maria Ioannis (2007), “Dinâmicas Migratória em Portugal”, Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações, Coimbra.
- **Baganha, Maria Ioannis** et al (2010), Imigração ucraniana em Portugal e no Sul da Europa. A emergência de uma ou várias comunidades, Lisboa, ACIDI.
- **Bayram**, Nuran et al (2007), “Quality of Life among Turkish Immigrants in Sweden”, Quality of Life Research, volume 16, n.º 8, pp. 1319-1333.
- **Becker**, Gary S. (1962), “Investment in Human Capital: a Theoretical Analysis”, Journal of Political Economy, volume 70, n.º 5, pp. 9-49.

- **Bóguis**, Lúcia (2007) “Esperança Além-Mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro” in Malheiros, Jorge org., Lisboa, ACIDI.
- **Borjas**, George (2006), “Making It in America: Social Mobility in the Immigrant Population”, volume 16, n.º 2.
- **Boyd**, Monica (1989), “Family and Personal Networks in International Migration: recent Developments and New Agendas”, International Migration Review, volume 23, n.º 3, pp 638-670.
- **Boyle**, Paul et al (1998), Exploring Contemporary Migration, London, Pearson Prentice Hall.
- **Brito**, Brígida (2001), “A situação profissional das mulheres imigrantes”, Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.188-189.
- **Cabral**, Alcinda (2006) Brasileiros em Portugal: estratégias no reforço de laços seculares, Porto, Centro de Estudos de antropologia Aplicada da Universidade Fernando Pessoa.
- **Cardoso**, Maria José (2008), “Os trabalhadores imigrantes e os riscos associados ao trabalho”, Revista das Migrações, Lisboa, ACIDI, n.º 2, pp. 203-205.
- **Carleial**, Adelita (2004), Redes Sociais entre Imigrantes, Brasil.
- **Carneiro**, Roberto et al (2007) “O futuro da imigração brasileira para Portugal: olhares, perspectivas e interrogações” in Malheiros, Jorge org., Lisboa, ACIDI.
- **Carrilho**, Maria José; **Patrício**, Lurdes (2010), “A situação demográfica recente em Portugal” in: Revista de Estudos Demográficos, Instituto Nacional de Estatística, n.º 46.
- **Carvalho**, Lourenço Xavier (2004), Impacto e Reflexos do Trabalho Imigrante nas Empresas Portuguesas - Uma visão Qualitativa, Lisboa, ACIME.
- **Casa do Brasil em Lisboa** (2007) “A 2.ª vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal” in Malheiros, Jorge org., Lisboa, ACIDI.

- **Casa-Nova**, Maria José (2005), “Imigrantes. Diversidade e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas” in: Ensaio: avaliação Políticas Públicas educativas, 13 (47), pp.181-216.
- **Castles**, S; **Miller**, M. (1998), The age of migration. International population movements in the modern world, London, 2<sup>ª</sup> edição, Macmillan Press Ltd.
- **Castles**, S; **Miller**, M. (2009), The age of migration. International population movements in the modern world, London, 4<sup>ª</sup> edição, The Guilford Press.
- **Castles**, Stephen (2005), Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios. Dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais, Edições Fim do Século.
- **Chiswick**, Barry (1978), “The Effects of Americanization on the Earnings of Foreign-born Men”, Journal Political Economy, volume 86, pp 897-921.
- **Chiswick**, Barry; **Miller**, Paul (2003), “The complementarity of language and other human capital: immigrant earnings in Canada”, Economics of Education Review, University of Illinois at Chicago, pp 469-480.
- **Chiswick**, Barry; **Lee**, Yew; **Miler**, Paul (2002), “A Longitudinal Analysis of Immigrant Occupational Mobility: A Test of the Immigrant Assimilation Hypothesis”, International Migration Review, Center for Migration Studies of New York, volume 39, n.<sup>o</sup> 2.
- **Chiswick**, Barry; **Miller**, Paul (2011), “Negative and Positive Assimilation, Skill Transferability, and Linguistic Distance”, Discussion Paper, George Washington University, n.<sup>o</sup> 5420.
- **Chou**, Kee-Lee; **Chow**, Nelson (2009), “The roles of human capital and social capital in the economic integration of new arrivals from Mainland China to Hong Kong”, Department of Social Work & Social Administration, The University of Hong Kong, Hong Kong, pp. 340-346.
- **Có**, João (2004), “As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense”, Socius Working Papers, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

- **Có**, João (2007) “Os limites da racionalidade migratória guineense: redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas”, *Socius Working Papers*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- **Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais** (2005), *As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- **Comissão das Comunidades Europeias** (2000), *Política da Comunidade em matéria de imigração*, Bruxelas.
- **Costa**, Eduarda Marques (2002), “Relações entre urbano e rural no quadro das novas mobilidades - O caso da Beira Interior”, in: Cavaco, Carminda (coord.) *Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país periférico*, EPRU, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp.158-176.
- **Coutinho** et al (2010), *Género e qualidade de vida no contexto da imigração internacional, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*.
- **Cranford**, Cynthia; **Vosko**, Leah; **Zukewich**, Nancy (2003), “*Precarious Employment in the Canadian Labour Market: A statistical portrait*”, Canadá, volume 3.
- **Cristóvão**, A. et al (2002), “Novas agriculturas em Portugal - O longo caminho para o desenvolvimento da produção biológica”, in: Cavaco, Carminda (coord.) *Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país periférico*, EPRU, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 138-157.
- **Csedo**, Krisztina (2008), “*Negotiating Skills in the Global City: Hungarian and Romanian Professionals and Graduates in London*”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, volume 34, n.º 5, pp. 803-823.
- **D`Almeida**, André Corrêa (2004), *Impacto da imigração em Portugal nas contas do Estado*, Lisboa, ACIME.
- **DEMIFER** (2010), *Demographic and Migratory Flows affecting European Regions and Cities*, European Union, ESPON.
- **Demography Report** (2010), European Commission, Eurostat.

- **DGEFP** (2006), A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal, Colecção Cogitum, n.º 20.
- **Emigração, Imigração em Portugal** (1993), Actas do colóquio internacional sobre emigração e imigração em Portugal, Lisboa, Fragmentos.
- **Entzinger**, Han (2001), “Novas tendências migratórias à escala mundial”, Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.118-119.
- **Esteves**, Alina; **Fonseca**, M. Lucinda; **Malheiros**, Jorge (2003), “Portugal”, in: Niessen, J., Salúbel, Y (eds) UE and US approaches to the management of immigration, Migration Policy Group, Bruxelas, pp. 433-457.
- **Esteves**, Maria do Céu (1991), Portugal, país de imigração, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- **Eurobarometer** (2006), “Europeans an mobility: first results of an UE-wide survey”, Eurobarometer survey on geographic and labour market, European Commission.
- **Eurobarometer** (2011), Migrant integration, Qualitive Eurobarometer, European Commission.
- **Eurostat Statistics in Focus** (2010), “Population and Social Conditions”, European Commission, n.º 45.
- **Eures & You** (2007), DG Emprego, Comissão Europeia, Bruxelas, nº 1.
- **Eures & You** (2007), DG Emprego, Comissão Europeia, Bruxelas, nº 2.
- **Eures & You** (2007), DG Emprego, Comissão Europeia, Bruxelas, nº 3.
- **Eures & You** (2007), DG Emprego, Comissão Europeia, Bruxelas, nº 4.
- **Eures & You** (2007), DG Emprego, Comissão Europeia, Bruxelas, nº 5.
- **Eures & You** (2007), DG Emprego, Comissão Europeia, Bruxelas, nº 6.

- **Eures & You** (2008), DG Emprego, Comissão Europeia, Bruxelas, nº 1.
- **Eures & You** (2008), DG Emprego, Comissão Europeia, Bruxelas, nº 2.
- **Falcão**, Luísa (2002), A Imigração em Portugal, Delta Consultores: Programa Sócrates, Lisboa.
- **Faustino**, Horácio; **Peixoto**, João; **Baptista**, Patrícia (2009), As Características da Imigração em Portugal e os seus Efeitos no Comércio Bilateral, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI.
- **Fernandes**, J. L; **Tomás**, P. C; **Cravidão**, F. D (2002), “Portugal e os portugueses na demografia europeia em finais de milénio - uma perspectiva territorial”, in: Cavaco, Carminda (coord.) Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país periférico, EPRU, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 78-102.
- **Ferreira**, Eduardo de Sousa; **Rato**, Helena (2000), Economia e Imigrantes, Oeiras, Celta Editora.
- **Ferreira**, Eduardo de Sousa, **Rato**, Helena; **Mortágua**, Maria João (2005), Novos Caminhos da Europa: a Imigração de Leste, Oeiras, Celta Editora.
- **Figueiredo**, Joana (2005), Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento. Realidades compatíveis no contexto europeu?, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI.
- **Fischer**, Peter A; **Martin**, Reiner; **Straubhaar**, Tomas (1997), “Should I stay or should I go”, in: Hammar, Tomas et al (eds) International Migration, Immobility and Development, Oxford, pp. 49-91.
- **Fonseca**, Maria Lucinda; **Cavaco**, Carminda (1997), “Portugal in the 1980s and 1990s economic restructuring and population mobility, in: Blotevogel, Hans; Fielding, Anthony (eds), People, Jobs and Mobility in the New Europe, England, Sussex, pp. 123-137.
- **Fonseca**, Maria Lucinda (2001), “The Geography of recent immigration to Portugal”, in: King, Russell et al (eds), Geography, Environment and Development in the Mediterranean, Brighton, Sussex Academic Press, pp. 137-155.

- **Fonseca**, Maria Lucinda (2002), “Portugal no sistema das migrações internacionais na Europa: tendências recentes e perspectivas futuras”, in: Cavaco, Carminda (coord) Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país periférico, EPRU, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 352-373.
- **Fonseca**, Maria Lucinda; **Caldeira**, Maria José; **Esteves**, Alina (2002), “New forms of migration into the European South: challenges for citizenship and governance – the Portuguese case”, International Journal of Population Geography, pp. 135-152.
- **Fonseca**, Maria Lucinda et al (2002), Immigrants in Lisbon- Routes of integration, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano n.º 56.
- **Fonseca**, Maria Lucinda; **Malheiros**, Jorge (2003), “Nouvelle immigration, marché du travail et compétitivité des régions portugaises”, Geographie Economie, Société, n.º 5, pp.161-181.
- **Fonseca**, Maria Lucinda (2003), “Representações da população portuguesa e dos imigrantes estabelecidos em Portugal”, in: Lages, Mário; Policarpo, Verónica (eds) Atitudes e valores perante a imigração, Lisboa, Observatório da Imigração, ACIME, pp. 44-56.
- **Fonseca**, Maria Lucinda; **Alegria**, João; **Nunes**, Alexandra (2004), “Immigration to medium size cities and rural areas: the case of Eastern Europeans in the Évora region”, in Maria Ioannis Baganha e Maria Lucinda Fonseca, New Waves:Migration from Eastern to Southern Europe, Lisboa, Fundação Luso-Americanana para o Desenvolvimento, pp. 91-118.
- **Fonseca**, Maria Lucinda (2005), Migrações e Território, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- **Fonseca**, Maria Lucinda et al (2005), Reunificação Familiar e Imigração em Portugal, Lisboa, ACIME.
- **Freitas**, Cláudia (2006), Em busca de um bom médico. Quando a saúde não tem fronteiras. Percepção dos Cabo-verdianos sobre profissionais de saúde na Holanda, Lisboa, ACIME.
- **Friedberg**, Rachel (2000), “You Can't Take It with You? Immigrant Assimilation and the Portability of Human Capital”, Journal of Labor Economics, University of Chicago, volume 18, n.º 2, pp. 221-251.

- **Fung**, W et al (2006), “Ethnicity and mental health: the example of schizophrenia in migrant populations across Europe”, *Psychiatry*, volume 5, pp 396-401.
- **Garcia**, José Luís (2000), *Portugal Migrante*, Oeiras, Celta Editora.
- **Gaspar**, Jorge (2002), “Tendências de ocupação do território”, in: Cavaco, Carminda (coord) *Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país periférico*, EPRU, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 63-77.
- **Geiger**, Pedro (2000), “Migrações Internacionais e Transnacionalismos na Actualidade”, Rio de Janeiro, UFRJ, volume 17, n.º 1/2.
- **Góis**, Pedro; **Marques**, José (2007), *Estudo prospectivo sobre os imigrantes qualificados em Portugal*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI.
- **Góis**, Pedro (2008), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI.
- **Granovetter**, Mark (1973), “The strength of weak ties”, *American Journal of Sociology*, pp. 1361-1380.
- **Grecic**, Vladimir (1993), “Mass migration from Eastern Europe: a challenge to the West”, in: King, Russel (eds), *The new geography European migrations*, London, Belhaven Press, pp. 135-151.
- **Green**, Nancy (2002), *Repenser les migrations*, Paris, Presses Universitaires de France.
- **Haas**, Hein (2008), *Migration and development: A theoretical perspective*, International Migration Institute, University of Oxford.
- **Haasen** et al (2008), “Acculturation and mental distress among Russian and Iranian migrants in Germany”, *European Psychiatry*, volume 23, pp 10-13.
- **Hammar**, Tomas; **Tamas**, Kristof (1997), “Why do people go or stay?”, in: Hammar, Tomas et al (eds) *International Migration, Immobility and Development*, Oxford, pp. 1-20.

- **Haug**, Sonja (2008), “Migration Networks and Migration Decision-Making”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, volume 34, pp. 585-605.
- **Heisler**, Martin O. (1998). “Portugal and migration in global and European perspectives”, in: *Metropolis International Workshop*, Lisbon, FLAD, pp. 257-272.
- **Hellerman**, Christiane (2005), “Migração de Leste: mulheres sozinhas in: SOS Mulheres em Portugal, Lisboa, SOS Racismo, pp. 223-234.
- **Hespanha**, Pedro et al (2002), *Imigrantes de Leste*, *Horizontes Sociais*, Observatório Permanente de Desenvolvimento Social, 2.<sup>a</sup> edição.
- **Hudson**, kenneth (2007), “The new labor market segmentation: Labor market dualism in the new economy”, volume 36, pp 286-312.
- **INE** (2011), *Censos 2011: resultados preliminares*, Destaque.
- **IOM** (2000), *Etat de la migration dans le monde en 2000*, United Nations.
- **IOM** (2001), *Tráfico de migrantes*, Boletim trimestral, n.<sup>o</sup> 23 de Abril.
- **IEFP** (2001), “Necessidades de mão-de-obra em Portugal”, in: *Diário da República*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, n.<sup>o</sup> 278.
- **Jackson**, John A. (1991), *Migrações*, Lisboa, Escher.
- **Lacroix**, Thomas (2008), *Migration and Development, Governance and Social Development*, Resource Centre.
- **Lages**, Mário; **Policarpo**, Verónica (2003), *Atitudes e valores perante a Imigração*, Lisboa, Observatório da Imigração, ACIME.
- **Lages**, Mário et al (2006), *Os Imigrantes e a População Portuguesa. Imagens recíprocas - Análise de duas sondagens*, Lisboa, ACIME.
- **Leal**, Carla (2008), *Reavaliar o conceito de qualidade de vida*, Universidade dos Açores.

- **Lee**, Everett (1966), “A Theory of Migration, demography, volume 3, n.º 1, pp 47-57.
- **Leitão**, José (1998), “Nota introdutória” in: Metropolis International Workshop, Lisbon, FLAD, pp. 11-13.
- **Lemaitre**, Georges (2010), The economic crisis had its greatest effect on free-movement migration, OECD International Migration Expert.
- **Loire**, Hebdoma (1997), “Les immigrés et le marché du travail”, Problèmes Économiques, n.º 2544, pp. 21-26.
- **Lopes**, António Figueiredo (1990), “As repercuções das mudanças do Leste europeu no processo de integração de Portugal nas comunidades europeias”, in: A Europa de Leste e a Atlanticidade Portuguesa, Ponta Delgada, CERIE, pp. 119-130.
- **Lourenço**, Eduardo (2001), “A Europa à procura de si mesma”, Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.71-77.
- **Li et al** (2008), “The mental health status of Chinese rural-urban migrant workers”, Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, volume 42, pp 716-722.
- **Mabogunje**, Akin (1970), Systems approach to a theory of Rural-Urban Migration, Geographical Analysis.
- **Machado**, Fernando Luís (1993), “Etnicidade em Portugal: o grau zero de politização”, in: Emigração Imigração em Portugal, Actas do Colóquio sobre Emigração e Imigração em Portugal nos séculos XIX-XX, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 407-414.
- **Machado**, Fernando Luís (1998), Da Guiné-Bissau a Portugal: luso-guineenses e imigrantes, revista de sociologia Problemas e Práticas, n.º 26, pp 9-56.
- **Machado**, Fernando Luís (2002), Contrastes e Continuidades - Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses, Oeiras, Celta Editora.

- **Machado, Fernando; Abrantes, Maria** (2004), Dois caminhos de integração social: uma análise extensiva e comparativa das trajectórias socioprofissionais, de cabo-verdianos e indianos hindus em Portugal, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- **Machado, Igor** (2007) “Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal” in **Malheiros, Jorge** (org.), Lisboa, ACIDI.
- **Malheiros, Jorge** (1996), Imigrantes na Região de Lisboa - Os anos da mudança, Lisboa, Edições Colibri.
- **Malheiros, Jorge** (2000), “Segregação socioétnica na região Metropolitana de Lisboa”, in: Sociedade e Território - Marginalidades e Exclusão, pp. 27-36.
- **Malheiros, Jorge; Baganha, Maria Ioannis** (2001), “Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do século XXI”, in: Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.190-191.
- **Malheiros, Jorge** (2003), “Velhas e novas geografias da imigração em Portugal”, in: Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa.
- **Malheiros, Jorge** (2007), Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos, Lisboa, ACIDI.
- **Malmberg, Gunnar** (1997), “Time and space in international migration”, in: Hammar, Tomas et al (eds) International Migration, Immobility and Development, Oxford, pp. 21-48.
- **Malynovska, O.** (2004). "International labour migration from the Ukraine: the last ten years." New waves: Migration from Eastern to Southern Europe, Lisbon: Luso-American foundation, pp. 11-22.
- **Mapril, José; Araújo, Fernanda** (2002), “Between two worlds: Chinese and cape verdean voluntary sectors in a changing context”, in: Fonseca, Maria Lucinda et al (eds) Immigration and place in Mediterranean Metropolises, Lisbon, FLAD, pp. 197-228.
- **Marinucci, Roberto** (2007), “Feminização das Migrações”, Brasília, REMHU, volume 15, n.º 29.
- **Marques, Teresa Sá** (2004), Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais, Edições Afrontamento.

- **Massey**, Douglas et al (1998), *Worlds in motion: Understanding international migration at the end of the millennium*, Oxford, Clarendon Press.
- **Mosneaga**, Valeriu (2007), *The Labor Migration of Moldovan Population: trends and effects*, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- **Massey**, Douglas (1990), “Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration”, volume 56, n.º 1, pp. 3-26.
- **Massey**, Douglas et al (1993), “Theories of international migration: a review and appraisal”, *Population and Development Review*, volume 19, n.º 3, pp. 431-466.
- **Matias**, Augusto José (1996), “O acordo de Schengen: A Torre da fortaleza”, CIDAC, Lisboa, *Educação para o Desenvolvimento*, n.º 12, pp. 1-4.
- **Meleiro**, Maria Bernardete (2004), *Imigrantes, uma Nova Face da Sociedade Portuguesa: um Estudo de Caso no Concelho de Barcelos*, Braga, Universidade do Minho.
- **Mendes**, João Maria (2001), “A Europa e os migrantes na viragem do século”, *Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores*, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.120-121.
- **Merbach**, M et al (2008), “Anxiety and depression by Polish and Vietnamese migrants in Leipzig depending on their adaptation process”, *Psychotherapie Psychosomatik Medizinische Psychologie*, volume 58, pp 146-154.
- **Mincer**, Jacob (1978), “Family Migration Decisions”, *Journal of Political Economy*, volume 86, n.º 5, pp 749-773.
- **Minns**, Chris (2000), *Income, Cohort Effects, and Occupational Mobility: A New Look at Immigration to the United States at the Turn of the 20th Century*, McGill University.
- **Mitra**, Arup (2008), “Social capital, livelihood and upward mobility”, *Institute of Economic Growth*, Índia, Delhi University Enclave, pp 261-269.

- **Montanari**, Armando; **Cortese**, Antonio (1993), “South to North migration in a Mediterranean perspective”, in: King, Russel (eds) Mass migrations in Europe, London, Belhaven Press, pp. 212-233.
- **Mosneaga**, Valeriu (2007) The Labor Migration of Moldovan Population: trends and effects, Lisboa, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- **Mora**, Luis (2007) “Globalización, migración internacional y división sexual del trabajo. Una mirada desde el género y los derechos reproductivos”, Notas de Población, Cepal, n.º 85, pp. 115-144.
- **Nee**, Victor, **Sanders**, Jimy (2001), “Understanding the diversity of immigrant incorporation: a forms-of-capital model”, Ethnic and Racial Studies, pp 386-411.
- **Neto**, Helion (2006), A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira, Estudos Avançados 20 (57).
- **Neto**, Helion (2010), Barreiras Físicas à Circulação como Dispositivo de Política Migratória: notas para uma tipologia, Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios.
- **Neves**, Miguel; **Rocha-Trindade**, Maria Beatriz (2008), “As diásporas e a globalização - a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global”, Lisboa, Revista Migrações, ACIDI, n.º 3, pp. 165-189.
- **Oberhauser**, Ann (1991), “The International Mobility of Labor: North African Migrant Workers in France in The Professional Geographer”, Virginia, pp. 431-445.
- **Oliveira**, Catarina (2005), Empresários de origem imigrante. Estratégias de inserção económica em Portugal, Lisboa, ACIME.
- **Oliveira**, Catarina (2008), Mais Determinantes das estratégias empresariais de imigrantes em Portugal, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI.
- **Oliveira**, Luísa; **Egreja**, Catarina (2006), Imigrantes qualificados em Portugal: que inserção?, VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa.

- **Padilla**, Beatriz (2005), "Integration of Brazilian immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities", Lisboa, *Socius Working Papers*, n.º 1.
- **Padilla**, Beatriz (2007) "A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise" in Malheiros, Jorge (org.), Lisboa, ACIDI.
- **Padilla**, Beatriz (2007) "Acordos bilaterais e legalização: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal," in Malheiros, Jorge (org.), Lisboa, ACIDI.
- **Patação**, Helena (2001), "Impactes económicos da emigração portuguesa", in: *Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores*, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.160-161.
- **Patarra**, Neide (2005), "Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significado e políticas", São Paulo, São Paulo em Perspectiva, volume 19, n.º 3.
- **Peixoto**, João (2001), "A mobilidade dos cérebros", in: *Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores*, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.134-135.
- **Peixoto**, João (2004), *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, n.º 11.
- **Peixoto**, João (2008), Imigração e mercado de trabalho, *Revista das Migrações, Revista do Observatório da Imigração*, ACIDI I.P, n.º 2.
- **Peixoto**, João, **Figueiredo**, Alexandra (2007) "Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal" in Malheiros, Jorge (org), Lisboa, ACIDI.
- **Peixoto**, João; **Fonseca**, Lucinda (2008), "Migration, development and remittances in Europe: mixed impacts and the role of institutions", *SOCIUS, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações*, n.º 2.
- **Pereira**, Francisco (2007), "Associativismo Migrante das Associações de Imigrantes Angolanos, Guineenses e Europeus de Leste na Área Metropolitana de Lisboa", Universidade Aberta.
- **Pereira**, Sónia (2008), "Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica", Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI, pp 47-71.

- **Perista**, Heloísa; **Pimenta**, Manuel (1993), “Trajectórias profissionais e inserção laboral dos imigrantes residentes em bairros degradados de Lisboa”, in: Emigração Imigração em Portugal, Actas do Colóquio sobre Emigração e Imigração em Portugal nos séculos XIX-XX, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 434-444.
- **Perista**, Pedro (2004), “Imigrantes de Leste na Área Metropolitana de Lisboa: novos fluxos, novos perfis?”, Cidades, n.º 9, pp. 71-82.
- **Perista**, Pedro (2004), “Imigrantes de Leste em Portugal: da migração à inserção”, in Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- **Pinho**, Filipa (2007) “A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira” in Malheiros, Jorge (org), Lisboa, ACIDI.
- **Pinto**, António (2003), “Actas do I Congresso de Imigração em Portugal”, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI I.P, pp 47-71.
- **Piore**, Michael (1979), “United States Immigration Policy and Unsponsored Migrants”, Industrial and Labor Relations Review, volume 33, n.º 3, pp 312-314.
- **Pires**, Rui Pena (2002), “Mudanças na imigração: Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal”, 1998-2001”, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 39, pp. 151-189.
- **Ponchirolli**, Osmar (2002), “O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob a perspectiva da teoria do agir comunicativo”, Revista FAE, volume 5, n.º 1, pp 29-42.
- **Portela**, Cristina (2001), “Imigrantes da Europa de Leste”, in: Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.184-185.
- **Portes**, Alejandro (1999), Migrações Internacionais, Oeiras, Celta Editora.
- **Portes**, Alejandro (2000), “Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea”, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 33, pp 133-158.

- **Possidónio**, Dora (2006), Descendentes de angolanos e de luso-angolanos na Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI.
- **Pumares**, Pablo (2005), Las Migraciones Interiores de los Marroquies en Espanã, Universidad de Alméria, Redamed.
- **Pumares**, Pablo; **Cool**, Arlinda; **Hita**, Ángeles (2006), La Movilidad Laboral y Geográfica de la Población Extranjera en España, Observatorio Permanente de la Inmigración.
- **King**, Russel (1994), “Geografia social e económica das migrações de trabalho”, in: Pinder, David (eds) Europa Ocidental: desafios e mudanças, Oeiras, Celta Editora, pp. 211-230.
- **King**, Russel (1997), “Restructuring and socio-spatial mobility in Europe: the role of international migrants”, in: Blotevogel, Hans; Fielding, Anthony (eds), People, Jobs and Mobility in the New Europe, England, Sussex, pp. 91-119.
- **King**, Russel; **Black**, Richard (1997), ”The International migration turnaround in Southern Europe”, in: King, Russel; BlacK, Richard (eds) Southern Europe and the New Immigrations, Brighton, Sussex Academic Press, pp. 1-25.
- **Krupinski**, J.; **Docent** M. (1967), “Sociological aspects of mental ill-health in migrants”, Social Science & Medicine, volume 1, pp 267-281.
- **Ravenstein**, Ernest (1885), “The Laws of Migration”, Journal of the Statistical Society of London, volume 48, n.º 2, pp. 167-235.
- **Rebelo**, Margarida (2001), “Tendências migratórias nos países europeus da OCDE”, in: Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 122-123.
- **Relatório de Desenvolvimento Humano** (2009), Ultrapassar barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos, UNDP.
- **Ribas Mateos**, Natalia (2001), “Revising migratory contexts: the Mediterranean caravanserai”, in King, Russel (eds) The Mediterranean Passage, Liverpool University Press, Liverpool, pp. 22-40.

- **Ribas Mateos**, Natalia (2002), "Women of the South in Southern European cities: a globalized domesticity", in: Fonseca, Maria Lucinda et al (eds) *Immigration and place in Mediterranean metropolises*, Lisbon, FLAD, pp. 53-66.
- **Ribeiro**, Joana (2004), "Imigrantes qualificados no sector da saúde: Uma integração (in) completa?", *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, pp 64-70.
- **Rocha-Trindade**, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.
- **Rocha-Trindade**, Maria Beatriz (2001), " História da imigração em Portugal", in: *Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.170-175.
- **Rocha-Trindade**, Maria Beatriz; **Neves**, Miguel (2008), "As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global, *Revista Migrações empreendedorismo imigrante*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI.
- **Rodrigues**, Custódio et al (1989), *Afectividade*, Porto, Contraponto Edições.
- **Rosa**, Maria João Valente (2005), *(Des)encontro entre as Migrações Internacionais Laborais e as Qualificações Escolares: o Caso dos Europeus de Leste em Portugal*, Lisboa, Socinova.
- **Rossi**, Pedro (2007) "Remessas de imigrantes: estudo de caso de brasileiros em Portugal" in Malheiros, Jorge (org.), Lisboa, ACIDI.
- **Rossi**, Peter (1955), "Why Families Move", in P.F. Lazarsfeld e M. Rosenberg, *The Language of Social Research*, Glencoe, The Free Press, pp. 457-468.
- **Rugy**, Anne (2000), *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*, Oeiras, Celta Editora.
- **Sales**, Teresa (1999) *Brasileiros fora de casa*, Cortez.
- **Sandefur**, GD; **Scott**, WJ (1981), *A dynamic analysis of migration: an assessment of the effects of age, family, and career variables*, EBSCOHOST.

- **Sanromá**, Esteban et al (2008), Los salarios de los inmigrantes en el mercado de trabajo español. Importa el origen del capital humano?, Instituto de Economía Internacional, Universidad de Alicante.
- **Santos**, Mauro et al (2010), Migração: uma revisão sobre algumas teorias, Belo Horizonte, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- **Santos**, Norberto (2002), Território, do Global ao Local e Trajectórias e Desenvolvimento, Coimbra, Centro de Estudos Geográficos.
- **Santos**, Pedro Filipe (2004), Vento do Leste: a Nova Imigração em Portugal, Lisboa, Edeline.
- **Sasaki**, Elisa; **Assis**, Gláucia (2000), A Migração Internacional no Final do Século, Caxambu, IFCH-UNICAM.
- **Sassen**, Saskia (1998), “Immigration policy in a global economy”, Unesco Courier, volume 51.
- **Savage**, Mike (1988), “The missing link? The relationship between spatial mobility and social mobility”, British Journal of Sociology, volume 39, n.º 4, pp. 554-577.
- **Sayad**, Abdelmalek (1998), A imigração ou os paradoxos a alteridade, São Paulo.
- **Schaeffer**, Peter (1985), “Human Capital Accumulation and Job Mobility”, Journal of Regional Science, pp 103-114.
- **Silva**, Sandra, **Schiltz**, Aline (2007) “A relação entre os imigrantes brasileiros e os Portugueses – a construção de imagens recíprocas” in Malheiros, Jorge (org); Lisboa, ACIDI.
- **Sjaastad**, Larry (1962), “The Costs and Returns of Human Migration, Journal of Political Economy, volume 70, n.º 5, pp 80-93.
- **Strecht-Ribeiro**, Orlando (sd), Literacia Linguística: Aqui e Agora?, Escola Superior de Educação, CIED.
- **SOPEMI** (2010), International Migration Outlook.
- **SOPEMI** (2011), International Migration Outlook.

- **Tilly**, Charles (1990), “Transplanted networks” in Virginia McLaughlin Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics, New York, Oxford University Press, pp 79-95.
- **Tolentino**, André; **Rocha**, Carlos; **Tolentino**, Nancy (2008), Impactos das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, ACIDI.
- **Torres**, Sandra; **Guerra**, Marina (2003), “A construção de um instrumento de avaliação das emoções para a anorexia nervosa”, in: Psicologia, Saúde e Doenças, Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde, Lisboa, n.º 1, volume 4, pp.97-110.
- **Vale**, Mário (2002), “Polarização social nas áreas metropolitanas: evidências e perspectivas”, in: Cavaco, Carminda (coord) Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país periférico, EPRU, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 275-300.
- **Valle**, Luísa; **Farmhouse**, Rosário; **Marques**, Vera (2008), “Reconhecimento de habilitações académicas de médicos e de enfermeiros imigrantes”, Revista Migrações, Lisboa, ACIDI, n.º 2, pp. 171-176.
- **Varejão**, José; **Carneiro**, Anabela; **Teixeira**, Aurora (2002), A dinâmica do emprego na Região Norte, Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- **Varejão**, José et al (2008), A Base Económica do Porto e o Emprego, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- **Vermeulen**, Hans (2001), Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura, Lisboa, Colibri.
- **Vianna**, Carlos (2003), “A comunidade brasileira em Portugal”, in: Lages, Mário; Policarpo, Verónica (eds) Atitudes e valores perante a imigração, Lisboa, Observatório da Imigração, ACIME, pp. 72-90.
- **Vieira**, Ana Maria (2007), Migrações internacionais desafios para o século XXI, São Paulo, volume 1.

- **Wallerstein**, Immanuel (1974), *The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century*, Cambridge University Press.
- **Wallerstein**, Immanuel (1979), *The Capitalist World Economy*, Cambridge University Press.
- **Wallerstein**, Immanuel (1986), “Espaço Económico”, in: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, volume 7.
- **Wenden**, Catherine (1999), *L`immigration en Europe*, Paris, Vivre en Europe.
- **White**, Paul (2002), “Migration and Mediterranean urban societies: policy contexts and concerns”, in: Fonseca, Maria Lucinda et al (eds) *Immigration and place in Mediterranean metropolises*, Lisbon, FLAD, pp. 13-30.
- **Woolcock**, Narayan (2004), *Capital Social: Implicaciones para la Teoría, la Investigación y las políticas sobre Desarrollo*, Banco Mundial.
- **Zimmermann**, Klaus (2009), “Labor Mobility and the Integration of European Labor Markets”, Institute for the Study of Labor, IZA DP n.º 3999.